

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1º de Novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26
de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

VOLUME LXVIII

Comissão de Redação:

Jacob Penteadó

Padre Hélio Abranches Viotti

Pedro Brasil Bandecchi

Vinício Stein Campos

Alfredo Gomes

Célio S. Debes



SÃO PAULO

1970

COLABORAÇÕES

OS GUSMÕES

FAÇAMOS O ELOGIO DOS HOMENS ILUSTRES QUE SÃO NOSSOS ANTEPASSADOS

ECCLESIASTICO 44 1.º

MONSENHOR PAULO FLORENCIO DA SILVEIRA CAMARGO

A influência poderosa da Igreja se fêz sentir no Brasil desde o seu descobrimento no século XVI.

Continuou nos séculos seguintes, a formar varões notáveis de santidade comprovada e de alta cultura científica de alcance universal.

Hoje que as providenciais circunstâncias nos trazem à veneração as cinzas de dois notáveis vultos de excepcional projeção na história do Brasil, é preciso apreciar o seu principal protetor antes de resumirmos os atos concretos dos celebérrimos irmãos santistas.

I

O Padre Alexandre de Gusmão, natural de Lisboa, (14 de agosto de 1629) veio com sua família ao Brasil. Estudou no Colégio do Rio de Janeiro, onde se fêz jesuíta (1646). Sempre se manifestou muito inteligente, piedoso e santo.

Foi exemplar mestre de noviços, exímio Reitor dos Colégios do Espírito Santo, Bahia e Santos.

Exerceu por duas vêzes o cargo de Provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Fundou o Seminário de Belém da Cachoeira (Bahia) de qual fôra ótimo Reitor.

Concordou em 1684, que os jesuítas permanecessem em São Paulo; estavam resolvidos, abandonariam o colégio e iriam viver "**in quavis plaga mundi**", porque, diziam, se o Brasil é grande, o mundo é muito maior.

Discordou do seu célebre contemporâneo o Padre Antonio Vieira que deu voto completamente desfavorável aos paulistas e nunca os visitou.

Além dos méritos intrínsecos de notabilíssima glória da Companhia de Jesus, Padre Alexandre, quando esteve em Santos (1663)

e, depois, como Provincial, conheceu um casal piedoso Francisco Lourenço e Maria Álvares, pais que seriam de doze ilustres filhos entre os quais Alexandre e Bartolomeu.

O grande jesuíta levou êstes dois meninos ao seu colégio de Belém da Cachoeira. Lá os educou santamente e os dirigiu nos estudos preparatórios. Encaminhou-os a Coimbra para formação universitária.

Tomaram o sobrenome Gusmão de seu caríssimo e modelar protetor.

II

O homônimo Alexandre tornou-se ilustrado cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, doutor na Faculdade de Leis pela Universidade de Coimbra, agente dos negócios da Coroa de Portugal, nas côrtes de Paris, desde 1714, e de Roma em 1721, onde pleiteou o título de fidelíssimo a D. João V, conferido depois (1748), Conselheiro do Conselho Ultramarino e Secretario do particular serviço do Rei D. João V.

Alexandre nasceu em Santos, Capitânia de São Paulo (1695). Era irmão de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, de Frei João de Santa Maria e de mais outros nove: eram doze.

Morava Alexandre na casa da quinta chamada Grande, próxima de Ninha, a Velha, freguezia de São Romão de Carmaxide. Morreu piedosamente em 20 de dezembro de 1753. Deixou viúva D.^a Isabel Chaves.

Jazia no ex-Convento de Nossa Senhora dos Remédios que pertenceu aos Religiosos Carmelitas Descalços, na freguezia de Santos, o Velho.

A residência onde faleceu Alexandre, imediações de Lisboa era doação do Rei D. José, em atenção aos serviços prestados à metrópole.

Deve-se a Alexandre de Gusmão, além de outros empreendimentos notáveis, o tratado de Madrid (1750).

Com o *uti possidetis* findaria Alexandre as questões de limites, consolidando as invasões dos paulistas, com sanção *in radice* dos avanços, tidos anteriormente por ilegais. ⁽²⁾

Assim tornou-se o maior benfeitor dos bandeirantes.

III

Bartolomeu nasceu também em Santos (1685). Ordenou-se sacerdote secular.

Requeru e obteve patente de sua invenção — o *aerostato* (6 de junho de 1709, aparelho “para andar pelo ar da mesma

sorte que pela terra e pelo mar, com mais brevidade, fazendo-se muitas vêzes duzentas e mais léguas por dia, no qual instrumento se poderão levar avisos de mais importância aos exércitos, aos prelados e às terras remotas quase no mesmo tempo em que se resolveram”.

O pedido referiu-se a aerostato, não resta dúvida, aparelho para voar com rapidez pasmosa.

As experiências foram realizadas na Côrte (5 e 8 de agosto de 1709). Fizera-as em uma espécie de “balão” de São João” COM AR QUENTE no interior.

O Padre Tacchi Venturi, em seu livro “De Icaro a Mont-Golfier” afirma que não houve vôo em máquina alguma.

Há, sem embargo, comunicação anterior pelo Nuncio Conti a Roma (11 de abril 1709) sôbre o aparelho aerostático proposto por um sacerdote brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão; levaria 10 pessoas a bordo.

Taunay afirma que “Bartolomeu foi o primeiro a construir um modelo de aerostato a realizar uma experiência em que um aparelho mais pezado do que o ar elevou-se levemente na atmosfera, mercê de condições expressas pelos princípios de Arquimedes”.

A prioridade do invento é notória.

Os irmãos Estevam e José Mont-Golfier fizeram experiências muitos anos depois (1740, 1745, 1783, 1790 e 1810).

A “Passarola” e a “Barcarola” são desenhos supositícios da invenção criticada com veemência e mordacidade, como sendo ins-piração diabólica. ⁽³⁾

Bartolomeu teve, entretanto, outras atividades: em 1710 recebeu subsídio de D. João V. Pregou perante a família real (1712). Advogou em um processo da Coroa, casa de Aveiro. Foi designado tradutor de cifras diplomáticas (1720). Sócio da Academia de História.

Oteve pensão ao pai e título nobiliarquico (1721). Pregou na festa de Corpo de Deus (1722) seu mais primoroso sermão. Fidalgo e capelão.

Morreu afetado de febre maligna em Toledo, Espanha (18 de Novembro de 1724).

Alguns, dão o dia 19, parecendo ser êste último a data do entêrro.

Frei João Álvares de Santa Maria, Carmelita Descalço, irmão de Bartolomeu, compareceu ao Tribunal da Inquisição (9 de janeiro de 1725). Confessou ter aderido a seu irmão Bartolomeu Lourenço de Gusmão a quem acompanhou em maio de 1724 até a Espanha e assistiu a sua morte. Seguiu-o em seus êrros contra a fé católica, pois, admitiu o judaísmo e a não redenção do gênero humano. ⁽⁴⁾

Valeu êste depoimento para lembrar a alucinação e dúvidas contra a fé que empanaram o último ano da vida de Bartolomeu.

Ficou, realmente, muito doente. No corpo e na mente.

Sonhara, certa noite, que Nossa Senhora o repreendeu pelo erro em negar a redenção do mundo pelo seu filho Jesus Cristo!

O capelão do hospital de Misericórdia de Toledo, Espanha, deu-lhe os últimos sacramentos da Igreja, com a qual se reconciliara. Recuperou o uso das faculdades mentais e pôde fazer ótima confissão geral com arrependimento de seus pecados.

As suas cinzas bem como os de Alexandre aqui estão, graças aos esforços do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do deputado federal, Dr. Antonio Silvio da Cunha Bueno, que merecem a gratidão dos paulistas.

As exéquias do Padre Bartolomeu foram referentes a sacerdote.

Serafim Leite falando de Padre Alexandre, quando Vice-Reitor de Santos, diz:

“A amizade que contraiu com os moradores e a proteção que deu a alguns filhos da terra foi tão eficaz, que um dêles tomou o nome do grande jesuíta e o outro o sobrenome. E se Alexandre de Gusmão é glória diplomática luso-brasileira, Bartolomeu Lourenço de Gusmão transcende os limites de ambas as pátrias para ser na história da aeronáutica, nome universal.”⁽⁵⁾

Eis que bem se aplica o texto bíblico: “Façamos o elogio dos homens ilustres, que são nossos antepassados”.

Alexandre e Bartolomeu mostram os efeitos máximos da benfazeja atuação da Igreja nos filhos do Brasil.

NOTAS

- 1) Serafim Leite — «História da Companhia de Jesus no Brasil», 1949, VIII, 289 a 298.
- 2) Jaime Cortesão — «Documentos Históricos» sobre Alexandre de Gusmão — Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco.
- 3) Afonso d'E. Taunay — «Ansi do Museu Paulista», VIII, 145, 498 e «Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática. S. Paulo 1938, 542. Vide ainda a «Vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão» em «2ª ed.»
- 4) Anais do IV Congresso de História Nacional, 12ª, 103 a 108.
- 5) Serafim Leite — O.C. VI, 433.

SALVADOR CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES

MOACYR DE FARIA JORDÃO

INTRODUÇÃO

Vários são os autores, brasileiros e portugueses, que têm tratado de Salvador Correia de Sá e Benevides, exaltando-lhe os feitos heróicos no Brasil, inclusive a restauração de Angola para a corôa Portuguesa, no século XVII, submetida que havia sido, assim como o Nordeste Brasileiro ao domínio holandês, destacando-se entre os primeiros Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro e Clado Ribeiro de Lessa, sendo que este, embora brasileiro, escreveu em nome da Agência Geral das Colônias de Portugal, para divulgação das façanhas bélicas do então governador do Rio de Janeiro.

Entretanto, limitaram-se êsses autores apenas em retratar o seu herói na exterioridade dos seus atos guerreiros, elevando-o ao pedestal da glória como se fôra feito de mármore ou de bronze, isento de emoções, sentimentos ou paixões comuns a todos os homens, sem analisar-lhe, enfim, o caráter.

Alberto Lamego em "Terra Goitacá" e Francisco de Assis Carvalho Franco, na sua "História das Minas de São Paulo", tiveram ocasião de focalizar essa grande figura da nossa história, mas sômente naquilo que interessou ao objetivo das obras respectivas.

Vivaldo Coaracy, por sua vez, no belo trabalho que recompõe os quadros históricos do Rio de Janeiro do século XVII, retratando alguns dos personagens que os representaram como homens que foram, forneceu-nos os elementos necessários para preencher e lacuna daqueles autores, sem contudo nos proporcionar um retrato de corpo inteiro de Salvador Correia de Sá e Benevides, porque a sua obra, também, não se circunscreveu à biografia dêsse famoso cabo de guerra.

Bastaram-nos, entretanto, aquêles elementos fornecidos por Coaracy para que pudéssemos apresentar a defesa de nosso Patrono neste respeitável Sodalício, para o qual tivemos a elevada honra de ser admitido em setembro de 1967.

Assim, reconhecendo que muita coisa ainda poderia ser acrescentada para completar a biografia dêsse grande vulto da Histó-

ria do Brasil, informações que devem constar dos arquivos da Cidade Maravilhosa, de difícil senão impossível acesso para nós nesta quadra, temos a esperança de que este nosso modesto trabalho, com as suas inúmeras falhas, embora, seja compreendido como fruto de honesta e laboriosa pesquisa no interesse único e exclusivo de esclarecer certos e determinados pontos obscuros da nossa história, como por exemplo a aclamação de Amador Bueno, e o de procurar destacar a extraordinária personalidade de Salvador Correia de Sá e Benevides no período nebuloso da história brasileira do século XVII.

BIOGRAFIA E CARÁTER

Salvador Correia de Sá e Benevides nasceu no Rio de Janeiro, em 1594, filho de Martim Correia de Sá e de D.^a Maria de Mendonça e Benevides, sendo seus avós pela linha paterna Salvador Correia de Sá e Vitória da Costa, e pela materna Manoel Benevides e D.^a Cecília Dormes. A sua família dominou o Rio do século XVII e deixou vasta descendência, existente até hoje.

Casado com D.^a Catarina Velasco, filha do governador do Chile, D. Pedro Ugarte, e sobrinha de D. Luiz Velasco, Vice-Rei do Peru, teve o casal cinco filhos: Martim de Sá e Benevides, primeiro Visconde de Assêca; João Correia de Sá, em favor de quem Salvador Correia de Sá e Benevides criou um morgado no Rio; Salvador de Sá e Benevides, padre em Lisboa; Sebastião de Sá, padre da Companhia de Jesus; Tereza Velasco, nascida no Rio de Janeiro e casada com D. Luiz da Silva Telles de Menezes; e Maria Velasco, que faleceu solteira.

As primeiras referências sobre Salvador Correia de Sá e Benevides são dadas por êle mesmo em relatório do Conselho Ultramarino ⁽¹⁾ quando diz que na idade de doze para treze anos se passara ao Brasil na companhia de seu avô, Salvador Correia de Sá, o velho, estando particularmente em São Paulo, fazendo experiências sobre minas. Dêsse mesmo relatório se conclui, também, observa Carvalho Franco, que retornou ao reino com seu pai, Martim Correia de Sá, em 1616, dali regressando novamente em fins de 1618, detendo-se na Bahia, na comitiva de D. Luís de Sousa, governador geral, que fôra verificar as minas da Itabaiana. Dali veio a São Paulo, como se verifica da carta dos respectivos edís, datada de 3 de fevereiro de 1619.

Tornando ao reino, pouco depois, expunha em memorial datado do Conselho a 2 de agosto de 1624, várias pretensões de seu pai, então governador do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que se preparava para vir dali para a colônia, com a nau Nossa

1) Francisco de Assis Carvalho Franco — «História das Minas de São Paulo».

Senhora da Penha de França, levando soldados e munições para acudir à invasão holandêsa.

Partiu afinal a 19 de agosto de 1624 e deve ter chegado ao Rio de Janeiro em fins desse ano, pois a 14 de dezembro comparecia à presença dos vereadores da vila de São Paulo e apresentava “uma provisão de seu pai Martim de Sá, capitão-mór e governador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e ao pé da dita provisão um cumpra-se do provedor da fazenda de sua Majestade desta Capitania, Fernão Vieira Tavares, requerendo aos ditos oficiais lhe dessem inteiro cumprimento visto o dito Martim de Sá ser administrador destas minas por poderes de seu pai Salvador Correia de Sá, o velho, por virtude da provisão de Sua Majestade, as quais uma e outras estão registradas nesta Câmara e visto pelos ditos oficiais a dita provisão do dito Martim de Sá com o cumpra-se do provedor a quem o governador geral Diogo de Mendonça Furtado encarregou por sua provisão que outrossim está registrada no livro desta Câmara, que corresse com a arrecadação e cobrança do quinto do ouro, assistindo a isto o vereador mais velho e um dos juizes”.

Na capitania também tratou Salvador Benevides da recruta de trezentos homens com os quais, segundo Varnhagen, “com três canoas de guerra e duas caravelas, partiu em princípios de 1625 para coadjuvar a armada que de Lisboa saíra em 25 de novembro do ano anterior para efetuar a expulsão dos holandeses da cidade da Bahia”. São sabidos, acentua Carvalho Franco, seus feitos vitoriosos no Espírito Santo e na Bahia, durante essa empresa.

A 5 de fevereiro de 1628 ⁽²⁾, Salvador Correia de Sá e Benevides foi nomeado por Filipe III, para o cargo de alcaide-mór da cidade do Rio de Janeiro, em dias da sua vida, e a respectiva provisão, além de enumerar os serviços que prestou na costa do Brasil contra os holandeses, também alude à sua campanha no Paraguai contra os índios rebelados “que castigou, apaziguando a terra”. Filho de espanhola, casado com espanhola, Salvador Benevides era do número dos fidalgos portugueses que, sob o domínio dos Filipes, acentua Coaracy, estabeleceram íntimas relações em Castela onde lançaram raízes e não ocultavam a sua dedicação à Espanha.

Terminada a guerra contra os índios do Paraguai, voltou com a patente, concedida em caráter hereditário, de alcaide-mór da praça do Rio de Janeiro, onde estava radicada a sua família paterna. A partir dessa época, a sua figura, uma das mais notáveis da história do Brasil, domina a cidade, mesmo durante os intervalos entre os períodos em que, por três vezes, a governou.

2) Vivaldo Coaracy — «O Rio de Janeiro no século XVII».

Foi Salvador Correia de Sá e Benevides quem elevou ao auge o prestígio dos Correia de Sá. De 1637 até 1661, a sua personalidade é preponderante na história da capitania sobre a qual exerceu enorme e poderosa influência. Filho da terra, considerava-a um feudo da família. No seu espírito, as razões imperativas, que lhe ditavam os atos, eram as considerações das vantagens, para si em primeiro lugar, para os seus em seguida, que sob a forma de proventos materiais, de prestígio e de autoridade podia colher da situação que ocupava. Aos parentes e afins distribuiu os cargos da governança da terra que estavam na sua alçada. E aqueles de que não dispunha, obtinha-os pela influência ou a poder de intrigas e empenhos.

Nem sempre rigorosamente escrupuloso, recolheu todos os proventos que pôde das posições que ocupou e, algumas vezes, não hesitou em aliar-se a elementos de má fama para conseguir os seus fins. Autoritário, lançava mão de processos violentos para alcançar o que desejava, quando não o obtinha por meio de suas lábias e manhas, que as tinha e grandes. Aos que não conseguia seduzir com os seus favores quebrava com o seu arbítrio vencendo as resistências por uma ou outra forma.

Além de militar notável que era, com qualidades apoiadas em incontestável e provada bravura pessoal, era hábil político.

Era, sem dúvida, um homem singular, de contrastes chocantes, pois, na referida expedição da Bahia contra os holandeses, cujos assinalados serviços lhe valeram aquela patente de alcaide-mór da cidade do Rio de Janeiro, Salvador Benevides comandando apenas 250 homens de desembarque, entre colonos e índios, prestou valiosos serviços no Espírito Santo, onde encontrou a esquadra de Pieter Heyn que regressava de Angola onde fôra buscar negros para os engenhos capturados na Bahia. Pieter Heyn pretendeu apoderar-se do Espírito Santo. Aprestava-se Francisco de Aguiar Coutinho para a resistência, quando a chegada de Salvador Correia de Sá e Benevides lhe trouxe precioso socorro. Em vários combates então travados, foram finalmente derrotados os holandeses que perderam uma embarcação, tomada, rio acima por Benevides, batendo Pieter Heyn em retirada. Prosseguindo na sua derrota, Salvador Benevides incorporou-se com seus homens às forças de D. Fradique de Toledo na Bahia, participando das operações contra a praça a cuja capitulação, em 30 de abril, assistiu.

De outro lado, enquanto a cidade de que era filho se debatia na aflitiva situação criada pela escassez de numerário, circulando o açúcar como moeda divisionária, produzindo acentuados desequilíbrios econômicos, uma vez que esse produto corria no Rio de Janeiro com o valor arbitrado em 1\$200 rs. a arrôba, quando naquela praça convertido em dinheiro ninguém pagava por êle mais de \$700 rs., embora em Lisboa estivesse sendo cotado a

3\$200 rs., preço por que o vendia a Companhia do Comércio que dêste negócio auferia os seus maiores lucros, crise que provocou o envio de um representante da Câmara a Lisboa, a fim de resolver o problema diante das precárias condições a que se achavam reduzidos os habitantes do Rio de Janeiro, "sem poderem sustentar seus créditos; forçados a não pagarem suas dívidas e obrigações; vexados e compelidos cada dia pela justiça; perdidos sem esperança de poderem pagar os credores; e tudo isto causado pela proteção que o govêrno tem dado a uma classe de homens que sôbre a ruina dos povos têm armado a hidra da discórdia e desconfiança, limitando o comércio, quando Deus, abrindo os mares para a comunicação recíproca dos povos, o deixou livre e ilimitado". Enquanto, repetimos, a população do Rio de Janeiro procurava uma solução para essa crise, Salvador Correia de Sá e Benevides, em Lisboa, no constante empenho de obter privilégios para si, cuidava dos seus interesses. Para eximir-se à coação que a Companhia do Comércio poderia exercer sôbre êle, como estava exercendo sôbre os demais lavradores do Rio de Janeiro, obteve do Conselho Ultramarino, alegando a sua qualidade de alcaide-mór e de maior propretário de engenhos e currais daquela cidade, uma provisão "sui generis". Por essa ordem, todos os mestres de embarcação que carregassem no pôrto do Rio de Janeiro ficavam obrigados a reservar dez por cento da praça dos seus navios para transportar o açúcar embarcado pelos engenhos de Salvador Benevides, "pelo frete ordinário que levassem aos demais ministros e com a declaração de que, sendo notificados os mestres das embarcações por qualquer escrivão para o dito fim, e não cumprindo, sofram as perdas e danos".⁽³⁾

Anteriormente, quando vindo de Tucuman, regressava ao Rio de Janeiro, com a patente de alcaide-mór da cidade que, em recompensa de serviços militares prestados em expedições longínquas, Filipe III lhe havia concedido, Salvador Correia de Sá e Benevides percebendo as vantagens que obteria da exploração do trapiche, imprescindível, onde fôssem oficialmente pesadas e armazenadas as caixas de açúcar destinadas à exportação, como reconheciam as autoridades, propôs-se a construí-lo e, usando da influência e prestígio que desfrutava junto aos oficiais da Câmara, desta obteve, por escritura de 8 de março de 1636, a concessão, mediante o fôro de 20\$000 rs. por ano, duma área de terrenos de Marinha, de dez braças de comprimento por cinco de largo, para nela levantar o trapiche. Ficou estipulado na escritura, que "a nenhuma pessoa seria permitido pesar caixas de açúcar, nem ter balança, senão o dito alcaide-mór" e que as partes pagariam 40 rs. pela pesagem de cada caixa e outro tanto pelo recolhimento dela ao armazém, mesmo quando o açúcar não fôsse destinado

3) V. Coaracy — obra citada.

à exportação e do Paço saísse para consumo da cidade. A concessão previa ainda a construção junto ao Paço duma varanda para o açougue, cumprindo aos oficiais da Câmara, “sem contradição alguma”, consertar o referido açougue quando necessário se fizesse.

Esse privilégio foi, inicialmente, concedido pelo prazo de 19 anos, findos os quais ficaria a Câmara com a dita casa, sem oposição alguma. Pouco tempo depois, porém, Salvador Benevides, já governador, empregando o prestígio que lhe dava o cargo, conseguia de subservientes oficiais da Câmara que, “em atenção aos bons serviços do alcaide-mór”, a concessão fôsse convertida em enfiteuse de que ficariam hereditariamente investidos os seus descendentes. Em vão tentou mais tarde, e por mais de uma vez, a Câmara anular a concessão extravagante e reintegrar-se na posse das terras e do trapiche. Os herdeiros de Salvador Benevides defenderam sempre o privilégio quase feudal que desfrutavam e de que usufruíam fartas rendas subarrendando o trapiche. Só dois séculos mais tarde, por uma lei de 1850, pela quantia de quinhentos contos de réis, o govêrno imperial resgatou da família Correia de Sá, o aforamento dos terrenos e do trapiche.

O Paço de Ver-o-Peso foi por Salvador Benevides construído, no terreno objeto do aforamento, aproximadamente no local onde hoje se acha a Repartição dos Correios, na Rua Primeiro de Março.

Conhecedor da força e poder dos jesuítas, soube sempre conservá-los a seu favor, numa troca de apoio recíproco, e o padre Simão de Vasconcellos (o historiador da Companhia de Jesus), como se refere Clado Ribeiro de Lessa, dedicou a Salvador Correia de Sá e Benevides a “Vida do Pe. João de Almeida”, por julgá-lo nesta parte do país o maior amigo e protetor dos seus irmãos de Ordem; e mais tarde, quando o grande soldado se viu perseguido e processado pelo govêrno do Infante D. Pedro, graças ao empenho dos jesuítas pôde escapar do degrêdo para a costa de África.

OS TUMULTOS PROVOCADOS PELOS JESUÍTAS EM 1640

Diante dos sucessivos ataques dos paulistas às suas reduções do Sul, os jesuítas enviaram à Europa, em 1638, dois emissários: os padres Montoya e Dias Taño, como nos relata Rocha Pombo em sua História do Brasil. Enquanto Montoya ficava em Madri tratando com o Conselho das Índias, ia a Roma o padre Taño, levar o seu clamor ao Geral da Ordem, então o padre Mucio Vitelleschi. Este, horrorizado de tudo que ouvira, conduziu o padre Taño à presença do próprio Papa, Urbano VIII; e o Pontífice expediu a bula de 22 de abril de 1639, renovando a de Paulo III, de 1537, “Sublimis Deus” na qual estabelecia que os indígenas não deviam ser tratados como “brutos estúpidos criados para nosso serviço”

mas “como verdadeiros homens, capazes de entender a fé católica” — E o Papa ordenava: “os índios ou qualquer outro povo que mais tarde vier a ser descoberto pelos cristãos, não devem ser privados por nenhum modo da sua liberdade ou da posse da sua propriedade, mesmo que estejam fora da fé de Jesus Cristo, nem devem de maneira alguma ser escravizados”.⁽⁴⁾

Acossado de temporais e não podendo entrar no Prata, teve o navio que trazia os dois emissários da Europa, de fazer arribada no Rio de Janeiro e ali, entendeu o padre Taño de apresentar a bula ao administrador eclesiástico, Rev. Padre Homem Albernaz, para que a fizesse publicar, no intuito de conseguir a restituição dos índios que Antônio Raposo havia, em 1629, trazido do Guairá; ou ao menos a proibição de continuarem os bandeirantes a praticar tais excessos contra as reduções do Paraguai. Consultou-se a respeito o visitador geral, Rev. Padre Dr. Pedro de Moura e o Padre Matheus Dias, procurador dos Jesuítas, e com a aprovação de todos foi a bula publicada. Mas imprevisto tumulto levantou-se contra os padres.⁽⁵⁾

Logo que se tornou conhecido o decreto que a Companhia de Jesus obtivera do Papa, relata Vivaldo Coaracy, irrompeu profunda agitação entre os habitantes da cidade. Em nome destes, imediatamente a Câmara opôs embargos à execução da bula, e tamanha era a grita, o tumulto, a irritação da população ameaçada de ser despojada dos seus escravos, que o administrador eclesiástico, apesar das suas simpatias e inclinações pela Companhia, em cujas fileiras mais tarde ingressou, os recebeu. Os padres, entretanto, desgostosos e irritados com o ato do prelado, e incitados por Dias Taño e pelo visitador Pedro de Moura, exigiram a execução da bula e interpuseram agravos aos embargos da Câmara.

A indignação popular explodiu a 4 de maio, numa série de motins e arruaças que agitaram profundamente a vida da cidade. Os Jesuítas eram apupados e apedrejados nas ruas, os seus escravos e índios assaltados e maltratados, as suas propriedades depredadas. Temerosos da cólera popular, os padres recolheram-se ao Colégio, de onde não ousavam sair, mas de dentro do qual continuavam a insistir com Pedro Albernaz para que mandasse executar a bula, requisitando do governador a força militar necessária para dominar a situação e promulgando a bula dentro do seu estabelecimento, a portas fechadas.

A excitação dos ânimos, porém, não se acalmava. A proporcão que corriam os dias, mais intensamente manifestava a população a decisão de que estava de não se deixar espoliar e de resis-

4) Lewis Hanke — «Aristóteles e os Índios Americanos», revista de História, n.º 40 — 1959.

5) Rocha Pombo — obra citada.

tir por todos os meios às pretensões dos Jesuítas, dando as autoridades locais integral apoio ao povo.

Nesse meio tempo, a notícia da bula e do propósito de sua execução chegava a São Vicente e a São Paulo, onde as populações igualmente se insurgiram e irromperam em atos de protestos e revolta.

A 19 de junho, decidida a terminar a situação, grande massa popular armada subiu ao morro do Castelo e iniciou o assalto ao Colégio dos Jesuítas, disposta a atos de máxima violência para destruir o estabelecimento e expulsar os padres. A intervenção, à última hora, de Salvador Benevides que pessoalmente se apresentou às portas do Colégio, propondo-se para mediador, conseguiu evitar o atentado já em vias de execução.

E no outro dia, 22 de junho de 1640, reuniram-se ali, de uma parte o visitador geral, o prelado da administração, o padre Dias Taño, o procurador do Colégio; e de outra parte, o procurador-juiz, os vereadores da Câmara, o ex-sargento-mór João Dantas, os Capitães Aleixo Manoel, Diogo de Avila e João dos Ouros (ou dos Zouros) como deputados do povo: acordaram num termo de arranjo amigável, desistindo os padres da execução da bula e, comprometendo-se ainda os missionários do Rio a não acolher nas suas aldeias índio nenhum que estivesse a serviço dos moradores, acomodando-se a situação no Rio de Janeiro.

De outra parte, ampliando as fortificações com que dispunha a defesa da cidade, Salvador Benevides mandou construir na Ilha das Cobras, um forte a que deu a denominação de Santa Margarida, em homenagem a Margarida de Saboia que, então, governava Portugal em nome de Filipe IV. Para comando dêsse forte, Salvador Benevides nomeou o seu parente Artur de Sá.

A ACLAMAÇÃO DE AMADOR BUENO

ANTECEDENTES

Desde os primórdios da colonização na Capitania vicentina, se tinham posto em relações pelo caminho do sertão, a via indígena de comunicação pré-colonial, chamada Peabriú ou Piabiyu pelos índios, os castelhanos de Assunção com os portugueses de São Vicente. Estas relações se tornaram mais freqüentes e normais durante o domínio espanhol. Com o entusiasmo de que se animaram os dois povos da península ibérica na defesa do Brasil contra a intrusão flamenga, mais se estreitou a aliança dos espanhóis e portugueses, como se todos defendessem aqui um patrimônio comum. Da mesma maneira que de Portugal, vinham agora da Espanha aventureiros, até de famílias distintas, disputando glórias

e proveitos na campanha de repulsa contra a audácia ameaçadora do inimigo flamengo. Nem só da Europa, mas de várias colônias da América, muita gente se alistava nas expedições de reconquista que se organizavam na Bahia.

O Governador Geral D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Tôrre, por provisão de 3 de fevereiro de 1639, encarregou Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, de obter auxílios e reforços na sua capitania. Salvador Benevides confiou a D. Francisco Rendon de Quevedo (genro de Amador Bueno) a missão de reunir soldados a fim de satisfazer a solicitação do governador geral, tendo-se conseguido apenas o alistamento de 22 infantes e cêrca de 50 índios. Diante do insucesso dêsse recrutamento, o Conde da Tôrre, por provisão de 8 de junho, ampliou a autoridade de Salvador Benevides, colocando sob a sua jurisdição "na guerra e na justiça" as capitanias de São Vicente e São Paulo e de quaisquer outras, desde que os indultados se alistassem na tropa. Podia também Salvador Benevides, pela mesma provisão, conferir a patente de capitão de infantaria espanhola, com o respectivo soldo, a cada comandante de oitenta homens. Com êstes atrativos, pôs-se de nôvo em campo Dr. Francisco Rendon de Quevedo, por ordem do governador do Rio de Janeiro, iniciando intenso recrutamento, no que foi auxiliado por Antônio Raposo Tavares nas capitanias do Sul. Seguiu-se, em consequência, o despovoamento das lavouras e das minas, manifestando-se grande crise de braços nessas capitanias. Ao mesmo tempo, a concentração nas cidades de numerosas "levas militares", formadas de soldados, muitos dos quais eram criminosos indultados (como autorizava a aludida provisão), produziu distúrbios e graves prejuízos aos habitantes e deu motivo, mais tarde, ao protesto da Câmara do Rio de Janeiro. ⁽⁶⁾

Finalmente, as tropas recrutadas seguiram, parte do pôrto de Santos e parte do Rio, completadas por grande quantidade de índios frecheiros, para a Bahia, onde foram incorporadas à expedição de Luz Barbalho para a tentativa da restauração de Pernambuco.

A RESTAURAÇÃO DA COROA PORTUGUESA

A perfeita cordialidade em que viviam castelhanos e portugueses, vem afinal a ser perturbada pela restauração da soberania de Portugal em 1640, por uma insurreição rapidamente vitoriosa em 1.º de dezembro, que elevou ao trono a Casa de Bragança. Sòmente em fevereiro do ano seguinte, as notícias chegaram à Bahia, onde o Marquês de Montalvão, primeiro Vice-Rei, aceitando prontamente a nova ordem de coisas, depois de tomar tôdas

6) V. Coaracy — idem.

as providências para que a restauração se procedesse no Brasil sem dificuldades nem abalos, tratou de comunicar os acontecimentos aos governadores das capitanias.

Achava-se Salvador Correia de Sá e Benevides na Igreja dos Jesuítas, assistindo missa, quando lhe foi entregue pelo próprio Provincial da Companhia de Jesus, a carta do Vice-Rei em que êste lhe participava a mudança de govêrno e dava ordem para que na capitania sob sua jurisdição se procedesse à aclamação do Duque de Bragança como rei de Portugal, sob o nome de D. João IV. É fácil imaginar, observa Vivaldo Coaracy, a perturbação de que se sentiu tomado Salvador Benevides diante dos acontecimentos. Filho de espanhola e com uma espanhola casado, gozando de grande e real prestígio na côrte de Madri, era dêsses fidalgos de espírito ibérico que aceitara a união das duas coroas como fato definitivo que não mais se desfaria e do qual só benefícios resultavam para ambos os países.

Nem eram, sômente, apenas considerações de caráter político a preocupá-lo nessa hora. A sua situação pessoal, para quem os proventos materiais e as posições tinham irresistível atrativo, não se mostrava firme e rósea em face dos sucessos da Restauração. Via a probabilidade de perder as rendas e benefícios, de grande vulto, que da parte materna herdara em Espanha e no Peru e as expectativas consideráveis que por parte da mulher, D.^a Catarina Velasco, lhe sorriam em Castela e no Chile. Eram rendas superiores a dez mil cruzados, esperanças de mais de cinqüenta mil. E não só isto lhe causava apreensões. A lealdade e dedicação com que servira aos Filipes de Castela, as suas ligações e parentesco constituíam fatores aptos a torná-lo suspeito e pouco merecedor de confiança dos novos governantes. Poderiam os seus inimigos, que não eram poucos, servir-se dessas circunstâncias para apontá-lo como desleal e infiel à causa portugüesa com o fim de prejudicá-lo perante os ministros do nôvo rei. ⁽⁷⁾

Em tais condições, adverte o autor que nos vem orientando, não é impossível que lhe houvesse pasado pela mente a idéia de recusar-se a cumprir a ordem do Vice-Rei e desmembrar as capitanias do Sul para reuni-las ao Vice-Reinado do Prata, o que, na hipótese de sair-se bem da ariscada aventura, lhe daria imenso prestígio perante a côrte madrilenha. O fato é que hesitou.

Como se pode notar, estas informações foram colhidas pelo autor diretamente de um documento oferecido por Varnhagen ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicado na respectiva Revista, tomo V, em complemento à biografia de Salvador Correia de Sá e Benevides, sob o título "DA ACLAMAÇÃO QUE SE FEZ NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, DO ESTADO DO BRASIL, E NAS MAIS DO SUL, AO SENHOR REI D. JOÃO IV,

7) V. Coaracy — idem.

POR VERDADEIRO REI DE PORTUGAL, COM A FELICÍSSIMA RESTITUIÇÃO QUE DÉLE SE FEZ A SUA MAJESTADE, QUE DEUS GUARDE, etc.” — Como observou Varnhagen, essa Relação foi impressa anônima em Lisboa, em 1641.

Esse documento foi atribuído por Vivaldo Coaracy ao próprio Salvador Correia de Sá e Benevides, para melhor divulgação e conhecimento da maneira entusiástica pela qual, no seu governo, fôra recebida a Restauração, tratando-se de assegurar a sua posição junto aos novos dirigentes.

Conhecendo-se, entretanto, como vimos páginas atrás, a fragilidade moral de Salvador Benevides, não será difícil concluir que os fatos não se passaram como êle fêz divulgar no referido documento, pois, dadas as suas íntimas relações com D. Francisco Rendon de Quevedo, genro de Amador Bueno, que lhe tinha prestado ótimos serviços no recrutamento de soldados para a campanha contra os holandeses, e à sua ascendência sobre os demais castelhanos residentes em São Paulo, como natural decorrência das suas funções de Governador da repartição do Sul, arquitetou Salvador Benevides, com o indispensável apoio dos Jesuítas e talvez mesmo com o conselho destes, aclamar Amador Bueno da Ribeira “que por ser filho de Bartolomeu Bueno da Ribeira, natural de Sevilha, produziria nêle maior efeito o sangue de seus avós paternos, para vir a declarar-se vassalo de Espanha”⁽⁸⁾, e efetivar-se, assim, o desmembramento das capitanias do Sul, para reuní-las ao Vice-Reinado do Prata.

Na parte referente aos Jesuítas nesses acontecimentos, não é sem significação o fato de haver Montoya, em 1637, feito uma exposição completa e minuciosa ao Conselho das Índias, das condições em que estava a obra dos missionários e dos grandes flagellos e reverses sem conta, que havia padecido, falando da necessidade em que se achava a Espanha, de uma política diligente e vigorosa nos confins, ainda imprecisos, dos domínios das duas coroas, principalmente à vista das pretensões alarmantes dos colonos de São Paulo, o que levou a Companhia de Jesus a prover de armamentos as suas reduções e instruir os índios no manejo das armas, com a aprovação de Madri.

Pouco depois, pedia Montoya ao Rei: “Señor, suplico humildemente à Vuestra Majestad sea servido de abrir con tiempo los ojos, porque los portugueses intentan quitarle una de las piezas de su Real corona.” — Entre os vários itens da sua longa petição pleiteando em favor da liberdade dos índios, pedia Montoya expressamente: “4) Que el Gobernador del rio Geneiro tenga jurisdicción sobre las Villas del Sur: San Pablo, San Vicente etc., al modo del

8) Frei Gaspar da Madre de Deus — «Memórias para a história da Capitania de S. Vicente».

Gobernador general, porque hoy no la tiene, sino para remittir las causas, à la Bahia, y asi perece la justicia.”⁽⁹⁾

Pelo que se infere da referida “Relação” de Benevides, o segredo que só tinha comunicado ao Padre Provincial da Companhia de Jesus, Paraninfo da nova, não foi revelado a ninguém antes dos insucessos de São Paulo, vila para a qual havia sido despachado Artur de Sá, Capitão da Fortaleza Santa Margarida, no dia 11 de março, encarregado de propor a Amador Bueno o golpe de Estado e de aliciar nas onze vilas da capitania vicentina, os elementos castelhanos da conjura: o citado D. Francisco Rendon de Quevedo e seu irmão D. João, ambos genros de Amador Bueno, D. Francisco de Lemos e seus filhos D. Balthazar e D. Jerônimo de Lemos, D. Gabriel Ponce de Leon, D. Bartolomeu de Torales e seus filhos D. André de Zunega, D. Bartolomeu de Contrera e D. João de Espinola.

Diz êsse documento, ainda, que a 21 do dito mês o Governador aparelhou um navio sob o comando do capitão Antonio Lopes Mialha, despachando-o para Buenos Aires “com algum aviso de importância que reservou o Governador só para si, e ao cabo a cuja ordem o remeteu, encomendando o mesmo segredo aos officiaes que escreveram, e Escrivão que deram fé do que continha”.

Diante das circunstâncias, não vemos lógica alguma nesse “aviso” aos de Buenos Aires: se a restauração foi da coroa Portuguesa, o que tinham os platinos com isso?

O “aviso”, naturalmente, estava relacionado com o pretendido golpe, colocando as autoridades espanholas do Vice-Reinado do Prata a par dos acontecimentos no Brasil e prontas para qualquer eventualidade.

Fracassada, porém, a manobra com a recusa de Amador Bueno que a princípio teria concordado com os argumentos dos espanhóis conjurados no plano, uma vez que não nos parece sensato admitir-se que as coisas se tenham passado como relata Frei Gaspar, que Amador Bueno tivesse pasmado quando ouviu semelhante proposição dos que o aclamavam, ordenou Salvador Benevides que se dessem início no Rio de Janeiro “às decretadas festas”, em regozijo pela restauração, na “noite do dia da Páscoa, último de março”.

Por que êsse atraso na celebração das referidas festas, quando a notícia chegou àquela cidade no dia 10 daquêle mês?

É de se notar, ademais que, segundo Carvalho Franco, o Vice-Rei, Marquês de Montalvão, estendeu ainda mais as atribuições de Salvador Benevides, tanto nos negócios da guerra, como nos da fazenda e justiça, por provisão de 9 de março de 1641, repetindo o seguinte: — “...novamente Sua Majestade foi servida conceder-lhe que usasse dos poderes que naquela repartição do sul

9) Afonso de Taunay — «História Geral das Bandeiras Paulistas», tomo III.

teve, com o cargo do governador dela, o governador D. Francisco de Sousa, e os com que foi governador da dita repartição Antônio Salema; e outrossim lhe fêz mercê de que gozasse o sôldo de mestre de campo, e que tivesse a administração das minas de São Paulo, assim como a teve Salvador Correia de Sá, seu avô, e últimamente o Conde da Tôrre, governador geral dêste Estado, lhe concedeu seus poderes na dita capitania do Rio de Janeiro e na de São Paulo, que tudo consta por carta de Sua Majestade e provisão do dito governador geral. Dêstes poderes todos se fêz um têrmo, na câmara do Rio de Janeiro, datado de 9 de agosto de 1641. ⁽¹⁰⁾

Em nota, adverte Carvalho Franco — “A carta régia que fazia mercê a Salvador Benevides da administração das minas de São Paulo, estava datada de Lisboa, 1.º de novembro de 1639; a que fazia mercê de usar dos poderes concedidos a seus antecessores, Antônio Salema e D. Francisco de Sousa era datada de Lisboa, 22 de março de 1640; e a do sôldo de mestre de campo tinha a data de 25 de março de 1640. (Anais da Biblioteca Nacional)”.

Essa era a pretensão de Montoya atendida pela côrte de Madrí, em favor de Salvador Benevides.

Com todos êsses poderes enfeixados nas mãos, estaria Salvador Benevides senhor absoluto da situação se Amador Bueno tivesse topado a parada, pois, uma vez vitorioso o movimento, com tudo a seu favor, quando a vila de São Paulo se achava despejada de seus moradores masculinos, em luta longínqua contra os Jesuítas, no combate de M’Bororé, nas margens distantes do rio Uruguai, a cerca de 2.000 quilômetros do Planalto ⁽¹¹⁾, em que levaram a pior, as tropas castelhanas não encontrariam qualquer resistência, assenhoreando-se de tôda a capitania, cujos territórios seriam ampliados com os das outras capitanias da repartição do Sul, subordinadas a Salvador Benevides que receberia, também, a adesão do Vice-Rei, Marquês de Montalvão.

O plano era verdadeiramente magistral!

E Portugal, como acentua Alfredo Ellis Júnior ⁽¹²⁾, nunca teria tido fôrças para reprimir a rebeldia e, pela violência, acorrentar ao seu domínio a região, que se separara. Pois, êsse mesmo Portugal, não foi capaz de expulsar os flamengos da terra nordestina e, se não fôsem os homéricos esforços dos denodados crioulos da região Nordeste e da Bahia, auxiliados pelos do Sul, como vimos páginas atrás, os holandeses se teriam radicado no Brasil, ficando, assim, Portugal alijado do continente Sul-Americano.

Essa era, sem dúvida, a situação que melhor atendia à política Jesuítica, que se livraria de uma vez por tôdas, dos incômodos,

10) Francisco de Assis Carvalho Franco — obra citada.

11) Alfredo Ellis Júnior — «Amador Bueno e Seu Tempo».

12) Alfredo Ellis Júnior — idem.

pertinazes e ferrenhos inimigos portugueses (Paulistas) que se vinham opondo à sua grande obra iniciada na América Meridional.

Por outro lado, Amador Bueno, apesar de sua índole sãbiamente pacífica, contrário às violências, não foi o covarde como foi acusado, pois, segundo citação de Azevedo Marques, o livro 13.º de Sesmarias registra em 31 de março de 1627 em favor de Amador Bueno a carta de data de uma légua de terras nos campos de Juquerí, que lhe foi passada pelo Capitão-Mór Álvaro Luís do Vale, loco-tenente do donatário, pelos motivos alegados na seguinte petição: — “Diz Amador Bueno, morador na vila de S. Paulo, que êle em tôdas as ocasiões que se ofereceram ao serviço de Sua Majestade e defesaõ desta capitania, em occasião de inimigos, acudiu com seus índios e escravos, assistindo nesta vila de Santos à sua custa, e ora está servindo de ouvidor”.

A sua atitude recusando na última hora a coroa que lhe era oferecida, foi certamente, produto de rápidos e prudentes reflexos que o levaram a raciocinar que, apesar de descendente de espanhol, era antes de tudo português e, como tal, preferiu ser “leal e verdadeiro vassalo” da Sereníssima Casa de Bragança, a cingir corôa espúria fruto de lesa-majestade, gravíssimo crime que o Padre Montoya imputou aos Paulistas, como depõe Afonso de Taunay em sua História Seiscentista da Vila de S. Paulo, vol. I.

Assim, o movimento em tôrno da fracassada aclamação de Amador Bueno, chegou-nos através das singelas e ingênuas narrativas de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques, uma vez que Salvador Correia de Sá e Benevides não perdendo tempo diante do insucesso de sua manobra, tratou de se resguardar contra as inevitáveis consequências que adviriam de sua tentativa, mandando publicar anônimamente a referida “Relação” em Lisboa, naquele mesmo ano de 1641, e cuja redação se percebe claramente ter sido executada pelos Jesuítas, Ordem à qual pertencia um filho seu, e que, também, estaria implicada na conjura.

Graças a essa “Relação” e à influência da Companhia de Jesus junto da côrte de Lisboa, conseguiu Salvador Correia de Sá e Benevides encobrir as suas manobras, grangeando o mesmo prestígio que gozava anteriormente sob o domínio de Castela, uma vez que pela carta régia de 15 de agosto desse mesmo ano, D. João IV confirmava a sua patente como Governador do Rio de Janeiro, enquanto que D. Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão, que, como Vice-Rei, se apressara em reconhecer o nôvo regime e a cujas sábias providências se devia a aclamação realizada na Bahia sem opposição das numerosas forças espanholas ali aquarteladas, era

deposto e remetido prêso para Lisboa, sob a acusação de deslealdade, pelas intrigas do Jesuíta Francisco de Vilhena. ⁽¹³⁾

Não é sem significação, observa Alfredo Ellis Júnior, o fato de a aclamação de Amador Bueno ter precedido a de D. João IV. Esta só foi levada a efeito depois da outra ter fracassada. Por que? Indaga o ilustre historiador e êle mesmo responde, dizendo que “nunca ninguém aguçou os seus olhos sôbre êsse ponto”.

Concordando com Alfredo Ellis Júnior, observamos, também, que ninguém procurou investigar e interpretar devidamente aquela “Relação” publicada anônima em Lisboa, em 1641, e que vem preencher as lacunas em tôrno da aclamação de Amador Bueno, denunciando a participação de Salvador Benevides nesses episódios, como acabamos de, pálida e modestamente, demonstrar.

Afonso de Taunay, em sua “História Geral das Bandeiras Paulistas”, relata que, fracassada a tentativa de separação de São Paulo, à vista da repulsa de Amador Bueno e aclamado D. João IV, solenemente, na vila Piratininga, a 4 de abril de 1641, resolvêram os paulistas, como geralmente se sabe, enviar a Lisboa delegados que ao seu nôvo soberano anunciassem a expressão de sua fidelidade.

Foi a apresentação levada a D. João IV pelos procuradores da Câmara, Luiz da Costa Cabral e Balthazar de Borba Gato.

Tinham inteira razão Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques em afirmar como causa desses acontecimentos em São Paulo, o desejo que tiveram os espanhóis de conservar as povoações de serra acima na obediência de Castela. Omitiram, porém, a responsabilidade de Salvador Correia de Sá e Benevides, por desconhecerem a sua participação nesses episódios, como o astuto Governador do Rio de Janeiro conseguiu iludir a todo mundo, inclusive aos historiadores contemporâneos como Varnhagen e outros, que não se deram ao trabalho de investigar aquela “Relação” denunciadora e reveladora desses acontecimentos.

SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES CONSOLIDA A SUA SITUAÇÃO

Já esboçamos em páginas anteriores o caráter de Salvador Benevides. Os seus atos arbitrários, os abusos de poder que praticava, o pouco escrúpulo que manifestava para colher proventos e vantagens para si e para os de sua família, e também o seu empenho em patrocinar e favorecer os Jesuítas, mesmo com prejuízo da população, haviam levantado contra êle forte antipatia e susci-

13) V. Coaracy — obra citada.

tado queixas que não ousavam externar-se em razão do grande prestígio que desfrutava junto às autoridades superiores.⁽¹⁴⁾

Entretanto, aos ouvidos do novo Governador Geral, Antônio Teles da Silva chegaram essas queixas, e foi provavelmente por este motivo que Antônio Teles ordenou ao provedor da Fazenda no Rio de Janeiro, Domingos Corrêa, que fizesse um relatório minucioso sobre os processos da administração.

Domingos Corrêa, aproveitando-se da ausência do Governador, procedeu a um verdadeiro inquérito, de que resultou a longa e gravíssima denúncia que contra o Governador enviou ao Conselho Ultramarino. Nesse documento, Salvador Benevides é acusado de prevaricador, de locupletar-se com os dinheiros da Fazenda Real, de proteger os parentes e amigos com proventos indevidos, de oprimir o povo com tributos ilegais de que ele mesmo se fazia o administrador, e de outras muitas irregularidades administrativas com o que tinha aumentado a sua fortuna pessoal de mais de 300.000 cruzados desde que assumira o governo da Capitania.

Esta denúncia vinha adicionar-se à representação dos Paulistas, de que haviam sido portadores Borba Gato e Costa Cabral, às informações prestadas por João de Castilho Pinto e às muitas queixas e reclamações que em mais de uma ocasião formulara a Câmara do Rio de Janeiro. Apesar do grande prestígio que gozava junto à corte, o Conselho Ultramarino em sessão de 15 de dezembro tomou conhecimento das acusações e recomendou à Coroa que fôsse enviado ao Rio de Janeiro um desembargador, a fim de proceder a rigorosa devassa em torno da administração de Salvador Correia de Sá e Benevides.

Conformando-se com este parecer, o Rei ordenou, em 2 de março, que o desembargador Francisco Pinto da Veiga fôsse ao Rio de Janeiro proceder com rigor à referida diligência. Sabedor da aludida decisão, apressou-se Salvador em correr para Évora, onde se achava o Rei, e aí, pôs em movimento todo o seu prestígio, influência e proteção de que gozava junto à corte e as lábias e manejos em que era fértil. Alegando os serviços que antes dêle prestaram seu avô e seu pai, pintou-se como vítima da inveja e da calúnia de inimigos, entre os quais apontava nominalmente o provedor Domingos Corrêa, o emissário da Câmara João de Castilho Pinto e o provedor de ausentes João Fagundes, a quem

14) Quanto ao favorecimento de Salvador Benevides aos Jesuítas, há uma certidão sugestiva, datada de 29-12-1640, constante do vol. 39 dos Anais da Bibl. Nacional: «E outrossim, certifico que tem S. M. de gasto todos os anos nesta dita cidade de ordenados, Prezídios e fortalezas dela e ordinárias 21:328\$840 rs. a saber que se pagam na ordinária ao Convento de S. Bento 90\$000 rs., ao de S. Francisco 90.000 rs., ao Colégio dos Padres da Companhia 1:000\$000 rs., ao capitão mor e Governador de seu ordenado 200\$000 rs., ordenado do alcaide mor ao dito 20\$000 rs. e no de provedor da Fazenda 70\$000 rs., no de porteiro da alfândega 6\$200 rs.».

acusava de tecedores de enredos. De tal forma conseguiu atuar no ânimo do Soberano que êste, poucos dias depois, como prova do seu favor lhe confiava alta e honrosa comissão, o comando das Frotas de Comércio, criadas pelo alvará de 26 de março, com a patente de general. Como se não bastasse esta prova do favor real, obteve ainda Salvador Benevides, pelo alvará de 8 de junho, a sua nomeação para administrador das minas de S. Paulo e S. Vicente, com a condição de ser substituído em suas ausências no comando da frota pelo seu tio Duarte Correia Vasqueanes. Era-lhe fixado, pela administração geral das minas, o ordenado de trezentos mil réis.

Feitas estas nomeações, remeteu o Soberano ao Conselho Ultramarino, para que desse parecer, uma longa petição de Salvador Benevides em que pedia que fôsse suspensa a devassa ordenada contra êle. Bem compreendeu o Conselho, diante das demonstrações de prestígio do acusado, o que se esperava que fizesse, e modificando o parecer anterior, opinou que o desembargador Francisco Pinto da Veiga fôsse ao Rio de Janeiro apenas para "geralmente devassar das matérias de justiça e fazenda, sem proceder contra Salvador". Com êste parecer conformou-se o Rei que o aprovou em 19 de julho e, nesse mesmo dia, confirmou o aforamento perpétuo que a Salvador Benevides fizera, do trapiche da cidade, a Câmara do Rio de Janeiro.

Em fins de julho chegava à Bahia a Frota de Comércio, comandada por Salvador Benevides, com cêrca de 30 navios e vários galeões de proteção, na qual seguia para a Europa em sua companhia a espôsa, D. Catarina Velasco, e os filhos. ⁽¹⁵⁾

A história registra, acentua Coaracy, o procedimento equívoco que nesta viagem teve Benevides e que motivou amargas queixas de Antônio Teles da Silva, então Governador Geral do Brasil.

A sua chegada, partia para o Norte a esquadilha de Serrão de Paiva conduzindo as tropas de Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno que iam a Pernambuco cooperar na restauração, e para onde já haviam seguido, por terra, Henrique Dias e Filipe Camarão. De acôrdo com o que fôra combinado, com a aprovação do Rei, a frota de Benevides deveria reunir-se aos navios de Serrão de Paiva, depois que êstes tivessem desembarcado as tropas, e ir ameaçar Recife, entregando às autoridades holandesas cartas de intimação mandadas pelo Governador Geral.

Ao chegar em Pernambuco, Benevides apenas mandou levar à terra as cartas de que era portador, tratando de afastar-se rapidamente, tomando o rumo da Europa, abandonando a pequena esquadilha de Serrão. E com tanta pressa o fêz, que deixou em terra os parlamentares que enviara aos flamengos, que acabaram apresando um dos transportes da frota.

15) V. Coaracy — idem.

O seu procedimento nesta ocasião, observa o autor que nos vem orientando, parece inexplicável, atribuindo-o aos ciúmes e secreta hostilidade que nutria contra o Governador Geral Antônio Teles, que mandara o provedor Domingos Corrêa fazer aquela investigação em sua administração, e que resultou nas acusações ao Conselho Ultramarino.

A 16 de janeiro de 1648, chegou ao Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá e Benevides, comandando uma esquadra de seis navios. Vinha investido da patente de governador, com jurisdição sobre as capitânicas do Sul, para com mais autoridade poder desempenhar a missão de que estava incumbido, de aqui organizar e aparelhar uma expedição para a reconquista de Angola, de onde Francisco de Souto Maior não conseguira expulsar os holandeses. Aqui foi recrutada a guarnição e mais uma força de desembarque de 900 homens. Para aprestar a armada, Salvador Benevides lançou sobre a cidade do Rio de Janeiro uma contribuição de 80.000 cruzados que ainda mais veio agravar a crise econômica e financeira cujos efeitos já se faziam sentir. Para abastecer a esquadra, segundo consta de um documento de 1652, também contribuíram as Ordens religiosas, notadamente a de S. Bento, que mais tarde obteve compensações por esse auxílio.

Da atividade desenvolvida pelo Governador, é prova o fato de já em 12 de maio a esquadra estar de partida para a África, assumindo mais uma vez interinamente o governo da cidade Duarte Correia Vasqueanes.

Chegando a São Paulo de Loanda em agosto, logo atacou Salvador Benevides os holandeses, tomando-lhes o forte de Santo Antônio e poucos dias depois investindo o forte de S. Miguel em cujo ataque foi repellido, perdeu mais de um terço da força que levava. Pouco depois, entretanto, os holandeses certos de que não poderiam receber reforços, capitularam e Salvador Benevides, de acordo com as ordens que trazia, assumiu o governo de Angola, onde permaneceu três anos.

Antes de embarcar para Angola, Salvador Benevides, mediante uma "composição" feita com os posseiros e intrusos dos Campos dos Goitacazes, escritura que os cronistas qualificam de "diabólica", conseguiu que os referidos campos fôsem divididos em doze quinhões, assim distribuídos: quatro e meio para os "Capitães" primitivos posseiros ou seus herdeiros; três para Salvador Benevides; três para a Companhia de Jesus; um para o provedor da fazenda, Pero de Souza Pereira, genro de Manoel Correia, primo de Salvador Benevides, de quem era protegido; e meio para a Ordem de S. Bento.

Tendo deixado o governo de Angola, regressou Salvador Benevides para o Rio de Janeiro em 1651, trazendo grande quantidade de escravos negros para o trabalho em suas lavouras e

currais. Nessa época já possuía nas cercanias do Rio de Janeiro, segundo suas próprias alegações, cinco engenhos de açúcar e quarenta currais de gado.

Não é certo que nessa ocasião se tenha demorado no Rio, pois já em 1653 se encontrava em Lisboa.

Com a morte de D. João IV em Lisboa, a 6 de novembro de 1656, aumentou consideravelmente o prestígio dos Correia de Sá, pois, reconhecendo embora o alto valor de Salvador Benevides e utilizando-se da sua capacidade e dos seus serviços, **D. João IV sempre mantivera certas reservas em relação a êle**, causadas provavelmente diz Coaracy, pela sua hesitação em reconhecer a restauração em 1640, mas que nós acreditamos ter sido êsse Monarca soubera ou suspeitara da tentativa de insurreição de Benevides na fracassada aclamação de Amador Bueno, cuja aclamação imediata do Rei lusitano consertou a situação, sem qualquer prejuízo ou consequência para a Metrópole Portuguêsa. O fato é que desde 1648, o Rei conservou os Correia de Sá arredados da administração da cidade, e a morte dêsse Monarca inaugura nôvo período de fastígio da poderosa família.

A provisão de 17 de setembro de 1658, da Rainha Regente, separa do governo geral da Bahia a administração das capitânicas do Sul que passam a ficar sob a autoridade imediata do Governador do Rio de Janeiro, sendo para êste cargo nomeado Salvador Correia de Sá e Benevides, que via assim realizada uma de suas grandes aspirações. Só no ano seguinte saiu de Lisboa para assumir as suas novas funções, chegando ao Rio de Janeiro com a provisão de 17 de setembro do ano anterior, confirmada em 16 de janeiro de 1659, nomeando-o Governador do Rio de Janeiro com jurisdição sôbre tôdas as capitânicas do Sul, independentemente de subordinação ao governo geral da Bahia. Não há entre os autores ⁽¹⁶⁾ acôrdo quanto à data da sua chegada, sendo que as maiores probabilidades indicam ter sido a 18 de abril. Não assumiu logo as funções do cargo, no qual permaneceu o seu primo Tomé de Alvarenga, porque, de acôrdo com instruções que trazia, foi para o Espírito Santo em busca da famosa e lendária Serra das Esmeraldas, sem qualquer resultado.

Durante todo o mês de setembro, ocupou-se na Bahia nos preparativos da nova expedição, da qual conficou o comando ao filho João Correia de Sá a quem, em data de 4 de outubro, conferiu, abusando dos poderes que dispunha, a patente de Mestre de Campo. Partiu em seguida para o Rio, demorando-se em Vitória para fazer seguir pelo rio Doce a bandeira de João Correia, e só no início do ano seguinte assumiu o governo.

Em 1660 irrompe no Rio de Janeiro uma revolta popular, por motivo do descontentamento que lavrava entre a população, em

16) V. Coaracy — *idem*.

razão das fintas decretadas por Salvador Benevides e a que haviam subscrito os oficiais da Câmara. Desde a partida do Governador para São Paulo, iniciou-se a conspiração contra o mesmo, chefiada por Jerônimo Barbalho Bezerra, filho de Luiz Barbalho Bezerra, e por outros.

Decidiu o povo sublevado depor os oficiais da Câmara que se haviam mostrado submissos a Salvador Benevides, e a 16 de novembro, após vários sucessos ameaçando membros da família do Governador ausente, a Câmara dirigiu-se oficialmente à congênere de São Paulo, comunicando que a população havia deposto do governo a Salvador Correia de Sá e Benevides e Tomé Correia de Alvarenga, por haver resolvido “a nobreza como o clero e este povo, conforme unânimemente, a deitar de si a carga com que já se não podia”. Nesta carta procuram os do Rio obter a adesão de São Paulo ao movimento revolucionário e pedem o auxílio dos Paulistas. Salvador Benevides, porém, que já havia dominado a tentativa de insurreição de São Paulo, promovida por Simão de Toledo Piza, empregara naquela capitania as armas da corrupção, de que repetidas vêzes fêz uso, e conseguiu com a sua indiscutível habilidade grangear a boa vontade dos Paulistas. É assim que a 18 de dezembro, a Câmara de São Paulo responde à do Rio considerando “mal fundadas as queixas desse povo” contra o “nosso governador” e asseverando que “nós não faltaremos à obrigação que temos de leais vassallos”.

Durante os dois últimos meses de 1660, nenhuma providência aparente tomou Salvador Benevides contra os amotinados, deixando-se ficar em São Paulo, onde executou vários serviços administrativos: aberturas e melhoramentos de estradas; construções de pontes e outras providências com que grangeava a boa vontade dos Paulistas, que desejavam a permanência de Salvador Benevides naquela capitania.

Finalmente, a 1.º de janeiro publicou em São Paulo um bando, perdoadando “aos moradores e a tôdas as mais pessoas de qualquer qualidade, assim de paz como de guerra, o excesso que cometeram”, responsabilizando-os por “mais de quinhentos cruzados de fazendas minhas e dos ministros a quem prenderam”. Dessa anistia foram excluídos os procuradores da nobreza, Jerônimo Barbalho, Jorge Ferreira de Bulhões, Pedro Pinheiro, Mateus Pacheco, e os dos officios, Matias Gonçalves, Manoel Borges, Antonio Dias e Antonio Fernandes Valongo, bem como o sargento-mór, capitães de presidio e mais ministros nomeados pelos insurretos, “todos considerados inconfidentes do real serviço”, condenados a degrêdo perpétuo na África.

Entrementes, assoalhava-se no Rio de Janeiro que Salvador Benevides fazia preparativos para marchar contra aquela cidade, e providências foram tomadas para a defesa.

Salvador Benevides, entretanto, não se apressava a ir atacar os rebeldes, esperando que as disposições do seu "bando" calassem no ânimo da massa popular, minando as resistências e contando com a fadiga das forças organizadas para a defesa.

Finalmente, nos primeiros dias de março de 1661, resolveu pôr-se em marcha, deixando São Paulo sob o pretexto de visitar a Ilha Grande em cujos estaleiros tinha um galeão em construção, ocasião em que os Paulistas, com Lourenço Castanho Taques à frente, lhe declararam que, no caso de pretender êle passar-se ao Rio de Janeiro, se achavam aparelhados com pessoas e fazendas no serviço del-rei, afirmando mais quem em qualquer coisa que dêles necessitasse, estavam prestes para acudir às suas ordens, como consta do documento lavrado pelos oficiais da Câmara de São Paulo, "com a nobreza dos moradores dela". Em carta, Salvador Benevides agradeceu o oferecimento e iniciou a marcha, chegando ao Rio na madrugada de 6 de abril com a tropa comandada por seu filho João Correia de Sá, travando alguns combates nas ruas e vencendo rapidamente os revoltosos que se refugiaram no Convento de Santo Antônio, buscando o asilo dos franciscanos. De lá, sob a promessa de garantias que não respeitou, foi arrancá-los Salvador Benevides, prendendo Jerônimo Barbalho, Lucas da Silva e outros cabeças da insurreição, mandando publicar um bando de perdão geral "aos que não fôsem motores principais".

Essa revolta causou impressão sobre a côrte Portuguesa, que mandou substituir o Governador do Rio de Janeiro e, a partir dessa ocasião não mais voltaram os Correias de Sá ao govêrno da capitania.

Antes de se retirar para Lisboa, em novembro de 1652, Salvador Benevides celebrou um contrato com a Câmara pelo qual cedia para residência dos governadores a sua casa, recebendo em compensação uma casa situada na Rua do Guedelha (Beco das Cancelas) em plena posse e a remissão dos foros pelos seus terrenos da Rua Direita, além do aluguel.

Em 26 de outubro de 1678 faleceu em Setúbal o primeiro Visconde de Assêca, Martim Correia de Sá e Benevides, sucedendo-lhe no título e na propriedade da capitania da Paraíba do Sul o seu filho Diogo, ainda menor, assumindo a direção e administração dos interesses do nôvo Visconde, o seu avô Salvador Correia de Sá e Benevides.

Dez anos depois, a 1º de janeiro de 1688, falecia em Lisboa, aos 94 anos êsse grande cabo de guerra e hábil administrador, que no período nebuloso do século XVII, tirando partido das condições próprias do meio e da época, prestou ao Brasil inegáveis e valiosos serviços, merecendo, incontestavelmente, a singela porém significativa homenagem que Vivaldo Coaracy lhe prestou na sua admirável obra que nos orientou nesta peregrinação, aju-

dando-nos a penetrar e a descerrar o véu que envolvia o ministério em torno da aclamação de Amador Bueno.

“Nas suas qualidades e nos seus defeitos foi Salvador Correia de Sá e Benevides homem que excedeu a craveira comum e é uma das figuras mais notáveis do século XVII. A sua personalidade, que por muitos títulos se destaca e se impõe, seria merecedora de demorado estudo que até hoje não foi feito”.

Que outros, portanto, com mais luzes e competência, arregalem as mangas e procurem realizar essa tarefa de grande importância para a nacionalidade brasileira, para dar, finalmente, a Salvador Correia de Sá e Benevides o justo e destacado lugar que ele merece nas páginas da nossa história.

CONCLUSÃO

Da agitada, intensa e contraditória vida de Salvador Correia de Sá e Benevides que acabamos de focalizar modestamente, verifica-se a importância que os seus feitos representaram para o Brasil do século XVII, cuja participação direta, embora, na aclamação de Amador Bueno pudesse comprometê-lo aos olhos dos lusitanos e mesmo dos brasileiros, o malôgro do golpe, todavia, pela repulsa do aclamado e a maneira habilidosa como êsses acontecimentos foram encobertos e despistados pelo responsável, sem qualquer prejuízo para a coroa Portuguesa que se beneficiou, aliás, com a ação heróica e decisiva dêsse valente cabo de guerra na restauração de Angola e nos demais serviços prestados ao Brasil sob o reinado de D. João IV e seus sucessores, **concluimos** que a sua memória ficou amplamente redimida, e o Brasil devedor de melhor retribuição conferindo-lhe como penhor de gratidão, um maior destaque nas páginas da sua história.

TRADIÇÕES BRASILEIRAS

MARIA AMÁLIA CORRÊA GIFFONI

I

MANIFESTAÇÕES COREOGRÁFICAS LIGADAS AO TRABALHO

As tradições brasileiras constituem um dos assuntos mais apaixonantes para estudo e se não fôra o interesse que o próprio tema desperta, teria em seu favor dispositivos oficiais que levam à Cultura Brasileira e a obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica nos estabelecimentos de ensino, ambas conduzindo àquelas, agora mais focalizadas do que nunca. Dado às solicitações, as tradições brasileiras são rememoradas, debatidas e pesquisadas. Os programas universitários as incluem, enquadradas numa ou noutra disciplina, de acôrdo com o desenvolvimento que se dá à matéria.

Muito recentemente, em julho de 1970, as “Tradições Brasileiras” integraram o “Curso Intensivo de Educação Moral e Cívica”, ministrado para universitários, de diferentes cidades brasileiras, na “Faculdade Ciências e Letras Barão de Mauá”, em Ribeirão Preto. Fomos encarregados de analisá-las para trezentos estudantes, de várias faculdades, e procuramos focalizar os aspectos mais importantes. Delas tratámos em seis “horas-aulas” valendo-nos inclusive de “slides”, a fim de objetivar determinados assuntos, para que melhor as sentissem e aquilatassem o seu valor. Tivemos o prazer de notar que tanto os jovens, representantes de uma geração interessada e desejosa de participar ativa e útilmente na vida do País, como os homens maduros, experientes e ocupando cargos de destaque, empolgavam-se ao acompanhar as nossas tradições, que emergiam do passado, avolumavam-se, envolvendo todo o presente e conduzindo, através de sua análise, a um futuro em que a continuidade se faz presente.

Foi mais uma experiência significativa e favorável quanto ao interesse que as tradições brasileiras despertam e que se somou a outros resultados positivos, obtidos em diferentes meios, a qual nos levou a focalizar, aqui, um dos aspectos tradicionais da vida brasileira pouco conhecido, pela maioria. Trata-se da ligação

das manifestações coreográficas com o trabalho humano, particularmente no ambiente rural.

O entrosamento entre trabalho e dança é mundialmente conhecido e vem de tempos imemoriais. O homem primitivo bailava pedindo caças férteis e pescas abundantes. A civilização não eliminou a força dessa união. Várias circunstâncias levam o homem a lembrar-se da dança em ocasiões importantes. Às vezes, representa um pedido para que o esforço tenha êxito, outras constitui um agradecimento pela conclusão de tarefas, outras, ainda, demonstra alegria pela missão cumprida ou constitui simples recreação, em ambientes onde os divertimentos são raros. A verdade é que as manifestações coreográficas afloram por toda a parte.

A título de ilustração citaremos algumas danças de trabalho conhecidas em várias partes do globo como: a Dança do Chá (Japão), reproduzindo a colheita da herva; a Dança dos fabricantes de barris (Hungria), ligada a construção desses objetos; a Fiandeira (Áustria), onde se observam movimentos que evocam os teares; a Dança do feijão e da aveia (Inglaterra), relacionada com o plantio desses cereais. Danças próprias da tosquia e da vindima são conhecidas em Portugal. A dança "As Jardineiras", nascida dos "jardins", onde flôres e frutos são cultivados, é encontrada na França, assim como a Dança dos Confeiteiros, peculiar aos que se dedicam a essa especialidade, e o "Piler-lan", executado para esmagar o tojo, destinado a alimentação dos animais. Há, ainda a Dança dos Açogueiros (Grécia), realizada no dia do padroeiro desses profissionais, sendo as danças ligadas ao pastoreio comuns a vários países europeus. Conhece-se a Dança da sementeira e da colheita (Israel), onde os executantes fazem o gesto de semear e depois erguem os braços agradecendo a Deus pelo produto da colheita. Poderíamos citar outros incontáveis exemplos.

Não serão examinadas aqui as influências de outros povos nas tradições portuguesas e destas e de outras mais nas brasileiras, por estarem fora do nosso objetivo, no momento. Veremos, apenas, a correlação entre as manifestações coreográficas e o trabalho em nosso País e quando e onde ela resplandece.

Entre nós há uma figura do "Pau de Fitas" gaúcho, denominada "Rêde de Pescador", em que a tecitura obtida pela movimentação dos dançadores é idêntica à rêde que o profissional usa em sua tarefa. Na "Dança do prantá mio" os executantes, abaixando o corpo e tocando, ora com a mão direita, ora com a esquerda no chão, imitam o ato de semear, numa roda que gira num sentido e noutro. Encerrando o Fandango paulista há o "Mandadinho" onde os homens reproduzem, dançando, os gestos correspondentes a arar, semear, carpir, arrancar feijão, amontoá-lo, batê-lo, ensacá-lo e transportá-lo ou qualquer outra tarefa que lhes for ordenada.

Enquanto as danças até agora apontadas evocam mistérios ou ligam-se a êles há outras executadas durante o período de trabalhos específicos. No Rio de Janeiro, no século XIX, faziam-se presentes na moagem de cana. Constituíam apenas uma recreação para os trabalhadores e para as pessoas que afluíam ao local dos engenhos para assistí-la. A festa da moagem, que coincidia com o comêço da safra de cana, incluía a bênção do engenho, os “comes e bebes”, a movimentação dos animais (ao som de músicas e palmas) e que faziam o aparelho trabalhar, o oferecimento aos convidados do primeiro caldo de cana e de pequenos feixes dessa gramínia, seguindo-se as danças para abrilhantar o acontecimento. A partir do anoitecer até a manhã seguinte todos bailavam. Os escravos batucavam, ao lado das senzalas, à luz de fogueiras. Divertiam-se com suas danças e cantos, ao som de instrumentos que lhe eram familiares, enquanto os senhores e seus convidados ballavam nos salões, como conta Melo Morais Filho.

Outro exemplo de dança executada após a faina campestre é dado na realização dos “mutirões”, isto é, trabalhos em cooperação, comuns no meio rural. Quando há uma tarefa importante para ser realizada com presteza, como seja roçar trecho apreciável, carpir plantação extensa, semear grande área, marcar bastante gado, construir casa, etc. o interessado comunica a sua pretensão aos vizinhos e amigos e êstes aparecem, na data aprazada, trazendo as ferramentas necessárias. Após o término do trabalho surgem as músicas, danças e cantos. As manifestações coreográficas variam com as regiões e a predileção dos participantes. O Cateretê e o Fandango, êste com a sua grande variedade de danças, são os mais freqüentes no Estado de São Paulo. Nos cantos, em geral, notam-se versos improvisados, onde as peripécias do dia e as passagens humorísticas são focalizadas.

O hábito recém-criado de promover festas por ocasiões da colheita de determinadas frutas e cereais, da liberação de certos produtos, da exposição de animais, etc. tem dado origem a uma série de programações, que se repetem anualmente, e onde as danças folclóricas estão presentes, não só revivendo tradições como encerrando finalidade recreativa-exibicional. Dentre estas promoções citaremos, em São Paulo, a festa da uva (São Roque e Jundiá), a do pêssego (Itaquera), a da laranja (Bebedouro), a do caqui, a do arroz (esta em Altinópolis), a do milho verde (Itapeitininga), a do tomate, a do algodão, a do grangeiro (Descalvado), a do peão do Boiadeiro (Barretos) e inúmeras outras.

O cultivo de determinadas frutas como caqui e pêssego, além do tomate, está predominantemente ao encargo de japoneses, notando-se, nas festas comemorativas da safra, a exibição de danças que figuram nos costumes nipônicos. A festa do peão do Boiadeiro é, dentre as paulistas, a mais em evidência. Ocasiona a

afluência de espectadores vindos de longas distâncias para apreciarem, além dos rodeios, das comidas e bebidas típicas e dos divertimentos populares, os cantos e as danças. Inicialmente, os habitantes de Barretos e imediações executavam manifestações coreográficas familiares à zona como o Cateretê, Fandango e outras. Posteriormente, grupos de fora, inclusive gaúchos, deram a sua colaboração. A Chula sul rio-grandense, em particular, fazia enorme sucesso.

No Rio Grande do Sul a festa da uva, da cidade de Caxias, está se enriquecendo cada vez mais. Além dos carros alegóricos distinguem-se as danças regionais, brasileiras e internacionais, estas de grande variedade devido as correntes imigratórias que afluiram para aquele Estado.

O nosso caboclo tem na dança uma de suas poucas diversões. O caçara também a aprecia muito. O Cateretê é a dança rural por excelência. Aparece não só nas zonas pastoris, onde bailam com espora, como nas regiões praieiras, onde se exibem com tamancos e também nas áreas agrícolas, onde dançam com botinas ou descalços. A coreografia varia com os locais. Os figurantes mais frequentemente são homens, havendo, às vezes, a participação dos dois sexos. Há cantos no decorrer da dança e repetidamente os versos deixam transparecer o senso de humor dos nossos caboclos. Bailam por longo tempo, ao som de violas, sapateando e palmeando ritmicamente, fazendo evoluções simples e deixando patente, sobretudo, a perícia nos seus "batepés". O Recortado é também muito freqüente, finalizando o Cateretê, em ritmo mais vivo do que este, ou dançando isoladamente. A Cana Verde, em círculo, com versos cantados por um dançador de cada vez ou em conjunto, valseada ou sapateada, com passagem ou não, é sempre muito querida no meio rural. O Fandango paulista, dança masculina, apresentando diversas figuras, de grande agilidade e coordenação motora, é familiar às zonas de criação bovina. Constitui um dos divertimentos prediletos dos peões e boiadeiros, destacando-se pelos seus ritmos marcantes que as esporas realçam, funcionando, ao retinir, como acompanhamento. Há Fandangos, como o de Tatuí (São Paulo), onde são notadas várias "marcas", isto é, figuras, entre elas: "Pega na Bota", "Vira corpo", "Pula sela", que lembram costumes ligados à criação vacum. Nêle aparecem palmas, sapateados e castanholar de dedos. Uma das "marcas" mais curiosas é a "quebra chifre", em que os dançadores reproduzem com os pés, o movimento que os bois fazem, ao brincar um com o outro, cruzando os chifres. No "Mandadinho", ao qual já nos referimos atrás, e que constitui a fase final do Fandango, são focalizadas, com gestos seguros e destacados, conduzidos por ritmo marcante, fases de tarefas agrícolas. Nota-se, claramente, a interferência de atividades próprias à pecuária e à agricultura

em certas danças regionais. Conhece-se, ainda, tanto em São Paulo, como no Paraná, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul outro tipo de Fandango rural, que consiste em um conjunto de várias danças. ⁽¹⁾ Nesta modalidade, o Fandango gaúcho é, incontestavelmente, o mais rico de todos, não só pelo elevado número de danças, como pela graça e requinte das mesmas. O Fandango paranaense e o de Santa Catarina, no mesmo gênero, incluem algumas danças comuns ao anterior, outras diferentes, sendo todavia bem mais simples. O Fandango paulista, do mesmo tipo, apresenta-se ora mais complexo, ora menos, conforme as regiões, variando, também, as formas coreográficas que o constituem.

No Norte e Nordeste, o Côco (dança) constitui o divertimento predileto nas regiões praias. Em Alagoas foi considerado, durante um século, a recreação preferida de todas as classes sociais. Surgiu primeiro como canção, acompanhando o trabalho dos negros quebrando as frutas. As batidas, que se faziam ouvir durante a tarefa, aparecem na dança. Nota-se batidas de mãos e de pés, assim como giros que evocam o rolar da fruta. A dança do côco surgiu nos engenhos, divulgou-se pelo litoral, penetrou nos salões refinados e no meio burguês para depois ficar só entre o povo.

No Brasil Central danças são encontradas tanto no meio rural como nas vilas e pequenas cidades. Além do Cateretê, com suas características locais, entrando em função nas ocasiões importantes, inclusive na época dos trabalhos agrícolas e pastoris de maior significação, outras danças aparecem com a finalidade de recrear os participantes. Fala-se, ainda, numa Dança dos Garimpeiros ou do Garimpo, ligada ao trabalho de procura do ouro e pedras preciosas.

Danças de conjunto, como danças de par antigas, são encontradas com frequência no ambiente rural e nas localidades de difícil acesso. Não raro a Mazurca, a Polca, o Chotis, a Valsa abrilhantam as festas campestres e comemoram os trabalhos desse tipo. Atualmente, já aclimatadas, diferem da forma de origem, com exceção nos Estados do Sul, onde as características européias permanecem mais em evidência. Muitos não esqueceram, ainda, o ritmo agradável da Rancheira nem a beleza da Quadrilha, esta dança adventícia^s, que recebeu o batismo e o colorido nacional e aqui se expandiu com figuras e músicas variadas, muito nossas, sendo imensa a sua penetração no território brasileiro.

Fato incontestável é que as danças são praticadas nos grandes acontecimentos rurais, quer acompanhando etapas de trabalho quer não. Tanto são vistas na época das sementeiras e colheitas,

1) As danças Anú, Querumana, Chimarrita, Tatu, Tirana, Caranguejo, Feliz Amor e Chico, são comuns ao Fandango gaúcho e paulista, havendo outras específicas de um e de outro. Foram registradas mais de cem denominações das danças do Fandango da região sul do País.

como para pedir chuvas, sol equilibrado, ventos propícios, afastamento das pragas e das pestes, boa reprodução dos animais, germinação satisfatória das sementes, tal qual se fazia em tôdas as épocas da História, entre vários povos do mundo. Entre nós, dançando louvam os santos, como acontece no Cururu, na Dança de Santa Cruz, nas Folias de Reis, etc., pagam promessas, como se vê na Dança de São Gonçalo; distraem-se nas horas de lazer, como acontecia desde o tempo dos escravos, que afogavam as mágoas no Batuque; congregam-se nas solidões freqüentes e prolongadas, decorrentes da nossa extensão territorial. Evocando o trabalho ou apenas ligada a êle, a dança é uma constante quer no sertão, quer nos campos ou nas praias porque, como se repete constantemente, a dança acompanha o homem desde os seus primórdios e tem funções importantíssimas na vida humana, como tivemos oportunidade de apontar em outros trabalhos.

Muitas das danças rurais brasileiras são de origem portuguesa. Os lusos possuíam-nas em abundância. Entre êles a tosquia é comemorada com danças, assim como as colheitas dos produtos típicos, inclusive da azeitona. A vindima e a fabricação de vinhos, são delas acompanhadas, tanto quanto as "malhadas" dos grãos e as atividades dos "campesinos", isto é, vaqueiros portugueses. Os colonizadores trouxeram-nas para cá mas não puderam conservá-las intactas. As suas danças diluíram-se, misturaram-se, transformaram-se em outras. Apesar dos escravos, nas fazendas, empenhados nos trabalhos agrícolas, preferirem o Batuque, e dos índios, sempre que possível, escaparem às formas lusas de recreação, as danças rurais aí estão, numerosas e variadas, a congregar os nossos homens do campo e a distraí-los na êrmas noites. É bem verdade que os imigrantes estrangeiros, em certas partes do País, deram a sua contribuição ao nosso acêrvo coreográfico, suplementando o que as três raças formadoras deixaram como herança.

II

A PRESENÇA DA DANÇA NAS CERIMÔNIAS NUPCIAIS E A SUA CONTRIBUIÇÃO AO NAMÔRO

Um dos aspectos curiosos nas tradições brasileiras e pouco focalizado é a colaboração que a dança dá aos casamentos, não só contribuindo para o seu brilhantismo como predispondo ao namôro. Faz parte integrante das comemorações nupciais, tanto no ambiente rural como no citadino e se neste perdeu parte de seu prestígio, limitando-se nos dias hodiernos quase exclusivamente as classes populares, teve, em tempos passados, penetração mais ampla.

Faremos algumas considerações com a intenção de demonstrar a frequência com que as danças estão presentes nas cerimônias matrimoniais e o poder de aglutinação que exerce sobre os jovens, favorecendo os primeiros contactos, o conhecimento mais profundo, a troca de galanteios, dos quais resultam o namoro, partindo daí, muitas vezes, para o noivado e o casamento. Aliás as danças de par (constituído por homem e mulher), conhecidas desde os tempos primitivos, introduzidas nos meios plebeus na Idade Média, mal vista inicialmente nos ambientes civilizados e posteriormente aceita sem restrições, enquadram-se, em grande parte, nas danças de galanteio, com finalidade amorosa. Além das danças sociais de par enlaçado, há outras, geralmente de origem folclórica e transportadas para os salões, nas quais os pares dão-se apenas os braços ou tocam-se pelas mãos. Distinguem-se, ainda, algumas em que há obrigatoriedade do homem dizer versos à mulher, e nêles a beleza e a graça feminina são decantadas pelo cavalheiro, dando ensejo às declarações de amor. Cabe à mulher respondê-los, externando seu modo de pensar favorável ou não àquele.

A oportunidade que a dança, em geral, oferece para que os dançarinos demonstrem ao sexo oposto as suas aptidões, superioridade, graça, destreza, resistência, além de outros atributos, é sobejamente conhecida, constituindo recurso já usado pelos selvagens e que pela sua eficiência chegou até nós. Em nosso meio, as danças sociais contribuem para melhor aquilatar as qualidades morais e intelectuais dos candidatos. Pelo seu caráter de novidade, examinaremos, aqui, a contribuição que entre nós oferece, para os primeiros contactos ou posteriores entendimentos, o diálogo em versos durante a dança.

No Paraná, em Campo Largo, há uma forma de baile, denominado Curitibaano, no gênero mencionado, que pelas suas normas auxilia bastante o relacionamento entre damas e cavalheiros. Numa roda de pares, ao som de gaita, executam passos e movimentos característicos. A seguir, um par é designado para dizer versos, cujas quadras falam de amor, ciúmes e assuntos correlatos. O moço diz uma quadra, obedecendo a ritmo da toada, depois o par dá-se as mãos e faz um volteio antes de vir a resposta da moça. Após pronunciá-la, ambos contornam o círculo e o par separa-se. A fase da recitação dos versos e a "voltinha", de per-meio, nos faz lembrar o Pericón, dança rio-platense muito divulgada no sul do Brasil, onde as "relaciones" (pronunciamento de quadras) estão presentes, sendo os versos, muitas vezes, de caráter amoroso. Não é de se admirar que o Baile Curitibaano se destine aos jovens casadouros, uma vez que pelas suas características dá ensejo, mais do que qualquer outro, a declarações que contribuirão para namoros e futuros casamentos.

Em Goiás, é conhecida a Dança do Cangaçá ou Dança do Lenço e, na localidade de Serrania, os versos que a acompanham comentam a desorganização acarretada pelos namorados, desejosos de se manterem sempre juntos durante a dança. ⁽²⁾ Aliás, danças com a presença de lenço são comuns entre europeus e sul-americanos, ligando-se esta peça ao amor e às despedidas.

O Pericão ⁽³⁾, conhecido no distrito de Ivinhema, em Mato Grosso, também dá oportunidade ao início ou a continuação de pretensões amorosas, pela obrigatoriedade imposta aos cavalheiros de dizerem versos às damas, durante a sua execução. Das significativas palavras pronunciadas, onde as demonstrações de afetividade são freqüentes, para o namôro e etapas subseqüentes é apenas um passo.

Não poderíamos deixar de mencionar na fase pré-matrimonial a importância da Dança de São Gonçalo, considerado o santo casamenteiro, o patrono da fecundidade humana, a êle recorrendo as solteiras e viúvas, muitas delas já sem esperanças de encontrarem companheiro. O culto a São Gonçalo deu origem ao aparecimento da dança em vários Estados brasileiros. Inicialmente, em decorrência de considerá-lo casamenteiro, a dança tinha caráter erótico, o qual desapareceu gradualmente. Executam-na em cumprimento de promessas as mais variadas. É vista no Nordeste, Brasil Central, em São Paulo, onde é grandemente divulgada, e no Paraná. Altar armado, orações, "mistérios", "mesuras", evoluções, sapateados, palmas, cantos, são básicos em sua realização. Há inúmeras variações, figuras e detalhes inéditos, nos múltiplos locais e regiões onde é encontrada. A freqüência com que é vista atesta o seu imenso valor na obtenção de graças e favôres, entre os quais o de arranjar casamento.

Como dissemos inicialmente, a dança, e também a música, colaborando para abrilhantar as cerimônias nupciais fazem parte da tradição brasileira, nos ambientes citadinos e rurais. A participação de ambas persiste em nossos dias, como acontecia no passado. As louvações aos nubentes são comuns no sertão nordestino e as facécias aos noivos são freqüentes em várias partes do Brasil. Nos casamentos no meio rural, do Rio de Janeiro, em fins do século XIX, via-se o violeiro sapateando e fazendo momi-

2) Estas quadras, inseridas em «Folclore Goiano», de José A. Teixeira, recolhidos na Dança do Cangaçá, de Serrania, constituem ótimo argumento para o ponto de vista.

Essas dancinha di lenço
É sintoma dus namorista,
É na rega dus sortêru
Iscuidu prá pro na lista

Dançadera desinvulvidu
Pode dança muntu bem,
Não senu cos namoradu
Não dança cum mais ninguém

3) Supomos tratar-se do próprio Pericon ou uma variante.

ces preceder os noivos, na rua. Durante a festa nupcial eram dançadas Quadrilhas e Valsas e, concluídas ambas, o Chiba dominava completamente. Seguia-se a Chula e depois voltavam ao Chiba. As tantas, retornavam à Valsa e a função prosseguia. No terreiro os escravos dançavam o Batuque e a Chula. No salão o Fado brasileiro aparecia, de permêio as danças estrangeiras. O baile ia até ao amanhecer, dêle participando convidados e parentes. O cantador enriquecia a festa com sua presença, distraindo os convidados com versos humorísticos. Tudo isto se conclui ao ler o "Casamento na Roça", de Melo Moraes Filho. ⁽⁴⁾

Os casamentos rurais, com pormenores que variavam de uma para outra região, eram celebrados entre festas que duravam dias e nas quais as manifestações coreográficas sempre estiveram presentes. Ao que sabemos, no Estado de São Paulo, como em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, no Nordeste e Norte do País, as danças nunca deixaram de acompanhar as bodas e não raro constituíram, como ainda constituem, em alguns lugares, o principal atrativo da cerimônia. Em todo o Brasil, não só no ambiente rural como nas cidades, os participantes quase não perdem a oportunidade para se divertirem, dançando. O hábito perdura entre a classe mais simples e a média, excluído entre os abastados, que não o consideram "bem". As danças sociais do momento e, mesmo algumas mais antigas, constituem o repertório dos bailes citadinos. No meio rural executam com entusiasmo as danças que lhes são familiares. Em ambos os ambientes os executantes põem em evidência seus dotes e conhecimentos e os que apenas assistem quase sempre aplaudem ou criticam, participando com satisfação do espetáculo, nunca se comportando como observadores indiferentes. A realização dos bailes após os matrimônios continuam em uso, sendo mais freqüente no meio rural, onde os divertimentos são escassos. Nêle o Cate-retê é uma das manifestações coreográficas mais queridas, congregando, nas tulhas, à noite, os convidados vindos de longe, dando oportunidade ao elemento masculino de exhibir suas habilidades nos sapateados, bastante variados. A Chimarrita, a Cana Verde, a Ciranda, além de muitas outras que fazem parte do Fandango rural, também costumam estar presentes. Há dois anos, aproximadamente, convidaram-nos para assistir ao casamento da filha de um meeiro, na Fazenda Buenos Aires, em São José do Rio Pardo (S.P.). O proprietário da fazenda e padrinho da noiva, Dr. João da Silva Rocha, deu uma festa, segundo os cânones tradicionais. O terreiro de café foi enfeitado com bandeirinhas de papel de sêda colorida, houve churrasco, doces caipiras, fogos de artifício e, a seguir, o baile, acompanhado de sanfona. O Samba, a Marcha, a Rancheira, a Valsa, o Baião foram tocados de forma

4) Capítulo de «Festas e Tradições Populares do Brasil».

diferente, mais próximos da Mazurca e da Polca, fazendo com que as “modas” fossem tôdas executadas num estilo puladinho. Os filhos do fazendeiro e seus amigos, todos citadinos, surpreenderam-se e custaram a adaptarem-se ao “sistema puladinho” com que os caboclos dançavam. Para acompanhá-los, saltitavam ao dar os passos, em lugar de executá-los de forma razante, como estavam habituados.

Ainda comentando o ambiente paulista, podemos assegurar que até bem pouco tempo, em determinadas cidades, como Santa Rita do Passa Quatro, Tambaú, Sta. Cruz das Palmeiras, Pirassununga, Leme, Jacirandi (Ex-Sta. Cruz da Estrêla), os bailes continuavam a abrilhantar os casamentos, realizando-se após êles. Depois da cerimônia religiosa, dirigiam-se à residência da noiva, para os “doces”. Aí, os convidados jovens manifestavam vontade de dançar (quando a resolução para o baile não houvesse sido tomada previamente), aspiração sempre acolhida com benevolência pela dona de casa. O acompanhamento instrumental era rapidamente providenciado (orquestra, piano, “acordeon”, instrumentos de percussão, conforme as possibilidades e o uso). Os noivos iniciam o baile, que se prolonga pela noite a dentro. Na capital paulista a ocorrência se repete nos meios populares. Nos ambientes refinados já deixou de ser usual. Há muito não tinhamos notícia do fato quanto, para surpresa nossa, há uns três anos, no casamento da neta de um dos maiores escritores brasileiros, na recepção, realizada num clube social, após servirem os salgados e doces a orquestra anunciou a Valsa dos Noivos. Os convidados formaram círculo em tórno do casal, para vê-lo dançar. Observamos, emocionados, reviver uma tradição brasileira postergada entre a “gente bem”.

Em Mato Grosso, nas imediações de Campo Grande, Mutum e Rio Verde, amigos nossos, fazendeiros nessas localidades, afirmaram-nos continuar em uso os bailes após o casamento, nas cidades do interior e nas fazendas. Nas primeiras são vistas danças sociais mais antigas, como Valsa, Chotis, Mazurca, Rancheira, Samba, Marcha, Fox e no meio rural observa-se o Chotis de Dois, Chotis de Quatro, Chotis em Roda, Chotis Mandado, Cana Verde e Catereté.

Quanto a Minas Gerais, nas regiões de Uberlândia, Uberaba e Araxá, que visitamos com freqüência, realizam-se bailes após a cerimônia religiosa, principalmente na zona rural, sendo vistos nas cidades apenas entre as classes de menor relêvo. Na zona de Conselheiro Lafaiete (incluindo Queluz), Barbacena e imediações fomos informados de que as danças nunca deixaram de estar presentes, por ocasião dos casamentos, nas zonas rurais, variando as modalidades dançantes, de acôrdo com a classe social dos convidados. Há 40 anos foi observado, numa boda, três am-

bientes para dançar. Um para os “chics”, onde eram executadas as danças do momento, representadas pelo Fox, Maxixe, Mazurca e Rancheira, outro para os cidadãos mais modestos, que bailavam, ao lado dos elementos evoluídos da fazenda, a Quadrilha, a Polca, a Mazurca, a Rancheira e outro para os trabalhadores rurais que se divertiam, os brancos com o Cateretê e a Cana Verde e os pretos com o Batuque. Por longos anos o quadro se repetiu, de forma mais ou menos semelhante, e nos dias atuais vêm-se, ainda, pelo menos dois cenários: um onde executam as danças sociais modernas (chegadas com certo atraso, em relação aos grandes centros, como é natural) e outro onde se realizam as danças típicas rurais.

No Nordeste brasileiro, no século passado, o Baião antigo marcava época nos casamentos, ao lado de danças estrangeiras como o Minueto e o Cotillon. Executavam-no tanto entre o povo como nos ambientes refinados. Conheciam-no do Maranhão, à Bahia, apresentando diversas modalidades coreográficas. O Baião moderno abrangeu, em meados do século XX, os salões brasileiros e divulgou-se imensamente, aparecendo nas festas sociais as mais variadas. O Côco foi, também, durante um século, considerado o divertimento por excelência de tôdas as classes sociais. Depois de penetrar nos salões de alta classe e no meio burguês, situou-se entre o povo, sendo notada a sua presença também nas festas de bodas.

No sertão brasileiro o casamento é ligado a várias tradições, sendo uma delas o baile, com a finalidade de abrilhantá-lo.

As danças complementando as núpcias é costume de tal modo divulgado entre nós que o povo estabeleceu princípios, religiosamente obdecidos. Entre os costumes relacionados ao casamento há alguns que ilustram significativamente a importância e o destaque que a dança alcançou nas cerimônias nupciais. Luiz da Câmara Cascudo⁽⁵⁾, menciona alguns tópicos ilustrativos, entre os quais o de haver uma superstição de “quem não fizer uma festa, por mais humilde que seja, quando casar, será “miserável” a vida inteira”. Queremos lembrar que o baile é uma das realizações obrigatórias nesse tipo de festa, por ser das mais agradáveis e menos dispendiosas. Há sempre amigos e convidados que tocam e os “comes e bebes” tornam-se secundários diante da alegria reinante. Focaliza, ainda, dois princípios estabelecidos e que devem ser seguidos nos bailes nupciais: 1.º) — A mulher “senta-se em primeiro lugar, no sofá onde fica longamente em exposição ao lado do marido, enquanto dançam”; 2.º) — “A noiva abre o baile dançando com o marido ou com o padrinho de casamento”. Pelo visto, conclui-se que as danças encerrando as bodas são tão usuais entre nós que o hábito já estabeleceu normas,

5) Em Dicionário do Folclore Brasileiro.

As manifestações coreográficas ligadas às cerimônias nupciais fazem parte não só das tradições brasileiras como de povos europeus que contribuem para nossa formação étnica. Faremos alguns comentários sobre o assunto, para focalizar a origem de certos costumes observados entre nós e de outros que surgirão, decorrentes de influências estrangeiras.

Entre a colônia italiana, mais alegre e comunicativa que as outras, e que tão bem se ambientou em nosso País, é comum a organização de "brincadeiras" e bailes por qualquer motivo e, com maior razão, nas cerimônias nupciais. Os convidados, com a presença dos noivos ou após a retirada dos mesmos, dançam até o amanhecer, sobretudo em São Paulo e Rio Grande do Sul, onde a colônia é maior. Por volta de 1906, e anos depois, em Santa Rita do Passa Quatro (S.P.) após as bodas, os italianos reuniam-se na "Cervejaria", no bairro de S. Sebastião, e executavam as danças européias em voga como o Chotis, a Valsa, a Mazurca, a Polca, além da Quadrilha. O hábito das reuniões dançantes para comemorar o casamento permanece entre os elementos da colônia e seus descendentes, tanto no ambiente rural, como nas cidades, sobretudo entre o pessoal mais simples, variando as modalidades coreográficas conforme a época e o ambiente. Aliás, a Itália possui danças ligadas às bodas, sendo uma delas a Trescona, bailada pelos convidados. Outra curiosa dança é a "Dança dos Esposos" (degli Sposi), de tipo erótico.

Mariza Lira ⁽⁶⁾ conta que no Paraná, no meio da colônia polonesa, as festas de núpcias duram dias e durante elas executam a Dança do Barrete, originária da Polônia. Bailam a noiva e duas damas de honra, sendo que as convidadas participam da dança, uma a uma, momento em que oferecem a sua contribuição aos noivos, para iniciarem a vida conjugal. Isto não nos surpreende uma vez que outras danças acompanham a cerimônia nupcial naquele País. Na véspera do casamento a noiva convida as mulheres para dançarem em sua casa e o fazem até tarde da noite, vendo-se inclusive a humorística "Dança do Ladrão". Na manhã seguinte os convidados aguardam os noivos dançando a "Kraco-wiack". Não nos surpreenderá, portanto, o aparecimento de outras danças ligadas às bodas, entre os poloneses residentes no Brasil e seus descendentes.

Melo Moraes ⁽⁷⁾ relata como eram celebrados os casamentos de ciganos no Rio de Janeiro, na primeira década do século XIX (1830), mencionando a presença de manifestações coreográficas durante a festa nupcial. Concluímos que a partir do anoitecer começavam as danças, que se prolongavam pela noite a dentro. Animavam-se cada vez mais, aparecendo os sapateados que se

6) Em Migalhas Folklóricas.

7) Obra citada.

intensificavam à medida que o tempo passava, contrastando com as cantigas suaves e os “chorados de viola”. Cantos e danças continuavam, mesmo após o recolhimento dos noivos. No momento em que o nubente exhibia o “gade” (camisa da noiva), cumprindo a tradição cigana, como prova de que a união carnal estava consumada, o festim recomeçava, com o sapateado dos Fandangos. Formulamos, no caso, duas hipóteses: 1.^a) — Os ciganos, no geral exímios dançarinos, já deviam estar familiarizados com as danças conhecidas no Brasil; 2.^a) — Os sapateados mencionados talvez fôsem provenientes de danças européias a êles familiares. Aliás, na Hungria, onde os ciganos sempre foram numerosos e as suas orquestras são famosas, as danças nupciais são variadíssimas. Bailam na compra simulada da noiva, e o fazem quando colocam defronte à casa do noivo a “Kendofa” (árvore de lenço), enfeitada com objetos destinados aos nubentes. Executam a Dança do Marcineiro, ao transportar o leito conjugal e a Dança dos Travesseiros, onde êsses objetos aparecem. Bailam na despedida de solteiro, do noivo, para coletar presentes e cabe à noiva, por sua vez, executar a “Búcsú-tán” (dança da despedida). Junto à igreja é realizada a “Paptánc” (dança do padre ou presbítero) e, após a cerimônia, vê-se a “Stáció” bailada em tórno da fogueira, a “Becsületánc” (Dança da Honra) e a Kendotánc em que, na fase final é, retirada a grinalda da noiva e os presentes dançam em volta da casa. Esta dança tem significado mágico. Vê-se como é grande a variedade de danças húngaras ligadas às bodas e que poderão, através dos imigrantes húngaros e por vias indiretas, interferir em nosso cabedal coreográfico.

Se não fôsse fastidioso para o leitor enumeraríamos aqui as danças de caráter nupcial conhecidas na Grécia, na Suécia, na Escócia, na França, na Tchecoslováquia e que poderão vir a ser reproduzidas pelas colônias respectivas e por seus descendentes em nosso meio e incorporarem-se às nossas tradições.

Nota-se como é usual, cadá um a sua maneira e de acôrdo com as suas tradições, comemorar com danças as bodas, cerimônia de grande significado na vida individual e da sociedade. O casamento envolve aspectos que dizem respeito aos nubentes, aos seus familiares, amigos e à própria comunidade, daí a sua importância e a preocupação de festejá-lo da melhor maneira. Nós brasileiros, o comemoramos com danças usuais e genéricas, variáveis com a época e o ambiente, sem danças específicas, estritamente ligadas às bodas. Não dispomos inclusive de danças próprias para ofertar presentes aos noivos, fazendo-o de forma comum. Apenas comemoramos o acontecimento dançando, em sinal de regozijo, testemunhando, assim, a nossa solidariedade e alegria pela concretização de uma etapa decisiva na vida dos nubentes.

Portugal, que apesar de sua pequena extensão territorial é riquíssimo em danças típicas e as executa por ocasião das festas religiosas, dos trabalhos rurais, para expressar os sentimentos do povo e apenas por recreação, não nos parece ter deixado, no panorama coreográfico brasileiro, contribuição específica quanto a danças nupciais.

As correntes migratórias que aqui aportaram, sobretudo as de procedência européia e, particularmente as dos países por nós mencionados, logo estarão influenciando em nosso "folk-dance". Um dos motivos que concorrem para a penetração das danças de bodas é que, não raro, na realização dessas manifestações coreográficas há um fundo místico. Através delas são feitos votos de saúde e felicidade aos noivos e muitas têm o poder de afugentar espíritos maléficos, que podem perturbar a vida do novo casal, inclusive, dificultar a vinda dos filhos. A presença da dança nas cerimônias nupciais tem, portanto, em certos casos, finalidade muito mais importante do que proporcionar ambiente alegre e festivo. Muitas trazem em si atributos mágicos, profundamente benéficos.

É difícil antecipar como se delinearão as influências estrangeiras em nossas tradições, no que diz respeito às danças ligadas ao casamento. Contudo podemos afirmar que qualquer inovação será bem recebida, porque a tradição não é estática.

DUAS CARTAS NOTÁVEIS E INÉDITAS

AURELIANO LEITE

As duas cartas aqui transcritas valem principalmente como documentação do movimento pela República, ao tempo ainda do velho regime monárquico, em dois pontos diferentes do Brasil, ainda que próximos.

A primeira delas tem a data de 15 de setembro de 1881 e o missivista é o Visconde de Indaiatuba (José Bonifácio do Amaral), chefe do Partido Liberal na cidade de Campinas. Dirigiu-a ao Conselheiro Carrão (João da Silva Carrão), que era o maioral daquela comunhão na Província. Transmitiu-lhe o testemunho do progresso material e cultural de Campinas.

Mas a sua maior preocupação era fortalecer a sua grei política com a nomeação de amigos para diferentes cargos públicos e a consecução de alguns baronatos para diversas figuras da terra. Tudo isso oferecia uma forte razão — desprestigiar os republicanos que, consoante o melhor trêcho da aludida carta, estavam na política local pondo os monarquistas no chinelo. Vejamo-lo:

“Se encararmos o assunto pelo lado político (refiro-me dos republicanos), a conveniência dêsses títulos, há tanto tempo esperados, toma as proporções de uma necessidade. V. Exa. conhece de quanto são êles capazes em Campinas, pela inteligência e ilimitada dedicação na propaganda de suas idéias. Senhores da imprensa, há longos anos e também do Fôro de Campinas e não recuando ante meio algum ao seu alcance em tôdas as relações sociais, têm êles levado tão longe e com tanta audácia a sua propaganda que nestes últimos tempos só é moda, só é chique a república e o moço que a ela adere”.

“E quantos velhos não vão acompanhando os seus filhos a êsses arraiás?”

Esse admirável testemunho, além do mais, reforça o nosso conceito de que Campinas e não a fidelíssima Itú (como dizem Af. Taunay, J. Maria dos Santos e outros) era a chamada Meca Republicana, talvez porque ali se tivesse reunido a Convenção de 1873.

Lembremos ainda que a sugestão de Indaiatuba surtiu de certa forma o efeito desejado, porque os nomes por ela lembrados alcançaram os títulos almejados.

A segunda carta, modelo de boa linguagem, datada do início de 1888, procedeu da cidade sul-mineira de Pouso Alegre e teve como signatário o Tenente-Coronel Aureliano Batista Pinto de Almeida, advogado provisionado e famoso tribuno do Júri. Dirigiu-a ao seu neto Sylvio de Almeida, depois conhecido educador e filólogo, ao tempo estudante de preparatórios na Paulicéia.

A Província de S. Paulo realizara pouco antes o seu último Congresso Republicano e foi sem dúvida por esse fato que o missivista falou com tanto entusiasmo na terra de Amador Bueno. Elogiando-a e lembrando ser dela originário, deu conta de que o Sul de Minas estava a mover-se pela República e pela Abolição da Escravatura, prenunciando para breve os dois acontecimentos.

Disso a prova de que especialmente o regime de 1889 não traria surpresa para os brasileiros, como alguns imaginam.

Parece-nos interessante recordar que Pouso Alegre, desde muito, constituía um centro de idéias adiantadas, chegando, já em 1830, oito anos após a Independência, a lançar o primeiro jornal do Sul da Província. Na tipografia desse órgão — Pregoeiro Constitucional, publicou-se a chamada Constituição de Pouso Alegre, para aí levada pelo Senador Padre José Bento Leite F. de Melo, que se ordenara em São Paulo e era companheiro político e íntimo amigo do Padre Antônio Feijó.

Sobre o missivista informa o historiógrafo mineiro Amadeu de Queirós, em o seu livro "O Senador José Bento", ed. de 1933, que "era considerado elemento social e que se tornou figura de destaque no local, sendo inúmeros os seus descendentes, destacando-se entre eles pessoas de relêvo nas letras, na política, na ciência, no comércio, na lavoura e na carreira das armas".

Seguem-se as cartas. Vejamos primeiro a de Indaiatuba a Carrão:

Ex^{mo}. Am^o. Sr. Consl^o. Carrão.

Que com a Ex^{ma}. Família tenha continuado á passar bem e no goso das melhores disposições, estes são os meos votos.

Ha-de lembrar-se que quando ahi estive, ha pouco, comuniquei que as entrevistas que se derão ahi entre mim e o ministro paulista nosso amigo Moreira de Barros, em Julho de 1879, bem como entre mim e outro ministro, taobem paulista, o nosso amigo Homem de Mello, em Julho de 1880, com relação á titulos e condecorações para alguns Campineiros, bem dignos de tais graças, concluindo por diser-lhe que estes dois nosos amigos nada fiserão até hoje e ficando eu sem saber se o Imperador é quem não quer, ou elles por qualquer rasão que ignoro.

Certo comprehende V. Ex^a. perfeitamente o interesse que pode mover-me para me intrometer em um similhante assumpto. Ha-

de saber que os titulos com que muito sinto distinguido só tem para mim o grande valor que advem da sua procedencia — a vontade do Chefe da Nação. E pois convicto estará deque n'este assumpto só posso ser levado por um unico interesse que não vai alem dos principios de justiça, pelo menos relativa e de não bem entendida conveniencia.

Ponha-se os pontos nos iii. Tendo falecido a Viscondessa, de Campinas, o Barão de Monte-mor e ultimamente o d'Atibaia, sou eu o unico titular em Campinas. Mas esta Cidade não contará entre seos filhos uma desena, talvez, de pessoas dignas de o ser? Só com injustiça se poderá negar, parecendo-me que para fundamentar esta asserção bastará, dar um golpe de vista sobre o desenvolvimento material e moral desta Cidade devido à fortuna relativamente boa que possui, assim como é esta divida á indole laboriosa de seos filhos, que levantarão-se da pobreza.

Este povo não esperou acumular fortuna para prodigalisar como tem feito em tudo que concerne á serviços publicos. Ahi estão atestando a via-ferro paulista, a linha de bonds urbanos, a illuminação a gas, o theatro, o hypodromo, a cadeia, as monumentais egreja matris nova e Casa de Misericordia, o Colegio Culto á Sciencia de instrução secundaria, o Colegio internacional taobem de instrução secundaria, bem como as de instrução primaria que são as escholas Correa de Mello, a eschola Ferreira Penteado e a eschola Camargo Andrade.

A fortuna de Campinas começou, ha cerca de 20 annos, e só de então para cá realisarão-se estes melhoramentos, assás importantes para ua Cidade do interior da Provincia. Eis por que um dia, os Campineiros (com raras exepçoens) prodigalisarão em prol de diversos ramos do serviço publico, antes ainda de accumularem peculio.

A egreja matris nova nos tem custado por certo soma superior á mil contos. Começada ha cerca de 60 annos e recebendo grande impulso, ha cerca de 10, consome cerca de cem contos por anno e só ficará concluida n'estes dous annos. A Casa de Misericordia feita com muita economia custa aos Campineiros bem mais de cem contos. Alem da elegante capela, tem uma ala occupada pela enfermaria frequentada constantemente por algúas desenas de doentes; em outra recebem instrução mais de 200 meninas pobres. O Colegio — Culto á Sciencia — propriedade de ua Associação que não percebeu lucros e á quem custou mais de cem contos é frequentado por mais de cem colegiais internos e alguas dezenas de externos. O Colegio internacional sustenta-se com cerca de 200 colegiais. A Eschola Correa de Mello, que custou-nos mais de 40 contos, é frequentada por 120 meninos, dos dous sexos (pobres) e está preparada para receber mais de 100; é sustentada pela Associação que não percebe lucros. As escholas Ferreira

Penteado e Camargo Andrade (Pae e Filho) aquella e esta são frequentadas por cerca de 50 meninos pobres.

Alem d'estas escholas e das publicas, raro é o bairro no municipio que não tenha sua eschola de instrucção primaria.

Ora não é alguma cousa tudo isto que tem sido feito n'um periodo, talvez não superior á 15 annos por iniciativa e á custa dos Campineiros, exeção feita, apenas, com relação á estrada de ferro paulista, em que tem elles a iniciativa e ua grande parte, assim como com relação ao Collegio internacional, para cujo estabelecimento só concorremos com auxilio moral e finalmente no tocante à Companhia de gás que recebe ua subvenção annual da Provincia? Agora mesmo trata-se da construcção de um importante matadouro por ua empresa, cujas aççoens estão já tomadas no vallor de cem contos.

E será plausivel supor-se que Campinas não tem alguns filhos dignos de titulos e condecoraçoes?

Pois bem, não convirá que se faça justiça, e de ua ves, a todos que merecem, mas sim á alguns que passo a indicar e são elles os Comendadores (officiais da rosa) Joaquim Policarpo Aranha, Joaquim Ferreira Penteado, Manoel Carlos Aranha, o Dr. João Ataliba Nogueira e Joaquim Ferreira de Camargo Andrade.

Se como creio for considerado enorme este número e deva por isso ser redusido, sejão preferidos os dous primeiros, Aranha e Penteado, para serem agraciados com titulos. Estes dous respeitaveis ancioens distinguem-se como Chefes exemplares de numerosos e importantes Familias. Fasendeiros, são dos mais importantes e abastados.

Em politica, e em todos os tempos, liberaes monarchistas. Jamais se fiserão esperar nos maiores, ou antes em todos os cometimentos realizados, ou em via de execução, em Campinas, e por isso em todos tem elles boa parte, de modo que se fossemos a somar os seos actos de generosidade e patriotismo, importariam desenhas de contos.

Ainda ha pouco Ferreira Penteado fes construir ua casa elegante (Chalé) destinada ao ensino primario de meninos pobres ao qual deo o nome — Eschola para o povo — elle a sustenta e é frequentado por 50 meninos pobres, de dia, e outros tantos á noite. Custou-lhe cerca de 15 contos. O filho, Camargo Andrade, abriu e sustenta no pavimento terreo do seo sobrado ua eschola frequentada por cerca de 50 meninos pobres. Policarpo Aranha, sempre ao lado d'aquelle (Ferreira Penteado) em todos os cometimentos, não tardará secundal-o n'este acto de patriotismo. Em suma, a muni-ficencia Impecial dispensada á estes dous distinctos Campineiras, creia, será acolhida com aplausos pelo povo Campineiro; aludo á Policarpo Aranha e Ferreira Penteado.

Quanto aos demais, das quais fis menção e são o Dr. João Ataliba Nogueira, Manoel Carlos Aranha e Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, figuras esperadas em outra ocasião, desde que se julgue não rasoavel um numero maior de titulos para Campinas; más alguas condecoraçoes são bem cabidas.

Ataliba é seo conhecido, M^{el}. Carlos Aranha é irmão de Joaquim Policarpo Aranha, ambos cunhados do nosso amigo Tres-Rios; Camargo Andrade é filho de Ferreira Penteado.

Se realizar-se um titulo p^a. J^{oa}. Policarpo Aranha, acho plausivel que seja o de Campinas, por ser o membro mais importante hoje, da familia Egidio-Aranha e seo genro da finada Viscondessa de Campinas.

Se encararmos o assumpto pelo lado politico (refiro-me aos republicanos) a conviniencia d'estes titulos, ha tanto tempo esperados, tomão as proporçoes de ua necessidade. V. Ex^a. conhece de quanto são elles capazes em Campinas pela inteligencia e ilimitada dedicação na propaganda de suas ideias; senhores da imprensa, ha longos annos e tão bem do Foro de Campinas e não recuando ante meio algum ao seo alcance em todas as relações sociais, tem elles levado tão longe e com tanta audacia a sua propaganda que n'estes ultimos tempos só é moda, só é chick, a republica e o moço que á ella adhere.

E quantos velhos não vão acompanhando á seos filhos até esses arraiaes?

Tanto me tem incomodado este estado das cousas politicas que se dão n'este lado da Provincia, devido principalmente ao contraste que fas a actividade dos republicados com a quase imobilidade do partido liberal e conservador, por serem em sua grande maioria compostas de lavradores, que á despeito de ser um soldado maior de 66 annos, e reformado ha mais de 12, voltei com a minha espingarda, da reserva ao posto da activa. Não fas ideia da indignação que aos republicanos causou este passo por mim dado. Não foi menos a que d'elle se apoderou com a creação de um jornal a — Opinião Liberal — do qual invio hoje alguns numeros e continuarei á remeter p^a. que o aprecie e nos dê juiso a respeito da direcção que leva.

Do mesmo jornal verá quem são os redactores, entre os quais sobresahe o nosso amigo e distincto correligionário Policarpo Teixeira de Almeida Queiros, auctor da serie de artigos em q. elle aprecia o programa republicano.

Para empiorar a situação do partido liberal n'esta Cidade, onde já tem o elleitorado em minoria, se bem que pequena, com relação ao republicano, acha-se o seo Directorio em desarmonia com o ministro paulista nosso amigo Homem de Mello e tão descontente que no todo cortou suas relações com elle. Facil é compreender-se as más consequencias. Sou, talvez, o unico liberal de Campinas que

com o Ministro se corresponde, mas com incognificante resultado, quem sabe, por causa da quadra elleitoral. A principal causa d'isto forão as decepçoens que se derão com as nomeaçõens de um Tabelião e de um Escrevente de orphãos, pedidas pelo Directorio, para esta Cidade.

Quanto ao officio de orph.^o foi substituido o candidacto do Directorio por um voluntario da Patria, fulano Tourinho, baiano, que para cumulo de desgostos, e regalo dos republicanos, carece de todas as qualidades e habilitaçõens exigidas para um tal emprego. Quanto ao Tabelionato vai para um anno que espera-se pela nomeação do Dor. Manoel José da Silva, candidacto do Directorio, ou antes dos 3 partidos politicos, ou ainda melhor e posso afirmar — do povo Campineiro, tal é o conceito, as gerais sympathias de que gosa este nosso amigo e correligionario em rasão do perfeito desempenho de seos deveres e das distinctas qualidades que o caracterisão — todas conhecidas no exercicio interino d'este emprego, ha cerca de um anno.

Mas esta interinidade tão longa é um martirio para quem como o D.^o Manoel José já é edoso, possui poucos recursos e é Chefe de numerosa Familia, alem de que desmoralisa o partido liberal. Creia V. Ex.^a que certo conhece ao D.^o M.^o José da Silva, o fóro de Campinas tem necessidade de um Tabelião, como elle é, respeitavel pelo seo character e completas habilitaçõens.

Levando ao seo conhecimento estes factos que contristão o o partido liberal de Campinas e isto em vespervas de ua tão importante eleição, tenho em vistas chamar a sua atenção para elles e pedir que veja se lhes dá algum remedio.

Sei que não é airoso e nem está no programa do actual G.^o faser favores á correligionarios, nem mesmo justiça (como estas são) ao partido liberal, durante o processo elleitoral e eu não peço que faça já, basta que se prometa para reabrir-se logo depois da eleição.

V. Ex.^a conhece a influencia malefica que exercem tais descontentamentos no animo de um partido que, para peiôr, luta com os republicanos, todo elle enthusiasmo, intelligencia, dedicação e audás na extensão da palavra, que não perde o mais insignificante facto para ridiculariar aos monarchistas. É mister que se não concorra com o seo indeferintismo para o desanimo d'estes, que podem cançar na luta e abrir mão de tudo, que é o que querem os republicanos, pois declarão á quem quer ouvir que não querem no poder os liberaes por que procedem de modo á conservar a monarchia, o que não succede que no poder estão os Conservadores, os quais procedem sempre de modo á desacreditar-a, oque importa trabalhar em favor da republica.

Creia V. Ex.^a que, se conseguir acabar com esta situação em que se acha o partido liberal de Campinas, presta-lhe o mais relevante

serviço. Estou vendo pelos jornais que de continuo se preenchem vagas de officiaes de justiça, mesmo durante o processo eleitoral, e assim não poderá conseguir a nomeação do D^{or}. M^{el}. José para logo, visto estar pendente ha mais de anno, e a circunstância de vir ella reanimar o partido liberal? Eu conto com a boa vontade dos C^{ros}. Homem de Mello e Dantas; fiquem as graças p^a. mais tarde.

Em resumo, e a proposito das graças, devo acrescentar aos nomes já indicados para os titulos, que são os comendadores (off. da Rosa) J^{oa}. Policarpo Aranha e J^{oa}. Ferreira Penteado, e para as condecoraçoes D.^{or} João Ataliba Nogueira, Manoel Carlos Aranha (Off. da Rosa e irmão de Policarpo Aranha) e J^{oa}. Ferreira de Camargo Andrade (Filho de Ferreira Penteado) devo acrescentar, digo, um nome e muito conhecido do nosso amigo e distincto correlligionario Major João Martim de Asevedo. Mora em Campinas ha cerca de 30 annos, correlligionario distincto pela maior dedicação com que desempenhou sempre cargos publicos de nomeação popular e do Governo. Acresce que tem numerosa familia e todos, filhos e genros, republicanos é dos raros cuja firmesa de principios resistio sempre e resistirá à influencia da familia, à quem nem discussão politica consente com elle.

Como pode V. Ex.^a não ter bastante conhecimento das pessoas supra indicadas, ousou dizer a minha opinião à respeito. Parece-me que mto bem assentarião titulos aos dous primeiros, comendas aos 3 immediatos e officialato ao ultimo: Asevedo.

Deichei correr a penna com tanta liberdade que afinal tornei-me bem prolixo; queira desculpar-me e dispor da melhor vontade do
De V. Ex.^a

Am.^o Att. e mt.^o. obgo.

Visconde de Indaiaatuba

Campinas 15 de Setembro de 1881.

Vejamos agora a carta de A. B. Pinto de Almeida a Sylvio de Almeida:

Pouso Alegre, 20 de Março de 1888

Sylvio, meu neto

Causou-me summo prazer o recebimento de tua carta de 26 do mez de Fevereiro proximo passado, não só, e principalmente, por saber que continuas a gozar saude e felicidade em teus estudos, como tambem por ver que não deixas de lembrar-te de teu velho Avô, não obstante as occupações multiplas, que sobre ti pesam, como não me é extranho.

Comquanto não tenha eu nascido Paulista delles descendo pelos lados paterno e materno; por isso, pois, não posso de modo algum ser indifferente às repetidas provas que está dando essa feliz

Provincia de amor ao progresso e a todas as idéas elevadas e nobres, que caracterizam-n'a, independentemente da tardia e inefficaz cooperação do Governo Central.

Prouvera a Deus que, como ella, todas as outras de que se compõe este grande Imperio Bragantino se convençam, uma vez por todas, que nada mais teem a esperar, senão o atrazo intellectual e moral, em que sómente podem firmar-se e consolidar-se as Monarchias para que perdurem.

Oxalá, pela já bem longa experiencia de sessenta e cinco annos, tenham ellas reconhecido quanto nos tem sido fatal a Monarchia, e a necessidade que ha de substitui-la pela Democracia, isto é, pelo governo do povo pelo povo, unico capaz de fazer, como nos Estados Unidos, a felicidade deste nosso Paiz.

Segundo a marcha dos acontecimentos julgo que não está longe o dia de nossa regeneração; no entanto é preciso antes preparar o espirito publico convenientemente para que não tenhamos a mesma sorte de tantos outros patriotas, sacrificados por Comissões Militares, às ordens da Monarchia, como tem succedido por tantas vezes em diferentes épocas em algumas de nossas Provincias. Felizmente na questão que actualmente se agita, da abolição do elemento servil, começa a mover-se o Sul de Minas com enthusiasmo egual ao dessa Provincia, esperando-se que dentro de um mez, ou pouco mais, estarão completamente livres este municipio, o de S. José e o de Itajubá.

Com taes prenuncios e não obstante a minha idade e o meu estado de saude, é possível que eu seja ainda testemunha de nossa regeneração, que por certo não estacionará na do elemento servil, persistindo o Paiz com a Constituição de Governos absolutos de facto, e só livres na apparencia, como é a nossa.

... Por communicação que o Luiz Americano acaba de fazer-me sei que acabas de vencer as ultimas difficuldades para a tua matricula; dou-te por isso os meus parabens, fazendo constantes votos pela tua felicidade daqui em diante.

Recebe uma amorosa bençã de tua Avó, outra minha e saudade da Ormindã e demais Parentes.

Teu Avô e Amigo

Aureliano

(Mantiveram-se a redação e a grafia de ambas as cartas.)

ALBERTO SALES:

FILÓSOFO E HISTORIADOR

ROBERTO DE PAULA LEITE

CRONOLOGIA DE ALBERTO SALES

1857 — Nasceu na cidade de Campinas, Estado de São Paulo (na época, província) a 24 de outubro. Filho de Francisco de Paula Sales e Ana Cândida Ferraz Campos. Recebeu o nome de João Alberto.

1875 — Seguiu para os Estados Unidos onde fôra estudar engenharia no Rensselaer Polytechnic, de Troy, New York. Simultaneamente, iniciou sua carreira de jornalista, publicando em “A Província de São Paulo” quatro “correspondências” sôbre acontecimentos estadunidenses.

1876 — Abandonou o curso de engenharia. Retornou a São Paulo, e, ingressou na Faculdade de Direito.

1877-79 — Colaborou com grande freqüência em “A Província de São Paulo” e na “Gazeta de Campinas”.

1880 — Assumiu a direção do órgão acadêmico “O Federalista”, de caráter nitidamente republicano.

1881 — Passou a exercer o cargo de redator-chefe do jornal estudantil “A República”.

1882 — Colou grau como bacharel em Direito no dia 15 de novembro. No período acadêmico publicou “Política Republicana”, impressa com os frutos duma subscrição que a Comissão Permanente do Partido Republicano Paulista fêz correr entre seus partidários. Na cidade de Campinas, sua terra natal, participou como um dos oradores de famoso banquete patrocinado pelos republicanos locais.

1883 — Fixou residência em Campinas. Aí, se casou com Joana de Moraes Sales, sua parenta, e, passou a exercer a profissão de advogado e integrando o corpo de redatores da “Gazeta de Campinas”.

1884 — Transferiu-se para Piraçununga, onde ficou, aliás, bem pouco tempo. No mesmo ano mudou-se para a capital paulista, passando a integrar o corpo redatorial de “A Província de São Paulo”, como proprietário e redator. Aliás, um dos proprietários.

1885 — É desse ano a famosa polêmica travada com Júlio Ribeiro pelas colunas de “A Província de São Paulo”, com os pseudônimos de “Diderot” e “Demócrito”. Reuniu, posteriormente, os artigos no livro “Cartas a Júlio Ribeiro”, editado nesse mesmo ano. Publicou, ainda, “Catecismo Republicano”, numa edição de 10.000 exemplares, os quais, foram distribuídos de forma gratuita pelo Partido Republicano Paulista. Publicou, também, “Ensaio sobre a moderna concepção do Direito”.

1886 — Proferiu duas conferências em Campinas, onde passa a residir, novamente. Foram promovidas pelo Clube Republicano, num ciclo de palestras do qual participaram alguns dos principais vultos da propaganda republicana no País. Passou a integrar o corpo docente do instituto de saber, ou melhor, do estabelecimento de ensino: “Culto à Ciência”. Ministrou aulas em diversas matérias.

1887 — Participou dum congresso do Partido Republicano Paulista. Publicou, nesse mesmo ano “A Pátria Paulista”. Deixou o corpo docente do colégio “Culto à Ciência”. Seguiu para Poços de Caldas em tratamento de saúde.

1888 — Publicou, em Campinas, o estudo “Estudo Científico sobre disciplina e organização partidária, texto duma conferência proferida nessa cidade no Clube Republicano.

1889 — Após a Proclamação da República, retirou-se para a fazenda “Morro Grande”, em Rio Claro, de propriedade de seu sogro, onde passou a estudar ciência política.

1891 — Publicou “Ciência Política”, obra redigida em seu retiro bucólico. Grande parte do referido texto fôra inspirada em “A Pátria Paulista”, eliminando, porém, as constantes “separatistas”, inseridas no livro na edição de 1887.

1893 — Eleito deputado federal a fim de completar o mandato de Bernardino de Campos, o qual, assumira a chefia do Poder Executivo do governo do Estado de São Paulo.

1894 — É reeleito deputado federal. Mas, renunciou ao seu mandato em meados do referido ano por não concordar com a orientação do Partido Republicano Paulista.

1898 — É nomeado diretor da Escola Normal de São Paulo. Nesse tempo, notabilizou-se pela saber enciclopédico, substituindo qualquer professor que ausentasse. E isso, com grande eficiência e brilho.

1901 — Pronunciou a conferência “O ensino público”, publicada, depois sob forma de opúsculo. Nesse ano, também, publicou na primeira página de “O Estado de São Paulo”, um artigo que logo ficou famoso, cujo título era “Balanço Político”, e constituía forte crítica contra a chamada “política dos governadores”, que era inspirada por seu irmão Campos Sales, na época, presidente da República.

Abandonou, também, o cargo de diretor da Escola Normal por discordar de seu superior hierárquico, titular da Secretaria do Interior, autoridade responsável nas decisões de problemas relacionados com a educação. Posteriormente, formalizou sua “demissão a pedido”.

1904 — A 12 de março faleceu na fazenda “Guararema”, em Monte Alto. Fôra acometido de aneurisma da aorta, talvez, de origem luética, sem ter terminado o ensaio “Govêrno popular”, o qual, foi publicado, pòstumamente, na “Revista do Brasil”, em 1924.

PEQUENA INTRODUÇÃO

Inicialmente, duas palavras: o interêsse preliminar despertado em nós pela figura de Alberto Sales é revelar sua contribuição à história das idéias no Brasil.

Por outro lado, trata-se de autor, praticamente, desconhecido entre nós, apesar dos recentes levantamentos realizados em tôrno dêle pelos escritores Miguel Reale e Luís Washington Vita.

Contudo, se José Maria dos Santos, Alfredo Ellis Júnior e o ensaísta norte-americano George C. A. Boehrer “descobriram” Alberto Salles, coube ao professor Miguel Reale inseri-lo no contexto da história das idéias filosóficas e políticas de nosso País; enquanto que o ensaísta Luís Washington Vita retratou-o num lúcido e útil estudo: “Alberto Sales — Ideólogo da República” — Brasiliana — volume 327 — São Paulo. Quanto ao autor destas linhas, nossa contribuição consiste na abordagem de Alberto Sales através de vários artigos, num dos quais, acrescentamos ao nome de Alberto Sales o de Assis Brasil, colocando assim, o gaúcho ao lado do paulista como os legítimos ideólogos da República.

Mas, por dever de justiça e honestidade intelectual, temos de registrar nosso respeito, aprêço e admiração pela utilidade dos ensinamentos proporcionados pelo livro de Luís Washington Vita, recentemente, publicado em magnífica edição da Companhia Editôra Nacional, de São Paulo.

Como é fácil constatar, todo trabalho científico, ou que pretende sê-lo não constitui obra isolada. De resto, não nos anima a busca da originalidade. O nosso escôpo é o encontro da verdade ou, pelo menos, uma tentativa de realização nêsse sentido.

Em contrapartida, procuramos não cair num tipo de filoneísmo, ou seja, no amor pela última verdade, característica, aliás de grande parte de nosso desenvolvimento mental, processo que marca a descontinuidade de grande parte da evolução das idéias e doutrinas filosóficas no Brasil.

Alberto Sales, sua vida e sua obra, estão inseridos dentro dum contexto de problemas filosóficos inerentes às nossas próprias ex-

periências. Daí outro interesse que desperta em todos aquêles que se interessam pela problemática brasileira.

E Alberto Sales participou, conscientemente, de seu ciclo histórico através dum "engagement", ou seja, do compromisso que êle assumiu perante si próprio e os outros. De resto, a geração do campineiro Alberto Sales se integrou num esquema ideológico que tinha por basamento um positivismo sociológico.

É certo que as circunstâncias sociais, intelectuais, condicionaram tendências as mais diversas, embora, entre nós, predominasse o positivismo. Cumpre salientar aqui, mesmo de passagem, que no Brasil, existiu mais um espírito positivo do que propriamente uma filosofia positivista.

Não é preciso ser pensador ou historiador de idéias para saber que surgiu uma contradição entre a existência de determinado tipo de realidade social com os sonhos, as abstrações dos que fundaram e plasmaram a nossa cultura com a concreta realidade social. Entre a simples realização de ideais e a realidade histórico-social é que surge o conflito, a negação.

Não nos interessa, aqui, estabelecer nenhuma abordagem a respeito da influência positivista nos países da América Latina, a despeito de reconhecermos como válidas, as assertivas, segundo as quais, foram as características dos países hispano-americanos (inclusive o Brasil), intelectuais, políticas e sociais que condicionaram as formas positivistas encontradas nesses países. Daí, ser natural que os homens que constituíram a vanguarda de seu tempo procurarem descrever ou explicar os fenômenos concretos, sociais, empregando instrumentais teóricos consonantes à doutrinas positivistas. O mérito ou não, estaria na adaptação duma determinada cosmovisão às diversas realidades.

É verdade que poderíamos incluir Alberto Sales na classificação já famosa de Park, na categoria dos "homens-marginais", isto é, aqueles que se situam no meio de duas culturas: uma a do seu povo, e, a outra a externa (européia ou norte-americana). Está claro, a primeira forma subconsciente coletivo, enquanto a última lhes fornece as idéias, o pensamento, etc.

No entanto, o simples fato de apontar soluções utópicas para certas problemáticas não significa acentuar que um estudioso seja marginal, desligado de sua época e de seu meio.

O Brasil, pouco herdou de Portugal no sentido especulativo. E, o mesmo poder-se-ia acrescentar no tocante à outras ciências. Passando a importar idéias de outros países, sobretudo, literatura, não procuramos assimilar outras doutrinas filosóficas, exceto, o positivismo da França.

Realmente, a ausência de tradição filosófica, unicamente, não serve de argumentação. Ora, é comezinho, um povo para criar,

através de seus melhores intérpretes um pensamento autóctone, livre, terá de resolver, primeiro, os problemas fundamentais de sua existência concreta. E não é à-toa que êsse desenvolvimento atua e ocorre num paralelo igual no plano artístico-científico.

O papel desempenhado, portanto, por Alberto Sales foi o do impregnado espírito positivista do tempo, como, aliás acentuou um autor : "Precisamente êsse foi o papel desempenhado por Alberto Sales, impregnado de espírito positivista, sem nenhum dogmatismo, aberto e receptivo, aceitando ora Comte, ora Spencer, contrapondo-os, superando-os.

Claro está que Alberto Sales não foi um filósofo criador, pois para êle a filosofia era um "instrumento" de sua ação política e, para esta, primeiro Comte e depois Spencer proporcionaram-lhe o instrumental necessário para a sua militância. Nem poderia ser diferente quando se sabe que só por exceção se deram no Brasil dos fins do século XIX as condições necessárias para o trabalho intelectual puro, dificilmente realizável num meio entregue quase por completo a ocupações de rendimento imediato." (1).

Explicam-se, assim, as motivações da vida de Alberto Sales^s como aliás os companheiros geracionais, inseridas entre as letras e a política, embora no caso do ilustre campineiro, tentasse estabelecer êlos ligando uma atividade à outra.

Outro mérito — esta é uma conclusão bastante visível — é o de manter em tôda a sua obra um traço unitário, uma coerência não muito comum entre nós, ou seja, a problemática política está no cerne de suas análises institucionais. Assertiva esta, válida até para os dias em trânsito.

CONTEXTO BIOGRÁFICO

Como tivemos oportunidade de escrever na cronologia de Alberto Sales, nasceu na cidade de Campinas, neste Estado de São Paulo, a 24 de outubro de 1857.

Aliás, a propósito de seu nascimento ocorreram diversas versões. Assim, por exemplo, na matrícula de ingresso no Rensselaer Polytechnic Institute figura como data de seu nascimento o dia 5 de outubro de 1855. Outros autores afirmam que Alberto Sales tinha 15 anos quando seguiu para os Estados Unidos. Dêsse jeito, teria nascido em 1860.

A nossa informação é corroborada em pesquisas anteriores baseadas no "Dicionário de autores paulistas", de Luís Correia de Melo, edição de 1954, e, uma nota publicada por Walter Nogueira da Silva no "Correio Paulistano", de 14 de outubro de 1962.

1) Luís Washington Vita — «Alberto Sales — Ieólogo da República» — *Brasiliense* — vol. 327 — 201 ps. p. 15.

Era filho de Ana Cândida Ferraz e de Francisco de Paula Sales. Consoante diversas fontes bibliográficas, a mãe somente veio a conhecer o espôso no altar da Matriz de Limeira, à hora do casamento, a 20 de setembro de 1837.

Em seu trabalho: "O idealismo republicano de Campos Sales" (2), A. C. de Sales Júnior, informa que Francisco de Paula era filho mais velho do casamento do alferes José de Sales Leme com Maria Euchéria de Camargo. Segundo a mesma fonte, era de origem lusa, por um lado, (Francisco de Sales Ribeiro), o qual veio a S. Paulo onde constituiu família. Faleceu com 92 anos e deixou grande prole.

Em verdade pouca coisa se conhece acêrca da infância de Alberto Sales. Nasceu, precisamente, quando os pais comemoravam o 20º aniversário de casamento. E era um dos mais moços. Tudo indica que foi muito mimado pelos irmãos mais velhos.

Dessa forma, não se sabe ao certo se o menino João Alberto brincava muito no interior dos cafezais procurando caçar pássaros com estilingue e outras técnicas de peraltice... próprias da idade... E o mesmo poder-se-ia dizer no atinente aos estudos, mesmo porque é sabido que a instrução da época era muito primária, de caráter rudimentar.

Quando adolescente transfere-se para a capital paulista, a fim de prosseguir os estudos. Passa, então, a residir em casa de irmã casada com Cerqueira César.

Naquele tempo, a instrução escolar de caráter secundário não passava de simples preparo para ingresso nas escolas superiores. O que valia mesmo era a habilitação nos exames parcelados e de preparatório no antigo Curso Anexo à Faculdade de Direito.

As matérias exigidas para exames oficiais eram: latim, retórica, história, geometria, francês, inglês. Carecia dum certo sentido hierárquico o ensino. E João Alberto, grande curioso, procurava suprir as falhas dum tipo de educação escolar pontilhado de deficiências na base do auto-didatismo. Mais ainda: começou a ler história natural, livros que divulgavam o darwinismo. Nessa época, a simples leitura de Darwin consistia em perpetrar um escândalo...

Chegou, então, a refletir que sua educação, ou melhor, sua vocação era para a medicina. E essa atitude foi aceita facilmente. Mas, nessa altura, a Côrte estava assolada por um epidemia de febre amarela, já conhecida dos campineiros e de triste memória.

Na impossibilidade de viajar para o Rio, aproveitou a viagem de Joaquim Sales aos Estados Unidos, matriculando-se no Rens-

2) A. C. de Sales Júnior — «O idealismo republicano de Campos Sales» — Rio — 1944.

selaer Polytechnic Institute, de Troy, New York. Fôra aprovado em exame de admissão a 16 de setembro de 1875. Recebera excelentes notas em geografia, ortografia, aritmética, álgebra e geometria. Fôra dispensado do exame de gramática inglesa.

No entanto, Alberto Sales ficou nesse estabelecimento de ensino norte-americano apenas durante o ano escolar de 1875-1876, prestando os exames da "Winter Session" e "Summer Session", tendo sido aprovado em todas as matérias, e dispensado de exame de gramática francesa. Seria útil assinalar que suas melhores aprovações verificaram-se em álgebra, geometria, física acústica, projeções, elementos de desenho teórico, composição e retórica inglesas.

Em missiva enviada ao ensaísta Luís Washington Vita, o professor Fred G. Sturm, do "Rensselaer Polytechnic Institute", ficou esclarecido a inexistência de dados referentes à ideologia dos professores de Alberto Sales naquele estabelecimento de ensino. Assim, torna-se mais difícil de conhecer-se a posição filosófica deles e a influência que poderiam exercer no espírito ainda em formação do jovem campineiro.

A ilação, porém, é que A. S. retornou com um estôfo cultural cientificista, baseado nos últimos modelos da época: Spencer, Comte, Stuart Mill e Littré.

Nos primeiros meses de 1876 voltou ao Brasil a fim de ingressar na Faculdade de Direito. Repete na capital paulista as mesmas vitórias obtidas na terra americana com a diferença que é aprovado simplesmente em latim e português, enquanto merece aprovação plena em francês, inglês, matemática, geometria, aritmética, retórica e poética, com distinção em filosofia.

É aprovado plenamente no 1º, 2º e 4º anos. Simplesmente, no 3º ano. Quanto ao 5º ano não existem dados necessários e suficientes para bem informar.

Colou grau como bacharel em Direito a 15 de novembro de 1882.

A sua vida de acadêmico, os seus amores são, praticamente, desconhecidos. Sabe-se, porém, que defendia pontos de vista filosóficos de matizes positivistas em visível conflito com as palavras e os ensinamentos dos mestres que pautavam por métodos e doutrinas anacrônicas.

De fato, predominava o espírito positivista. Mas, não do positivismo "ortodoxo", cujas figuras mais significativas, no Brasil, eram Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Simultaneamente à concepções cientificista, medrava na Academia a ação política dos estudantes. Estes, publicavam jornais, revistas, a maioria, de vida efêmera. Segundo uma fonte: "O jornalismo acadêmico, em 1879, foi exclusivamente político. A im-

prensa literária desapareceu, o choque de opiniões políticas não a deixou vigorar.” (3)

Impregnado desse espírito, Alberto Sales ingressa no jornalismo acadêmico, assumindo juntamente com Pedro Lessa e Alcides Lima a direção de “O Federalista”. Era uma publicação mensal republicana da qual saíram apenas dois números, a 5 de abril e a 5 de maio de 1880.

Conforme transmite Afonso A. de Freitas (4), o editorial de apresentação era de autoria de Alberto Sales.

No primeiro semestre do ano seguinte passou a ser redator-chefe de “A República”, jornal do Clube Republicano Acadêmico, fundado em 1876 e publicado durante 11 anos, até 1886. No segundo semestre, Alberto Sales é substituído por Aristides Maia.

A turma de Alberto Sales contava com 131 alunos. E a vocação pedagógica iniciada nos bancos escolares, prosseguiu-a e realizou-a como advogado e jornalista em Campinas onde instalou sua banca e passou a pertencer à redação de “A Gazeta de Campinas”, além de ter ingressado no corpo docente do colégio “Culto à Ciência”, onde lecionou diversas disciplinas.

Na cidade natal, iniciou uma série de experiências que o marcariam definitivamente. Assim, no Teatro S. Carlos, a 5 de janeiro de 1882, participou de banquete que tinha por finalidade homenagear seis deputados provinciais do Partido Republicano: Campos Sales, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Gabriel Piza e Almeida, Martinho Prado e Antônio Pinheiro Machado.

Tivemos oportunidade de afirmar noutro ponto deste trabalho que Alberto Sales publicou no último ano da Faculdade de Direito sua “Política Republicana”, que era um grosso volume. Estava consagrado nos meios universitários como estudioso da propaganda republicana.

Retornou a Campinas em 1883 onde se casou com Joana de Moraes Sales, filha de rico agricultor campineiro. Do conúbio, resultaram seis filhos: Berta, Marta, João Alberto, Lúcia, Mário e Joanita.

Ficou pouco tempo, porém. Transferiu-se em janeiro de 1884 para a cidade de Piraçununga. No entanto, não demoraria muito aí. Nêsse mesmo ano está em S. Paulo, entrando para a redação de “A Província de S. Paulo”, na qualidade de redator e de co-proprietário. Substituiu a José Maria Lisboa.

3) M. A. de Souza Sá Viana — «Esboços críticos da Faculdade de Direito de São Paulo em 1879» — Rio — 1880.

4) Afonso A. de Freitas — «A imprensa periódica de São Paulo», in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — v. XIX, o editorial de apresentação é assinado por Alberto Sales.

Em 1885, trabalhou muito. Colaborou, intensamente, na "A Província" com artigos assinados, editoriais. Nessa época, mantém polêmica com Júlio Ribeiro com o duplo pseudônimo de "Demócrito", nas Cartas, e, de "Diderot" nos Bilhetes Postais.

Aliás, o gramático respondeu de maneira agressiva, violenta. Dois livros surgiram dessa polêmica: "Cartas a Júlio Ribeiro", de Alberto Sales e "Cartas Sertanejas", de Júlio Ribeiro, ambas publicadas em 1886.

Datam, também, de 1885 o "Catecismo Republicano" e "Ensaio sôbre a moderna concepção do Direito" e "Vitória Republicana". Todavia, tudo indica que êsse pequeno ensaio (teria 73 páginas), nunca foi publicado. Não existe nenhum exemplar conhecido.

A 12 e 26 de setembro de 1886, residia na terra natal, profere palestras comemorativas à instalação do Clube Republicano num ciclo de conferências.

Em 1887, participou de um congresso do Partido Republicano Paulista.

No ano seguinte, publicou em Campinas um opúsculo: "Estudo científico sôbre disciplina e organização partidária". Após a Proclamação da República, retirou-se para Rio Claro. Lá fôra substituir o sogro na direção da fazenda de Morro Grande. Aí, nêsse retiro, redige "Ciência Política". No fundo, é uma reedição de "A Pátria Paulista", com a diferença de eliminar as idéias separatistas.

A 23 de março de 1893 é eleito deputado, sendo reeleito pelo 6º distrito à segunda legislatura republicana (1894-1896). Mas, renunciou em meados de 1894. Diz o "Estado de São Paulo", em seu necrológio, que Alberto Sales renunciou "por não se coadunar o seu espírito de republicano intransigente, mas não intolerante, com a orientação política dominante."

Não deixou rastros em sua passagem pelo parlamento. Participou mais de comissões técnicas, pouco se preocupando com debates em plenário.

Em 1898, é nomeado diretor da Escola Normal de São Paulo. Mas, abandonou o cargo em 1901 por divergir do Secretário do Interior quanto à política educacional que lhe desejaram impôr.

Pouco se conhece, também, da passagem por êsse estabelecimento de ensino. Publicou uma conferência, em duas edições: "O ensino Público", proferida a 30 de novembro de 1901, durante a sessão solene de distribuição dos diplomas aos professorandos da Escola Complementar anexa à Normal.

A despeito da pouca permanência na Escola Normal de São Paulo, deixou um nome laureado de lendas. Muitos afirmavam que êle possuía vasta cultura, informação enciclopédica. E que muitos alunos desejavam que os professores faltassem, pois, assim, poderiam assistir às aulas dadas pelo diretor...

As disciplinas eram: português, aritmética, álgebra, geometria e escrituração mercantil; física e química; geografia e cosmografia; História do Brasil; Educação Cívica; noções de Economia Política; biologia e Organização e Direção de Escolas. A maioria das matérias era, realmente, fácil para Alberto Sales...

Em 1901, publicou um suelto que tornou-se célebre: "Balanço Político", que saiu na primeira página de "O Estado de São Paulo", na edição de 17 de julho desse ano.

E, consoante a "Revista do Brasil" — v. XVIII — 1921 — foi "peça de desassomburada análise do falseamento do regime, que marcou época na evolução das idéias no Brasil. Foi, de certo, o último grande êxito do jornalismo doutrinário em nosso país."

Era a época da cisão no velho P.R.P. E o artigo causou grande celeuma, sendo citado até no estrangeiro com a nota nunca esquecida de se tratar do próprio irmão do presidente da República...

Tratava-se de dura crítica às instituições republicanas, onde entre outras acusações disse "que o congresso federal é o símbolo mais perfeito e acabado de nossa profunda decadência moral e política."

Chegava à conclusão que o único regime político razoável seria uma mistura de presidencialismo e de parlamentarismo. E toda a verrina era inspirada em sua ideologia, em seus postulados filosóficos.

Quatro meses antes de falecer, Alberto Sales transferira sua residência para a fazenda "Guararema", em Monte Alto. E foi aí que morreu a 12 de março de 1904.

Quanto a nosografia da doença de Alberto Sales é ainda discutida. Afirma o escritor Luís Washington Vita que a hipótese de ter falecido como causa de uma hemoptise não ser de toda improcedente: "Contudo, parece ser mais provável a hipótese do aneurisma, tanto que, duma feita, sentindo dolorosas compressões no estômago e nervos vizinhos, mandou que o administrador da fazenda Guararema colocasse sobre seus ombros uma saca de café, exclamando:

— Assim acabo de uma vez com isto!" (5).

Essa versão fôra transmitida ao referido autor pelo Dr. João Penido Monteiro Sales. Teria Alberto Sales desejado, conscientemente, a morte? Ou seria, apenas, uma demonstração de "humor negro"? Qual seria a motivação? Uma auto-punição? São indagações difíceis de serem respondidas, mesmo porque culto e estudioso como era sabia perfeitamente o que lhe ocorria. E evitava repousos, rebelde a regimes impostos pela doença. Assim, expôs seu aneurisma a grandes e fatais choques.

5) Luís Washington Vita — op. cit. p. 47.

RAIZES FILOSÓFICAS

Para melhor se compreender a posição de Alberto Sales, suas diversas mutações é preciso levar em conta inúmeros fatores. Por exemplo, a cidade de Campinas era o centro de movimentos separatistas. Daí, o fato simples da forte presença do temário separatista em seu contexto ideológico.

Não foi por mero acaso, também, que Martim Francisco se interessou por essa problemática. (6)

Enquanto que Alberto Sales foi mais longe: escreveu um ensaio mais vertical do que o de Martim Francisco: "A Pátria Paulista". (7)

O que seduz no leitor em Alberto Sales é que sua obra e a sua vida formam uma verdadeira unidade de pensamento e de ação. A presença atuante dêle, num pleno contexto onde não existiu a preocupação do e pelo filoneísmo, ou seja, o último amor, o amor pelas últimas novidades, pelas doutrinas mais "atuais". Não padeceu do mal "vanguardista" filosófico. E muito menos se poderia enquadrá-lo num formulário em que o misoneísmo, isto é, o apêgo às fórmulas consagradas, e, simultâneamente uma ogeriza sistemática por tudo o que é nôvo.

O desenvolvimento das idéias filosóficas no Brasil não defluiu de um diálogo (legítimo ou não) travado entre os próprios brasileiros. Mas, ao contrário, constitui mera reprodução do que se debateu e discutiu em plagas alienígenas, mórmente, européias. Isso, também, era uma espécie de fuga dentro do tempo por parte de muitos analistas ao evitar o "conatus" com os pensadores do presente e do País. Isso, de fato, pode consistir em falta de confiança na própçria capacidade criadora, mas, sim, o reconhecimento do muito que se tem a estruturar no âmbito de nosso mundo da especulação pura.

Esse típico complexo de inferioridade colonial, no caso específico, é procedente, mesmo porque a filosofia dum país ou de um povo tem de levar em têrmo a influência do meio social, as influências das doutrinas, etc.

É verdade que as nossas contribuições no campo espiritual são escassas, sobretudo, do ponto de vista da originalidade. De resto, a filosofia no Brasil constitui um repositório de influências estrangeiras.

Em contrapartida, não custa afirmar que o caminho da meditação autônoma é muito recente. Ainda incipiente, embora me-

6) Martim Francisco redigiu um panfleto sôbre essa temática em 1887, no qual invocava «leis da evolução social», no sentido de justificar a separação da província de São Paulo do resto do País.

7) Alberto Sales — «A Pátria Paulista» — Campinas — 1887 — 300 ps.

reçam encômios as tentativas de colaborações mentais de diversas problemáticas, desde que se levem em consideração as nossas coordenadas históricas, sociais, econômicas, etc.

Assim, o nosso âmbito filosófico pode ser considerado de sucessor de cópias modernas de figurinos escolhidos entre inúmeros sistemas (espiritualismo eclético, positivismo, etc.), oriundos de processos especulativos europeus.

O fato de várias doutrinas exercerem entre nós uma função diferente da original européia não significa que estamos fazendo algo de nôvo, mas que adulteramos, distorcemos o significado da mensagem inicial, transformando-a completamente, a despeito disso dar a impressão de estar produzindo um evento nôvo, original no campo especulativo nacional.

De resto, o amor pela última novidade é um traço de nossa cultura (aliás, Alberto Tôrres, Oliveira Viana e Euclides da Cunha visualizaram de certa forma, isso), e isso impediu que raciocinassemos ou meditássemos acêrca de nossos problemas filosóficos consoante as nossas próprias e diversificadas experiência.

Na história de nossas idéias, o pensamento de Alberto Sales, constitui um momento esquecido, embora não tivesse sido de forma alguma decisivo.

Por outro lado (não é, êsse o nosso objetivo aqui), é muito difícil meditar ou escrever sôbre a história das idéias no Brasil em vista da ausência de logicidade ou herança entre as diversas doutrinas e sistemas que empolgaram o País durante anos.

Com isto queremos afirmar que não basta comentar ou analisar teorias à luz de seus valores, quer abstratos ou formais, mas é preciso considerá-los, talvez, projetando-se o vetor que caracteriza uma sociologia do conhecimento, adicionando-se as circunstâncias histórico-culturais que condicionaram a recepção delas em nosso meio.

Não foi nosso intuito ao iniciarmos êste escôrço, proporcionar conclusões, nem muito menos oferecer o balanço dos ensinamentos de Alberto Sales sob o prisma da Filosofia.

Não alimentamos, também, o firme propósito de defender uma tese nem de chegar a determinados resultados, como se a filosofia visasse certas verdades científicas, as quais, dariam um cunho de autenticidade e de legitimidade às pesquisas ou análises encetadas.

A sociologia do conhecimento é que interessa por dados situacionais, mesmo porque êles fornecem elementos para futura interpretação duma época, assim como, formar dados para apontar as constantes mais dinâmicas, a fim de indicar um processo qualquer num determinado ciclo histórico.

No Brasil, como afirmamos noutra ponto, a carência de sentido de continuidade no desenvolvimento de nossas atividades mentais, de fato, define-se como grau de imaturidade.

Em verdade, Alberto Sales está inserido⁽⁸⁾, num esquema de diretrizes filosófica, sociológica e jurídico-positiva: “O primeiro (refere-se a AS), irmão do presidente Campos Sales, pertenceu a um grupo de estudiosos de Campinas, que devera merecer mais atenção dos cultores da história de nossas idéias, não só pelo que representaram de positivo na formação da ideologia republicana, como também pelos riscos em que puseram a unidade nacional, quer por falso regionalismo, quer por demasiado apêgo a pretensas leis desintegradoras dos organismos sociais, destinados a inexoráveis desmembramentos.”⁽⁹⁾

Realmente, a figura de Alberto Sales está a merecer maiores e mais cuidadas análises. E vários de seus trabalhos ainda se têm com geral agrado. E êle pode muito bem ser considerado como um dos ideólogos da República. Haja visto a excelência de seu labor “Política Republicana”, grosso volume, editado em 1883, no Rio, através do qual fixa diretrizes em tôrno da República.

Cumprir não olvidar aqui, também, a presença do gaucho Assis Brasil, outro dos ideólogos⁽¹⁰⁾ da República, o qual, criou e desenvolveu seu ensaio “A República Federal”, consoante os ensinamentos e os critérios jurídico-políticos.

Enquanto que Alberto Sales sentia-se mais atraído pelas idéias gerais, ou melhor, procurava encontrar os basamentos filosóficos da sociedade e do Estado.

Para melhor compreender-se a idéia separatista nêle, seria bom lembrar que isso era comum na província de S. Paulo ao tempo. E mesmo em outras províncias do Império brasileiro. Aliás, era tendência acolhida por gregos e por troianos... ou seja, por liberais e por republicanos.

Na realidade, Alberto Sales fôra o teórico do separatismo paulista, porém, visou proporcionar-lhe um estôfo filosófico e jurídico.

O seu livro “A Pátria Paulista”⁽¹¹⁾, constitui uma tentativa de equacionar o problema à luz do evolucionismo spenceriano, tendo como atributos as conquistas mais recentes (para a época) da Biologia e da Sociologia. Aliás, tinha escolhido o seu caminho: “A harmonia entre o Estado e a evolução social, tão necessária presentemente, só poderá operar-se por uma justa aplicação das doutrinas positivistas ao governo das sociedades”, visto que “o sistema filosófico positivo é o único que atualmente nos pode salvar da extraordinário anarquia mental.”⁽¹²⁾

8) Miguel Reale — «A Filosofia em S. Paulo» — 142 ps. p. 103.

9) Idem — op. cit. ps. 103/104.

10) O autor dêste trabalho foi o primeiro a assinalar isso. Ver bibliografia final.

11) Miguel Reale considera essa obra um pequeno livro, o que é improcedente, pois, o mesmo tem 300 páginas... além de não se medir um trabalho pelo número de páginas, é óbvio.

12) Alberto Sales — «Política Republicana» — p. 15.

As influências filosóficas iniciais, ou sejam, as que plasmaram sua formação são nitidamente: Tocqueville, Bluntchli, Laboulaye, Tavares Bastos, Pimenta Bueno, A. Comte, Littré, Spencer e Stuart Mill. (13)

Evidentemente, dependendo da perspectiva do leitor, tal ou tal obra de Alberto Sales terá maior ou menor importância. Assim, dependerá do ângulo de visão do analista ou do observador.

Outros estudos merecem atenção: "O ensino público (S. Paulo, 1901); "Catecismo Republicano" (S. Paulo — 1885); "Introdução ao governo Popular" (publicação póstuma da "Revista do Brasil" — vol. 72, dezembro de 1921.).

Outros trabalhos, como, por exemplo, "Ensaio sobre a moderna concepção do Direito", publicado em S. Paulo em 1885, vem merecendo a atenção de diversos estudiosos. (14).

A mentalidade predominante aceitava as lições de Littré ou de Spencer como verdades definitivas, e não conhecia outras contribuições, a não ser de modo suscito, indireto. Por outro lado, não sabemos até que ponto as contribuições dum Descartes, Espinosa, Grocio, Rosseau ou Kant poderiam ser mais vantajosas em relação às influências dominantes, mórmente, a do último...

Cumprе salientar, de início, que carece de maior significado o fato dêle ter tratado com maior ou menor segurança os problemas jurídicos, a não ser, é lógico, para os especialistas em Direito... (15)

Também, nêsse ensaio, Alberto Sales apresenta uma oposição diante a jurisprudência e as críticas emitidas por Pereira Barreto, praticamente, dez anos antes.

A formação cultural de Alberto Sales quase tôda fôra estribada nos valores positivistas. Comprovam essa assertiva as inúmeras citações do francês A. Comte. E muitas vêzes, são precedidas de encomiásticas palavras. Spencer, também, embora em menor grau, viria a ser aquinhoado.

Mas, o positivismo de Alberto Sales nada tinha de ver com o movimento positivista, integrando o seu espírito positivista um sentido mëramente científico. Ou seja, seu positivismo estava subordinado ao "positivismo temporal". E isso era compreensível, pois, tratava-se dum espírito irreligioso e profundamente liberal.

Em "Demócrito" (16), define Comte e Spencer como "os maiores prodígios de nosso século". O que êle via em Comte não era o religioso, mas o reformador da sociedade, e, não o de erigir uma nova filosofia ou de tentar estabelecer as ciências em novas bases,

13) Ler a respeito o intróito de «Política Republicana».

14) Miguel Reale dedicou-lhe várias páginas em «A Filosofia em S. Paulo» — ps. 103 e segs.

15) De qualquer forma, louve-se o trabalho de Miguel Reale, o qual procurou situar a problemática jurídica no plano filosófico.

16) Alberto Sales — «Cartas» — p. 106 — Uma das missivas a Júlio Ribeiro.

enquanto que em Spencer a identificação da lei geral que explicasse todos os campos do real e que constituísse a lei natural. Em Herbert Spencer, encontraria, portanto, o clima positivista necessário para se fixar.

Para nós, a Filosofia não constitui uma aventura do Espírito. Compreendemos que a imitação, — a grosso modo —, não é uma característica tipicamente brasileira no campo do pensamento. Nem é a fonte principal de nossos defeitos e de nossos erros. Como bem acentua René Maunier ⁽¹⁷⁾, a civilização constitui um fenômeno social natural e universal.

Sendo uma aventura humana, a filosofia enquadra-se dentro dum formulário concreto, total. Isso, ocorre, porque ela não é exterior ao mundo. E deve ser coerente com o mundo.

E como não é possível ultrapassar a barreira da História sem descambar para meros retoricismos com bases análogas ou paralelas à abstrações de puro tipo idealista. De resto, a especulação pura nunca foi o traço essencial da cultura lusa. E nós, particularmente, nesse ponto, assimilaríamos êsse experimentalismo como comprovam as distorções sentidas e havidas aqui após a penetração de idéias e de doutrinas européias: “Herdeiros da cultura portuguesa, plantado aqui o báculo da inteligência européia, nela enxertamos, desde então, numa ininterrupta tentativa de novas e variadas experiências, garfos novos (de outras visões do mundo. A história das vicissitudes da longa importação das idéias e de doutrinas que se fará, a seguir, ao longo do século XIX, será, assim, uma curiosa série de contradições e, ao mesmo tempo, um incessante esforço, que nos impele à procura do sentido de nossas idéias. Marcada pela europeização, a inteligência brasileira voltava-se para os diferentes mercados da Europa onde se supria.” ⁽¹⁸⁾.

E a segunda metade do século XIX iria marcar os momentos de maior transformação da história brasileira.

Outro traço típico de uma cultura importadora de idéias, cujas elites desprezando o que se passava ao seu redor procurava se informar sempre o que se passava nos centros de meditação europeus.

A partir de 1860, o evolucionismo que estava ligado à tendência da filosofia positivista viria acentuar a importância e mesmo a influência das ciências naturais no domínio do pensamento geral, mórmente, o de raízes européias.

Negava a metafísica e afirmava que todo o conhecimento estava implícito nas ciências positivas. Assim (como, aliás, o próprio positivismo), o homem poderia, apenas, investigar o mundo dos fenômenos. Nada havia para além diso, ou seja, o resto seria o mundo do mistério absoluto.

17) René Maunier — «Introduction à la Sociologie» — p. 14.

18) João Cruz Costa — «Contribuição à História das Idéias no Brasil» — José Olympio Editôra — p. 81.

A doutrina evolucionista de Herbert Spencer, nasceu, praticamente, de dois artigos. O primeiro, publicado em 1852 ⁽¹⁹⁾; o segundo, em 1857 ⁽²⁰⁾; para, finalmente, desenvolver-se com o "Factors of Organic Evolution", em 1887 ⁽²¹⁾.

Contudo, não se restringia ao Brasil a presença dessa problemática. Foi, portanto, um ciclo histórico avesso à metafísica e às tomadas de posição do pensamento idealista.

De resto, a filosofia spenceriana vinha de encontro aos interesses e aos desejos dos novos nobres, ou seja, a nobreza oriunda dos senhores de engenho, dos fazendeiros de café ou mesmo a dos comerciantes portugueses das cidades. Os diplomas de bacharel dos estabelecimentos que o Império criara, os títulos universitários europeus, formavam espécie de nobreza.

Em contrapartida, essa tendência libertava a vanguarda dessa classe das crenças teológicas sem a necessidade de aderir à novas crenças ou religiões... da moda consagrada no momento.

Tôdas essas considerações vêem-nos à mente ao toparmos com a figura de Alberto Sales.

Tendo sido colega de turma de Pedro Lessa, assim como seu companheiro de jornalismo acadêmico, merece ser salientado não somente em atitudes isoladas ou monografias bem intencionadas.

Existe a necessidade de inseri-lo num contexto mais vertical, isto é, na formulação ainda por se fazer da história do republicanism em S. Paulo.

Dentro dessa ordem de raciocínio, deve-se esclarecer que Alberto Sales procurou conciliar Comte com Spencer. Não se restringiu, portanto, ao último: "Todos aqueles, portanto, que seguem hoje a filosofia comteana não podem de modo algum prescindir dos recursos fornecidos pelas ciências biológicas, na apreciação dos fenômenos sociais." ⁽²²⁾

Achava que o positivismo era uma grande cosmovisão. E um instrumento analítico excelente, onde sobressaia a lei dos três estados que "se não nutre a pretensão de nos indicar positivamente a origem das sociedades, explica-nos perfeitamente o processo gradual e constante da evolução humana, considerada no tempo e no espaço." ⁽²³⁾

Aceitava, também, a classificação científica de Comte, embora necessesse o esforço realizado por Spencer, ao qual, considerava a "mais poderosa e a mais enérgica organização cerebral de nossos dias." ⁽²⁴⁾

19) H. Spencer — «The Development Hypothesis».

20) Idem — «Progress: its law and cause».

21) W. R. Sarley — «A History of English Philosophy» — p. 267.

22) Alberto Sales — «Política Republicana» — p. 564.

23) Idem — «Ensaio sobre a moderna concepção do Direito» — p. 7.

24) Alberto Sales como «Demócrito» — Cartas — p. 97.

No entanto, uma coisa apesar de tudo é pacífica: a presença de Spencer: “Contudo, a presença mais constante no pensamento de Alberto Sales, desde os tempos escolares até a sua morte, é a de Spencer.” (25)

Simultaneamente, ao lado do comtismo e do spencearismo no pensamento de Alberto Sales surge o materialismo.

Fruto da época, embora no melhor sentido, Alberto Sales profligava, com veemência uma série de desmandos e desatinos. Por exemplo, criticava a aliança entre a monarquia e o clero, cuja finalidade era o “prolongamento indefinido do regime do obscurantismo.” (26)

Ou, então, neste outro trecho: “quando assinalava que a Idade Média constituía uma época que “a sociedade inteira achava-se num estado de profunda anarquia mental.” (27)

Nessa altura, o seu pensamento estava todo voltado para o positivismo. Assim, no passado reinou a religião; no futuro, deveria predominar a ciência: “Isto quer dizer, simplesmente, que o espírito humano liberta-se cada vez mais da religião, ao mesmo tempo que penetra cada vez mais nos domínios da ciência. O futuro é a irreligiosidade.” (28)

De resto, seguindo êsse esquema de pensar, salientava que a origem das religiões era o medo, e, que as causas eram as sombras noturnas, ou sejam, os fenômenos naturais que modificaram, alteraram de modo vertical os fatores emocionais do homem primitivo. Acrescentava que ao lado do medo, surgia a religião, e, os preconceitos originados por ela. Aliás, sempre manteria uma coerência impressionante com essas idéias. O que expressara em 1882 iria ser ratificado até em publicações póstumas em 1904.

A trindade salesiana fôra sempre esta: positivismo, evolucionismo e materialismo. No entanto, não fôra nenhum sectário ou “sistemático” em nenhuma das doutrinas abraçadas.

Tem razão um autor quando afirma: “Sem o ideário de Comte, todavia, o pensador paulista não teria sido o que foi, ainda que seguindo apenas a filosofia e não o dogma e a política comteanas.” (29)

Não apresenta maior importância o fato de Alberto Sales não ter aderido ao Apostolado Positivista do Brasil. Não sendo homem religioso, pois era materialista convicto, ateu, não poderia, evidentemente, endossar o espírito de religiosidade marcante do Apostolado.

25) Luís Washington Vita — op. cit. 57.

26) Alberto Sales — «Política Republicana» — p. 24.

27) Idem — op. cit. p. 128.

28) Alberto Sales — «Ciência Política» — São Paulo — 1891 — p. 65.

29) Luís Washington Vita — op. cit. p. 60.

Por outro turno, sendo um espírito aberto, livre, o autor de "A Pátria Paulista" não iria subordinar-se ao enquadramento religioso do Apostolado Positivista Brasileiro. Aceitou, sobretudo, as premissas científicas do positivismo. E, também, salta na obra salesiana a preocupação política, sendo como foi, um dos principais ideólogos da República.

Todavia, equivocava-se o ensaísta Luís Washington Vita ao referir-se a Alberto Sales como um dos poucos propagandistas da República que pregavam a "evolução, ou a revolução. A primeira deverá ser preferida, mas nem por isso tem especial importância quando se sabe que a maioria dos propagandistas da república — com exceção de Quintino Bocaiuva —, nunca chegou ao extremo da pregação revolucionária para o advento do novo regime político." (30)

A verdade histórica é outra. O único propagandista republicano a pregar constantemente um sentido revolucionário para o advento do novo regime político foi o fluminense Antônio da Silva Jardim. Aliás, esse fora o motivo de separação desse propagandista com a alta cúpula do partido republicano, inclusive, e sobretudo com Quintino Bocaiuva.

Equivocava-se, outra vez, o referido escritor quando excetua a figura de Quintino Bocaiuva, o conhecido líder da linha "moderada" do Partido Republicano. (31)

Assim sendo, compreende-se e se aceita a formulação, segundo a qual, o positivismo, o evolucionismo e o materialismo constituíram na temática salesiana mais um método do que propriamente o inserir duma doutrina.

O autor de "Política Republicana", deve ser analisado como um homem devotado aos principais problemas políticos e sociais de seu País e de seu ciclo histórico, sendo mais um intérprete de fatos do que um pesquisador nefilibata, interessado mais e mais em assuntos subjetivos.

Não se deve, também, exagerar a importância e a influência do debate de idéias para o advento da República, mesmo porque não fora a existência das causas chamadas e já consagradas como "questões": militar, religiosa, abolicionista e outras menores, e, a República não teria surgido (mesmo do jeito como surgiu, isto é, num mero golpe de Estado).

Portanto, considerar essas "questões" como concausas constitui um enorme simplismo e um erro primário que nenhum estudante

(30) Idem — p. 66.

(31) A bibliografia a respeito desse fato é, relativamente, grande. À guisa de ilustração: George C. A. Bohrer: «Da Monarquia à República» e Roberto de Paula Leite — org. de «Silva Jardim e o seu tempo».

moderno de economia política; de História do Brasil ou mesmo de ciências sociais não perpetraria. ⁽³²⁾

Não foi, então, o livre debate de idéias, nem teve a importância que lhe querem atribuir, o principal vetor do advento da República brasileira.

Sobre o papel de Alberto Sales na propaganda republicana e seu desempenho na mesma, como doutrinador e ideólogo, antes, bem antes dos atuais estudiosos da obra salesiana, já o historiador norte-americano George C. A. Boehrer, ex-adido cultural de seu País no Brasil; Alfredo Ellis Júnior e José Maria dos Santos tinham acentuado o seu mérito.

Ninguém negou nem irá diminuir seu papel na propaganda republicana. Mas, é preciso justificá-la, esclarecê-la.

O seu pensamento foi sempre o de um educador político. As assertivas, as provas nesse sentido são muitas, como, por exemplo, no prefácio de "O Catecismo Republicano": "A vulgarização das doutrinas democráticas foi sempre, para mim, uma das mais urgentes necessidades, como um trabalho preliminar indispensável para o advento definitivo do governo republicano neste País. ⁽³³⁾

Em 1882, publicou "Política Republicana" — trabalho dedicado ao Partido Republicano Brasileiro.

Em 1835, entre outros trabalhos, publicou as "Cartas a Júlio Ribeiro", com o pseudônimo de "Demócrito". Em 1887, publicou "A Pátria Paulista", editado em Campinas. Nas primeiras, declarava-se: "Sou republicano extremado" ⁽³⁴⁾, tal qual um Silva Jardim.

A 1888, abordando a disciplina e a organização partidária numa conferência realizada em sua cidade natal, em Campinas, diz entre outras coisas: "Tôda a vida dos organismos sociais cifra-se numa luta sem tréguas entre o interesse geral e o interesse particular. É por isso que a cooperação ou é política ou é social, segundo tem por fim a consecução de um interesse que afeta diretamente as classes e os indivíduos e só indiretamente a sociedade. A ninguém é lícito, portanto, confundir os interesses políticos com os interesses sociais; e como os partidos são órgãos sociais e políticos é evidente que a sua função, para ser completa, há de abranger em sua totalidade estas duas categorias de interesses." ⁽³⁵⁾

A crítica que fez das instituições monárquicas não é verdadeiramente original. Outros, foram mais brilhantes do que êle,

32) A despeito da excelência de seu ensaio, Luís Washington Vita comete diversos erros. O acima enunciado é um dêles.

33) Alberto Sales — «Catecismo Republicano» — São Paulo — 1885 — p. III.

34) «Demócrito» — Cartas a Júlio Ribeiro — p. 81.

35) Alberto Sales — «Estudo científico sobre disciplina e organização partidária» — p. 19.

como foi o caso de Silva Jardim ou mesmo um Aristides Lôbo. De resto, não era nada difícil constatar do exotismo do regime monárquico no Brasil. . .

Proferindo conferências, publicando trabalhos os mais diversos, Alberto Sales, de fato foi um grande militante do ideal republicano, embora pareça ser temerário afirmar ter sido o “mais ativo dos doutrinadores republicanos.” (36)

Não sendo êste um trabalho de finalidade didática, determinados aspectos da obra salesiana fogem ao fulcro central da análise intencionalizada.

Assim, por exemplo, não interessa abordar a obra salesiana através do ângulo duma sistematização cientificista; da ciência da história; da ciência da sociedade; e até mesmo do ponto de vista das classes sociais. Mesmo porque, como afirmamos noutra oportunidade, ela é profundamente inspirada em modelos spencerianos.

Contudo, merece relêvo o ensaio “O governo popular”, incompleto e publicado após a sua morte na “Revista do Brasil”, em 1921. Aqui, Alberto Sales tentou, de fato, conciliar Marx e Spencer. Aliás, a propósito do marxismo (Alberto Sales sempre foi claro a êsse respeito: era anti), cumpre salientar, ter sido um dos primeiros teóricos brasileiros a se interessar pelo pensamento do filósofo alemão da centúria passada. No âmbito literário, parece-nos que a posição de pioneiro, nêsse sentido, foi a de João Ribeiro, enquanto que nêste outro campo mais essa antecipação teria lhe cabido.

De qualquer forma, merece atenção a atualidade do pensamento salesiano no que diz respeito à ciência da sociedade: “Confrange-nos, por certo, o coração, ao caracterizar por essa forma o negro futuro que nos aguarda; mas não exageramos. O momento é realmente de extrema gravidade e convida à reflexão. Assistimos ao melancólico espetáculo de uma velha sociedade que se dissolve e de uma nova sociedade que se levanta. A crise é profunda e afeta tôdas as nossas instituições e vai até o âmago das nossas crenças.” (37)

Antevê as agitações sociais e a presença de outros poderes: “Devemos confessar resignados que temos efetivamente diante de nós um futuro cheio de ameaças, que se desenha com côres negras e que trás envôlto em suas dobras o prenúncio de modificações profundas e inevitáveis. O esboço que acabamos de traçar rápido e e singelo em suas linhas gerais, quanto às perniciosas consequências que podem advir da revulsão ao regime militar, seria entretanto incompleto, se não acrescentássemos, como uma série agravante dêsse deplorável estado de coisas, a agitação socialista, profundamente revolucionária em seus intuítos, que sobe como uma

36) Luís Washington Vita — op. cit. p. 88.

37) Alberto Sales — «O governo popular» — p. 331.

grande onda demolidora, ameaçando subverter em seus próprios fundamentos tôda a ordem social contemporânea.

Quaisquer que sejam as suas causas, econômicas, sociais ou morais, é evidente que êsse grande movimento das classes operárias, muito embora se traduza na aparência por uma contínua repetição de conflito entre o capital e o trabalho, tem uma significação muito mais importante e caminha para uma solução muito mais grave. Produto dos espantosos desenvolvimentos da indústria, que tem favorecido nas grandes cidades a formação de enormes aglomerações de operários, em tórno de fábricas e usinas colossais, essa agitação recrusdece cada vez mais, com verdadeira fúria proselitica, e manifesta uma tendência bem pronunciada em invadir as fileiras militares, convertendo os quartéis em focos perigosos de propaganda. O grito de guerra que daí surge, sinistro e colérico, como uma sentença de extermínio, contra a propriedade, a família e o Estado, indica bem os anárquicos intentos dessas multidões descontentes, sacudidas pelos instintos agressivos da humanidade primitiva, ao mesmo tempo que põe em tôda a sua luz o seu pavoroso programa de demolição.” (38)

Ou, então, nêste outro ponto: “Hoje ainda esparsos e pouco unidos, mas amanhã solidários e fortes, como fanáticos sectários de uma religião, que prega a felicidade aos pobres e humildes, com o despôjo dos ricos e poderosos, êsses grupos de proletários se alastram e se estendem de uma maneira verdadeiramente assustadora. Comprimidoss ainda hoje em seus protestos pelas tropas dos quartéis, amanhã confabularão com elas, sugestionados todos pela mesma crença em busca do ideal. Estará longe o dia dessa confraternização? Só a sua possibilidade é bastante para pôr em franca evidência a gravidade do perigo. A propaganda pelo contágio lavra como um incêndio, derrocando um a um os velhos dogmas, alicerces morais de tôda uma complicada estrutura social.” (39)

A problemática do socialismo estava presente em seu espírito: “O socialismo é uma fôrça que já não pode ser mais desprezada e com a qual é preciso contar nos cálculos da política contemporânea. É um nôvo evangelho que se anuncia pela bôca de novos profetas cheios de abnegação e de fé, que tenta suplantar a lei antiga, procurando a igualdade absoluta e prometendo à humanidade um delicioso paraíso. A luta é, pois, inevitável.” (40)

Portanto, para Alberto Sales, o advento do socialismo era inevitável a despeito de constituir uma desgraça, porém, com tempo determinado como a duração dos cataclismos ou mesmo das con-

38) Alberto Sales — op. cit. 342.

39) Idem — p. 342.

40) Alberto Sales — «O govêrno Popular» — p. 343.

vulsões. Isso, constituía para êle uma espécie de esperança e consôlo, pois, fôra um individualista exacerbado.

Nêsse ponto diferia, profundamente, de seu companheiro geracional Pedro Lessa, o qual, revelou simpatia e interêsse pelos ideais socialistas. Basta ler o estudo "Que é o socialismo?"⁽⁴¹⁾

Passando para outra etapa, o clima salesiano iria ser o mesmo. Em 1885, publicou "Ensaio sôbre a moderna concepção do Direito", integrando-se dessa forma no contexto jurídico-filosófico do tempo. Aliás, êsse trabalho alcançou sucesso ao ensêjo de seu lançamento.

A crítica do Direito Natural; a evolução do Direito; o Direito e o Estado; a ciência da política, são temas percucientes e que já mereceram a análise de estudiosos.⁽⁴²⁾

A ciência política para Alberto Sales era encarada como uma ciência social espontânea do Estado. Procura, numa justa coordenação das forças estáticas com as do progresso. Daí, surgiria a forma exterior que deveria favorecer o desenvolvimento integral do organismo social.⁽⁴³⁾

Definia a política como ciência especializada da sociologia, apesar de não confundir uma com a outra. A política, portanto, não era sociologia, e esta, não se confundia, por sua vez, com a História. A política era como um ramo da ciência social. Era sempre abstrata e tinha por finalidade analisar, unicamente, o estágio estático de determinada categoria de fenômenos. Achava que o Direito e a Política se completavam porque os aspectos dinâmicos característicos daqueles fenômenos deveria ser atribuição dos pesquisadores jurídicos.

Preocupou-se com conceitos e a evolução do Estado; as formas de govêrno; o problema do sufrágio (importante para a sua geração); os partidos políticos (talvez, resida neste ponto a maior contribuição de Alberto Sales à história das idéias em nossa terra, pois, é realmente muito lúcida a parte referente aos partidos políticos, sua disciplina e sua organização); e outros problemas menos objetivos.

A PROBLEMATICA RACIAL

Quando se aborda a problemática racial ou raciológica como querem alguns, logo surge à mente atitudes do espirito referentes à raça, à antipatia racial, ao racismo prôpriamente dito, ao con-

40) Pedro Lessa — «Que é o socialismo?» — Revista da Faculdade de Direito — 1895 — págs. 45-62.

42) Ver a êsse respeito os ensaios de Miguel Reale; «Horizontes do Direito e da História» — S. Paulo — 1957; e, «Filosofia em S. Paulo» — S. Paulo — Comissão Estadual de Cultura.

43) Ver a propósito Alberto Sales — «Catecismo Republicano» — p. 4.

flito racial, às diferenças raciais, aos sentimentos de raça e outros apêndices menores.

Nas páginas e períodos anteriores, procuramos objetivar determinados pensamentos de Alberto Sales. Porém, a queda mais brusca acentuar-se-ia a partir, justamente, do encontro ou da análise de problemática racial.

Qual foi a compreensão que teve disso em sua “ciência da sociedade”?

Não construiu uma filosofia que destacasse as tonalidades raciais, supostas ou mesmo reais. De resto, do ponto de vista de denominação, o racismo em si mesmo não cria nenhuma filosofia. Falta-lhe, para isso, um sentido de precisão, uma área determinativa.

A problemática supra, obriga-nos a dissertar acerca de problemas aparentemente longínquos, mas, em verdade muito mais próximos do que imaginamos à primeira vista. E, de fato, basta-nos lembrar o que Nelson Werneck Sodré denominou de “ideologia do colonialismo” (44), cujos representantes mais significativos do ponto de vista intelectual, entre nós, foram: Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Sílvio Romero.

Ora, dentro da pauta wernequiana, o conceito de ideologia surge: “Através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita, é ganha — preparada que está pela sua condição de classe, — para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a a fatores não materiais: superioridade de raça, superioridade de clima, superioridade de situação geográfica, que predestinam as novas metrópoles.” (45)

Ou, então, neste outro passo: “A transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos exteriores, no campo político como no campo artístico, deriva de tudo isso: é a forma como penetra a ideologia do colonialismo. Os povos subordinados não a escolhem por um ato de vontade. São naturalmente conduzidos a recebê-la porque, ao mesmo tempo que justifica a supremacia de nações colonizadoras, justifica, internamente, a supremacia da classe ou das classes que se beneficiam da subordinação, associando-se às forças econômicas externas que a impõem.” (46)

Ou, ainda, neste outro ponto: “Um povo começa a ter o direito de repudiar a ideologia do colonialismo quando, de transformações estruturais no campo da produção interna, a sua sociedade não define como predominante, ou absoluta em seu domínio, a classe interessada na subordinação econômica, quando as forças econômicas internas passam a exigir um lugar ao sol, passam a dispu-

44) Nelson Werneck Sodré — «A Ideologia do colonialismo» — Rio — 1961.

45) Idem — p. 9.

46) Ibidem — op. cit. p. 9.

tar uma posição. A opção pela ideologia do colonialismo só então é um ato de vontade — e quando isto acontece, tal ideologia, entra em crise e começa a desmoralizar-se.” (47)

Dessa forma, na escolha das figuras e das obras estudadas, procurou mostrar o processo do desenvolvimento da ideologia do colonialismo referente ao Brasil. E não foi por mera coincidência que, entre outras, citou “um crítico do fim do mesmo século, com uma obra publicada no ano da Abolição, Sílvio Romero, um ensaísta do início do século XX, quando a mudança de regime indicava alteração na estrutura econômica e social, Euclides da Cunha, e um intérprete da terceira década do século atual, quando começou a definir-se os rumos novos a que obedecerá o Brasil, Oliveira Viana.” (48)

Contudo, o que esse autor entendia por ideologia do colonialismo?

“Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de idéias e de conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua denominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que denominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhes os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista que assistimos. Sumariamente, nos fins do século XIX tal ideologia reunia tudo o que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política, à raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influenciando negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça — tais foram, entre outros menos importantes, formas muito difundidas de uma ideologia que, no fundo, preferia apenas conestar a justificar a exploração colonial. Pela difusão desas ideologia nas áreas coloniais, tornando as suas elites intelectuais suportes de sua vigência, responde a estrutura social nelas dominante, quando a classe senhorial tinha os seus interesses, da classe que emergira vitoriosa no processo histórico que culminou com a Revolução Industrial.” (49)

47) Idem — p. 9.

48) Ibidem — op. cit. págs. 9/10.

49) Ibidem — op. cit. p. 133.

Os preconceitos de tempo, dos quais foram vítimas aqueles intelectuais, poderiam ser aplicados à Alberto Sales, mesmo porque o arianismo que Nelson Werneck Sodré observou, por exemplo, em Sílvio Romero, está presente nas obras de Alberto Sales.

No trabalho: — “Política Republicana”⁽⁵⁰⁾, afirma que o africano é muito diferente do europeu e debaixo de muitos pontos de vista anatômicos e fisiológicos, ainda se acha em um grau muito embrionário da evolução mental. O seu cérebro ainda não adquiriu aquêlê grau de desenvolvimento e de consistência, compatível com a intensidade da moderna vida intelectual dos povos cultos. É claro, portanto, que a introdução de uma raça semelhante não pode dar bons resultados no cruzamento, produzindo descendentes inferiores ao tipo superior, além de pôr em circulação uma série de práticas e conceitos do mais grosseiro fetichismo.”⁽⁵¹⁾

A ausência de espírito crítico (não estivesse êle completamente inserido no panorama geral dos preconceitos raciais da (época), atingiria o ápice em “A Pátria Paulista”.⁽⁵²⁾

Este livro, nada mais é do que uma tentativa individual, fraca muito embora, no sentido de suprir essa falta na conduta dos chefes.”⁽⁵³⁾

Referia-se à agitação separatista, considerando-a como problema grave e que convinha resolver o quanto antes.

Noutro passo dêsse mesmo ensaio chega parecer espécie de precursor de Spengler: “O que se dá na realidade e o que é fácil de verificar é que os grandes fenômenos de crescimento, de função e de estrutura, que se observam no indivíduo, encontram-se igualmente nos agrupamentos sociais, muito embora sob uma forma diversa e não tão concreta como no indivíduo.”⁽⁵⁴⁾

Aliás, ainda quanto ao separatismo, achava que “o nosso ponto de vista é puramente científico e por consequência aspira antes de tudo a uma solução francamente desapassionada e genérica, é necessário observarmos que a solução psicológica, já enumerada entre os mais poderosos fatores de diferenciação social e política e, consequentemente, entre os mais enérgicos elementos que podem produzir o desmembramento das sociedades, vem frqüentemente acompanhada de um outro fator biológico que a torna ainda, na maioria dos casos, muito mais sensível do que naturalmente é ou poderia ser. Tal é o fenômeno espontâneo do cruzamento.”⁽⁵⁵⁾

Ou, ainda: “É admirável o cruzamento que, nos Estados Unidos da América do Norte, se opera entre inglêses, irlandêses, ale-

50) Alberto Sales — «Política Republicana».

51) Idem — p. 422.

52) Alberto Sales — «A Pátria Paulista». — Campinas — 1887.

53) Idem — p. 27.

54) Idem — op. cit. págs. 43/44.

55) Idem — págs. 81/82.

mães, franceses, etc., etc. Descendentes todos do mesmo tronco e possuindo, para assim dizer, com pequena diferença, o mesmo grau de cultura, aqueles povos se aproximam uns dos outros por muitos pontos de forte analogias étnicas e mentais. Daí o maravilhoso progresso daquele povo; daí ainda a espantosa consistência daquela nacionalidade. Há, contudo, casos em que o cruzamento se faz fora destas condições de aproximação e analogia e em que a mistura se opera entre tipos inteiramente diferentes, quer sob o ponto de vista antropológico, quer sob o ponto de vista psicológico. Tais são, por exemplo, os cruzamentos entre brancos, negros e indígenas, como se deram em larga escala, tanto na América espanhola, como na América portuguesa.”⁽⁵⁶⁾

A análise era profunda, como se vê: o progresso dos Estados Unidos era, praticamente, devido ao cruzamento entre imigrantes e seus descendentes portadores das mesmas características epidérmicas... Daí as “espantosa consistência daquela nacionalidade”, ou, então, graças as “fortes analogias étnicas e mentais.”

Mais tarde, o mesmo autor tentaria criar uma filosofia raciológica. E, em seu último trabalho publicado em 1901, iria dedicar muitas páginas a esse problema. Referimo-nos ao “Ensino Público”, onde afirma que a “alma da raça” chega a sofrer grandes mutações através da ação do cruzamento que pode apagar as diferenças e os contrastes individuais, perturbando, inclusive, a própria unidade mental da raça que se traduz em sentimentos e idéias...

Os preconceitos de Alberto Sales⁽⁵⁷⁾ (muita gente boa, mesmo entre nós, ainda pensa assim...) emergiam, foram conseqüências das circunstâncias históricas do século passado que, de fato, favoreceram e condicionaram uma série de doutrinas e sistemas baseados numa hierarquia de valores racistas.

Por outro lado, como bem acentuou o professor Luís Washington Vita,⁽⁵⁸⁾ os preconceitos de Alberto Sales referentes à “ciência da mocidade” são vários e não se restringem aos apontados aqui: “O da guerra como fator civilizatório, também, de origem spenceriana, é um dos mais constantes e que vai, por assim dizer, atenuando-se com o passar dos anos. Por exemplo, enquanto em 1885 não tem nenhuma dúvida de que “as guerras não somente contribuem para o crescimento gradual e constante das sociedades, sobretudo pela aglomeração sucessiva de novas tribus, como também influem muito diretamente para o desenvolvimento espontâneo das próprias forças civilizadoras”... significando que é pela guerra que passam os povos do estado nômade ao sedentário e que da cultura dos rebanhos chegam à cultura da terra. O que

56) Idem — págs. 83/84.

57) Alberto Sales — idem — págs. 83/84.

58) Luís Washington Vita — op. cit. p. 110.

quer dizer, evidentemente, que é pela guerra que se operam os primeiros movimentos na evolução social e se determinam consequentemente os primeiros impulsos de civilização.”

Volvendo à “Pátria Paulista”, curioso observar nenhum analista anterior da obra salesiana ter se interessado para as análises, ou gráficos econômicos escritos e demonstrados pelo ilustre campineiro... mesmo que fôsse para divergir de seus pontos de vista: “Situada entre os paralelos 11°-45 e 25°-15 de latitude meridional, e gozando de um clima temperado em que não se sentem nem os rigores do inverno, nem os rigores do verão, com suas estações chuvosas muito regulares e terras fertilíssimas, a província de S. Paulo é uma das regiões mais produtivas do País. O arroz, o milho, o feijão, a cana de açúcar, o algodão, o tabaco, o café e muitos outros vegetais são culturas imensamente produzidas e que vão de dia em dia tomando extraordinário incremento.” (60)

A seguir, analisa o estado da agricultura paulista mostrando uma estatística a respeito de produção de alguns dos principais produtos, salientando o algodão, o fumo, o açúcar, o arroz, o café. Assevera, também, que os inúmeros dados de que dispunha eram incompletos, enfatizando a contribuição da agricultura no nosso desenvolvimento, procurando com isso, provar a prosperidade econômica na região paulista, e, ratificar ou ilustrar sua tese geral separatista.

Por outro lado: “A própria questão da abolição do elemento servil, que em outras províncias apresenta-se tão temerosa, vai em S. Paulo sendo resolvida pacificamente pela iniciativa particular dos lavradores.” (62)

Transcreve o movimento imigratório a partir de 1883: “Precisamos não nos esquecer de que a imigração para nós não é atualmente um simples recurso contra as incertezas geradas pela crise que já começa a atravessar a lavoura, na necessidade em que se vê de substituir pouco a pouco o sistema do trabalho empregado, como aliás se vai efetuando de um modo verdadeiramente admirável; devemos também olhar para a imigração como o único meio de que podemos dispor para o rápido povoamento da província e, portanto, como um fator econômico e político de alta valia.” (63)

Alberto Sales, tinha plena consciência da necessidade do regime econômico em fase ascensional precisar da mão-de-obra assalaria-

59) Alberto Sales — «Ensaio sôbre a moderna concepção do Direito — p. 114.

60) Luís Washington Vita — op. cit. págs. 100/111.

61) Alberto Sales — «A Pátria Paulista» — págs. 131/132.

62) Idem — op. cit. p. 137.

63) Ibidem — op. cit. p. 142.

da, enfim, da presença do imigrante: “Ninguém ignora a íntima relação que existe entre o desenvolvimento da população e o aumento da riqueza de um país. São dois fenômenos que se produzem simultaneamente e que nunca apareceram isolados. Quando mais rapidamente cresce a população de um país, tanto mais sobe na mesma proporção a média da riqueza individual e, conseqüentemente, também a soma de bem-estar e de prosperidade de tôda a comunhão social.

È por isso exatamente que o problema do povoamento, aparece sempre como a primeira necessidade de um país nôvo e ainda em vista de ulteriores desenvolvimentos, principalmente no caso de possuir uma dilatada extensão territorial.” (64)

Portanto, o povoamento era o primeiro problema a ser solucionado: “O povoamento é, pois, para nós o primeiro problema a resolver. Só poderemos ser grandes e fortes, quando o território de nossa província fôr ocupado por uma população densa e laboriosa. Ex., a solução do problema está na imigração.” (65)

Como se vê, a solução era mesmo a imigração.

E, sublinhou, também, a importância das vias férreas dentro do contexto sócio-econômico bandeirante, ressaltando, também o descaso por tudo por parte do govêrno central: “Uma província que realiza prodígios desta ordem, ainda maltratada pela administração central, e que atesta de um modo tão positivo a sua riqueza, é porque tem dentro de si mesma — grande reservatório de forças progressivas, que, a despeito de quantos obstáculos possam aparecer, tendem necessariamente a manifestar-se.” (66)

E enfatizava os movimentos industriais, comerciais, quer na elaboração de diversos gráficos ilustrativos, quer na dissertação acêrca de dados estatísticos, aparentemente idôneos, a fim de discorrer sôbre o seu discutível ponto de vista separatista.

O País apresentava boas condições para uma série de investimentos: “Nações ainda novas e quase tôdas ainda na fase primitiva da atividade agrícola e pastoril, vivem na mais completa tranqüilidade, sem as lutas socialistas das classes para perturbar-nas no interior, e sem o demônio da ambição e dos interesses dinásticos para atear conflagração no domínio das relações internacionais.” (67)

Na parte terceira de “A Pátria Paulista”, estudava o confronto do separatismo com a nacionalidade. Nas duas fases anteriores, tinha analisado o separatismo em face da ciência; e, na outra, das “vantagens práticas” do separatismo...

64) Idem — op. cit. págs. 142/143.

65) Idem — op. cit. p. 144.

66) Ibidem — op. cit. p. 149.

67) Ibidem — op. cit. p. 236.

Entre outras coisas: “Podemos, pois, destacar, na formação da nacionalidade, três elementos essencialíssimos, que, mais do que todos os outros, concorrem para êsse resultado: são êles o condicionalismo geográfico, o condicionalismo étnico e o condicionalismo psicológico.” (68)

E a filosofia raciológica estava sempre atuante: “É a influência biológica da raça que, modificada de mil modos pelas circunstâncias exteriores, pelas condições de adaptação, pela seleção e pelo cruzamento, se faz sentir com tôda a fôrça de um elemento de desagregação espontânea e traduz-se praticamente na constituição de novas nacionalidades.” (69)

Para êle, graças ao condicionamento étnico a província de São Paulo progredira muito: “É em virtude unicamente dêste condicionalismo étnico, ajudado sem dúvida pela benignidade de nosso clima, que se encontra em S. Paulo, em fins do regime colonial, “vida de uma nação nova, existindo independente e autônoma, por virtude duma população fixada e naturalizada no sôlo sôbre que vivia.” (70)

Havia, contudo, diversificações regionais que não lhe passaram despercebidas: “É evidente, portanto, o acôrdo entre os setôres orográficos do solo e a constituição étnica das populações que ocupam as três grandes bacias já mencionadas. No vale do Amazonas predomina o sangue indígena, como qualquer observador, ainda pouco atento, poderá verificar se quiser; no vale do S. Francisco é o sangue africano que dá o ombro, o tipo predominante à população; no vale do Paraná, porém, o que prevalece, o que salienta-se incomparavelmente e aparece como a característica principal da população é o tipo europeu, é o tipo branco. Eis aí como o condicionalismo étnico se harmoniza com o condicionalismo geográfico.” (71)

Completando a panóplia justificadora: “A separação não exclue a federação, nem tão pouco a integridade territorial é indispensável para a aplicação do princípio federal, consagrado na organização republicana. Assim também, a pátria grande não é condição essencial da vida nacional e de prosperidade dos povos. (72)

Mesmo porque a pátria grande, “isto é, a pátria de vasta extensão territorial, pode, pois, constituir uma aspiração nobre e legítima, mas não é com certeza uma condição essencial de existência no continente americano, nem mesmo de grandeza ou de prosperidade nacional.” (73)

68) Ibidem — op. cit. p. 246.

69) Idem — op. cit. p. 256.

71) Idem — op. cit. págs. 263/264.

72) Idem — op. cit. p. 286.

73) Idem — op. cit. p. 291.

Por outro lado, aconselhava um meio para chegar à federação: “É por isso que a separação deve ser aceita, não com o intuito exclusivista de uma desagregação absoluta, mas como meio de chegar à federação. Isto importa afirmar que o separatismo conduz direito à aplicação do princípio republicano.” (74)

Concluindo suas páginas, depois de ter mostrado o seu método expositivo-narrativo, assinala: “Aquêlê que tiver percorrido estas páginas poderá ter visto que nunca faltamos à sinceridade que nos caracteriza; parodiando, portanto, a epígrafe que tomamos para êste livro, poderemos dizer sem receio: — embora nos acusem, nos condenem, nos prendam e nos enforcem, haveremos de publicar sempre os nossos pensamentos. O fazê-lo não é um direito, é antes um dever; obrigação restrita para todos os que tem idéias, é comunicá-las aos outros para o bem comum. A verdade inteira pertence a todos: — publicamos aquilo que entendíamos que era útil aos nossos concidadãos.” (75)

CONCLUSÕES

Vimos que o ideário da vida e da obra de Alberto Sales, de maneira sintético-informativa, revelou um índice excepcional como unidade de ação e de coerência.

Portador de um tipo de otimismo que era o de sua época; integrado numa atmosfera que considerava o passado como uma forma evolutiva indispensável à etapa seguinte da história da humanidade: Alberto Sales, possuiu o mérito num País e dentro de uma cultura de alienados, de ser um homem consciente e interessado pela realidade paulista e brasileira.

A sua especulação retratou, de certo modo, as difíceis e tortuosas complexidades da sociedade brasileira como a conhecemos, procurando lutar contra as raízes e os obstáculos de um tipo de subdesenvolvimento que afetava o Brasil nas últimas décadas do século dezanove.

Evidentemente, a obra salesiana apresenta erros, limitações e utopias. A despeito disso tudo, o aspecto concreto, a ânsia de tocar com o pé tôdas as realidades, proporcionou-lhe um espírito excepcionalmente objetivo.

E, paradoxalmente, o seu conceito de democracia não era baseado em ficções, pois, advogava o sufrágio universal, concedendo o direito de voto a todos, inclusive, aos analfabetos.

E a educação constituía fator primordial nisso tudo a fim de libertar o seu País dos grilhões aos quais estava acorrentado: aos países metropolitanos, os quais, agiam e agem, através dos preços,

74) Idem — op. cit. p. 294.

75) Idem — op. cit. p. 298.

ideologias e da presença maior ou menor (dependendo do caso) de vetôres econômicos condicionantes. Foi, portanto, um lutador pela libertação material e espiritual de seu País.

A realidade brasileira foi o seu tema preferido, mórmente, na aventura especulativa. Se sua filosofia não pode ser inserida num autêntico contexto filosófico no sentido tradicional ou clássico, soube manipular problemas e assuntos tendo como fim as condições dominantes em seu País, sua cultura, as tradições de seu povo e de sua gente.

A única pretensão que possui êste trabalho é a tentativa de criar uma biografia moderna, onde princípios de contemporaneidade estejam presentes.

Não é fundamentalmente necessário, para isso, a reprodução fiél e exata de idéias e idéias, de teorias e mais teorias do biografado para sua realização. A simples transcrição de trechos e mais trechos não elimina nem deve atenuar a pura interpretação.

A interpretação é indispensável aos estudos modernos. Ela é sòmente deformadora para aqueles que não reúnem os mínimos instrumentos analíticos e étnicos para bem fundamentá-la.

De resto, humildemente, reconhecemos, também, as nossas limitações. E, o que se esboçou aqui, foi uma tentativa de síntese e compreensão da vida e da obra do ilustre campineiro Alberto Sales.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS DE ALBERTO SALES:

1 — Política Republicana, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leusinger & Filhos, 1882 — 575 págs.

A edição dessa obra, como tivemos oportunidade de afirmar noutro passo de nosso trabalho, fôra patrocinada pelo Partido Republicano Paulista.

2 — Catecismo Republicano, São Paulo, Leroy King Roodwalter, MDCCCLXXXV — 177 págs.

3 — Cartas a Júlio Ribeiro, São Paulo, Typographis da «Provincia», 1885 — 127 págs.

4 — Ensaio sôbre a moderna concepção do Direito, Typografia da Provincia, MDCCCLXXXV — 269 págs.

5 — A vitória republicana, São Paulo, Typ. da Provincia, 1885, 73 págs.

Vários pesquisadores e biógrafos tentaram, inutilmente, localizar um exemplar dessa obra. Infelizmente, porém, ninguém conseguiu encontrar. Contudo, Sacramento Blake afirma o seguinte: «A vitória republicana, São Paulo, 1885. É uma reprodução de artigos publicados na A Provincia de São Paulo, acêrca das eleições de 1884 em que es apresentou e foi eleito deputado um irmão do autor».

6 — A pátria paulista, Typ. a vapor da «Gazeta de Campinas», 1887 — 300 págs.

7 — Estudo científico sôbre disciplina e organização partidária, Campinas, Typ. a vapor da «Gazeta de Campinas», 1888 — 27 págs.

8 — Ciência Política, São Paulo, Teixeira & Irmão — Editôres — Proprietários, 1891 — 299 págs.

Essa obra fôra impressa no Pôrto, e, possui excelente apresentação gráfica.

9 — O ensino público, São Paulo, Typ. Espíndola, Siqueira & Cia., 1901 — 61 págs.

10 — O Governo Popular, in «Revista do Brasil», vol. XVIII, setembro-dezembro de 1921, ano VI, nº 72 — págs. 130-348.

11 — Balanço Político, São Paulo.

Nessa obra reside outra dúvida. Os estudiosos são unânimes em afirmar que, provavelmente, tratar-se-ia de 2ª edição de «O ensino público». O título, lembra o célebre artigo publicado no «O Estado de São Paulo», de 18 de julho de 1901.

Livros ou trabalhos que se reportam à vida ou à obra de Alberto Sales:

1 — Afonso de Freitas, «A imprensa paulista», in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 19, págs. 582 e ss.

2 — Alfredo Ellis Júnior — Um parlamentar paulista da República, págs. 109 e 116, São Paulo, 1949.

3 — Antônio Luís dos Santos Werneck, O positivismo na Academia, págs. 121-2, São Paulo, 1880.

4 — Dunschee de Abranches, Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil, vol. I, págs. 476-7, São Paulo, 1918.

5 — Gabriel da Silva Oliveira — «O ensino da Sociologia», in O Estado de São Paulo, edição de 8 de janeiro de 1928.

6 — «Alberto Sales — precursor da sociologia no Brasil», in Jornal do Comércio, ed. de 17 de março de 1935.

7 — George C. A. Boehrer, Da monarquia à república. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889), p. 218, trad. brasileira Berenice Xavier — Rio de Janeiro, 1954.

8 — Ivan Lins, O Positivismo no Brasil, separata de «Decimália» — págs. 9-10, Rio de Janeiro, 1959.

9 — Idem «O Positivismo em S. Paulo», in Revista Brasileira de Filosofia, vol. XII, fasc. 48, págs. 432-452, 1962.

10 — Idem — História do Positivismo no Brasil — págs. 147-153, São Paulo, 1964.

11 — J. Isidoro Martins Júnior — Fragmentos Jurídicos filosóficos, p. 176 — Recife, 1891.

12 — João Camillo de Oliveira Tôrres, O positivismo no Brasil, 2ª edição — p. 153 — Petrópolis, 1957.

13 — José Maria dos Santos — A política geral do Brasil — p. 213, São Paulo, 1930.

14 — Idem, Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista, p. 61, Rio de Janeiro, 1960.

15 — José Osmir França Guimarães, O pensamento político-jurídico de Alberto Sales; inédito, tese apresentada no curso de doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1962; 56 págs. datilografadas; apud Luís Washington Vita, op. cit.

16 — Júlio Ribeiro — Cartas Sertanejas, 2ª edição, págs. 55-137, Lisboa, 1908.

17 — Leopoldo Amaral, Campinas, recordações, págs. 62, 151 e 520, São Paulo, 1927.

- 18 — Luís Corrêa de Melo, Dicionário de Autores Paulistas, pág. 546, São Paulo, 1954.
- 19 — Luís Washington Vita, «Ensaio bibliográfico sobre Alberto Sales», in *Inter-American Review of Bibliography*, n° 1, vol. XV (janeiro-março de 1965), págs. 17-28.
- 20 — Idem, Alberto Sales, Ideólogo da República, São Paulo, 1965, 201 págs.
- 21 — Maurício Vinhas de Queiróz — Uma garganta e alguns níqueis. História de Silva Jardim, o herói da propaganda republicana, págs. 172-3, Rio de Janeiro, 1947.
- 22 — Miguel Reale, Horizontes do Direito e da História, pág. 251, São Paulo, 1956.
- 23 — Idem, Momentos decisivos e olvidados do pensamento brasileiro, pág. 43, Pôrto Alegre, 1957.
- 24 — Idem, Filosofia em São Paulo, págs. 103-110, São Paulo, 1962.
- 25 — Roberto de Paula Leite, Silva Jardim e o seu tempo, orig.
- 26 — Idem, Panorama da história das Idéias filosóficas no Brasil, orig.
- 27 — Idem, «A República e seus fundamentos», in «A Gazeta de Itu», 11-4-1957.
- 28 — Idem, «Sobre Floriano», in «Diário de Notícias» (Suplemento Literário), Rio de Janeiro — 17-10-1963.
- 29 — «História, Cyro Silva, Floriano Peixoto», in «O Estado de São Paulo» — Suplemento Literário — 23-11-1963.
- 30 — Roque Spencer Maciel de Barros, A Ilustração Brasileira e a idéia de universidade, São Paulo, 1959.
- 31 — Sacramento Blake, Dicionário bibliográfico brasileiro, tomo III, pág. 314, Rio de Janeiro, 1895.
- 32 — Silvestre de Lima, «Episódios da Dissidência»: I — o célebre «Balanço político de Alberto Sales», in *O Estado de São Paulo*, ed. de 24 de dezembro de 1933.
- 33 — Silvio Romero, Ensaio de filosofia do direito, p. XVIII, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1908.
- 34 — Spencer Vampré — Memórias para a história da Academia de São Paulo, tomo II, págs. 359, 360, 424, 342, São Paulo, 1924.
- 35 — Tácito de Almeida, O movimento de 1887, págs. 23-5, São Paulo, 1934.
- 36 — Revista do Ensino, São Paulo, Ano III, n° 1, abril de 1904.
- 37 — Enciclopédia e Dicionário Jackson, vol. XVII, págs. 10, 180.
- 38 — Centenário do Ensino Normal em São Paulo, São Paulo, 1946.
- 39 — Monografia Histórica do município de Campinas, Rio de Janeiro, ed. IBGE, 1952.

O MARECHAL JOSÉ DE ABREU

BARÃO DE SERRO LARGO

GENERAL PAULA CIDADE

I

O Marechal José de Abreu, Barão do Serro Largo, é uma das figuras cujo brilho chama desde logo a atenção dos que se iniciam como historiadores, os quais seguem a velha estrada que passa pelos livros daqueles que em primeira mão se ocuparam do inditoso guerrilheiro sul-rio-grandense.

Há mais de 30 anos, cometi o mesmo pecado, ao escrever meus primeiros estudos sôbre certas personalidades. Logo depois, tendo travado conhecimento com algumas obras de técnica histórica, afastei-me da estrada que começara a trilhar. Devo dizer que não condeno o recurso a obras alheias (muitas vezes único de que se pode dispor), mas a cópia servil de registros ultrapassados pela sinvestigações posteriores.

Quando comecei a preocupar-me com a história do Barão do Serro Largo? Há muito tempo.

Mais ou menos em 1927, o então 1.º Subchefe do Estado-Maior do Exército, General Alfredo Malan D'Angrogne, meu bom amigo não obstante nossas tão diferentes graduações militares (mantínhamos relações desde o Rio Grande do Sul, quando êle ainda Capitão e eu aspirante, integrávamos, a redação da "Revista dos Militares", mandou chamar-me e perguntou-me se em minhas pesquisas no Arquivo Nacional não havia encontrado alguma coisa sôbre o Barão do Serro Largo e mais, se não seria possível encontrar o retrato dêsse grande vulto de nossa história militar. Respondi-lhe negativamente, mas passei a interessar-me pelo assunto. Sôbre uma fotografia de José de Abreu, não podia ter ilusões uma vez que em minha família havia sido feito, muitos anos mais tarde, um daguerreótipo (em vidro), o que quer dizer que nos tempos do Barão do Serro Largo ainda não havia chegado ali a moderna fotografia. Restava o recurso do retrato a óleo, que o nôvo titular do Império não deixaria de fazer se tivesse à mão um pintor, pois, segundo o testemunho de Seweloh, ao apresentar-se a Barbacena, no dia 13 de fevereiro de 1827, enverga-

va “grande jaqueta ricamente bordada”, o que indica que amava a ostentação e a etiqueta.⁽⁵⁾

A partir dessa entrevista com o General Malan, não perdi qualquer oportunidade que se me apresentasse para coletar dados sobre a vida e obras do bravo José de Abreu.

As mais importantes contribuições para a história de José de Abreu, Barão do Serro Largo, são, além dos documentos da Biblioteca Nacional e os do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, as informações que nos legaram seus contemporâneos, aqueles que com êle trataram ou ao lado dêle combateram em mais de uma dezena de reencontros, sangrentos. Estas informações não o visaram especificamente, mas constituíram aspectos em regra marginais de um quadro de maiores dimensões em que êle figura.

A mais antiga dessas contribuições deve-se ao Capitão da Infantaria da Legião de S. Paulo, Diogo Arouche de Moraes Lara, autor da — **Memória da Campanha de 1816**, obra acompanhada de **croquis** a simples vista e de farta documentação. Esse combatente escreveu mais um **Apêndice à Memória da Campanha de 1816**. Essas duas obras foram publicadas sucessivamente, nos volumes 26 e 27 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, correspondentes respectivamente a julho e a agosto de 1845.

Outro contemporâneo de José de Abreu, que dêle se ocupou de passagem e muito mais tarde, foi o historiador J. J. Machado d'Oliveira, em suas **Recordações Históricas**, publicadas em 1860, igualmente na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Machado d'Oliveira, embora paulista, viveu longamente no Rio Grande, tomando parte pelo menos em duas campanhas (1816 e 1827), exercendo na última as funções de secretário militar do Marquês de Barbacena. Este soldado ilustre testemunha favoravelmente a José de Abreu e levanta uma ponta do véu que encobria as divergências que minavam o chamado Exército do Sul. Comete, como veremos, pequenos equívocos noutras partes de sua narrativa, com os quais é preciso ter cuidado.

O Capitão Antônio Adolfo Frederico de Seweloh, oficial alemão contratado, que serviu com distinção do Estado-Maior do Marquês

5) Existe um retrato a óleo do Barão do Serro Largo no Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. Esse retrato acha-se reproduzido na obra «Os Chefes de Nossa Cavalaria», do General José Pessoa (José Olímpio, editora. Rio, 1940). Há dúvidas sobre sua autenticidade, havendo mesmo quem diga que deve ser de um dos membros da família do Barão. Além disso, a fisionomia não parece ser a de um caboclo, cruza de branco com índio, conforme a mestiçagem que lhe atribuem vários dos que com êle privaram, um dos quais o aponta como sendo dos maiores conhecedores da língua indígena. No retrato do Museu Júlio de Castilhos, Abreu aparece como perfeito representante da raça branca: Fartos cabelos anelados e não lisos, olhos grandes, nariz afilado (tendendo para grego), rosto comprido, bigode e cavanhaque grandes e cerrados. E ainda mais: Por que Antônio de Asambuja Cidade, que, conforme Rio Branco fez investigações relativamente importantes, não se referiu a tal retrato?

de Barbacena, durante a campanha de 1827, escreveu um interessante diário — através do qual, mais do que por qualquer outro meio — se obtiveram informações pormenorizadas sobre a guerra cisplatina na sua fase principal. O importante diário ou carteira de notas foi por seu autor intitulado “Erinnerungen an den Feldzug 1827, gegen Buenos Aires” e permaneceu inédito até o ano de 1874, quando o benemérito Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro confiou a sua tradução ao Dr. Thomaz Alves Nogueira e o estampou em sua revista, aliás sem os **croquis** feitos a simples vista, primorosamente desenhados.

Como teria o Instituto obtido esse diário, aliás acrescido com algumas páginas da guerra em curso, uma vez que o original permaneceu em poder do Barão do Rio Branco? É o que se depreende de uma nota do próprio punho do Barão, assim concebida e lançada à margem do cimélio: “Sem a ciência minha, a tradução foi publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no ano de 1874. Os redatores da revista declaram à pág. 400, volume de 1874, que “faltaram todos os “planos e plantas” de que fala o manuscrito. Se me tivessem anunciado a publicação eu poderia ter dado o original do referido diário, para que fôsem copiadas as plantas”. Não é esta a única incógnita que nos legou Seweloh, pois ao original do referido diário falta a planta da batalha do Passo do Rosário, que Ladislau dos Santos Titara publicou em sua obra — **Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América**, aparecida em 1852. A documentação sobre a guerra cisplatina, que vem encaixada na obra de Titara, igualmente parece provir de Seweloh, por uma referência por este feita quando assevera que, para evitar que versões posteriores empensem a verdade, porá “embargos a tal deformação, publicando os respectivos relatórios originais dos diferentes chefes e generais, por eles apresentados com referência à batalha, etc.”. Tais documentos, com a caligrafia de Seweloh, não se encontram no arquivo do Itamarati, coleção Rio Branco, nem nas latas da Biblioteca Nacional que encerram vários diários íntimos do oficial alemão, nem acompanham a publicação do Instituto Histórico. Como Titara os teria obtido? Note-se que em 1852, quando apareceu a obra do historiador brasileiro, Seweloh ainda era vivo, residindo no Rio de Janeiro e freqüentando a roda dos oficiais cujas unidades estacionavam em S. Cristóvão. Protestaria? Não protestaria? Por quê?

Em 1935, por exemplo, a revista do Instituto, de 1874, que trazia o diário de Seweloh tornara-se uma raridade e valia pequena fortuna. Foi então que o General B. Klinger e o Tenente-Coronel F. de Paula Cidade resolveram reeditá-lo, com o mesmo título com que havia aparecido na revista do Instituto Histórico — **Reminiscências da Campanha de 1827**, mediante uma nova

tradução do original existente no Itamarati, acompanhado de todos os **croquis** e fartamente anotado pelo Tenente-Coronel F. de Paula Cidade, então chefe da seção de história do Estado-Maior do Exército.

Nesta obra há apenas quatro pequenas referências a José de Abreu, Barão do Serro Largo. A primeira no dia 11 de fevereiro, quando fala nas 11 companhias de guerrilhas formadas por 560 paisanos, bem montados e mal armados; no dia 13, registra a apresentação do Marechal José de Abreu ao Marquês de Barbacena, envergando “grande jaqueta ricamente bordada”; no dia 20 de fevereiro em que afirma que “o Marechal Abreu estava saído ali perto, mas que parecendo-me que não estava morto, foi buscar para êle o médico do 3.º B.C., o qual, além de Mr. Scott, era o único que havia no campo de batalha”. E finalmente, no capítulo — “Guerra entre o Brasil e Buenos Aires”, assim descreve o herói gaúcho: “Abreu, que era soldado rude dos chimangos (alcunha de tropas muito heterogêneas e más) tinha subido a Marechal de Campo e a Barão do Império, era um homem de bom coração, amável, rude, porém destituído de instrução e de quaisquer conhecimentos militares; tinha ganho nome nas guerras de partidas, à frente de pequenos bandos, que mais estimam aquêle que maior desordem e irregularidade permite”.

Já se vê que Seweloh estava mal informado sôbre a ação de José de Abreu na guerra contra Artigas.

Êstes três escritores constituíram a coluna mestra de todos os autores que posteriormente se ocuparam do Barão do Serro Largo, embora outros, contemporâneos do grande morto da batalha do Passo do Rosário, tenham também dêle se ocupado. Entre êstes não podem deixar de ser citados o Visconde de S. Leopoldo ⁽⁶⁾ e o General Luís Manuel de Lima e Silva. ⁽⁷⁾

Em 1868, entra em cena um jovem, estudante de direito, arrimado à nobreza brasileira, que procurava seu lugar ao sol e que seria futuramente o Barão do Rio Branco. Êsse jovem, José Maria da Silva Paranhos, escreve o seu **Esbôço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo**, trabalho publicado no tomo XXXI da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

6) As «Memórias», do Visconde de S. Leopoldo, escritas em 1840, publicadas com adendos na «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», volumes 37 e 38 de 1874 e 1875, foram reproduzidas sem êsses adendos, que não pertencem ao Visconde, na «Revisão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul», 1º trimestre de 1922.

7) «Anais do Exército Brasileiro», pelo General Luiz Manuel de Lima e Silva. Editados pela primeira vez simultaneamente pelo Estado-Maior do Exército e pela «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul», no ano de 1927, ambas as publicações crivadas de notas corretivas de Rio Branco (a do Estado-Maior). e de Souza Doca (a do Instituto).

O autor procurou mais tarde melhorar o que escrevera nessa obra de estrepante, mas foi bem pouco o que conseguiu. Havia utilizado largamente os subsídios de Diôgo Arouche de Moraes Lara e de Machado d'Oliveira, mas agora buscava o testemunho de outros contemporâneos de José de Abreu, apelando para historiadores rio-grandenses.

O Capitão Alfredo Pretextato Maciel da Silva, em seu livro — **Os Generais do Exército Brasileiro**, publicado em 1907, inclui a biografia de José de Abreu, Barão do Serro Largo; a Biblioteca Militar, em 1940, reeditou essa obra, anotada por Laurênio Lago. Anotações em regra desvaliosas, pois em nada contribuíram para escoimar a referida biografia dos erros que se encontram na primeira edição.

Infelizmente, a este livro têm recorrido todos os que em nossos dias vêm se ocupando do grande vulto que na batalha de 20 de fevereiro restituiu à guerra aquilo que da guerra havia recebido, para nos servirmos de uma frase dêle mesmo. Resulta de tudo isso que os novos estudos já surgem ultrapassados pelas recentes pesquisas.

II

Agora, uma vista de olhos sôbre essas obras, com maior desenvolvimento na famosa biografia escrita por José Maria da Silva Paranhos — **Esbôço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Sêro Largo**.

No que diz respeito à **Memória da Campanhia de 1816** e ao seu **Apêndice**, nada a acrescentar. As **Recordações Históricas** contêm equívocos, mas ainda assim representam um interessante depoimento. Entre os equívocos apontemos desde já a informação de que os lanceiros alemães e o 27.º Batalhão de Caçadores, igualmente de alemães, foram trazidos de Montevidéu para o Rio Grande, quando na verdade essa tropa estava anteriormente no Rio e seguiu para o Sul com o Marechal Brown, na corveta "Duquesa de Goiás", em 25 de novembro de 1825. (8)

As informações contidas nas **Recordações Históricas** são em regra valiosas em se tratando de explicar muitos dos acontecimentos a que se refere essa obra, como é o caso da inimizade entre o Marechal Sebastião Barreto e o Barão do Serro Largo, do que resultou que este último, devido a uma picardia de seu desafeto, não conseguisse os cavalos de que necessitava e fôsse obrigado a

8) Ver «Contribuições para a História da guerra entre o Brasil e Buenos Aires», de autor anônimo, mercenário de Pedro I. Tradução e copiosa anotação do Gen. B. Klinger. Edição da Biblioteca da «A Defesa Nacional». Rio, 1938. Com as anotações e explanações do tradutor, é esta a mais interessante e original obra sôbre aquela guerra.

enfrentar o inimigo com o seu contingente pèssimamente montado. Trata-se pois de interessante contribuição de pessoa que, como Tenente-Coronel secretário do comandante em chefe, vivia no Quartel General, respirando naquele clima de desentendimentos e invejas. Machado d'Oliveira concorre então com importante subsídio, inclusive para o estudo da mentalidade dominante no chamado Exército do Sul.

O autor das **Reminiscências da Campanha de 1827**, Seweloh, louva as qualidades de caráter do Barão do Serro Largo, mas nega-lhe conhecimentos militares e mesmo elementar instrução. Veremos isso mais tarde.

O Visconde de S. Leopoldo tornara-se inimigo de José de Abreu, coisa mais ou menos inevitável numa época em que comandantes das armas, detentores dos mais altos cargos militares das províncias, não podiam fazer a simples transferência de um soldado, sem a permissão do chefe do govêrno civil, a que eram subordinados. Por questões de rotina, S. Leopoldo, presidente da província e José de Abreu, comandante das armas, tornaram-se inimigos. É esta a razão pela qual, em suas "Memórias", o Visconde assim se referiu ao Barão: "... todos os dias recebi insultos e contradições da pèssima roda do estúpido governador das armas José de Abreu, encorajado de cada vez mais (sic) veio um célebre Tota, oficial às ordens imprimindo um papel contra mim etc.". E mais adiante: "Era comandante das armas da Província José de Abreu, soldado Dragão, reconhecido de pèssima conduta e assaz ignorante, mas que por algumas afoutezas na Campanha se foi cabendo com superiores, e por decidido favor na Còrte, por generosidade a tempos dispendidas e empregadas, chegou nesta Província mesma em que nascera, e sem merecimento real, ao pôsto de Marechal de Campo e mais tarde, ao título de Barão do Sérro Largo". A redação dessas memórias mostra-nos que não eram elas destinadas à publicidade. Da conduta privada de José de Abreu nada se sabe, mas quanto ao texto é evidente a má vontade do Visconde contra êle.

Os documentos estampados na "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul" encerram provas de que José de Abreu, ainda oficial subalterno, era tido por seus chefes como dos mais capazes elementos das fôrças que se achavam em campo, sob a alta direção de D. Diôgo de Sousa, Governador e Capitão-General da Capitania de S. Pedro. Tanto isso é verdade que vemô-lo ser enviado a Pôrto Alegre com a missão de prestar importantes informações e mais tarde, seguir para Assunção, a fim de entrar em entendimento com os governantes paraguaios, que haviam derrotado as fôrças de Belgrano, General de Buenos Aires, e que por consequência se conservavam fiéis à metrópole espanhola, representada bem ou mal pela Senhora Carlota Joaquina, espôsa do

Príncipe Regente D. João. José de Abreu era então tenente de dragões. O relatório enviado pelo Coronel Francisco das Chagas Santos a Diôgo de Sousa, dando conta da missão cumprida por Abreu, longo, minucioso, ocupando nada menos de 11 páginas da referida revista, constitui um documento da mais alta importância para a história da emancipação paraguaia, pois o emissário brasileiro assistiu ali um golpe de estado e teve por mais de uma vez sua vida em perigo. ⁽⁹⁾

Na verdade, a época era de poucas letras e neste caso José de Abreu, autor de si mesmo e que não saíra de sua terra, não seria homem de cultura e a sua caligrafia infantil disso é uma prova; no entanto, entre seus contemporâneos militares devia sobressair-se pela sua reconhecida inteligência (ver "Rev. do Arquivo Público", n.º 4, de outubro de 1921, já citada).

O Esbôço Biográfico do General José de Abreu merece maior espaço neste estudo crítico, pela influência que exerceu sobre os que se dedicam ao patriótico trabalho de exaltar nossas glórias militares, a começar por Pretextato Maciel, que lhe concedeu ilimitado crédito.

Logo de início, José Maria da Silva Paranhos afirma que José de Abreu descendia de "uma família de açoristas, que se estabeleceu no Povo Nôvo, lugarejo situado entre o Rio Grande e Pelotas, onde viu êle também a luz do dia, no último trintênio do século passado". Este trecho contém duas afirmativas que não correspondem à verdade: José de Abreu não nasceu em Povo Nôvo e seus pais não foram açorianos. Em **Obra do Barão do Rio Branco**, vol. VII, "Biografias", edição do Ministério das Relações Exteriores, o **Esbôço Biográfico do General José de Abreu** foi reeditado, com acréscimo de algumas notas posteriores, do punho do próprio Rio Branco. Uma dessas notas é a seguinte, que reafirma o que foi dito no trecho acima e que não corresponde à verdade, mas que inclui um documento importante para a fixação do ano de nascimento de José de Abreu. Ei-la: "Nota que recebi: José de Abreu, filho de João de Abreu, de idade 14 anos. Recebeu 5\$300, como o de fs. 76, em 26 de dezembro de 1784. Vence de 26 de dezembro de 1784, que se ofereceu voluntariamente para o Real Serviço (Do L. "Matrícula do Nôvo Corpo desta fronteira (Rio Grande), 2.ª Companhia, Capitão João Marcos de Madureira, fls.

9) A missão de José de Abreu no Paraguai tem algo de nebuloso, porque não conhecemos as instruções que levou. No entanto, alguns trechos de uma obra de atualidade — «El Dictador del Paraguay José Gaspar de Francia» (Editorial Ayacucho. Buenos Aires, 1957) podem contribuir para esclarecer alguns pontos. Seu autor é o Coronel Francisco Wisner de Morgenster, que a escreveu pouco antes da guerra da Tríplice Aliança. É este o oficial que por se achar enfermo foi substituído durante a guerra por Thompson, tão nosso conhecido pela sua obra «The War in Paraguay». A edição é acompanhada de valiosas notas de Júlio Cesar Chaves.

85 v.). E nada mais sei a respeito do Barão do Sêro Largo. O Sr. Viegas, cartorário da Tesouraria, foi quem mostrou-me o livro d'onde copiei o que foi escrito acima.

(Esta nota foi escrita por um Leopoldino, contador da Tesouraria)."

"Carta de Antônio de Azambuja: Falando com Viegas a respeito da natureza do Barão do Sêro Largo, etc., disse-me que estava certo de que êle era misturado e que se inclinava a crer que era índiático, por ter o cabelo corredio e que esta circunstância (a côr) exclui tôda a idéia, como já lhe disse, de ser êle descendente dos casais que vieram em 1740 para a província". O mesmo Azambuja escreveu depois: "O Coronel Totta, com quem conversei anteontem, afirmou-me que Abreu, de quem foi secretário quando aquêle comandava as armas, lhe dissera ter nascido em Povo Nôvo, perto do Rio Grande e descender de caboclo, como êle mesmo dizia. Estas informações foram enviadas por Antônio França. Coruja foi quem mas deu. Conclui-se pois: Que José de Abreu, filho de João de Abreu, nasceu em Povo Nôvo no ano de 1770; que era meio índio; que entrou em serviço em 28 de dezembro de 1784. No sítio da Colônia em 1735 e 1736 havia um capitão João de Abreu, natural do Brasil, que era talvez o pai ou avô de José de Abreu".

Essa nota demonstra o esforço do Barão do Rio Branco para corrigir os próprios erros, mas se é verdade que esclarece alguma coisa, quanto ao resto só serve para atrapalhar.

Vejamos o lugar de nascimento de José de Abreu. Durante a invasão espanhola de 1763, vivia realmente em Povo Nôvo João de Abreu, pois seu nome figura entre os deportados, com a declaração de que sua mulher por doente permanecia naquela localidade. Não há referência a filhos do casal e o fato das autoridades a terem ali deixado indica que estaria seriamente enfêrma. Sete anos mais tarde, nasce José de Abreu. Os espanhóis, que só em 1776 foram rechaçados, à data de nascimento de José de Abreu ainda dominavam a região da barra do Rio Grande e por consequência, Povo Nôvo.

Levado pelas informações de Rio Branco, havia eu escrito em trabalhos meus que José de Abreu nascera em Povo Nôvo, mas em 1936 foi-me dado ver a carta de nobreza dêsse illustre general, documento pertencente ao oficial da reserva de 2.^a classe Egon Prates, descendente remoto de José de Abreu, onde se lê que o agraciado era filho de João de Abreu e da rio-grandense Ana Maria e que nascera em Maldonado (República Oriental do Uruguai). Disso dei conhecimento aos nossos historiadores, em nota às **Reminiscências da Campanha de 1827**, de Seweloh, publicadas na "Revista Brasileira", n.º 1, de 1936.

Por intermédio do falecido historiador Deoclécio de Paranhos Antunes vim ultimamente a saber que pessoa de suas relações, o Sr. Gastão Abbott, possuía importantes documentos históricos e entre êstes alguns que se referiam a José de Abreu. A pedido meu, Paranhos prontificou-se a solicitar de seu amigo uma cópia do documento que a meu ver liquida a questão. Trata-se de uma certidão de batismo de um filho de José de Abreu. Ei-la: "Jozé — Aos dez dias do mês de janeiro de mil setecentos noventa e sete annos, nesta matriz de Pôrto Alegre, batizou solenemente o Reverendo Coadjutor Leandro José de Magalhães a Jozé, nascido ao primeiro dia do mesmo mez, e anno, filho legítimo de Jozé de Abreu, natural da Freguesia de Maldonado, Bispado de Buenos Aires, e de Maria Feliciana, natural desta Villa; neto pela parte paterna de João de Abreu, natural de Guimarães e de Ana Maria, natural do Rio Grande, dêste Bispado: Foram padrinhos o Capitão Jozé Ignácio da Silva e Innocência Josefa de Souza. E para constar fiz êste asento. Vigário José Ignácio dos Santos Pereira".

Provado fica que José de Abreu, Barão do Sêrro Largo, não nasceu em Povo Nôvo, que seu pai não era açoriano. Resta a dúvida materna: Essa Ana Maria seria a espôsa de José de Abreu que não o acompanhou por doente? Teria êle enviuvado e casado novamente, nascendo-lhe dessa união o futuro Barão do Sêrro Largo e um irmão dêste, que figura na documentação da época, porque também foi militar? Até lá não cheguei, infelizmente.

III

Na Biblioteca Nacional, encontrei vários documentos interessantes sôbre José de Abreu. Em 3 de janeiro de 1815, requereu êle, sendo Tenente-Coronel de Milícias, que fôsse certificada sua data de praça (requerimento dirigido ao Intendente da Marinha). Em consequência, foi declarado que o suplicante teve sua primeira praça de soldado na 1.^a Companhia do Batalhão de Infantaria e Artilharia da Capitania, em 28 de dezembro de 1784, sendo voluntário; cabo de esquadra em 21 de agôsto de 1794 (ou seja, dez anos mais tarde); em 17 de agôsto de 1795 foi transferido para o Regimento de Dragões e passou a porta-estandarte em 6 de fevereiro de 1798; promovido a alferes em 14 de novembro de 1802; tenente, para a 8.^a Companhia, em 25 de julho de 1808; capitão em 13 de julho de 1811, achando-se em campanha; tenente-coronel das Milícias Guaranis em 24 de junho de 1814; Coronel por decreto de 24 de junho de 1817, com antigüidade de abril do mesmo anno, conforme documento estampado à pág. 279 da "Rev. do Museu Júlio de Castilho e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul" ano 2, n.º 3. Brigadeiro pela Carta Régia de 27-8-1819; Marechal de Campo por decreto de 1.º de março de 1820, em que foi efetivado em 12-10-1824. Êste certificado tem a data de 5 de janeiro de

1815, como já vimos. Evidentemente, Rio Branco e Pretextato Maciel não o conheceram.

José de Abreu não se descuidava de si mesmo, pois em requerimento pediu para ser nomeado Barão de Entre-Rios, alegando além dos serviços militares, o fato de ter criado aquele Distrito. Esse requerimento, que igualmente se encontra no arquivo da Biblioteca Nacional, recebeu o seguinte despacho: Não tem lugar. Em 29-4-1824. Uma nota a lápis, informa: Recebi os documentos em 26-M.º (deve ser março) de 1824. ⁽¹⁰⁾ A esse tempo, José de Abreu comandava as armas da província do Rio Grande de S. Pedro. Em 12 de outubro do ano seguinte, era êle elevado a Barão do Sêro Largo. ⁽¹¹⁾

Vejamos a afirmativa de que José de Abreu era acaboclado. Neste caso, sua mãe era índiática. Não foram raros os cruzamentos de portugueses com índias das Missões, ou com caribocas, mestiças de índio e branco. Tudo isso talvez se pudesse esclarecer se se encontrasse o inventário de José de Abreu. Teria êle propriedades? Onde ficam elas? Qual o "subúrbio" de Pôrto Alegre em que êle morava, de que fala Machado d'Oliveira e repetindo a êste, o futuro Rio Branco?

A obra de Rio Branco tem pouco valor; tratando-se de uma estréia, de escritor jovem, está a pedir acurada revisão. Isso não pode ser feito aqui. No entanto, vale a pena dar uma prova dessa opinião discordante de tantos escritores que louvam por inércia, mesmo quando não entendem do assunto.

Ei-la.

Esbôço Biográfico do General José de Abreu, nota 5: "Em 1811 tínhamos na fronteira do Quaraí, uma fôrça mui diminuta, mas que arrojava-se a fazer incursões no território inimigo. Foi essa fôrça (duzentos homens) que se apoderou de Paissandu, depois de uma luta encarniçada, em que da guarnição apenas escaparam oito homens, perecendo todos os outros, inclusive o chefe inimigo, que era um Capitão Bento, filho de Pôrto Alegre".

Examinemos de perto esta nota. Trata-se de uma partida, enviada sôbre Paissandu pelo Sargento-mór Manoel dos Santos Pedroso, que estacionava em Belém e que dependia do Coronel João de Deus Mena Barreto. A "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul", 6.º volume, ao publicar a documentação relativa à campanha de 1811 a 1812, levada a efeito pelo chamado Exér-

10) Também os filhos de José de Abreu, José Ignácio da Silva e Abreu (sargento-mor) capitães Cândido José de Abreu e Manuel José de Abreu, todos do Regimento de Entre-Rios (parte do território brasileiro delimitada pelos rios Uruguai, Ibicuí, Santa Maria e Quaraí) requereram o hábito da Ordem de Cristo, apresentando farta documentação. Ver Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, C-C 239 11.

11) No mesmo dia, as fôrças de Bento Manoel eram batidas em Sarandi, pelos orientais de Lavalleja.

cito Pacificador, estampa não só as comunicações feitas pelo Sargento-mór Manoel dos Santos Pedroso ao Coronel João de Deus Mena Barreto, sobre a tomada de Paissandu pelos nossos, como a própria "parte" de combate, assinada pelos chefes que dirigiram a operação. A força inimiga é avaliada em duzentos combatentes. A "partida" enviada contra Paissandu era comandada pelo ajudante Manoel Carvalho e pelo furriel Bento Manoel Ribeiro, futuro Marechal e uma das figuras mais interessantes da história rio-grandense. As forças que se encontravam em Paissandu estavam sob o comando do Capitão Bicudo⁽¹²⁾ e não Bento. Os nossos perderam três soldados e tiveram um furriel ferido numa coxa e os espanhóis deixaram no campo trinta e tantos mortos, além de numerosos prisioneiros e dos feridos que fugiram alcançando o nato.⁽¹³⁾ Entre os prisioneiros, muitos eram, conforme os documentos reunidos na referida revista, "portuguêses", o que na linguagem da época significaria em regra filhos do Brasil. Possivelmente, desertores. Daí, as referidas comunicações afirmarem que "Seachão bastantez prizioneiros hunz com culpas e outros cem culpas", respeitada por nós a ortografia daquela gente, mais propensa a combater do que as delícias da literatura.

Já se vê que Rio Branco, por mal informado, andou longe da verdade. É de acrescentar-se que o defensor de Paissandu, que foi "aliviado", no dizer da parte de combate, "pelo nosso Padilha". era realmente filho de Rio Pardo e não de Pôrto Alegre, como se lê em Rio Branco. Chamava-se Francisco Bicudo, provavelmente um rebento dos Bicudos de S. Paulo, hipótese que formulei num dos meus trabalhos há muito publicado e que mais tarde foi verbalmente confirmado por Aurélio Pôrto, um dos maiores genealogistas gaúchos.

Não é possível num trabalho como êste apontar erros sem conta, que se encontram no **Esbôço Biográfico do General José de Abreu**, pois isso além do mais não caberia no plano dêste estudo.

Pretextato Maciel produziu obra valiosa para seu tempo, uma vez que se dedicou aos arquivos, como êsses "arquivos seculares existentes em um dos edifícios do velho Arsenal de Guerra", a que êle se refere, bem como por ter se entregado a "penosas buscas em diversos arquivos, especialmente no da Secretaria da guerra, cui-

12) Francisco Bicudo era filho de Francisco Dias Bicudo, natural de Curitiba, e de uma índia da aldeia de São Nicolau. Seu registro de batismo foi encontrado por Aurélio Pôrto, no livro de nascimento e casamentos do Bispado de Rio Pardo (26-4-1774). Ver «Revista do Instituto Histórico e Geográfico» do Rio Grande do Sul», III trimestre de 1929.

13) Êste resultado de um combate entre uma guarnição de 200 homens, entrincheirados numa povoação e um número menor de atacantes a peito descoberto ou é fantástico, ou representa apenas o combate do destacamento luso-brasileiro contra uma retaguarda, destinada a cobrir a retirada dos defensores que ganharam o mato.

dadosamente organizado desde o ano de 1808”, etc. No entanto, para escrever a biografia de José de Abreu, ao que tudo indica, nada encontrou nesses arquivos, pelo que recorreu ao que sôbre o velho guarreiro gaúcho já havia sido publicado, principalmente por Joaquim Manoel de Macedo (**Ano Biográfico Brasileiro** (1876) e pelo Barão do Rio Branco (**Esbôço Biográfico**, citado).

As próprias notas de Laurênio Lago estão erradas. Como se vê do documento do arquivo da Biblioteca Nacional, acima citado, pois a sua promoção a Capitão data de 13 de julho de 1811 e a de Tenente-Coronel, de 24 de junho de 1814.

O **Anais do Exército Brasileiro**, do Brigadeiro Luiz Manuel de Lima e Silva, pelos seus êrros e omissões, constituem obra prejudicial à verdade histórica, não obstante os registros de costumes militares que aí se encontram e alguns dados colhidos nos livros de ordens do dia e de correspondência oficial dos generais em chefe, a que o autor se refere, infelizmente mal aproveitados. Depois de permanecerem inéditos durante muitos anos, certamente por conterem mais fantasias do que acontecimentos reais, foram feitas duas edições dos **Anais** — a do Estado-Maior do Exército, como contribuição para as comemorações da batalha do Passo do Rosário, crivada de notas de Rio Branco, que nunca quis publicar tal obra e a do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com 189 notas de Sousa Docca, que foi estampada na revista daquela instituição cultural. Últimamente, a Biblioteca do Exército reeditou essa obra, sob os cuidados do historiador Deoclécio de Paranhos Antunes, tendo em vista não o trabalho de Lima e Silva, mas as preciosas notas de Sousa Docca.

Lê-se em Lima e Silva: “Naquela época comandava as armas da Província do Rio Grande do Sul o Brigadeiro José de Abreu, depois Barão do Sêrro Largo e Marechal de Campo, militar aguerrido que se distinguira nas guerras passadas, mas fazendo carreira na 2.^a linha até o pôsto de Coronel. Tinha mui curtos ou antes nenhuns conhecimentos militares e literários, por ter levado sempre a vida de campo”.

Já se vê que isso não é verdade, pois as unidades em que serviu desde os 14 anos até os 44 eram de 1.^a linha; nessa idade, assumiu as funções de comando de unidade de milícias, cujos oficiais superiores em regra saíam do exército ativo.

Onde se encontram hoje os restos mortais de José de Abreu? Dirão todos os que se interessam pela história militar brasileira: Nos Campos do Rosário, no lugar em que foi morto e sepultado.

Tanto isso parece a verdade verdadeira, que o Clube Gaúcho de Bagé, em 1909, resolveu exumar-lhe os ossos. Aberta a sepultura tida como dêle, ali foi encontrada apenas uma tíbia. Acreditou-se que a terra o tivesse consumido e a tíbia voltou para onde fôra encontrada. O General Belarmino de Mendonça, quando

chefe da guarnição militar do Rio Grande, mandou levantar sobre aquêlê túmulo modesto monumento. ⁽¹⁴⁾

Note-se que o campo de batalha de 20 de fevereiro, ao retirar-se o Exército brasileiro, ficou entregue às chamas, que devoravam macegas, mortos e feridos. E mais, que bandos constituídos principalmente por mulheres (chinas) saquearam mortos e assassinaram feridos.

Não deixava de causar-me estranheza o fato de os filhos de José de Abreu, oficiais, que lhe sobreviveram por muitos anos, não terem recolhido posteriormente os restos mortais do pai. No entanto, há tempos, ouvi dizer que Monsenhor Mariano da Rocha havia descoberto, num dos livros de assentamentos da Catedral de Pôrto Alegre, a velha Igreja da Matriz, o registro da trasladação dêsses restos mortais, no ano seguinte ao da batalha, para aquêla igreja e ali sepultados. Não é possível que a imprensa da época não registre o fato. *Diário de Pôrto Alegre* (1827), *O Constitucional Rio-grandense* (1828), *O Amigo do Homem e da Pátria* (1829), etc.

Antes de admitir como verdadeira essa informação, procurei entender-me com o Monsenhor Mariano da Rocha. Custei muito a localizá-lo. Perdi meses nesse trabalho. Finalmente, recorri à Cúria Metropolitana, onde meu amigo Monsenhor Ivo me informou que aquêlê sacerdote estava muito doente, afastado de sua paróquia e recolhido a um hospital. Dificilmente poderia atender-me. Um mês mais tarde, bondosamente, o mesmo informante deu-me aviso de que Monsenhor Mariano da Rocha deixara o hospital e deu-me seu telefone. O ilustre sacerdote rio-grandense, que ainda se achava em convalescença, confirmou aquilo que eu havia sabido. Disse-me que publicara no *Jornal do Comércio*, do Rio, o referido registro, mas que não se recordava a data em que isso ocorreu.

Assim provado fica que os restos mortais do Barão do Sêrro Largo foram mais tarde exumados e transportados para a velha Matriz de Pôrto Alegre. Aliás, noticiaram os jornais que ao ser demolida aquêla igreja foram encontrados muitos ossos, que acabaram transferidos para a cripta da nova catedral. Já se vê que os de José de Abreu não tiveram outro destino.



Deixo aos novos historiadores a tarefa de escrever ou reescrever a história de Marechal José de Abreu, Barão do Sêrro Largo, colocando êsse herói semi-medieval sul-rio-grandense no quadro físico e mental de sua época.

14) Eis a inscrição do monumento: A memória gloriosa do Marechal José de Abreu, Barão do Sêrro Largo e dos outros heróis ao serviço do Brasil na batalha de 20-2-1827.

Erraram Rio Branco, Lima e Silva, Aurélio Pôrto, Coruja (**Ano Histórico**), **Anuário Genealógico Brasileiro** e tantos outros que modernamente têm escrito a história de José de Abreu, repetindo os êrros de seus predecessores.

O MARECHAL JOSÉ DE ABREU E O MEIO MILITAR BRASILEIRO DE SUA ÉPOCA

O meio militar brasileiro, à época de José de Abreu, estava seguramente convencido de que para ter um soldado bastava contar com um homem e uma arma. Nada de preparação prévia em caso de mobilização. Ao abrir-se a campanha de 1826, Abreu lança uma proclamação e, à moda de seu tempo, reúne um pequeno contingente com que se apresenta a Barbacena, em 1827, pouco antes da batalha do Passo do Rosário.

Estavam em vigor os regulamentos táticos do Conde de Lippe e de Beresford, porém os mercenários estrangeiros mais capazes, que escreveram a respeito de nossa tática, notaram-lhe aspectos desconcertantes. Outro tanto, pode-se dizer da logística: Os meios de transporte, os abastecimentos e reabastecimentos, representados pelos cavalos de remonta e pelo gado de corte que acompanhavam os exércitos e mesmo os destacamentos, substituíam-se aos serviços de retaguarda e à própria linha de operações, que não existia realmente.

As formações médicas eram em regra substituídas pelo curandeirismo, embora os regulamentos não as esquecessem e delas tenhamos tido notícia através de uma relação assinada pelo cirurgião-mór de milícias Francisco Marques, datada de 1812 e do Acampamento de São Diôgo, em que se incluem medicamentos cujos nomes hoje nem sequer figuram nos dicionários (Ver — Anais do 3.º Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia — **Rio Grande do Sul. Explicação da História pela Geografia**, por F. de Paula Cidade).

Na batalha do Passo do Rosário só havia dois médicos, mas não existiam ambulâncias, nem meios de transporte especializados, recursos que, embora com outros nomes, já aparecem na guerra contra Rosas e no Paraguai.

Enfim: Os serviços, hoje tão numerosos, obedeciam a reduzido número de oficiais não especializados, embora já se pensasse num estado-maior, a que se deu um chefe, sem mesmo constituí-lo. Aliás, êsse problema não era só nosso, mas de todos os exércitos. Comemorando o centenário da morte de Napoleão, em conferência feita na Escola de Estado-Maior, em 1921, o General Maurice Gamelin officiazou o aserunto: “En fait, pour Napoleon, comme

pour ses Maréchaux, le commandement est strictement personal. On peut dire que l'Etat-Major n'existe pas. Les officiers d'Etat-Major n'ont aucune formation spéciale; ils en sont réduits au rôle de metteurs en page des ordres impériaux, ou de porteurs de dépêches. Berthier lui-même, le Major-Général, avoue "qu'il n'est rien dans l'Armée et de fait, ne cherche pas à y être quelque chose".

CONCLUSÃO

O Marechal José de Abreu, Barão do Sêrro Largo, é, como já vimos, uma figura histórica cuja vida sempre despertou grande interesse, pelas suas façanhas em nada menos de vinte combates, no último dos quais caiu ferido de morte, atingido pelas balas de nossa própria infantaria. Foi um tipo justificativo da época em que, no dizer de Napoleão, todo soldado trazia na mochila um bastão de marechal. Não obstante ter vivido e morrido em tempos de poucas letras, mereceu a atenção e a simpatia de dois grandes soldados-escritores — Diógo Arouche de Moraes Lara e Machado d'Oliveira, expoentes militares das velhas gerações paulistas, que dêle foram os primeiros a ocuparem-se.

José de Abreu foi um chefe militar da escola de Alexandre. No entanto, ao contrário do herói macedônio, não é forte no campo estratégico e por isso fracassou quando passou a exercer o comando em chefe. Grave êrro o seu, ou do govêrno imperial, foi a sua decisão de reunir em 1825 as tropas de seu comando ao alcance da mão dos adversários, que operando pelo linha interior puderam batê-lo decisivamente. Já ia longe a campanha vitoriosa contra Artigas, quando as combinações estratégicas corriam por conta dos altos chefes portugueses.

Assim se explicam as desditas do Marechal José de Abreu, ao abrir-se a guerra cisplatina, que nos conduziria à batalha do Passo do Rosário, em que êle cairia heróicamente, capitaneando um grupo de civis sem instrução militar e, mais do que isso, sem ardor na defesa de uma causa para muitos mais ou menos ingrata.



O tema — Vida e morte do Marechal José de Abreu, Barão do Sêrro Largo, exige um desenvolvimento que excede os limites de um simples ensaio de crítica histórica. O passado não deve ser julgado pelos padrões atuais. As guerras em que êle tomou parte correspondem a um Rio Grande que já não existe.

DEVANEIOS DE UMA ÉPOCA IMPERIAL

RICARDO GUMBLETON DAUNT

Em manifesta e profunda veneração à família imperial brasileira e inspirando-me na grandiosa obra já realizada, em que se destacam Afonso Celso (1), Afonso Taunay (2), Alberto Rangel (3), Maria Eugênia Celso (4), Carolina Nabuco (5), Pedro Calmon (6), Heitor Lyra (7), Hermes Vieira (8), Aureliano Leite (9), além de outros cronistas, aqui venho recolher conceitos sôbre uma extraordinária figura de mulher, firme na sua crença em Deus e cônica de seus direitos e deveres majestáticos.

Sob a consciência do mais belo e alevantado ideal, faço respeitosa e prosternada reverência à Memória Excelça da Princesa Imperial Dona Izabel, senhora aureolada de peregrinas virtudes (10).

As efemerides nacionais assinalam, a 29 de julho de 1846, o auspicioso nascimento da Princesa Isabel de Bragança, ocorrido no pitoresco Paço da Quinta da Boa Vista, em casarão emoldurado pelo verdor das ramagens de uma vegetação tropical e luxuriante.

Ao receber as águas do batismo, deram-lhe oito prenomes: Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, dos quais os quatro primeiros evocam nomes de sua linhagem e os últimos da devoção da Casa de Bragança.

Ao nascer e logo após ter sido apresentada, pelo seu inclito e radiante pai, aos nobres da Côrte, que lotavam os salões imperiais da Quinta da Boa Vista, ela voltou para o seu leito rendado e D. Pedro II quedou por longo tempo meio inclinado sôbre o seu bêrço, pensativo, calmo e como que absorto. Onde andariam os pensamentos de Sua Majestade? Por que paragens longínquas se perderiam êles? Em que conjecturas se embrenhavam naquela hora tão significativa? Em que reflexões Sua Majestade alava naquêles instantes primeiros da vida da princezinha? Adivinharia, por ventura, que ela seria em alguma época chamada ao govêrno desta Pátria imensa que é uma das maiores do mundo, na extensão territorial e na riqueza dos solos? Que aquelas mãozinhas tão pequeninas e tão doces, mais tarde empunhariam uma pena para extirpar de sua terra uma nódoa que nos aviltava e nos impedia que fôssemos uma nação verdadeiramente civilizada? Que colheria de seu povo aplausos vibrantes? Que em sua exaltação tribunos

pronunciariam orações de corruscantes frases em esplêndidos arroubos de eloquência? Onde andariam os pensamentos daquêle monarca ilustre, bom e nobre, naquela hora em que, diante de seus olhos mansos e tão azuis, surgia, pela vez primeira, aquêle projeto de gente que era o segundo de seus filhos e sua primeira filha? Nada se sabe. Sabia, no entanto, o Divino Criador que ela teria missão egrégia, elevada e bela, que sua passagem pela terra seria de um sol a irradiar luz sôbre um povo, iluminando consciências, estirpando a noite do cativo, semeando paz, amor e justiça entre os brasileiros. Destruiria as senzalas. Espargiria ainda mais luzes sôbre a ensolarada terra de Santa Cruz. Sól que não teve solstício, mas, sim, um eterno zenite. Eterno sim, porque enquanto memória dessa terra se tiver, o feito da mais expressiva solidariedade humana, que é a eliminação do Cativo, viverá na lembrança e no reconhecimento de todos os brasileiros de sentimentos nobres, afirmando que não sugamos o sangue de nossos irmãos menos amparados pela sorte. Mas, sim, um povo ativo que respeita até o mais humilde dos sêres nascidos sob o Cruzeiro do Sul e sob o amparo do "auri verde pendão da minha terra". Enquanto memória dela se tiver, enquanto existir uma grande e altaneira Pátria que se chama Brasil, êste sól que é Isabel, a Redentora, viverá iluminando os gloriosos destinos da Pátria amada. Saberão os seus pósteros que ela dignificou uma nação que antes, como os povos insensíveis ou bárbaros, estava dividida em castas. Se somos todos filhos do mesmo sábio e santo Senhor, se êle nos fêz com colorações diversas mas todos possuindo uma alma, ou se essa coloração se forma na epiderme dos homens por razões outras, nem por isso êles deixam de ser nossos semelhantes e todos filhos de um único pai que é "Senhor dos Mundos", fonte perene de onde tudo emana, Senhor do quanto existe, palpita e sente.

Contava a Princesa Isabel apenas três anos incompletos quando a morte de seu irmão D. Pedro, em 1850, a colocava na situação de herdeira presuntiva da Corôa, e, como tal, aos quatorze anos de idade prestava o compromisso constitucional, perante a Câmara e o Senado, reunidos em Assembléa Geral, em 29 de julho de 1860, no Palácio do Conde dos Arcos.

Ei-la, agora, Princesa Imperial.

Cresceu, formou e lapidou a inteligência com que foi aquinhoada no ambiente de um lar respeitável e jovial, sem galas nem pompas, onde apenas vicejava, com afinidade de sentimentos, o gôsto em aprimorar o espírito.

O Imperador, pai extremoso, e qual meticuloso mestre, acompanhava-lhe em ascendrado interêsse o desenrolar dos estudos sob orientação de eruditos professores.

Não podíamos, nestas recordações, olvidar quem também lhe assistiu, aformoseando-lhe seu preparo intelectual e social, a Condessa do Barral, título francês a rotular uma Pedra Branca (11)

gema brasileira, sem jaça, de rico lavor cultural, exímia conversadora, habituada à Côte de Luís Felipe I, em França, como dama de honor de D. Francisca, Princesa de Joinville, irmã de D. Pedro II.

A Princesa Isabel, para quem hoje as nossas homenagens se afluam, foi educada para a missão sublime e grandiosa, a de dirigir os destinos de uma grande nação, esta mesma, que vinha, há muitos anos, sendo conduzida pelo melhor e mais competente timoneiro de que se tinha memória naquêles tempos, Sua Majestade D. Pedro II, seu excelso e Imperial Progenitor, figura modelar de estadista e cidadão.

Paladino do regime monárquico constitucional, entusiasta da educação, da ciência e da moralidade administrativa., teve o condão de formar uma pleiade de homens notáveis que com êle dirigiu os destinos de nossa Pátria, que se tornaria grande e respeitável Nação, transpondo seu nome os limites do País.

Assim cresceu Isabel, enveredando-se por um caminho que a conduzia a elevados mistêres, e entre seus preparos estava, como não podia deixar de ser, aquêle que a levaria a consorciar-se com um varão de virtude, cultura e gabarito tão elevados e dignos como os da futura Imperatriz do Brasil.

Um fato de regosijo interêsse dos Imperadores — casar a Princesa Imperial, transformou um contrato nupcial político em enlace de amor. Assim, dois jovens privilegiados pelo nascimento e aprimorada formação moral e intelectual corresponder-se-iam em verdadeira afeição conjugal.

O Diário Oficial do Império do Brasil, de 14 de outubro de 1864, traz a relação dos convidados para assistirem ao feliz consórcio de Sua Alteza Imperial a Senhora Dona Isabel com Sua Alteza Real o Senhor Conde D'Eu, e indicação dos lugares que "devem ocupar na solenidade".⁽¹²⁾

Eram os dois príncipes, ambos da mais elevada hierarquia de sangue: Gastão de Orleans, primogênito do Duque de Nemours e neto paterno do rei Luís Felipe I, de França, nascido a 28 de abril de 1842 em Neuilly (Paris), Palácio de predileção dos soberanos reinantes, logo em seguida laureado Conde D'Eu, espontâneo gesto da Câmara Municipal da Cidade D'Eu, apanágio que soube usar e dignificar.

Formára-se um préstito de faustosa pompa, do Paço da Boa Vista, em São Cristóvam, ao Paço da Cidade, em demanda da Catedral e Capela Imperial.

Afinal, unira-se ao Príncipe Gastão de Orleans, Conde D'Eu, que, em todos seus atos sempre foi coerente com as gloriosas tradições da illustre Casa de França, tornando-se, mais tarde, credor do reconhecimento dos brasileiros pela sua atuação como combatente na Campanha do Paraguai, em que demonstrou aguerridas qualidades militares.

A lua de mel, desfrutaram-na nesse recanto maravilhoso do mundo compreendido entre o Rio e Petrópolis. No meio das montanhas cobertas de lindas árvores que dão a Petrópolis o aspecto de um jardim imenso, que tanto encantou o Príncipe vindo da Europa fria para a paradisíaca região equatorial, cheia de vegetação exuberante, dias ensolarados, repletos de vida e esplendor, “de noites estreladas de voluptuosas doçuras e luar de intensa magia”.

Estenderam suas núpcias até Juiz de Fora, cidade progressista, hospitaleira e encantadora do Estado das Montanhas Alterosas. Essa cidade é ou era, até bem pouco tempo, a única no Brasil que possuía, em praça pública, uma efigie da Princesa Isabel. Ali puderam os nubentes sentir o aprêço que lhes devotavam as gentes de Minas Gerais, província que daria à Monarquia filhos ilustres, bravos e denodados e, por ironia do destino, das mãos de um dos fiéis e valorosos, o Visconde de Ouro Preto, foi arrancado, o govêrno sábio e justo de D. Pedro II e no mais solene desprezo aos altos e sagrados direitos do povo brasileiro.

Nessas viagens de lua de mel, tudo encantava o nobre par; todavia a preocupação mais instantânea do Conde D’Eu era levar Isabel à Europa culta e apresentá-la ao seu pai, Duque de Nemours, e aos demais parentes.

Essa viagem foi feita, no vapor inglês, “Madalena”, acompanhados dos barões de Lages e do Dr. Luís da Cunha Feijó, médico da Casa Imperial.

Chegaram a Lisboa a 2 de fevereiro de 1865, e nas 24 horas de permanência do navio, foram com efusão acolhidos pelo rei D. Luís e a família Real. O mesmo aconteceu no Palácio das Janelas Verdes, onde vivia a culta, bela e bondosa duquesa de Bragança, Dona Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Leuchtenberg, a segunda Imperatriz do Brasil, viúva de D. Pedro I, o fundador da nacionalidade brasileira. ⁽¹³⁾

Em Southampton, os esperavam o barão do Penedo ⁽¹⁴⁾, e o pessoal da legação do Brasil em Londres. Seguiram em trem especial para Claremont-House, a Meca dos príncipes Orleans exilados, que os receberiam com intenso júbilo.

Rodeada do carinho de sua família e da atenciosa estima da rainha Vitória, ali residia a rainha Maria Amélia, viúva do rei destronado, Luís Felipe, na expressão de Talleyrand, “a última grande dama da Europa”.

Para o Conde D’Eu, a mansão recordaria sempre a sua infância. A Princesa Imperial D. Isabel iria ter o prazer de conhecer o sogro Duque de Nemours, o príncipe perfeito, e os demais Orleans, assim titulados: Conde de Paris, Duque D’Aumale, Duque de Chartres, Duque de Guise, príncipe de Joinville, Duque D’Alençon, este irmão do Conde D’Eu.

A rainha Vitória os acolheria em Windsor. Visitariam a França, Bélgica, Alemanha, Áustria, Hungria, Itália e a Espanha, onde veriam os duques de Montpensier, em Sevilha.

De regresso à Pátria, em 22 de julho de 1865, após uma temporada das mais interessantes na Europa — um mundo inesperado — não lograram a felicidade de encontrar no Rio S.M. o Imperador, que trocara o conforto do Paço Imperial pela tenda de campanha, armada nas frias plagas do sul, teatro da terrível e facinorosa Guerra do Paraguai, onde aliás o Imperador teve a grande ventura de assistir em Uruguaiana a rendição do Cel. Estigarribia e seus sete mil comandados, ali cercados pelos nossos oldados, sob o comando do Conde de Pôrto Alegre.

Tão logo chegado ao Brasil, o Conde D'Eu, acompanhado do Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan, foi juntar-se ao Imperador, alcançando ainda a referida capitulação.

Em 9 de novembro de 1865, voltava ao Rio o Imperador, acompanhado de seus genros Duque de Saxe e Conde D'Eu.

Triste notícia infelicitaria o coração do Conde D'Eu, pois em abril de 1866 deixava de existir, na Inglaterra, sua avó, a rainha Maria Amélia, élo de ligação dos Príncipes de Orleans no exílio.

A 18 de janeiro de 1869, o Marechal Marquês de Caxias, por motivo de doença, exonerava-se do comando supremo dos exércitos e, para substituí-lo, foi nomeado, a 22 de março, o Conde D'Eu. Era finalmente lhe dada a grande oportunidade pela qual êle tanto solicitara, a de ir lutar na Guerra do Paraguai. Pedira para ir como comandado, mas quís o destino que êle fôsse como comandante no cenário intrincado de insidiosos labirintos das Cordilheiras de Ascurra, onde dizimou o resto do exército do ditador Solano Lopes.

Vitorioso em notável campanha militar, com freqüentes lances épicos, regressou ao Rio a 29 de abril de 1870.

Em um lar ungido pelo afeto e nobres sentimentos cristãos, cresceram seus filhos: D. Pedro de Alcântara⁽¹⁵⁾, príncipe do Grão Pará; D. Luís de Orleans e Bragança⁽¹⁶⁾, e D. Antonio de Orleans e Bragança⁽¹⁷⁾, todos já desaparecidos. Descendentes dos dois primeiros aqui vivem, já integrados na comunhão brasileira.

A Princesa Isabel, dedicada filha, melhor espôsa, mãe amantíssima, atenta aos desvelos do lar, virtuose da musica e do canto, de pendor notável para as flôres, misto de meiguice e energia, teve sua personalidade formada no cadinho de uma consciência moral, cívica e religiosa, burilada no amor e na caridade ao próximo, ligando-se à formação de leis que a tornaram benemérita da civilização.

Cometeríamos grande omissão se olvidássemos recordar a vida social do Paço Isabel (Palácio Guanabara) onde foram dadas recepções elegantes, saraus com orquestras, danças, música e can-

to, sendo lembrado, como a maior festa, o baile oferecido ao Príncipe Henrique da Prússia, em agosto de 1883.

Wanderley Pinho nos ensina a percorrer extasiados “os Salões e Damas do segundo Reinado”.

A Princesa Imperial, três vezes governou o Brasil, na ausência do Imperador. Compreendeu, compenetrando-se, e se entranhou nos meandros de seus elevados deveres e negócios de Estado, que nas três vezes em que reteve em suas delicadas mãos as rédeas do governo, foi para deixar em nossa História páginas impercedoras e de larga visão de estadista.

Vejamos: na sua primeira Regência (25 de maio de 1871 a 31 de março de 1872) conta com plena e valiosa colaboração do Ministério então formado a 7 de março de 1871, presidido pelo Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), político de largo tirocinio, ilustração magnífica e gigante do Parlamento Brasileiro.

Entre importantes projetos votados e aprovados, sobressai a “Lei do Ventre Livre”, a 27 de setembro de 1871, estinguindo a escravidão dos nascituros, a mais importante vitória parlamentar obtida na Primeira Regência.

Antes da segunda Regência, deu exemplo de seu tino político, demonstrando interesse junto ao Ministério de Duque de Caxias (1875), pela concessão de anistia aos dois bispos, D. Vital Maria Gonçalves Oliveira (Pernambuco) e D. Antonio Macedo Costa (Pará) ambos condenados em processo judiciário, tendo sua interpretação e aplicação, em face da Constituição do Império.

Chamada de novo ao governo, numa segunda Regência (de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877), sendo presidente do Ministério o Duque de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva) foram ventilados importantes projetos de interesse público, embora o tempo relativamente curto não promettesse maiores benefícios à Nação.

Por motivo de saúde, o Imperador encetou urgente viagem à Europa, o que fez a 30 de junho de 1887, voltando a Princesa Imperial às rédeas do governo, para uma terceira Regência. Encontrava-se na chefia do Ministério, desde 20 de agosto de 1885, o notável político conservador Barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley).

Tendo a Princesa Regente manifestado seu interesse em dois delicados problemas do momento: — a Abolição e a questão com os militares e a estranhando a sua contemporização, deu motivo para a mudança do Ministério.

O Barão de Cotegipe, quando da entrega do seu pedido de renúncia, perguntou à Princesa a quem deveria chamar para substituí-lo, ao que S.A. solicitou a presença de João Alfredo Correia de Oliveira para conferenciar, daí resultar o encargo de organizar

o gabinete. Consistiu o fato uma inovação, pois o Monarca habituára-se a fazer com que o próprio chefe de gabinete demissionário indicasse seu substituto.

Não fôra a singular atitude da Regente em provocar uma crise ministerial, subvertendo a ética política usual para a escolha de quem pudesse compreendê-la na firme resolução, visando atingir o advento abolicionista.

Encontrou apoio no Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, que organizou o ministério e lutou decididamente pela lei almejada.

Em páginas cintilantes de claro e convincente raciocínio, Carolina Nabuco, numa conferência perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, prestou valioso depoimento histórico de forma a não deixar dúvidas os legítimos direitos da protagonista da lei libertadora, conquistando o sublime e glorioso epíteto a Redentora, ungida pela Rosa de Ouro, prêmio incomparável do soberano Pontífice Leão XIII, cujas pétalas cintilam perenemente. Era a bênção do céu para loura mãe da Raça Negra, como lhe sublimaram.

Isabel alçara seu nome à imortalidade, escrevendo em letras de ouro uma página para a História da Civilização, com o sacrifício do Trono.

A corrente abolicionista se tornara irresistível, mas a Princesa Imperial não relutou em seguir o impulso de seu coração sem desconhecer a gravidade do ato que realizára.

Assim preferiu a medida revolucionária “abolição incondicional, que se converteu em realidade”.

Chamou-se a Lei Áurea e teve a data de 13 de maio de 1888.

O Imperador, ausente, telegrafou-lhe: “Abraço a Redentora”.

Das visitas dos Condes D’Eu à Europa, podemos aquilatar de suas finalidades.

Além de se avistarem com seus mais próximos parentes, os príncipes de Orleans tributavam especial e merecida afeição ao seu pai e sogro o Duque de Nemours, que depois do falecimento de sua progenitora a rainha Maria Amélia em Claremont-House, passou a residir em Bushy, por oferecimento da rainha Vitória.

Os Condes D’Eu passaram por grande mágoa ao assistirem a morte e o sepultamento da princesa Leopoldina, anjo da bondade, casada com o príncipe Luís Augusto de Saxe Coburgo-Gotha, duque de Saxe, desenlace ocorrido aos 7 de fevereiro de 1871, em Viena, Áustria.

Sempre que podia, Conde D’Eu visitava seu velho preceptor Julio Gauthier, cujo sepultamento coube assistir em fins de setembro de 1878.

Em Turin, conheceram D. Bosco, o fundador dos salesianos. Não foram olvidadas pelos Conde D’Eu peregrinações a Lourdes.

Em 1873, o ambiente em França estava mudado. Os príncipes Orleans já podiam regressar à França. Em 25 de junho o Conde D'Eu e o Duque de Nemours compareciam em Versalhes a um banquete oferecido pelo Marechal de Mac-Mahom, Presidente da República.

Coincidiu estar o Conde D'Eu, em Paris, quando a 4 de outubro de 1879, soube da morte do Marechal Osório, Marquês do Herval, havendo expressiva troca de correspondência com seu filho Fernando Luiz Osório. Osório faleceu depois de 50 anos de gloriosa vida militar.

Em dois volumes "História da Queda do Império", Heitor Lyra expõe, com admirável precisão e clareza, os motivos que deram causa à implantação da República no Brasil e o banimento do Imperador D. Pedro II e da Família Imperial.

Quando, sob surpresa geral, o Imperador foi aliado de sua Pátria, a Europa recebeu-o e hospedou juntamente com os seus descendentes, com tôdas as considerações e até mesmo com carinho, que lhe eram devidos mênção de seu valor e de sua extraordinária grandeza moral.

A cultura dava-lhe o título de sábio. A bondade cognominava-o o Mâgnanimo. A inteligência fina colocava-o entre os grandes valores mundiais. Além disso, o alto senso, o discernimento nos assuntos públicos, nacionais e internacionais, ao lado da serenidade, firmeza e depreendimento do desempenho das mais árduas missões grangearam a D. Pedro II o mais profundo respeito, a mais elevada admiração e a mais afetuosa estima entre os grandes vultos de todo o mundo, principalmente da Europa culta. No seu encontro com o Imperador, epigrafou-lhe Victor Hugo — "Sois um grande cidadão; sois o neto de Marco Aurélio".

A 5 de dezembro de 1891, em Paris, o Imperador fechava os olhos para o mundo, recebendo do govêrno hospitaleiro da França honras de monarca reinante em funerais de grandiosa pompa, em verdadeira apoteose.

Pelo Instituto da França, do qual era membro, falou M. Daubreé, da Academia de Ciências, encerrando sua bela e nobre oração com estas palavras: "O seu nome de servidor devotado da Humanidade ficará gravado na História: Ele viverá também na memória do Instituto de França". Esse mesmo Instituto conferiu-lhe o título de "Magnânimo".

Seus veneráveis despojos, bem como os S.M. a Imperatriz, repousaram até serem trasladados para o Brasil, em São Vicente de Fora, em Lisboa, no Jazigo da Casa de Bragança.

O Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa, pelo Decreto n.º 4.120, de 3 de setembro de 1920, ato de alta justiça, em regozijo pela aproximação da comemoração do Centenário da Inde-

pendência, revogou o banimento da Família Imperial do Brasil e autorizou a transladação dos despojos imperais, aqui afinal chegados ao Rio de Janeiro em princípios de janeiro de 1921, a bordo do couraçado "São Paulo", sendo-lhes prestadas honras excepcionais, ficando depositados na Catedral de Petrópolis, onde hoje se conservam as preciosas cinzas imperiais.

Lançamos nas páginas dêste modesto apanhado a nossa viva admiração à corajosa e patriótica obra "O neto de Marco Aurélio", da lavra do egrégio escritor Leoncio do Amaral Gurgel ⁽²⁶⁾, na qual exarou a verdade histórica nos pródromos da Lei que revogou o banimento e autorizou o repatriamento dos despojos imperiais.

A venturosa notícia dessa medida, ato do mais alto bom senso, alta inteligência, alta política e, principalmente, alta justiça, foi colher no exílio, vividos há 31 anos, já setuagenária, a excelsa Princesa Isabel, cuja saudade da Pátria amargurava-lhe o coração boníssimo.

Não sendo possível realizar o sonho, tão carinhosamente afaçado, de volver ao Brasil, obrigada pelas normas de reconhecimento e de protocolo, devido ao seu estado de saúde, delegou a Princesa, ao seu consorte, Príncipe Gastão de Orleans, Conde D'Eu, a honrosa missão de vir à nossa Pátria, a fim de manifestar seu profundo jubilo.

Chegado ao Brasil, como não podia deixar de acontecer. Sua Alteza Real veio a São Paulo onde foi festivamente recebido. Fidalgas e calorosas homenagens lhe foram tributadas. Em agradecimento ao expressivo acolhimento, Sua Alteza ofereceu nos amplos salões da casa em que estava hospedado, palacete da família Augusto de Souza Queiróz, sob os auspícios da encantadora anfitriã D.^a Olga Souza Queiróz, uma carinhosa recepção à sociedade paulista, na qual tomavam parte suas Altezas Dom Pedro de Orleans e Bragança, primogênito do casal Conde D'Eu, Sua Alteza D.^a Maria Pia com seus dois filhos Dom Pedro Henrique e Dom Luís Gastão. Ela viúva, êles filhos de Dom Luís de Orleans e Bragança, êste por sua vez filho do casal Conde D'Eu e era herdeiro presuntivo do trono. Todos êles eram atenção e solicitude para com os convidados que não escondiam a alegria de serem recebidos por suas Altezas. Homens e senhoras se apresentavam em um desfile de bom gosto. Assim, todos, é óbvio, ambicionavam ainda que fugazmente a honra das atenções do homenageado. Eis que penetra no salão o Príncipe Conde D'Eu, trazendo numa das mãos um cartão. Cumprimenta a todos e, apontando para o cartão que empunha, indaga: — Onde está D.^a Alicia O'Connor Camargo Dauntre? Lá do fundo, levanta-se uma senhora meio trôpega, (resultado de uma queda com fratura do colo do fêmur) com auxílio de um bastão, apoiava-se nos braços de seu sobrinho, um jovem advogado que, anos decorri-

dos, hoje vos prende enternecido a atenção, no relato dêsse fato que lhe comoveu a alma até o mais fundo do seu âmago.

Abriam-se filas e D.^a Alicia O'Connor de Camargo Dauntre aproximou-se de Sua Alteza, o Conde D'Eu, que, fidalga e carinhosamente, a cumprimentou e convidou-a a sentar-se ao seu lado. Se venço a imodéstia de relatar êste fato, é que certas honras descambariam em desprimôr se não fôsem exalçadas como ôra o faço, mesmo porque, ela adveio não só da benévola atenção do Príncipe, mas, principalmente, de Sua Alteza Imperial, a Nobilíssima Princesa Isabel, para quem hoje as nossas homenagens se levantam em um pleito de respeito, amor e profunda veneração.

Justifico-me, com êsse relato, a comoção com que ôra vos falo e impetro antecipadamente escusas, pois que almejaría fôsse um hino de louvor e uma prece de reconhecimento, a quem tanto fêz pela minha Pátria, pelos meus concidaãos, mormente pelos humildes e desprotegidos da sorte.

Ademais quero, de público, externar a profunda e gratíssima comoção com que ouvi, dos lábios de Sua Alteza, referências sumamente elogiosas e gradas ao meu coração, a respeito dos meus antepassados. Quando, nessa ocasião, minha tia, apresentou-me à Sua Alteza, disse que eu tinha o mesmo nome do seu pai, o Dr. Ricardo e acrescentou que eu era aquêle a quem competia continuar cultuando e defendendo a amizade dos Daunt para com a Família Imperial; Gastão de Orleans, em um requinte de elegância e fidalguia respondeu que tinha certeza de que essa tradição, tão prestimosa e eloquente cultuada com dedicação e desprendimento pelos meus primeiros, teriam seus segundos em minha pessoa, mesmo porque um Daunt nunca faltou com seu aprêço à Família Imperial. E passou a recordar a afeição que ligava os Conde D'Eu aos Daunt, principalmente ao meu tio Monsenhor Fergo O'Connor Camargo Daunt, ilustre campineiro, amigo cuja morte fizera sangrar os seus corações. Recordou ainda, que em companhia da Princesa, estivera presente aos funerais do dedicado, ilustre e precioso amigo Monsenhor Fergo que veio de desaparecer em Paris, a 1.º de janeiro de 1911. Nós, os Daunt, que prezamos em elevado gráu a Família Imperial, na reverência carinhosa, alevantada admiração, estima e mesmo veneração a pleiade de figuras notáveis que a compõe e na crista da qual divisamos a figura veneranda e nunca suficientemente festejada do Imperador, o Magnânimo, não podiam permanecer encastelados em modéstia, antes, nos sentimos no dever de vir vos expôr, êsse gesto gentil que nos foi tocante e envaidecedor.

A MORTE DE ISABEL — A REDENTORA

O ano de 1921 já havia chegado ao 11.º mês. Este era penúltimo do ano e justamente aquêlê que mais acerbas e cruciantes recordações trazia à Condessa D'Eu. Fôra nêsse mês que se praticou a mais solene ingratidão ao nobre e magnânimo D. Pedro II, Imperador do Brasil, seu amantíssimo e insigne pai.

No ano seguinte, celebrar-se-iam entre júbilos as festas do centenário de nossa Independência, que seu avô D. Pedro I, nos dera no seu anseio de libertar uma grande, valorosa e bela terra.

Já no ano anterior, o govêrno brasileiro baixara um decreto que tanto tocara o coração nos seus sentimentos mais afetivos, os de filha de D. Pedro II e D.^a Tereza Cristina e de brasileira; era o decreto que revogava aquêlê que banira, do solo brasileiro, a família Imperial.

A República vinha afinal reverenciar e homenagear seu pai, permitindo que seus despojos viessem em fim repousar na terra que sobremaneira honrâra, dignificára e amára. Essa homenagem que tardára tanto, vinha agora demonstrar positivamente que o povo brasileiro em que tanto seu pai acreditava e depositára ilimitada confiança, não permanecia hostil, quando não indifferente aos grandes, incontestáveis e proficuos trabalhos em prol de uma grande e conceituada Pátria. Com a promulgação dêsse Decreto, ela Isabel, seu espôso, filhos e demais descendentes, já podiam regressar ao Brasil e vir assistir o esplendor de nossa natureza em festa, respirar o ar do Brasil e se deixar queimar por êste sól sumamente lindo.

Mas todos êsses acontecimentos emocionavam seu coração que tantas vêzes dilatava ante feitos gloriosos como 13 de maio, e mais se dilatava agora em acerbas e doces recordações.

Umamarejavam seus olhos de lágrimas mas a maioria marejavam-os com lágrimas de alegria, justificado júbilo, envaidecimento e orgulho.

E porque seu coração amara muito, êle se tornara agora relicário de recordações e de saudades, saudades do Brasil, de sua paisagem encantadora e feraz, do azul lindíssimo do nosso céu durante o dia e à noite todo estrelado onde o plenilúnio, tem extraordinária magia. Saudade do passado grandioso no qual vivia as suaves recordações de sua meninice, entre as árvores da Quinta da Boa Vista ou em Petrópolis. E alí, junto aos seus pais e à sua irmanzinha D.^a Leopoldina, decorreram os melhores anos de sua vida, alí passára sua mocidade, alí casára e passára sua lua de mel. Recordava dos amigos caros e tôdas essas lembranças se confundiam com a imagem saudosa da Pátria distante.

Êsse nobre coração já não podia suportar mais emoções violentas e, no entanto, justamente êle as experimentava e tantas e tão eloquentes.

Seu médico a desaconselhava vir ao Brasil um ano antes quando tencionava trazer pessoalmente seus agradecimentos ao povo e ao governo brasileiro pela extinção do banimento da Família Imperial, tendo que fazê-lo na pessoa de seu amado espôso Conde D'Eu, cuja separação provocada pela viagem ao Brasil, também tanto lhe custára, mórmente nas condições de saúde em que se achava e sabendo-o recebido em homenagens no Brasil, homenagens essas que ardentemente desejava partilhar.

E assim, nesse estado d'alma, os dias vão correndo e se aproxima o 15 de novembro e mais se acumulam as recordações, e acerba-lhe as saudades e confunde-lhes os sentimentos.

Mais se emocionava seu coração e Isabel sente as suas fôrças esvadirem-se ante essas lembranças e, pouco a pouco, as vibrações orgânicas vão diminuindo enquanto seu cérebro se povôa de recordações da terra amada.

Alí junto a Deus ela iria colher os frutos das sementes que plantara. Não mais sofreria seu coração. A justiça que lhe faltára na terra, não poderia faltar junto ao supremo Senhor dos Mundos. Ela fôra descansar e colher as recompensas de Deus. Aquêles que recompensa aos que têm sêde de justiça.

Não partiu, porém, sem que aquêles que lhe votavam estima deixassem de externar o seu pesar e suas últimas homenagens. Nós, humildemente, nos escrevemos entre êles e fizemos rezar, na Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, uma misas solene em sufrágio de sua alma. Expedimos convites e, no dia aprazado, tivemos a felicidade de ver a Igreja repleta da fina flôr que compõe os habitantes daquela laboriosa colméia do Estado de São Paulo. Éramos, alí, promotor público, e terminada a cerimônia religiosa, recebemos as condolências de todos os presentes, condolências essas que fizemos chegar até Sua Alteza Real o Conde D'Eu e seus familiares.

Decorridos quase 50 anos, reiteramos o preito de profundo respeito àquela que não só engrandeceu a Pátria, como lhe deu uma auréola de alta dignidade e exarcebado amor.

D. Pedro II e D.^a Tereza Cristina já se acham no Brasil, eis que haviam seus corpos sido trasladados por ocasião do centenário de nossa Independência.

Faltava, porém, Isabel, cujo repatriamentourgia que se fizesse. E foi feito.

Voltemos, pois, àquela memorável ocasião.

O cais Hermann-Dupasquier, em Havre, apresentava aspecto solene, em que se destacava, ancorado em suas águas, um vaso de guerra do Brasil, o "Barroso", náu capitânea de nossa esquadra. No seu mastro tremulava o auri-verde, seus marujos garbosamente postos em suas fardas de grandes paradas, traziam na fisionomia uma expressão que deixava transparecer a execução de uma

missão grandiosa. Colaborava para maior brilhantismo, majestade e imponência da solenidade, a presença, em alto estilo, de soldados da quadricentésima sexta infantaria francesa.

O cortejo, do qual participaram homens de Estados de diversos países, conduzia, em uma auréola de respeito e admiração, os dois esquifes.

A quinhentos metros de "Barroso", dez guardas marinhas estavam perfilados, representando a mocidade brasileira. Receberam, em nome do seu comandante, o capitão de Mar e Guerra, Muniz Freire — que trazia no peito, sob a farda de gala, as medalhas de serviço à Pátria — receberam os esquifes e, conduzindo-os, colocaram-nos na nave brasileira, completando, assim, entre continências, toque de silêncio e missa celebrada pelo Capelão Antoninho e outras cerimônias, a primeira etapa do regresso à terra brasileira.

Acompanhavam a bordo os veneráveis despojos dos Condes D'Eu, suas metas A. R. D.^a Isabel e seu espôso o Conde de Paris, herdeiro presuntivo do trono da França, e a Condessa Nicolay.

Ao aproximarem-se as 12 horas do dia 7 de julho de 1953 salvas da artilharia anunciavam a chegada do "Barroso", a cujo bordo regressavam à Pátria reliquias da Nação. Na fisionomia de todos que lotavam literalmente o cais Pharoux estampava-se uma indescritível emoção ante a chegada dos augustus despojos e, em todo o longo percurso do cais à Catedral, as ruas estavam ocupadas por cidadãos de tôdas as classes sociais, que se acotovelavam para render merecidas homenagens àquêles que, em vida, muito honraram a terra brasileira.

Desceram os esquifes cobertos pela bandeira brasileira, sôbre ombros militares. De uma tribuna, edificada para a solenidade, o acadêmico Prof. Pedro Calmon, em seu estilo colorido e brilhante, pronunciou inflamado discurso, exaltando longamente as peregrinas virtudes dos repatriados. Nós, que lá estávamos, minha espôsa e eu, sentimos pequeno nosso coração para agasalhar a inenarrável emoção que experimentávamos.

Estavam os brasileiros, de alguma forma, dando demonstração que não eram indiferentes aos grandes feitos que Isabel realizara no Brasil sob as suas três regências e do Conde D'Eu, o marechal que dirigiu nosso exército na rendição de Solano Lopes. A política, em sua cegueira, olvidará todos os méritos de nossos bondosos e dedicados Imperadores e seus descendentes. Alijaram-nos mesmo do Brasil, onde êles nasceram, obrigando-os a provar o gôsto amago do exílio. Quão acerbas saudades sentiram êles desta terra, sem igual em sua beleza e na graça de sua gente. Vinham êles descansar na terra que trabalharam sem esmorecimentos e o povo alí estava em reverência carinhosamente para recebê-los.

Hoje, os esquifes ocupam na cripta da Catedral no Rio de Janeiro, lugar sagrado. Mas, sua transladação para seu definitivo

local, qual seja a Catedral de Petrópolis, em reencontro da filha estremecida e os pais amantíssimos, encorajando a edificação de um mausoléu que na verdade já se acha edificado no coração dos brasileiros, que revenciam a excelça memória da Princesa Imperial.

No ensejo desta patriótica reunião evocativa, registro a coincidência de estar o nosso sodalício localizado na antiga rua da Princesa como se o Instituto Histórico e Geográfico perenemente prestasse à memória inesquecível da Redentora o culto de seu aprêço mais alto.

No desfêcho dêste trabalho, devo relembrar que 1970 é o nosso ano do Centenário do término da Guerra do Paraguai.

Há cem anos decorrido, nas margens do Aquidagan as tropas comandadas pelo Marechal Conde D'Eu punham fim a catastrófe que males indivisíveis trouxeram à nobre Nação Brasileira.

É dever sagrado comemorar dignamente tão auspicioso acontecimento.

Entendemos, pois, ser ato de justiça e gratidão, entre outras comemorações, estamparmos em sêlos postais os imperiais retratos da Redentora e do Marechal das Cordilheiras, de quem tantas mercês recebemos e o façamos no momento em que, finalmente, seus despojos vão ter abrigo em jazidos condignos no Sagrado Mausoléu onde já repousam Suas Majestades, os Imperadores D. Pedro e D.^a Tereza Cristina, na Catedral de Petrópolis.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — O Imperador no Exílio, Afonso Celso, da Academia Brasileira.
- 2 — D. Isabel de Bragança, «A Redentora», Princesa Imperial do Brasil, Condessa d'Eu. Afonso de Taunay, «Fôlha da Manhã», 23 de julho de 1946, S. Paulo.
- 3 — Gastão de Orleans, o último Conde d'Eu, Alberto Rangel, 1935, Comp. Ed. Nacional, S. Paulo.
- 4 — Síntese Biográfica da Princesa Isabel, conferência de Maria Eugênia Celso, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 5 — A Redentora e os Abolicionistas, Carolina Nabuco, conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 6 — A Princesa Isabel «A Redentora», Edição Ilustrada, Pedro Calmon, da Academia Brasileira, Ed. Brasiliiana, 1941.
- 7 — História da Queda do Império, Heitor Lyra, 1º e 2º volume, Brasiliiana, Comp. Editôra Nacional, 1964, S. Paulo.
- 8 — A Princesa no Cenário Abolicionista do Brasil, Hermes Vieira, 1941, S. Paulo.
- 9 — A Princesa e as três Regências, conferência do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, Aureliano Leite.
- 10 — Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, Barão de Vasconcelos e Barão Smith Vasconcelos, 1918.
- 11 — Condessa do Barral, Luisa Margarida, Portugal de Barros, filha de Dr. Domingos Borges e Barros, Visconde de Pedra Branca (1780-1855), baiano, diplomado em Coimbra, deputado às Cortes Portuguezas em 1821, senador, diplomata.

- 12 — Diário Oficial do Império, 14 de outubro de 1964, com relação dos convidados para assistirem o consórcio de S.A.I. a Senhora Dna. Isabel com S.A.R. o senhor Conde D'Eu:
A — Auto do casamento dos mesmos em 15 de outubro de 1964.
B — Programa do preito e cerimônias.
C — Editorial do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro.
- 13 — Imperatriz Dna. Amélia, Lígia Lemos Torres, 1947, S. Paulo.
- 14 — Dr. Francisco Inácio Carvalho Moreira, Alagoano, diplomado pela Academia de S. Paulo em 1839, diplomata, ministro e enviado extraordinário em diferentes países, até 1839. Faleceu em 1º de abril de 1906, no Rio de Janeiro. Título de Barão, decreto a 29 de julho de 1864.
- 15 — D. Pedro de Alcântara e Orleans e Bragança, Príncipe do Grã-Pará, nascido em Petrópolis, a 15 de outubro de 1875 e falecido a 29 de janeiro de 1940. Foi casado com a Condessa D. Elizabeth Dobezenski de Dobreniez, em 1908, de cujo consórcio nasceram os filhos:
 - Dna. Isabel, casada com seu primo S. A. R. Henrique, Conde de Paris, herdeiro pretendente ao trono da França, com geração; Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança, casado com a Princesa Dna. Esperança, com geração, residente em Petrópolis; Dom João de Orleans e Bragança, casado com a Princesa Dna. Fátima, residentes no Rio de Janeiro;
 - Dna. Maria Francisca, casada com Dom Duarte Nuno, Duque de Bragança, residente em Portugal;
 - Dna. Maria Teresa de Orleans e Bragança, solteira, falecida.
- 16 — Dom Luiz de Bragança, nascido em Petrópolis, a 26 de janeiro de 1878, herdeiro presuntivo do Trono Brasileiro, desde 1908, casa-se com a Princesa Dna. Maria Pia, filha do Príncipe D. Afonso, Conde de Caserta e chefe da família Bourbon-Sicília. Dom Luiz de Orleans e Bragança faleceu a 26 de março de 1920, deixando nome aureolado de emérito intelectual. Filhos:
 - Príncipe Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, herdeiro presuntivo do Trono Brasileiro, casado com a Princesa Dna. Maria Isabel da Baviera, neta de Luiz III da Baviera, com geração, residente na sua fazenda em Vassouras, Estado do Rio;
 - Príncipe D. Luiz Gastão, solteiro, falecido;
 - Princesa Dna. Pia Maria, Condessa Nicolay, residente na França.
- 17 — Príncipe D. Antônio de Orleans e Bragança, falecido a 29 de novembro de 1918, com 37 anos de vida, solteiro, condecorado na grande guerra de 1914-1918.
- 18 — Diário da Princesa Isabel, Ricardo Gumbleton Daunt, Editôra Anhembí Ltda., São Paulo, 1957.
- 19 — Livro de Ouro de Ricardo Gumbleton Daunt, comemorando o 1º centenário do seu nascimento (1818-1918), Cardoso Filho.
- 20 — Arquivo particular do autor: correspondência da Princesa Isabel, do Conde d'Eu, dos príncipes Imperiais, D. Pedro de Alcântara e D. Luiz de Orleans e Bragança etc. Fotografias diversas.
- 21 — «O Neto de Marco Aurélio» (D. Pedro II), Leôncio Amaral Gurgel, Empresa Editôra J. Fagundes, S. Paulo, impressa na «Revista dos Tribunaes», em março de 1937.
- 22 — Índice das Vias Públicas de S. Paulo, Prefeitura Municipal de S. Paulo, Diretoria de Obras, 9ª secção.





O CORPO DE SAÚDE BRASILEIRO NA GUERRA DO PARAGUAI (*)

CARLOS HENRIQUE LIBERALLI

Ao prestar reverência e lembrança aos compatriotas que, há um século, sustentaram nos campos de batalha a dignidade da nação brasileira, ofendida e agredida pelo sonho megalomaniaco de Solano Lopez, não podem ser esquecidos os que o fizeram com as armas do socorro e da recuperação, do alívio à dor e da defesa da vida: os integrantes dos Corpos de Saúde do Exército e da Marinha brasileiros, em campanha.

Precários como eram, na época, em todo o mundo, os recursos médicos para o tratamento das feridas de guerra e para a prevenção e cura das endemias e epidemias, que soem assolar os exércitos; limitada a prática quase exclusivamente à cirurgia e essa, principalmente, à amputação dos membros para atalhar a marcha das gangrenas, compreende-se que não fôsse reservado naqueles tempos um brilhante papel à Medicina militar. Pois, no seu próprio reduto — a cirurgia — se já estavam atingidas as etapas do uso do anestésico e da prevenção da hemorragia, estava a vencer o mais formidável inimigo, a infecção, que só seria dominada, após a prática da antisepsia cirúrgica, introduzida por Lister em 1867, na Inglaterra, mas muito lentamente difundida, ali e alhures, e que não penetrara ainda no Brasil à época da campanha. Diga-se, de passagem, que mesmo na guerra franco-prussiana, de 1870-1871, o método listeriano não encontrara aplicação, apesar de ter o mesmo Lister chamado para êle a atenção dos beligerantes.

Entretanto, se os recursos da Medicina não eram ainda de molde a obter sucessos espetaculares, o papel do médico-cirurgião militar, em operações de guerra, não deixava de ser relevante, pois talvez mais que os ferimentos de combate, contribuíam para dizimar os exércitos — maximé nas campanhas longas — as epidemias, cuja disseminação facilitavam o aglomerado humano e as precárias condições de higiene. E não se esqueça o fator psicoló-

*) Lido no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sessão de 7-3-1970, comemorativa do fim da Guerra do Paraguai.

gico, o levantamento do "moral" que a presença física do médico e a certeza da assistência traziam aos combatentes.

Ao iniciar-se a guerra, com o apresamento pelo Paraguai, do vapor "Marquês de Olinda", se o evento tomou de surpresa o Brasil Imperial (êsse Brasil depois acoimado de imperialista), a maior surpresa teve-a o Corpo Sanitário do Exército e da Marinha. Era êle, ao tempo, constituído por "diminuto quadro efetivo, e ao encontrar-se a braços com uma campanha dessas proporções, teve que se ampliar e receber o apóio da medicina civil" (Castro Souza). O voluntariado médico foi impressionante, marca do alto espírito cívico daqueles tempos: professôres e assistentes (então chamados "opositores") das Faculdades do Rio e da Bahia alistaram-se para seguir para os teatros de operações, em viagens extenuantes, de meses a fio, por zonas inóspitas. Da Bahia, apresentaram-se 9 professores catedráticos e 6 opositores. Do Rio, 4 catedráticos e 5 opositores. Alunos em grande número, de uma e outra, ou servindo como auxiliares do Corpo de Saúde, ou como Voluntários da Pátria, combatentes. Decreto de 24 de agôsto de 1866 permitia aos alunos do 4.º, 5.º e 6.º anos prestar serviços nos campos de batalha sem prejuízo do currículo escolar; e muitos foram os que se utilizaram do duplo privilégio: lutar pela Pátria sem sacrificar a carreira.

Merece especial referência o caso do Dr. Francisco Pinheiro Guimarães que, professor substituto da Seção Médica da Faculdade do Rio, incorpora-se, como Voluntário da Pátria, combatente, desde o início da guerra, galga todos os postos de comando até o de coronel, distingue-se em bravura, é ferido gravemente em Tuiuti; e regressa, feito general, para assumir a cátedra de Fisiologia.

A êsses profissionais juntaram-se vários farmacêuticos, no pôsto de alferes, alguns já figurantes dos quadros normais (o Exército todo tinha apenas 20!), outros civis comissionados para a guerra.

As condições de trabalho eram, como de prever, péssimas. "Faltava aos serviços médicos do Exército quase tudo — diz o abalizado historiador Dr. Luiz de Castro Souza —, enfrentando obstáculos de tóda natureza, atuando em terrenos pantanosos, insalubres e acampando em zonas malarígenas..."

Nessas condições, o trabalho de rotina do médico militar alçou-se até o heroísmo. E muitos dêles o culminaram com o sacrifício da própria vida, quer aos assaltos da doença, quer aos golpes do inimigo. O rol de nomes seria longo e sua notícia não caberia aqui. Mas, se todos mereceriam ser lembardos, citaremos alguns, por sua exponência, ou pela natureza especial da contribuição que deram, de sangue à Pátria.

Começou no aprisionamento do “Marquês de Olinda”, onde o Capitão — 1.º Cirurgião Dr. Antônio Antunes da Luz abre o martirólogo médico da sangrenta luta. Na invasão de Mato Grosso, em janeiro de 1865, o 2.º Tenente — 2.º Cirurgião Dr. José Cândido de Freitas e Albuquerque, na defesa da canhoneira “Anhambahy” em que servia, morre degolado em combate; e aprisionados pelo invasor o Capitão — 1.º Cirurgião Dr. Theophilo Clemente Jobim e os Tenentes — 2.ºs Cirurgiões Drs. Benvenuto Pereira do Lago e Manoel João dos Reis, vão acabar seus dias nas mãos do inimigo, sem verem o fim da guerra.

Antunes da Luz, depois de 3 anos de cativo, morre de inanição, no campo de prisioneiros de Passo Pocu; Theophilo Clemente morre de cólera-morbus no mesmo tenebroso acampamento; Benvenuto do Lago, um dos heróis da resistência do Forte de Coimbra, morre de mais tratos e privações em Assunção; e Manoel João dos Reis, após anos de prisão e tortura, é fuzilado pelos homens de Lopez, em janeiro de 1868, no acampamento de Cerro León. Faleceram outros de infecções ou exaustão, no próprio cenário da guerra, em cumprimento do dever; e, finalmente, alguns vieram a extinguir-se em consequência dos males contraídos nas operações militares.

Totalizam as perdas de oficiais do Corpo de Saúde 22 médicos, 8 farmacêuticos e 9 acadêmicos de medicina, comissionados cirurgiões, que devem ser lembrados como os heróis tombados do Corpo de Saúde. Se ao Exército cabe a maior parte dêsse quinhão de dor e glória, também a Marinha não ficou dêle privado. O Chefe de Saúde da Esquadra em Operações era o Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo, que escreveu depois a “História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira das Campanhas do Uruguai e Paraguai de 1864 a 1869” (Rio, Typ. Nacional, 1870). Navio-hospital da frota de guerra do Rio Paraná, o “Onze de Junho” acompanhava nossas belonaves, em sua marcha cruenta e triunfante. No combate da ilha Cabrita, recolhia o “Onze de Junho” 91 feridos, inclusive 24 paraguaios; no Passo de Itapiru recebe 267 feridos. Nas operações conjuntas com as forças de terra, em Tuiuti e nos choques que se seguiram, a esquadra transportou aos diversos hospitais de sangue 1.759 feridos (Geraldo Barroso).

Nesse cenário avulta, em dedicação e bravura, o nome de um jovem cirurgião voluntário, 2.º Tenente-naval comissionado, já opositor da Faculdade de Medicina da Bahia, e depois notável catedrático da Faculdade de Medicina da Côrte: o Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá, cuja obra botânica lhe seria padrão de glória intelectual. Ele próprio, após brilhante fé de officio militar, regressa da campanha com graves lesões hepáticas, das quais nunca se restabelecera de todo.

Até os chefes dos Serviços de Saúde do Exército e da Marinha de então têm direito a figurar nesse martirologio. Daquele, Cirurgião-Mór do Exército, Prof. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, lente de Clínica Cirúrgica, falecido em 1867, ao regressar do teatro de operações; dêste, Cirurgião-Mór da Armada, Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles, dirigindo-se, alquebrado da doença e da idade, para assistir à rendição de Uruguaiana, e falecer à chegada no Rio, em 1868.

E é com as mesmas palavras que Soares de Meirelles dirigira aos colegas da Sociedade de Medicina que fundara e presidira (e que veio a ser a Academia Imperial, depois, Nacional de Medicina), que deu fêcho a êste preito aos médicos e farmacêuticos militares da Guerra do Paraguai:

“Conservar a vida do homem e prolongar-lhe a existência, é o seu dever; e êles o cumprem ou debaixo do fogo do inimigo a quem disputam a vítima moribunda, ou no foco da peste, donde com a palidez da morte, arrancam os seus semelhantes! O médico não conhece pátria nem inimigo, pertence ao universo e vive para o homem...”

Não conheceram pátria — acrescento — no sentido de não discriminar socorro entre o compatriota e o adversário; mas a conheceram — e quanto! — a ponto de darem por ela as suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Castro Souza, Luiz de — «Os mártires do Serviço de Saúde na Guerra do Paraguai (Exército e Marinha)», Recife, 1967.

Idem — «A Medicina na Guerra do Paraguai (Mato-Grosso)», Revista de História (São Paulo), 19, p. 145, 1968; 20, p. 385, 1969.

Idem — «Farmacêuticos militares em Mato-Grosso na Guerra do Paraguai» — Comunicação ao Instituto Brasileiro de História da Medicina em 28-9-1962.

Idem — «A Farmácia na Guerra do Paraguai» — Revista Brasileira de Farmácia, 48, p. 209, 1967 (set.-out.).

Barroso, Geraldo — «Estudo bibliográfico e elogio histórico do Cons. Prof. Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá» — reimpresso da Revista Marítima Brasileira, abril-maio-junho 1951, Imprensa Naval, Rio, 1952.

Fonseca, Olympio da — «Joaquim Cândido Soares de Meirelles» — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1932-1933), p. 252, 1942.

ONDE SE DÁ CONTA DE MENSAGEM INÉDITA DE CAMPANHA DA PRINCÊSA A PEDRO I PLEITEANDO A CRIAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE EM MINAS GERAIS

NILVA R. MELLO

Os Jesuítas, os primeiros mestres-escolas do Brasil que nascia, inundados de evangélicas intenções, mostraram, entretanto, certo desajustamento em relação à terra e à gente da terra, revelado pela estranha tendência de ensinar aos curumins, juntamente com a gramática, noções de latim. É o que faz notar Gilberto Freyre ⁽¹⁾ quando diz, referindo-se ao jesuíta: “Seu gôsto teria sido se dedicarem por completo a formar letrados e bachareizinhos dos índios”. É que os bons padres, discípulos de Santo Inácio, eram homens cultos, eruditos, intelectuais profundos, aos quais não atraía o exercício de trabalhos manuais. Eram poucos os Jesuítas que se dedicavam com amor ao artesanato, como o Irmão Mateus Nogueira, o Irmão ferreiro, criatura extremamente útil tanto na guerra como na paz.

Gabriel Soares de Sousa ⁽²⁾ achou que os Tupinambás tinham uma vocação franciscana no sentido de que, o que era de um, era de todos, e no desamor às coisas do espírito. Como os franciscanos, os índios gostavam do trabalho feito com as mãos, em contacto com a natureza, o ar, o sol, a terra selvagem. As índias foram as mais favorecidas já que para elas a vida não tinha sofrido grandes alterações. Como bem observa Gilberto Freyre ⁽¹⁾, os índios foram os mais atingidos pelas imposições dos extraordinários filhos de Loiola: muito trabalho, exercícios intelectuais que êles faziam sem gôsto, pouca alegria e reza demais.

Aliás, estava na orientação do govêrno da Metrôpole não trazer para a América Portuguesa o brilho e a cultura de Coimbra. Ao chegarem ao Brasil encontraram uma civilização no período da pedra lascada. Pelo que indica o estudo da história, os novos senhores da terra contentaram-se em dar aos antigos senhores, os índios, uma melhoria cultural mínima e medida: que passassem da pedra lascada para a polida. E era muito.

Werneck Sodré ⁽³⁾ faz um estudo comparativo interessante entre o estado cultural em que foram encontrados os povos da

zona português e da zona espanhola, dizendo êle que assim fica explicado o aparecimento tardio da Universidade no Brasil.

México, Peru, Bolívia, Argentina e, antes, São Domingos, tiveram sua Universidade já no período colonial, e a imprensa surgiu no México, em 1539, e, no Peru, em 1583.

Qual o motivo que levava dois povos latinos, portugueses e espanhóis, a agirem de modo tão diferente nas relações com suas colônias?

Werneck Sodré ⁽³⁾ explica que os portugueses ao encontrarem um povo primitivo acharam que mais importante que elevar o nível cultural dos indígenas era utilizar as crianças para “destruir nelas a cultura de seus pais”.

Entretanto, na América espanhola os povos encontrados já estavam em estágio elevado: era preciso esmagar a cultura local com o peso da cultura alienígena.

Aí está porque o Brasil, ao contrário da América espanhola, não teve no período colonial, universidade ou imprensa, que surgiram tão cedo no Peru e México. “O aparecimento precoce da universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância”. (Werneck Sodré). ⁽³⁾

Foram os Inconfidentes, no seu belo sonho lírico, os primeiros a pensar no Brasil na criação de uma universidade.

Com a morte da Inconfidência morreu também a germinação da universidade no Brasil. E por longos anos foram os brasileiros, alguns poucos escolhidos para estudar em Coimbra, obrigados a ir para a Metrópole longínqua, afastados da família, submetidos a um regime de despesas consideráveis.

Por ocasião do avanço napoleônico sobre Portugal, ao fugir a corte português para as terras do Brasil, teve o Príncipe Regente, D. João, a primeira oportunidade para criar uma Universidade: o comércio da Bahia ofereceu ao Príncipe Regente uma quantia régia com o fim específico de fundação de uma Universidade, e o montante subia a oitenta contos de réis. (J. N. Souza Silva). ⁽⁴⁾ A oferta não foi levada em consideração pela Corôa. Não interessavam à Casa reinante português essas idéias perigosas de disseminação de cultura que trazem em si o ideal de liberdade. Doutores, só em Coimbra. O que na verdade interessava era “conservar o Brasil em total dependência...” (Pereira da Cunha). ⁽⁵⁾

Oferta semelhante foi feita pelo Comércio do Rio de Janeiro, por ocasião da elevação do Brasil a Reino. Tratava-se de uma fundação que custearia a criação de um instituto de artes e ciências. Dessa vez o oferecimento foi aceito, em 5 de março de 1816. O silêncio voltou a cair sobre o assunto indesejável, e mais tarde, na Assembléia Constituinte, o tenente-coronel José Arouche de Toledo Rendon aventou a possibilidade da utilização dessa fundação na

criação da Universidade da Cidade de São Paulo. E nada mais foi feito.

Entretanto, ao mesmo tempo em que jurava solenemente, em 1818, ser o protetor da Universidade de Coimbra, não se pode esquecer que D. João VI no seu governo criou a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, êste último em 6 de junho de 1818; a Escola de Cirurgia, da Bahia, em 1808, que passou a ser em 1815, o Colégio Médico-Cirúrgico; a Academia Médico-Cirúrgica, em 1813; a Academia Militar. A sêde de conquistas de Napoleão foi uma benção para o Brasil.

Temos que reconhecer, como faz observar Fernando de Azevedo ⁽⁶⁾, que o que na verdade, **“antes de tudo, visava diretamente o rei de Portugal, criando essas escolas e instituições, era aparelhar a Colônia em que instalava a sede da monarquia, não só de cirurgiões e engenheiros, indispensáveis à defesa sanitária e militar, e que já não podiam vir da Metrópole, como também de instituições com que pudesse transformar a grande aldeia do Rio de Janeiro na nova capital do Império Português”**.

Em 1821, José Bonifácio fêz chegar aos deputados paulistas eleitos para as côrtes de Lisboa, planos avançados sôbre educação e, em especial, a criação de uma Universidade em S. Paulo. Como bem nota Fernando de Azevedo ⁽⁶⁾, nada resultou da iniciativa do grande Andrada.

O brasileiro teve sempre o gôsto da exibição de cultura, de falar bem. Mesmo que não tenha muito o que dizer, é importante que saiba dizer bem. O entusiasmo pela oratória vem de longe, vem dos Jesuítas.

Faltava à gente da terra para satisfazer o orgulho nacional, a criação de uma Academia de Direito. A oportunidade surgiu no ano seguinte ao da Independência. Referindo-se ao fato, J. N. de Souza Silva, em seu excelente trabalho, **“Criação de uma Universidade no Império do Brasil”**, lido por ordem do Imperador na sessão de 5 de Dezembro de 1884 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, diz: **“Brilhava então uma nova época para o Brasil, e antes que a Assembléia Constituinte nos desse uma constituição, nos deu duas universidades!”** ⁽⁴⁾ Na verdade a euforia era exagerada: não foram duas Universidades, e sim duas Academias de Direito.

Tudo nasceu da angustiosa situação em que se encontravam os estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra. Não é difícil imaginar-se o que deviam estar sofrendo os nossos patrícios em Portugal, logo após a independência do Brasil. Na sessão de 14 de julho de 1823, o deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro, que viria a ser o visconde de São Leopoldo, levou à Assembléia Constituinte êsses fatos e propôs a solução para o problema: a criação da Universidade, na cidade de São Paulo. A

sugestão era feliz e mereceu a aprovação geral, exceto por um detalhe: o local onde deveria ser sediada a Universidade. Discussões acerbas, observações ferinas e violentas foram trocadas entre deputados de todo o território brasileiro. Os oradores se sucediam na tribuna em debates calorosos e muitas vezes desaforados. Surgiram manifestações agressivas de bairrismo.

Os dois opositores mais fortes da localização da Universidade em São Paulo foram o deputado baiano, Francisco Ge Acayaba de Montezuma, e o brilhante deputado mineiro, Bernardo de Vasconcelos.

Disse Montezuma: **“Não sei porque aqui sempre se anda com São Paulo para cá, e São Paulo para lá; em nada aqui se fala que não venha São Paulo”**. (Citado por Leite de Barros).⁽⁷⁾ E fez a apologia da Bahia, pedindo que para lá fôsse a Universidade. Defendendo São Paulo, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado replicou violentamente a Montezuma: **“A Bahia em que tenho ouvido falar, nunca eu escolheria para isso; é a segunda Babilônia do Brasil, as distrações são infinitas e também os caminhos de corrupção; é uma cloaca de vícios”**. (Citado por Werneck Sodré)⁽⁸⁾ Bernardo de Vasconcelos, em plano mais elevado, embora usando também uma linguagem veemente, observou: **“Sustentasse que em São Paulo há tudo que é preciso: e o que me lembra logo é que não há ali uma Imprensa, não há livros à venda, salvo alguma Cartilha, algum Catecismo da Doutrina Cristã”**. (Citado por Leite de Barros).⁽⁷⁾ Queria a Universidade em Minas Gerais.

Argumentavam muitos que em São Paulo falava-se mal o português.

Os deputados paulistas defendiam sua tese baseados na **“salubridade e amenidade de seu clima, sua feliz posição, a abundância e barateza de tôdas as precisões e cômodos da vida”**. (José Feliciano F. Pinheiro, citado por Leite de Barros).⁽⁷⁾

A outros, um dos pontos positivos a favor de São Paulo era a falta de distrações, a monotonia e pacatez da vida no Planalto.

Dois meses após a apresentação da discutida proposta, veio o projeto. Como faz notar J. N. Souza Silva⁽⁴⁾ tanto tempo de estudo para apresentação de projeto tão pequeno, em que quase tudo ficava delegado ao imperador — escolha das disciplinas, dos professores, ordenados e despesas com a fundação, os estatutos — só se justifica pela duvida em relação à localização da Universidade.

Logo, **“para contentar a tôdas as ambições na escolha da localidade, divididas entre os deputados do norte e sul do império, teve-se de recorrer ao expediente da criação de duas universidades, uma na cidade de Olinda e outra na cidade de São Paulo, devendo-se estabelecer desde logo n'esta última cidade um curso jurídico regido provisoriamente pelos estatutos da universidade de**

Coimbra com as alterações e mudanças adequadas às circunstâncias e luzes do século". (Sousa Silva). ⁽⁴⁾

Em 27 de agosto de 1823 esse projeto foi para a 1.^a discussão, e mais a 2.^a e 3.^a, em setembro e outubro do mesmo ano. Em 4 de novembro, foi aprovado.

Entretanto, essas demarches tôdas não foram pacíficas: continuaram as divergências acaloradas entre os deputados dos vários Estados.

Alguns, como o deputado baiano José da Silva Lisboa, achavam que a sede devia ser a Côrte. O deputado Nogueira da Gama opinando pela Côrte, teve uma argumentação lógica. Dizia êle que já lá havia aulas de gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, grego, francês, inglês, desenho, e mais uma academia militar e uma de marinha com ensinamentos de todos os ramos das matemáticas puras, uma academia médico-cirúrgica e hospitais, livrarias particulares e uma pública, um museu, uma coleção de minerais, um gabinete de máquinas físicas, aulas de zoologia, mineralogia, botânica, física e química, de moral, de teologia, de direito canônico. Afinal, depois de longa e detalhada enumeração dos cursos que na Côrte já existiam, termina sua justificativa assim: **"Falta-nos sòmente um curso jurídico, em que se ensine a indispensável ciência de legislação em geral e em particular, adicionando-se-lhe as tão necessárias cadeiras de economia política, de estatística, de diplomacia e de agricultura"**. (Citado por J. N. Souza Silva). ⁽⁴⁾

Camara Bitencourt concordou com a peroração de Nogueira da Gama para justificar a localização na Côrte, mas fêz uma sugestão realmente inteligente: pediu que se criasse em Minas Gerais, uma academia montanística, docimástica e mais doutrinas da metalurgia.

Em meio a essa agitação tôda, surgiu estranha nota discordante. José Bonifácio de Andrada e Silva sòmente fêz uma única intervenção sugerindo a impressão de seu trabalho sòbre a organização e regime das Universidades no Brasil. E foi só: não falou mais.

Lucio Soares Teixeira de Gouvêa e José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, deputados, acharam que a sede da Universidade deveria ser em Mariana.

O calor dos debates foi tão grande que transcendeu os limites da Assembléia. Câmaras municipais de várias vilas, como as de Queluz, São João d'El-Rei, Barbacena, São José, Caeté, Tamanduá, Baependi, Pitangui, Sabará, Campanha da Princesa, levaram perante a Assembléia Constituinte sua alegria pela criação da Universidade, e naturalmente aproveitaram a oportunidade para **"lembrar a conveniência do assento da universidade em alguns de seus municípios"**. (J. N. Souza Silva). ⁽⁴⁾

Curioso é que, sete dias após a aprovação do projeto das Universidades, dissolvia-se a Assembléa Constituinte. Só em 9 de janeiro de 1825, um decreto do executivo fundava um curso jurídico na Côrte, em caráter provisório. Entretanto, o decreto não chegou a se efetivar.

Na verdade, apenas em 11 de agosto de 1827, surgiu o decreto legislativo criando os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda.

No clima de desassossêgo, turbulência, sentimentos violentos de bairrismo e intolerância que agitou a Assembléa Constituinte e certamente a opinião pública do país, entre 14 de julho de 1823, dia da apresentação da proposta de José Feliciano Fernandes Pinheiro, e 4 de novembro do mesmo ano, dia da aprovação do projeto das Universidades, surge em 4 de outubro de 1823 a representação feita pela Câmara da Vila da Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, Província de Minas Gerais, dirigida não à Assembléa Constituinte, mas ao próprio Soberano.

Essa representação, documento precioso e inteiramente inédito que veio ter às nossas mãos por um gesto de extrema fidalguia do Dr. Aureliano Leite, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, diz o seguinte:

“Chegando ao conhecimento desta Camara da Vila da Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, Província de Minas Gerais, que V.M. Soberana cheio de elevados e filantropicos sentimentos de fazer progredir ao brilho de que é suscetivel a Nação Brasileira por meio de instituições scientificas que fazem uma Nação civilizada, virtuosa, e respeitada tem tomado em consideração Criar Duas Universidades uma na Capital da Província de São Paulo, outra em Olinda em Pernambuco, esta Camara esportada pelo interesse e gloria da sua Província tem nesta ocasião de por submissamente na Respeitavel Presença de V.M. Soberana, algumas representações sobre as vantagens desta Província para que julgando-as de atenção haja V.M. Soberana de Criar uma outra Academia nesta Província onde a mocidade adquirindo luzes interessantes a Patria, beba aquelas saudaveis doutrinas, que imprimam em sua alma as ideias imortais da justiça e da verdade. Esta Província Senhor, é uma das mais extensas em terreno; sua População orça acima de meio milhão d'almas; seu Solo é geralmente fertil e produz tudo quanto é necessario para o sustento da vida quer de cereais, quer de frutos, sem excetuar em muitos lugares mesmo vinha. Das margens de S. Francisco que tem seu nascimento nesta Província se pode extrair, contribuindo o Governo para sua preparação quimica, abundancia de sal que fertilize toda ela, e grande parte de suas limitrofes. Suas extensas Campinas regadas de numerosos ribeiros produzem imenso gado de todas as especies, de que se exporta para as outras Províncias grande quantidade, assim como de outros muitos generos. Nela se podem

estabelecer todas as qualidades de manufaturas, e então se animará com mais energia a criação de ovelhas, a cultura do linho, algodão, e outros generos. Extensas e altas montanhas oferecem uma indizível abundancia de ferro, metal da primeira necessidade. O ouro, apesar de exausto o que era de mais facil extração, ainda existe intacto em muitos lugares, e o mesmo acontece a respeito dos Diamantes, e mais pedras preciosas, de que o luxo e o Comercio faz uso. A vista pois das vantagens, que gozam os habitantes desta Provincia tão favorecida da natureza, não é de esperar, Senhor, que seus briozos habitantes, que em todas as fases do Estado antigo, bom grado seu não deixaram de liberalizar do seu peculio, o que permitiam suas forças, e presentemente tem mostrado nas precizões do novo Estado e aumento da Marinha, deixem de unanimemente ligarem-se para o estabelecimento de uma Universidade que tanta honra deve fazer ao seu Patriotismo: uma Universidade onde seus filhos e parentes possam alcançar comodamente luzes para ocuparem empregos honorificos, e a bem do Estado singirem de louro suas fronteas.

Nenhum local a nosso ver falando sem prevenção, é mais apropriado para o Estabelecimento que rogamos a V.M. Soberana anuir, que a Cidade Mariana: ela é central a toda a Provincia, pacifica, e goza de salubridade: tem um Seminario Episcopal, onde se oferecem alguns salões proporcionados, e sem muita despeza se podem prontificar outros, entretanto que se não pode fazer um edificio correspondente a uma tal instituição: é abundante de viveres de sorte que por ela transitam muitas Tropas, para a Cidade Imperial do Ouro Preto. Presentemente com a civilização dos Indios que faziam e obrigavam a muitos Fazendeiros deixar as suas propriedades pela sua crueldade, pode aumentar-se duplicadamente a sua fertilidade. Alem disso abrindo-se estradas em linha direita pelos Sertões e matas da Pomba podem os generos de importação chegarem a um preço modico, e o mesmo acontece reanimando-se a navegação do Rio Doce.

Prescindindo de tudo isto suas imediações assim como de outras povoações antigas que recebem viveres de grandes distancias podem medrar muito, e fertilizar essas Povoações, introduzindo-se na terra o ferro do Arado a sombra de Leis agrarias e seus terrenos ressequidos podem de novo serem refrescados com plantações de arvores proprias para Edificios que farão rebentar novas fontes, como aconteceu a Asia Menor no Governo de Ciro. Sendo as circunstancias atuais deste nascente Imperio ainda pouco favoraveis para manutenção de Universidades completas em todas as facultades, quão interessante não sera a reunião de suas Provincias com outras, estabelecer-se em cada uma delas algumas das facultades que se houverem de criar? Por este meio se estreitarão os laços sociais pela dependencia de umas Provincias com

outras; formando-se por exemplo em ciencias naturais os que estudassem na Universidade desta Provincia, e que interessante não será para ela que possui uma imensa riqueza de metais, e minerais haver um Curso de estudos a imitação da Academia Imperial e Real de Schimmitz estabelecida no Governo da Imperatriz e Rainha de Hungria Maria Thereza onde a mocidade instruida pode ser interessante a uma economica exploração dos metais, e minerais de que abunda a Provincia, e se pode fazer um extenso Comercio.

São estes, Senhor, os nossos sentimentos, e o modo de pensar que está ao nosso alcance. Estamos persuadidos que nada disto, e outros muitos conhecimentos a que não atingimos, escaparão a atividade, vigilancia, de uma tão Sabia Assembléia que trabalha de tão bom grado para felicidade e aumento deste Imperio.

V.M. Soberana acolhendo com benignidade esta nossa representação nascida de um sincero e cordial afeto a nossa Patria decidirá o que for justo. Deus Guarde a V.M. Soberana por muitos anos como este nascente Imperio ha mister. Vila da Campanha da Princesa, em Vereação de 4 de Outubro de 1823.

O Juiz Presidente João Leite de Oliveira Bressane

Antonio Xavier Storqueles

Mathias Gonçalves Moinhos de Vilhena

Joaquim Ignacio Villas Boas da Gama".

—oOo—

Mas, como pôde Campanha da Princesa, pequenina vila da Comarca do Rio das Mortes se interessar por assunto tão alto de instalação de uma Universidade no Brasil?

Sabendo um pouco da história da terra e de sua gente, poderemos entender como isso aconteceu.

A vila de Campanha da Princesa fôra o Arraial da Campanha do Rio Verde e passara a vila em 20 de outubro de 1798, por alvará real.

Terra pequena de grandes homens, porque sem dúvida seus vereadores mostraram muitas vezes uma habilidade incomum. Logo de início, formada a Câmara, fizeram convocação da Nobresa e do Povo para resolver a respeito do que foi chamado de "**Consiguação Voluntária**", que de voluntária não tinha nada. Os moradores da vila teriam que dar sua contribuição para que a Câmara tivesse meios para fazer Casa da Câmara, cadeia, calçadas, fontes. A proposta foi aceita.

Vem em seguida o aspecto político do problema. Na mesma sessão, o Juiz de Fôra propôs, e a proposta foi aceita, que a terça parte da "**Consiguação Voluntária**" fôsse separada e enviada para

os **“Alfinetes da Princesa”**, para com isso mostrar a gratidão do povo da vila por tudo que por ela tinha sido feito e em especial pelo nome dado à vila, pela autoridade real, de Campanha da Princesa. Alfredo Valladão, em seu livro **“Campanha da Princesa”** ⁽⁸⁾, trata do assunto fazendo observações curiosas e interessantes. Nesse livro encontramos o documento enviado ao Regente, do qual destacamos um pequeno trecho. Proclamando sua gratidão os moradores da vila **“que para êste fim não achavam outros modos de manifestar a sua gratidão, obediência e fidelidade, senão oferecendo com o Beneplacito de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, uma contribuição anual voluntaria para os Alfinetes da Serenissima Princesa Nossa Senhora...”** ⁽⁸⁾.

Valladão ⁽⁸⁾ faz ver que êsse gesto não era só de gratidão, era de arguta habilidade, pois **“... a luta com São João d’El-Rey não estava terminada. Iria reacender-se pela demarcação do Têrmo da Vila. Melhor providencia não podia tomar a Campanha, do que com aquela contribuição...”**. O antagonismo de São João d’El-Rey já se tinha manifestado anteriormente ao tentar impedir a elevação do Arraial de Campanha à Vila.

A pequena Vila muito precocemente se preocupou com a educação de sua gente. Padre Coimbra, Vigário da Vara, desde 1794, ensinava a ler e a escrever os meninos da terra.

Em 1783, moravam em Campanha, Alvarenga Peixoto e Barbara Eliodora.

Também no século XVIII, Faustino José de Azevedo, de Campanha, teve um procedimento incrível para a época. Foi a Coimbra e lá recebeu o gráu de Bacharel em Filosofia. Achou pouco o que recebeu em Coimbra e foi para Montpellier, onde obteve o gráu de Doutor em Medicina.

Havia, portanto, um **“background”** cultural notável para um lugar tão pequeno e em época tão recuada. Quem quiser saber mais a respeito de Campanha da Princesa, precisa ler o livro, já citado, de Alfredo Valladão. ⁽⁸⁾



E, se hábeis diplomatas tinham sido os homens públicos de Campanha da Princesa, hábeis diplomatas foram também seus vereadores, em 1823, na representação endereçada ao Soberano. Lembravam que como o Rei havia pensado em criar uma Universidade, em São Paulo, e, outra, em Olinda, bem poderia a Câmara pedir **“Uma outra Academia nesta Provincia”**.

Não entraram em luta com os paulistas ou pernambucanos, mas pediram uma Academia, além das outras duas Universidades. Mais adiante, fizeram referência a Universidade, ao invés de Aca-

demia. Prosseguiram pedindo que a séde da Universidade fôsse em Mariana, justificando a proposta pelos muitos recursos intelectuais e materiais que apresentava.

Fizeram em seguida uma observação inteligente, e de caráter conciliatório: Universidade completa era sonho ainda muito alto para o Império e sugeriam, portanto, faculdades nas várias Províncias. Finalmente, lembraram, mostrando admirável espírito prático, que na Província de Minas Gerais seriam convenientes uma faculdade de ciências naturais e um curso que seria o precursor da Escola de Minas, instalada em Ouro Preto, em 1877.

Essa representação da Câmara da Vila de Campanha da Princesa, notável pela serenidade, pelo espírito de harmonia e pela visão prática da situação do Brasil, teve como signatários: João Leite de Oliveira Bressane, Antonio Xavier Storqueles, que na verdade era Stockler, Mathias Gonçalves Moinhos de Vilhena e Joaquim Ignácio Villas Boas da Gama.

Um dêes, o Coronel Mathias Gonçalves Moinhos de Vilhena, era cunhado de Barbara Eliodora.

Campanha da Princesa foi uma vila privilegiada pois nela moraram Alvarenga Peixoto, Barbara Eliodora e Maria Efigenia.

Sua gente abrigou com carinho o sofrimento moral e físico da **"Heróina da Inconfidência"**.

Sua terra abrigou com amor o corpo de Maria Efigenia, a bela criança do casal de Inconfidentes - Poetas, a gentil **"Princesinha do Brasil"**.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Freyre, Gilberto — Casa Grande e Senzala. 1º vol. Livr. J. Olympio Edit. — 1950.
- 2 — Soares de Sousa, Gabriel — Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Ed. de F. A. Varnhagen, Revista do Inst. Hist. Geog. Bras., tomo XIV, pg. 342. (Citado por bibliog. nº 1).
- 3 — Werneck Sodré, Nelson — A História da Imprensa no Brasil. Ed. Civ. Brasileira. 1966.
- 4 — Souza Silva, Joaquim Norberto — Criação de uma Universidade no Império do Brasil. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras. Vol. LI, parte segunda, 1888.
- 5 — Pereira da Cunha — Citado por bibliografia nº 4.
- 6 — Azevedo, Fernando de — A Cultura Brasileira. Comp. Edit. Nacional. Seg. ed. 1944.
- 7 — Leite de Barros, Gilberto — A Cidade e o Planalto — Liv. Martins Edit. Tomo II.
- 8 — Valladão, Alfredo — Campanha da Princesa. Leuzinger S.A.; Vol. I. 1937.

PADRE MANOEL DA NÓBREGA

(Primeiro jurista lusobrasileiro)

TITO LIVIO FERREIRA

Há quatrocentos e cinquenta e três anos, precisamente, no dia 18 de outubro de 1517, nasce em Sanfins do Douro, Trás-os-Montes, em Portugal, o Padre Manoel da Nóbrega. Cincoenta e três anos mais tarde, em 18 de outubro de 1570, há quatrocentos anos, Nóbrega falece na recém-fundada cidade do Rio de Janeiro. Sepultado na igreja dos Jesuitas, no morro do Castelo, suas cinzas foram atiradas em 1927 na baía de Guanabara, para dar lugar à explanada hoje existente. E lá jazem os restos mortais do Jesuíta Primás do Estado do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo, administrado pela Monarquia Portuguêsa até 1822.

Manoel da Nóbrega frequentara quatro anos a Universidade de Salamanca, na Espanha. Obtem uma bolsa de estudos fornecida por D. João III, o Humanista, Rei de Portugal para fazer o 5.º ano na Universidade de Coimbra onde se forma em Direito Civil e Canônico, Filosofia e Teologia. Foi aluno brilhante. O Doutor Martim de Azpicuelta Navarro seu mestre do último ano, tinha-o como o estudante mais qualificado. Na sua "Relectio" o Dr. Navarro chama "o doutíssimo Padre Manoel da Nóbrega, a quem não há muito conferimos os graus universitários, ilustre por sua ciência, virtude e linhagem".⁽¹⁾ E gradua-se em 1541.

Em 17 de dezembro de 1548, D. João III crisma a Província de Santa Cruz, patrimônio da Ordem de Cristo, com o nome de Estado do Brasil, porque êsse patrimônio é governado pela Monarquia Portuguêsa. O Estado do Brasil é uma província, assim como o Estado de São Paulo, o Estado de Minas Gerais, e todos os Estados componentes da República Brasileira são províncias como eram no tempo do Império Brasileiro. O Rei Humanista nomeia Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Estado do Brasil, e o Padre Manoel da Nóbrega, comandante da 1.ª expedição de jesuitas enviados pela Coroa Portuguêsa, é o 1.º Secretário da Educação com a incumbência de criar o ensino público e gratuito e a catequese do brasilíndio. Tomé de Sousa e Nóbrega chegam à Bahia de Todos os Santos em 29 de março de 1549. Tomé de Sousa funda a cidade do Salvador, capital da Capitania

da Bahia e do Estado do Brasil. A Monarquia Portuguêsa gasta 300.000 cruzados, cêrca de 300 milhões de cruzeiros hoje, na construção de edifícios públicos, casas para o govêrno civil e dos funcionários. Nóbrega auxilia o Governador na fundação da Cidade. E instala o Real Colégio da Bahia, ao nomear o Irmão Salvador Rodrigues, primeiro mestre-escola lusobrasileiro.

O BRASIL É NOSSA EMPRESA

D. João III, o Rei Humanista, mantinha desde 1529, cinquenta bolsas de estudos na Universidade de Paris, para estudantes pobres. O Colégio de Santa Bárbara, anexo a essa casa de ensino, era um "feudo português", no depoimento de Marcel Bataillon, em "Etudes sur le Portugal au temps de l'Humanisme", publicados em Coimbra, 1954. Santo Inácio de Loyola, São Francisco Xavier, espanhóis; Simão Rodrigues, português, Pierre Faivre, depois Pedro Fabro, suíço, entre muitos, estudaram e graduaram-se em teologia e filosofia no Colégio de Santa Bárbara na Universidade de Paris, à custa da Monarquia Portuguêsa. Por isso, a Companhia de Jesus, cujos fundadores enumerei, está a serviço de Portugal desde 1539, isto é, antes do seu reconhecimento pelo Papa como Ordem religiosa, em 1540. Até 1759, cêrca de duzentos e vinte anos, será mantida pela Monarquia Portuguêsa. Com Nóbrega vieram mais cinco jesuitas. Recebe, cada um, o ordenado mensal de um cruzado, ou seja, 4.000 cruzeiros (novos). Nóbrega lança os fundamentos da educação lusobrasileira. O Brasil inteiro está dimensionado em seu pensamentos, quando escreve: "Esta terra é nossa empresa". Para essa empresa, sem exemplo na História das Civilizações, eram necessários obreiros. Por isso, em carta de Salvador, julho de 1552, a D. João III, Rei de Portugal, Nóbrega pede: "Mande Vossa Alteza, muitos (jesuitas), da Companhia que sustentem êste pouco que está ganhado, para que nós passamos ir buscar tesouro de almas para Nosso Senhor, e descobrir proveito para êste Reino (de Portugal), e Rei (D. João III), que tão bem o sabe gastar em serviço e glória do Rei dos reis, e Senhor dos senhores".

Tempo adiante, em carta da Bahia, 5 de julho de 1559. Nóbrega escreve a Tomé de Sousa, já em Portugal, onde confirma os dizeres de outras, referentes aos trabalhos de educação nos Reais Colégios e de catequese dos brasilíndios, dizendo: "Porque para isso fui com meus irmãos (jesuitas) mandado a esta terra, e esta foi a intenção de nosso Rei, tão cristianíssimo que a estas partes nos mandou". E com êsse mesmo pensamentos, em carta da Bahia, agosto de 1552, ao Padre Simão Rodrigues, em Lisboa, Nóbrega escreve: "Trabalhamos por dar princípio a casas que fiquem para enquanto o mundo durar".

O JURISTA MANOEL DA NÓBREGA

Manoel da Nóbrega não é apenas o missionário, o educador, o teólogo. É principalmente o jurista. Estão presentes sempre em seus escritos: o valor da pessoa, a sua liberdade e os seus direitos. Condena, com veemência, o cativoiro dos brasilíndios e a antropofagia. Por isso mesmo, na carta citada acima de 1559, a Tomé de Sousa, escreve: “Lembra-me que o ano passado disputei em direito esta opinião (sôbre escravisar os brasilíndios e comer carne humana), e mostrei sua falsidade por tôdas as razões que soube e o mandei a meus irmãos (jesuitas) para se ver (serem vistas) por letrados”.

Assim, ao escrever, mais tarde, a defesa da liberdade em geral e em particular dos brasilíndios, Nóbrega tinha diante dos olhos, o famoso documento mandado redigir por D. João III, intitulado: “Porque causas se pode mover guerra justa contra infieis”. País de juristas, a partir do Doutor João das Regras, e de bons teólogos e canonistas, Portugal dava sempre, provas cabais, de como os Portuguezes, desde a fundação do Reino, em 1140, foram um povo legalista por princípio, amante da ordem e da justiça, da liberdade e do direito. Por isso mesmo, o Professor Paulo Meréa, em “Novos Estudos de História do Direito”, considerar: “Desde o início, as nossas navegações foram acompanhadas de um certo número de medidas de ordem jurídica, cujo valor o direito internacional coevo não punha em duvida, tendentes a assegurar a nossa soberania e a impô-la ao reconhecimento de outras potências”.

Por isso, o documento citado acima, “Porque causas se pode mover guerra justa contra os infieis”, transcrito na íntegra pelo historiador Costa Brochado, em seu estudo, “A Lição do Brasil”, revela a linha de pensamento dos Portuguezes na sua política povoadora, testemunha a altura dos estudos filosóficos e jurídicos em Portugal e a existência do sistema civilizacional português alicerçado em elevada espiritualidade e devotado humanitarismo.

D. João III, o Rei Humanista, havia criado em 1532 a Mesa da Consciência e Ordens. Esse Tribunal sediado em Lisboa cuidava de várias matérias jurídicas e administrativas, em partiucular as referentes às Ordens de Cristo, de Avis e Santiago. Ora, o Estado do Brasil era patrimônio da Ordem de Cristo, da qual o Rei era o Grão-Mestre. E os assuntos de consciência próprios das missões portuguesas ultramarinas, um dos quais, a liberdade dos brasilíndios, eram tratados pela Ordem de Cristo.

Por ordem de D. Sebastião, Manoel da Nóbrega devia dar o seu parecer sôbre uma lei recente, proveniente da Mesa da Consciência e Ordens de Lisboa. O parecer de Nóbrega coloca-o no msmo plano dos doutores da Universidade de Coimbra onde se formara em 1541. Nesse documento, êle revela-se profundo conhe-

cedor do Direito Natural e do Direito das Gentes. Vinte e seis anos após o seu concurso para professor da Universidade onde colara grau, Nóbrega depõe, de maneira insofismável, como Portugal possuía uma doutrina superior à sua própria época, então codificada em normas jurídicas admiráveis. E, nessa altura, Portugal tinha juristas, canonistas e teólogos a ensinar nas cátedras das principais Universidades européias, a começar pela de Paris.

Por isso mesmo, ao referir-se ao parecer jurídico de Nóbrega, o Padre Serafim Leite escreve: "Nóbrega revela-se neste documento em toda a plenitude de inteligência e de coração. Em vista das decisões da Mesa da Consciência sobre a liberdade dos (Brasil) índios, pôs-se em consulta entre os Jesuítas do Brasil se o pai pode vender a seu filho e se um so pode vender a si mesmo. Conservam-se as respostas de dois Padres, Manoel da Nóbrega e Quirício Caxa. Este, como professor que era (de Coimbra), devia ser consultado. É pela afirmativa. Responde-lhe Nóbrega. E do seu breve tratado, dialética de que não está ausente o sentimento, deve partir a história das idéias-jurídico-morais no Brasil".

Ao parecer de Quirício Caxa foi juntado o de Manoel da Nóbrega. Padre Serafim Leite sumaria-os em trinta e um parágrafos. Separa os quatro iniciais escritos pelo primeiro. São de Nóbrega os vinte e sete restantes. Leiamos o resumo feito por Serafim Leite:

1 — Diz Caxa que a lei, de o pai vender o filho em "extrema" necessidade (direito comum), a pode alargar o Príncipe (isto é o Rei) a necessidade "grande". 2 — Diz que um maior de vinte anos se pode vender a si mesmo. 3 — Pressupostos. 4 — Dúvidas. 5 — Responde Nóbrega (*quid iuris*): "grande" não se pode entender senão no sentido de "extrema" e fora disso é injustiça. 6 — E só no sentido de "extrema" e não no de outro qualquer pode ser entendida a palavra "grande" usada pelos Senhores da Mesa de Consciência. 7 — Eles apenas declararam o direito comum, não fazem lei nova. 8 — Dizem ser "grande", ora "extrema" no sentido de extrema. 9 — "Contra natura est hominibus dominare". 10 — Seria absurdo dizer que toda a geração de Cam foi escrava doutras gerações "iure perpetuo". 11 — Portanto, a monitória da junta da Bahia, falando da necessidade "grande", só se pode entender de "extrema" e não de nenhuma outra maneira. 12 — **Quid facti**. 13 — Os filhos dos Potiguares vendidos por pura fome, sem intervir nenhuma outra coisa da parte dos cristãos, estão dentro da lei comum (necessidade extrema). 14 — Em todos os mais casos a necessidade raramente é extrema. 15 — E nunca viu pai verdadeiro vender filho ou filha verdadeira, mas os (Brasil) índios dizem por medo o que os outros ouerem que eles digam. 16 — O costume de os pais venderem os filhos não existia no Brasil e El-Rei devia impedir que se introduzisse.

17 — E agora, sôbre um se vender a si mesmo. 18 — O modo como estas vendas se fazem na Bahia é contrário a todos os textos e doutores. 19 — O homem só pode alienar a liberdade para salvar a vida ou coisa semelhante e não por preço (venda). 20 — As autoridades da Escritura, alegadas por Caxa, não têm valor no caso. 21 — Nem as autoridades dos doutores são tão certas. 22 — Nem os Senhores da Mesa da Consciência fizeram lei nova. 23 — E sendo a liberdade de direito natural, só se pode perder quando a razão fundada em direito natural, o permitir, e por engano ou tirania.

24 — Corolários: todos os que depois de 1560 se venderam não podem ser escravos. 25 — Proceder contra os Caetés por sentença de terem matado o Bispo seria legal, mas alargou-se a guerra a outros que não tinham culpas. 26 — Em todos os resgatados neste tempo é presumível haver injustiça e os línguas do Brasil bem o sabem. 27 — Dominados pelo medo os gentios (Brasilíndios) são facéis de enganar. 28 — E assim, podem ser escravos os da Bahia se a fome foi causada pelas sem-razões dos cristãos. 29 — Não podem ser escravos os que fugiram, para os matos por causa da tirania dos cristãos. 30 — Não podem ser escravos os que fugiram das igrejas. 31 — Erram os confessores que absolvem os injustos possuidores destes escravos, ainda que lhes tivessem custado o seu dinheiro, porque em matéria de direito natural e divino, não se pode alegar ignorância ou ordem superior”.

O MAIOR DEFENSOR DA LIBERDADE EM GERAL

Face a êste resumo, o Padre Serafim Leite considera: “Tal é o parecer de Nóbrega, reduzido a breve sumário. Pensamento ordenado com método e clareza. Como não estava em sua mão, nem na de ninguém do seu tempo abolir a escravidão, concede o menos que a lei obriga, pela porta estreita e não pela porta larga. De maneira que a **Resposta** de Nóbrega é em si mesma já uma boa página de literatura jurídica, de estimação ainda maior por ser a primeira no Brasil. Literatura não seca, porque nela vive também o coração, não estéril porque frutificou na lei portuguesa de 20 de março de 1570, favorável à liberdade, segundo o pensamento de Nóbrega. Infelizmente, Nóbrega faleceu na recém-fundada cidade do Rio de Janeiro a 18 de outubro de 1570 e com êle desapareceu o maior defensor da liberdade dos índios do Brasil no século XVI”.

Tribunal criado em 1532, na cidade de Lisboa, por D. João III, o Rei Humanista, a Mesa de Consciência ou “Mesa de Consciência e Ordens”, tratava da liberdade dos brasilíndios, porque o Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa, administrado pelo Rei de Portugal, é patrimônio da Ordem de Cristo, da qual o Rei é o Grã-omestre.

Felipe, o Belo, Rei de França, obriga o Papa Clemente V a suprimir a Ordem dos Templários, em 1312. Em Portugal, os bens dos frades do Templo foram entregues à guarda e conservação da Monarquia Portuguesa, com a cláusula de que essas propriedades e suas rendas não podiam ser alienadas nem doadas. O Papa João XXII, atende ao pedido do Rei D. Dinis no sentido de ser criada em Portugal uma nova ordem de cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo. A nova ordem foi instituída pelo Monarca Lusitano. Castelo Marim é a cabeça dela. A sucessora da Ordem dos Templários é a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo. E, em 1318, D. Dinis faz doação de todos os bens dos antigos frades do Templo, à Ordem de Cristo.

Em 1415 o Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico, funda a Escola Naval de Sagres, a primeira Escola Náutica, do Mundo. O Papa Martinho V nomeia-o, em 1418, administrador apostólico da Ordem de Cristo. Em 1420 o mesmo Pontífice determina que as rendas dessa instituição militar-religiosa podiam ser aplicadas nos descobrimentos marítimos, com a condição dos mesmos pertencerem, não a Portugal, mas à Ordem de Cristo. As bulas de 1447, 1453 e 1455 do Papa Calixto ratificam e retificam essa cláusula: todos os descobrimentos portugueses são da Ordem de Cristo. Descoberto o Brasil em 22 de abril de 1500, D. Manoel I, Rei de Portugal e Grão-mestre da Ordem de Cristo, incorpora a Província de Santa Cruz ao patrimônio da Ordem Militar de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo. Patrimônio êsse administrado pela Monarquia Portuguesa. E daí os arquipélagos atlânticos, Angola e Moçambique pertencerem, assim como o Brasil, à Ordem de Cristo.

A DEFESA JURÍDICA DE NÓBREGA

Entre os autores citados por Manoel da Nóbrega, dois eram do trato diário e pessoal do primeiro jurista lusobrasileiro: o Doutor Navarro, seu mestre na Universidade de Coimbra, e Covarrúbias seu contemporâneo na Universidade de Salamanca. Assim, os quatorze juristas e teólogos mencionados por Nóbrega eram tratadistas de renome, professores que lecionaram e ainda lecionavam nas Universidades contemporâneas, entre as quais Pádua, Ferrara, Bolonha, Oxford, Tubingen, Paris, Tolosa, Salamanca e Coimbra. Eram: Bartolomeu Saliceto, Nicolau de Lira, Domingo Soto, João Duns Scoto, Santo Tomás de Aquino, Doutor Martim de Azpicuelta Navarro, Francisco Accursio, Dino Mugellano, André Alciato, Francisco Sivestri, Gabriel Biel, Nicola Panormitano, Diogo de Covarrúbias, além do Código Justiniano.

O parecer de Manoel da Nóbrega ressoa em Lisboa. Em 20 de março de 1570 D. Sebastião promulga a lei onde por motivos

de consciência fica restrita a prática da escravatura. Dura pouco tempo, a primeira grande lei a favor da liberdade humana, resultante da defesa jurídica do Padre Nóbrega, para quem uma pessoa vender-se a si, equivalia a furtar-se a si mesmo. O primeiro jurista lusobrasileiro falece a 18 de outubro de 1570. Seis meses mais tarde, em 1578 D. Sebastião morre na África. Felipe II de Espanha e I de Portugal, porque não houve unidade, apenas união das duas coroas, de Portugal e Espanha, Felipe II, de Espanha deixa a lei humanitária de D. Sebastião cair no esquecimento. E ninguém mais levantou a sua voz em defesa da liberdade humana.

NÓBREGA, 1.º SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

Nomeado por D. João III, o Rei Humanista, primeiro Secretário da Educação do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa, Manoel da Nóbrega funda os Reais Colégios da Bahia, de Ilhéus, do Espírito Santo e de São Vicente. Pessoalmente, funda o Real Colégio de São Paulo, instalado com a sua presença a 25 de janeiro de 1554. A seu pedido, com a anuência de João Ramalho, o Desembargador Mem de Sá, terceiro Governador Geral do Estado do Brasil, transfere a Câmara de Vereadores de Santo André da Borda do Campo, em 1560, para junto do Real Colégio de São Paulo, fundado por Manoel da Nóbrega.

Em quatorze versos, num soneto didático escrevi:

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

25-1-1554

Padre Manoel da Nóbrega entrepara
um momento no alto da colina;
alonga o olhar pela paisagem clara
e a sua alma tóda se ilumina.

Padre Manoel de Paiva entre a coivara.
na humilde capela pequenina,
a missa padroeira celebrara
enquanto Anchieta os corumins ensina.

O Páteo do Colégio é o verde engaste,
onde a estrela dos filhos de Loióla
fulde acesa no topo da restinga.

E assim Manoel da Nóbrega fundaste,
sob o sinal de Cristo e numa escola,
esta São Paulo de Piratininga.

PERFIL DE MANOEL DA NÓBREGA

Serafim Leite retrata Manoel da Nóbrega, com estas palavras: "Coração grande e generoso, intentos definidos, e vontade robusta para os transformar em atos. Num corpo combalido e frágil, a força persuassiva de idéias, assentes na realidade das coisas, e pelas quais arriscou a vida. Homem de fé (não apenas humana, mas religiosa) desde que pisou na Bahia terras americanas, o Jesuita Fundador consubstanciou o seu pensamento neste dilema sintético, positivo e urgente: ou o Brasil se une e se evangeliza ou não há Brasil. Por outros termos: é preciso que o Brasil se faça, isto é, que seja um país unido; é preciso que seja um país cristão. Empresa gloriosa em que não faz tudo Nóbrega, mas nada se fez sem êle, como bom servidor que era de Deus, de Portugal e do Brasil. Três elementos, que se não podem discernir do Nóbrega histórico, humilde e resoluto, que é o das suas próprias cartas. E êste é o Nóbrega de corpo inteiro. E também de alma inteira. Nóbrega serviu de corpo e alma a Religião, porque serviu a Jesus Crucificado, seu "querer" de noviço, serviu a Portugal, sua Pátria, porque a maior glória de Portugal, é o Brasil. Pátria dos seus gostos e desgostos, porque o Brasil existe". E assim, o Padre Manoel da Nóbrega, província portugûesa ultramarina, fundador da cidade de São Paulo, formado em Direito, Filosofia e Teologia pela Universidade de Coimbra, é o primeiro jurista lusobrasileiro e o Bandeirante de Deus no Brasil, na consagração do Papa João XXIII.

Assim como Portugal nasce num só bloco, num só todo, numa só unidade, com território, povo e govêrno, com a Língua Latina e o Direito Romano, também o Império Brasileiro surge num só bloco, num só todo, numa unidade territorial integrada com sangue, suor e lágrimas da gente portugûesa, com a Língua Portugûesa e o Direito Português alicerçado no Direito Romano onde se estrutura hoje o Direito Brasileiro. E por isso, nós lusobrasileiros, descendentes de Portugûeses, Brasilíndios e Africanos, somos Lusolatinos.

Assim como Roma é a Pátria-mãe de Portugal, Portugal é a Pátria-mãe do Brasil. O Estado do Brasil, província ultramarina da Monarquia Portugûesa nasce, vive e cresce ao calor humano e divino do lusocristianismo irradiante na civilização grega, no espírito jurídico romano e na teologia judéocristã. No lusocristianismo ardem os humanismos do Oriente e do Ocidente, sintetizados no humanismo lusíada semeado pelo Padre Manoel da Nóbrega, primeiro jurista lusobrasileiro do Estado do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo, província portugûesa ultramarina. E por tudo isso, D. João VI, o Rei Lusobrasileiro, criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, cujo modelo a Ingla-

terra adotou, em 1862, para criar o Reino Unido da Grã-Bretanha, com o Canadá e a Austrália.

Nessas condições, a História é unidade, continuidade e solidariedade. Unidade porque os acontecimentos se unem uns aos outros como os elos de uma corrente; continuidade porque obedecem a uma ordem, a uma sequência ininterrupta e irreversível na dimensão do tempo; solidariedade porque se interligam pelo espírito e pela vivência, no dinamismo e na compreensão do homem e do seu universo.

ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DE SÃO PAULO

NOTAS TABELIÔAS DE INTERESSE HISTÓRICO DA ÉPOCA REGENCIAL

VINICIO STEIN CAMPOS

Os cartórios constituem repositórios preciosos dos velhos tempos paulistas sobretudo pelo cuidado que sempre mereceram de seus zelosos e prestantes serventuários. Na fogueira estúpida qu abriu imensa lacuna no documentário histórico do Estado, a parte que se salvou, que remanesceu, foi justamente a confiada à guarda de nossas escrivancias.

Os arquivos municipais, principalmente os das mais antigas cidades de São Paulo, com raras exceções, pagaram tremendo tributo ao desinteresse, à ignorância, à displicência dos seus responsáveis, desaparecendo lamentavelmente, óra sob a ação dos papirófagos, do desmazelo e da umidade, óra queimados nos depósitos das prefeituras por determinação de autoridades inconscientes.

O material que se salvou foi justamente, em *magna pars*, o representado pelos velhos papéis cartorários, das escrivancias municipais e de órfãos, os processos e livros dos tabeliães, do registro civil e das varas criminaes.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo prestará serviço dos mais úteis ao patrimônio histórico ao acolher e divulgar em sua Revista os preciosos originaes existentes nessas repartições, pois com essa providência fará ao mesmo tempo a preservação do material e a sua publicação, numa contribuição relevante à valorização das fontes primárias de nossa história.

O inventário dos bens deixados pelo Tenente Coronel João Baptista Pinto de Almeida, illustre figura do patriarcado rural nas décadas do Reino Unido e da Independência, é um dêsses mananciaes de valiosissimas informações sôbre a vida paulista no período regencial, como os leitores terão oportunidade de constatar da leitura dos originaes abaixo fielmente transcritos, mercê da colaboração que para isso nos deu o nosso Presidente Aureliano Leite.

TRANSLADO DE HUM INVENTARIO QUE POR ESTE JUIZO DE ORFAONS SE PROCEDEO PELO FALESCIMENTO DO TENENTE CORONEL JOÃO BAPTISTA PINTO DE ALMEIDA COMO NELLE SE DECLARA. Mil oitocentos e trinta e seis. Folhas hua. Escrivão do Juizo de Orfaons da Villa de Sorocaba. Ramo Civel. Inventario que por este Juizo se procedeo dos bens que ficarão pelo falescimento do Tenente Coronel João Baptista Pinto de Almeida, Inventariado, Aureliano Baptista Pinto de Almeida, Inventariante. Auto — Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e seis decimo quinto da Independencia do Imperio do Brasil aos nove dias do mez de Março do ditto anno nesta Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba fidelissima Comarca de Itu Provincia da Imperial Cidade de Sam Paulo em o Escriptorio de mim Escrivão ao diante nomeado, e sendo ahy por parte de João Gualberto de Carvalho me foi dado hua Petição despachada pelo Juiz de Orfaons José Bicudo de Almeida para se dar principio ao Inventario dos bens que ficarão em poder de Aureliano Baptista Pinto de Almeida pelo fallecimento de seu Pai o Inventariado Tenente Coronel João Baptista de Almeida, cuja Petição em virtude do ditto despacho e por bem do meu officio e cargo acceitei e autuei, que hé a que ao diante se segue, e para constar lavro esta autuação eu Gaspar Rodrigues de Macedo Escrivão de Orfaons Vitalicio que o escrevi. P. am. — Illustrissimo Senhor Juiz dos Orfaons — Diz João Goalberto de Carvalho como testamenteiro do finado Tenente Coronel João Baptista Pinto de Almeida, que quer que seja notificado o filho Aureliano, que se acha de posse dos bens do dito finado a fim de se proceder a Inventario na forma da Lei e se fazer remessa dos bens Inventariados ao Juiz de Domicilio do ditto falecido, por tanto pede a Vossa Senhoria se sirva assim o mandar, e receberá Mercê. Despº — Autuado na forma requerida. Sorocaba, nove de Março de mil oitocentos e trinta e seis. Bicudo. — Jurt.º ao Invente. — Termo de Juramento defferido ao Inventariante — Aos nove dias do mez de Março de anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil Oitocentos e trinta e seis decimo quinto da Independencia do Imperio do Brasil nesta Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba fidelissima Comarca de Itu Provincia da Imperial Cidade de Sam Paulo em cazas de morada do Juiz de Orfaons José Bicudo de Almeida onde eu Escrivão de seu cargo ao diante nomeado fui vindo e sendo ahy tambem presente Aureliano Baptista Pinto de Almeida ao qual pelo ditto Juiz lhe foi defferido o juramento dos Santos Evangelhos em hum livro delles em que poz a sua mão direita sob cargo do qual lhe encarregou o ditto Juiz que com boa e sam consciencia sem dolo nem malicea desse a discrever ao cargo deste Inventario todos os bens que se achavão em poder digo que se achavão em seu poder pelo fallecimento de

Inventariado seu Pai, tanto moveis e semoventes, como dinheiro amoedado, oiro, prata em especies ou joyas, dividas e acçoens, tanto activas como passivas, e tudo o mais que ouvesse ficado pelo fallecimento do mesmo Inventariado com a pena de incorrer nas de perjuro e de obrigados, e de pagar em tresdobro para os Orfaons erdeiros e os bens que na realidade soubesse que não pertencião a este Inventario os não desse, mas que os duvidosos desse com a declaração das circunstancias duvidozas, e assim mais que declarasse o dia mez e anno em que fallecera o Inventariado seu Pai, se com Testamento solemne codicillo ou sem elle, e que tendo o appresentasse e assim mais que fizesse todas as declaraçoens que achasse convenientes aos Erdeiros como ao mesmo Inventario e sendo por ele prestado o dito juramento, assim o prometeu cumprir como lhe era encarregado. Por elle Inventariante foi declarado haver falecido o Inventariado seu Pai a quatro dias deste corrente mez com Testamento Solemne em que declara ser cazado, morador na Villa de Sam João del Rei, onde deixou mulher e familia; e para constar lavro este termo de juramento em que assina o Inventariante com o Juiz e eu Gaspar Rodrigues de Macedo Escrivão de Orfaons Vitalicio que o escrevi. Bicudo. Aureliano Baptista Pinto de Almeida. — Juntada — Aos dez dias do mez de Março de mil oitocentos e trinta e seis decimo quinto da Independencia do Imperio do Brasil nesta Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba fidelissima Comarca de Itu Provincia da Imperial Cidade de Sam Paulo em cazas que são da rezidencia do Inventariante Aureliano Baptista Pinto de Almeida onde foi vindo o Juiz de Orfaons José Bicudo de Almeida comigo Escrivão de seo cargo ao diante nomeado para o effeito de se dar principio ao Inventario e descripção dos bens que ficarão pelo falecimento do Tenente Coronel João Baptista Pinto de Almeida, cujos bens, dinheiros são dados ao Inventariante e filho Aureliano Baptista Pinto de Almeida; e para constar fasso este Termo de assentada, e eu Gaspar Rodrigues de Macedo, Escrivão de Orfaons Vitalicio que o escrevi. — Descripção de bens : Nottas do Rio de Janeiro a quantia de hum conto oitocentos e quarenta e cinco mil reis com cuja conta se sai 1:845\$000 — Dinheiro moeda desta Provincia de Sam Paulo em cedulas e conhecimentos na quantia de quatro centos e catorze mil settecentos e cincoenta e quatro reis com o que se sai: 414\$454 — Ditto de Minas a quantia de quatrocentos e quarenta e oito mil reis 448\$000 — Dinheiro amoedado da prata e quantia de quatro contos quinhentos e trez mil e novecentos reis: 4:503\$900 — Ditto em pratta de cinco sellos de mil e duzentos, soma a quantia de seis mil reis com cuja conta sai — 6\$000 — Hum dobrão Espanhol da quantia de doze mil e oito centos reis que sai — 12\$800 — Duas moedas de oiro de quatro mil reis fazem a quantia de oito mil reis que sai — 8\$000 — Nove

facas aparelhadas de prata — Oito dittas mais inferiores, todas aparelhadas de prata — Tres pares de esporas de corrente — Hua abotoadura de oiro firolograna — Duas mil trezentas e cincoenta e quatro oitavas de oiro em obras — Sette memorias de oiro — Hum anel de pedras — Hum relógio de oiro com cadeias do mesmo — **Escravos** — José Pinto de Nação — Joaquim de Nação — Miguel de Nação — Rufino Crioulo — **Animais** — Seis bestas, quatro de cargas e duas de sella, Dois cavallos — **Madeiras** — Quatro cangalhas arreadas — Dois pares de canastras — Huma cama de vento de canastra — Hum par de canastrinhas de sola — Hum cirigote de canastrinhas — Hum celim Inglez — Hum par de pistolas fulminantes — Dois xicotes prateados — Hum par de bruacas — Huma bacia pequena de arame — Huma cella con manta uzada — Huma malinha de papeis — **Dividas activas** — Obrigação de Joaquim Francisco da Roza que se acha por liquidar — Manuel Nogueira de Sá deve por sua conta a quantia de treze mil setecentos e oitenta reis — 13\$780 — Joaquim Nogueira de Sá deve por sua conta vinte e sete mli seiscentos e quarenta reis — 27\$640 — Mariano José Peres por sua conta deve a quantia de cento e catorze mil reis que deu credito que se acha ajuizado — 114\$000 — José Rodrigues Carneiro por hum credito da quantia de quatro contos e cem mil reis — 4:100\$000 — Joaquim Luiz dos Santos por hum credito de oitenta mil reis — 80\$000 — Benedicto dos Santos Reis por crédito a quantia de cento e noventa mil reis — 190\$000 — João Lourenço Ribeiro de Britto por credito da quantia de cincoenta mil reis — 50\$000 — Luiz Paid por credito da quantia de quinhentos mil reis — 500\$000 — Antonio Luiz de Noronha por credito da quantia de quinhentos e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reis — 505\$465 — João Thomaz de Aranha por sua conta deve a quantia de seis mil e doze reis — 6\$012 — José da Costa por crédito a quantia de quarenta e oito mil reis — 48\$000 — Thomaz Coelho dos Santos por credito deve a quantia de quinhentos e quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta reis — 549\$560 — Conta do mesmo Thomaz Coelho dos Santos da quantia de hum conto trezentos e setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reis — 1:374\$427 — João Evangelista de Sousa Guerra por credito deve a quantia de hum conto e trezentos mil reis — 1:300\$000 — Outro credito que deve o mesmo João Evangelista de Sousa Guerra da quantia de duzentos e quarenta mil reis — 240\$000 — Credito que deve o Antonio Ferreira da Silva da quantia de quarenta mil reis — 40\$000 — Credito que deve José Lopes de Souza da quantia de duzentos e sessenta mil reis — 260\$000 — Obrigação que deve Candido Sinfronio de Castro da quantia de cento e quarenta e seis mil setecentos e quarenta reis — 146\$740 — Conta de Dona Anna de Medeiros digo de Meireles Freire que deve a quantia de dez mil e cem reis — 10\$100

— Conta que deve Antonio Martins da quantia de mil novecentos e vinte reis — 1\$920 — Conta que deve Antonio Xavier de Azevedo da quantia de dezesseis mil reis — 16\$000 — Conta que deve Bernardo Rodrigues Lima da quantia de duzentos e setenta mil reis — 270\$000 — Credito que deve José Fernandes da quantia de sessenta e sete mil e duzentos reis — 67\$200 — Conta que deve Antonio Balbino da quantia de noventa e nove mil seiscentos e trinta e oito reis — 99\$638 — Credito de Lourenço José de Oliveira da quantia de duzentos e quarenta mil reis — 240\$000 — Credito de Bernardino de Sene Araujo a quantia de seiscentos mil reis — 600\$000 — Credito que deve Antonio Felisberto Nogueira da quantia de novecentos e setenta e cinco mil reis — 975\$000 — Credito de José da Cunha Vasconcellos da quantia de duzentos e quarenta mil reis — 240\$000 — Credito que deve Henrique da Cunha Vasconcellos da quantia de quinhentos e oitenta e dous mil quinhentos e sessenta e oito reis — 582\$568 — Credito que deve José Francisco dos Santos Conde da quantia de hum conto seiscentos e dezeseite mil reis — 1:617\$000 — Conta que deve Manuel Francisco Bernardes da quantia de sessenta e trez mil duzentos e noventa reis — 63\$290 — Credito que deve Dionizio José de Moraes da quantia de setecentos e oitenta mil reis — 780\$000 — Credito que deve Antonio Joaquim de Moraes da quantia de trezentos e vinte mil reis — 320\$000 — Credito que deve Manuel Bueno de Moraes da quantia de seiscentos e vinte e sete mil duzentos e setenta e oito reis — 627\$278 — Conta de Joaquim Pedro de Almeida em que deve a quantia de vinte e quatro mil reis — 24\$000 — Credito de Antonio Fagundo da Costa da quantia de oitenta mil reis — 80\$000 — Credito de Domingos José Rodrigues da quantia de hum conto quatrocentos e vinte mil reis — 1:420\$000 — Credito que hé devedor Ricardo Pereira Coutinho a quantia de oitenta e quatro mil reis — 84\$000 — Credito que hé devedor José Gonçalves Castro da quantia de duzentos e cincoenta mil reis — 250\$000 — Conta que deve Luiz Alves de Magalhães da quantia de trezentos e trinta e trez mil seiscentos e oitenta reis com que sai — 333\$280 — Credito que deve José Joaquim de Moraes da quantia de quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e vinte e quatro reis que sai — 586\$224 — Credito que deve Joaquim Lopes da Silva da quantia de duzentos e trinta mil reis que sai — 230\$000 — Credito que deve Custodio José de Oliveira da quantia de duzentos e onze mil reis que sai — 211\$000 — Credito que deve Francisco José Teixeira da quantia de duzentos e trinta e quatro mil reis — 234\$000 — que sai — Credito que hé devedor João Gonçalves de Siqueira da quantia de cento e trez mil reis que sai — 103\$000 — Credito que hé devedor Antonio Joaquim Gomes da quantia de cem mil reis com cuja conta sai 100\$000 — Credito que deve Francisco Joaquim Pereira da

Silva da quantia de dezasette mil e cem reis que saí — 17\$100 — Conta que deve Pedro Manuel José Dias da quantia de dezaseis mil novecentos e sessenta reis que sai — 16\$960 — Conta que hé devedor Francisco Rodrigues de Assis da quantia de trez mil duzentos e oitenta reis — 3\$280 — Credito que hé devedor Dona Joanna Jezuína Pereira da quantia de duzentos e cincoenta mil reis — 250\$000 — Credito em que hé devedor Domingos Theodoro de Azevedo da quantia de hum conto setecentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e oito reis — que sai — 1:742\$798 — Credito que deve José Antonio Duarte da quantia de catorze mil setecentos e vinte reis com que sai — 14\$720 — Conta que deve José Joaquim de Oliveira da quantia de dez mil duzentos e quarenta reis com que sai — 10\$240 — Conta que deve Francisco Joaquim de Araujo Magalhaens da quantia de oito mil cento e cincoenta reis com cuja conta sai — 8\$150 — Conta que deve Manuel Ignacio de Souza da quantia de novecentos e sessenta reis que sai — \$960 — Conta que deve Manuel Coelho da quantia de novecentos e sessenta reis que sai — \$960 — Conta que hé devedor Pedro Marinho da quantia de novecentos e sessenta reis que sai — \$960 — Conta que deve José Maria da Camara a quantia de trez mil quinhentos e vinte reis que sai — 3\$520 — Conta que deve Francisco José Pereira da quantia de trinta e cinco mil quinhentos e noventa reis com que sai — 35\$590 — Conta que deve José Raymundo Barboza da quantia de trez mil seiscentos e noventa e cinco reis — que sai — 3\$595 — Conta que deve Januario de Jezus Siqueira da quantia de dous mil e quatrocentos reis — 2\$400 — Conta que deve Manuel Dias Ferraz da quantia de cinco mil reis — 5\$000 — com cuja conta se saí. — Conta que deve Joaquim da Costa Oliveira da quantia de mil quinhentos e setenta e cinco — 1\$575 — Conta que deve Venancio Official de Justiça da quantia de mil duzentos e oitenta reis — 1\$280 — Conta que deve Manuel José de Araujo Oliveira da quantia de mil cento e quarenta reis — 1\$140 — Conta que deve Manuel dos Passos da Graça da quantia de sette mil trezentos e vinte reis — 7\$320 — Conta que deve Vicente Official de Justiça da quantia de vinte e trez mil quinhentos e quarenta e trez reis com que sai — 23\$543 — Conta que deve Domiciano José Monteiro da quantia de cincoenta e hum mil cento e vinte reis — 51\$120 — Conta que deve Caetano Alves de Magalhaens da quantia de quarenta e cinco mil novecentos e quarenta reis com o que sai — 45\$940 — Obrigação de Joaquim Luiz Nogueira da Gama da quantia de duzentos e cincoenta e nove mil reis com cuja conta sai — 259\$000 — Conta que deve o Goardamor Santos da quantia de sessenta e nove mil e seiscentos reis que sai — 69\$600 — Conta que deve Joaquim Antonio Nogueira da Gama da quantia de vinte mil reis — que sai — 20\$000 — Credito que hé devedor Domingos da Silva

Cyntra da quantia de cento e vinte e cinco mil reis que sai — 125\$000 — Conta que deve Thomaz Joaquim Barboza da quantia de dois mil e quatrocentos reis com que sai — 2\$400 — Credito que hé devedor José Paulino de Araujo da quantia de quarenta mil reis com que sai — 40\$000 — Credito que hé devedor José Alves de Moura da quantia de duzentos e sessenta mil reis — 260\$000 — que sai. Credito que hé devedor Francisco Antonio da Fonseca da quantia de cento e vinte mil reis — 120\$000 — Credito que hé devedor Gabriel Fagundes do Nascimento da quantia de duzentos e quarenta mil reis com cuja conta sai — 240\$000 — Credito que hé devedor José Carlos de Menezes da quantia de cem mil reis com que sai — 100\$000 — Conta que deve Francisco Apolinario de Jezus Silva da quantia de dez mil cento e dez reis — 10\$110 — Credito que hé devedor José Antunes de Castilho da quantia de seiscentos mil reis que sai — 600\$000 — Credito que hé devedor Lourenço Domingues Maciel da quantia de sessenta e cinco mil duzentos e sessenta reis — 65\$26\$ — Credito que hé devedor Gabriel morador na encruzilhada da quantia de cinco mil sette centos e sessenta reis com que sai — 5\$760 — Credito que hé devedor Pereira Coutinho da quantia de hum conto seiscentos e oitenta mil reis com que sai — 1:680\$000 — Credito que hé devedor Antonio Gomes Nogueira Cobra da quantia de cento e vinte mil reis com que sai — 120\$000 — Credito que hé devedor José Ignacio da Cunha da quantia de sessenta e dous mil reis com cuja conta sai — 62\$000 — Credito que hé devedor Francisco Alves da Cunha da quantia de quarenta mil reis — 40\$000 — Credito que hé devedor Severiano Vieira da Silva da quantia de trinta e seis mil e quinhentos reis com que sai — 36\$500 — Conta que deve José Raymundo Barboza da quantia de cento e dez mil reis com que sai — 110\$000 — Credito que hé devedor José Vaz de Almada da quantia de hum conto e novecentos e sessenta mil reis com o que sai — 1:960\$000 — Credito que hé devedor Antonio Alves Pereira da quantia de quinhentos e setenta e dous mil reis com que sai — 572\$000 — Conta que deve Francisco Maximiano da Roxa da quantia de seis mil reis que sai — 6\$000 — Credito que hé devedor Manoel Francisco de Payva da quantia de sette centos e cincoenta mil reis — 750\$000 — Credito que hé devedor José Moutinho da Roxa da quantia de hum conto settecentos e vinte mil reis que sai — 1:720\$000 — Credito que hé devedor José Moutinho da Roxa da quantia de hum conto e quatrocentos mil reis que sai — 1:400\$000 — Credito que hé devedor João Antonio da Silveira da quantia de settenta e oito mil e quinhentos reis — 78\$500 — Credito de Dona Henriqueta Grossenes Douboix a quantia de cento e dezoito mil reis — 118\$000 — Conta que deve Domingos de Oliveira Cerra da quantia de dezasete mil e quinhentos reis com cuja conta sai

— 17\$500 — Credito que hé devedor o mesmo Domingos de Oliveira da quantia digo de Oliveira Cerra da quantia de trezentos e settenta mil reis com que sai — 370\$000 — Credito que hé devedor Manuel Antonio de Freitas da quantia de cem mil reis com que sai 100\$000 — **Dinheiro em cobre** — Assim mais foi visto existir em dinheiro moeda de cobre a quantia de duzentos mil reis com que sai — 200\$000 — E por esta forma ouve elle dito Juiz e Inventariante digo — Huma Letra que deve ao mesmo Inventariado Severino Domiciano dos Reis da quantia de dous contos duzentos e settenta mil reis — 2:270\$000 — E por esta forma ouve ditto Juiz e Inventariante por findo e acabado o lançamento de bens deste Inventario; e para constar fasso este manuscrito em que assigna o Inventariante e eu Gaspar Rodrigues de Macedo Escrivão de Orfaons Vitalicio que o escrevi. Bicudo. Aureliano Baptista Pinto de Almeida. Declçam. — Aos dez dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e trinta e seis decimo quinto da Independencia do Imperio do Brasil nesta Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba fidelissima Comarca de Itu Provincia da Imperial Cidade de Sam Paulo em o Escriptorio de mim Escrivão ao diante nomeado e sendo ahy fasso estes Autos de Inventario concluzos ao Juiz de Ofaons José Bicudo de Almeida para os despachar com for de Justissa; e para constar fasso este termo eu Gaspar Rodrigues de Macedo Escrivão de Orfaons Vitalicio que o escrevi. Czos. — Seja notificado o Testamenteiro para fazer juntar o Testamento neste Inventario, e se lavre termo de entrega do dinheiro e beins constantes deste Inventario ao msmo Testamenteiro João Goalberto de Carvalho, e depois de cumprido fassasse remessa deste Inventario para o Juizo de Orfaons da Villa de Sam João del Rei, ficando o traslado no Cartório. Sorocaba, doze de Março de mil oitocentos e trinta e seis. Bicudo. — Aos doze dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil Oitocentos e trinta e seis decimo quinto da Independencia do Imperio do Brasil nesta Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba fidelissima Comarca de Itu Provincia da Imperial Cidade de Sam Paulo em o Escriptorio de mim Escrivão ao diante nomeado e sendo ahy me foi dado estes Autos de Inventario com o despacho interlocutorio supraretro proferido pelo Juiz de Orfaons José Bicudo de Almeida e mandou que se cumprisse e goardasse como nele se contem e declara. Para constar lavro este termo eu Gaspar Rodrigues de Macedo Escrivão de Orfaons. Vitalicio que o escrevi. — Gaspar Rodrigues de Macedo, Escrivão de Orfaons Vitalicio desta Villa de Sorocaba et cetera — Certifico que nesta Villa em sua propria pessoa notifiquei ao Testamenteiro João Goalberto de Carvalho para fazer juntar o Testamento do falecido Inventariado Tenente Coronel

João Baptista de Almeida neste Inventário, do que elle bem ciente ficou. O referido hé verdade em fé do que me assigno. Sorocaba, doze de Março de mil oitocentos e trinta e seis. Gaspar Rodrigues de Macedo. — Aos doze dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e seis decimo quinto da Independencia do Império do Brasil nesta Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba fidelissima Comarca de Itu Provincia da Imperial Cidade de São Paulo no Escritorio de mim Escrivão ao diante nomeado e sendo ahy junto a estes autos de Inventario o Testamento com que faleceu o Tenente Coronel João Baptista Pinto de Almeida, que hé o que se segue; e para constar lavro este termo eu Gaspar Rodrigues de Macedo, Escrivão de Orfaons Vitalicio que o escrevi. TESTAMENTO: Follhas hua. Tabelião Freire filho. — Em nome de Deos Padre Deos Filho e Deos Espirito Santo, trez Pessoas distintas mas hum só Deos verdadeiro. Eu, João Baptista Pinto de Almeida, estando em meu perfeito juizo e entendimento que Deos Nosso Senhor me deo, e Senhor de minhas faculdades intellectuais mas enfermo, e temendo-me da morte, fasso este meo testamento, e ultima vontade do theor seguinte: Declaro que sou Christão que creio em tudo o que a Santa Igreja Catholica e Apostolica Romana manda crer, e prottesto viver e morrer nesta santa fé onde unicamente podemos achar salvação. Declaro que sou natural e baptizado na Capella da Senhora do Pillar da Villa de Sam João del Rey, filho legitimo de Pedro de Alcantara Almeida e de Dona Maria Joaquina de Magalhaens já fallecidos. Declaro que fui casado com Dona Ritta de Cassia Felicia e Almeida, de quem tive cinco filhos a saber — Aureliano, Pedro, Guilhermina, Elisa e Ritta, que vivem, cuja minha consorte falleceu se procedeu Inventario na predita Villa de Sam João del Rey das Minas Geraes. Declaro que no inter de minha viuvez tive dois filhos naturaes, João e Thomaz, no baptismo dos quaes declarei serem meos filhos. Declaro que depois disto passei a segundas nupcias com Dona Luiza Maria de Noronha de quem tenho trez filhos que são Marianna, Baptista e Mecias, cujos com os antecedentes que venho a ter dez filhos vivos são meos herdeiros e assim os constituo na forma da Lei do Imperio. Declaro que minha consorte sabe os bens que possuímos, e hé fidedigna de crédito sobre tal objeto. Declaro que procimamente comprei huma Fazenda por catorze contos de réis a Zeferrino José dos Santos ao pé do arraial de Sam Vicente, da qual resto cinco contos, faltando inda dar meo vendedor alguns titulos das partes que me vendeo, o que tudo melhor se verá numa relação que fez o Capitão Francisco Correa Nunes com aqueles já assignado o vendedor deverá por isso passar os titulos datados ao tempo da venda. Declaro que tudo quanto devo hé por clareza e humas pequenas quantias ao mano Paulo, e Sabino de Almeida,

e Luiz Alvares e Martiniano. Declaro que o que se me deve desses negocios de Bestas hé tudo por créditos que se achão comigo em huma malinha e só faltão trez que deixei a Martiniano Severo de Barros e Zeferino José dos Santos para se cobrarem. Declaro que nomeio por meos Testamenteiros nesta Villa nomeio ao Senhor João Goalberto de Carvalho e Francisco de Assis Ribeiro, os quaes tomarão conta de meos beins, os que aqui tenho, e entregarem os remanescentes a meos filhos para fazerem suas compras, que serão ordenadas pelos mesmos meos Testamenteiros, cujos capitais entrego a meos Testamenteiros por huma relação. Em Minas nomeio por meos Testamenteiros a minha mulher, a quem authorizo para Tutora de meos filhos e adjunto para os dois peritos Martiniano Severo de Barros e em segundo lugar a mesma minha mulher com João Martins de Carvalho adjunto aos dois quezitos; aos quaes dou todos os meus poderes e Mandado geral e especial quão bastante de direito se requer. Quero que o meo enterro seja feito a elleição de meos Testamenteiros, mas sem pompa. Declaro que dou dois annos a meos Testamenteiros para darem conta deste meo Testamento. Declaro que tenho negocios com meos filhos Aureliano e Pedro, cujos se achão por assento meo o qual se cumprirá, no mesmo se entenderá com meo Genro Francisco José de Alvarenga. E desta forma hei por findo o meo Testamento feito em meo rogo por Antonio Bernardo que sendo-me lido achei conforme o que havia notado, e por isso assigno nesta Villa de Sorocaba aos cinco de Março de mil oitocentos e trinta e seis, e eu Antonio Bernardo de Arruda Camello o escrevi. Declaro que achando-me impossibilitado para assignar, pedi ao Reverendo Vigário da Vara para assignar por mim, digo o Reverendo Romualdo José Paes, era *ut supra*. Assigno a rogo do Tenente Coronel João Baptista Pinto de Almeida — Romualdo José Paes. Como testemunha que este fiz e vi assignar o Reverendo Vigário da Vara a rogo —

«A IMPRENSA PERIÓDICA DE SÃO PAULO», DE AFONSO A. DE FREITAS, POSTA EM ORDEM ALFABÉTICA

CÉLIO DEBES

No volume de sua Revista, lançado ao ensejo do vigésimo aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, veio inserto trabalho destinado a se tornar clássico. Trata-se de a “A Imprensa Periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914”, de autoria de Afonso Antonio de Freitas (1870-1930). Obra alentada, veio a lume em 1915. Agasalhou-a não só o volume XIX da Revista, como também, no mesmo ano, publicação a parte, em tomo volumoso, impresso na tipografia do “Diário Oficial”.

“A imprensa Periódica”, em que pesem os onze lustros que nos separam de sua publicação, é roteiro seguro, imprescindível, a quantos se interessam pela História da cidade de São Paulo. Não satisfeito com o agigantado esforço empreendido, catalogando cerca de um milhar e meio de verbetes, aditou-lhe um suplemento em que corrigiu enganos e enumerou outros órgãos que lhe haviam escapado (Revista do IHGSP, vol. 25, pags. 445-490).

Afonso de Freitas não foi o precursor na efetivação de trabalho dessa natureza. Precedeu-o Lafaiete de Toledo (Revista do Instituto, volume III), com “Imprensa Paulista”, de que aquêle se valeu, mas dilatou — dentro da limitação no espaço que se impôs — e glosou. No entanto, êste empreendimento do autor de “Tradições e Reminiscências Paulistanas” surgiu com o sinete das obras perenes. Tudo o que sôbre o assunto se escreveu depois, não teve o mérito de superá-lo. No gênero, o que existe, ainda que marcado pelo esforço dos empreendedores, é lacunoso e por demais suscinto. A beneditina emprêsa encetada pelo antigo Presidente do Instituto bem que merece um continuador que, com o mesmo escrúpulo daquele, a atualize.

Não obstante a grandeza da realização de Afonso de Freitas, o exame de seu trabalho — se o tomarmos como obra de consulta — é afanoso. Elaborado sob o critério cronológico, demanda, para a localização de um jornal de que só se conheça o nome, o manuseio de suas oitocentas e treze páginas.

A fim de obviar essas dificuldades, durante a realização de pesquisas que temos levado a efeito, deliberamos ordenar segundo a sequência do alfabeto, os títulos arrolados em "A Imprensa Periódica". Trata-se de uma relação despida de méritos maiores do que o de um simples tentamen para facilitar a consulta da obra.

Não obstante sua elaboração ter visado àquele objetivo restrito, cremos que possa tornar mais amena e menos morosa a utilização desse trabalho clássico de nossas letras históricas, para quantos dêle se socorrem.

Por isso, bem como numa homenagem à memória de seu consagrado autor — na oportunidade em que transcorre o centenário de seu nascimento — e numa demonstração da atualidade de seu livro, nos abalançamos a dar à publicidade a relação que se segue, e que se destinava a uma utilização meramente pessoal.

Devemos esclarecer que respeitamos a ortografia do original. Aliás, ver-se-á que a grafia da mesma palavra aparece de modos diversos, de acôrdo com o título de cada jornal. Para esclarecer a qual dêles nos referimos, em caso de duplicidade ou maior repetição de nomes, fazemos seguir cada verbete da data em que foi lançado seu primeiro número. Depois da data, registramos o número de ordem que o jornal recebeu, na classificação cronológica. É por êste número que se localizará a publicação, tanto na Revista como no volume à parte em que foi estampada "A Imprensa Periódica".

Tendo em vista a existência de publicações diversas com a mesma denominação, editadas, inclusive, no mesmo ano, como ocorre com as "Poliantéias", a simples indicação do milésimo em que vieram a lume não bastou para individuá-las, pelo que nos servimos de outros expedientes para atingir a êste fim (cf. "Polyanthéa", 1902, registradas sob os números 945 e 956).

É de se notar, ainda, que Afonso de Freitas não se ateve aos limites que a designação de sua festejada obra sugere: "Imprensa Periódica". Registrou, ao lado das publicações que dizem de perto com a epígrafe a que se subordina o livro, outras editadas com a finalidade exclusiva de celebrar um acontecimento, ou lembrar uma data, exaurindo-se ao seu simples aparecimento. Constitui mostra disso a "Homenagem a Victor Hugo", inventariado sob o número 909. Bem andou, porém, Afonso de Freitas ao estravazar as lindes que do nome de seu avantajado e precioso trabalho defluem. Salvou do esquecimento inúmeras publicações e registrou hábitos que, não fôra o aparente excesso, ter-se-iam perdido no olvido a que o suceder das gerações condena os usos e costumes vigentes ao tempo das que as precederam.

A

- Abolição (A) - (1884) - 297
Abolição - (1888) - 400
Academia (A) - (1856) - 72
Academia de S. Paulo (A) - (1876)
- 192
Academico (O) (1868) - 148
Academico (O) - (1900) - 817
Academico do Sul (O) - (1857) - 74
Academiis - (1877) - 209
Acayaba (O) - (1852) - 54
Actualidade (A) - (1907) - 1220
Adolescente (O) - (1887) - 372
Agricultura Paulista (L') - (1913)
- 1425
Afkar (AL) - (1903) - 1034
Alarma - (1895) - 654
Alarma (O) - (1900) - 813
Album Illustrado - (1905) - 1123
Album Imperial - (1906) - 1171
Album das Meninas - (1898) - 739
Alarme (O) - (1901) - 1325
Albor (O) - (1904) - 1035
Album Paulista - (1904) - 1036
Aljava (A) - (1902) - 939
Allioth (O) - (1886) - 340
Alvião (O) - (1904) - 1043
Alvorada (A) - (1899) - 791
Alvorada - (1903) - 1015
Alvorada (A) - (1909) - 1315
Alvorada - (1913) - 1420
Amador Dramatico (O) - (1908) -
1280
America - (1913) - 1437
America (O) - (1905) - 1124
Americano - (1844) - 31
Americano (O) - (1874) - 182
Americano (O) - (1881) - 243
Amico Delle Famigli - (1893) - 585
Amico de Lavoratore (L') - (1902)
- 937
Amigo das Letras - (1830) - 5
Amigo do Povo - (1890) - 484
Amigo do Povo (O) - (1902) - 965
Amor (O) - (1886) - 354
Amor (O) (1898) - 745
Amor (O) - (1909) - 1327
Amigo da Religião (O) - (1855) - 68
Anhanguera (O) - (1869) - 153
Anima et Vita - (1905) - 1101
Annaes do Ensaio Academico -
(1862) - 108
Annel (O) - (1897) - 724
Antarctica Illustrada - (1904) - 1049
Anti-Clerical - (1905) - 1152
Apostolo - (1865) - 132
Aprendiz (O) - (1902) - 964
Ar-Rimouz - (1902) - 968
Arado (O) - (1882) - 264
Arado (O) - (1898) - 750
Arassoyaba (O) - (1857) - 75
Arauto (O) - (1890) - 468
Arauto - (1896) - 688
Arauto (O) - (1898) - 732
Arauto (O) - (1907) - 1249
Arcadia - (1901) - 875
Arcadia Academica - (1901) - 854
Arcadia Paulistana - (1857) - 78
Archivo Illustrado (O) - (1899) - 784
Archivo Juridico e Litterario -
(1868) - 150
Archivo Litterario - (1865) - 131
Archivo da Sociedade de Medicina e
Cirurgia de S. Paulo - (1910)
- 1352
Arco Iris - (1905) - 1102
Argus - (1907) - 1252
Arlequim (O) - (1906) - 1185
Arara - (1905) - 1122
Arrebol (O) - (1849) - 39
Artangnan (D') - (1913) - 1436
Arte (A) - (1890) - 473
Arte (A) - (1900) - 822
Arte-Natureza - (1908) - 1255
Arte e Sport - (1903) - 1022
Asino (L') - (1901) - 872
Asino (L') - (1902) - 938
Asino Umamo (L') - (1893) - 576
Asno (O) - (1909) - 1321
Aspirante - (1886) - 362
Aspirante (O) - (1889) - 435
Assistencia Medica - (1908) - 1289
Assmahy (AL) - (1898) - 757

- Astro (O) - (1908) - 1260
 Athenéa - (1914) - 1468
 Atheneu Paulista (O) - (1890) - 480
 Athleta (O) - (1901) - 887
 Auctoridade - (1896) - 660
 Aurora (A) - (1892) - 525
 Aurora (A) - (1903) - 1009
 Aurora - (1904) - 1092
 Aurora - (1905) - 1107
 Aurora Juvenil - (1892) - 529
 Aurora Paulistana (A) - (1851) - 51
 Automovel (O) - (1909) - 1308
 Autonomista (O) - (1892) - 540
 Avanti - (1900) - 830
 Ave Maria - (1898) - 761
 Avisador (O) - (1888) - 410
 Avisador (O) - (1893) - 570
 Avvenire (L') - (1894) - 591
 Azeite (O) - (1903) - 995
 Azione Anarchica (L') - (1900) - 837
 Azorrage (O) - (1858) - 83
 Azul (O) - (1898) - 752
 Azzurra (L') - (1913) - 1429
- B**
- Bacalhau (O) - (1893) - 566
 Badaló (O) - (1897) - 721
 Balança do Povo (A) - (1903) - 977
 Banana (A) - (1896) - 693
 Banana Freguezes - (1897) - 710
 Bandeira Brasileira (A) - (1907) - 1223
 Bandeira Portuguesa (A) - (1906) - 1176
 Bandeirante (O) - (1892) - 548
 Bandeirante (O) - (1900) - 821
 Bandeirante (O) - (1903) - 973
 Bandeirante (O) - (1908) - 1285
 Battaglia (LA) - (1904) - 1074
 Beija Flor (O) - (1899) - 787
 Beijinho - (1890) - 488
 Bernardo Guimarães - (1884) - 299
 Bestia Umana - (1893) - 583
 Bicho (O) - (1909) - 1323
 Bicycleta (A) - (1896) - 683
 Bierzeitung - (1902) - 966
 Bilontra (O) - (1887) - 369
 Bilontra (O) - (1900) - 819
 Binoculo (O) - (1879) - 224
 Binoculo (O) - (1880) - 227
 Binoculo (O) - (1905) - 1130
 Binoculo (O) - (1914) - 1471
 Bios - (1896) - 682
 Birichina (LA) - (1896) - 686
 Bisturi (O) - (1888) - 418
 Boa Imprensa - (1907) - 1216
 Boa-Semente - (1906) - 1174
 Boccacio (Ao) - (1885) - 323
 Bogari - (1896) - 681
 Bogari (O) - 1911) - 1377
 Bohemia (A) - (1896) - 674
 Bohemio (O) - (1881) - 250
 Bohemio (O) - (1887) - 386
 Bohemioi (O) - (1896) - 671
 Bohemio (O) - (1901) - 870
 Boi (O) - (1897) - 714
 Bola (A) - (1902) - 929
 Boletim (O) - (1891) - 512
 Boletim (O) - (1911) - 1365
 Boletim Commercial - (1905) - 1113
 Boletim da Comissão Geographica - (1889) - 431
 Boletim do Departamento Estadual do Trabalho - (1912) - 1407
 Boletim da Devoção de S. José - (1906) - 1183
 Boletim da Grande Loja de S. Paulo - (1893) - 574
 Boletim do Instituto de Sciencias e Letras - (1907) - 1230
 Boletim Mensal de Estatistica Demographo Sanitaria - (1894) - 593
 Boletim Official - (1904) - 1044
 Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia - (1895) - 633
 Boletin de La Sociedad Española de Socorros Mutuos E (sic) Instruccion - (1902) - 919
 Bolina (O) - (1900) - 841
 Bolletino Ufficiale Della Camera Italiana - (1894) - 611
 Bom Pastor (O) - (1889) - 457
 Bomba (A) - (1903) - 1006

- Bomba (A) - (1908) - 1286
 Bonus da Liga Contra a Tuberculose
 - (1903) - 1014
 Borboleta (A) - (1869) - 155
 Borboleta - (1874) - 180
 Borboleta (A) - (1898) - 734
 Borboleta (A) - (1899) - 796
 Brado da Patria (O) - (1865) - 129
 Brasil (O) - (1896) - 675
 Brasil (O) - (1899) - 779
 Brasil (O) - (1909) - 1322
 Brasil (O) - (1910) - 1343
 Brasil a Portugal (DO) - (1914) -
 1444
 Vide **Brazil**
 Brasiliense (O) - (1908) - 1189
 Braz (O) - (1895) - 641
 Braz Cubas - (1890) - 487
 Braz de Hoje (O) - (1905) - 1169
 Braz Moderno (O) - (1905) - 1116
 Braz-S. Paulo - (1902) - 947
 Braza (A) - (1889) - 451
 Braza (A) - (1897) - 726
 Brazil (O) - (1889) - 434
 Brazil Contemporaneo - (1886) - 355
 Brazil Express - (1907) - 1245
 Brazil-Hespanha - (1885) - 313
 Brazil Philatelico - (1882) - 269
 Brazil Seraphico (O) - (1904) - 1091
 Brasileiro (O) - (1885) - 314
 Brasileiro (O) - (1898) - 759
 Brecha (A) - (1913) - 1427
 Briza (A) - (1899) - 780
 Bromoformio (O) - (1904) - 1100
 Bufo (O) - (1898) - 744
 Bulletin Français (LE) - (1895) -
 650
 Buraco (O) - (1894) - 600
 Buraco (O) - (1901) - 852
 Buscapé (O) - (1894) - 612
- C**
- Cá-Irá!... - (1882) - 266
 Cá e Lá - (1908) - 1295
 Cabrião - (1866) - 139
 Cabrião (O) - (1897) - 720
 Cabrião - (1912) - 1397
 Café (O) - (1901) - 862
 Caixeiro (O) - (1883) - 287
 Caixeiro (O) - (1884) - 305
 Caixeiro (O) - (1894) - 608
 Caixeiro Viajante - (1893) - 564
 Caixeiro Viajante - (1895) - 643
 Camaleão (O) - (1906) - 1182
 Cambo de Ouro (O) - (1904) - 1063
 Camelia (A) - (1854) - 1489 (vide
 Suplemento)
 Camelia (A) - (1890) - 466
 Campanha di Piedigrotta (La) -
 (1900) - 829
 Campeão do Estado (O) - (1900) -
 832
 Canudo (O) - (1885) - 335 (vide Su-
 plemento)
 Canudo (O) - (1897) - 707
 Capital (A) - (1893) - 581
 Capital (A) - (1900 — publicação
 indeterminada) - 810
 Capital (A) - (1900 - folha republi-
 cana) - 824
 Capital (A) - (1912) - 1400
 Capital Paulista - (1899) - 790
 Capitan Fracassa - (1897) - 713
 Character (O) - (1910) - 1351
 Carlista (O) - (1910) - 1354
 Cara-Dura - (1900) - 823
 Caridade (A) - (1885) - 327
 Caridade (A) - (1904) - 1078
 Caridade (A) - (1906) - 1202
 Cariade (A) - (1913) - 1416
 Carne - (1905) - 1165
 Casa Eclecticca - (1883) - 283.
 Castor (O) - (1913) - 1432
 Castro Alves - (1881) - 249
 Catholico (O) - (1903) - 975
 Catholico (O) - (1876) - 199
 Cavaleiro da Cruz (O) - (1907) -
 1233
 Ceciliana (A) - (1897) - 722
 Ceciliano (O) - (1911) - 1385
 Cenaculo (O) - (1890) - 476
 Censor (O) - (1845) - 34
 Centro Industriale e Commerciale
 Italiano - (1876) - 201

- Certamen (O) - (1888) - 415
 Chacaras e Quintaes - (1909) - 1332
 Chaleira (A) - (1909) - 1317
 Chapeleiro (O) - (1903) - 1028
 Chibata (A) - (1914) - 1459
 Chimaphilla Alba (A) - (1898) - 758
 Chiciotte (Don) - (1911) - 1376
 Chromo (O) - (1899) - 801
 Chromo (O) - (1906) - 1203
 Chronica (A) - (1908) - 1258
 Chronica (A) - (1914) - 1457
 Chronica Sportiva Illustrada (A) - (1914) - 1460
 Chrysalida (A) - (1869) - 152
 Chrysalida - (1874) - 181
 Chrysalida - (1891) - 519
 Cidade do Braz (A) - (1907) - 1226
 Cidade de S. Paulo - (1891) - 499
 Cidade de S. Paulo - (1902) - 944
 Cidade de S. Paulo (A) - (1905) - 1118
 Cigarra (A) - (1914) - 1447
 Cipó Lactescente - (1877) - 203
 Cittadino Italiano - (1890) - 489
 Clarim (O) - (1896) - 664
 Clarim (O) - (1906) - 1173
 Clarim Saquarema (O) - (1851) - 48
 Claro - (1887) - 387
 Clava (A) - (1901) - 864
 Coaracy (O) - (1875) - 185
 Colibri - (1870) - 162
 Colibri (O) - (1898) - 746
 Colbiri (O) - (1904) - 1096
 Colombo - (1906) - 1201
 Colono Italiano (IL) - (1908) - 1291
 Colono Italiano Al Brasile (IL) - (1902) - 904
 Combate (O) - (1881) - 242
 Combate (O) - (1903) - 986
 Combate (O) - (1906) - 1199
 Comedia (A) - (1881) - 240
 Comedia (A) - (1887) - 388
 Comedia (A) - (1902) - 911
 Cometa (O) - (1886) - 356
 Cometa (O) - (1893) - 563
 Cometa (O) - (1910) - 1347
 Commercial (O) - (1851) - 52
 Commercial (O) - (1887) - 381
 Commercial (O) - (1902) - 953
 Comerciante Pratico e Moderno (O) (1914) - 1478
 Commercio (O) - (1892) - 532
 Commercio (O) - (1901) - 846
 Commercio do Braz (O) - (1905) - 1146
 Commercio e Industria - (1903) - 972
 Commercio e Industria (IL) - (1904) - 1057
 Commercio de S. Paulo (O) - (1881) 254
 Commercio de S. Paulo (O) - (1893) - 560
 Commercio da Semana (O) - (1903) - 987
 Compilador Paulistano (O) - (1852) - 57
 Concordia (A) - (1904) - 1080
 Condor (O) - (1903) - 1008
 Condor (O) - (1906) - 1198
 Conquistador (O) - (1902) - 912
 Consciência (A) - (1876) - 193
 Conselho (O) - (1897) - 697
 Conselho (O) - (1898) - 767
 Conservador (O) - (1850) - 47
 Constitucional (O) - (1852) - 58
 Constitucional (O) - (1861) - 104
 Constitucional (O) - (1871) - 166
 Constitucional (O) - (1897) - 712
 Constituinte (A) - (1879) - 222
 Constituinte (A) - (1881) - 239
 Contemporaneo (1896) - 690
 Cordão (O) - (1899) - 778
 Correo Español - (1891) - 517
 Correo - (1906) - 1196
 Correo do Brasil - (1910) - 1349
 Correo do Congresso - (1909) - 1320
 Correo da Exposição - (1902) - 951
 Correo Nacional - (1895) - 625
 Correo da Noite - (1905) - 1142
 Correo Paulistano - (1831) - 6
 Correo Paulistano - (1854) - 65 (vi-
 de Suplemento)

Coreio da Semana - (1910) - 1346
 Correio Sul Americano - (1891) - 518
 Correio da Tarde - (1901) - 899
 Correspondencia - (1835) - 14
 Corriere Illustrato - (1908) - 1288
 Corriere D'Italia - (1880) - 223
 Corriere Italiano - (1904) - 1046
 Coruja (A) - (1873) - 177
 Courrier Français (LE) - (1914) - 1477
 Crença (A) - (1873) - 174
 Crença (A) - (1901) - 867
 Crença Schismatica - (1864) - 126
 Crepusculo (O) - (1852) - 55
 Cri-Cri - (1907) - 1247
 Criador Paulista (O) - (1906) - 1177
 Cristoforo Colombo - (1900) - 809
 Criterium - (1910) - 1364
 Critica - (1889) - 422
 Cronaca (LA) - (1906) - 1179
 Cronaca Italiana (LA) - (1897) - 695
 Cronache - (1901) - 858
 Cruz (A) - (1904) - 1066
 Cruzeiro (O) - (1900) - 827
 Cruzeiro do Sul - (1855) - 66
 Crystalida (A) - (1890) - 471
 Chrysalida (A) - (1890) - 471
 Chrysalida - (1907) - 1124
 Crysol (O) - (1904) - 1090

D

Dahlia - (1894) - 599
 Democracia - (1867) - 141
 Democracia (A) - (1885) - 320
 Democracia (A) - (1889) - 448
 Democracia Federal (O) - (1895) - 624
 Despertador Christão (O) - (1851) - 53
 Destino (O) - (1901) - 1494
 Deutsch-Brasilianische Presse - (1891) - 500
 Deutsche-Zeitung - (1897) - 717
 Dia (O) - (1909) - 1313
 Diabo Coxo - (1864) - 123

Diario do Braz - (1914) - 1465
 Diario Commercial - (1905) - 1119
 Diario do Commercio - (1890) - 477
 Diario Español (EL) - (1898) - 764
 Diario Illustrado - (1911) - 1374
 Diario Liberal - (1885) - 390
 Diario da Manhã - (1878) - 215
 Diario da Manhã - (1881) - 251
 Diario da Manhã - (1909) - 1310
 Diario da Manhã - (1913) - 1411
 Diario dos Mensageiros - (1905) - 1112
 Diario Mercantli - (1884) - 290
 Diario de Noticias - (1887) - 384
 Diario Official - (1891) - 502
 Diario Popular - (1884) - 306
 Diario da Praça - (1901) - 856
 Diario de S. Paulo - (1865) - 133
 Diario de S. Paulo - (1883) - 270
 Diario de São Paulo - (1898) - 766
 Diario de S. Paulo (O) - (1909) - 1336
 Diario da Tarde - (1894) - 594
 Diavolo Nero - (1892) - 531
 Direito e Letras - (1878) - 214
 Direito do Povo (O) - (1901) - 898
 Discipulo (O) - 1882) - 263
 Discipulo (O) - (1888) - 414
 Dois de Dezembro - (1860) - 103
 Dois de Dezembro - (1907) - 1246
 Domingo (O) - (1886) - 353
 Domingo (O) - (1899) - 782
 Dezesseis de Julho - (1868) - 149
 2 x 2 - (1908) - 1282
 Dose de Maio (O) - (1863) - 117
 Dzwon Polski - (1906) - 1212

E

Écho (O) - (1914) - 1486
 Écho Phonographico - (1901) - 897
 Écho Portuguez - (1897) - 705
 Échos Theatraes - (1895) - 636
 Écho Von Brasilien - (1890) - 467
 Vide Écho
 Eclairer (L') - (1895) - 642
 Ecletico (O) - (1891) - 510

- Éco Del Braz (L') - (1904) - 1093
 Éco D'Italia - (1882) - 261
 Economista (O) - (1901) - 859
 Economizadora Paulista (A) -
 (1908) - 1298
 Eden Revista - (1903) - 1419
 Educação - (1875) - 184
 Educação - (1902) - 924
 Eia Sus! - (1872) - 169
 Embryão (O) - (1881) - 253
 Empreza Jornalística - (1910) - 1360
 Engrossador (O) - (1899) - 800
 Ensaio (O) - (1886) - 349
 Ensaio Juvenil - (1864) - 125
 Ensaio Litterario - (1879) - 218
 Ensaio de Critica Juliciaria -
 (1907) - 1221
 Ensaio Litterarios - (1847) - 35
 Ensaio Litterarios do Atheneu Pau-
 listano - (1852) - 56 (Vide Su-
 plemento)
 Ensaio da Sociedade Brasilia -
 (1859) - 87
 Entr'Acto (O) - (1881) - 244
 Entre-Acto - (1898) - 754
 Época (A) - (1863) - 118
 Época (A) - (1902) - 927
 Época (A) - (1911) - 1386
 Época (A) - (1914) - 1456
 Epocha (A) - (1897) - 711
 Epocha (A) - (1899) - 798
 Era - (1893) - 586
 Esboços Litterarios - (1860) - 101
 Escandalizado (O) - (1840) - 23
 Escandalo (O) - (1888) - 413
 Eschola Publica (A) - (1894) - 603
 Escola (A) - (1904) - 1052
 Escola de Commercio (A) - (1889) -
 452
 Escola de Commercio - (1907) - 1231
 Escola Moderna (A) - (1909) - 1330
 Escola Parnasiana (A) - (1889) -
 453
 Escorpião (O) - (1841) - 26
 Escova (A) - (1894) - 607
 Esforçador (O) - (1905) - 1104
 Esforço (O) - (1904) - 1089
 Esforço Christão (O) - (1901) - 879
 Esmeralda - (1872) - 171
 Esmeralda (A) - (1900) - 839
 Espelho da Assembleia (O) - (1858)
 - 80
 Esperança (A) - (1862) - 110
 Esperança (A) - (1903) - 988
 Esperia Sport - (1905) - 1158
 Esphinge (A) - (1913) - 1428
 Espiritualismo Sentimental -
 (1886) - 361
 Estado de S. Paulo (O) - (1890) -
 461 (Vide, também, 183)
 Estandarte (O) - (1893) - 559
 Estandarte Catholico (O) - (1900) -
 833
 Estilete (O) - (1893) - 587
 Estimulo (O) - (1906) - 1214
 Estréia (A) - (1889) - 430
 Estrella do Mar - (1909) - 1305
 Estudante (O) - (1867) - 142
 Estudante (O) - (1903) - 1004
 Estudo (O) - (1889) - 454
 Estudo (O) - (1909) - 1309
 Evolução - (1880) - 230
 Evolução (A) - (1896) - 684
 Evolução (A) - (1908) - 1281
 Evolução Agricola (A) - (1909) -
 1333
 Evolucionista (O) - (1887) - 378
 Excelsior - (1904) - 1084
 Excursionista (O) - (1911) - 1391
 Exercicios Literarios do Club Scien-
 tifico - (1859) - 88
 Expição (A) - (1892) - 534
 Expositor Christão - (1887) - 393
- F
- Vide palavras grafadas com PH
 F.F. e R.R. - (1890) - 486
 Faca (A) - (1897) - 716
 Faculdade (A) - (1900) - 828
 Faisca (A) - (1908) - 1300
 Faisca (O) - (1893) - 571
 Familia Latina (LA) - (1914) -
 1482

- Família (A) - (1888) - 419
 Fanal (O) - (1885) - 339
 Fanfarra (A) - (1889) - 429
 Fanfarra (A) - (1911) - 1390
 Fanfulla - (1893) - 576
 Farfalla (LA) - (1904) - 1061
 Faro (IL) - (1906) - 1181
 Farol Constitucional - (1844) - 32
 Farol Paulistano (O) - (1827) - 2
 Farpa (A) - (1887) - 371
 Farpa (A) - (1900) - 835
 Farpa (A) - (1910) - 1341
 Fata Lubanu (sic) - (1914) - 1466
 Fazendeiro (O) - (1908) - 1257
 Federação (A) - (1891) - 511
 Federação (A) - (1911) - 1375
 Federalista - (1832) - 10
 Federalista (O) - (1890) - 229
 Federalista (O) - (1888) - 408
 Fernet-Branca - (1903) - 1010
 Fiat-Lux (1902) - 936
 Ficcanaso (IL) - (1895 - «Giornale
 umorístico satirico dela domeni-
 ca») - 626
 Ficcanaso (IL) - (1895 - «Giornale
 settimanale intransigente) - 627
 Fieramosca - (1902) - 900
 Filhinho (O) - (1896) - 689
 Fim do Seculo (O) - (1897) - 725
 Financeiro - (1881) - 238
 Fiore (IL) - (1908) - 1278
 Flecha (A) - (1902) - 908
 Flora - (1902) - 905
 Folha (A) - (1890) - 474
 Folha Academica (A) - (1889) - 455
 Folha Academica - (1892) - 537
 Folha do Braz - (1898) - 730
 Folha Nova (A) - (1901) - 890
 Folha Nova - (1904) - 1039
 Folha Paulista - (1884) - 288
 Folha Paulista - (1885) - 321
 Folha Paulista - (1892) - 527
 Folha do Povo - (1908) - 1261
 Folha da Tarde (A) - (1883) - 285
 Folleto - (1910) - 1345
 Folli (I) - (1904) - 1058
 Follia (LA) - (1909) - 1340
 Forche Gaudine (LE) - (1892) - 545
 Forum (O) - (1898) - 736
 Forum Literario - (1861) - 106
 France au Brésil - (1891) - 520
 Freie Press - (1889) - 458
 Fru-Fru - (1903) - 992
 Fulmine (IL) - (1889) - 437
 Funcionario - (1888) - 403
 Furão (O) - (1914) - 1461
 Furinho (O) - (1901) - 848
 Futuro - (1880) - 235
 Futuro (O) - (1844) - 33
 Futuro (O) - (1862) - 109
 Futuro (O) - (1885) - 315
 Futuro (O) - (1889) - 456
- G**
- Gaceta Española (La) - (1897) - 704
 Gaiato (O) - (1905) - 1132
 Gaita (A) - (1895) - 615
 Galeria Illustrada - (1887) - 383
 Ganganelli (O) - (1885) - 326
 Gargalhada (A) - (1909) - 1312
 Gargalhada (A) - (1914) - 1476
 Garibaldi - (1870) - 63
 Garibaldi (IL) - (1885) - 319
 Garoto (O) - (1899) - 766
 Garoto (O) - (1900) - 845
 Gasparinho (O) - (1893) - 567
 Gatilho (O) - (1908) - 1299
 Gato (O) - (1896) - 659
 Gavroche - (1912) - 1408
 Gazeta (A) - (1906) - 1188
 Gazeta Clinica - (1903) - 969
 Gazeta Artistica - (1909) - 1337
 Gazeta do Braz - (1891) - 521
 Gazeta do Braz - (1898) - 736
 Gazeta Commercial - (1882) - 268
 Gazeta Commercial e Financeira -
 (1914) - 1454
 Gazeta Juridica - (1893) - 561
 Gazeta Liberal - (1883) - 284
 Gazeta Paulista - (1893) - 588
 Gazeta da Penha - (1914) - 1448
 Gazeta do Povo - (1879) - 223

Gazeta do Povo - (1909) - 1339
 Gazeta de S. Paulo - (1881) - 236
 Gazeta de S. Paulo - (1895) - 623
 Gazeta de S. Paulo - (1903) - 978
 Gazeta Sportiva - (1898) - 737
 Gazetinha (A) - (1884) - 300
 Gazzeta Del Popolo - (1899) - 803
 Gazzetino (IL) - (1906) - 1206
 Gazzetino Verde (IL) - (1905) - 1114
 Germania - (1878) - 212
 Germinal - (1902) - 906
 Gigolette (LA) - (1913) - 1430
 Gigolo (O) - (1913) - 1418
 Gil Braz - (1903) - 1000
 Gimnasial (O) - (1909) - 1319
 Giornale Degli Italiani (IL) - (1913) - 1435
 Giorno (IL) - (1903) - 1031
 Giorno (IL) - (1904) - 1098
 Gira-Sol (O) - (1901) - 883
 Gironda (A) - (1881) - 237
 Giustizia - (1893) - 569
 Giz (O) - (1894) - 605
 Globo (O) - (1901) - 847
 Gogna (LA) - (1902) - 949
 Governista (O) - (1842) - 30
 Gregorio - (1891) - 522
 Grillo (O) - (1907) - 1248
 Grillo Di Flora (IL) - (1905) - 1145
 Grito do Operario (O) - (1912) - 1399
 Grito dos Pobres (O) - (1889) - 423
 Grito do Povo (O) - (1888) - 405
 Grito do Povo (O) - (1899) - 783
 Grito do Povo (O) - (1901) - 895
 Grito do Povo (O) - (1914) - 1475
 Grito Del Pueblo (EL) - (1899) - 792
 Guarany (O) - (1897) - 698
 Guarany (O) - (1898) - 765
 Guarda Nacional (O) - (1864) - 65
 Guarda Nacional Paulista (O) - (1840) - 24
 Guayaná - (1856) - 71
 Guaycuru (O) - (1860) - 102
 Guerra (A) - (1914) - 1472
 Guerra Europea (A) - (1914) - 1473

H

Hausfreund (DER) - (1900) - 812
 Heraldo (EL) - (1892) - 546
 Homenagem a Mons. Dr. Francisco de Paula Rodrigues - (1914) - 1462
 Homenagem à Independencia Nacional - (1884) - 298
 Homenagem a Victor Hugo - (1902) - 909
 Holophote - (1894) - 592
 Honra (A) - (1853) - 60
 Hora (A) - (1913) - 1431
 Humanitaria (A) - (1896) - 692
 Hydecroft (O) - (1902) - 959

I

Iberia (LA) - (1894) - 602
 Idéa (A) (1904) - 1076
 Idéa (A) - (1906) - 1194
 Idéa (A) - (1909) - 1314
 Idéa Nova - (1906) - 1186
 Ideal (O) - (1903) - 1020
 Ideal - (1911) - 1372
 Ideal Commercial (O) - (1905) - 1162
 Ideal Sport Club - (1905) - 1103
 Idealista (O) - (1903) - 976
 Idéia (A) - (1879) - 220
 Idéia (A) - (1883) - 276
 Ihering - (1882) - 255
 Ilustração (A) - (1894) - 606
 Ilustração (A) - (1899) - 786
 Ilustração Americana - (1914) - .. 1451
 Ilustração Brasileira (A) - (1903) - 998
 Ilustração Paulista - (1881) - 241
 Ilustração Paulista - (1893) - 568
 Ilustração Paulista (A) - (1910) - 1362
 Illustrazione Coloniale - (1914) - 1449
 Illustrazione Italo Brasiliana (L') - (1906) - 1175

- Imigrante (L') - (1885) - 307
 Imigrante (O) - (1894) - 604
 Imigrante (O) - (1908) - 1259
 Imparcial (O) - (1897) - 706
 Imparcial (O) - (1903) - 1027
 Imparcial (O) - (1868) - 151
 Imparcial (O) - (1908) - 1297
 Império (O) - (1899) - 777
 Imprensa (A) - (1905) - 1141
 Imprensa Academica - (1864) - 122
 Imprensa Academica - (1901) - 881
 Imprensa Academica - (1906) - 1191
 Imprensa Evangelica - (1864) - 127
 Imprensa Juvenil - (1870) - 160
 Imprensa Paulista (A) - (1859) - 86
 Improviso (O) - (1907) - 1250
 Independencia (A) - (1868) - 147
 Independente (O) - (1853) - 59
 Independencia - (1914) - 1463
 Independente (L') - (1904) - 1038
 Independente (L') - (1905) - 1108
 Indicador Commercial - (1902) -
 «Periodico mensario» - 913
 Indicador Commercial - (1902 - «Dia-
 rio de distribuição gratuita») -
 941
 Indicador Paulista - (1892) - 549
 Indicador Revista - (1891) - 513
 Industrial Paulistano - (1854) - 63
 Infantil (O) - (1895) - 620
 Infancia (A) - (1901) - 876
 Instrução Popular (A) - (1895) -
 637
 Instrução Publica (A) - (1876) -
 194
 Internacional (A) - (1905) - 1160
 Internacional (O) - (1906) - 1180
 ? - (1898) - 769
 Intervallo (O) - (1904) - 1067
 Intransigente (O) - (1884) - 362
 Intransigente (O) - (1896) - 661
 Invisivel (O) - (1898) - 738
 Iracema - (1886) - 357
 Iracema - (1901) - 1493
 Iris - (1849) - 41
 Iris - (1857) - 79
 Iris (O) - (1899) - 802
 Iris - (1905) - 1164
 Isqueiro (O) - (1901) - 878
 Italia (L') - (1914) - 1464
 Italia e Brasile - (1909) - 1302
 Italia Democratica (L') - (1904) -
 885
 Italiani Al Brasile (GLI) - (1886) -
 350
 Italiani in San Paulo (GL') - (1886)
 - 351
 Italiano (L') - (1900) - 818
 Italiano (L') - (1910) - 1355
- J**
- Jaguncinho (O) - (1898) - 747
 Jagunço - (1903) - 989
 Jamin (O) - (1901) - 840
 Jockey (O) - (1907) - 1232
 Jocososo (O) - (1902) - 923
 Jornal (O) - (1893) - 575
 Jornal (O) - (1899) - 772
 Jornal (O) - (1913) - 1417
 Jornal Annuncio - (1884) - 301
 Jornal Annuncio - (1901) - 874
 Jornal do Aprendiz - (1911) - 1373
 Jornal Casa Barcellos - (1896) - 665
 Jornal do Commercio - (1883) - 279
 Jornal das Creanças - (1913) - 1422
 Jornal das Damas - (1890) - 464
 Jornal Folhetim - (1886) - 343
 Journal Français du Brésil (LE) -
 (1902) - 958
 Jornal de Homoeopathia - (1902) - 930
 Jornal da Noite - (1914) - 1479
 Jornal Official - (1903) - 994
 Jornal do Operario - (1892) - 553
 Jornal Operario - (1905) - 1155
 Jornal Philatelico - (1897) - 701
 Jornal do Povo - (1870) - 161
 Jornal do Povo - (1905) - 1153
 Jornal da Tarde - (1878) - 216
 Jornal da Tarde - (1890) - 469
 Jornal da Tarde - (1903) - 1023
 Jornalzinho - (1884) - 302
 Juventude - (1885) - 322

- Jornal de Terentillo Arsa - (1877) - 210
- Jornaleco - (1890) - 490
- José de Camargo Barros (DOM) - (1905) - 1136
- Jovem Escolar (O) - (1896) - 687
- Jovem Commercial (O) - (1896) - 672
- Juiz (O) - (1900) - 1492
- Juruty (A) - (1904) - 1088
- Justiça (A) - (1898) - 768
- Justiça - (1903) - 984
- Justiceiro (O) - (1834) - 13
- Juvenil (O) - (1895) - 616
- Juvenil (O) - (1904 - Jornal mensa-rio) - 1068
- Juvenil (O) - (1904 - Semanario bi-bliographico) - 1075
- Juventude - (1908) - 1272
- Juventude (A) - (1910) - 1353
- K**
- Kaleidoscopio (O) - (1860) - 93
- Kodak - (1912) - 1403
- L**
- Labaro (O) - (1889) - 432
- Labaro (O) - (1902) - 943
- Labarum - (1877) - 205
- Ladrão - (1881) - 246
- Lagrima (A) - (1911) - 1389
- Lanterna (A) - (1889) - 438
- Lanterna (A) - (1892) - 541
- Lanterna (A) - (1901) - 851
- Lanterna de Diogenes (A) - (1909) - 1329
- Latego (O) - (1899) - 806
- Lavoro (IL) - (1893) - 579
- Lavoura e Commercio - (1898) - 729
- Lega Italiana - (1889) - 427
- Leque (O) - (1886) - 358
- Leque (O) - (1895) - 652
- Letteratura ed Arte - (1904) - 1051
- Leticia - (1908) - 1256
- Lettras e Artes - (1888) - 420
- Liberal - (1869) - 156
- Liberal (O) - (1877) - 206
- Liberal Paulista - (1887) - 375
- Liberdade - (1884) - 295
- Liberdade (A) - (1888) - 399
- Liberdade (A) - (1908) - 1262
- Liberdade - (1914) - 1469
- Libertas - (1902) - 957
- Libertas e Lex - (1901) - 891
- Lidador - (1866) - 138
- Lidador (O) - (1890) - 481
- Legenda (A) - (1860) - 98
- Lei (A) - (1857) - 77
- Lei (A) - (1860) - 100
- Lingua Universal Volapuk - (1890) - 491
- Lirio - (1860) - 97
- Litterato (O) - (1905) - 1826
- Litteropera - (1884) - 294
- Livre Pensador (O) - (1902) - 954
- Livre Pensador (O) - (1903) - 997
- Livre Pensador (O) - (1913) - 1421
- Locomotiva - (1881) - 247
- Loro (EL) - (1904) - 1087
- Lotus - (1904) - 1072
- Lotta (LA) - (1885) - 310
- Lua (A) - (1909) - 1338
- Luce (LA) - (1903) - 990
- Luce (LA) - (1906) - 1211
- Lucifero - (1902) - 946
- Lucio (O) - (1887) - 389
- Lucta (A) - (1876) - 200
- Lucta (A) - (1882) - 262
- Lucta (A) - (1889) - 424
- Lucta (A) - (1894) - 598
- Lucta (A) - (1914) - 1480
- Luctador (O) - (1892) - 550
- Lusitano (O) - (1908) - 1267
- Luta Moderna (A) - (1914) - 1455
- Luva de Ouro (A) - (1887) - 385
- Luz (La) - (1898) - 751
- Luz (A) - (1904) - 1042
- Luz Divina (A) - (1901) - 868
- Luz da Verdade (A) - (1903) - 996
- Lyrico (O) - (1903) - 1013
- Lyrrio (O) - (1897) - 709

M

- Má Lingua - (1899) - 775
 Maçonaria no Estado de S. Paulo - (1909) - 1303
 Magro (O) - (1903) - 1005
 Malho (O) - (1897) - 703
 Maná (O) - (1902) - 932
 Manarat (AL) - (1901) - 880
 Manhã (A) - (1890) - 492
 Manual dos Brasileiros - (1830) - 4
 Mão (O) - (1898) - 743
 Maragato (O) - (1902) - 904
 Marco (O) - (1907) - 1240
 Maria José (O) - (1905) - 1148
 Mariposa (A) - (1897) - 700
 Marselheza (A) - (1914) - 1481
 Martello - (1891) - 505
 Martelo (O) - (1894) - 613
 Maschere (LE) - (1909) - 1306
 Mascotte (A) - (1885) - 311
 Matraca (A) - (1898) - 753
 Memoriam (IN) - (1905) - 1156
 Memórias da Associação Culto à Sciencia - (1859) - 84
 Mensageiro Catholico (O) - (1903) - 980
 Mensageiro dos Educadores - (1907) - 1241
 Mensageiro Parochial da Consolação (O) - (1903) - 970
 Mensageiro Popular (O) - (1893) - 589
 Mercantil (O) - (1890) - 462
 Mercantil - (1903) - 1018
 Mercurio - (1904) - 1065
 Mercurio - (1905) - 1147
 Mercurio (O) - (1906) - 1193
 Meridionale (IL) - (1908) - 1268
 Meridiano (O) - (1885) - 308
 Messenger de Saint Paul (LE) - (1901) - 873
 Messagero (IL) - (1891) - 503
 Meteoro (O) - (1850) - 46
 Meteoro (O) - (1886) - 347
 Methodista (O) - (1909) - 1311
 Metralha (A) - (1889) - 447
 Mez (O) - (1888) - 401
 Mez (O) - (1901) - 863
 Microbio (O) - (1900) - 820
 Mignon - (1908) - 1290
 Minas-Academica - (1892) - 542
 Minerva - (1903) - 1007
 Minerva - (1913) - 1415
 Miragem - (1904) - 1086
 Miseria (A) - (1903) - 999
 Miseria! - (1904) - 1085
 Miseria Freguezes - (1900) - 811
 Missionario Juvenil (O) - (1886) - 341
 Mixordia Protestante - (1903) - 982
 Mocidade (A) - (1897) - 718
 Mocidade (A) - (1903) - 1017
 Mocidade (A) - (1905) - 1121
 Mocidade - (1911) - 1366
 Mocidade - (1895) - 632
 Mocidade (A) - (1902 - Orgão dos alunos do 3º ano complementar) - 915
 Mocidade (A) - (1902 - Propriedade de de uma associação) - 925
 Moda Del Brasile (LA) - (1902) - 940
 Momento (O) - (1914) - 1467
 Monarchia (A) - (1903) - 1033
 Monello (IL) - (1899) - 774
 Monitor - (1861) - 105
 Monitor (O) - (1886) - 345
 Monitor (O) - (1903) - 981
 Monitor (O) - (1913) - 1441
 Monitor Catholico - (1879) - 221
 Morcego (O) - (1901) - 882
 Mosca (A) - (1889) - 421
 Mosquito (O) - (1860) - 92
 Mosquito (O) - (1901) - 886
 Movimento (O) - (1872) - 170
 Munazer (AL-) - (1899) - 808
 Municipio (O) - (1895) - 639
 Murmurios Juvenis - (1859) - 91
 Musa (A) - (1905) - 1111
 Musica (A) - (1896) - 679
 Musica para Todos (A) - (1896) - 663

N

- Nove de Setembro - (1881) - 245
 Noventa e Três - (1882) - 267
 Nação (A) - (1897) - 715
 Nação (A) - (1900) - 838
 Nação (A) - (1901) - 849
 Nacional (O) - (1836) - 15
 Nariz (O) - (1893) - 573
 Natalício de Jesus - (1907) - 1276
 Nativista (O) - (1895) - 631
 Nené - (1905) - 1134
 Neophito (O) - (1889) - 459
 Nevoas - (1901) - 865
 Noite (A) - (1898) - 728
 Noite (A) - (1912) - 1409
 Noticia (A) - (1906 - «Diario stereo-
 typado») - 1172
 Noticia (A) - (1906 - «Diario da
 tarde, independente») - 1210
 Nova (A) - (1905) - 1138
 Nova Cruzada - (1903) - 1025
 Nova Revelação - (1903) - 1019
 Novidade - (1898) - 762
 Novidade - (1902) - 967
 Novidade (A) - (1905) - 1128
 Novo Amor (O) - (1906) - 1187
 Novo Farol Paulistano (O) - (1831)
 - 7
 Novo Regimen (O) - (1889) - 460
 Nucleo Juridico - (1862) - 113
 Nuova Roma - (1885) - 328
 Nuova Gente (LA) - (1903) - 1024
 Noviciario - (1896) - 691
 Nuvem (A) - (1871) - 168

O

- Observador Constitucional (O) - ...
 (1829) - 3
 Observador Paulistano (O) - (1838)
 - 17
 Oitenta e Nove - (1884) - 303
 Oitenta e Nove (O) - (1888) - 411
 Olophote (O) - (1904) - 1081
 Omnibus - (1872) - 173
 Onda (A) - (1882) - 273
 Ondina - (1899) - 781
 Ondina - (1914) - 1488

- Onestá (L') - (sem data) - 1496, no
 Suplemento
 Onze de Agosto - (1875) - 186
 Onze de Agosto (O) - (1903) - 1001
 Operario (L') - 1898) - 735
 Operario (O) - (1869) - 157
 Operario (O) - (1891) - 504
 Opinião (A) - (1879) - 217
 Opinião (A) - (1895) - 621
 Opinião (A) - (1889) - 446
 Opinião Conservadora - (1869) - 154
 Opinião Nacional (A) - (1892) - 555
 Opinião Republicana - (1877) - 208
 Orchidea - (1902) - 960
 Ordem - (1862) - 114
 Ordem (A) - (1874) - 178
 Ordem (A) - (1883) - 274
 Oriente (O) - (1902) - 931
 Orphanato Cristovam Colombo - ...
 (1902) - 963
 Orphanato Christovam Colombo -
 (1905) - 1144

P

- Pacote (O) - (1911) - 1368
 Padeiro (O) - (1907) - 1228
 Pae Paulino - (1884) - 304
 Paiz (O) - (1865) - 134
 Palavra (A) - (1899) - 799
 Palavra (A) - (1904) - 1037
 Palavra (A) - (1910) - 1358
 Palavras de Verdade - (1882) - 260
 Palco (O) - (1903) - 983
 Palestra Academica - (1866) - 136
 Palestra Litteraria - (1849) - 42
 Palestra Social - (1900) - 834
 Palpite (O) - (1913) - 1412
 Palladium - (1905) - 1166
 Pandereta - (1894) - 596
 Pantheon - (1891) - 498
 Pantheon - (1909) - 1316
 Papagaio (O) - (1899) - 795
 Paranaapiacaba - (1853) - 62
 Parnaso (O) - (1883) - 271
 Parola dei Socialiste (LA) - (1900)
 - 826

- Parola dei Socialisti (LA) - (1906) - 1170
- Partido Conservador - Boletim - (1888) - 396
- Partido Liberal - (1855) - 318
- Pasquino Coloniale (IL) - (1909) - 1335
- Passatempo - (IL) - (1902) - 928
- Patria - (1879) - 226
- Patria (A) - (1889) - 450
- Patria (A) - (1890) - 470
- Patria - (1893) - 1490
- Patria - (1894) - 610
- Patria (A) - (1901) - 855
- Patria - (1905) - 1125
- Patria Brasileira (A) - (1896) - 694
- Patria Italiana (LA) - (1893) - 562
- Patriota (O) - (1883) - 280
- Patriota (O) - (1899) - 773
- Patriota (O) - (1904) - 1071
- Páu (O) - (1899) - 771
- Paulicéa (A) - (1888) - 416
- Paulicéa (A) - (1896) - 676
- Paulicéa (A) - (1908) - 1277
- Paulicéa (A) - (1914) - 1477
- Pauliftaner Echo - (1892) - 530
- Paulista (O) - (1823) - 1
- Paulista (O) (1831) - 8
- Paulista (O) - (1855) - 67
- Paulista (O) - (1886) - 346
- Paulista (O) - (1914) - 1445
- Paulista Centralizador (O) - (1838) - 16
- Paulista Official (O) - (1834) - 12
- Paulistana (A) - (1908 - Revista ilustrada) - 1274
- Paulistana (A) - (1908 - Orgam genuinamente republicano) - 1284
- Pedro II (D.) - (1892) - 524
- Pela Lavoura - (1912) - 1398
- Pelindra (O) - (1904) - 1060
- Pelourinho (O) - (1895) - 630
- Pendão (O) - (1902) - 917
- Penna (A) - (1882) - 259
- Penna (A) - (1887) - 377
- Penna (LA) - (1897) - 702
- Pensador (O) - (1839) - 19
- Pensamento (O) - (1907) - 1254
- Pensamento e Arte - (1897) - 708
- Pensiero (IL) - (1890) - 482
- Pequeno Jornal (O) - (1901) - 877
- Pequeno Mensageiro - (1903) - 1021
- Pequeno Polegar (O) - (1904) - 1099
- Periodico (O) - (1911) - 1380
- Pernilongo - (1849) - 43
- Pigmeu Paulista (O) - (1886) - 348
- Pirralho - (1911) - 1382
- Periquito (O) - (1883) - 286
- Pequeno Jornal (O) - (1885) - 317
- Perola (A) - (1893) - 572
- Perola (A) - (1899) - 793
- Perola (A) - (1907) - 1253
- Perola (A) - (1912) - 1404
- Perseverança (A) - (1910) - 1361
- Pestalozzi (O) - (1884) - 291
- Petala - (1895) - 634
- Petite Revue (LA) - (1902) - 952
- Phalena - (1886) - 359
- Phanal (O) - (1899) - 797
- Pharol (O) - (1901) - 866
- Pharol (O) - (1906) - 1200
- Phenix (A) - (1901) - 871
- Philatelista - (1884) - 289
- Philatelista Paulistano (O) - (1897) - 696
- Phoenix - (1838) - 18
- Photographo (O) - (1875) - 188
- Vide palavras grafadas com «F»
- Picapau (O) - (1908) - 1263
- Piccolo (IL) - (1908) - 1293
- Pimpolho (O) - (1902) - 935
- Pindamonhangabense (O) - (1883) - 275
- Pindorama (O) - (1902) - 961
- Pioneiro (IL) - (1910) - 1359
- Piratininga - (1849) - 40
- Piratininga (O) - (1892) - 551
- Piratininga (O) - (1906) - 1209
- Pistola (A) - (1901) - 869
- Platéa (A) - (1888) - 406
- Platéa Sportiva (A) - (1891) - 508
- Polichinello (O) - (1876) - 195
- Polyanthéa - (1895) - 640
- Polyanthéa - (1891) - 508

- Polyanthéa - (1893) - 55 8
 Polyanthéa - (1902 - Jornal periodico) - 916
 Polyanthéa - (1902 - dos alunos do 4º e 5º anos da Faculdade de Direito) - 945
 Polyanthéa - (1902 - do 4º ano do Grupo Escolar do Sul da Sé) - 956
 Polyanthéa - (1903) - 1002
 Polyanthéa - (1913) - 1413
 Polyanthéa à Memória do Marechal Floriano Peixoto - (1898) - 755
 Popolo (IL) - (1894) - 614
 Popular (O) - (1908) - 1279
 Porrete (O) - (1898) - 749
 Porta Larga (A) - (1883) - 282
 Portugal e Brasil - (1908) - 1269
 Porvir (O) - (1873) - 175
 Porvir (O) - (1889) - 442
 Porvir (O) - (1890) - 479
 Porvir (O) - (1902) - 926
 Porvir (O) - (1904) - 1050
 Povo (O) - (1896) - 673
 Povo (O) - (1899) - 785
 Precursor - (1849) - 44
 Preludio (O) - (1906) - 1192
 Prego (O) - (1890) - 485
 Providencia (A) - (1907) - 1217
 Primavera - (1900) - 842
 Primavera (A) - (1913) - 1414
 1º de Abril (O) - (1895) - 670
 1º de Maggio - (1901) - 860
 Primeiro de Maio - (1891) - 514
 1º de Maio - (1895) - 629
 Primeiro de Junho (O) - (1905) - 1117
 Pro-Patria - (1892) - 543
 Procellaria (A) - (1887) - 367
 Programa (O) - (1896) - 678
 Progredior - (1891) - 509
 Progressista (O) - (1889) - 441
 Progresso - (1849) - 45
 Progresso (O) - (1851) - 50
 Progresso (O) - (1894) - 601
 Progresso (O) - (1906) - 1204
 Progresso (O) - (1911) - 1384
 Progresso (O) - (1912) - 1396
 Progresso (O) - (1914) - 1442
 Progresso do Bexiga - (1900) - 843
 Progresso Commercial do Brasil - (1907) - 1229
 Progresso Italo-Brasiliiano - (1890) - 493
 Progresso Italo-Brasiliiano (IL) - (1909) - 1334
 Prompto (O) - (1896) - 667
 Propaganda (A) - (1871) - 165
 Propaganda (A) - (1906) - 1207
 Propaganda (A) - (1908) - 1264
 Propaganda (A) - (1909) - 1331
 Propaganda Libertaria (LA) - (1913) - 1439
 Propagandista do Café - (1907) - 1242
 Profeta (O) - (1901) - 861
 Propugnador (O) - (1907) - 1225
 Protesto (O) - (1892) - 544
 Provincia (A) - (1855) - 69
 Provincia de S. Paulo (A) - (1875) - 183 (Vide, também, 461 e Suplemento)
 Provinciano (O) - (1886) - 344
 Psiu!... Olha o «Raspão» - (1904) - 1040
 Publicador Paulistano (O) - (1857) - 76
 Publicidade (A) - (1891) - 501
 Publicola (O) - (1840) - 22
 Puericia - (1895) - 653
 Pulga (A) - (1898) - 748
 Pulpito Evangelico (O) - (1888) - 412
 Pungolo (IL) - (1905) - 1157
 Pygmeu - (1885) - 311
 Pylilampo (O) - (1859) - 89
- Q
- Quem?!... - (1896) - 662
 15 de Novembro - (1889) - 449
 15 de Novembro - (1895) - Escola Modelo) - 647
 15 de Novembro - (1895 - do Gymnasio de S. Paulo) - 648

Quinzena Paulista (A) - (1889) - 433
 Quo Vadis? - (1904) - 1070

R

Radical Academico - (1869) - 159
 Radical Paulista (O) - (1890) - 465
 Radical Paulistano - (1869) - 158
 Radio (O) - (1905) - 1140
 Radium - (1913) - 1433
 Ragno (IL) - (1901) - 893
 Raio (O) - (1858) - 82
 Ramilhete (O) - (1898) - 770
 Rapido (O) - (1910) - 1342
 Razão (A) - (1862) - 115
 Razão (A) - (1906) - 1213
 Reacção (A) - (1877) - 204
 Reacção (A) - (1907) - 1239
 Rebate (O) - (1874) - 179
 Rebate (O) - (1888) - 409
 Rebate (O) - (1893) - 578
 Reclame (LA) - (1901) - 894
 Recreio - (1881) - 252
 Recreio (O) - (1894) - 609
 Recreio Literario - (1910) - 1350
 Redempção (A) - (1887) - 366
 Redempção (A) - (1904) - 1064
 Redempção (A) - (1905) - 1109
 Reforma (A) - (1904) - 1041
 Religião da Humanidade - (1882) - 257
 Religião em S. Paulo - (1864) - 124
 Renascença (A) - (1875) - 187
 Renascença (A) - (1909) - 1328
 Reparação (A) - (1905) - 1120
 Reporter (O) - (1895) - 644
 Reporter (O) - (1909) - 1326
 Republica (A) - (1876) - 198
 Republica - (1896) - 657
 Republica (A) - (1902) - 934
 Republica (A) - (1909) - 1307
 Republica das Letras (A) - (1876) - 191
 Republica Mineira (A) - (1888) - 407
 Republicano (O) - (1895) - 646
 Resistencia (A) - (1888) - 402
 Restauração (A) - (1902) - 920
 Restauração (A) - (1907) - 1227
 Reverbero - (1881) - 248

Revista (A) - (1908) - 1237
 Revista (A) - (1910) - 1356
 Revista «A Semana» - (1903) - 1030
 Revista da Academia de S. Paulo - (1859) - 85
 Revista da Academia Litteraria - (1863) - 121
 Revista Academica - (1882) - 256
 Revista Academica - (1885) - 333
 Revista Academica - (1892) - 552
 Revista Academica - (1907) - 1237
 Revista Agricola - (1895) - 635
 Revista da Associação Recreio Instructivo - (1861) - (107)
 Revista da Associação Tributo às Letras - (1863) - 120
 Revista Azul - (1896) - 677
 Religião Christan - (1886) - 363
 Revista Commercial e Financeira - (1912) - 1401
 Revista do Club Scientifico - (1866) - 140
 Revista do Club Academico - (1863) - 119
 Revista Democratica - (1888) - 404
 Revista Dramatica - (1860) - 95
 Revista dos Educadores - (1911) - 1378
 Revista de Engenharia - (1912) - 1393
 Revista do Ensaio Litterario - (1871) - 167
 Revista de Ensino - (1902) - 918
 Revista dos Estados - (1908) - 1270
 Revista da Faculdade de Direito - (1893) - 582
 Revista da Fraternidade Litteraria - (1878) - 213
 Revista do Gremio «Ensaio Litterarios» - (1882) - 258
 Revista do Gremio dos Guarda-Livros - (1896) - 685
 Revista de Horticultura - (1880) - 231
 Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo - (1895) - 656

- Revista do Instituto Polytechnico -
 (1876) - 202
 Revista da Instrução - (1891) - 516
 Revista Juridica - (1862) - 112
 Revista Juridica e Social - (1900)
 - 825
 Revista de Jurisprudencia - (1892) -
 526
 Revista Litteraria - (1887) - 391
 Revista Litteraria - (1895) - 618
 Revista Medica - (1889) - 428
 Revista Mensal das Decisões do Tri-
 bunal de Justiça - (1895) - 638
 Revista Mensal do Ensaio Philoso-
 phico Paulistano - (1851) - 49
 Revista Mensal do Instituto Scienti-
 fico - (1862) - 111
 Revista Mensal Paulistana - (1853)
 - 61
 Revista das Missões - (1887) - 368
 Revista das Modas (A) - (1892) -
 536
 Revista Moderna - (1892) - 547
 Revista Moderna - (1905) - 1149
 Revista do Museu Paulista - (1895)
 - 1491
 Revista Musica - (1886) - 360
 Revista Musical - (1888) - 417
 Revista Nacional de Sciencias Artes
 e Letras - (1877) - 207
 Revista Nova - (1907) - 1222
 Revista dos Novos - (1885) - 325
 Revista Paulistana - (1857) - 73
 Revista da Policia - (1906) - 1184
 Revista Postal - (1895) - 649
 Revista Odontologica Paulista -
 (1905) - 1115
 Revista Paulista Fluminense -
 (1889) - 426
 Revista Pharmaceutica - (1895) -
 651
 Revista Photographica - (1908) -
 1271
 Revista Popular - (1859) - 90
 Revista Polytechnica - (1904) - 1095
 Revista Republicana - (1885) - 324
 Revista de S. Paulo - (1902) - 910
 Revista de Sciencias e Letras - ...
 (1880) - 234
 Revista Scientifica Encyclopedica -
 (1904) - 1048
 Revista da Sociedade de Anthropolo-
 gia Criminal, Sciencias Penaes e
 Medicina Legal - (1896) - 668
 Revista da Sociedade Phenix -
 (1879) - 225
 Revista da Sociedade Philomathica
 - (1833) - 11
 Revista da Sociedade Psychica de S.
 Paulo - (1899) - 789
 Revista da Sociedade Scientifica de
 S. Paulo - (1905) - 1139
 Revista do Sul - (1905) - 1154
 Revista Theatral - (1904) - 1047
 Revista Theatral - (1913) - 1438
 Revista dos Tribunaes - (1912) - ..
 1394
 Revista Util - (1892) - 556
 Revolução (A) - (1887) - 370
 Revue Française - (1887) - 390
 Revue de Saint-Paul - (1887) - 392
 Riachuelo - (1890) - 494
 Ribalta (A) - (1912) - 1395
 Ribelle (IL) - (1909) - 1304
 Rio Grande (O) - (1892) - 554
 Rio Branco - (1912) - 1406
 Risveglio (IL) - (1898) - 731
 Risveglio Italiano (IL) - (1904) - ..
 1097
 Rivista (LA) - (1907) - 1238
 Rivista Coloniale (LA) - (1910) -
 1357
 Rivista Italiana (LA) - (1913) - ..
 1423
 Roma - (1892) - 538
 Roma (IL) - (1914) - 1470
 Romanceiro (O) - (1885) - 334
 Romaniere (IL) - (1904) - 1073
 Romanziere Economico (IL) - (1902)
 - 955
 Ronda (A) - (1908) - 1283
 Rosa (A) - (1911) - 1388
 Rosa D'Amor - (1912) - 1402
 Roseto (IL) - (1913) - 1434

S

- S. Paulo Andaluzia - (1885) - 312
 S. Paulo em Camisa - (1899) - 788
 S. Paulo Ilustrado - (1912) - 1405
 S. Paulo Judiciario - (1903) - 974
 S. Paulo Sportivo - (1892) - 528
 Sabiá (O) - (1907) - 1236
 Santa Cruz - (1900) - 831
 Santelmo - (1889) - 443
 Santelmo (O) - (1904) - 1083
 Santelmo (O) - (1905) - 1110
 São Paulo - (1905) - 1161
 São Paulo Chic - (1913) - 1440
 São Paulo Historico - (1895) - 628
 S. Paulo Ilustrado - (1903) - 1011
 São Paulo «Magazine» - (1906) - 1190
 São Paulo Philatelico - (1913) - 1410
 Saquarema (O) - (1848) - 37
 Saudade - (1903) - 979
 Scena (A) - (1904) - 1053
 Scenario (O) - (1905) - 1143
 Schiavi Bianchi (GLI) - (1892) - 539
 Scienza e Arte - (1907) - 1244
 Scure (LA) - (1910) - 1344
 Secolo (IL) - (1894) - 597
 Secolo (IL) - (1900) - 815
 Secolo (IL) - (1906) - 1168
 Secolo XX (IL) - (1897) - 727
 Secundario (O) - (1886) - 342
 Segredo da Belleza - (1905) - 1150
 Seis de Junho (O) - (1884) - 292
 Sem Vergonha - (1904) - 1077
 Semaninha (A) - (1891) - 507
 Semana (A) - (1899) - 805
 Semana (A) - (1901) - 902
 Semana (A) - (1903) - 991
 Semana (A) - (1907) - 1231
 Semana Catholica - (1903) - 985
 Semana Paulista - (1908) - 1292
 Semana Paulista - (1910) - 1348
 Sempreviva (A) - (1898) - 756
 Senhorita (A) - (1914) - 1483
 Sensitiva (A) - (1876) - 190
 Sentinella (A) - (1876) - 196
 Sentinella - (1880) - 232
 Sentinella (A) - (1887) - 374
 Sentinella (A) - (1904) - 1094
 Sentinella da Monarchia (A) -
 (1841) - 25
 Sentinella da Monarchia - (1889) - 431
 Sereia (A) - (1902) - 921
 Sereno (O) - (1900) - 836
 Sertanejo (O) - (1885) - 338
 Sete de Abril (O) - (1865) - 130
 Sete de Setembro - (1865) - 135
 Sete de Setembro - (1883) - 281
 Sete de Setembro (O) - (1885) - 331
 Sete de Setembro - (1905) - 1151
 Sete de Setembro - (1911) - 1377
 Setta (A) - (1895) - 617
 Seu Cosme - (1898) - 760
 Seu Eusebio - (1897) - 719
 Sfida - (1891) - 515
 Si Può?... - (1914) - 1453
 Simbolismo (IL) - (1892) - 523
 Situação - (1863) - 116
 Situação (A) - (1885) - 337
 Smart - (1908) - 1265
 Smart - (1910) - 1363
 Soberania do Povo - (1889) - 440
 Socialista (O) - (1896) - 669
 Sociedade (A) - (1896) - 658
 Sol dos Fenianos (O) - (1893) - 565
 Solitario (O) - (1840) - 21
 Sorriso (O) - (1906) - 1205
 Sport (O) - (1898) - 740
 Sport (O) - (1905) - 1131
 Sport - (1914) - 1452
 Sportsman - (1893) - 480
 Sportsman (O) - (1902) - 950
 Sportman - (1906) - 1178
 Squilla (LA) - (1906) - 1215
 Suavisadora (A) - (1907) - 1219
 Sul (O) - (1890) - 475
 Sul Americano (O) - (1907) - 1234

T

- Tagarella (O) - (1890) - 495
 Tageblatt - (1893) - 584
 Talião (O) - (1858) - 81
 Tarde (A) - (1895) - 645
 Tarde (A) - (1911) - 1383

- Tarde Illustrada (A) - (1895) - 655
 Teatro (IL) - (1906) - 1208
 Tebyreçá (O) - (1842) - 28
 Telegrapho (O) - (1884) - 293
 Telescopio (O) - (1911) - 1381
 Tém-Tém - (1908) - 1266
 Templario (O) - (1914) - 1446
 Tempo (O) - (1889) - 444
 Tempo (O) - (1897) - 723
 Tempo (O) - (1902) - 907
 Tempo (O) - (1909) - 1318
 Testamen (O) - (1887) - 379
 Terra Livre (A) - (1905) - 1167
 Terza Roma (LA) - (1901) - 889
 Tesoura (A) - (1887) - 395
 Tesoura (A) - (1895) - 619
 Tesoura (A) - (1900) - 844
 Tevere (IL) - (1887) - 365
 Tira Prosa - (1906) - 1195
 Tiradentes (O) - (1887) - 376
 Tiempo (EL) - (1904) - 1079
 Torres Homem - (1893) - 590
 Torquez (A) - (1902) - 942
 Toscana (LA) - (1905) - 1127
 Theatre (O) - (1905) - 1133
 Thabor (O) - (1883) - 272
 Thiago Bonhome - (1890) - 496
 Trabalhador Graphico (O) - (1904) - 1054
 Trabalhador do Livro (O) - (1898) - 742
 Trabalho (O) - (1876) - 189
 Trabalho (O) - (1884) - 296
 Trabalhos Litterarios da Associação «Amor à Sciencia» - (1860) - 96
 Tres Municipios (OS) - (1885) - 329
 Tribuna (A) - (1902) - 948
 Tribuna (A) - (1913) - 1426
 Tribuna Academica - (1871) - 164
 Tribuna Academica - (1885) - 336
 Tribuna Academica - (1904) - 1082
 Tribuna Agricola e Commercial - (1904) - 1069
 Tribuna Brasileira - (1908) - 1273
 Tribuna Brasileira - (1911) - 1369
 Tribuna do Braz - (1897) - 699
 Tribuna Caixerall (A) - (1899) - 794
 Tribuna Española (LA) - (1902) - 901
 Tribuna Evangelica (A) - (1904) - 1062
 Tribuna Italiana (LA) - (1894) - 595
 Tribuna da Lapa - (1911) - 1370
 Tribuna Liberal - (1867) - 143
 Tribuna Liberal - (1877) - 211
 Tribuna Paulista - (1899) - 804
 Tribuna Paulista - (1903) - 1032
 Tribuna Liberal - (1876) - 197
 Tribuno (O) - (1873) - 176
 Tribuno (IL) - (1898) - 741
 Tropheo (O) - (1901) - 896
 Turf Paulistano - (1892) - 535
 Tymbira (O) - (1860) - 94
- U
- Ultima Hora - (1914) - 1458
 União - (1883) - 277
 União - (1886) - 364
 União (A) - (1903) - 993
 União Carto-Philatelica (A) - (1905) - 1135
 União Catholica (A) - (1890 — Orção do Partido Catolico de São Paulo) - (1890) - 478
 União Catholica - (1890 - Publicação diaria) - 483
 União Catholica - (1904) - 1055
 União dos Circulos (A) - (1856) - 70
 União Commercial (A) - (1905) - 1129
 União dos Lavradores - (1902) - 962
 Universo (O) - (1906) - 1197
 Urubú (O) - (1896) - 666
 Usignuolo (L') - (1900) - 814
- V
- Vaga Lume (O) - (1908) - 1275
 Vanguarda - (1867) - 146
 Vanguarda (A) - (1879) - 219
 Vasco da Gama - (1904) - 1059

- Velho Pagé (O) - 1866) - 137
 Venezian (EL) - (1905) - 1137
 Ventarola (A) - (1890) - 497
 Vera Cruz - (1904) - 1056
 Verbo (O) - (1903) - 1003
 Verdade (A) - (1889) - 425
 Verdade (A) - (1901) - 850
 Verdade (A) - (1902) - 922
 Verdade (A) - (1914) - 1487
 Verdade e Luz - (1890) - 472
 Verdadeiro Paulistano (O) - (1842)
 - 29
 Verdi - (1901) - 853
 Veritá (LA) - (1904) - 1045
 Vertenza (LA) - (1892) - 533
 Via-Lactea - (1903) - 1016
 Victor Hugo - (1885) - 330
 Victor Hugo - (1887) - 380
 Victoria (A) - (1895) - 622
 Victoria (O) - (1901) - 857
 Vida Alheia (A) - (1908) - 1294
 Vida de Hoje (A) - (1896) - 680
 Vida Galante (A) - (1914) - 1443
 Vida Ilustrada (A) - (1890) - 463
 Vida Intensa - (1914) - 1450
 Vida Moderna (A) - (1907) - 1235
 Vida Paulista - (1903) - 1012
 Vida Semanaria (A) - (1887) - 373
 (Vide Suplemento)
 Vida Sportiva (A) - (1903) - 1026
 XX de Dezembro - (1892) - 557
 XX de Setembro - (1898) - 763
 XX de Setembro - (1901) - 888
 Vinte e Dois de Maio - (1872) - 172
 Vinte e Dois de Maio (O) - (1909)
 - 1324
 Vinte e Dois de Junho - (1911) -
 1379
 Vinte e Oito de Setembro - (1885)
 - 332
 Vinte e Um de Abril (O) - (1883)
 - 278
 Vinte e Um de Abril - (1888) - 398
 Violeta (A) - (1848) - 36
 Violeta (A) - (1887 - Folha litera-
 ria) - 382
 Violeta (A) - (1887 - Jornal ofere-
 cido às senhoras presentes...) -
 394
 Violeta (A) - (1880) - 228
 Violeta (A) - (1901) - 892
 Violeta (A) - (1902) - 903
 Vita (LA) - (1907) - 1243
 Vita Italiana Nel Barzile (deve ser
 Brasile) (LA - (1908) - 1296
 Voce Della Veritá (LA) - (1911) -
 1367
 Volapuk (O) - (1889) - 445
 Voluntario (O) - (1865) - 128
 Voluntario (O) - (1905) - 1159
 Voluntario da Patria (O) - (1889) -
 439
 Votante (O) - (1860) - 99
 Voz de Destierro (LA) - (1903) -
 971
 Voz de España (LA) - (1900) - 816
 Voz Maternal (A) - (1903) - 1029
 Voz Paulistana - (1831) - 9
 Voz do Povo - (1841) - 27
 Voz do Povo - (1867) - 145
 Voz do Povo (A) - (1905) - 1106
 Voz Publica (A) - (1905) - 1105
 Vozes do Carmelo - (1908) - 1301
- W**
- World (THE) - (1914) - 1484
- Y**
- Ypiranga - (1840) - 20
 Ypiranga (O) - (1849) - 38
 Ypiranga (O) - (1867) - 144
 Ypiranga (O) - (1882) - 265
 Ypiranga (O) - (1901) - 884
 Ypiranga (O) - (1905) - 1163
- Z**
- Zázá - (1899) - 807
 Zanzara (LA) - (sem data) - 1495,
 no Suplemento
 Zé Povo - (1911) - 1387
 Zuavo (AO) - (1888) - 397

EM TORNO DA VELHA QUESTÃO QUE É A DE TEREM ESTADO OS FENÍCIOS NO BRASIL, E OUTROS REPAROS

JOSÉ ANTHERO PEREIRA JUNIOR

Recentemente, na secção científica de um grande matutino paulista, saíram, em página inteira, umas tantas considerações a propósito de um assunto desde muito discutido, que é o das supostas provas da estada dos Fenícios no Brasil. Seja notado, porém, que a matéria embora cuidada de forma indagativa, nem por isso poderia ter sido inserida numa secção que, segundo a própria epígrafe seria destinada a acolher trabalhos estritamente científicos, e que deviam dizer dos respectivos progressos nos diversos campos de pesquisa. ⁽¹⁾ Isto posto e comparadas, a finalidade da coluna e a feição dos comentários publicados, ficará comprovada a razoabilidade dos reparos que ora fazemos.

Estamos, todavia, que culpa menor deve ser atribuída ao autor das aludidas considerações, que decerto estava imbuído de boas intenções, embora muito mal informado a respeito dos assuntos que aventa, na verdade apresentados ainda de maneira muito extensa, considerados os aspectos reais das questões e o custo elevadíssimo que hoje atinge a matéria impressa.

“Mutatis mutandis”, podemos avocar ainda a favor do Sr. Castêlo Branco uma verdade dita por Henri Berr, no tocante à autoridade que às vezes assumem as coisas quando impressas, e dado o renome do autor “difíceis de desalojar”. ⁽²⁾

Realmente, coisas assim, e o fato de cientistas de renome fazerem às vezes citações desarrazoadas, só podem trazer confusão ao espírito de pessoas menos versadas nos assuntos cuidados.

E a imprensa leiga, seja notado, tanto no Brasil como estrangeiro, nem sempre concorre para o alevantamento cultural do povo. Mas, também é certo que o renome de um autor pode influir contrariamente à boa informação.

-
- 1) Renato Castelo Branco. — Teriam os fenícios conhecido o Brasil? in «O Estado de São Paulo» — Atualidade Científica — 5 de abril de 1970
 - 2) Henri Berr — A Síntese em História, São Paulo, 1946.

Por isso, é que julgamos poder concluir que o autor das lucubrações publicadas em "Atualidade Científica" daquêlê prestigioso matutino, e também o Sr. João Ricardo Penteado ao fazer dados comentários a respeito de uma conferência estão recentemente proferida pelo Sr. Castelo Branco, conforme consta do número de 5 de fevereiro dêste ano, da "Fôlha de São Paulo", e ainda os autores de uma aparatosa reportagem ainda há pouco estampada no "Jornal da Tarde", devem, todos êles, ter se louvado na opinião e na autoridade do eminente Dr. Cyrus Herz Gordon sôbre a pseudo inscrição fenícia, dita de "Pouso Alto". E nêste particular, tudo faz crer, que igualmente não levaram em conta as conclusões posteriores a que chegara Ladislau Netto, com relação à autenticidade daquêlê documento.

Realmente, em "Lettre a Monsieur Ernest Renan", seu antigo professor na Sorbonne, Ladislau declara-se inteiramente contrário às suas primeiras conclusões.⁽³⁾ Mas fatos assim de cientistas se desdizerem de afirmações anteriores, às vezes ocorrem, naturalmente. E exemplo disso, bastante ilustrativo aliás, é o do famoso Levy Bruhl com a sua doutrina sôbre a alma "pré-lógica do homem primitivo, postulado que sômente abandonou pouco antes da sua morte, quando disse reconhecer que todos os homens, em todos os planos de cultura, eram iguais no tocante às suas possibilidades mentais e espirituais (J. Maringer — Os Deuses do Homem Pré-Histórico).

Seja lembrado contudo, que as idéias esposadas pelo Sr. Castelo Branco e outros mais a respeito da existência de antiguidades fenícias no Brasil, na verdade integram dadas lucubrações já muito antigas, e que de quando em vez afloram propiciadas por condições de momento, tal como ocorre agora.

Quanto ao particular, há coisa de vinte anos, Thomas Marcondes de Sousa, a propósito de certo "opúsculo intitulado "Antília and America", declarou também, que "Muito antiga é essa questão da existência de pseudo provas dos fenícios terem aportado à América. Para a comprovação do que afirmava, Marcondes de Sousa, cita, entre outros autores, o Padre Simão de Vasconcellos, Tristão de Alencar Araripe, Thoron, e o Cônego Pennafort (vide "Algumas Achegas à História do Descobrimento Marítimo" São Paulo, 1958, pág. 44).

Mas, não há muito tempo, entre outras notícias bombásticas tão a gôsto da imprensa leiga, a Revista "Manchete" publicou uma reportagem assinada pelo Sr. Carlos Eduardo Marchesini Tôrres, que aliás é também o autor das excelentes fotografias que ilustram o texto, que, num contraste marcante, é em tudo contrário à boa informação, façamos notar.

3) Nicolau Duarte Silva — Há Uma Pedra no Caminho de Cabral, in «Jornal do Brasil», Rio de Janeiro, 17 de agôsto de 1968

Isto tudo considerado, embora a experiência nos recorde que nem sempre desacertos apontados são devidamente corrigidos, (*) diremos que visto ser o estudo das inscrições muito complexo, não pode caber a pessoas menos versadas em assuntos do campo da arqueologia atribuir origens nem esposar hipóteses, ora avocando a opinião de autores de autoridade discutível, ora citando escritores de pura ficção — a exemplo do que procedeu o Sr. Castelo Branco.

Informa-nos o Sr. Carlos Marchesini Tôres, que no local dito “Sete Cidades”, em Piracuruca ocorrem “milhares de inscrições rudimentares”, pintadas com uma espécie de tinta vermelha, mas não pormenoriza se são também gravadas. No caso de terem sido somente pintadas, isso já seria um indício de uma antiguidade muito relativa, o que aliás parece indicar a tipologia dos sinais constantes de uma das fotografias que publica.

Em se tratando, porém, de notícias deautorizadas, e com particular destaque publicadas pela imprensa leiga, nenhuma de certo ultrapassa, em confusão, que a de autoria do Sr. Ruben de Azevedo Lima, estampada na “Fôlha de São Paulo”, número de 1.º de junho de 1969. De fato, alí é apresentada a conhecidíssima “Pedra do Retumba”, como se fôsse a notável “Itacoatiara de Ingá”. É que sendo êsse Senhor “jejuno” no assunto, ignorava que tal ocorrência há vinte seis anos passados fôra tombada pela DPHAN, conforme notificação n.º 518, de 27 de abril de 1944, e isso por nossa iniciativa e os bons officios da então Diretoria do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Também não era de sua ciência o nosso estudo “in loco” dessas inscrições rupestres, a serviço na Universidade de São Paulo, o que redundou no conhecimento das mesmas nas Américas e na Europa.

De outra parte, o Sr. Rubem Lima, ao que nos parece, tencionava promover sensação reproduzindo as conhecidíssimas ilustrações de inscrições rupestres brasileiras publicadas no Volume VI dos Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Mas, evidentemente, êsses desserviços todos à causa da boa informação poderiam ter sido evitados, se tivessem sido postas em execução as determinações de uma tese nossa, há anos aprovada num Congresso de Escritôres. (4) Realmente, em defesa da nossa cultura será necessária a rejeição, sistemática, pela imprensa leiga de trabalhos de cunho científico quando não elaborados por especialistas. Também o mesmo ponto de vista deve ser adotado a respeito das locubrações de supostas “autoridades arqueológicas” (síc.).

*) De coisa errada que continua a passar como certa não seria difícil encontrar exemplo.

4) José Antero Pereira Júnior — Da importância da Divulgação Científica na Imprensa Diária — Tese aprovada no III «Congresso Paulista de Escritôres» — São Paulo, 1952.

Vejamos, porém, textualmente, as “CONCLUSÕES” daquela nossa tese:

“Considerando a grande importância das publicações de cunho científico na imprensa diária, em contraposição a certas reportagens ou notícias alicerçadas em fontes menos verdadeiras;

Considerando o que resumidamente deixamos dito, também, no texto deste trabalho a respeito dos inconvenientes trazidos pelas publicações desautorizadas em desacôrdo com o interesse científico, e que por isso mesmo só podem depor contrariamente ao alevantamento da nossa cultura, podemos concluir que, para melhoria dêsse estado de coisas, torna-se necessário:

Que os jornais brasileiros de grande tiragem, pela sua projeção, pela grande disseminação das suas informações que não raramente ultrapassa o Continente Americano, só acolham artigos de cunho científico quando elaborados por especialistas;

Que êsses mesmos órgãos da imprensa só publiquem reportagens de índole científica, quando feitas por quem não seja hóspede no assunto, ou que tenham sido revisadas por especialistas;

Que ao contrário de uma orientação incongruente que ora parece se esboçar, sejam publicadas mais a miúde colaborações científicas, isso num melhor aproveitamento de espaços às vezes exageradamente cedidos a notícias de interesse restrito, bairais até”.

Estas foram as conclusões de uma tese aprovada por unanimidade num “Congresso de Escritôres, muitos jornalistas profissionais, há dezoito anos passados.

Tornando à questão da famosa e nunca encontrada pedra de “Pouso Alto”, na Paraíba, teremos de convir que nêsse caso particular cabe menos ao arqueólogo que ao historiador e ao filólogo talvez cuidarem do assunto de maneira mais detida.

No tocante à lendária cidade de Piracuruca, no Piauí, recordamos que esta ocorrência, verdadeiramente, não passa de formações naturais, coisas da erosão e da corrosão, e por conseguinte do âmbito da geologia. ⁽⁵⁾

Como é evidente, o Sr. Castelo Branco deixou de considerar asserções de ordem geológica, estas sim de embasamento científico, para levar em contar as fantasias do Sr. Jeronimo Monteiro, que denomina de “Tese Fascinante”. ⁽⁶⁾ Por razões óbvias não desejamos tecer maiores comentários sôbre as locubrações dêsse autor recentemente falecido (**), que ficamos sabendo ter tido se-

5) Theodoro Sampaio — «Arqueologia Brasileira» — in «Dicionário, Geográfico e Etnográfico do Brasil» — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1922, 1º volume.

6) Renato Castelo Branco, op. cit.

***) Embora reverenciemos a memória dêsse autor, não podemos deixar de fazer tais reparos, uma vez que a isso nos obriga a «severidade científica».

guidores fanáticos. ⁽⁷⁾ Diremos apenas que tais foram os desacêr-tos que veiculou na sua secção na "Fôlha", sôbre a nossa arqueologia e a nossa pré-história, que um professor da Universidade de São Paulo teve de protestar, e de maneira veemente como tudo faz crer. ⁽⁸⁾

Provavelmente uns tantos dos despautérios que o Sr. J. Monteiro inseriu na sua secção, de título "PANORAMA", na aludida "FÔLHA DE S. PAULO", foram sugeridos por outrém. Mas, de tôda maneira, uns e outros deram prova pública, também, do desconhecimento até da Lei Federal n.º 3.924, de 24 de julho de 1961, que "Dispõe sôbre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos." ⁽⁹⁾

Tornando, contudo, ao caso das erosões de Piracuruca, ditas "Sete cidades", teremos de notar que o Sr. Castelo Branco também leva em conta as locuções da mais exarcebada fantasia como as de autoria do Sr. Ludovico Schwennhagen e outros que tais. De outra parte o Sr. Castelo Branco teria se poupado de muitas canseiras, decorrentes da sua viagem ao Piauí, visto não ser nem geólogo nem arqueólogo. ⁽¹⁰⁾

Estamos, porém, e isso desejamos fique claro, que os desacêr-tos do autor das considerações que ora tratamos, devem decorrer do seu pouco trato em assuntos tão complexos, e daí a sua confusão que também cria envolvendo coisas de fantasia com verdades científicas, tudo entremeado com nomes de professôres universitários, de profissionais, e de sábios tais como Lund, Ladislau Netto e Martius.

Outra questão também abordada naquele trabalho foi a da "Pedra Gávea" e isso com a mesma feição indagativa no tocante a uma possível origem fenícia. Mas, decerto essa indagação não teria sido formulada se tivesse havido uma pesquisa na bibliografia científica, especializada, uma vez que nêsse repositório consta um estudo que esgota o assunto, de autoria do Dr. Luciano Jacques de Moraes, e onde fica comprovado que os supostos sinais ou letras não passam de desgastamentos promovidos, principalmente, pelas águas pluviais. ⁽¹¹⁾ Compete-nos recordar, aliás, que

- 7) «Fôlha de São Paulo», número de 2 de junho de 1970, in «Faleceu Jerônimo Monteiro».
- 8) O redator de «Panorama» in «Fôlha de São Paulo», faz alusão a uma carta assinada pelo Prof. Ulpiano de Menezes, diretor do Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo. Vide os números de 10 e de 17 de outubro de 1939, daquêle jornal.
- 9) Vide, por exemplo, o artigo 1º da citada lei.
- 10) O que se depreende em «Panorama» — Fôlha de São Paulo, nº 29-1-1970, e conforme «Fôlha de São Paulo», nº 5 de fevereiro de 1970.
- 11) Luciano Jacques de Moraes — As Pseudo-inscrições da pedra da Gávea — in «Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros», nº 4, maio de 1944. Há também, em carta que nos enviou (23-8-944) uma referência a essa ocorrência, que denomina de «pseudo inscrição».

outra contribuição interessante, com relação à nossa arqueologia, feita por êsse renomado geólogo, é a que além de cuidar e publicar algumas inscrições rupestres nordestinas ainda inéditas, nos presta informações de natureza histórica a respeito dessa famosa pedra de "Pouso Alto", na Paraíba e da sua discutida inscrição em fenício. ⁽¹²⁾

Em contribuição posterior, numa modalidade de reportagem, mas ainda publicada, a nosso ver, em coluna imprópria, o Sr. Castelo Branco apesar de demonstrar as mesmas tendências anteriores e de veicular umas tantas conclusões apressadas, sem dúvida nos presta informações interessantes. ⁽¹³⁾

Quanto a um novo encontro de inscrições rupestres na "Região do Diamantino", teremos de recordar que pelas colunas do mesmo matutino, há alguns anos passados publicamos algumas das fotografias que tivemos em mãos, relativas a uma valiosa descoberta arqueológica, dita "Itacoatiara de Diamantino", estando as respectivas insculpturas no interior de uma gruta da aludida região. ⁽¹⁴⁾

Cumpre-nos declarar, todavia, ter tido conhecimento dessas ocorrências, espeleológica e arqueológica, por intermédio do Padre Maurício Laporte, com quem então mantínhamos correspondência, e que posteriormente nos enviou a aludida documentação fotográfica, feita pelo Padre Venturelli. ⁽¹⁵⁾

Em se tratando de arqueologia mato-grossense obrigatoriamente teremos de citar desde logo a inscrição rupestre do "Morro do Triunfo". ⁽¹⁶⁾ Essa itacoatiara descoberta pelo grande etnólogo alemão Dr. Max Schmidt, e que fôra gravada num rochedo numa extensão de cerca de 36 metros, era, ainda ao tempo de seu encontro, um documento arqueológico da mais alta importância, apesar de alguns dos seus sinais se acharem profundamente danificados pela ação de agentes naturais. ⁽¹⁷⁾

Também de muita importância e particular interesse arqueológico é essa sinalização rupestre da "Pedra Riscada", existente no Estado de Goiás e pormenorizadamente copiada pelo Brigadeiro Lysias Rodrigues. ⁽¹⁸⁾ Sobre essa curiosa itacoatiara que segun-

12) Luciano Jacques de Moraes — Inscrições Rupestres no Brasil. Publicação 64, Série I.D. — da «Inspetoria Federal de Obras contra as Secas» — Rio de Janeiro, 1924, págs. 37/38.

13) Renato Castelo Branco — «A pré-história em Mato Grosso» — in «O Estado de São Paulo» — Atualidade Científica, nº de 31 de maio de 1970.

14) José Anthero Pereira Júnior — «Uma interessante descoberta arqueológica» a «Itacoatiara de Diamantino», in «O Estado de São Paulo», nº de 4 de junho de 1952.

15) José Anthero Pereira Júnior, trabalho citado em (14).

16) Max Schmidt — «Nuevos hallazgos de grabados rupestres en Mato Grosso». — «Revista de la Sociedad Científica del Paraguay, Tomo V, nº 1, 1940.

17) Max Schmidt, op. cit.

18) Lysias Rodrigues — «Roteiro do Tocantins», Rio de Janeiro, 1943.

do êsse saudoso oficial da nossa fôrça aérea reproduz o aspecto do céu no signo de Aries, publicamos um trabalho no qual damos conta dessa interessante particularidade. ⁽¹⁹⁾ Ao que nos consta, porém, existiriam no nosso território outras ocorrências similares.

E foi pelo grande interêsse arqueológico que representam as nossas inscrições rupestres que juntamente com o Dr. Alberto Childe, do Museu Nacional, tencionamos, certa vez, promover o levantamento de todos os documentos de sua classe porventura existentes no território brasileiro, conforme atesta a correspondência então trocada. ⁽²⁰⁾

Infelizmente, como consta dessa correspondência, não logramos obter o necessário apoio financeiro de dados de Institutos oficiais. Da mesma forma haveria de nos faltar verba para a moldagem das inscrições rupestres de Ingá, e entre elas o "MONUMENTO de Ingá", cujo tombamento conseguimos. Também, por motivos idênticos, deixamos de, no interêsse da arqueologia brasileira, examinar o arquivo da "Comissão Rondon", conforme convite do Brigadeiro Lysias Rodrigues, devidamente autorizado pelo Cel. Jaguaribe Gomes de Mattos, que declarava nos assegurar tôdas as facilidades para o "desideratum". ⁽²¹⁾

Feitas essas considerações tôdas, nesta altura, naturalmente, de interêsse não mais que informativo, tornamos às informações prestadas pelo Sr. Castelo Branco, sob o título de "Pré-História de Mato Grosso", para recordar que segundo a Lei Federal n.º 3.924, já citada neste trabalho a estátua de 152 cms. deparada pelo engenheiro Ramis Bucair em um gruta calcárea, e ainda pelo inusitado do encontro, caso não estejamos incorrendo em êrro, deve ser o quanto antes encaminhada ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.

No que diz respeito à coleta e registro das inscrições rupestres, pelo que pudemos deduzir pelas fotografias estampadas, diremos que o processo utilizado não seria dos melhores.

Mas, entre tôdas as informações da reportagem que ora cuidamos, uma se nos apresenta como um fato que exige o conhecimento imediato das autoridades brasileiras, que é essa da remessa para a Alemanha dos diapositivos das inscrições rupestres avistadas pelo Frade Canuto Amman, recentemente falecido.

Relativamente ao pensamento dêsse religioso franciscano em supôr que as inscrições rupestres que estudou estavam "relacionadas com as viagens dos fenícios e dos seus aliados a esta parte

19) José Anthero Pereira Júnior — «Uma Itacoatiara Singular», in «O Estado de São Paulo», n.º de 19 de dezembro de 1946.

20) José Anthero Pereira Júnior — Algumas Cartas de Alberto Childe sôbre a Itacoatiara de Ingá. — in «Anhembi», n.º 86, São Paulo, 1958.

21) Brigadeiro Lysias Rodrigues — Cartas que nos enviou em 20-2-1950 — 22-3-1950 — 27-3-1950 — 20-4-1950 e 1-5-1950 que encaminhou a carta do Cel. Jaguaribe Gomes Mattos.

do mundo" ⁽²²⁾, diremos que de momento, por carência de documentação hábil, essa hipótese deve ser encarada de uma maneira prudente, pois pode não passar de uma parcela mais moderna dessa questão sempre discutida e nunca comprovada que é a da passagem pelo Brasil desse povo de navegadores e de comerciantes.

Finalizando diremos que, na qualidade de arqueólogo de longa prática de campo, pelo nos foi dado observar relativamente à esfoliação e a decomposição das superfícies das rochas, fenômeno tão ativado no nosso país conforme faz notar Branner ⁽²³⁾, não temos como provável o encontro de inscrições rupestres de antigüidade muito grande, ou seja idêntica àquela que deveria apresentar os documentos porventura deixados pelos fenícios, gravados na pedra.

22) Renato Castelo Branco — «A Pré-história em Mato Grosso», op. cit. Vide Mais «O Estado de São Paulo», nº 17-10-1969. (Do correspondente).

23) John Cásper Branner — 1º — Geologia Elementar — Segunda Edição, 1915. 2º — Decomposição das Rochas no Brasil — Boletim Geográfico n.ºs 58 e 59. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1948.

NOTAS SÔBRE A VIDA DO DR. CORTINES LAXE E ALGUNS DADOS GENEALÓGICOS

BRASIL BANDECCHI

O Dr. João Batista Cortines Laxe, natural da Cidade de São Paulo, foi distinto advogado, correto político e notável conhecedor da vida municipal brasileira, tendo nos deixado, entre outros trabalhos, obra intitulada *Regimento das Câmaras Municipais ou Lei de 1º de outubro de 1828*, na qual a Introdução Histórica é estudo que indica seu alto conhecimento da organização e dos poderes das vilas do Brasil Colônia e Império como as notas ao texto legal atestam o jurista atento e especializado na matéria em foco.

Desde meus tempos de vereador à Câmara Municipal de São Paulo que o cito e estudo.

E por esta razão e por dever de ofício, quando li o *Ensaio Sobre a Matéria Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*, publicado pela dinâmica Editôra José Olympio, em 1956, e de autoria de Rodolfo Garcia, ao perceber que o capítulo relativo ao município, nessa obra, era quase todo reprodução (sem aspas) ao pé da letra da Introdução de Laxe, senti-me no dever de, num pequeno volume, divulgar a referida Introdução, para que se desse o seu a seu dono. Fiz, então, duas edições dêsse trabalho de Cortines Laxe, uma em 1962 e outra em 1963. No prefácio não disse claramente porque o fazia e disto me arrependi. E tanto me arrependi, que no dia 7 de março de 1963, publiquei no "Diário de São Paulo", um artigo intitulado *Distração e Ausência de Aspas*, que vale a pena transcrevê-lo por inteiro:

"As vêzes, ou por distração ou por economia, a ausência de aspas em certas publicações acaba colocando louros de uns em cabeças de outros. Não vai neste estudo a intenção de culpar quem quer que seja, nem o desejo de diminuir talentos, mas a vontade sincera de chamar a atenção de autores e editores, a fim de que, no futuro, evitem certos enganos e seja dado a cada qual o que lhe pertence. Nenhuma imortalidade ficará ameaçada e aqueles que já se encontram no pedestal da glória, no pedestal da glória continuarão.

Vamos ao assunto. E começemos por Maciel Monteiro, um dos homens mais vaidosos da nossa história, que não aceitou um lugar

de senador para não exibir, ocupando o cargo, o constante atestado de ter passado dos quarenta anos de idade, celebrizou-se com um único soneto. Este soneto vale pelos dois últimos versos, que constituem a *chave de ouro*, por tantos poetas suspirada e por tão poucos conseguida. Eis a poesia:

*“Formosa, qual pincel em tela fina
debuxar jamais pôde ou nunca ousara;
formosa, qual jamais desabrochara
na primavera a rosa purpurina;*

*formosa, qual se a própria mão divina
lhe alinhara o contorno e a forma rara;
formosa, qual no céu jamais brilhara
astro gentil, estréla peregrina;*

*formosa qual se a natureza e a arte,
dando as mãos em seus dons, sem seus louvores,
jamais soube imitar no todo ou parte;*

*mulher celeste, oh! anjo de primores!
Quem pode ver-te, sem querer amar-te?
Quem pode amar-te sem morrer de amores?”*

Alvaro Teixeira no prefácio que escreveu para o livro *Terra Incognita*, de Múcio Teixeira (Casa Duprat Editôra, São Paulo, 1916, pág. 35), situando Maciel Monteiro no grupo dos poetas a Arvers, isto é, dos que se tornam célebres com uma única poesia, lembra que os dois últimos versos que “são precisamente os mais inspirados”, não pertencem ao poeta brasileiro, mas sim a José Zorilla:

*“Nadie te mira, sin querer amarte,
y nadie te ama sin morir de amores!”*

Ainda no citado prefácio, Alvaro Teixeira faz esta revelação que deve decepcionar muito mais do que o soneto de Maciel Monteiro: “Outro poeta nosso também se distinguiu por uma só estrofe, F. Otaviano, no *Quem passou pela vida em branca nuvem...* que, no entanto, é simplesmente a tradução fiel de uma estrofe de Goethe, que é citada em quase tôdas as antologias alemãs.”

Note-se, que Francisco Otaviano, jornalista brilhante e de espírito superior, era grande tradutor de poesias e, possivelmente, a estrofe que por si só é um mimoso poema de fácil vulgarização, de tanto ser publicada, de tanto correr mundo, acabou deixando para trás, no Brasil, o nome do autor.

Caso idêntico aconteceu com *O Boi* de Josué Carducci, que vem publicado na *Pequena Edição dos Sonetos Brasileiros*, de Laudelino Freire (F. Briguiet & Cia., Rio de Janeiro, 1914, pág. 179), como sendo de autoria de Odilon Nestor de Barros Ribeiro, que foi apenas seu tradutor, aliás bom tradutor.

E para encerrar, citarei uma das maiores distrações em matéria de aspas e de citação do nome do autor de algumas páginas que se encontram no *Ensaio Sobre a História Política e Administrativa do Brasil*, de Rodolfo Garcia. É bom declarar que se trata de obra póstuma, e que tudo indica não foi organizada pelo autor. Mas o que espanta é que passou pelas mãos de três ilustres historiadores, Otávio Tarquínio de Sousa, então diretor da coleção em que a obra foi editada; Afonso de Taunay, que escreveu o prefácio; e, finalmente, foi revista por um conhecido e competente professor de história do Brasil, Hélio Viana. Pois nenhum deles percebeu que, boa parte do capítulo sobre o município (págs. 92 e seguintes) é de Cortines Laxe, trabalho publicado em 1868, seguido de edição aumentada em 1885, tiragem esta sob os cuidados de três ilustres juristas. Faço esta observação, para que, nas edições futuras desse livro de Rodolfo Garcia, venha à luz sem esta falha, que tenho certeza, involuntária, mas que pela falta de aspas e pela não citação do nome de Laxe, constitui uma injustiça para com um ilustre brasileiro, profundo conhecedor das comunas de nossa terra."

Face da defesa e divulgação que fiz da obra de Cortines Laxe, pessoa de sua família, a escritora Dagmar Meireles Muniz, residente no Rio de Janeiro, enviou-me algumas Notas escritas em um caderno pelo próprio Cortines Laxe, relativas a sua família e sua vida, e atualizada, no que tange à genealogia, pela própria escritora que gentilmente me cedeu cópia das anotações feitas pelo jurista e que vão a seguir:

“NOTAS SOBRE A VIDA DO DR. JOÃO BAPTISTA CORTINES LAXE

(De um caderno escrito por êle próprio e completado por
Dagmar Meireles Muniz).

Ascendentes:

Dr. D. FRANCISCO INACIO CORTINES — Nasceu na Espanha. Era Conselheiro de Estado e morreu em 1790 na cidade de Caracas, na Venezuela, sendo Ouvidor. Consta na certidão de batismo de seu filho, João (pai do Dr. João Baptista), escrita em espanhol e autenticada pelo bispo de Caracas, D. Mariano. Foi D. Francisco casado com

- D. JOSEPHA ESPINOSA DE LOS MONTEIROS — natural de Sevilha, na Espanha. Quando enviuvou, em Caracas, viajou para a Europa em companhia de seus dois filhos:
- D. JOSÉ CORTINES Y ESPINOSA — Morreu no posto de General de Engenheiros na Espanha.
- D. JOÃO DE LA CRUZ CORTINES — Pai do Dr. João Baptista, foi batizado em 30 de novembro de 1789, tendo nascido no dia 28 do mesmo mês e ano. Na pia batismal recebeu o nome de Juan de la Cruz, Clemente, Andrés, Raphael, Maria de la Paz, como se vê da certidão de batismo. Foi padrinho D. Julian Daiz Sarabiá, do Conselho de sua Majestade, o Rei da Espanha. Por morte de seu pai seguiu para a Europa onde seguiu a carreira militar. Em 1811 era subtenente do Regimento de Infantaria da Espanha. Em 4 de novembro de 1811, foi nomeado tenente, com destino à praça de Montevidéo, para onde seguiu logo. Em 1º de Janeiro de 1814 foi, pelo Governador Geral D. Gonzaga Vigodet, nomeado capitão da 1.ª Companhia do Batalhão de Madrid, em atenção, diz a patente, aos seus apreciáveis e distintos serviços. Já antes, em 12 de novembro de 1811, havia sido, pelo mesmo D. Gaspar Vigodet, nomeado Ajudante Major do Batalhão de Voluntários de Madrid. Em 12 de janeiro de 1819, por patente assinada em Lima por D. Joaquim Pezuela Y Sanchez, Vice-Rei do Peru, foi nomeado Capitão da 2.ª Companhia do 1º Batalhão de Infantaria de Burgos a 2 de janeiro de 1821 obteve de D. José da Serna e Inojosa, Vice-Rei do Peru, licença de ir a Espanha pela via do Panamá. Era então Tenente-Coronel, como se vê no seu passaporte. Concluiu por aderir à Independência de Montevidéo; quando êste Estado passou a ser província brasileira, veio para o Brasil, onde, depois de residir algum tempo no Rio de Janeiro, foi estabelecer-se na cidade de São Paulo. Nesta cidade faleceu em 1830, sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Em 1817, na cidade de Montevidéo casou-se com:

DONA MARIA DOLORES LAXE — Filha do Dr. D. José Antônio de Laxe e sua mulher D. Josepha d'Acuña. D. José era médico e filho de Corunha, na Galizia e D. Josepha, de Cadiz, onde nasceu D. Maria Dolores. Além de D. Maria Dolores, teve o Dr. Laxe duas filhas: D. Josepha, que casou com o Coronel Theodoro Burlamaqui; e outra, cujo nome ignoro; esta casou-se com um militar português, Fortunato de Melo e teve um filho, que se foi estabelecer em Cuba. Faleceu em 1860 no Rio Bonito.

Do casamento de João de la Cruz Cortines com D. Maria Dolores Laxe, nasceram três filhos: José, nascido em Monte-

vídeo, Eduardo nascido no Rio de Janeiro, e João, nascido em São Paulo.

JOSE ANTONIO CORTINES LAXE — Nasceu em 1818. Foi criado no Rio Grande do Sul, até 1842 em companhia de seu avô Dr. D. José Antônio Laxe. Em 1842 veio para a província do Rio de Janeiro, trazendo em sua companhia o seu primo José Theodoro Burlamaqui. Entrou para o serviço do Corpo Policial da Província, onde serviu até 1860, sendo reformado no posto de tenente. Serviu de coletor das rendas em Valença, sendo secretário da Câmara Municipal. Casou-se com D. Rosalina Cândida Cabral, filha legítima de Manoel Maria Cabral, que depois de viúvo ordenou-se e morreu vigário de Angra dos Reis. Dêste casamento teve oito filhos: Carolina, Carlota, Carlos, Maria, Alfredo, Raphael, Julio e Adelaide.

EDUARDO AUGUSTO CORTINES LAXE — Nasceu no Rio de Janeiro em 1829 e faleceu a 29 de agosto de 1867, no Rio Bonito e era Major do Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional do Rio Bonito. Casou-se em 1852 com D. Apolinaria Candida Marinho, filha legítima do Coronel Carlos José Marinho e de D. Apolinaria Candida de Araújo. Dêste casamento nasceram os filhos: Eduardo, Julia, Carlos, Ernestina, Rosalina, Alberto e Gustavo.

JOÃO BAPTISTA CORTINES LAXE — Nasceu em São Paulo em 24 de junho de 1830. Neste mesmo ano de 1830 faleceu o seu pai.

Sua mãe, D. Dolores, casou-se em segundas núpcias com o Dr. José Augusto Gomes de Menezes, que foi Juiz de Direito em Cabo Frio, chefe de Polícia em São Paulo em 1842, 1843, chefe de Polícia Interino na Província do Rio de Janeiro, Deputado Provincial em muitas Legislaturas, Deputado Geral pela Província do Rio de Janeiro na sessão dissolvida em 1848. O Dr. José Augusto morreu em 23 de dezembro de 1852, caindo de um cavalo, com ataque cerebral. Dêste casamento, D. Dolores teve um filho com o mesmo nome do pai, que estudou até ao 3º ano de direito, ficando doente dos olhos, tendo ficado cego. D. José Augusto era Oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo. D. Dolores morreu na vila de Rio Bonito, Província do Rio de Janeiro, em 1860.

Dr. João Baptista foi criado em Cabo Frio pelo padastro, juntamente com o seu irmão Eduardo e o irmão nascido das segundas núpcias de sua mãe.

Estudou no curso da Aula de Comércio, depois designado por Instituto Comercial, matriculou-se na Academia de Direito de São Paulo, onde se formou, tomando o grau de Bacharel em 1858, aos 28 anos. Quando estudante em São Paulo,

lecionou História Geografia e Geometria, no Colégio Brasileiro, pertencente a João Carlos da Fonseca e no Atheneo Paulistano de Júlio Galvão de Moura Lacerda.”

Até aqui as notas de Cortines Laxe. A seguir as de sua descendente:

“Nas “tradições e Reminiscências da Academia de São Paulo” de Almeida Nogueira, publicadas em São Paulo, 1907, Primeira série, lemos, entre os componentes da turma de -1854-58:

“João Baptista Cortines Laxe” — paulista, filho de João da Cruz Cortines.

“Já não era menino quando se matriculou no 1º ano”. Entretanto, não perdeu o tempo nos estudos preparatórios, pois adquiriu regular preparo. E por sinal que lecionava em colégios diversas disciplinas.

“Tinha um talento de primeira ordem e o cultivava com esforço incessante, a tal ponto que não faltava entre os seus colegas quem o classificasse como — o primeiro estudante do ano”.

Teve como colegas de turma: Visconde de Ouro Preto, Aureliano Cândido Tavares Bastos, Balthazar da Silva Carneiro, Barão Homem de Mello, etc.

Em 1857, quando ainda estudante, publicou o “Estudo Ligeiro sobre os quatro primeiros séculos da Idade Média”, tendo no final da introdução a seguinte síntese: “A luta de três elementos diversos, os Romanos, os Bárbaros e o Cristianismo, ocupa a Idade Média. A igreja e o império tentaram reunir os povos cristãos em um só corpo; mas esse corpo tinha duas cabeças — O Papa e o Imperador. O dualismo torna impossível a unidade. A obra da Idade Média quebrou-se; mas legou aos tempos modernos uma rica herança. Em vez de uma inerte massa, decrepita e agonizante, que encontrou no Império Romano, deixou nações distintas, cheias de vida e de futuro”. Na primeira parte estuda a divisão etnográfica. Na segunda parte estuda a Itália, Francos na Gália, Espanha. Terceira parte estuda o Império Bizantino, os Árabes e a fundação do Califado, Roma e o Pontificado. Termina o livro com essas palavras: “Cumprido não ver nesse período da história da humanidade, um período de retrogradação; a humanidade, em seu caminhar sempre constante, parece, é verdade, algumas vezes retrogradar; essa retrogradação é porém aparente, porque a humanidade caminha não em linha reta, mas, como diz Goethe, em linha espiral. “Foi fundador e redator da revista “Guayana”, onde escreveu vários artigos literários, entre os quais, “Revolução Tupan e Amari, no Peru.” Em 1858 publicou, em Porto das Caixas,

Província do Rio de Janeiro, sendo também publicado no Correio Mercantil, "Duas palavras sobre a carta de Pio IX ao rei da Sardenha, ou, competência do Estado para legislar em matéria de casamento." Em 1861, também de Pôrto das Caixas, Breves reflexões sobre o compêndio de história média do Sr. João Batista Calogeras.

Tendo se transferido para o Rio Bonito, Província do Rio de Janeiro, aí e em Araruama e na cidade do Rio de Janeiro exerceu a advocacia. Foi vereador em quase dois quadriênios no município do Rio Bonito, deputado à Assembléia Legislativa Fluminense, pelo círculo de Cabo Frio nas legislaturas de 1869-61; reeleito para as duas legislaturas seguintes, não se candidatou para a de 1866-67; elegeu-se em seguida para as legislaturas seguintes até a sua morte em 1875.

Em 1868 publicou, em volume de 290 páginas, o Regimento das Câmaras Municipais, ou Lei de 1º de outubro de 1828, anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que alteram ou revogam suas disposições e explicam a sua doutrina. Esses comentários é precedido de um histórico das câmaras municipais, e municipalidades, em Portugal, e no período da colônia, comentando as Ordenações Affonsinas, Manoelinas e Philipinas, o processo eleitoral de então. Estuda a lei de 1º de outubro de 1828 que organizou as câmaras municipais com a consequente modificação introduzida pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Os 120 artigos da lei de 1º de outubro de 1828 são comentados um por um, citando opiniões doutrinárias de autores nacionais e estrangeiros. Em seis apêndices, transcreve leis e regulamentos que interessam aos municípios. No final, apresenta uma "Breve notícia", em 135 páginas, "da criação dos municípios da província do Rio de Janeiro". Foi um livro que se tornou clássico na biblioteca de todo advogado. Após a morte de Cortines Laxe, em 1885 foi feita segunda edição desse livro, atualizada e aumentada pelo Dr. Antônio Junqueira de Macedo Soares, juiz de Direito.

Em 1861 casou-se com D. Júlia Pereira de Mesquita, filha de Joaquina Pereira de Mesquita e D. Albina Luiza de Mendonça, tendo tido dois filhos: Arthur e Maria Júlia. Enviuvou em 1869, contraiu segundas núpcias em 1872, com D. Joaquina de Souza Meirelles Soares, filha do Tenente-Coronel Joaquim de Souza Meirelles, que tomou parte nas campanhas Cisplatinas do primeiro reinado, tendo sido elogiado por sua atuação de oficial de ligação entre a vanguarda e retaguarda na batalha de Passo do Rosário, e de D. Maria José Avilla de Souza Meirelles. D. Joaquina de Souza Meirelles Soares era viúva de seu amigo e colega de turma Alberto Antônio Soares, filho do grande jurista Caetano

Alberto Soares. D. Joaquina tinha tido deste consórcio três filhos, Oscar, falecido em tenra idade, Oscarina e Albertina, tendo Oscarina falecido pouco após as segundas núpcias.

Das segundas núpcias teve uma filha, Laura.

Em março de 1875 faleceu após rápida e não diagnosticada doença, em Araruama, tendo sido enterrado no cemitério de Boa Esperança, município de Rio Bonito.

Os três filhos que lhe sobreviveram:

ARTHUR MESQUITA CORTINES LAXE — Nascido no Rio Bonito, em maio de 1862, formou-se em direito na Escola de São Paulo, foi promotor em Rezende, onde contraiu núpcias com D. Amélia Rocha Miranda, filha dos Barões do Bananal. Transferiu sua residência para São Paulo onde exerceu advocacia até a sua morte em abril de 1923. Dêse casamento teve três filhos, Rogério, falecido com um ano de idade, Lauro que estudou direito e exerceu advocacia em São Paulo, falecido em 1935 e em estado de solteiro. Arthur, falecido em 1960 industrial; era casado com D. Truziana Romeo tendo tido dois filhos: Lauro, casado e industrial e Lais, casada com Dr. Bento Pupo Pesce, juiz de direito.

MARIA JÚLIA CORTINES LAXE — Nascida no Rio Bonito em 12 de dezembro de 1863. Dedicou-se às letras tendo publicado dois volumes de poesias com o nome de Júlia Cortines, sendo considerada poetisa de grande talento da escola Parnasiana. No final da vida dedicou-se ao magistério particular ensinando português e literatura. Faleceu solteira no Rio de Janeiro a 19 de março de 1948.

LAURA CORTINES — Nascida em Niterói em 1874, tendo perdido o pai com menos de um ano de idade, foi educada pela mãe. Casou-se com o primo Emmanuel Meirelles Moniz, tendo tido três filhos: Dagmar, solteira, que tem colaborado em revistas; Roberto, engenheiro civil, professor da Escola Nacional de Engenharia, casado com D. Helena de Mendonça Furtado e Albertina, falecida com menos de um ano.”

MEDITAÇÕES À MARGEM DO MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870

PROF. SEBASTIÃO PAGANO

A guerra tão cuidadosamente preparada no Paraguai com material bélico fornecido por certas nações da Europa, visava a destruição do Império do Brasil que se achava num processo de desenvolvimento que fazia prenunciar admirável futuro. Tais nações temiam que o Brasil tomasse rumo altamente progressista barrando o advento de um imperialismo economico-financeiro que na época estava nos seus maiores dias. Lord Russell chegou a publicar o tratado secreto da Triplice Aliança (v. "**História do Brasil**" do Pe. Rafael Galanti, S.J., 5.º vol.). Essa guerra conseguiu, por um momento, abalar ou retardar esse progresso, logo retomado com ímpeto graças ao espírito de iniciativa brasileiro com grandes empreendedores como o barão (depois visconde) de Mauá, Mariano Procopio, Caldeira Brandt, Teixeira Leite, Vasconcelos, o conde de Figueiredo e outros que fizeram verdadeiras proezas pioneiras. Não havia, entretanto, motivos, depois da guerra, para animosidades contra o trono. A riqueza do país era imensa, e sinônimo de milionário era brasileiro. Em Paris nalgumas canções se dizia "un riche brésilien". Essa prosperidade era alarman-te para os flibusteiros da alta banca internacional e até, depois da abolição da escravatura, a Casa Rotschild pagou durante onze mezes as festas dos libertos a fim de atrapalhar a colheita do café que, felizmente, foi a maior da época. Era tão sólida a situação econômica-financeira em 1888 que, casando-se uma Rotschild, o pái deu-lhe de presente bonus do Império do Brasil, porque valiam mais que ouro. Não havia razões para a queda do trono senão a exploração de certos ressentimentos pessoais entre políticos e militares, transitorios, mas explorados por uma imprensa venal.

Mas, certas sociedades secretas, e este é tódo um capítulo da História de profundidade, inspiraram a dissensão ideologica que não cabia no remanso de uma sociedade que se alargava de conquista em conquista na ciência, nas artes, na tecnica da época e que vencera uma guerra de cinco anos pela bravura dos seus marinheiros e soldados e para a qual não estava preparada. A dissensão viria pelas "idéias novas" como hoje faz o socialismo

estrangeiro que procura minar o desenvolvimento, o crescimento, a paz social e política dos povos, derramando muito dinheiro.

Outrora, as "idéias para a frente" eram liberais contras os conservadores, dos liberais radicais contra os conservadores já adiantados; dos republicanos contra os liberais já mais radicais, sendo retrógrados os anteriores; depois, dos democratas adiantados contra os restantes liberais; por fim, hoje, dos comunistas contra os democráticos liberais. É um "perpetuum fieri" e cada dispauterio ideologico afirmando-se mais em dia com as "ideias ainda mais novas", novíssimas (que na História política são fósseis — "nihil sub sole nuovo" já dizia Salomão), cada vez mais catastróficas e grosseiras, repetindo eternos erros de passadas eras para serem substituídos pelo anarquismo (brincadeira do príncipe de Kropotkhine) e pelo nihilismo, a que já se está chegando com o "hippiismo" e outras mazelas que destroem tôda sombra do passado conservador sem admitir que conservador não é o obsoleto passadista ou conservantista que conserva por conservar, mas que tem o bom senso de conservar o que não pode ser substituído por algo melhor. Os "hippies", na sua crassa ignorância, pensam ser novidade. Pois foram os partidarios da filosofia cínica de Diogenes; os "fratticelli" da Idade Média. Mas, dizia Renan que a ignorância humana dá ideia do infinito. Digamos como Dante: guarda e passa... se não quiserem nos tirar a péle. Assim foram os republicanos que se supunham "modernos" diante das Monarquias, plásticas, adaptaveis a tôdas as épocas e de princípios fundamentais úteis, que não mudam.

Hoje, o sistema republicano que foi o começo dessas transformações defende-se do comunismo que é seu fruto como a monarquia foi vítima das repúblicas, porém, a monarquia jámais pactuou com o socialismo, anarquismo ou nihilismo que sempre são republicanos, não monarquistas. Destruindo a autoridade tradicional, que é um tôdo sucessivo, como podem admitir autoridade se nesse eterno refazer cada um se supõe autoridade pelo princípio "hodie ego, cras tibi"?

Nada ha de moderno ou antigo, mas verdadeiro ou falso.

Em 1870, porém, as idéias republicanas não estavam em moda, porque, se na França a república depois se afirmou, ésta só foi oficializada muito tempo depois, de 1870 porque os monarquistas a permitiram. O marechal de França Patrio Mauricio Mario Edmundo de MacMahon estava na presidência esperando, durante sete anos (o seu septenado) para realizar a monarquia. Dirigiu-se por fim, com tôda a Asembléia Nacional, a Frosdhorf a pedir ao Conde de Chambord que assumisse o trono da França. O nobre príncipe não o aceitou para não comprometer a Corôa e a França com os malsãos principios do individualismo, liberalismo e capitalismo saídos da Revolução.

Diante da instância e da recusa, a república foi proclamada provisoriamente pelos deputados monarquistas em maioria. Mas a república não desejada ficou e quasi levou a França à ruína com duas guerras e os mais monumentais escandalos, até que chegou a uma monocracia como a do general de Gaule, pois as repúblicas sempre desembocam na ditadura, salvo explicáveis exceções. Hoje, ha um governo cujo chefe é “fondant d’État de la Maison Rotschild”, substituindo os francêses as iniciais R.F. (République française) por R.F. (Rotschild frères).

Logo, o Manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870 não teve inspiração em idéias republicanas que não vigoravam na Europa tôda monarquica.



O Manifesto foi redigido por Quintino Bocaiúva até o capítulo “A verdade democrática” já escrito por Salvador de Mendonça, e que era amigo do neto do Imperador, o Duque de Saxe com quem muito se parecia, dando muita confusão quando estiveram nos Estados Unidos.

Esse Manifesto tem uma argumentação histórica tôda falsa, sobretudo no que diz respeito à liberdade de imprensa.

Elmano Cardim, diretor do “Jornal do Comércio”, o segundo jornal em antiguidade no Brasil, em estudo publicado no “**Digesto Economico**” (S. Paulo, n.º 213, maio-junho 1970), “**A imprensa no reinado de D. Pedro II**” mostra amplamente a grande liberdade de imprensa existente no Império (págs. 64-81), terminando: “Veio a República e encerrou-se um periodo único na história da Imprensa brasileira. Foram 49 anos de reinado em que não houve estado de sitio, nem se votou qualquer lei especial contra a liberdade de imprensa. Dom Pedro II não o permitiu. Caberia à República o triste fadário de criar peias às liberdades que a Monarquia amparou, protegeu e preservou, dando prova de que isso é possível e de que, mesmo com a aparência de um erro, pode uma sociedade organizar-se e engrandecer-se sem o recurso à violência, à tirania ou à ilegalidade” (pg. 81).

Julio de Mesquita Neto, regressando hontem de um congresso no México, de imprensa latino-americana, declarou: “não ha liberdade de imprensa no Brasil”. Cem anos após! . . .

O Manifesto foi publicado no jornal “**A Republica**” (sob a República não ha nenhum jornal “A Monarquia”) então dirigido por Quintino Bocaiúva e depois por Salvador de Mendonça, tendo durado até 1874. Foi assinado por 58 personalidades. A primeira assinatura foi de Saldanha Marinho então poderoso irmão maçônico — Ganganelli. E da participação desta sociedade internacional nesse evento político, um dos seus grão-mestres, Tenório

Cavalcanti de Albuquerque (não o seu homônimo deputado) no seu livro **“A Maçonaria e a grandeza do Brasil”**, atribue a essa sociedade internacional — sobre a qual ha farta bibliografia documentada — tôda a ação da qual resultou a proclamação da república, cujo primeiro gabinete era exclusivamente de irmãos, dizendo: “agora, nem bulas nem burlas”. É certo que D. Pedro I, entrou numa loja, mas para a destruir, como o Duque de Guise entrou na Liga. Aliás, o senador da República, Joaquim Felício dos Santos, publicou no jornal católico **“A União”** uma “pranch” das lojas reunidas de Campinas, também com a assinatura de Francisco Glicério, a tôdas as lojas do Brasil para que trabalhassem contra a instalação do III.º Reinado porque a Senhora Princesa Imperial Regente, **católica fanática**, iria desencadear furiosa perseguição à Maçonaria, e seu esposo, o Senhor Conde d’Eu, “é um homem avarento educado na fatal escola do direito divino e do **predomínio militar**”. Sempre tiveram pavor do Exército onde procuraram infiltrar-se, porque todas as monarquias, hierárquicas que são, têm origem militar e só com elas os Exércitos são uma Nobresa.

Foi Saldanha Marinho quem em 1870 fundou o Partido Republicano vinculando-o à sociedade a que pertencia, e que, no ápice, depois de vários circulos, é dirigida pelo sionismo financeiro-economico-imperialista.

O Império do Brasil, com seu bom mas exagerado amor a tôdas as liberdades públicas, jamais impediu que muitos jornais republicanos fossem publicados, o que não se verificou em contrapartida, na República, que até fóra da lei poz os monarquistas, mostrando assim que éla não foi uma “aspiração nacional”, mas de um grupo, e não permitiu, a troca de regime, manifestações monárquicas, embora das consultas à opinião pública sentimentalmente a maioria dos brasileiros é monarquista, sendo o único regime que, pela posição imparcial do monarca, acima de partidos e grupos, porque ineleito, não sendo parte, sempre poderia dar ampla anistia e unir os brasileiros num esforço conjunto em favor da paz e da grandeza do Brasil como ficou provado na crise da Independência e na tempestuosa e agressiva era das Regências (verdadeira experiência republicana) e só a Maioridade trouxe a paz e a união de todos os brasileiros. O Imperador-menino é que não trabalhou em seu próprio favor. Foi a consciência das realidades que levou a conservar o princípio monárquico. O Manifesto, entretanto, disse o contrário, negando indiscutível fato histórico.

Quantos, entretanto, mesmo signatários do Manifesto, passaram sua vida arrependidos de terem colaborado na troca do Império pela República. Provou-o bem João de Scantimburgo em conferência na Escola Superior de Guerra em São Paulo **“A crise política na érea da prospectiva”** (pgs. 87 a 104 do mesmo citado

“Digesto Econômico”) mostrando como apareceu o insanável vácuo da autoridade, insanável mesmo com as experiências mais bem intencionadas, porque destruiu-se uma autoridade legítima que desde 1500 a 1889 presidiu a formação do Brasil, com monarcas tão generosos que doaram tôdas as terras que lhes pertenciam e, hoje, se um dos seus descendentes quizer um palmo de terra, terá que comprá-la. Deixaram tôdas as instituições necessárias e meios econômicos de vida, dentre os quais, gratuitamente, o café e o açúcar, dos quais advêm mais de metade das divisas. Também do mesmo autor leia-se **“A crise da republica presidencial — do marechal Deodoro ao marechal Castélo Branco”** (Ed. Nacional).

O Manifesto chegou a afirmar que o Brasil monárquico era a única exceção na América. Mas a epilepsia política que dominava então todos os países republicanos, mesmo os EE. Unidos (que sempre desejaram ter uma monarquia e sangrou na maior guerra civil da História, a de secessão) deveria curar-se com a forma monárquica que todos os países da América desejaram e ainda hoje ha grupos de elite que trabalham para isso. É uma exceção hoje, na América, o Canadá monárquico, porém é o melhor país do continente. Um santo, um herói, um sábio são exceções: deve-se aviltá-los?

Segundo Oliveira Lima, até 15 de novembro de 1889 foram fundados 74 jornais e 237 clubes republicanos no Brasil, mas em Manifesto algo cómico ficou claro que foi no Clube dos Fenianos onde mais se trabalhou pela República, apesar de carnavalesco, e o proprio Rui Barbosa escreveu a respeito. O Clube, cobrando-se disso, pedia ao Congresso uma subvenção alegando que foi dos Fenianos que surgiu a República. Às vezes, por exaltamento dali partido, a policia intervinha sem levar ninguém à prisão. Era o Império protetor das liberdades e podia mesmo Sales Torres Homem lançar o **“Libélo do Povo”** atassalhando até a honra da ilibada Família Imperial. Mas nem por isso deixou ele de ser chamado aos Conselhos da Corôa e feito Visconde de Inhomirim, como Benjamin Constant positivista e republicano foi mestre dos netos do Imperador. Daí ter João Camilo de Oliveira Torres denominado **“Democracia coroada”** ao seu livro já em 5.^a edição estudando o Império brasileiro que, ao cair, teve do presidente Rojas Paul, da Venezuela, a expressão “cayo la única republica que habia en America: el Imperio del Brasil”.

Só no Império poderia, impunemente, ser lançado aquêlo Manifesto republicano que começava insultando o monarca, a dinastia, a constituição não outorgada (a outorga de constituições é um fenomeno soez nas repúblicas: desde a Independencia, a Colombia teve 22 e no Brasil são seis sem os adendos desde 1889). A Constituição do Império não foi outorgada mas aprovada por todas as Camaras municipais do Brasil, discutida em praça pública,

examinada por bispos, oficiais militares, funcionários e teve uma só emenda sugerida pela Camara de Itú contra títulos hereditários. Em conferencia no centenário da Constituição em 25 de março de 1924 o professor Spencer Vampré estudou-a declarando-a “monumento jurídico no seu genero”.

País realmente liberal, o Manifesto disse que se vivia sob a compressão e a violência, ninguém podendo justificar a afirmativa. Historicamente, entretanto, a idéia republicana realizada, que de revoluções, compressões e violências! Nem é preciso exemplificar. Tanta “compressão e violência” havia no Império que o Manifesto foi publicado, o partido republicano fundado e ninguém foi molestado. Ha permissão para um Partido Monarquista sob a República? Toda a virulenta “**Exposição de Motivos**” do Manifesto está anulada completamente pela História da República, porque tudo o que ali se escreveu, fruto da fantasia e má vontade, não honesta com a realidade de então, tornou-se fabulosamente realizado à enésima potencia sob a República, e de tal forma, que já nos primeiros anos da República, o marechal Deodoro (que em 1887 escrevia a um sobrinho no Rio Grande do Sul “não te metas em coisas de república, porque república no Brasil e desgraça completa são uma mesma coisa”) tão cansado estava diante da impossibilidade de vencer a desordem, que disse: “vou mandar chamar o dono da casa”. Mandou um emissário ao Imperador exilado, que respondeu: “se me chamarem, voltarei; conspirar, nunca!”. A morte colheu a ambos, o marechal e o soberano. Dom Pedro II, “uma das mais nobres figuras da humanidade”, como escreveu Afonso de Taunay, e no centenário do seu nascimento um Decreto do Presidente Bernardes chamou-o “o maior dos brasileiros”. Rumando amargurado para o exílio, não desembarcou na Bahia, onde havia tropas para o repôr no trono; não se confinou em Mato Grosso para avançar sobre o Rio. Nem aceitou o oferecimento da esquadra chilena. Jamais permitiria o derramamento de sangue brasileiro. Um rei é pai do seu povo, não quer lutas fratricidas; um rei é chefe do genus, o legítimo chefe da nação. Estivesse vivo o Duque de Caxias, glorioso patrono do Exército, e a república não teria sido feita. Sinceramente monarquista era êle, e um marechal tinha honras de príncipe de sangue.

Mais tarde, em 1913, seu neto, o genial Príncipe Dom Luís, — que em 1907 teve a coragem de vir ao Brasil para impedir que Rio Branco e Nabuco ligassem o Brasil ao “pan americanismo” (de tão pessimas intenções como o demonstrou em “**A ilusão americana**” o grande Eduardo Prado) e Rio Branco fez o presidente de então, o Conselheiro do Império Afonso Pena, impedir-lhe o desembarque — em seu Manifesto declarou “nunca meu venerando Avô nem minha Mãe, quizeram pescar uma Corôa em águas turvas; sempre lhes repugnou a ideia, siquer, de uma guerra civil”. Era a

lei para os monarquistas: nunca turvar o país por ideias políticas, nunca difamar o Brasil pois a Pátria é nossa Mãe, recebeu-nos ao nascer e nos alimenta. A um republicano histórico moribundo e arrependido que dizia estar o Brasil muito mal, respondeu, como sempre, Dom Pedro Henrique, “o mundo inteiro anda mal”. A lei foi seguida por Dom Pedro II, Dona Isabel, Dom Luís e atualmente por Dom Pedro Henrique. Tentativas revolucionárias de restauração foram proibidas pela Casa Imperial. Em 1916 a Monarquia teve tudo para ser restaurada e o foi em Ribeirão Preto, Taquaritinga e outras cidades e a bandeira do Império teria sido hasteada no palácio do governo de São Paulo e noutros Estados. Impediu-o o Príncipe Dom Luís. De uma carta que enviou ao Coronel Silvío Borba, destaquei este trecho: “Para derrubar o triste edifício, um simples empurrão bastaria. Quem o dará? Não me falta vontade, mas não quero expôr os meus amigos nem mesmo meus adversários”. Entretanto, o historiador Artur de Cerqueira Mendes escreveu que “foi o movimento mais sério e bem trabalhado para a restauração do antigo regime no País”.



O Manifesto republicano no capítulo “**O processo histórico**” contrariou illogicamente tudo quanto os grandes homens da Independência fizeram com raciocínio e amor, desde os Andradas a frei Sampaio ou Gonçalves Ledo e outros patriotas que acompanharam o Príncipe na sua jornada e na Constituinte em que havia sábios como Cairú, José Bonifácio e outros, o que deu a Homem de Mélo ensejo de escrever em “**A Constituinte perante a História**” esclarecimentos não áulicos porque não havia aulicismo como sob a República, mas argumentos racionais tal como os fatos se passaram, e que meio século depois foram criticados com palavras, sem fatos e que o Manifesto procurou desmoralizar. Esse capítulo de ódio político individual, depois de endossado pelos signatários, contraria totalmente a verdade histórica. Sabiam os pro-homens da Independência que, não fôra a épica espada do Príncipe Dom Pedro e a unidade territorial nunca seria mantida e o Brasil se fragmentaria em 14 republiquetas anarquizadas. Nenhum historiador honesto pode negar isso, mesmo os de ideias republicanas, e os proprios presidentes da República o têm confirmado quando das comemorações do dia da Independência, como recentemente o fez o saudoso marechal Costa e Silva. “Sem o Príncipe já jamais teríamos a unidade territorial”; quantos historiadores ditos republicanos escreveram isto! Foi êle quem rebentou cavalos indo a Vila Rica e a São Paulo; ele quebrou a 1.^a Confederação do Equador e a 2.^a com que Bolívar queria lesar o Brasil inspirando ideias separatistas e republicanas. Não foi nenhum dos seus ministros mas êle enfrentando o general Madeira e o conde Jorge de Avilez; foi êle quem reuniu os brasileiros, pois só a sua sobranceira posi-

ção de prestígio lh'o permitia. Ele não ficou comodamente no Rio, e quando aí estava, agia, e passava noites a consultar frei Sampaio e outros brasileiros ilustres. A luta foi ingente e entregou a causa de Independência a N. Sra. Aparecida. Foram os sábios homens que uniu que deram perpétuamente à dinastia o duro encargo representado pelo Imperador e Defensor perpétuo do Brasil reconhecendo a preeminência da Casa de Bragança sobre todos êles. Esse título ninguém pode arrebatara ao monarca e seus sucessores pela unanime aclamação dos povos, porque aquêles deputados realmente representavam o Povo que legitimamente os escolheu pelo voto corporativo e municipal que é a única e verdadeira democracia dos interesses públicos pela qual foram eleitos os deputados que foram lutar em Lisbôa contra os re-colonizadores e tiveram que fugir para a Inglaterra, e ninguém ousará negar que não foram autenticamente legítimos tais deputados e tais constituintes, porque se tratava, realmente, da participação popular numa democracia perfeita, localista e representativa de interesses, e não a falsissima democracia política revolucionária do sufrágio universal que tanto o Manifesto encareceu e é demagogia venal partidária e às vezes sofre influência subterrânea estrangeira.

Não tinha autoridade em falar de liberdade e democracia um Manifesto escravocrata que deixava à Monarquia o glorioso e pesado encargo da abolição que o Império realizou, valendo isso o Papa Leão XIII escrever a encíclica "**Libertas**" em honra do Brasil premiando com a única Rosa de Ouro pessoal da América (duas posteriores foram para Santuários) à maior figura de mulher do continente, Isabel, a Redentora, galardoada pelo seu gesto sacrificado e nobre. A ilustre Princesa, depois, no exílio, na capêla do castêlo d'Eu, diariamente resava pela felicidade dos brasileiros, diante de uma estátua do Sagrado Coração de Jesus tendo a seus pés uma das gloriosas bandeiras do Império, e dizia aos brasileiros que, não reconhecendo o novo regime, acatassem-no e às suas leis, trabalhando com as autoridades para o bem do Brasil.

Contra essa Senhora, que daria um reinado incomparavel, voltaram-se as furias das sociedades secretas, e um dos argumentos daquêla citada "pranch" — tantas vezes publicada — é de que era casada com um príncipe francês, quando a Realeza é uma instituição universal como o sacerdócio. Justamente aquêlo homem admiravel e bom que o republicano arrependido, Alberto Rangel, biografou mostrando-lhe a caridade, a lealdade, o valor militar como marechal do Exército brasileiro. Justamente num periodo em que a Rainha Vitória tinha a seu lado um Príncipe Consorte que foi seu melhor amigo e conselheiro. E hoje quantas soberanas governam com seus maridos estrangeiros mas com os quais têm um laço de sangue?

Defensor de "liberdades" o Manifesto? O escravagismo do Manifesto omitista fez Otavio Tarquinio de Souza escrever: "Para

os republicanos brasileiros de 1870 não existia o problema social, economico e político do trabalho servil, ou eles não queriam melindrar os senhores de escravos, grandes proprietários agrícolas, tão preciosos, sob vários aspéto, especialmente pela influência na hora das eleições". Oportunismo!



Sem prova alguma documental, o Manifesto encerra este insulto aos sábios constituintes de 1823-24: "Por áto próprio, o fundador do Império e chefe da dinastia reinante se consagrou inviolavel, sagrado e irresponsavel. A infalibilidade do arbitrio pessoal substituiu assim a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro. Que outras condições, em diverso regime, constituem o despotismo?"

Ora, não interferiu o Imperador na elaboração da Constituição assinada e feita por tão grandes e doutos brasileiros que seguiram a sábia doutrina de Benjamin Constant (o suiço) sobre o poder moderador que é exclusivo das monarquias, porque é arbitral, inviolavel como juiz e irresponsavel pelos fatos gerados para a arbitragem. E tão "irresponsavel" foi que dignamente abdicou provando nenhuma ambição pessoal. Dom Pedro I.º ainda não é completamente conhecido. Fêz um Império, resgatou um Reino e cfereceram-lhe a corôa da França, da Espanha e da Grécia, e é o único chefe de Estado da América citado pelo grande teorista Carlos de Haller com grandes elogios. Esse homem que escrevia um artigo por dia (v. "**Dom Pedro I.º, jornalista**" com fac-similes, de Helio Viana), compunha missas e óperas, foi maior que Alexandre, visitando hospitais e prisões (v. "**Memorias**" de Anton Von Schaeffer, secretário da Embaixada da Austria) e morreu com 34 anos na mesma sala Dom Quixote onde nasceu no palácio de Queluz, e que, saindo do Brasil de mãos vasia, com 7.500 homens desarmados que juntou nas ilhas, invadiu o Pôrto cnfrentando mais de 80.000 homens e, numa epopeia que durou dois anos, realizou, segundo os melhores críticos militares, o maior feito militar do século. Foi o maior homem da América, pois Washington não fez a Independencia daquêlas pequenas provincias que cabiam no território de Minas Gerais, e o rei de França mandou-lhes os melhores generais da época dispendendo mais de 800.000 dolares, que perdoou, e na última batalha, a de Saratoga, havia 28.000 francêses ao lado de apenas 3.000 estadunidenses. De Dom Pedro I.º disse o grande historiador Otavio Tarquinio de Sousa, sob a república: "êsse homem colossal não se exgota em três volumes (v. "**Vida de Dom Pedro I.º**") e escreveu dez sobre a "**Fundação do Império Brasileiro**".

Esse "déspota" para o Manifesto foi pái de outro "déspota". o Magnanimo, o "neto de Marco Aurelio", expressões estrangeiras, não compradas.

As lutas parlamentares do Império não dependiam do Imperador, eram os membros dos partidos que lutavam entre si cabendo ao monarca a dura missão de desempate, dissolução do Congresso e chamar um membro do partido majoritário para organizar o novo gabinete. Aliás, o Parlamentarismo não é da essência da monarquia, foi imposto pela conjuntura política e a primeira vítima do sistema é o soberano. Sua verdadeira representação política é outra, anti-partidária, municipalista e corporativa. Por causa de um gabinete, com sobranceria abdicou Dom Pedro I.º por causa de outro gabinete, desabou o trono. Como atribuir ao monarca o rodizio parlamentar? O proprio conde de Afonso Celso, republicano sob o Imperio e monarquista sob a República, teve que mostrar em **“Oito anos de Parlamento”** que não havia poder pessoal do Imperador (tão exclusivo da República o poder pessoal!) e, se este teria dito no exílio “leveí cincoenta anos a carregar maus governos”, na verdade, os homens coletivamente se transornam. Bem diziam os romanos “senatorum bonum viris; Senatus autem mala bestia”. Todas as críticas ao parlamentarismo partidário e lutas políticas, que abriam largas feridas, feitas no Manifesto, sofrem cauções explicativas. Cada caso é um caso, Mas, a demagogia, tomando frases isoladas, mesmo de monarquistas, não faz perceber as razões que deram origem a tais frases.



Quanto à Federação, sempre foi instituição das monarquias, que são essencialmente federativas. Aliás, “foederis” por corruptela deu “feudal” e o feudalismo é totalmente federativo, união de vontades, contratual, hierarquico, com direitos e deveres, e só quem conhece bem o regime feudal pode asseverá-lo. Elegioram-no Augusto Comte e Karl Marx. O Brasil, nascendo feudo da Ordem de Cristo, as Capitánias hereditárias eram um neo-feudalismo. O processo histórico levou-as ao unitarismo. Debateu-se a tese federativa desde a Constituinte Imperial, pois o país saia de um regime unitivo que não parece tão ruim, aliás, pois um século depois do Manifesto o país acha-se, de fato, em pleno unitarismo sendo hoje a Federação um “fictio juris” por causa das dissensões que o espirito de controvérsia republicano-partidário gerou.

O desencanto total que a República trouxe fez os seus pródomos proferirem palavras amargas de desilusão total e muitos pretenderam ardentemente a restauração do trono, mesmo signatários do Manifesto como o grande jurisconsulto Lafayette Rodrigues Pereira e, na intimidade, quantos deles, senão todos, tiveram palavras acerbas em relação ao regime que implantaram que tantas convulsões e revoluções sangrentas e destruidoras desde o início deu e até hoje não se aquietou, pois deixou de ser aquéla

gloriosa exceção na América onde só a Bolívia, com 165 anos de Independência teve 202 revoluções, pedindo sempre e sempre a intervenção militar, tão benéfica como na hora presente, para libertar o Brasil do cáos. Não é por se ter assinado um Manifesto, cujos resultados não foram bons que não se tem o direito, ou o dever, de retroceder melhor pensando diante da realidade. Nem por isso se pode negar “boas intenções” a alguns desses socialistas que, hoje, como os republicanos de hontem, pretendem subverter a ordem imposta para implantar um regime mais odioso e que lhes parece bom. Não foram as idéias republicanas que abriram o campo às idéias comunistas (republicanas também?) e como hontem o regime monárquico que é o da tradição e formação do Brasil — e devia desvencilhar-se dos amotinadores — hoje, falta força moral aos republicanos para libertarem-se do socialismo. Destruíram princípios fundamentais, como o de autoridade, legitimamente constituída.

Os republicanos não tiveram votação no último prélio eleitoral do Império e só tinham dois parlamentares, e só a violencia fez a República, não comissionada a ninguem, logo, o Manifesto não teve efeito nas consciências. Nem também tinham força alguma exatamente no apogeu do Império em que tudo estava em soberba ascensão e de que o “Manifesto do visconde de Ouro Preto e a “**Década republicana**” ou “**O Brasil na Exposição de 1889**” de Sant’Ana Nery dão conta além de outros documentos admiráveis que provam estar o país na vanguarda do mundo, com estadistas de grande porte moral e patriótico, não obstante as lutas partidárias. Era o sexto em estradas de ferro com a segunda Marinha do mundo tendo ido uma missão naval em 1871 ensinar os prussianos a construir couraçados, e o glorioso Exército de Herval e de Caxias em 1889 mantinha uma missão na Alemanha. Eram as finanças do Brasil as melhores do mundo, elogiadas pelo maior financista da época, Leroy Beaulieu, e seu câmbio estava acima do par. Em cultura e artes era o primeiro do continente e sua sociedade era a mais requintada da América, e o primeiro a ter selos postais, o segundo depois da Inglaterra. Os correios e telegrafos eram os melhores do continente. Estava em dia com a ciência e a técnica e foi o primeiro da América a ter cabo submarino e telefones e estradas macadamizadas. O prestígio do Imperador era tal que depois da Exposição de Filadelfia em 1876, teve mais de 10.000 votos para presidente dos EE. Unidos, cuja guerra de secessão terminou com o documento “**Pax sine victoria**”, depois plagiado por Wilson nos 14 princípios, como o denunciou o “**Philadelfia Inquirer**”. A moralidade pública em todo o país era tal que o crime não atingia uma população de 500 mil habitantes. Os dinheiros públicos eram escrupulosamente manipulados. Seu Parlamento só hombreava com o da Inglaterra. Sua Diplomacia era

das primeiras do mundo e ainda lhe restou muito. O Imperador foi árbitro em questões com a Inglaterra, França, Itália, Alemanha e EE. Unidos e era guardião da paz continental. Entretanto, em 16 de novembro de 1889 (v. "Jornal do Comércio") uma canhoneira americana singrava o Amazonas sem licença do Almirantado. A Religião Católica abrangia 99,9% dos brasileiros. Foi o ex-republicano Alberto Rangel quem, dedicando seu livro "**Gastão de Orléans**" a um neto do Imperador, escreveu ser herdeiro daquêles "soberanos que sustentaram o Brasil organizado, coeso e de bom crédito" dizendo à pg. 11: "O nosso Brasil, miserado desde 1889 na série de motins e de sedições militares, prolongados por seis vezes em guerras civís, expia a desgraça de ter desconhecido o valor de um príncipe, seu amigo e prestante servidor de tantos anos nos campos de batalha e nos conselhos supremos do governo.

"Rejeitara o país a fortuna da Historia revogando o trono imperial e mandando os seus ocupantes às gemonias do ostracismo".

Escreveu Fustel de Conlanges "l'Histoire, bien connue, nous rapproche; l'Histoire mal connue, nous divise".



Derrubar um trono, é fácil. Substituí-lo, difícil. Sempre são abolidos por interesse não-nacional. O mundo apresenta o vácuo da autoridade com as ferozes e abutrinhas ditaduras saídas das repúblicas. Não é recriminação esta apreciação ao Manifesto republicano, mas, tem o espírito de reconciliação histórica num momento em que o país precisa olhar para suas tradições positivas contra a onda difamatória, terrorista e subversiva e encontrar nos valores do seu passado magnífico elementos reestruturáveis, aperfeiçoáveis, atualizáveis na andada o tempo e capazes de levar o país ao brilhante futuro que merece, com exame sereno dos fatos e do realismo histórico com imparcialidade a ausência de preconceitos que não unem, mas divide porque a História só pode ser vista porque Louis Dumier escreveu um livro "*Le préjuge, ennemi de l'Histoire*".

Presidentes, como Campos Sales tiveram amargura disso tudo: "não é esta a república que eu sonhara". Seu irmão, Alberto Sáles, danára-se com a república. Julio de Mesquita, decepcionado, invariavelmente terminava seus artigos: "a República não é isto, mas a República é isto mesmo". Rui Barbosa, republicano da véspera da República que o atormentou, mostrou seu remorso no seu livro "**A queda do Império**" sobretudo nas paginas 16 e seguintes. Logo, examinar com consciência o valor dos regimes políticos é um dever. O ilustre filosofo dos EE. Unidos, Emerson, escreveu citando Fischer Ames: "la monarchie est un navire que navigue bien. Donne, parfois, dans un rocher, et coule. La répu-

blique est un radeau ou on a toujours les pieds dans l'eau". Bem quiseram os pródomos da Independência dos EE. Unidos uma monarquia. Teriam dirigido o mundo. Pretenderam fazer rei a Washington, que sabia que um rei não se faz, nasce; é quem é. Veja-se o livro do embaixador dos EE. Unidos na Turquia, Oscar Strauss "**Les origines de la forme républicaine du gouvernement dans les EE.UU. d'Amérique**" ou "**Política e finanças**" de Rui Barbosa. A única exceção da América foi abolida, mas a América se empobreceu des^{sa} grandiosa singularidade brasileira. O livro de João de Scantimburgo "**A política na América Latina**" dá conta do estado das republicas americanas abocadas à demência, e do que foi a posição do Brasil Imperial. Se de fato os EE. Unidos ainda se mantêm sob o cesarismo romano, é por causa da herança britânica de matriz medievel dos seus condados, que são os municípios, que recebem 58,8% das rendas, descentralizando, prevalecendo a "common law" local, digna do verdadeiro federalismo, não havendo, realmente, uma constituição escrita senão uma declaração de princípios, e o governo, fiel a essa tradição puramente monárquica não centraliza a economia, orienta-a, não a dirige, não tem planos economicos, não possui uma fábrica, dá encomendas, não planeja a Economia, deixando isso à liberdade de empresa. Tem seus problemas, que seriam elididos se outra fôsse a forma de govêrno, de princípio unitivo de vontades, harmonizador da monarquia, e para ela apelam homens esclarecidos como Walt Lipmann em "**Public Philosophy**", Sherrill, Menken (este pretendia fazer imperador a F. D. Roosevelt), Nickelson e outros avisados estudiosos da Política e da História, da experiência histórica, daquillo que Joseph de Maistre classificou: "a História é a política experimental".



É a experiência histórica que obriga a examinar textos e documentos, ainda que difficilmente, para se constatar que, sem o lume da experiência, que só a História o dá, não se substituem regimes, porque a Política e a Economia não são ciências experimentais, e depois de provar sistemas sôbre populações, não se diz "não deu certo". A História, disse Leão XIII, "é a luz da verdade e o testemunho dos tempos, se diligentemente examinada e convenientemente estudada, ensina". Ainda hoje, povos experimentados são monárquicos e são os países mais livres e adiantados. A prudência é que faz ver o que mais convêm.

O Manifesto apegou-se a questões de "lana caprina". Mesmo as posteriores questões servil, militar e maçônico-religiosa e outras, agitadas pelos partidos, não eram atinentes ao trono, pois aconteceriam sob qualquer regime.

Que tenha havido gente com ideais republicanos em várias épocas, na História do Brasil e do mundo, não fazem exceção.

Amanhã, se por infelicidade o país se tornasse comunista, seriam encontrados adeptos dessa tirania que durante séculos desgraçou Esparta, em 420 fez uma revolução na Pérsia sob Cosroes II, e eram comunistas os hussitas do século XV, e era comunista Babeuf, na revolução francesa.

Na França dizia-se de Francisco I que era o presidente nato das repúblicas francesas por causa da preponderância das comunas-corporativas que eram as liberdades democráticas fundamentais. Na Rússia Imperial havia as repúblicas de Kiew, Novgorod e outras, e os soviets eram os conselhos municipais do Mir (o Município), e não eram novidade na Rússia Imperial que os criou. Aliás, na verdade podemos dizer que "o Reino é a República", mas em sentido superior porque sem o vazio da autoridade pois no Reino há a instituição supletiva do trono, no ápice do Estado, como magistratura inamovível arbitral. Nesse sentido cartas do Pe. Antonio Vieira, Frei Luís de Sousa e outros falavam aos reis das "coisas da república". O Município era a república no Brasil.

Só o preconceito não faz examinar as instituições supletórias da monarquia no alto do Estado, com a devida isenção de ânimo, e, se se pretender que o trono não é senão um enfeite (sendo a mais antiga e eficiente instituição do mundo) e que tem uma função arbitral no cimo da nação e da qual dizia o grande estadista Churchill que a experiência mostraria quão necessário é o aro de ouro da corôa, sobretudo nos momentos de dificuldades e de perigos, tal como o eixo do motor que não é o motor, o regente, que não é a orquestra, para que tôda a estrutura da nação não se abale. Aliás, a Inglaterra foi a primeira nação da Europa a experimentar a república durante 10 anos de convulsões, e não quis mais voltar a ela. E quando a Suécia e a Noruega separam-se, foi o republicano Nansen que pediu a conservação da corôa, por amor à liberdade, por serem fracos e por causa do princípio unitivo. Foi o republicano Curé que, vendo a França esfacelar-se, pediu que Napoleão se fizesse imperador. Certamente posição e por isso não conseguiu refazer a nação como Luís XVIII que, depois de 25 anos de anarquias e guerras num ano a refez.

No Brasil, não se pode admitir que a república foi uma aspiração nacional porque o próprio Aristides Lôbo declarou que a Nação assistiu bestializada a proclamação da República. Surpresa. A Nação reagiu contra ela pela epopeia de Canudos, nos grandes massacres como os do barões Batovy e de Cerro Azul e seus companheiros, Plácido de Castro e outros, além de outras ignominiosas perseguições gerando o terror e o medo, e fez-se uma reforma agrária que arrazou os tradicionalistas e deu o encilhamento.

O fenômeno mais ignobil, entretanto, não foi a proclamação da República, mas o **adesismo** que então se inaugurou no Brasil. É o despudoramento, a falta de caráter, o cinismo. A República pôs à mostra essa chaga, a maior do país. Em qualquer situação,

sob a República, ha o adesismo insincero, acomodaticio, interesseiro, carreirista, de homens que não se pejam de renegar suas convicções, que, aliás, no fundo, nunca as tiveram. Monarquistas e titulares sem nobreza, procuraram empregos. Seria mêdo? Em cada revolução êles aparecem aos magotes a bajular, procurando provar sinceridade, sem o menor escrúpulo. Foi o que deu fôrça à República: a adesão dos invertebrados girando em torno de pessôas, não de princípios. Se o comunismo se estabelecesse no país, por suprema miséria que as Fôrças Armadas estão decididas a impedir, quantos não fariam esforços de imaginação para provar que sempre foram comunistas. Mais honestidade teve um homem como Getúlio Vargas que em seu discurso de 25 de agosto de 1951 declarou: “não ha dúvida alguma de que a Monarquia é ainda, para o Brasil, o melhor govêrno. Foi um grande êrro a república para o Brasil”. Tinha razão, por causa do poder moderador que não gira em torno da pessoa do monarca, mas da própria instituição. O adesismo é falta de moral; moral é atributo do Clero, o qual, tambem aderiu, e aderirá a qualquer outro regime, com as grandes, nobres, santas excepções, certamente. A teoria do “fato consumado” é anti-jurídica e anti-moral. Contra éla já falava Cícero.

Dom Antônio de Macedo Costa, representando o Episcopado, em discurso à Senhora Princesa Imperial Regente, quando da Lei Áurea, afirmou que a Monarquia é o melhor regime do ponto de vista divino e humano. Dois anos depois o Episcopado assinava a *Pastoral Coletiva*. E Dona Isabel perdeu o trono para dar ao Catholicismo a vitória da abolição e não àquela seita. E se o Catholicismo existe no Brasil foi porque seus antepassados reis missionários, D. Manuel I e D. João III o quiseram.

TENÓRIO, MEU AMIGO, MEU COMANDANTE

HONÓRIO DE SYLOS

Foi por volta de 1923 que, como jornalista (jovem jornalista, diga-se de passagem), comecei a frequentar o velho e modesto casarão onde os chefes do Executivo paulista, desde a colônia, despachavam o expediente oficial. Era ali, no Pátio do Colégio, que se localizava o chamado Palácio da cidade, onde conheci, pessoalmente, o então tenente Luís Tenório de Brito, ajudante de ordens do presidente Washington Luís. Já o vira, de longe, em algumas solenidades oficiais ou no clichê dos jornais. Ganhava em sendo visto de perto. De Tenório pode-se repetir o que êle disse de José Mariano Filho: figura magnífica, alto, compleição atlética, fisionomia aberta, irradiava simpatia. Pode-se acrescentar que andava sempre bem posto no seu uniforme com alamares, a espada obrigatória (naquêles tempos, os militares não dispensavam, quando em serviço, o trambolho, hoje, ao que parece, considerado peça de museu). Acolheu-me, desde nosso primeiro encontro, com cativante fidalguia, revelando seu magnetismo pessoal, marcado pelo seu belo diapasão de voz, cheio e sonoro. Em 1929-1930, fiz parte (sem pistolão e sem badalo) da Casa Civil do presidente Júlio Prestes, consolidando-se, ainda mais, nossa amizade.

Encarava Tenório os homens, fatos e coisas com um bom humor sempre igual.

Agricultor e boiadeiro — Nasceu Tenório na Fazenda “Juazeiro”, no município de Pedra, Estado de Pernambuco, sendo filho de Manoel Tenório da Rocha Cavalcanti e de D.^a Luiza Cavalcanti de Albuquerque Brito, gente de boa cepa. A propriedade era mantida pela atividade agropecuária. Boa a plantação de algodão herbáceo e cana de açúcar. A criação de gado bovino, de ovelha e de cabras era o sustentáculo da economia doméstica. Perseguiam-na, no entanto, a sêca e a epizoatia. Tenório aprendeu a ler e escrever com a mãe e aritmética com o pai. Crescidos os filhos, a fazenda não dava renda que permitisse a Manoel Tenório despachá-los para colégios e faculdades.

Sampauleiro — Aos 21 anos, sentiu Tenório que aquêlê palco era por demais acanhado para sua ambição de môço forte e trabalhador. Vende algumas cabeças de gado que possuía e, seguindo conselho de sua mãe, toma o trem em Pesqueira a 22-9-1908 e

vai ao Recife. No dia seguinte, à tarde, toma o vapor alemão "Bonn", desembarcando no Rio, de onde ruma para São Paulo. Agricultor, moço acostumado à vida simples, rude e pacata do campo, não atinava por onde começar. Decide, então, procurar o Dr. Miguel Cursino Vila Nova, médico seu conterrâneo e amigo da família, residente em Batatais. Ali permanece um mês, vindo, em 28 de outubro, para São Paulo, de trem, com passe fornecido pelo delegado de polícia e cinco mil réis (antigos) no bôlso. Gastou 1\$500 no almoço em Casa Branca. Hospeda-se no Hotel Abel, na rua da Conceição. Na manhã seguinte, quedou-se à porta da estalagem, pensando no rumo a tomar, quando se deixa fascinar pela figura elegante do Sargento Riales, do Corpo de Bombeiros. Êste o informa de como ingressar nessa simpática Corporação. O dinheiro estava no fim. Impunha-se uma decisão. Procura, nessa mesma tarde, o coronel Soares Neiva, seu comandante, que o ouve paciente e paternalmente. No dia seguinte, 30 de outubro, estava alistado. Seguia o seu destino.

O soldado e o oficial — Luís Tenório de Brito aprende em pouco tempo seu ofício, tão diferente da atividade a que estava acostumado na roça. Bem educado, inteligente, não perde tempo. Nas horas de folga, não frequenta bares ou funçanatas. À patuscada, prefere a Biblioteca Pública, próxima ao quartel, preparando-se para o concurso de cabo e, pouco depois, de sargento, mais um degrau para chegar ao curso de oficialato. Rápida, brilhante sua carreira. Seu primeiro comando é o Corpo de Bombeiros da cidade de Campos Salles, onde uma jovem campineira o enfeitiça. Encontra em D. Cely a dedicada companheira de sua vida e dessa união feliz nasceram quatro filhas: Luiza, Edite, Lêda e Célia, sua alegria, seu orgulho, não só por elas mas pelos netos que lhe deram, dos quais, pouco antes de morrer, a 28 de fevereiro último, me falava de bôca cheia e olhar irradiando claridade e alegria.

Delegado de Polícia-diplomata — Deixando a terra de Heitor Penteado, volta a São Paulo para prosseguir na sua caminhada. Parece que foi em 1919. O chefe de polícia, Tirso Martins, pede à Fôrça Pública um oficial culto, sereno e, ao mesmo tempo, enérgico, para assumir a delegacia de polícia de Mineiros do Tietê, em momento de grave agitação política. Tenório é o indicado. Recebe instrução de Tirso e vai cumprir sua missão, coroada de pleno êxito. Chegando à cidade, encaminha-se para a delegacia, onde, sem demora, recebe a visita do prefeito, vereadores e outros políticos. O prefeito comunica-lhe, solícito, que no hotel da localidade, único, havia aposentos reservados para êle. Ê informado, todavia, de que o hoteleiro pertencia a uma das facções, ambas fortemente armadas. Recusa o oferecimento, instalando-se na própria delegacia. Arranjou-lhe o carcereiro uma cama e providencia a bóia. Impôs logo sua autoridade e, com

tato de verdadeiro diplomata, pacificou o município. E tratava-se de um jovem oficial de 31 anos.

Ajudante de ordens e historiador — Pouco depois, em 1920, era escolhido para ajudante de ordens do Presidente do Estado, pôsto em que, com brilho, com correção, permaneceu até 1930, servindo os governos de Washington Luís, Carlos de Campos, Dino Bueno, Júlio Prestes e Heitor Penteado. Em onze anos, venceu o tabaréu da fazenda “Juazeiro”, em São Paulo, prova de seu valor excepcional.

Debruçando-se sôbre os livros, adquiriu boa cultura literária. Assinou interessantes trabalhos históricos. Seus livros “Memórias de Um Ajudante de Ordens” e “Outras Memórias” o recomendam como escritor. Os capítulos da última obra citada, “Fazenda Juazeiro”, “Paus de Arára”, “Vida Social”, “Pesqueira”, “Pedra” e “A Viagem”, o apontam como memorialista de valor.

O homem que sorria — Uma das facetas mais interessantes de Tenório era sua verve, seu sorriso galhofeiro. Adorava as reuniões em almoços e jantares com os amigos, quando dava plena vazão ao seu bom humor. Em Campinas, participou, ativamente, do Grupo “Sexta-Feira”. Em São Paulo, fundou e presidiu a Ordem Templária dos Irmãos Sofredores, da qual foi presidente de honra e chamado senador Cesar Vergueiro (abade-mór). A sede era na chamada “Pensão Recreativa Paulista”, à rua Jandaia, n.º 18, residência do citado político.

Na recepção de Vitor Morse, o poeta da Ordem, Carvalho Sobrinho, traduziu em versos a palavra do Presidente:

Irmão Morse, o velho rito
dêste modesto convento
manda que eu seja expedito
ao falar neste momento.

Eu, Luís Tenório de Brito,
coronel sem regimento,
na Irmandade te admito
pelo teu merecimento.

Antes, porém, comunico
que, por seres muito rico,
os Irmãos decidirão,
com nobreza e até com arte,
de como aqui despojar-te
do derradeiro tostão...

Pela amostra, verifica-se o clima reinante na rua Jandaia, que congregava políticos, juizes e intelectuais de todos os matizes e mesmo sem matiz nenhum.

O administrador e o político — Presidente da Cruz Azul, por muitos anos, prestou, nesse campo da assistência social e hospitalar, os melhores serviços que sua gloriosa Corporação dêle esperava. Assinale-se sua passagem (1936-1937) pela Câmara Municipal de São Paulo. Dignificou o mandato que recebeu do povo paulistano. O golpe de Vargas, a 11 de novembro, frustrou, infelizmente, sua carreira política, iniciada sob tão bons auspícios. Como prefeito de Itapeverica da Serra, teve ensejo de, ainda uma vez, revelar seu espírito público. 1.º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo reafirmou as qualidades que exornavam sua personalidade. Publicou numerosos trabalhos que o credenciaram como historiador.

General em 32 — E que dizer de meu querido e inesquecível amigo como comandante do Destacamento **Tenório**, em 1932?

Foi, pode-se dizer, por acaso, que, nessa jornada, me coloquei sob seu comando. Nos primeiros dias da Revolução Paulista, decidi alistar-me, juntamente com parentes, amigos e antigos colegas de Casa Branca no 2.º B. do Regimento “Nove de Julho”, sob o comando do Coronel Quirino Ferreira. Organizou a unidade o Cel. Paula Ferreira. Estava tudo pronto para embarcar (para onde?) quando sou agradavelmente surpreendido com a chegada ao Armazém Pugliese, na Barra Funda, do Major Tenório, que assumiu o comando da tropa e nos levou para o Sul. A rapaziada sentiu logo que poderia confiar no seu chefe e dêle orgulhar-se. Essa impressão foi, cada vez mais, se cimentando à medida que o tempo passava. Nas margens do Paranapanema, um grande fazendeiro insistiu para que Tenório se alojasse na sua casa, bonita e confortável. Em resposta, perguntou êle:

— Cabe lá tôda minha gente?

Mal chegamos a Itapetininga, o general Brasília Taborda recebeu Tenório e, com sua intuição de verdadeiro chefe militar, percebeu que era muito pouco, para êle, o comando de um batalhão, entregando em suas mãos firmes um Destacamento, formado, além do 2.º B.9-7, por um batalhão, pelotão de cavalaria e companhia de M. P., da Fôrça Pública, e uma secção de Artilharia, do Exército (vinda de Mato Grosso).

O Destacamento, após atingir Guapiára, rumou para Apiaí e, depois, para Capoeiras, visando atacar Ribeirão Branco. Foi obrigado, porém, a retroceder a Apiaí em face da queda da Capela da Ribeira. Tornou-se difícil a situação dos paulistas visto que, em linha paralela (Itararé-Itapeva-Ribeirão Branco), avançavam os ditatoriais sob o comando do general Valdomiro de Lima, fôrça formada em mais de 80% de tropas regulares, apoiada em pode-

roso parque de artilharia. O mais forte cortaria, evidente, a retaguarda do inimigo. Eles eram os mais fortes. Atacaram nossas forças no Banhado Grande, na rodovia São Paulo-Curitiba. Apa-rece, então, um veículo com bandeira branca e uma intimação — a de rendição incondicional. Éramos cerca de 1.000 homens, mas a munição disponível daria apenas para duas horas de luta. Estávamos isolados em Apiaí sem qualquer meio de comunicação telefônica ou telegráfica. Os oficiais de Valdomiro deram prazo até meia noite para a rendição. Tenório decidiu pela retirada para Xiririca, via Iporanga, no que foi acompanhado pela oficialidade que se encontrava na referida cidade. Tenório demonstrou sua fibra militar, conduzindo seus soldados numa rude, dramática retirada através da serra áspera e espantosa.

Na hoje El Dorado, o comandante reorganiza sua força, regressa a São Paulo e 48 horas depois, a pedido de Tabora, volta ao Setor Sul, descendo na manhã de 16 de agosto junto aos muros de Buri. Participa então, como um verdadeiro general, da “maior batalha da América do Sul”, segundo o correspondente de guerra do “Correio da Manhã” junto ao E. M. de Valdomiro. Nas margens do Paranapanema, passou, de novo, a comandar um Destacamento ao receber, sob suas ordens, o 6.º B.C.R. e o 9.º B.C.R. Nas barrancas desse rio, resistiu até o fim.

Estive ao lado de Luís Tenório de Brito desde sua chegada ao Armazém Pugliese até nosso regresso a São Paulo, após a capitulação. Decorrido tanto tempo, posso, serenamente, depôr, de novo, no processo de 32, para confirmar que êle provou, nas horas mais difíceis e tristes, sua bravura, seu descortino militar, seu amor à terra de seus filhos e que, com razão, considerava sua. Deste-mido na luta, exato nas ordens de comando, enérgico quando necessá-rio, bondoso sempre.

Reitero tudo o que dêle disse em “Itararé! Itararé!”. Foi um dos maiores chefes da Revolução de 9 de Julho, merecendo sua memória a reverência e a gratidão de São Paulo.

Tenório, meu bom amigo, meu caro comandante.

O PÔSTO DE MARECHAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO

HISTÓRICO DA HIERARQUIA DOS OFICIAIS-GENERAIS

ANTÔNIO ROCHA DE ALMEIDA

Em períodos anteriores a 1762, existiam os seguintes postos na hierarquia dos Oficiais-Generais:

Governador das Armas
Mestre de Campo General
Sargento-mór de Batalha
Brigadeiro

Em 1762 houve profundas alterações nos postos de nossa alta hierarquia militar, que ficou assim constituída:

Marechal do Exército
Tenente-General
Marechal de Campo
Brigadeiro.

Êsses postos prevaleceram durante o Estado do Brasil, o Reino- Unido e os dois Reinados.

Pelo Decreto 350, de 15-IV-1890 passaram os Brigadeiros a General de Brigada, os Marechais de Campo a General de Divisão, o Marechal do Exército e os Tenentes-Generais a Marechal, ficando suprimido o pôsto de Tenente-General.

Em 1946 foi criado no Exército o pôsto de General de Exército, correspondendo, na Marinha, ao de Almirante de Esquadra e na Aeronáutica ao de Tenente-Brigadeiro.

O PÔSTO DE GENERAL

Em 8-XI-1836 o govêrno da República rio-grandense declarou abolidos os postos da hierarquia imperial, de Brigadeiro, Marechal de Campo e Tenente-General, substituindo-os pela simples denominação de **General**. Seria êste o primeiro e o mais elevado do Exército Republicano e a êle ascenderam os seguintes chefes farroupilhas:

— BENTO GONÇALVES DA SILVA — Coronel de 1.^a Linha do Exército Imperial, chefe do movimento e primeiro Presidente da República Rio-grandense — em 12-11-1836.

— JOÃO MANOEL DE LIMA E SILVA — Major de 1.^a Linha do Exército Imperial, herói da Guerra da Independência, antigo Comandante do 8.^o Batalhão de Caçadores e depois Comandante-Chefe do Exército da República — em 10-11-1836.

— JOÃO ANTÔNIO DA SILVEIRA — oficial de milícias reformado — em 3-7-1841.

— DAVID CANABARRO — Tenente de Cavalaria, depois Comandante-Chefe do Exército da República e mais tarde Brigadeiro honorário do Exército Imperial — em 5-9-1839 (na República Juliana) e em 3-7-1841 (na República Rio-grandense).

— ANTÔNIO DE SOUZA NETTO — Coronel de Legião da Guarda Nacional e depois Brigadeiro honorário do Exército Imperial, em 10-1-1837.

— BENTO MANOEL RIBEIRO — Brigadeiro do Exército Imperial e Comandante das Armas da Província, em 29-12-1837.

Como conseqüência, nunca se deve, principalmente em trabalhos de caráter histórico, dar o posto de General a qualquer componente do Exército Imperial. Seu Quadro de Estado Maior General não consignava êsse posto, privativo dos farroupilhas. É verdade que o vício e o erro não são republicanos. Muitas vezes na Monarquia se falava em General Osório, General Polidoro, General Câmara, postos de que nunca foram titulares.

Mas já é tempo de acertar, para evitar confusões.

NA MONARQUIA

Até 1862 não havia sido preenchido o posto de Marechal do Exército, quando, em 2 de dezembro daquele ano, data aniversária de Sua Majestade o Sr. Dom Pedro II, foi graduado nesse posto o Tenente-General LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Marquês de CAXIAS.

Em 15-10-1864 era nomeado Marechal do Exército Honorário, por seu casamento com a Princesa Imperial Dona Isabel de Bragança, Dom LUIZ FELIPE MARIA FERNANDO GASTÃO D'ORLÉANS, Conde d'EU. Em 27-6-1866 era aquêl titular elevado à efetividade do posto, sem prejuízo do quadro, nos termos da Lei 1.252, de 8 do mesmo.

Em 13-10-1866 era promovido à efetividade, o Marechal do Exército Graduado Marquês de CAXIAS, que viria falecer nesse posto, com a alta dignidade de Duque, em 7-5-1880.

Em 1-6-1867 era graduado, na vaga acima, o Tenente-General FRANCISCO XAVIER CALMON DA SILVA CABRAL, Barão de ITAPAGIPE, que faleceu em 8-6-1877, sem ser efetivado.

Em 27-6-1877 era graduado, em sua vaga, o Tenente-General MANOEL LUIZ OSÓRIO, Marquês do HERVAL, que faleceu nessa situação em 4-10-1879.

Em 29-1-1880 era graduado nessa vaga o Tenente-General MANOEL ANTÔNIO DA FONSECA COSTA, Visconde da GÁVEA.

Em 7-5-1880 falecia o Marechal do Exército Duque de CAXIAS, indo ocupar sua vaga o graduado Visconde da GÁVEA, que viria falecer em 13-6-1890, já Marquês e reformado.

Em 27-6-1880, na vaga de graduado por êste deixada, foi graduado o Tenente-General JOSÉ DA VITÓRIA SOARES DE ANDRÉIA, reformado nessa situação em 23-8-1884.

Em 30-8-1884, foi, nessa vaga, graduado o Tenente-General JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA, Visconde de PELOTAS.

Em 30-1-1890 era reformado o Marquês da GÁVEA e na mesma data promovido à efetividade de Marechal do Exército o graduado Visconde de PELOTAS.

Recapitulando:

LUIZ FELIPE MARIA FERNANDO GASTÃO D'ORLÉANS,
Conde d'EU.

Marechal do Exército Honorário — 15-10-1864

Marechal do Exército efetivo — 27-6-1866

Falecido em 28-8-1922. Não ocupava vaga no quadro.

LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de CAXIAS

Marechal do Exército Graduado — 2-12-1862

Marechal do Exército efetivo — 13-10-1866

Falecido em 7-5-1880.

Em sua vaga foi promovido o Visconde da GÁVEA.

**FRANCISCO XAVIER CALMON DA SILVA CABRAL — Ba-
rão de ITAPAGIPE**

Marechal do Exército Graduado — 1-6-1867

Falecido em 8-6-1877

Em sua vaga foi graduado o Marquês do HERVAL.

MANOEL LUIZ OSÓRIO, Marquês do HERVAL

Marechal do Exército Graduado — 27-6-1877

Falecido em 4-10-1879

Em sua vaga foi graduado o Visconde da GÁVEA.

**MANOEL ANTÔNIO DA FONSECA COSTA, Marquês da GÁ-
VEA**

Marechal do Exército Graduado — 29-1-1880

Marechal do Exército efetivo — 27-6-1880

Reformado em 30-1-1880. Falecido em 13-6-1890.

Em sua vaga foi promovido o Visconde de PELOTAS.

JOSÉ DA VITÓRIA SOARES DE ANDRÉIA

Marechal do Exército graduado — 27-6-1880

Reformado em 23-8-1884

Falecido em 1-6-1891

Em sua vaga foi graduado o Visconde de PELOTAS.

JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA, Visconde de PELOTAS

Marechal do Exército graduado — 30-8-1884

Marechal do Exército efetivo — 30-1-1890

Marechal — 15-4-1890

Falecido em 18-8-1893.

Todos os Marechais do Exército efetivos possuíram título honorífico.

NA REPÚBLICA

Nos primeiros anos do nôvo regime, foram mantidos os mesmos postos da hierarquia imperial. A mais alta patente do Exército era, então, o Visconde de PELOTAS, não tendo havido gradação no pôsto de que era detentor.

O Decreto n.º 350, de 15-4-1890 veio modificar os postos dos Officiais-Generais da República. Assim, passaram os Brigadeiros a General de Brigada, os Marechais de Campo a General de Divisão e o único Marechal do Exército e os Tenentes-Generais a Marechal, ficando extinto o pôsto de Tenente-General.

Foram, como consequência, considerados Marechais, além do Visconde de PELOTAS, os seguintes Tenentes-Generais:

FLORIANO PEIXOTO

HERMES ERNESTO DA FONSECA

JOSÉ DE MIRANDA DA SILVA REIS, Barão de MIRANDA REIS e

SALUSTIANO JERÔNIMO DOS REIS, Barão de CAMAQUAM.

Eram os que restavam dos 32 Tenentes-Generais do antigo regime. Os demais haviam sido reformados, promovidos ou falecido.

Foram, depois, promovidos, na República, ao pôsto de Marechal os seguintes Generais de Divisão:

MANOEL DE ALMEIDA GAMA LOBO D'ÉÇA, Barão de BATÓVI, em 3-3-1892.

JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO, em 18-3-1892.

JOSÉ SIMEÃO DE OLIVEIRA, em 7-4-1892.

JÚLIO ANACLETO FALCÃO DA FROTA, em 28-7-1893.

ANTÔNIO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO, Barão do RIO APA, em 5-9-1893.

ISIDORO FERNANDES, em 15-11-1893.

CÂNDIDO JACOB DE NIEMEYER, em 15-4-1895.

BERNARDO VASQUES, em 12-7-1895.

JOÃO NEPOMUCENO DE MEDEIROS MALLET, em 5-1-1900.

JOÃO TOMAZ DE CANTUÁRIA, em 28-6-1900.

FRANCISCO DE PAULA ARGÔLO, em 24-10-1902.

JOÃO PEDRO XAVIER DA CÂMARA, em 24-9-1905.

HERMES RODRIGUES DA FONSECA, em 6-11-1906.

Pela Remodelação do Exército — Lei n.º 1860, de 4-1-1908 — passava o posto de Marechal a ser preenchido somente em tempo de guerra. HERMES DA FONSECA foi, por isso, nosso único Marechal, desde 30-12-1914, data da reforma do Marechal FRANCISCO DE PAULA ARGÔLO, até a data da sua, 19-5-1923. Veo falecer em Petrópolis em 9-9-1923.

Em 18-9-1946, pela Constituição Federal, foram conferidas as honras de Marechal ao General de Divisão da Reserva de 1.ª Classe JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAES, que comandara a Fôrça Expedicionária Brasileira, durante a Campanha na Itália. A Lei n.º 1.488, de 10-12-1951 investiu aquêle Oficial-General no posto efetivo de Marechal, revertendo ao serviço ativo do Exército, onde permanecerá enquanto viver.

Pela Lei 1.156, de 12-7-1950, foram, ainda, promovidos, na ativa, a Marechal e depois transferidos para a Reserva, diversos Generais de Exército.

OS MARECHAIS GRADUADOS

Quando, em 15-4-1890, como já referimos, foram mudadas as denominações dos postos da hierarquia militar, passaram os Marechais de Campo, automaticamente, a General de Divisão.

Êstes eram, por ordem de antigüidade:

1. MANOEL DE ALMEIDA GAMA LOBO D'ÊÇA, Barão de BATOVI

2. CARLOS RESIN FILHO

3. JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO

4. JOSÉ SIMEÃO DE OLIVEIRA

5. ANTÔNIO NICOLAU FALCÃO DA FROTA

6. ANTÔNIO MARIA COELHO, Barão de ANHAMBÁ

7. JÚLIO ANACLETO FALCÃO DA FROTA

8. CÂNDIDO JOSÉ DA COSTA (depois CÂNDIDO COSTA)

Ao Barão de BATOVI cabia a graduação em Marechal, o que só ocorreu passado mais de ano, em 2-7-1891. Confirmado êle no pòsto de Marechal, em 3-3-1892 e já falecido CARLOS RESIN FILHO, foi graduado em Marechal em 3-3-1892 JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO. Efetivado êste em 18-3-1892, foi nessa data graduado JÚLIO ANACLETO FALCÃO DA FROTA, pois seu irmão ANTÔNIO NICOLAU e o Barão de ANHAMBÁI já estavam reformados.

A efetivação de JÚLIO ANACLETO verificou-se em 28-7-1893, sendo graduado ISIDORO FERNANDES, efetivado em 15-11 do mesmo ano, quando foi graduado CÂNDIDO JACOB DE NIE-MEYER, efetivado em 15-4-1895.

Era nessa data graduado JOAQUIM MENDES OURIVES JAQUES. Reformado êste, em 10-6-1895, foi graduado CARLOS MACHADO BITENCOURT. Com o assassinio dêste, em 5-11-1897, ficamos perto de cinco anos sem Marechal graduado.

O quadro de Divisionários era, por ordem de antigüidade, em novembro de 1897:

1. FRANCISCO ANTÔNIO DE MOURA
2. ANTÔNIO JOAQUIM BACELAR
3. FRANCISCO CARLOS DA LUZ
4. ROBERTO FERREIRA
5. INOCÊNCIO GALVÃO DE QUEIROZ
6. BIBIANO SÉRGIO MACEDO DA FONTOURA COSTALLAT
7. JOÃO TOMAZ DE CANTUÁRIA
8. FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA JÚNIOR

FRANCISCO ANTÔNIO DE MOURA reformou-se em 3-11-1898, sem que houvesse sido graduado. ANTÔNIO JOAQUIM BACELAR foi número um de 3-11-1898 até seu falecimento em 14-9-1899. ROBERTO FERREIRA foi chefe de classe — FRANCISCO CARLOS DA LUZ já reformado — dessa data até o dia em que caiu na compulsória, 3-10-1902. No dia imediato era INOCÊNCIO GALVÃO DE QUEIROZ graduado em Marechal, vindo falecer em 12-5-1903.

BIBIANO COSTALLAT, inexplicavelmente, só seria graduado em 11-11-1903, vindo a falecer em 9-12-1904. Sete meses depois, em 24-7-1905 era graduado JOÃO VICENTE LEITE DE CASTRO, tendo êsse tempo todo passado como n.º 1. Reformado em 18-4-1906, foi na mesma data graduado FIRMINO PIRES FERREIRA, que nessa situação permaneceu até 6-1-1913, quando foi reformado.

Em 23-12-1914 foi graduado JOSÉ DE SIQUEIRA MENEZES, reformado em 13-2-1916. Em 13-12-1916 era graduado JOSÉ

CAETANO DE FARIA, reformado em 7-1-1920. Na mesma data era graduado em Marechal BENTO MANOEL RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO, que viria falecer em 20-8-1921.

Em 30-9-1921 era graduado GABRIEL DE SOUZA PEREIRA BOTAFOGO, reformado em 7-4-1924. Em 26-4-1924 era graduado FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO, reformado em 10-9-1924, sendo então extinta a graduação em Marechal.

Atingiram, pois, o n.º 1 da escala, sem que tenham sido graduados no posto imediato, os seguintes Generais de Divisão:

FRANCISCO ANTÔNIO DE MOURA, de 5-1-1897 a 3-11-1898, quando foi reformado.

ANTÔNIO JOAQUIM BACELAR, de 3-11-1898 até 14-9-1899, quando faleceu.

ROBERTO FERREIRA, de 14-9-1899 até 3-10-1902, quando foi reformado.

LUIZ MENDES DE MORAES, de 6-1-1913 até 27-4-1914, quando foi reformado.

O General de Divisão CYPRIANO DA COSTA FERREIRA, cheio de serviços à República, chegou a chefe de quadro, mas foi atingido em 29-9-1927 pela idade limite, sem ter sido graduado em Marechal, em face do despacho do Presidente Dr. Washington Luís, de 25-4-1927, em que se firmava a doutrina de que em tempo de paz não poderia haver graduação — que é comêço de promoção — no posto inexistente de Marechal.

SÃO PAULO, EM 1869

WILSON MAIA FINA

Aos 5 dias do mes de janeiro de 1869, na imperial cidade de São Paulo, na residencia do Sr. Barão de Itapetininga, situada à Rua São José, hoje rua Libero Badaró e, onde está a entrada do viaduto do Chá, instala-se a primeira sessão legislativa do plenário da cidade, visto estar a séde oficial — o paço municipal — ocupada com as sessões do jury criminal.

O predio, séde do legislativo da cidade — o que chamamos hoje de Camara Municipal, — estava localizado no Largo de São Gonçalo e, servia de cadeia e de Paço do Conselho. Hoje o largo tem o nome de Praça João Mendes em homenagem ao grande cultuor do direito.

A miúde, quando o jury precisava reunir-se era lá que se instalava, desalojando o corpo de vereadores, para as salas emprestadas à reunião do colegiado, nas moradias particulares.

Começava nesse anno a sua atividade o corpo legislativo recebendo comunicação do chefe do governo da provincia, datado de 4 de janeiro em que se congratulava com a Camara pelo grandioso feito d'ármas, das forças brasileiras, com as vitorias obtidas nas batalhas de Angosturas e de Lomas Valentinas, onde o inimigo perdera cerca de 3.000 homens, inclusive 1.500 mortos; dura batalha que, sob o comando do Marques de Caxias, durara trinta horas, fugindo os paraguaios, abandonando no campo de luta 35 canhões. As batalhas encetadas a 21 de dezembro, sómente agora, a 5 de janeiro, eram de conhecimento de São Paulo.

Nesta mesma data, 5 de janeiro de 1869, enquanto aqui, na cidade de São Paulo, se festejavam as grandes vitorias, lá, no Paraguay, o Marquez de Caxias entrava na cidade de Assumpção, ocupada pela Brigada de Infantaria comandada pelo Coronel Hermes da Fonseca, desde o dia primeiro de janeiro, encontrando-a completamente abandonada pór sua população.

Para atingir a rua de Santo Amaro, os moradores da Sé precisavam caminhar através da rua do Jogo da Bola a hoje Benjamin Constant e descer a ladeira de São Francisco. O caminho era longo e a ladeira íngreme como íngreme é ainda hoje. O Exmo. Sr. Barão de Limeira, proprietário de terras situadas atraz da Facul-

dade de Direito e do Convento de São Francisco, resolve abrir uma rua que, continuando a Rua do Riachuelo, antiga Rua da Casa Santa, atravessando os seus terrenos, facilitaria a comunicação desta parte da Sé com a Rua de Santo Amaro.

Resolveu ela o acesso, com grande satisfação que provocou a admiração do plenário da cidade, nos seguintes termos: — “achou que a mesma rua se acha construída com solidos e perfeição que é reconhecida de utilidade publica facilitando o transito para a rua de Santo Amaro por uma via de comunicação mais breve e menos íngreme”. — Além de doar o terreno e executar as obras de abertura da rua a sua custa, o Barão de Limeira adiantou à Camara a importancia de Rs. — 4:252\$000 — sem juros e pelo praso de dois anos, para que com esse dinheiro fossem executados os serviços de apedregulhamento e colocação de sargeças, na referia via de ligação.

O Paço do Conselho vinha funcionando na casa do Largo de São Gonçalo, desde o dia 9 de dezembro de 1787, portanto a 81 anos. O predio apesar de não ser uma construção de grandes proporções, atendia a diversas finalidades — Paço do Conselho — Cadeia — Conselho Geral da Provincia — além de manter um deposito e a casa do carcereiro; A maior preocupação era o alojamento dos presos que viviam amontoados.

Dahi o fato de a Provincia ter iniciado a construção de um abrigo que se chamou na época de Penitenciária, mantendo até hoje o mesmo nome, construído nos campos da Lúz.

Mas, a mudança dos detentos retardava-se o que não impediu o envio de melosas e insistentes solicitações da Camara Municipal ao chefe da Provincia, sem que se obtivesse qualquer resultado, o que levou a edilidade a tomar a seguinte deliberação: — “Não podendo conseguir a remoção dos sentenciados para a Penitenciaria como fica dito, a Camara curou de faser manter o edificio no estado de hygiene recomendado pela lei e aconselhado pela hygiene. Mandou pois reparar as quatros faces do edificio e pintar o interior do mesmo, que estava bastante danificado pelo tempo e, tem contratado anualmente com as precisas garantias a remoção diaria das materias fecaes das diferentes prisões”.

Quem como nós hoje atravessa diariamente a cidade, encontra sempre o largo da Mesiricordia entulhado de vendedores das mais variadas bugigangas, — bilhetes de loteria — doceiros — camelots a oferecerem quinquilharias diversas a embaraçar os passos dos transeuntes, a provocar algazarra e ajuntamento de marginaes e a prejudicar o comercio legal. Esta dôr de cabeça é permanente ao municipio, pois a 9 de janeiro de 1869, a Camara tomava energicas providencias para retirar as quitandeiras que se ajuntavam na rua do Comercio a hoje Alvares Penteado e Largo da Mesiricordia e, — “encomodão o transito publico e faserem alga-

zarra, podendo as mesmas serem removidas para a praça do mercado ou lugar que não encomodão". — Hontem como hoje — Hoje como hontem.

Nesta mesma data, a nação perdia um valoroso soldado. Falece em Assumpção, Capital do Paraguay, vitima de ferimentos recebidos quando tomava parte na batalha de Lomas Valentinas, a 21 de Dezembro de 1868, o Barão de Triumpho — o Brigadeiro Honorario José Joaquim de Andrades Neves o, "bravo dos bravos do exercito brasileiro", como o intitidou o Marquez de Caxias.

A cidade modesta e discretamente expandia-se. Para que dela a Camara melhor conhecimento tivesse, o vereador Francisco Dutra Rodrigues propõe a divisão do municipio em 9 distritos, ficando cada um deles a cargo de cada um dos vereadores, "— que observando quaes as medidas reclamadas e necessides urgentes, de conhecimento dellas á Camara, afim de ela dileberar o que entender conveniente" — Após os estudos procedidos pelas competentes comissões, volta a proposta a plenario sendo aprovada a divisão do municipio nos seguintes distritos: Juquery a cargo do Capitão Luiz Pacheco de Toledo; Freguesia do Ó ao Dr. Antonio Pinto do Rego Freitas. Conceição sob a atenção do Tenente Joaquim Fernandes Cantinho; Os distritos do Braz e da Penha ficavam aos cuidados do vereador Luiz Joaquim de Castro Carneiro Leão; Santa Efigenia quem cuidava era o Capitão Bento José Alves Pereira. São Bernardo era entregue ao Coronel Antonio Proost Rodovalho. O Norte da Sé do primeiro ao decimo quarteirão ao Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues e o Súl da Sé do decimo quarteirão em diante a cargo do Tenente Coronel Manoel Antonio Bitencourt. Hoje a cidade está dividida em 12 distritos denominados Agencias Regionaes assim distribuidas: — Regional da Sé — da Lapa — do Ipiranga — Freguesia do Ó, a de Sant Anna — Mooça — Penha, Pinheiros, Vila Mariana, São Miguel, Pirituba — Perú e Santo Amaro, estabelecidas com as mesmas finalidades porém a cargo de competentes engenheiros municipaes. Veja-se que o Sr. Brigadeiro Faria Lima, não praticou inovações, durante a sua administração na chefia do municipio ao proceder tal divisão.

Pintado que fôra o predio da Camara, era preciso que a sala de sessões se ornamentasse com um docel onde deveria estar o retrato de Sua Magestade o Imperador Dom Pedro II, além de cortinas de damasco e tapetes que viessem assim enobrecer as solenidades de posse, das diferentes chefias municipaes e provinciaes.

A Camara convida o povo da cidade a iluminar e a enfeitar a frente de suas moradias, para as festividades do dia 25 de janeiro, dia do padroeiro da cidade e que limpassem as ruas por onde iria passar a procissão.

Infelizmente não realizaram-se as festas programadas; choveu abundantemente no dia 25 de janeiro; o povo aglomerado nas ruas para assistir a passagem do cortejo religioso molhou-se todo, pois nem os beirões das casas os protegiam da chuva, porquanto ela corria pelos canoas das telhas, jogando a água sobre as calçadas. Dahi a providencia municipal intimando aos proprietarios que dotassem todos os beirões de calhas e condutores para que canalizando a água a enviasse para o meio-fio. Praso de um ano e multa a ser estabelecida.

Transita por São Paulo, com destino ao Rio de Janeiro, bastante enfermo o Sr. Marquez de Caxias que no Paraguay conduziu as tropas aliadas de vitoria em vitoria. Em recompensa ao grande serviço que acabava de prestar á Nação, teve logo depois o titulo de Duque-Duque de Caxias, recebendo a grã-cruz da Ordem de Dom Pedro I e a medalha de Merito Militar. No Brasil, sómente tres pessoas receberam o titulo de Duque — O Duque de Caixias — A Duquesa de Goyaz, filha de Pedro I com a Marquesa de Santos e o Duque de Luchtberg, irmão da segunda imperatriz do Brasil.

A Camara recebe a oferta de Dr. João Mendes de Almeida: um busto do illustre general que, “— tendo conquistado na guerra contra os Paraguaiois louros taes que o elevam no conceito geral a altura de primeiro general da America do Súl, e, não devendo nós, ser indifferente a vida, a uma vida militar tão gloriosa, ofereço a Camara o retrato daquele general em tamanho natural (em busto), afim de que seja colocado na sala de sessões” —, escreve o ofertante em sua carta dirigida ao Presidente da comuna. Declarou a Camara que aceitava a oferta com especial agrado e que o secretariado dirigisse um officio de agradecimento ao ofertante.

Recebido o busto, a Camara precisava coloca-lo numa base ou num pedestal. Pedido um orçamento para a sua execução ao escultor Francisco Asenda que o apresentou na importancia de 100\$000 — cem mil reis — ou seja cem cruzeiros velhos, a Camara não autorisa a execução do trabalho por falta de verba. E o especial agrado, ficou só no agrado.

Uma praga ameaçava invadir a cidade; os formigueiros que nasciam na chacara do Barão de Mauá. Ante as queixas de seus visinhos intimou a Camara áquele municípe que providenciasse a sua extinção.

O cidadão Valentim José Pereira deseja abrir uma farmacia, porém, não quer submeter-se ás exigencias imperiaes para a obtenção da necessaria licença, tentando que o executivo paulistano lhe a concedesse, o que foi obstado pelo plenario que não estava disposto a soffrer a censura imperial, igual a que soffrera a Camara de Jundiahy, que havia incorrido em erro, permitindo a abertura do estabelecimento do mesmo genero naquella cidade.

O vereador Luiz Pacheco de Toledo, a cargo de quem estava a freguesia de Juquery solicita encaminhamento de pedido ao Presidente da Provincia, para os necessarios concertos na estrada da cantareira, tornada intransitavel assim como também concertasse a ponte pequena e o rancho da Lúz, abrigo dos tropeiros.

Se a Camara não tinha dinheiro em caixa para prestar homenagem ao heróe do Paraguay, muito menos o tinha para mandar concertar o calçamento da melhor e mais movimentada rua da cidade: a rua do Comercio a hoje Alvares Penteado. O cidadão José de Sousa Machado apresenta orçamento para a execução do referido serviço, na importancia de 2:431\$000, prontificando-se a aguardar o pagamento durante um ano, após a conclusão das obras. E, para faser dinheiro, grita do plenario o vereador Luiz Pacheco de Toledo, é preciso que os fiscaes multem “— todos os carros e carroças que transitam sem aferição, isto sem distincção de poderosos e fracos, porque a lei deve ser igual para todos”.

Sabedores de que a Comuna não possuia um cofre recheiado, vivendo sempre em penuria, não faltavam os audaciosos em propôr formulas comodas, para atender as necessidades dos serviços municipaes; necessitando, como já vinha discutindo a tempos, o estabelecimento de uma coodificação das posturas municipaes, o vereador apresenta em plenario proposta vasada nos seguintes termos, cujo nome do proponente ele não menciona: “— Havendo a Ilustrissima Camara deste municipio publicado ata em que revela o projeto de coodificação de suas posturas, o abaixo assinado, a quem isto constou, propõem-se a faser um tal trabalho, segundo o plano que a Ilustrissima Camara indicar, pela quantia de quinhentos mil reis (500\$000), — Outrossim dado o concurso de uma ou mais propostas a este respeito em melhores condições de preço, o abaixo assinado propõem-se a faser a dita coodificação, conforme o plano indicado, pelo preço da proposta mais vantajosa que apparecer, com a redução de 5% do valor da mesma”.

Perceba-se a que ponto chega a necessidade de trabalho e a concurrencia iniquia a que se submetem.

São Paulo sempre deu demonstração da generosidade de seu coração e dos seus sentimentos patrioticos. Constantemente temos noticias, ainda hoje dos sucessos obtidos nas campanhas de beneficencia encetadas não só pelo poder publico, como pelas entidades privadas. Hontem como hoje os paulistas não se resguardam em dar expansão aos seus sentimentos civicos. Era o que mencionava o Comendador Jeronymo José de Mesquita em officio dirigido á Camara da cidade quando indicava a necessidade de erigir-se “— nas margens do Ipiranga um monumento que mostre aos vindouros o lugar onde soltou-se o glorioso grito — Independencia ou Morte — que tornou o Brasil como por encanto Império, e, Imperio Livre”, — e com estas palavras oferta a importancia de

5:000\$000 — cinco contos de reis destinadas as obras do monumento que deve-se erguer. Igual quantia oferecia também em nome do Conde de Bom-Fim. A Camara reunida mais uma vez na casa de seu Presidente, por estar o Paço ocupado com as reuniões do Jury, aplaude com entusiasmo a dadiva, nomeando comissões que dirija-se áqueles dois cidadãos patrióticos, para agradecer os donativos e, marca data á realização de uma sessão extraordinaria —” para deliberar sobre o meio mais eficiente de levar a efeito o monumento do Ipiranga — “Livro de pedra onde as gerações futuras leiam as gloriosas tradições do paiz”, nas palavras do vereador Dutra Rodrigues.

Desde o ano de 1825 que a Camara havia designado o lugar no Ipiranga, para a ereção do monumento, colocando ali a pedra fundamental e, até agora, 1869, as obras de construção do panteon da patria ainda estava em projeto. Quarenta e quatro anos de espera.

A cidade de São Paulo possuia linha de exgoto desde o ano de 1856, na zona da Sé, parte Norte e parte Súl. Mas a linha de exgoto domiciliar devia desaguar na linha de aguas pluviaes. Por deficiencia tecnica desse sistema adotado, ou por motivo da estia-gem que se alongava a já alguns meses, o fato é que o povo da Capital, endereça á Camara uma representação, anexada com atestados medicos, em que pedem “— sejam tapadas as bocas de lobo, por serem nocivas a salubridade publica e bem aßsim a remo-ção do matadouro publico para lugar apropriado, evitando assim que o sangue apodrecido espalhe a morte nas aguas do rio Anhangabahú”. — A planta da cidade, desenhada no ano de 1868, indica a posição do matadouro como situado entre o caminho novo de Santos e o de Santo Amaro, na altura da hoje rua Humaitá, entre a rua da Liberdade e a Avenida Brigadeiro Luiz Antonio e, entre estas duas um riacho indicado como sendo o rio Anhangabahú. Evidente erro do desenhista, pois entre a rua da Consolação e Santo Amaro coloca um outro riacho com o nome de Bexiga.

Não nos importa a situação grafica do rio Anhangabahú, o que importa é a preocupação da população com o mão cheiro que exalava das bocas de lobo o que levava-a a solicitar a sua tapagem, pra preservar a saude dos moradores.

O vereador Carneiro Leão incumbido de estudar o assunto, concluiu ser obra muito cara tapar cem bocas existentes e perigoso pela retenção das aguas de chuva.

No dia 5 de junho, aparece o primeiro numero do jornal — Opinião — Conservadora — tendo a sua séde instalada á rua do Comercio n.º 31, jornal este de fundo politico e noticioso, sendo seu redator principal o Dr. João Mendes de Almeida.

Dias após, em 30 de junho, vem á luz um jornal dedicado ao belo sexo denominado — A Borboleta — de pequeno formato.

A despeito de cidade provinciana — cultura adiantada e política atuante — não deixa de ter os seus vícios e as suas mazelas. E um dos vícios que maiores preocupações causava era o jogo. Jogava-se desbragadamente ao ponto do delegado de policia faser “sentir a esta Camara a necessidade de acabar com o abuso e escandalo que se dá nesta cidade com as casas de jogo, e que não podendo as autoridades policiaes impôr aos donos delas a pena decretada pelo artigo 281 do Codigo Criminal, por não haver posturas desta Camara que designe quaes são os jogos prohibidos, solicita para isso as necessarias medidas em ordem de serem expressamente vedados todos os jogos de azar e, de modo que a pena imposta não seja improficua”. — Atendendo ao apelo do Delegado a Camara baixa posturas regulando os jogos, conforme determinado no Codigo Criminal, abrangendo as penalidades não só as casas abertas como as fechadas exploradas por particulares, jogadores e o proprio dono do estabelecimento ou da casa, incorrendo na multa de 30\$000 — trinta mil reis e 8 dias de prisão para cada um deles e, na reincidencia o dobro do valor da multa e 30 dias de cadeia. Jogo e prostituição mazélas que atormentam os governantes desde o inicio do mundo.

Enquanto aqui em São Paulo, discute-se assuntos de méra rotina, no Paraguay os nossos patricios escrevem paginas memoraveis nos campos de batalha; aqui discute-se os jogos das cartas, quando lá no jogo das armas o General Camara derrota a divisão paraguaya, comandada pelo Coronel Galeano, deixando o inimigo 800 mortos e feridos, 12 canhões e 3 bandeiras, enquanto o General Mena Barreto apodera-se das trincheiras de Sapucahy em poder do tenente-coronel Bernal, tendo o Conde D’Eu. enviado como troféo duas bandeiras paraguayas, á Igreja dos Militares no Rio de Janeiro.

Aos 3 de julho de 1869, reúne-se a Camara em sessão extraordinaria, para discutir os termos do officio a ser dirigido ao Presidente da Provincia, solicitando a abertura de duas ruas que ligassem a rua da Moóca, á Freguesia do Braz, e ao mesmo tempo uma autorisação para a comuna poder levantar um emprestimo no valor de 50:000\$000 — cincoenta contos de reis — para a realisacão de diversas obras na cidade, inclusive a abertura das duas referidas ruas, que hoje teem o nome de Carneiro Leão e Piratininga.

Aos 30 de julho reúne-se novamente a Camara em sessão extraordinaria, desta feita para a solenidade de posse do Dr. Antonio Candido da Rocha, nomeado presidente da Provincia, que recebido a porta do predio por uma comissão de vereadores, entrega ao Presidente Dr. Antonio Pinto do Rego Freitas a carta imperial nomeatoria e em seguida, de joelhos em terra, colocando a

sua mão direita sobre o livro dos Santos Evangelhos, presta juramento de bem servir o cargo de Presidente da Província.

Contemporaneamente, Joaquim Nabuco, no 3.º ano da Faculdade de Direito, agride pelo jornal liberal — “Independencia” — o diretor daquela escola, Padre Vicente Pires da Motta. Neste ano de 1869, Ruy Barbosa realisa na Capital, conferencias publicas a favor dos escravos.

A 1.º de agosto, mes de cachorro louco, aparece na Capital o primeiro numero do jornal intitulado “O Satanáz”, tendo como diretor e redator Satanáz, e, como escritorio o Inferno.

Outro jornal aparece na cidade, impresso na Tipografia Aurora; É o “Tempo”.

Na sessão ordinaria da Camara, realisada aos 16 dias do mes de setembro, é lido um abaixo assinado, contendo 196 assinaturas, dos habitantes da cidade em que solicitam providencie a edilidade a vinda da venerada imagem de Nossa Senhora da Penha — “da sua freguesia a esta como tem sido costume em ocasião de epidemias e secas, como presentemente estamos sofrendo, que por intermedio da Camara solicite da autoridade eclesiastica competente, e execução desta vocação que por muitas vezes tem produsido milagrosamente os efeitos desejados”.

A chuva não aparecia a muitos meses. A estiagem prolongava-se com efeitos terrificantes ás chacaras vizinhas, que viam perecer as hortas e outras plantações. A seca produzia através das bocas de lobo, fôcos de microbios daninhos a afetar a saúde publica. As fontes, pouco ou nada de agua. A cidade não via outro meio senão o de apelar para um milagre invocando N.S. da Penha.

O vigário Capitular recebe o apelo e autoriza a vinda da imagem, designando uma comissão composta dos Reverendissimos Conegos Joaquim José da Silva, Antonio Augusto de Araujo Muniz e o Cura Márcelino Ferreira Bueno, — “para receberem do respectivo paroco a referida imagem, que deverá sair daquela freguesia na manhã de 24 de setembro, ficando depositada na Igreja do Braz, até a tarde desse mesmo dia, em que o Revo. Cabido e Irmandades Religiosas irão busca-las, processionalmente ser conduzida até a Cathedral, onde ficará exposta a veneração dos fiéis como é de costume faser-se”.

Nomeara a Camara uma comissão constituida por 5 vereadores que se encarregará das solenidades. Baixa edital convidando o povo a receber a imagem e a iluminarem as frentes de suas casas e aos fiscaes determina que providenciem a limpeza das ruas, por onde deve passar a procissão. O presidente da Camara solicita ao chefe da Província, uma guarda de honra e a musica militar.

No dia aprasado sae a imagem da igreja do Braz, seguida pelas irmandades religiosas e pelo povo. Incorporado o Senado da Ca-

mara marcha eretamente em seus trajes domingueiros, no alinhamento das sobrecasacas pretas, sobre as calças de pano branco e as indefectíveis cartolas, conduzindo o andor, com a imagem cobertas de suas joias.

Depositada na Catedral, tinha início as cerimônias litúrgicas, que em ato de fé, contritos e cheios de esperanças pois, que, falhos os recursos humanos, se precisava do poder divino, para aplacar aquela calamidade.

A terra, o homem, todos aguardam o milagre da chuva. A chuva que deve regar a terra, para crescer o pasto, puchar o arado.

Ontem como hoje. Hoje a seca repete-se também com intensidade após longa estiagem. As autoridades recomendam economia à população no uso da pouca água que nos resta. — “Não reguem jardim — Não lavem as calçadas — Não lavem seus automóveis — Mas, de nada vale o apelo. Ha sempre os insubordinados que ou não acreditam ou não colaboram. Mas, em 1869 havia mesmo seca? Hoje assistimos o milagre da chuva.

Enquanto o povo lamentava a falta de água, o Sr. Presidente da Câmara fazia uma proposta aos vereadores e que foi aprovada. Deixamos os comentários à inteligência de cada um que nos ouve. Vamos ler a citada proposta. — “O Sr. Presidente propôs que se mande fazer irrigação desde a ladeira do Carmo até a Igreja do Braz nos dias 23 e 24 para prevenir do pó na passagem da procição, e que se officie ao Exmo. Sr. Presidente da Província, pedindo providências, de costume, afim de que se torne solemne e pomposa a festa da recepção.”

Meus Deus como é o meu povo!

Não foi somente de assunto religioso que a Câmara cuidou naquela magna sessão. Cuidou também do aspecto político, indicando uma comissão que fôsse até ao Rio de Janeiro para cumprimentar Sua Magestade o Imperador Dom Pedro II e a Sereníssima Princesa Isabel, pelos gloriosos feitos obtidos no Paraguay por seu genro e de seu esposo o Conde D'Eu.

De fato o Conde cobria-se de gloria na luta do Paraguay, aos 12 dias do mes de Agosto, no assalto e tomada de Piribebuy, quando os exercitos sobre o comando dos generaes Osorio e Vitorino Monteiro e a divisão argentina do Coronel Luiz Maria Campos, desbaratava o inimigo que deixa no campo de luta 700 mortos, 1.100 prisioneiros, 14 canhões e 14 bandeiras; as perdas aliadas resumiram-se em 557 homens, onde os brasileiros perderam apenas 33 vidas e 405 feridos. Nessa luta perde a vida o General Mena Barreto.

Das poucas obras de urbanisação cuidada pela comuna, destaca-se a correção da Ladeira Dr. Falcão, cuja desapropriação foi feita por doação do Barão de Itapetininga, proprietario dos ter-

rencia marginaes, que cedeu graciosamente a nesga de terra necessaria para corrigir o alinhamento da rua.

Para tanto foi incumbido o vereador Rodovalho; corrigiu o alinhamento; faltava corrigir as irregularidades dos edís; para tanto necessitava a Camara de um relógio que marcasse o tempo ds sessões, assunto esse a cargo do vereador Luiz Pacheco Toledo que comprou um pela importancia de 35\$000. Não havia o que desculpar aos vereadores que encurtavam o tempo das sessões, por falta de um aparelho registrador de tempo.

O paredão da rua 25 de março tambem foi serviço obrigatorio, sendo aberta concorrência para a sua execução, tendo-se apresentado apenas dois concurrentes, um o Sr. Jorge Pereira Augusto da Silva que se propunha a faser as obras pela importancia de 4:900\$000 e, outro o Sr. Jacob Thut que executava o mesmo trabalho pela quantia de 1:480\$000. Diferença de preço que impressiona, que deixa muito a duvidar dos interesses em jogo.

“O Jornal” — O “Diario de São Paulo” — em o dia 22 de outubro traz infausta noticia. Falece o Tenente Coronel Inocencio Cardim, homem honrado e de severos costumes, pelo que gosava, apesar de pobre, de consideração e estima de todos quantos o conheciam, mormente das pessoas pobres do lugar de sua residencia — O Lavapés — as quaes prestava bons serviços. Era o tipo do verdadeiro paulista. O velho e probidoso Cardim faleceu em estado de pobreza, legando aos seus herdeiros o terreno onde habitava e conhecido como o pasto do Cardim e que se comprehendia quasi toda a rua Tamandaré e o Jardim da Aclimação. Esse terreno mais tarde foi vendido ao Dr. Manoel Batista da Cruz Tamandaré pela importancia de oito contos de reis.

No último dia 13 de Maio, dias atraz portanto, a cidade assistiu as festas com que comemorou-se a abolição da escravidão negra no Brasil. Dentre tantas tecidas lóas, a tantas personalidades do mundo abolicionista, destacou-se as referencias e lembranças prestadas á Princesa Isabel, a Magnanima. Para comprehender-se o estado de espirito que vivificava em a Princesa Isabel, no tocante ao clima da escravidão no Brasil, basta citar que, logo que o Conde D'Eu instalou o Governo Provisorio no Paraguay, um de seus primeiros atos, a 2 de Outubro de 1869 foi o de abolir a escravidão existente naquele país, que já a 1842 decretara a liberdade do nasciturno. E a abolição da escravidão no Brasil somente surgiu a 1888; vê-se pois que era uma constante no espirito do Imperial casal, a repulsa a essa tipo de dominio do homem branco sobre o homem preto.

A 4 de Dezembro, volta a Camara a reunir-se, em casa de seu presidente, visto a séde da comuna estar novamente ocupada com as reuniões do Jury. Nessa oportunidade discutem o orçamento no valor de 1:130\$000, elaborado pelo engenheiro da Camara Carlos

Rath, para corrigir o alinhamento da Ladeira Dr. Falcão e, um requerimento do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, — “pedindo consentimento para fechar um terreno que entre a sua chacara, na rua do Tabatinguêra e a de Americo Galvão Bueno existe, como um corredor que outrôra era o começo de uma rua que ficou inutilisada e fechada pela estrada de ferro”. — A estrada de ferro referida é a antiga São Paulo Railway no seu caminho á cidade de Santos.

Encerra a edilidade os seus trabalhos do ano, ordenando a reforma de dois compromissos financeiros: um com a Caixa Filial do Banco do Brasil, na importancia de 17:000\$000, tendo pago 510\$000 de juros e 17\$000 de selos, e, outro com o Barão de Itapetinga, na importancia de 27:259\$321, amortisando a quantia de 259\$321 e, pagando os juros por mais seis meses na quantia de 1:350\$000, a razão de 10% ao ano. Ordena ainda o calçamento da rua Miguel Carlos, a hoje Florencio de Abreu, para permitir comoda ligação da Estação da Lúz com o centro da cidade, através do Largo de São Bento; nivelamento do Largo da Caveira, obra essa que devia ser feita com o concurso pecuniario da Provincia, pois lá tambem estava o Teatro e duas Igrejas. Resolve tambem ordenar a mudança do Matadouro, que foi levado para a Vila Clementino, o calçamento com pedregulhos, da rua da Consolação até a porta do Cemitério. Resolve ainda que “— sendo um embelesamento adotado em quase todas as cidades do mundo a arborisação das praças, largos e ruas espaçosas”, ficava a comuna autorisada a mandar plantar arvores nos largos do Carmo, São Bento, Palacio, São Francisco, Rua do Rosario a hoje 15 de Novembro. Enfim obras e serviços que vinham embelesar a bucólica cidade de São Paulo, a um seculo atraz.

Nesta ultima reunião cultural do ano, de nosso sodalicio, qui-semos trazer esta contribuição, para que ainda fulgurando nos horisontes da memoria, os arbores do dia da Patria, invocamos a memoria daqueles que lutaram e viveram por um ideal maior, para que maior fôsse o Brasil. Invocamos o passado porque é do passado que se constroe no presente a grandesa futura. Para que a Patria se dilineie é preciso que haja uma ponte entre o presente e o passado. Renam, Ernesto Renam, disse que “a patria se compõe dos mortos que a fundaram, como dos vivos que a continuam”. — Uma nação é uma alma, um principio espiritual. Duas coisas que, a bem dizer, não são mais do que uma, constituem esta alma, este principio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de lembranças; a outra é o consentimento atual, o desejo de viver conjuntamente, a vontade de continuar a faser valer a herança que recebeu inteira. O homem não se improvisa. A nação, como o individuo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrificio e de devotamentos”.

Façamos nossas estas palavras de Renam; para que os moços, ouvindo-as amem o Brasil e compreendam a grandesa deste imenso território.

Agora, mais do que nunca é preciso amar o Brasil. Engrandece-lo sem artificios, livra-lo de todo o veneno da decadencia que filhos espurios tentam instilar nos sentimentos jovem — salva-lo de toda a disfiguração que os impatriotas desejam configurar nos seus atos de terrorismo, procurando deprimi-lo aos olhos das nações maiores.

Mais do que nunca precisamos agora amar o Brasil, para que “a vida brasileira seja pura e simples, que resplandeça como um padrão humano de bondade, de afeto, de entusiasmo e de radiosa poesia”, nas palavras de Plinio Salgado.

RIO, 1935

JACOB PENTEADO

Eu sempre desejara conhecer o Rio de Janeiro, mas nunca se me apresentara oportunidade. Em julho de 1935, porém, ela se apresentou. É que minha sogra e meus cunhados passaram a residir lá, motivo que me instigou a realizar a sonhada viagem. A hospedagem estava garantida. Consegui um passe, na Polícia, por intermédio de um amigo, comprei dez filmes para fotografar a “Cidade Maravilhosa” e, assim, numa bela manhã, embarquei, na velha Estação do Norte.

Ao desembarcar, na antiga Estação D. Pedro II, prédio modesto, bem longe do monumental edifício atual, lá estava minha cunhada Inês, à minha espera. Dali, rumamos para a Estação Barão de Mauá, da Leopoldina Railway, onde tomamos o “Maria Fumaça”, rumo a Brás de Pina, onde eles residiam. Durante o percurso, tive o prazer de admirar, mesmo de longe, o Cristo Redentor, todo iluminado, e a tradicional Igreja da Penha, que fica junto à estrada de ferro. Brás de Pina estava iniciando, na época, seu desenvolvimento predial, graças à Companhia Imobiliária Kosmos, que adquirira, ali, uma grande área de terreno e edificava belas casas, bem modernas, populares e palacetes, vendendo-os a preços bastante acessíveis. Minha sogra comprara uma, muito confortável, com prestações quase ao preço de aluguel. O lugar impressionou-me bem.

Aliás, devo confessar que entrei com o pé direito, pois, no dia seguinte, apareceu por lá um amigo da família, um tal Pedro, que estudava na Faculdade de Direito de São Paulo, com seu carro, e, assim, pudemos realizar os melhores passeios. Ele também desejava conhecer a cidade, e minha cunhada, então em férias, serviu-nos de cicerone.

Fomos primeiro a Petrópolis, cuja estrada passava pela porta da casa. Verdadeira maravilha arquitetônica, esse região presente que Washington Luís, o presidente “estradeiro”, deu à Velhacap. Pontes, viadutos, arcos, aterros, curvas, sinalização, tudo construído com arte e bom gosto. É uma estrada que serve de orgulho ao País.

Na bela cidade de D. Pedro II, visitamos o Museu Imperial e percorremos todos os seus pontos pitorescos, que são muitos. Al-

moçamos no Restaurante Itália, famoso pelos seus morangos com creme. Admirei muito, também, as belas hortências que margeiam a estrada.

No dia seguinte, fomos à Ilha do Paquetá, onde passeamos no gostoso côche, a tração animal, tomamos banho na formosa Praia da Moreninha, e nos deliciamos com os camarões apanhados ali mesmo na ilha.

No terceiro dia, sempre aproveitando o carro, visitamos as praias de Copacabana, Arpoador, Ipanema, Leblon, Avenida Niemeyer, Gruta da Imprensa, Joá, Barra da Tijuca, Furnas, Alto da Tijuca, Vista Chinesa e outros pontos pitorescos. Nas Furnas, vendo aquela água cristalina correr por entre as enormes pedras, no interior da deslumbrante floresta, curioso, perguntei a um negro que ali estava:

— Como se chama isso?

— Água... — respondeu êle, calmamente.

Ao entardecer, fomos para o Pão de Açúcar, a fim de assistirmos ao espetáculo mais belo do mundo, segundo opinião geral dos turistas: o pôr do sol e o acender das luzes na cidade. É, realmente, uma visão fantasmagórica. Para encerrar o dia, fomos jantar no Restaurante do Minho, que o nosso grande Rio Branco celebrizou, pois ali fazia suas memoráveis refeições. Ao lado de sua mesa preferida, está uma placa, perpetuando-lhe o nome. Saboreamos as melhores petisqueiras à portuguesa, regadas a azeite Galo e legítimo vinho português.

Mas aí o nosso amigo Pedro voltou para São Paulo e eu tive que me servir de veículos mais proletários: bondes, ônibus e trens de subúrbio. Tôdas as manhãs, tomava o “Maria Fumaça”, em Brás de Pina, cuja passagem custava trezentos réis. Lembrando Lima Barreto, que prazer ouvir aquê expressivo linguajar carioca, com sua saborosa gíria, com tôda aquela gente humilde, conversando à vontade, relatando seus problemas, sua odisséia e, principalmente, discutindo política.

Era um período agitado da vida nacional, pois a Aliança Nacional Libertadora, a cuja frente estavam o Comandante Hercolino Cascardo e o Almirante Sisson, empolgava a população. Tratava-se de um movimento de âmbito nacional, abrigando em seu seio todos os brasileiros de boa vontade, que desejavam ver sua pátria livre daquele regime de opressão, obrigando Getúlio Vargas a realizar eleições realmente democráticas. Não era, na verdade, um movimento de caráter exclusivamente comunista, como assoalharam. Dêle faziam parte cidadãos de todos partidos, credos e ideologias. Carlos Lacerda o integrava. Àquele tempo, êle era comunista, o que lhe serviria, mais tarde, como disseram, como bom alcagüete, para denunciar seus velhos companheiros. O órgão officioso da Aliança era “A Manhã”, dirigida pelos cora-

josos jornalistas, os irmãos Pedro e Paulo Mota Lima. Devia ter uma tiragem verdadeiramente colossal, pois era raro ver-se um cidadão que não o estivesse lendo, nos bondes, nos ônibus, nos trens, nas ruas.

Em São Paulo, era órgão da Aliança a velha "A Platéia", do jornalista Pedro Cunha, mas dirigida por Clóvis Gusmão e Brasil Gérson.

Ao saltar na Estação Barão de Mauá, logo cedo, eu tomava o bonde Mauá-Lapa, que me deixava bem na Cinelândia, por apenas um tostão. É assim, de bonde ou a pé, a melhor maneira de se conhecer bem uma cidade, seu povo e sua alma, andei o resto dos dias.

Na ocasião, meu velho e fraternal colega, o poeta Philemon de Assumpção, encontrava-se também no Rio, hospedado num hotel da Rua do Catete, com sua boníssima espôsa, Dona Odete, e uma tia desta, muito amável. Fui visitá-los e tive a felicidade de almoçar com eles várias vezes. Dona Odete, perfeita conhecedora da cidade maravilhosa, serviu-nos, por vezes, de cicerone e indicava-nos os melhores passeios.

Saí com Philemon, certa manhã, e fomos até ao Largo do Machado, onde vimos um prédio de apartamentos, côr de rosa, em que falecera, pouco antes, Humberto de Campos. Era dia de feira e adquiri um mamão e laranjas seletas, bem mais saborosas que as de nossa de São Paulo. À tarde, eu e o poeta fomos a Niterói. Passamos pela cidade, pela belíssima Praia de Icaraí, que reputo mais bela das que as do Rio. Fomos, ainda, ao Saco de São Francisco e Jurujuba. Na volta, entramos num desses cinemas de bairro, chamadas "poeira", para assistir a um filme português, "As pupilas do Senhor Reitor". Como não trouxera os óculos, pouco assisti e, ainda mais, pelo forte sotaque lusitano dos atores, não tendo letreiros, também, pouco entendi.

O passeio seguinte foi ao Corcovado, para ver o Cristo Redentor de perto e, a cidade, lá do alto. Cheguei à estação inicial cerca de oito horas, poucos minutos depois de haver partido o trenzinho. Fiquei decepcionado, mas, já que ali estava, não queria perder a viagem. O próximo trem sairia bem mais tarde. Perguntei ao encarregado da estação, um português alto e rude, se havia caminho para pedestres até ao Cristo. Olhou-me com ar de incredulidade e exclamou:

— O senhor quer ir até lá a pé? Ah! Se quiser tentar, é só acompanhar a estrada. Mas... é preciso peito...

Não gostei da insinuação e, olhando bem para cima, como que para medir a altura, vi o Cristo de braços abertos, meio encoberto pelas nuvens, e iniciei, corajosamente, a marcha.

No Silvestre, ponto final do bonde, descansei um pouco e comi umas bananas e laranjas, compradas de um vendedor ambu-

lante. A primeira etapa estava vencida. Iniciei a segunda, bem mais íngreme.

Nas Paineiras, nova parada. Ali começava a parte mais dura, embora mais curta. Era uma rampa quase vertical. Mas isso não me desanimou. Fui andando, parando de vez em quando, para bater umas chapas e, lá pelas onze e meia, atingia o fim da estrada férrea. Perto da estaçãozinha, vi um individuo sentado, como que à espera de alguém. Não sei por que, não simpatizei com o gajo. De chapéu descido sobre os olhos, cabeça baixa, batia com uma varinha no chão. Ao ver-me, olhou-me obliquamente. Havia algo, no seu olhar, que não inspirava confiança.

No cimo do morro, entrei no restaurante ali existente e mandei vir uma água tônica e uma salada de frutas. Foi a melhor água tônica que bebi em minha vida, após aquela longa caminhada, morro acima, debaixo de forte sol. Depois, fui apreciar a vista deslumbrante que se divisa lá do alto e bati mais umas chapas; aliás, minha "Voigtlaender" funcionara durante toda a subida. Na esplanada fronteira ao Redentor, estava outro tipo com cara de maus bofes. Também não me pareceu bom traste.

Logo depois do meio-dia, chegou o trenzinho, ou bondinho, a sistema de cremalheira.

Um alegre bando de turistas, na maioria argentinos, que vinham apreciar "la naturaleza", invadiu o bar e a esplanada. Súbitamente, notei um ajuntamento e, curioso, fui ver o que havia. Eram os dois tipos que, certamente, ali estavam de tocaia, procurando arrancar os cobres dos incautos. Um deles trabalhava com dois pratinhos de cerveja e uma bolinha. É o velho jôgo dos malandros, que mobilizam a bolinha com a habilidade de um consumado prestidigitador. E convidava os turistas para apostar: — Adivinhem onde se encontra a bolinha!

O seu parceiro servia de "esparra". Apostava e... naturalmente, ganhava, para incentivar os otários.

— Estão vendo? — dizia o "banqueiro" — É fácil de acertar. Arrisquem!

Mas os nossos "hermanos", que nada tinham de trouxas, riam a valer, exclamando:

— Mirem que guapo! Quiere nos dar la platita! Que ombre bueno!

Desci a pé, mas, no Silvestre, tomei o bonde que ia até ao Largo da Carioca, passando por Santa Teresa e pelos Arcos, o velho Aqueduto da cidade.

Fiquei ainda dois dias, conhecendo melhor a cidade, passeando pela Quinta da Boa Vista, Museu Nacional e outros logradouros públicos. No último dia, pela manhã, estava flanando pelo Cais Pharoux, tirando umas vistas, quando fui abordado por um moreno alto, bem trajado, de chapéu de palha, que indagou:

— O senhor é paulista?

— Sim, senhor.

— Muito prazer. Eu sou médico, vim de Ribeirão Preto. Sabe o que me aconteceu? Ao desembarcar, um carregador apanhou-me a mala e desapareceu. Agora, fiquei sem nada. Tenho apenas um cheque no bolso, que pretendo descontar, mas não sei sequer onde fazê-lo, pois não conheço ninguém nesta cidade.

Mas eu manjei-lhe logo a pinta, pois seu sotaque era bem carioca, embora êle procurasse disfarçar.

Fomos, caminhando lentamente, para a Praça Mauá, continuando êle com seu lero-lero, enquanto eu, nem ouvindo, procurava um jeito de dar o fora. Mas eis que, ao chegarmos à Praça, aproximou-se outro tipo, talvez um “compadre” que, olhando bem para mim, dirigiu-se logo ao outro e perguntou:

— Para onde vai você?

— Vamos para o Pró-Matre — respondeu o da palheta — Mas, antes, preciso conversar com êste amigo paulista.

Andamos mais alguns passos, os três juntos, na direção da Avenida Rodrigues Alves, que beira o cais, quase deserto, àquela hora.

Naquele instante, passou por nós um bonde, diminuindo a marcha, na curva. Tomei-o e, da plataforma, fiz um gesto característico para ambos, com a mão aberta e o polegar na ponta do nariz. Os safados ainda riram velhacamente, ao verem o possível otário escapulir-se.

Eu, para vergonha dos paulistas, estava com apenas dez mil réis no bolso e pretendia voltar para São Paulo como “fora-de-mala”.

Não temera tanto pelo dinheiro, que não tinha, mas pela integridade física, pois êsses artistas surram a vítima, quando não traz “gaita”.

Visitei pela última vêz Brás de Pina, despedi-me do meu pessoal e, à noite, fui à Estação D. Pedro, onde me aguardava o caríssimo Philemon, que conversou com os colegas do Ambulante, Waldemar Fonseca Lemos e Arlindo Alves Marques, que, camaradamente, deram-se uma carona. Passei a viagem ajudando-os na separação da correspondência e fechamento de malas e, no dia seguinte, pela manhã, descia na Estação do Norte.

Passara uma béliçsima semana no Rio, comendo e bebendo do bom e do melhor, realizando os mais belos passeios e satisfizera meu velho sonho.

Ao chegar em casa, dei um balanço nas despesas e verifiquei que aquela maravilhosa viagem custara-me apenas cento e cinco mil réis, pois ainda tinha no bolso uma nota de cinco, dos cento e vinte que levava.

55 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO

JÓÃO GUALBERTO DE OLIVEIRA

O Instituto dos Advogados de São Paulo fundou-se em 21 de dezembro de 1916, o que vale dizer que em 1971 completa 55 anos de profícuca existência.

Do simples confronto entre as duas épocas — a dos primórdios da criação no Brasil, em 1827, das duas primeiras academias de Direito e da que assinala a fundação entre nós, em 1843, do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros — verifica-se que, só dezesseis anos depois da criação dos cursos jurídicos no País, se cuidou de fundar uma entidade disciplinadora da classe dos advogados, como corolário natural daquela iniciativa.

Não resta dúvida que, animado sempre pela idéia de ver implantado também no Brasil a Ordem dos Advogados que, em França, produzia tão bons resultados e pondo em destaque o influxo que a Associação dos Advogados de Lisboa, fundada em 1838, exercia sobre o florescimento das letras jurídicas de Portugal, o conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão (1788-1847) tomou a si a tarefa de promover a criação de uma entidade brasileira nos mesmos moldes das duas acima citadas. Segundo o historiador Sá Viana, em “Cinqüenta Anos de Existência”, edição de 1894, o ilustre ministro do Supremo Tribunal da Justiça estava plenamente convencido de que a organização da Ordem brasileira muito concorreria não só para a “boa administração da Justiça em geral”, mas também para “a perfeição do interessante assunto da Jurisprudência do País”, podendo vir a ser “muito útil aos nossos juriconsultos nos difíceis estudos da vida a que se destinava”. Isso se deu em 1842. Como se vê, a idéia da criação da entidade de classe corporificou-se há mais de cento e vinte anos, tendo sido seu inspirador e propugnador um conspícuo luminar da magistratura brasileira.

Apesar disso, o conselheiro Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (1794-1870) conveio em que o momento não era ainda asado para criar-se aqui, desde logo, a Ordem dos Advogados segundo os figurinos francês e português, visto que mal acabavamos de proclamar a nossa independência política. Além disso, acreditava o

íncrito magistrado que “a grande missão só seria completada quando o país houvesse entrado franca e decisivamente na fase real da organização dos seus altos poderes, sistematizando todos os princípios e regulamentando os serviços públicos”.

Nesse pressuposto, delineou Teixeira de Aragão com a sua aguda inteligência a criação de uma entidade que de futuro, quando fôsse oportuno, facilitasse o advento da Ordem dos Advogados. Tinha aliás tôda razão de ser êsse seu ponto-de-vista, embora a concretização de suas idéias sofresse as conseqüências de expedientes aleatórios, eis que o nobre desiderato só logrou tornar-se realidade noventa anos depois, com a promulgação do Decreto n.º 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, que regulamentou a matéria após o desdobramento em 1930 do órgão primitivo em Ordem e Instituto.

De resto, a tendência dos representantes da classe para sua própria agremiação não nascera aqui no Brasil — Império, porquanto, como se sabe, a Associação dos Advogados de Lisboa já existia desde 1838. Cinco anos depois, isto é, em 21 de agosto de 1843, fundava-se também na nossa Côrte, com certeza numa salutar emulação, o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e só cêrca de duas décadas mais tarde, ou seja, em 11 de agosto de 1864, se cogitou de criar o congênera na Província paulista.

Como é do conhecimento de quantos mourejam no campo do Direito, antes mesmo se expedisse o Decreto n.º 19.408, de 18 de novembro de 1930, pelo qual o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, fundado em 1843, se desdobrou em dois órgãos distintos, ou seja, o “Instituto dos Advogados Brasileiros” e a “Ordem dos Advogados do Brasil”, já havia no Rio de Janeiro acentuada tendência no sentido de que fôsse criada uma entidade separada para cada órgão.

É isso pelo menos o que se depreende da leitura do trabalho “O Livro de Um Advogado”, editado em 1943 por Levi Carneiro, nome conhecido e acatado entre os cultores do Direito.

O Instituto dos Advogados Brasileiros fundado no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1929, isto é, um ano e dois meses antes da expedição do diploma legal atrás referido não era uma associação regional da classe, nem um grêmio de advogados da Capital do País. Era a própria Ordem dos Advogados Brasileiros precedendo a lei que viesse a criar o órgão próprio. Era ainda mais: a entidade adequada dos advogados de todo o Brasil. De sorte que, mesmo depois de instaladas entidades similares nos diversos Estados da Federação, o Instituto ainda conserva sua primitiva denominação, o que aliás ninguém lhe poderia nem pode impugnar.

Quanto ao Instituto dos Advogados Brasileiros de 1930, pode-se afirmar com segurança que essa entidade de classe existe

desde quando, em 1843, se fundou o que outrora tomou o nome de "Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros", o qual outra coisa não era senão o próprio Instituto, com outro nome.

Todavia, é certo que em 1930 chegamos a uma nova fase da história que nos propusemos reconstituir, com base nos dados e informes colhidos aqui, ali e acolá.

O assunto, de resto, é velho e bem conhecido. Nunca, porém, será demasiado tarde reavivá-lo, com a adição de alguns pormenores para conhecimento das gerações mais novas.

As duas escolas de Direito, ao tempo criadas, já se encontravam em pleno funcionamento. A de São Paulo, cuja atividade se iniciou em 1.º de março de 1828, sob a direção do tenente-general José Arouche de Toledo Rendon, e a de Olinda, em Pernambuco, que só se inauguraria em 15 de maio do mesmo ano, cêrca de dois meses depois, sob a direção de Pedro de Araújo Lima (1793-1870), que mais tarde viria a ser Regente do Império. Como corolário natural da instituição dos cursos jurídicos no país, tratou-se logo de fundar o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

O Estatuto inicial da entidade foi mandado aprovar por Sua Majestade o Imperador Pedro II em 1843, o que se cumpriu mediante portaria de 7 de agosto do mesmo ano, assinada por Honório Hermeto Carneiro Leão, conselheiro oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, cujos têrmos foram os seguintes:

"Sua Majestade o Imperador, deferindo benignamente ao que lhe representaram diversos advogados desta Côrte, manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, aprovar os Estatutos do **Instituto dos Advogados Brasileiros**, que os Suplicantes fizeram subir à sua augusta presença e que, com esta, baixam assinados pelo conselheiro oficial maior da mesma Secretaria de Estado, com a cláusula porém de que será também submetido à imperial aprovação o regulamento interno de que tratam os Estatutos. — Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1843".

Como se infere dos dizeres da portaria de que se trata, o Estatuto foi aprovado como sendo do "Instituto dos Advogados Brasileiros". Acontece porém que da ata da sessão de instalação e abertura das conferências, subscrita na mesma oportunidade pelo conselheiro Montezuma, presidente, e Jósimo do Nascimento Silva, secretário, consta como tendo sido o aludido diploma legal expedido a favor do "Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros".

Lendo-se as quarenta e cinco páginas das "Memórias do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros", edição de 1843 da tipografia do "Diário", de N. L. Viana, das quais constam a íntegra do Estatuto aprovado com os seus oito artigos e a do discurso de

instalação da entidade proferido pelo conselheiro Montezuma, nenhuma explicação se encontra para essa divergência de título de nosso sodalício.

E êsse "statu quo" arrastou-se durante nada menos que oitenta e sete anos, isto é, de 1843 a 1930, quando o ministro da Justiça do chamado "Estado Nôvo", Osvaldo Aranha, promoveu a expedição do Decreto n.º 19.408, de 18 de novembro de 1930, pelo qual se reformou a Côrte de Apelação e se criou a **Ordem dos Advogados Brasileiros**, ou melhor se desdobrou a denominação da entidade em dois órgãos distintos: **Instituto dos Advogados Brasileiros** e **Ordem dos Advogados Brasileiros**.

Com base no Decreto n.º 19.408, de 18 de novembro de 1930 e no Decreto n.º 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, que aprovou a consolidação dos dispositivos constantes do Decreto n.º 20.784, de 14 de dezembro de 1931; n.º 21.592, de 1.º de julho de 1932; n.º 22.039, de 1.º de novembro de 1932; n.º 22.266, de 28 de dezembro de 1932 e n.º 24.631, de 9 de julho de 1934, passou-se porém a adotar a denominação de "Ordem dos Advogados do Brasil".

Igualmente, para esta nova discordância de título, não se nos deparou qualquer explicação, ou sequer simples referência.

"O tempora, o mores"!, como exclamava Cícero nas "Verriñas"!...

Para se implantar o Instituto dos Advogados de São Paulo foram feitas cinco tentativas, a saber: a primeira, em 1843, sem contudo citar nomes; a segunda, em 11 de agosto de 1864, encabeçada por José Carlos Rodrigues (1844-1923), sem êxito. Elegu-se até uma diretoria, tendo o conselheiro Manuel Antônio Duarte de Azevedo (1832-1912), como presidente; a terceira, pouco mais de dez anos depois, isto é, em 29 de novembro de 1872, por um grupo de advogados em que se integravam o acatado mestre de Direito Joaquim Inácio Ramalho (Barão de Ramalho) e outros; a quarta, em 4 de outubro de 1891, após dezesseis anos de desinterêsse e que estava em esquecimento ou em hibernação, apesar dos esforços do referido Barão de Ramalho e de haver o presidente da Província, Dr. João Teodoro Xavier de Matos (1828-1878) aprovado o "Estatuto" em 14 de abril de 1875, e finalmente a quinta tentativa, que veio agitar de nôvo a velha e obsedante idéia e transformá-la em realidade no dia 21 de dezembro de 1916. Ao renascer o movimento pela quinta vez, após quarenta e um anos de inércia, havia à sua frente os seguintes causídicos: Abraão Ribeiro, Alexandre de Macedo Soares, Célso Leme, Eugênio de Lima, Florivaldo Linhares, Francisco Antônio de Almeida Morato, Henrique Smith Bayma, João de Azevedo Carneiro Maia, João Quartim Barbosa, Joaquim Marra, José Carlos de Macedo Soares, José Nogueira da Silva, Lourival de Azevedo Soares, Plínio dos Santos Barroso, Renato de Andrade Maia, Sílvio de Andrade

Maia e Valdemar Martins Ferreira — os dezessete verdadeiros “fundadores” do Instituto paulista. Fizeram jus a tal privilégio, como aderentes, mais oito causídicos, a saber: Aureliano Leite, Eurico Sodré, Frederico Vergueiro Steidel, José Manuel de Azevedo Marques, José Mendes, José Rodrigues Alves Sobrinho, Roberto Moreira e Spencer Vampré, tudo num total de vinte e cinco. E, desta feita, com tôdas as características de vida longa, útil e próspera. Entre tais abnegados e perseverantes colegas é de justiça se salientem os nomes de Alexandre de Macedo Soares e Spencer Vampré, os quais chamaram a si a árdua incumbência de levar o anteprojeto de “Estatuto” de porta em porta dos escritórios, a fim de obter o maior número possível de adesões.

Sob a liderança do Dr. José Manuel de Azevedo Marques, convocou-se uma assembléia geral de juristas na sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 21 de dezembro de 1916. A mesma assembléia, por aclamação, elegeu a diretoria inicial da entidade, a saber: presidente, Francisco Antônio de Almeida Morato; vice-presidente, Antônio Maria Honorato Mercado; secretário, Spencer Vampré; tesoureiro, Abraão Ribeiro, e para o Conselho Consultivo: Alexandre de Macedo Soares, Alfredo Pujol, Antônio de Moraes Barros, Antônio Veriano Pereira, Daniel Rossi, Estêvão de Araújo Almeida, Francisco de Penaforte Mendes de Almeida, Frederico Vergueiro Steidel, Jacó Tomás Itapura de Miranda, João Brasiliense Leal da Costa, João Domingues Sampaio, José Adriano Marrey Júnior, José Joaquim Cardoso de Melo Júnior, José Manuel de Azevedo Marques, José Mendes, José Tôrres de Oliveira, Laurentino de Azevedo, Plínio Barreto, Rafael de Abreu Sampaio Vidal e Valdemar Martins Ferreira.

Assim, há cinqüenta e cinco anos atrás fundava-se na Paulicéia o Instituto dos Advogados de São Paulo, concretizando velha e acariciada idéia que, durante muito tempo, repontava aqui e acolá, na tribuna, na imprensa, e, principalmente, nas conversas ocasionais do Forum, inculcada pela necessidade cada vez mais sentida de se agrupar em um sodalício.

Em nossos dias, ou seja, em 1971, com a projeção alcançada nos meios profissionais e sociais, vale por um dos mais eloqüentes marcos de nossa ciência jurídica que muito honra o Estado onde tão auspiciosamente surgiu e os causídicos que congrega em torno de si, para aumentar-lhe o prestígio e a importância.

Devido aos esforços dos dedicados dirigentes durante mais de meio século, a entidade tornou-se brilhante centro de cultura do Direito nestas terras onde o bacharel reinol foi um dos primeiros europeus a desembarcar das naus seiscentistas, em 15 de fevereiro de 1502, tivesse sido êle bacharel Duarte Peres, fidalgo português desterrado, mestre Cosme, Cosme Fernandes ou Cosme Fernandes Pessoa, mestre Francisco Chaves, ou até o quase lendário João

Ramalho, a quem já se procurou considerar o maior letrado daquele tempo.

Mercê de uma plêiade de legítimos expoentes da profissão, o Instituto tornou-se feliz realidade, e daí para cá, preenchendo cabalmente seus altos fins, foram-se sucedendo na presidência elementos da envergadura de Francisco Antônio de Almeida Morato, João Domingues Sampaio, José Manuel de Azevedo Marques, Antônio Maria Honorato Mercado, Valdemar Martins Ferreira, Plínio Barreto, Mário Severo Albuquerque Maranhão, Henrique Smith Bayma, Vicente Ráo, Renato de Andrade Maia, João Otaviano de Lima Pereira, Jorge Americano, Sebastião Soares de Faria, Alcides da Costa Vidigal, Paulo Barbosa de Campos Filho, José Barbosa de Almeida, Anésio de Paula e Silva, Lauro Celidônio Gomes dos Reis e Rui de Azevedo Sodré.

O Instituto bandeirante, desde a sua fundação em 21 de dezembro de 1916, concluiu estudos da maior importância para o país e para as letras jurídicas. Desnecessário é, pois, encarecer aqui o valor de que se reveste o trabalho de seus conselheiros.

A partir de 1.º de abril de 1952 — há portanto mais de catorze anos consecutivos — o Sodalício teve como figura de proa o vulto exponencial de José Barbosa de Almeida, que, com seu fino tato e superior critério, tão bem soube acomodar as diversas correntes de pensamentos que cruzavam e cruzam o céu do microcosmo jurídico paulista. Em virtude do elegante “savoir faire” de seu operoso presidente, o Instituto dos Advogados de São Paulo, que poderia ser talvez arena onde se chocassem em renhidos prélios os gládios das opiniões colidentes, é casa de paz, ordem e trabalho profícuo, um dos mais seguros redutos de camaradagem, de satisfação e bem-estar para os profissionais a êle filiados.

O operoso Presidente José Barbosa de Almeida faleceu inesperadamente em São Paulo (Capital), em 2 de maio de 1968.

Sucedeu-o na presidência o Dr. Anésio de Paula e Silva, eleito para o período 1967-1968.

Durante o impedimento do Presidente efetivo Dr. Anésio de Paula e Silva, em virtude de sua nomeação para as funções de Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo, em 1968, no govêrno do Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, exerceu o cargo interinamente o Dr. Lauro Celidônio Gomes dos Reis, vice-presidente, de 14 de fevereiro a 14 de agosto de 1968.

Cabe-nos registrar que na gestão do Dr. Lauro Celidônio Gomes dos Reis o Instituto dos Advogados de São Paulo foi declarado de “utilidade pública” pelo Sr. Governador do Estado Roberto Costa de Abreu Sodré, “ex vi” do Decreto n.º 49.222, de 18 de janeiro de 1968, e pelo Sr. Prefeito do Município de São Paulo Brigadeiro Faria Lima, por ato inserto no “Diário Oficial do Município”, do dia 20 de janeiro de 1968.

O Dr. Anésio de Paula e Silva foi reeleito para o biênio 1969-1970.

A seguir, após renhido pleito entre duas chapas que se apresentaram, elegeu-se à curruel presidencial o Dr. Rui de Azevedo Sodré, para o biênio 1971-1973.

O Prof. Dr. Rui de Azevedo Sodré é conhecido simplesmente por "Dr. Rui Sodré". Nasceu em 1900 em Santos, SP. Diplomou-se em 1923 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado militante. Curso de Doutorado na mesma Faculdade, em 1933. Curso de Filosofia e Religião, no Colégio São Luís, em 1932. Curso de Previdência Social. Curso de Oratória. Chefe do Departamento Jurídico da São Paulo Light S/A., desde 1940. Superintendente de assuntos legais da mesma empresa, a partir de 1963. Secretário da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, de 1940 a 1942. Membro do Conselho do Instituto dos Advogados de São Paulo, de 1938 a 1946. Presidente da Comissão de Direito Social do Instituto dos Advogados de São Paulo, eleito em 1944 e reeleito em 1955. Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção de São Paulo), de 1940 a 1944; Vice-Presidente até 1965. No mesmo ano, eleito Conselheiro Emérito" da mesma Ordem. Fundador, Conselheiro e Secretário Perpétuo do Instituto de Direito Social, de São Paulo e seu Presidente até 1951. Membro da Comissão Executiva do I, II e III congressos brasileiros de Direito Social, em 1941, 1946 e 1953, respectivamente. Membro da Diretoria da Sociedade Internacional de Direito Social com sede em Genebra, Suíça, com a função de Secretário Geral para a América Latina. Membro da "Inter American Bar Association" dos Estados Unidos da América, até 1962. Professor de Direito Comercial e Civil do Instituto Popular, em 1923 e 1934. Professor Assistente do Curso Prático de Direito Social do Seminário de Legislação Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor de Política Social do Instituto de Direito Social, patrocinado pelo SESI, em 1946 e 1947. Professor contratado de Direito Social da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1949 e 1º semestre de 1950 e de Trabalho e de Ética Profissional de 1965 até ao presente, na mesma Faculdade. Professor de Introdução ao Direito Social patrocinado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 1947 a 1960. Professor da Faculdade Católica de Direito de Santos, SP., desde a sua fundação, em 1951, e licenciado em 1965. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas, SP., de 1960 a 1963. 4º Presidente do Tribunal de Ética Profissional de São Paulo, no biênio 1965-1967. Reeleito para o biênio 1967-1969. Deu a estampa, entre outros trabalhos, "Função Social da Propriedade Privada", em 1934; "A Situação do Debenturista na Falência da Sociedade Anônima", em 1935; "O

Poder Disciplinar na Empresa Econômica”, em 1941; “Amparo à Família Pela Legislação Social”, em 1951; “Código Americano de Normas Mínimas de Ética Profissional”, em 1954; “Liberdades Fundamentais da Pessoa Humana”, em 1955; “O Advogado, a Regulamentação e a Ética Profissional”, em 1963; “O Advogado, o seu Estatuto e a Ética Profissional”, em 1967; “Remuneração da Advocacia”. “A Advocacia antes e depois da criação da Ordem dos Advogados”. “O Julgamento de Jesus. Teria sido Pilatos advogado de Jesus?”. “Formação Ético-Profissional do Advogado”. “Em Defesa da Classe Média”. “Sociedade de Advogados, Direito a Punir Falta Profissional e Responsabilidade Civil e Criminal do Advogado”. “Porque Adotamos a Expressão **Direito Social**”. “O Estágio”. Além dos enumerados e de outros estudos jurídicos, publicou uma centena de artigos doutrinários em revistas especializadas e em jornais cotidianos. E em 1971 é o 25º Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo.

O ROMANCE HISTÓRICO DE PAULO SETUBAL NO CONTEXTO DO ROMANCE HISTÓRICO BRASILEIRO

ANTÔNIO BARRETO DO AMARAL

Sentindo-se frustrado ante o sucesso obtido por Lord Byron que publicara "Peregrinação de Childe Harold", vindo com isso obscurecer-lhe a popularidade, o poeta escocês Walter Scott retornava a um romance que iniciara em 1805 e que deixara de lado a fim de compor os seus poemas.

Assim, em 1814 estava editado "Waverley", o primeiro romance histórico.

O sucesso inesperado da obra levaria o autor a escrever novos romances, baseados no passado da Escócia e, a seguir, no da Inglaterra, o que lhe daria a primazia desse gênero literário de ficção, atingindo, com "Ivanhoé", em 1820, o apogeu da popularidade.

Havia de adotar a nova estrutura trazida ao romance o escritor francês Alexandre Dumas, cujas obras, entre elas a trilogia "Os Três Mosqueteiros", "Vinte Anos Depois" e "O Visconde de Bragelone", o tornariam mundialmente famoso.

Não desprezaria a ficção dada à História o maior de todos os historiadores lusos, Alexandre Herculano, que no fim do segundo quartel do século XIX publicava obras notáveis de reconstrução da civilização gótica, árabe e portuguesa da Idade Média.

Pouco antes dessa metade do século, a literatura no Brasil procurava os caminhos da verdade nacional, rompendo moral e materialmente com os cânones da pátria mãe.

O romance histórico, "creation du Romantisme, que apparut aux contemporaines eux-mêmes une franche nouveauté", no dizer de Paul van Tieghem, veio seduzir os escritores brasileiros.

Pereira da Silva (João Manuel), autor de obras apreciáveis, abrangendo discursos parlamentares, poesias, prosa de ficção, é o precursor do movimento, o primeiro a tentar introduzir no país o novo gênero, quando a literatura brasileira passava pela fase da definição da sua independência.

Com a indicação de romance histórico estreava em 1839, publicando, no Rio de Janeiro, "O Aniversário de D. Miguel em 1828", o que não passava de pequena novela de trinta e três

páginas, e “Rebelião, Amor e Pátria”, êste de pouco maior extensão, divulgado no “Jornal do Comércio e no Arquivo Popular de Lisboa.

No mesmo ano publicaria “Jerônimo Côrte Real”, crônica portugêsa do século XVI, aparecida no mesmo jornal do Rio de Janeiro e que, em 1865 viria a ser editada em livro, já bastante modificada. Em 1840 estamparia “D. João de Noronha”, crônica do século XVIII e, bem mais tarde, em 1866, “Manuel de Moraes”, crônica do século XVII.

Precursor do romance histórico, embora sofrendo a influência de Walter Scott, não soube aproveitar-se dos feitos e dos temas da História pátria, procurando antes as tradições e as lendas portugêsas, muito embora sua preocupação de, quando a propósito, lembrar o Brasil, trazendo personagens do romance para o cenário nosso.

No mesmo ano Justiniano José Pereira, também ligado ao romantismo pátrio, escrevia “Os Assassinos Misteriosos ou A Paixão dos Diamantes”, sua primeira obra de ficção e por êle mesmo classificada como novela histórica.

De Luís Carlos Martins Pena é “Duguay Trouin”, romance histórico, quase desconhecido, que teria sido publicado em “A Centinela da Monarquia” ou no “Correio do Rio de Janeiro”, a partir de 1840.

A fraqueza dos romances dos três autores, não lhes permitiu chegassem aos nossos dias as suas obras e conhecidas fôsem da maioria do leitores da espécie. E do romance histórico não souberam o manejo, descuidando-se dos temas nacionais, exaltando o passado de Portugal, exatamente quando o Romantismo brasileiro procurava criar raízes no indianismo.

Na esteira do romance histórico, nessa ocasião, andaria Francisco Adolfo Varnahgen, o futuro grande historiador brasileiro, então contando vinte e quatro anos de idade.

Escreveria, em 1840, no órgão da renovação literária, a portugêsa “Panorama”, a “Crônica do Descobrimento do Brasil”, obra curta e medíocre, espécie de novela, onde procurou, segundo mais tarde confessaria em carta a Inocência Francisco da Silva, tornar mais conhecida e por forma que se adaptasse ao gôsto de todos, a carta de Pero Vaz de Caminha.

A urdidura, a arte e a imaginação aí são um quase nada, fraca a ação, procurando Varnhagen manter-se rigidamente fiel ao texto do documento, aparecendo como ficção unicamente o idílio de um militar com uma virgem tupiniquim da terra também virgem.

O pequeno romance histórico, se assim pode ser intitulado, sofre a influência da lenda de Caramurú.

Do autor, cujas obras se contam às dezenas, desde os cancioneiros medievais, os roteiros de viagem à América do Sul, os diá-

rios de navegação dos marujos ibéricos, a História Geral do Brasil, a História da Independência, jamais é lembrado o incipiente trabalho histórico a que pretendeu dar um colorido de ficção, em plena época do Romantismo brasileiro.

Na pequena novela "O Filho do Pescador", aparecida em 1843 Teixeira de Souza (Antonio Gonçalves) delineava as bases do romance popular, dando-lhe características mais definidas, apresentando-o com formas que o levaram a posição diversa dos precursores.

Quatro anos após, publicaria "Tardes de Um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta", romance histórico em três volumes, reeditado após correções pelo autor, em 1868, ao qual seguiu-se "Gonzaga ou a Conjuração de Tiradentes".

No primeiro deles é visível a influência sofrida pelo poema "Uruguai", de Basílio de Magalhães, incluindo no entrecho Gomes Freire de Andrade, o jesuíta e a campanha dos Sete Povos das Missões do Uruguai, procurando fixar a vida do Rio de Janeiro do século XVIII.

De "Gonzaga", é nos lícito indagar se cabe catalogá-lo entre os romances históricos, tal a maneira pela qual o autor trata o seu desenrolar, introduzindo-lhe transcrições de peças documentais, rol de conjurados, líricas de Tomás Antônio Gonzaga, sem, no entanto, definir tipos ou personagens.

A pressa em que se houve em atender exigências de folhetinista não lhe permitiu, certamente, dar ao todo da obra uma nitidez mais profunda, expurgando-a de artificialidades de diálogos, de prolixidade e de transcrições de documentos no texto.

Com o aparecimento em 1856, sob o pseudônimo de Ig, das "Cartas sobre a Confederação dos Tamoiós", apresentava-se José (Martiniano) de Alencar, como um futuro líder dos temas puramente brasileiros, ufano de sua terra, da qual deveria originar-se "a nova poesia".

Numa daquelas diria que "a forma com que Homero cantou os gregos não serve para cantar os índios; o verso que disse as desgraças de Tróia e os combates mitológicos, não pode exprimir as tristes endeixas do Guanabara e as tradições selvagens da América".

Dessa temática puramente brasileira oposta àquelas mitológicas ou medievais sobre as quais se debruçavam em sua tônica os poetas e escritores do Romantismo europeu, partiu para a execução do romance indianista "Iracema", classificado por si mesmo na primeira fase do "período orgânico de nossa literatura", que dividiu em três fases.

No segundo período, de caráter histórico, estão "O Guarani", "As Minas de Prata" e "A Guerra dos Mascates".

O primeiro com que se estreou em 1857, tem a temática do indianismo. E José de Alencar que era poeta antes de tudo, enche de poesia a vida dos indígenas, entre murmúrios de águas, sussurros de bosques, rumores de árvores que balouçam na selva bruta, alterando possivelmente os costumes para melhor enquadrá-los no fundo histórico.

Ter-se-ia baseado, dessa maneira, mais na lenda do que na realidade e, como disse o professor Afrânio Coutinho, “no mundo poético e heróico das nossas origens, para afirmar a nossa nacionalidade”.

Em “As Minas de Prata”, que escreveria sete anos depois, acentua-se-lhe o propósito de apresentar em seus romances históricos os aspectos e os motivos brasileiros tradicionais, como tema central, único condizente com uma literatura eminentemente nacionalista.

Escrita em 1871, mas só dada a lume em 1873, “A Guerra dos Mascates” coloca em destaque a figura de Sebastião de Castro Caldas, governador e capitão general de Pernambuco, talvez como julgaram muitos, com suposta intenção.

Historiador, jornalista, crítico, teatrólogo e romancista, o cearense de Baturité, João Franklin da Silveira Távora, conhecido apenas por Franklin Távora, alinha-se entre aqueles que, no período anterior a Paulo Setúbal pretenderam escrever romance histórico no Brasil.

Dele ocupou-se a crítica, ora em manifestações contrárias, como a de Sílvio Romero, ora considerando-o de boas qualidades literárias, como escreveu José Veríssimo, ou como de um dos vultos de mais alto relêvo da nossa literatura, na apreciação de Coelho Neto.

Incluído entre os naturalistas pelos tipos e cenas que retratou, resultantes de observações diretas feitas, ou tido por tradicionalista pela preferência dada, quase sempre, aos assuntos do século XVIII, não resta dúvida entretanto em que pode ser incluído entre os escritores do Romantismo.

Iniciando sua carreira literária com o romance histórico “Os Índios do Jaguaribe”, aparecido em 1862, mostra a influência, embora negada, do coestadano José de Alencar.

De “O Cabeleira”, escrito em 1876, e por êle classificado como romance histórico, onde apresenta um estudo do cangaço e de seus hábitos, disse Lúcia Miguel Pereira que “pode ser história, mas não romance. É uma biografia romanceada, mal romanceada e mal escrita”.

Aparecidos em 1878 e 1881, “O Matuto” e “Lourenço”, respectivamente, apresentam episódios da Guerra dos Mascates, intercalando o autor no texto, como o fizera Teixeira de Souza em “Gonzaga”, trechos de memórias históricas, afirmando ao pé da página,

a veracidade histórica de detalhes e fatos narrados, amarrado, escravizado ao documento e à verdade histórica.

Declara Franklin Távora em "Lourenço" ter se "esforçado por dar, quer no primeiro, quer no último, uma idéia tão completa, quanto possível, dessa guerra pouco estudada, não obstante sua originalidade, por si só no caso de convidar a sério exame e meditação o historiador depois do economista e do político".

Em Campinas escreveria Júlio (Cezar) Ribeiro, natural de Minas Gerais, mas cuja formação literária e atividades culturais desenvolveram-se em São Paulo, o primeiro dos dois únicos romances de sua autoria. "A Carne", de fórmula naturalista, publicado em São Paulo em 1888 e "O Padre Belchior de Pontes" (1876-7) a que denominou histórico original.

Sobre êste paira sempre a interrogação: teria o autor, como finalidade, o diminuir o papel do Jesuíta na formação da nacionalidade brasileira?

O certo é que, embora históricos os fatos e alguns de seus personagens e entre êles o protagonista, a obra se reveste de diálogos desprovidos de qualquer naturalidade, apesar ou por causa de tôda a linguagem erudita com que a revestiu o autor.

Analisando-a, tachou-a José Veríssimo de incapaz para obras de imaginação, como acontecia com êsse romance histórico.

Bernardo (Joaquim da Silva) Guimarães, expressão alta do romance mineiro, criador do romance sertanejo e regional, havia de escrever as duas primeiras obras históricas ligadas ao bandeirismo paulista.

A primeira delas "Maurício ou os Paulistas em São João del Rei", publicada em 1877, teria sua continuação em "O Bandido do Rio das Mortes", aparecida vinte anos após a sua morte, graças aos inauditos esforços de sua viúva, D.^a Teresa Guimarães.

São unânimes os críticos em afirmar a simplicidade de Bernardo Guimarães em tecer suas narrativas, sem preocupação ou trabalho de escrita, sem beleza de estilo.

O certo é que, embora no dizer de José Veríssimo e do professor Afrânio Coutinho, seja a sua narrativa "quase sempre a de uma história contada em voz alta", não se pode negar que tôda ela se acha repassada de poesia, como repleta de poesia fôra a obra de José de Alencar e seria quase tôda a escrita, meio século depois, por Paulo Setúbal.

Publicado em folhetim de "A Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro, em 1893, era tempos depois editado em volume o romance histórico "O Encilhamento", de autoria de Alfredo de Escragno-le Taunay — Visconde de Taunay — que o apresentara debaixo do criptônimo de Heitor Malheiros.

Escritor dos mais fecundos de sua época, autor de um romance tipicamente brasileiro como "Inocência" e da brilhante narra-

tiva de um episódio da Guerra do Paraguai, "Retirada da Laguna" não conseguiu, com "O Encilhamento", alcançar popularidade e a curiosidade que em torno dêste se fez foi no sentido de saber-se quem se ocultava por detrás do pseudônimo.

"Romance a clef", narrando apenas cenas contemporâneas da Bolsa em 1890, 1891 e 1892, cujos personagens aparecem encobertos por nomes supositícios, hoje impossíveis de identificação, o circunscrito ambiente em que se desenrola, o não reconhecimento dos figurantes, tudo isso bastaria para ser excluído do rol dos romances históricos, como alguns poucos o pretendem classificar.

Em 1895 aparecia, publicado em Itú, "O Paulista", romance assinado por Austo Rasec, que outro não era senão Augusto Cesar de Barros Cruz.

Como alguns haviam feito anteriormente, intercala no texto informações e citações históricas e geográficas, incluindo mesmo uma nota de cinco páginas para positivar a existência de uma cidade abandonada no interior baiano onde, em paredes, existiriam hieróglifos que, copiados, foram mais tarde enviados a Dom Pedro II e reproduzidos na Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

O assunto, que tem seu início na vila de Itú, desenvolve-se pelo sertão paulista, onde a bandeira encontra, em seu refúgio, o sertanista Borba Gato, prosseguindo pelo Brasil até atingir Pernambuco por ocasião do combate final dos Palmares e a norte de Zumbí.

A narrativa, entremeada de milagres, não atinge o climax que lhe quis dar o autor ao fazê-lo terminar em uma cena ocorrida no convento, em Itú.

Romance desprezencioso, cujo autor em sua introdução declara não ter a vaidade de "figurar na literatura pátria", não mereceu sequer a apreciação dos críticos literários brasileiros.

O historiador moderno que maior nome alcançou em São Paulo e talvez no Brasil, Afonso d'E Taunay, ensaiaria os caminhos da ficção, em 1910, escrevendo o romance histórico "Crônica do Tempo dos Felipes", obra bastante árida como romance quando no Brasil o Romantismo ainda se encontrava em sua mais elevada ascensão, reeditado em 1927, sob o título "Leonor de Ávila", declarando o autor havê-lo "joeirado de valôres" que reunira, pois, chegara "à conclusão de que muito melhoraria o romance, se lhe abreviasse a ação e sobretudo lhe tirasse as demasias ilustrativas do cenário seiscentista, algo digressivas..."

Assim como o outro grande historiador, Varnhagen, Afonso de Taunay, autor de mais de uma centena de obras históricas, do mais alto valor, ficaria nesse primeiro e único trabalho romaneado, com coloridos de história.

Uma década após, era publicado em São Paulo um livro de poesias, intitulado "Alma Cabocla", de autoria do bacharel Paulo Setúbal, então estranho aos meios literários locais.

Eram versos impregnados de grande ternura e harmonia, de lírica espontaneidade, de temas caracteristicamente brasileiros.

O amor ao passado que neles se encontrava, a simplicidade das imagens colhidas no campo, que o haviam levado de volta à infância ocorrida na pequena cidade natal, fizeram, desde logo, tornar-se o moço poeta um dos preferidos dos leitores.

Mas, cinco anos decorreram até que, novamente, viesse a lume um novo livro seu.

Surpreendeu-se o público. O poeta não lhe dava mais seus versos. Presenteava-o com um romance histórico, intitulado "A Marquesa de Santos".

Romance tecido com segurança da narrativa que agrada, onde a verdadeira delícia vem do conhecimento que tomamos do passado através dos personagens que êle consegue desenterrar dos frios arquivos da história e dos livros das bibliotecas, instilando-lhes uma nova vida, colorida, que os transforma, hirtas e geladas múmias, em galantes personagens que se movem no tempo e no espaço, levando-nos a acompanhá-los em suas maravilhosas peripécias.

Não há nele o estílo grave do historiador sisudo e clássico. É o poeta a escrever em prosa, construindo em linhas harmônicas e ritmadas, episódios como pensa terem sucedido, como se a êles estivera presente, cenas que valem pela evocação e pelo colorido que lhe empresta, desprezando a austeridade como, por hábito, é escrita a História, para retratá-la como se estivesse a focalizar a vida cotidiana.

É o acontecimento tracejado entre o real, buscado na documentação e o suposto enroupado de fantasia, a dar-lhe um cunho eminentemente popular, levando a História ao povo arredio de suas asperezas ou trazendo êste à História, então curioso de melhor conhecer-lhe os episódios e minúcias, "as anedotas interessantes, os costumes da época, os ditos, os bailes, os funerais, os beija-mãos, os vestidos, as jóias, tôdas as deliciosas futilidades do Primeiro Império", como escreve o autor.

Com sua exuberante imaginação de poeta põe-na ante os olhos do leitor, pinta o quadro que sentiu e que outro não poderia deixar de ter sido: — "Ah! Os suspiros que pôs a perturbante senhora em se alindar para tão suspirado triunfo! As águas de cheiro! Os pôs de França! As luvas de doze botões! O leque de marfim e oiro! Madame Saissait, a tão celebrada modista francesa da Rua do Ouvidor, preparou-lhe um vestido ousadamente bizarro, à Zamperi-

ni, um vestido moderníssimo, côr de cenoura, **balão** escandaloso e tufado, de corpete muito têsô, com imensa e donairoza sôbre-saia, caindo em bandadas largas, bordadas a fio de prata. E que apuro de detalhes... Desde o penteado alto, com o trepa-moleque de safiras, até o escarpim pequenino, de fivela doirada, tudo nela era perfeito! E quando, diante do toucador, depois de empoada e perfumada, a cintilar de jóias, D.^a Domitila se remirou no seu dardejante espelho de Florença, correu-lhe à epiderme um arrepio voluptuoso, seus lábios sorriram o sorriso da vaidade... Estava magnífica! Olhos úmidos e negros, boca sangrente, talhe musical, tôda pluma, aqueles vinte e quatro anos, quentes e sazonados, irradiavam frescura, trescalavam juventude, derramavam luxúria”.

E sentindo como estaria a futura Marquesa de Santos, preparada para o ato religioso, coloca-a frente aos olhos encantados dos leitores, não segundo manda a verdade crua, calcada na sole e irrefutável documentação histórica, mas revestida do sentido artístico da história, como fala Lythou Strachey, pondo em destaque o acontecido, iluminado, respandecido pelo que teria evidentemente acontecido.

A curiosidade que o romance histórico despertara na alma popular para as coisas da História pátria, receberia com satisfação, um ano depois, o segundo romance escrito por Paulo Setúbal, onde, com o dom que lhe era peculiar de palestrar com o leitor, declara-lhe:

“— Todos nós trazemos da meninice uma quase aversão por coisas da História. É natural. Nas escolas, propositadamente despojam a História do Brasil de todos os atavios que seduzem: a lenda, o fato curioso, a anedota interessante, o episódio novelesco. Apresenta-se desgraciosamente ouriçada de datas, nua de galanteios e feitiço...”

E, como em seu preâmbulo escrevera ao se referir ao rude da matéria, vai “enfeitando-a com o pitoresco e o aventuroso” que encontrou nas crônicas do século XVII.

Tráz-nos pela mão, a fim de que a conheçamos, nimbada de poesia e de meiguice a doce orfãzinha Carlota Haringue e o seu apaixonado Rodrigo Mendanha, enredados no ódio mortal que a senhora da Casa Forte, dona Ana Pais vota ao chefe paraibano André Vidal, que lhe desprezou os amores.

Vai Paulo Setúbal, no seu “Príncipe de Nassau”, tecendo em tórno ao idílio da môça holandesa, a vida daquela gente, dentro do quadro histórico, apresentando, fazendo desfilar combatentes e frades, judeus e aventureiros, insuflando-lhes vida, dando às

cenar um colorido real, tudo como imaginou que aconteceu ou que poderia ter acontecido: cenas e intrigas, amor e morte.

Sua narrativa prende o leitor, com o poder magnético que encerra. Prende-o ao enredo da obra, do argumento que serviu ao autor como cenário de uma peça onde colocou atores nos locais onde deveriam estar, indiferente que o não fizesse a realidade e os afastasse, vindo êle a socorrê-la acrescentando-lhe o fictício, para preencher lacunas e das asperezas burilar os textos, adornando-a e tornando-a compreensível ao leigo.

Mais um romance histórico ofereceria Paulo Setúbal aos seus numerosos leitores, decorridos dois anos. "A Bandeira de Fernão Dias".

Nela se fixara, narra o autor no prefácio, "como num símbolo, para dar ao grande público, através do enredo, uma noção fácil do que foram as bandeiras.

Para atingir o fim, acrescenta, tive que inventar. Essa invenção ressalta clara no livro".

Há na obra um entrelaçamento de fatos históricos e novelescos, por êle idealizados, salpicados de um pitoresco linguajar fugido aos cânones e aos tabus gramaticais convencionais, emprestando às cenas um sabor exuberante, profundo, numa temática de brasilidade igualável àquela do indianismo encontrada nas melhores obras de José de Alencar.

Põe-se-lhe a musa ao contato com as selvas, no labirinto das matas, nos enredados do sertão, na líquida esteira de prata do rio sagrado dos paulistas.

— "Sertão bruto! A mata cerra-se negra, formidável. Tôda a seiva dos trópicos borbulha ali com luxúrias bravias. Que árvores! São monstros! Troncos gigantescos, raízes gigantescas, frondes gigantescas. Guaparaivas, com os seus quarenta palmos de roda, emaranham-se a embaúbas, a angelins de raça, a folhudas sapucaias duras como ferro. E palmeiras! Profusão estonteante. São buritís. São indaiás. Juçaras. Bacabas. E cipós por tudo! E parasitas por tudo! O inferno verde..."

E ao cair da noite, enquanto vai a canoa rolando água abaixo, volta-se o autor a ver o cenário que o deslumbra, a estar presente, partícipe êle mesmo da bandeira, a aureolar a verdade histórica com o encantamento da sua fértil imaginação, com o romancear a paisagem:

— "O rio saíra da mataria bruta. Corta agora várzeas e chapadas. O panorama é descampado. É triste. Mas há naquele êrmo, rumores pálpites de vida. Quebra-lhe a solitude, colorindo-a essa entontecedora multidão de pássaros brasileiros (...)

Quanta nota alacre! Aquí, batendo as asas correm, espavoridos, jabirús e seriemas. Mais além, nas brejavas, esgueiram-se biguás. Patos bravos fogem aos bandos. Vem de longe estrepidências de caracará. As colheiras piam nos carandás do brejo. Há trilos de carachués. Gritos assustados de aracuãs. E papagaios, papagaios... Céus! Passam em revoada grasnando — paco, corrupaco! São anapurús, macaós, tuis, coricas; e enchem o céu e alegam-no, e pintam-no de verde, de amarelo, de vermelho, de negro, todos os tons berrantes da plumagem bufa”.

Aquela austeridade dos fatos, sem lances épicos que os assoberbem, as idas e vindas das bandeiras, enche-as de vida com o pincel de suas letras, realçando acontecimentos ou amenizando-os poeticamente, em uma ciranda de imagens peçadas de deslumbramento, de maneira a abismar o espírito do leitor embevecido naquela realidade tão nua de emoções.

Durante cinco anos deixara Paulo Setúbal de escrever os seus romances, na pesquisa que andava à procura de documentação, na garimpagem de gemas, a faiscar tesouros em arquivos, que lhe dessem material fascinante a fim de presentear os seus leitores ávidos, dentro da realidade, envolvidos, entretanto, do seu poético fraseado, do atavio das suas imagens, da visão nítida e dramática dos fatos.

Em princípios de 1933 publica, ao mesmo tempo, “Ouro de Cuiabá”, crônica histórica e o romance “Os Irmãos Leme”.

A eles, sem distanciar-se dos acontecimentos hauridos em severa documentação, dá o colorido fértil de sua fantasiosa imaginação, já agora sem o repasse da poesia espargida por todos os três romances anteriores, mas numa visão dramática dos acontecimentos brutais, num diptico absorvente, cuja temática interessantíssima transporta o leitor ao ciclo de ouro brasileiro.

O trabalho de ficção de Paulo Setúbal seria enriquecido, ainda, com a publicação dos episódios históricos “El-Dorado”, em 1934 e “O Romance da Prata” e “O Sonho das Esmeraldas”, no ano seguinte, todos os três abrangendo o bandeirismo paulista.

Não são frutos de sua imaginação os personagens que neles transitam, sertanistas rudes com suas passadas de gigantes em procura de miragens que Paulo Setúbal ataviou com o irisante extraordinário da poesia.



O romance histórico brasileiro encontraria seu apogeu, seu período áureo, no espaço de tempo compreendido entre o aparecimento de “A Marquesa de Santos”, em 1925 e o “O Sonho das Esmeraldas”, de Paulo Setúbal, em 1935.

O interesse do público desperta a atenção de escritores e historiadores para o ramo inexplorado da literatura, embora ultrapassada a época do Romantismo a que êle se filia.

Em 1928, Alfredo Ellis Junior escrevera, em colaboração com Menotti Del Picchia, "O Tesouro de Cavendish" e, em 1935, apresentaria "O Jaraguá" e, ainda, nas páginas de "A Gazeta", "O Tigre Louro".

Nesse mesmo ano Amando Caiubí estampava "Rincão de Heróis", romance histórico narrando a invasão da nascente vila de São Paulo de Piratininga.

O primeiro dos autores, tendo antes publicado obras didáticas, onde se destacaram aquelas de geografia e de história destinadas a várias séries do curso ginasial, limitou-se aos três romances históricos para dedicar-se à publicação de História e de Sociologia.

O outro restringiu-se àquele único romance, no qual se ensaiara, após haver escrito contos sertanejos, cenas e tragédias policiais e novelas do mesmo gênero.

De Manuel Vitor (de Azevedo), em 1926, seria dado à publicidade "O Bandeirante", sem maiores pretensões.

Ainda nesse período áureo apareceria o drama da Inconfidência", obra de Orestes Rosólio, publicada em 1933, após outra de Gustavo Barroso, intitulada "Senhora de Pangim", cujo desenrolar abrange "o Mundo Português nos séculos XVII e XVIII: o Brasil, o Reino, a Índia, o Oriente remoto".

Depois de haver escrito quatorze romances, dentre os quais dois históricos "Pindorama", em 1910, onde se desdobram as aventuras do descobrimento e da conquista do território brasileiro, e "O Sargento Pedro", lances da epopéia da Independência com as lutas em terras baianas, (Francisco) Xavier Marques (Ferreira) publicaria, em 1931, "As Voltas da Estrada", apresentando aos leitores a transmutação social, em um recanto da província, resultante da mudança havida da época da escravatura integral, anterior à Lei do Ventre Livre para o após da Lei Áurea.

De um poeta, cuja estréia se dera em 1913 e que mais tarde se voltaria com a maior das dedicações ao estudo das coisas da cidade, tornando-se o seu maior cronista. Nuto Sant'Ana (Benevenuto Silvério de Arruda Sant'Ana), seriam os romances históricos "A Santa Cruz dos Enforcados", "A Bernarda de Francisco Inácio" e "Tebas, o Escravo", publicados em 1937.

O amor à história da cidade levou-o, posteriormente, a escrever obras monumentais, despidas de ficção, que reservou para novos romances, êstes, porém, desalinhavados de qualquer fato histórico.

Dentre algumas dezenas de contos, novelas, sueltos, crônicas e outras formas literárias produzidas em incessante afã, escreve-

ria Afonso Schmidt os romances históricos "A Sombra de Júlio Frank", em 1936, "A Marcha", o romance da Abolição, em data de 1941 e, quatro anos depois, "O Assalto", romance do sal.

Aureliano Leite, o historiador de São Paulo, dentre cuja larga safra avulta a extraordinária "História da Civilização Paulista", escreveria em 1938 "Amador Bueno o Aclamado", trabalho que apresentou como "contribuição para o Congresso de História Nacional comemorativo do Primeiro Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", sob a epígrafe de romance histórico.

Prefaciando a obra escreveu:

"Após, em fim o estudo em que, à falta de atilado espírito, meti esforço e carinho, desisti de oferecer ao público um ensaio no perfil biográfico de Amador Bueno. Pontos obscuros de sua vida induziram-me a preferir amoldar o meu trabalho à forma de romance histórico, sem alterar um só dos fatos...".

Embora sua declaração a forma que emprestou à obra romaneando-a apenas no intuito de procurar suprir lacunas de documentação, não deixa a obra do precioso historiador de apresentar quase tôdas as características de autêntica biografia histórica, onde um pouco de ficção a completou para lhe dar cabal autenticidade, expungindo-a do rol dos romances históricos.

Estudando a mineração do ouro nos vales do rio Verde e do Sapucaí, com a coleta de documentos sociais, políticos e eclesiásticos, escreveu Amadeu Queiroz o romance histórico "Catas", publicado postumamente, em 1956, pois falecera em outubro do ano anterior.

Acontecimentos marcantes do romance, a mineração no Arraial de Santana e as primeiras contendas políticas entre mineiros e paulistas, por motivo das divisas entre as suas capitâneas.

O autor, que em 1937 escrevera o romance histórico "O Intendente do Ouro", teve, como pensamento, "romancear dois fatos e não a época, nem o ouro no seu destino e sentido, nem o homem na sua psicologia".

Uma das expressões máximas da atual literatura brasileira, o escritor sul rio-grandense, Érico Veríssimo, autor de romances que lhe deram, em pouco tempo, a primazia de coloca-le entre os autores mais lidos do país, teve suas vistas dirigidas à história de seu estado natal, manipulando-a na feitura de "O Tempo e O Vento", a famosa trilogia compreendendo "O Continente", "O Retrato" e "O Arquipélago".

A ação de um todo que se inicia na formação de clãs, e envolve as lutas de fronteiras e vem trepidamente, através da Revolução Federalista, alcançar os fatos de 1945, coloca em cena, entre personagens fictícios dos primeiros séculos, personagens reais da moderna política brasileira.

Fazer romance histórico tentaram, ainda, Ofélia Fontes com "Gigante de Botas" e em colaboração com o poeta Narbal Fontes "Coração de Onça", em 1951, quatro anos após o aparecimento do primeiro.

Diná Silveira de Queirós, a apreciada escritora paulista radicada na Guanabara, quando do IV Centenário da fundação de São Pulo, ofereceu à sua terra, em homenagem, "A Muralha", tendo como cenário as eternas bandeiras dos paulistas.

A mais recente publicação que se pretendeu classificar entre os romances históricos é da lavra do consagrado escritor Rolmes Barbosa, intitulada "Requiem para os Vivos".

Fazendo a crítica do trabalho, A. Roberto de Paula Leite afirma ser êle "amálgama de romance psicológico com o romance histórico.

A seguir, analisando personagens, dissecando formas e expressões que o autor encontrou, acrescenta o crítico: — "É pois, uma composição imaginística, isto é, estruturada à base de imagens exteriores à própria vida. Todavia não chega a ser romance histórico".



No contexto do romance histórico brasileiro, avulta, destaca-se entre todos os demais, aqueles de autoria de Paulo Setúbal, que se tornou, inegavelmente, o mestre da História apresentada sob a forma de ficção.

No pequeno campo do romance histórico pátrio, ensaiado ou tentado por alguns dos nossos melhores romancistas e mais acatados historiadores, uma parte deles não foi além da esfera do regionalismo que nada mais é do que um desdobramento do romance histórico.

Regionalista, no dizer de Pierre Brodin, não é apenas a obra que toma por cenário uma unidade regional, "mais toute creation litteraire dans laquelle une unité regionale, province, hameau ou ville, est fidèlement représentée et tient une place au moins aussi important que celle de l'un des principaux personnages imaginés par l'écrivain".

Nesse desdobramento do histórico, por tôdas as características que trazem do romance regional, há que situarmos Franklin Távora, com "O Cabeleira", onde o escritor chega até a transcrever e a introduzir diversas quadras na obra e onde o "Matuto" e "Lourenço" nada mais são do que uma crônica pernambucana com inclusão de fatos e memórias históricas, e o romancista do Rio Grande do Sul, Érico Veríssimo, que, com a sua embora magnífica trilogia preocupa-se, apenas, com as figuras e as coisas do estado natal.

O regionalismo de Nuto Sant'Ana não lhe permitiu para os três romances a fama conquistada com seus livros de poesia anteriormente escritos e posteriormente engrandecida pelas notáveis obras de História da cidade de São Paulo, a que se dedicou com desvelado carinho.

De Bernardo Guimarães ficaram na lembrança e até nos nossos dias chegaram apenas seus romances "A Escrava Isaura", "O Ermitão do Muquem" e o "Seminarista", perdida da memória das gerações que se sucederam, suas obras de ficção histórica.

Dos precursores e iniciadores, é lembrado o que escreveram, dentro dessa temática das letras, somente pelos mestres e pelos autores dos compêndios de história da literatura brasileira e estudiosos desta. A massa humana perdeu-os de vista ou os desconhece.

O mesmo sucedeu com a ficção tentada por historiadores que, acostumados ao manejo severo da linguística empregada em seus tratados, não chegaram a conhecer o aprêço público, sendo logo esquecidos ou talvez não lidos.

Aureliano Leite, reconhecidamente o atual historiador de São Paulo, bem possivelmente concorde hoje que o seu "Amador Bueno o Aclamado" é uma biografia à qual acrescentou algo de romanesco para complementar o que faltava na documentação conhecida.

No aqodamento de produzir, premido pelas circunstâncias pecuniárias, Afonso Schmidt elaborou vultosa obra literária, diluindo-se dentro dela suas tentativas históricas.

Do romance histórico brasileiro apenas existem sombras esquecidas, do passado, e no presente alguns poucos são lembrados como "A Muralha", de Diná Silveira, que vem merecendo a renovação de suas edições.

Xavier Marques, o formoso escritor de Itaparica, autor de romances como "O Holocausto e a Boa Madrasta", "O Feiticeiro" e a "Cidade Encantada", de quem, ao lançar seu décimo quinto livro, o romance histórico "As Voltas da Estrada", já ninguém mais se recordava daquele outro que escrevera, do mesmo gênero, em 1910, "Pindorama", restou desconhecido como romancista histórico, desaparecendo estas suas manifestações literárias na vasta messe da produção do autor.

Apenas dois ficaram e permanecem vivos na lembrança dos leitores, resistindo aos vendavais das novas formas. José de Alencar e Paulo Setúbal.

Ao cearense de Mecejana, embora já pouco lembrada sua "A Guerra dos Mascates", não lhe negou a posteridade a honra de inscrevê-lo entre os escritores nacionais mais lidos, com larga penetração nas massas de leitores das mais variadas idades e camadas sociais.

Talvez aquela explosão nacionalista contida nas "Cartas" escritas quando andava pelos vinte e sete anos de idade e não iniciara, ainda, sua obra de romancista, quando se arremetia na crítica severa à "Confederação dos Tamoios", negando-lhe autenticidade como expressão da literatura pátria e da nacionalidade brasileira, houvesse aberto as portas da glorificação pública às suas futuras obras onde, destacam-se os legítimos romances históricos "O Guarani" e "As Minas de Prata", embora a poesia com que cercou a vida dos indígenas e seus costumes hajam, em parte, os deturpado.

Referindo-se a José de Alencar o professor Afrânio Coutinho opina ser lícito incluir toda sua obra indianista "nos limites do romance histórico", por entender que "não apenas o "Guarani" por ele próprio assim classificado, mas "Tracema" e "Ubirajara", que dele não mereceram senão a rotulação de lendas".

A obra de Paulo Setúbal, toda ela situada dentro dos mais severos cânones exigidos pelo romance histórico, como sejam a fixação de caracteres e sentimentos verossímeis num ambiente exato **ou tido como exato pelo autor e pelo leitor**, sentiu-se enriquecida pelo lirismo com que o autor a empregou.

Nos romances "A Marquesa de Santos" e "O Príncipe de Nassau" vamos deparar, dentro do quadro histórico exigido e no ambiente apropriado, uma intriga sentimental, acompanhada das cenas onde há a reconstituição dos fatos e a apresentação das figuras da História.

Nas demais obras de Paulo Setúbal onde não aparece como ponto central uma intriga amorosa, estão esteriotipadas todas aquelas cenas que conduzem o leitor ao encontro dos personagens da História pátria, com uma grandeza psicológica soberba, de modo a atingir o objetivo precípuo do romance histórico na sua exaltação do passado nacional.

Nessa exaltação do passado brasileiro, revivido com espírito moderno. Paulo Setúbal sobreleva-se ao fazer com que o leitor torne ao passado para encontrar as grandes tradições e a heroidade de sua gente, nos cenários da pátria que nascia.

O romantismo dado ao romance, se licita pode ser a expressão, o colorido emprestado ao cenário e a desenvoltura daqueles que nele desfilam, aliados a um fraseado tão próprio do autor e de tão fácil assimilação pelas multidões que o lêem, haviam de concorrer, forçosamente, para guindá-lo à situação de mestre do romance histórico brasileiro. E o método por ele empregado para levar o leitor encantado à leitura de seus romances, reside no talento com que soube excitar-lhes a curiosidade, de preparar o "suspense", conduzindo-o a incidentes inesperados, alimentando-lhe o interesse para a situação dos personagens envolvidos no enredo.

Movimentando os quadros com arte e descrevendo-os com tons realísticos, sempre acrescidos, como já foi dito, da cabível parcela de poesia, Paulo Setúbal transporta quem o lê para a época dos acontecimentos, bem à frente daquelas figuras que desfilam, obrigando-o a sentir-lhes a personalidade e a viver com elas, como se partilhasse do desenrolar dos fatos.

Este o grande mistério da obra do filho de Tatuí, que foi o único escritor brasileiro a dedicar-se exclusivamente a escrever História de Ficção, obra da qual bem alto falam as centenas de milhares de exemplares editados e a sua versão para muitos idiomas.

Dentro do contexto do romance histórico brasileiro o romance histórico de Paulo Setúbal destaca-se soberbamente, permanecendo engrandecido e vivo no espírito das gerações que se sucedem, procurado pela forma que mereceu do autor, que soube popularizá-lo, levando às diversas camadas sociais o gosto não só pelo romance mas, sobretudo, pela História de Ficção, caminho que conduziu e conduz elevado número de leitores ao conhecimento da História Brasileira.

A ORIGEM DA FÁBULA

JORGE BARTOLOSO STELLA

1. A origem da fábula ou do apólogo perde-se na noite dos tempos.

A idéia de ocultar um preceito útil sob o véu da alegoria e tornar mais sensível uma verdade moral, apoiando-a sôbre uma ficção engenhosa, encontra-se entre todos os povos da antigüidade, como podemos vêr entre outros exemplos, o da Bíblia, Juízes 9:8-15 e no poema de Hesiodo, "os trabalhos e os dias", "a fábula do gavião e do rouxinol".⁽¹⁾ E, parece-me, que é na Índia que se deve procurar a origem dessa invenção.

Realmente num país onde entre as crenças se encontra o dogma da metempsicose, onde se atribui aos animais uma alma semelhante à do homem, era natural emprestar as suas idéias e paixões da espécie humana e supor-lhe a linguagem.⁽²⁾

A fábula, a epopéia animal, é um gênero de literatura sobremaneira atraente.

Surgiu, como dissemos, em tempos remotíssimos, anteriores às épocas históricas. Nasceu espontânea e, como é bem de ver, de origem popular.

E porque apareceu na pré-história, dá motivos à problemas intrincados que alguns pesquisadores confessam honestamente não poderem solucionar em definitivo, ao tratarem da sua origem e, em parte, da sua propagação. Decorrente disso, aparece a soma elevada de teorias sôbre o assunto.

Nas épocas recuadas, os primitivos atribuíam, segundo o animismo, pensamentos, palavras, qualidades e linguagem, como foi dito, aos animais e aos vegetais.

Havia uma relação muito íntima entre os indivíduos e os seres inferiores: estavam mais próximas à origem comum das criaturas. Além disso a índole religiosa e psicológica favorece essa intimidade, pois sabe-se que o animal ocupou um lugar de destaque na religião dos primitivos. A escola antropológica coloca-nos perante o totem e os espíritos dos vegetais. Qualquer que seja a

1) A. Loiseleur Deslongchamps, *Essai sur les fables indiennes*, Paris, 1938, pg. 6;

2) A. Loiseleur Deslongchamps, *Essai sur les fables indiennes*, Paris, 1838, pg. 6.

maneira de encarar o totem, como encarnação do antepassado comum, como verdadeira e própria divindade ou progenitor da tribo, o fato é que os animais ocupam um lugar saliente na religião primitiva da humanidade.

O espírito do grão ou da vegetação na opinião da escola mitológica, assume freqüentemente as formas de um animal, de um lobo, de um cão, de um gato, de uma lebre, etc.

Os trabalhadores matavam na época da colheita e comiam a sua carne no banquete, que era considerado sagrado.

Assim se explicam as formas dos animais das antigas divindades. Dionísio aparece na forma de touro, Demeter, Proserpina, Attis, Adonis, revestem formas de animais; assim também se explicam os touros sagrados do Egípcio e o cavalo sacrificado no açmavedha dos hindus.

A parte pois, que os animais, quer como totem, quer como personificação do espírito da vegetação, tinham na religião primitiva, devia ter favorecido sobremaneira o aparecimento do apólogo. ⁽¹⁾

2. A novela ou o conto, a fábula, ligados entre si, e que pertencem à massa das tradições populares, devem muito aos célebres irmãos Grimm. Eles dedicaram-se ao assunto largamente, ocupando-se da teoria mítica da fábula.

3. Três são as teorias que disputam o primado no campo da novela comparada.

A teoria mítica que se preocupa mais da origem da fábula do que propriamente da sua propagação. Esta teoria pretende que "em tais lendas ou novelas deve-se reconhecer, na opinião de Mélusine, o último produto da decomposição dos mitos em tempos comuns às raças indo-européias, decomposição que se realizara em cada uma dessas raças indo-européias.

A segunda teoria, a histórica, consiste em que as narrativas populares devem-se reportar não ao tempo dos primitivos ários, mas ao da Índia histórica, considerando os seus veículos literários e orais.

A teoria antropológica sustenta a tese da origem independente da fábula dos vários povos.

O Dr. Marchiano ⁽¹⁾, que defende a teoria antropológica, entende que a fábula não é privilégio de um só povo. A sua criação é ubíqua e universal, presa a cada povo, dados os elementos e necessárias condições. Ora, nem todos eram aptos a levá-la ao alto grau de um gênero literário, porque nem todo o povo tem o mesmo grau de cultura, de gosto e genialidade de tornear e

1) A. M. Pizzagalli, *Aspetti e problemi della civiltà Indiana*, Milano, 1927, pg. 50.

1) Dr. Marchianò, *Origine della favola greca ed i suoi rapporti com le favole orientali*, Trani, 1900, pg. 105.

colorir os esboços naturais e imperfeitos. Sòmente o povo grego foi escolhido e favorecido pela natureza, a dar vida literária a êle, com a muitos outros gêneros que constituem o saber rudimentar de todos os vulgos. A fábula, assim como manifestação isolada do pensamento humano, encontra-se entre todos os povos e nos incunábulo da sua vida, pois ela é comum com a alegoria, mas como gênero literário é privada dos gregos.

4. As fábulas, na opinião de Ribezzo ⁽¹⁾, enfaixam os viços e os abundantes renovos anedóticos de um antigo poema popular dos animais, cujas raízes se espalham infinitamente no fundo da origem étnica, prendendo-se à criação dos mitos indo-europeus.

Os pesquisadores têm estudado sob vários aspectos, o problema da novela comparada.

Referente à sua origem, há três teorias.

A primeira afirma que os gregos receberam a fábula dos hindus; a segunda, que os hindus a herdaram dos gregos, e a terceira sustenta que tanto os gregos como os hindus a receberam de outra fonte comum, ou de um outro povo.

Mas na realidade são sòmente duas teorias que se defrontam. Uma: aquela, que os hindus a receberam dos gregos; a outra: aquela, que os gregos receberam a fábula dos hindus.

A. Wagener ⁽²⁾ demonstrou de maneira convincente a semelhança entre as fábulas gregas e as hindus. Não só isso, declarou mais, que são os hindus os inventores da fábula. ⁽³⁾

A identidade entre as fábulas gregas e indianas é tão esculpida e manifesta, que não se pode imaginar que os dois povos, sòbre um fundo próprio e independente, tivessem criado as mesmas versões particulares, e que as coincidências sejam puramente casuais e fortuitas.

O estudo profundo do folclore ou da novela comparada, revela material que trata do parentesco entre as fábulas indianas e gregas. A diferença entre a fábula hindu e grega, consiste nisso: que, enquanto entre os indianos a fábula foi sempre a forma da arte espontânea e popular, na Grécia tornou-se forma de arte reflexa e literária; enquanto entre as primeiras conservou-se a narrativa fresca e o caráter puro da novela, na segunda tornou-se comédia, alegoria, apólogo.

O apólogo é realmente uma fase recente da fábula, que não aparece, pode-se dizer, nas antigas literaturas, como na homérica e na védica.

1) Fr. Ribezzo. *Nuovi studi sulla origine e la propagazione delle favole Indo-Elliche*, Napoli, 1901, pg. 27, 28;

2) A. Wagener, *Essai sur Les rapports que existent entre Les apologues de L'Inde et les apologues de la Grèce*.

3) A. Wagener, *Essai sur les rapports que existent entre Les apologues de L'Inde e Les apologues de la Grèce*. *Mémoires couronnés de la Royale Académie Belgique*, Tomo XXV, 1852, pg. 5, 125, 126.

Em sua origem, a fábula era um pequeno poema, uma pequena epopéia.

Dada a origem mítica da fábula, que é criação espontânea, produto virgem e imediato de uma intuição fantástica, nenhum dos povos indo-germânicos, pode aspirar à prerrogativa de tê-la desenvolvido com mais poderosa variedade, com maior riqueza de produção e de forma, do que o indiano, o qual, nas suas grandiosas criações primitivas, apresenta, ao lado da teogonia e da heróica, a mais completa mitologia do animal.

Além disso, as fábulas na sua origem, não são senão renovos anedóticos de lendas orgânicamente presas a uma antiquíssima epopéia de animais, nos quais as forças cósmicas ou fenômenos personificados operam sob forma selvagem; nenhuma literatura diz Ribezzo, conserva melhor o eco daquelas lutas titânicas anteriores aos poemas heróicos, em que os demônios da terra e os deuses celestes, sob a forma de animal, se combatiam e relacionavam, criando o drama, o fato épico.

5. Não deixa de ser interessante, observa alguém, o fato estranho entre certos especialistas. Os helenistas Wagner e Keller são de opinião que a fábula é de origem hindu e os sanscritólogos Weber e Benfey, afirmam ser ela de procedência grega.

O critério e as características que distinguem o rude do barroco, o grosseiro do vulgar, Benfey deixa perceber neste trecho: **“La differenza fondamentale tra le concezioni indiane e le esopiche sta in questo che mentre le esopiche lasciano operare gli animali in rispondenza del proprio carattere, le indiane, senza alcun riguardo alla loro speciale natura, li trattano come uomini sotto la veste di animali”.** ⁽¹⁾

Já que estamos tratando das diferenças, vem à mente ainda o seguinte fato. Enquanto que o escoliaste de Aftonio nos diz que a diferença específica entre fábulas esópicas e fábulas líbicas está nisto, que nas primeiras agem homens e animais, enquanto que nas segundas somente animais, Isidoro de Sevilha pensa que nas fábulas esópicas estão em cena somente animais e nas líbicas homens e animais em mútuas relações, apoiado no escoliaste de Aristofane para o qual o caráter diferencial entre anedotas esópicas e sibaríticas, está nisto: que as primeiras tratam de animais e as segundas de homens.

6. O gênio indiano foi o primeiro a atribuir aos animais pensamentos, atitudes e linguagem humanas, de modo a criar a epopéia animal.

É de De Bubernatis a opinião que a fábula é o produto da fantasia e da imaginação, faculdades que em nenhum outro povo foram tão ativas como no povo indiano, o qual deu origem ao

1) Fr. Ribezzo, *Nuovi studi sulla origine e la propagazione de le favole Indo-Elleliche*, Napoli, 1901, pg. 23, 24.

canto, à novela. Outra razão mostra que a fábula é o produto mais consentâneo ao gênero indiano, pois em nenhum outro povo foi tão largamente empregada a zoologia na formação dos mitos.

Rawbinson ⁽¹⁾ é de opinião que a fábula foi originariamente do oriente para o ocidente e se baseia no fato de que os animais e pássaros que desempenhavam os papéis principais, o leão, o chacal, o elefante e o pavão, são na maioria animais indianos.

Os tigres, macacos e crocodilos, abundam nos matagais indianos e não na Grécia.

Fato importante ainda a salientar, é que as fábulas tiveram um crescimento exuberante demais na literatura original indiana. O gênio, para criar fábulas, parece inexaurível na literatura indiana, como se prova pelo aparecimento das "Histórias Budistas de Nascimento" (As Jatakas) e o "Comentário Dhammapada" por Buddhagoska, somando cada uma, quatrocentas ou quinhentas histórias, em grande parte fábulas de animais e o "Panchatantra" e o "Hitopadesa".

Tem-se afirmado que a natureza genuína da fábula se revela desde o princípio como coleção coletiva e não como crescimento imediato da fantasia e do gênio individual. Ora, não podendo ela surgir imediatamente, as suas últimas raízes devem se derramar infinitamente no fundo das tradições étnicas até entrelaçar-se com as do mito.

Isso favorece o primado da Índia, na criação da fábula, pois enquanto para a Grécia o estado anterior ao apólogo que a lenda ou mito do animal é lacunoso, separado, fragmentário, separado inteiramente do fundo realista que lhe deu origem, a Índia, ao contrário, o desenvolve numa portentosa riqueza de formas, deixando evidentemente transparecer a intuição primitiva de que se desenvolveu.

7. No (aêvos) "ainos", segundo Benfey e Keller, está o conceito da adivinhação e como a finalidade lingüística do vocábulo demonstra, devia enquadrar-se como uma classe particular nos enígmata, gênero popular por excelência e passatempo antiquíssimo da espécie ariana.

A história do enigma na antigüidade, demonstra que as mais antigas, originais e populares, eram aquelas que ocultavam sob o véu de certas imagens, conceitos naturalísticos e cosmogônicos.

A oficina mais antiga dos enígmata dêste gênero na antigüidade, está propriamente na Índia, onde, como demonstra o Rig-Veda, o enigma é a forma predileta dos antigos rishis.

Mas com o constituir-se de uma casta hierática e de um monopólio do saber e da cultura, o antigo e transparente enigma popular, tornou-se obscuro e, como Whitney disse, reduziu-se a uma

1) Lin Yutang, A sabedoria da Índia, Rio de Janeiro, pg. 320.

manipulação fatigante de conceitos ritualísticos, de especulações litúrgicas e sacrificiais, a uma gíria sacerdotal de iniciados.

O hino védico X 28, apresenta traços de fábulas-enigmáticas de época remotíssima, analisada pelo Prof. Ribezzo, que projeta luz sobre o problema da gênese e da propaganda da fábula.

Esse fato, é bem de ver, não passou despercebido a De Gubernatis, pois assim se expressa: "In this hymn we find the germ of several fables of animals of the same cycle. The inferior animal vanquishes the superior one and up on this peculiarity the whole hymn turns. The Hare Zoological Mythology".

Na Índia, no Rig-Veda, oferece o mais antigo exemplo das fábulas em que agem e falam seres animados, como o mar, os rios, as plantas.

Esses documentos, os Vedas, datam de 2000-100 a.C., e passam por tradição oral, porque afirma-se que "vai para o inferno quem escreve os Vedas".

Muitos outros arquivos registram fábulas. A Chandogya-Upanisad I, iz; IY, 5, 7, 8, VI a.C., contém indícios que revelam atribuírem-se aos animais nos dramas, pensamentos, palavras, qualidades e linguagem humana. Animais que nos ensinam filosofia. ⁽¹⁾

A Mahâbehârata, IV a.C., diz que "não há itihôsa" (lenda, novela, fábula) sobre a terra, que não esteja compreendida neste poema".

8. Uma classe especial de fábulas míticas, dada a sua natureza, é a fábula cosmogônica. Ora, o que é importante para o problema do parentesco das fábulas é justamente isto: que enquanto na Índia a fábula cosmogônica é um produto comum e explicável, na Grécia, ao contrário, é uma forma esporádica, isolada, de caráter não nacional e não inteligível.

A análise profunda das fábulas revela que não se originam dos gregos, mas dos hindus, dada a vasta literatura da Índia.

9. Outro aspecto importante, seria o problema do veículo das fábulas, de que não nos ocupamos.

Apenas resta-nos dizer que não é fácil negar a existência de Esopo, porque Aristofanes, Platão, Xenofantes, Aristoteles, com o termo mûthos Aisôpou, expressam um conceito determinado, um gênero característico, que deveria ter tido a sua necessária origem em uma pessoa concreta.

A existência de Esopo, parece pois, que não pode ser negada.

1) Angelo Brofferio, *La filosofia delle Upanishadas*, Milano, 1911, pg. 33. 34.

DOM CARLOS CARMELO DE VASCONCELLOS MOTTA

MONSENHOR JOSÉ ALVES MOTTA FILHO

Aos 16 de julho de 1890, nasceu Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, na senhoril fazenda paterna da Quinta do Lago, no então município do Caeté, hoje Bom Jesus do Amparo. Seus progenitores foram o Sr. João de Vasconcellos Teixeira da Motta e Dona Francisca Josina dos Santos Motta, profundamente católicos e descendentes das mais tradicionais famílias mineiras, ascendendo pelo sangue aos bandeirantes paulistas. Foram seus avós paternos: o Coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta e Dona Maria Josefa Teixeira da Motta; e avós maternos: o Sr. Carlos José dos Santos e Dona Emerenciana Maria Pinto.

Nascido prematuramente, foi Carlos Carmelo batizado aos 2 de agosto seguinte, no lar de seus pais, pelo Padre Manuel Maria da Silva. Foram padrinhos: o Dr. Carlindo dos Santos Pinto, representado pelo Sr. José Afonso dos Santos Lima, e Dona Maria da Natividade Teixeira da Motta.

Seu pai fôra deputado durante o Império. Seu avô, Coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta, exercera a presidência da então Província de Minas Gerais. Seu bisavô, Coronel João da Motta Ribeiro, português do Minho, aportou ao Brasil em 1795, acompanhado de seu primo João Alves Motta, para receberem grande herança de terras, que haviam herdado de um seu tio. Tornou-se João da Motta Ribeiro proprietário de muitos latifúndios e de importantes jazidas auríferas. Foi o pioneiro da indústria siderúrgica e têxtil no Brasil, além de iniciador da agricultura científica em nossas terras. Homem de letras, com sólida formação humanística, possuía uma vasta biblioteca e foi um dos patrocinadores da imprensa mineira, no século passado. Varão de grande fé, católico fervoroso de credo e mandamentos, amigo e conselheiro dos Bispos de Mariana, ergueu, ao lado de sua patriarcal residência na Fazenda do Rio São João, uma capela de grandes proporções, folheada a ouro no interior, e que por muitos anos, serviu de matriz daquela região. Na Fazenda, hospedou-se diversas vezes o edificante Bispo Dom Antônio Viçoso, durante suas visitas pastorais. Sob o seu teto, abrigou também o Duque de Caxias, com todo o seu contingente de tropas, em 1842, por ocasião da revolta dos liberais.

O Visconde de Caeté, Desembargador Dr. José Teixeira de Vasconcellos, também bisavô do Senhor Cardeal, fôra um leal e valiosíssimo colaborador de Dom Pedro I na Independência do Brasil e o primeiro Presidente Constitucional da Província de Minas Gerais. Descendia êle das mais genuínas famílias dos bandeirantes paulistas, correndo em suas veias o sangue de Salvador Pires, qualificado por Taunay de "o ilustre povoador" e chegado à terra de Santa Cruz em 1531, com a frota de Martim Afonso de Sousa. Descendia ainda das patriarcais famílias dos Campos, Wandenburg, Bicudos, e do fundador da cidade de Pindamonhangaba, Antônio Bicudo Leme, famoso bandeirante cognominado "Via Sacra". O tronco de seus antepassados se entrelaçava com o de Dom Pedro I, rei de Portugal, da rainha D. Inês de Castro, com o de Egas Moniz, e de Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil. Lançava ainda raízes nas casas nobres da Escócia e da Inglaterra.

Dom Carlos Carmelo iniciou as suas primeiras letras, na fazenda paterna, onde também recebeu a Primeira Comunhão. Concluído o curso primário, ingressou no Colégio de Matozinhos, em Congonhas do Campo, MG, nessa época dirigido pelos Irmãos Maristas. Em 1904, passou para o Seminário de Mariana, onde se bacharelou em Ciências e Letras, em 1909. Regressou então para a fazenda de seu pai, Fazenda da Prata, dedicando-se aos trabalhos agrícolas. Tendo manifestado autêntica vocação política, no sentido mais elevado da palavra, foi, em 1912, eleito Vereador para a Câmara Municipal de Caeté, MG.

Entretanto resolveu continuar os seus estudos, seguindo para Belo Horizonte, onde cursou com brilhantismo o 1.º ano da Faculdade de Direito. Nessa ocasião, sentiu-se definitivamente chamado para o serviço de Deus e matriculou-se no Seminário Maior de Mariana, no Curso de Teologia, em 1914. Em março do ano seguinte, recebeu a primeira tonsura. Dom Modesto Vieira, Bispo Auxiliar de Mariana, conferiu-lhe as ordens menores, aos 8 de abril de 1916. Aos 25 de março de 1917, recebeu o subdiaconato, e o diaconato aos 10 de abril do mesmo ano.

Aos 29 de junho de 1918, Dom Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana, ordenou-o de presbítero, junto com outros três companheiros: Pe. João Batista Dias Netto, Pe. João Câncio de Andrade e Pe. Antônio Guilherme Pires da Costa. Os dois primeiros colegas já passaram para a vida eterna. Pe. Pires da Costa, há cinquenta anos, exerce a cura das almas na Paróquia de Bonfim, no Arcebispado de Belo Horizonte, com edificante zêlo.

Padre Carlos Carmelo cantou a sua primeira Missa na Matriz do SSmo. Sacramento, na Paróquia de Taquarassu. Logo após, recebeu o neo-sacerdote um instante apêlo do Presidente Dr. Wenceslau Braz e dos próceres da política mineira para que aceitasse a sua candidatura para deputado federal. Persuadido da incompa-

tibilidade entre política e ministério sacerdotal, o jovem presbítero declinou do convite, vetando a própria candidatura, apesar das circunstâncias garantirem a vitória nas urnas.

Continuou Pdre Carlos Carmelo, em Taquarassu, na qualidade de Coadjutor do Vigário, até 29 de março de 1919, quando foi nomeado Capelão do tradicional Asilo São Luís, na Serra da Piedade, a Sabarabussu dos bandeirantes. Durante a denominada "gripe espanhola", desenvolveu grande apostolado entre os enfermos, a ponto de perigar a sua própria saúde. Em 1922, tomou a direção do Santuário de N. Sra. da Piedade e do Convento de Macaúbas, dos quais seus ascendentes paternos e maternos foram insígnis benfeitores e protetores. E parouquiou em Caeté e Sabará, nos anos seguintes.

Em 1926, empreendeu uma viagem de estudos a Roma, Itália, Espanha e Portugal e França. De regresso, foi agraciado por S. S. o Papa Pio XI com as honras de Monsenhor Camareiro Secreto. Fundado o Seminário de Belo Horizonte, em 1928, foi convocado por Dom Antônio dos Santos Cabral, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, para ocupar a reitoria daquele estabelecimento. Monsenhor Carlos dirigiu o Seminário até a sua eleição para Bispo titular de Algiza e Auxiliar do Arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, aos 29 de julho de 1932. Na festa de Cristo Rei, Dom Antônio dos Santos Cabral sagrou-o Bispo, aos 30 de outubro de 1932, na Matriz de São José, em Belo Horizonte. Escolheu Dom Carlos para lema de seu episcopado as palavras do Apóstolo São João: "IN SINU JESU" (No Coração de Jesus), referindo-se à passagem da Última Ceia: "Um dos discípulos, ao qual Jesus amava, estava recostado no Coração de Jesus" (Jo 13, 23). Na vasta Arquidiocese de Diamantina, desenvolveu o jovem prelado infatigável e impressionante apostolado, vencendo até perigos de vida. Visitou as mais longínquas igrejas e capelas daquele Arcebispado e empreendeu a reforma da nova e magnífica Sé. Por falecimento do Arcebispo, foi Dom Carlos eleito Vigário Capítular da Arquidiocese, governando-a até 11 de novembro de 1934. Ao depois, voltou para Belo Horizonte, onde auxiliou a Dom Antônio dos Santos Cabral nas visitas pastorais.

No Consistório de 16 de dezembro de 1935, foi preconizado Arcebispo Metropolitano de São Luís do Maranhão, assumindo o governo eclesiástico aos 27 de abril de 1936. O seu primeiro ato foi estabelecer o retiro espiritual do clero. A seguir, fundou os quatro setores da Ação Católica, que se desenvolveram extraordinariamente sob sua gestão. Em 1937, Dom Carlos realizou e presidiu o Congresso Eucarístico Sacerdotal de Caxias. Entrou em estreito e profundo contato com os maranhenses, no louvável interesse de conhecer e minorar-lhe os anseios e dificuldades. Com êsse propósito, no sentido de melhor viver e compreender a vida quotidiana

de seu rebanho, o zeloso Metropolita abandonou o Palácio Arquiepiscopal, e nêle instalou um colégio dirigido pelos Irmãos Maristas, passando a residir em modestíssima casa. Esta sua atitude apostólica granjeou-lhe profunda veneração e respeito da população.

Repetidas vêzes, o intrépido Arcebispo percorreu o Arcebispado, em visitas pastorais. Não deixou de visitar sequer uma paróquia. Por serem difíceis as vias de comunicação, utilizou todos os meios de transporte: viajou milhares de quilômetros no dorso de animais, usou o automóvel, o avião, a lancha, a balsa e a jangada. Na cidade de Coroatá, crismou, num só dia, sete mil pessoas, durante nove horas consecutivas.

O caridoso Arcebispo auxiliou pessoalmente a fundação de um leprosário para hansenianos do Estado do Maranhão. Em 1938, trouxe para a sua Arquidiocese as primeiras religiosas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e os Padres da Congregação da Missão da Província Holandêsa. Em 1939, esteve presente ao Concílio Plenário Brasileiro, que louvou e adotou diversas das suas medidas apostólicas. Pouco depois, viu realizado o seu duplo projeto da criação da Diocese de Caxias e da Prelazia de Pinheiros, desmembradas da Arquidiocese de São Luís. Antes da criação da Diocese de Caxias, conseguiu o auxílio das Irmãs Franciscanas, que ali fundaram o Colégio São José. Em 1941, restaurou o Cabido Mertopolitano de São Luís. Em 1943, por ocasião de seu jubileu de prata sacerdotal, realizou a primeira conferência dos Bispos da Província Eclesiástica do Maranhão, após a qual escreveu uma Pastoral Coletiva aos seus diocesanos. Nesse mesmo ano, interveio intrêpidamente junto do Ministro da Justiça e do Presidente da República contra a iníqua campanha a favor do divórcio.

A obra de maior cuidado da parte do então Arcebispo de São Luís foi a manutenção, no Seminário, de estudantes pobres, aumentando o patrimônio para a sustentação dêles. Reformou a Catedral, a Câmara Eclesiástica e diversas igrejas. Criou vinte paróquias durante o seu govêrno.

Aos 13 de agôsto de 1944, foi Dom Carlos Carmelo preconizado Arcebispo Metropolitano de São Paulo, tomando posse da Arquidiocese, por procuração, aos 7 de setembro do mesmo ano. Aos 16 de novembro, entrou solenemente em São Paulo, após haver dirigido sua primeira Carta Pastoral ao povo paulistano sôbre o Reinado de Cristo.

Aos 14 de julho de 1945, por ocasião de angústia e sobressalto nacional, quando os poderes públicos contemplavam perplexos e periclitante situação do país, Dom Carlos Carmelo trouxe à Capital paulista a autêntica e taumaturga imagem de N. Sra. Aparecida para uma vigília cívico-religiosa de fé e patriotismo. Na "Noite de Nossa Senhora", a Padroeira do Brasil abençoou a consciênte

decisão da alma cristã do operariado e do povo brasileiro, contra as falácias sócio-econômicas dos extremistas ateus, traidores da Pátria e inimigos de Deus. Esta grande manifestação de ortodoxia alertou e orientou a Nação inteira.

O afã apostólico do zeloso Metropolita induziu o Santo Padre Pio XII a elevar Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta à Púrpura Cardinalícia. No Consistório de 18 de fevereiro de 1945, Sua Santidade criou-o e publicou-o Cardeal Presbítero da Santa Igreja Romana, do título de São Pancrácio. Recebeu o nôvo Purpurado, aos 20 do mesmo mês, o barrete de Cardeal e no dia seguinte o chapéu e o anel cardinalícios. Aos 26 de fevereiro dêsse mesmo ano ainda recebeu o pália arquiépiscopal, das mãos do Santo Padre.

Múltiplas e variadas foram as realizações do Senhor Cardeal Motta como Arcebispo de São Paulo. Em 1946, fundou a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da qual foi o Grão-Chanceler. Debaxo de sua orientação e direção pessoal, tornou-se a Universidade Católica uma instituição vitoriosa, com mais de dez mil alunos e doze Faculdades. Fruto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é, dentre outros, a Universidade Católica de Campinas.

Durante o seu govêrno eclesiástico, com o aumento de sua população, tornou-se o Arcebispo de São Paulo a maior Arquidiocese de todo o orbe católico. Sua Eminência amparou por todos os meios ao seu alcance e encorajou a fundação de inúmeros educandários de Curso Primário, Secundário e Normal. Preocupado com a escassez do clero diocesano, instituiu o Seminário de Vocações Adultas, reformou e ampliou o Seminário Central e Menor, estabeleceu a Pontifícia Faculdade de Teologia e intensificou a Obra das Vocações Sacerdotais. Em 1956, convocou a dirigiu o Congresso Nacional das Vocações Sacerdotais, presentes mais de cem Bispos.

Em 1948, organizou a Confederação das Famílias Cristãs, tendo em mira a restauração dos fundamentos da sociedade cristã. Com pleno êxito, mobilizou as fôrças católicas, em 1952, contra o projeto de lei legalizando o divórcio. Desenvolveu o ensino catequético e o apostolado dos leigos por meio da Ação Católica. Em outubro de 1952, sob a inspiração do Senhor Cardeal Motta, foi organizada e fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da qual foi o primeiro Presidente, havendo desempenhado esta presidência por sete anos e não aceitou sua reeleição, em 1958.

Coube ao Cardeal Arcebispo a tarefa ingente de continuar a construção da Catedral Metropolitana, que se processou em ritmo e acelerado sob a sua gestão. A inauguração da Sé, foi, em 1954, a nota dominante das comemorações do Quarto Centenário de São Paulo. Sua Eminência ainda dirigiu a campanha memorável para

levantar as tórres graníticas do templo máximo da cidade de São Paulo. Ainda em 1954, promoveu a criação da Diocese de Santo André, e em 1962 a nova circunscrição eclesiástica de Moji das Cruzes, ambas desmembradas da Arquidiocese de São Paulo. Nesse mesmo ano de 1954, Sua Eminência dirigiu e realizou em São Paulo o magnífico Primeiro Congresso Nacional da Padroeira do Brasil, presidido pelo Cardeal Piazza, Legado "a latere" de Sua Santidade.

Em março de 1956, o Senhor Cardeal Motta dotou a Arquidiocese com a Rádio Nove de Julho e o jornal "O São Paulo" para a difusão das verdades cristãs. Entusiasta dos estudos bíblicos, confiou a uma comissão de especialistas em Sagrada Escritura a tradução, para o vernáculo, da Palavra de Deus, segundo o texto original. Para combater o laicismo estatal, instituiu, com aprovação de Pio XII, a Cruzada Pró Dia Universal de Ação de Graças, em tôdas as nações do orbe. Dedicado à paz social, particularmente da classe operária, inculcou nos diversos congressos, reuniões e assembléias trabalhistas e patronais, o princípio da fraternidade cristã. Propugnou por uma reforma agrária, digna desse nome, e pelas ingentes e urgentes reformas necessárias para o bem estar social do povo brasileiro. Nos graves acontecimentos políticos, que perturbaram a vida nacional, em novembro de 1955, foi o anjo da paz, o elemento pacificador entre o Governo da República e o do Estado de São Paulo.

Aos 3 de maio de 1957, a convite do Presidente da República, celebrou Sua Eminência a primeira Missa em Brasília, em cuja ocasião pronunciou eloquente e profunda oração cívico-patriótica, considerada como uma das mais belas páginas, que se escreveu sobre o significado nacional e a filosofia de ação da nova capital do Brasil. Aliás, foi o Senhor Cardeal Motta quem escolheu pessoalmente o nome de Brasília para ser o da nova Capital Federal da nação. Nessa ocasião, presenteou as autoridades com uma imagem fac-simile de Nossa Senhora Aparecida, que havia sido venerada em todos os Estados e Territórios do país, para ser colocada na futura Catedral.

Patrioticamente adverso à desnacionalização da Amazônia, foi Sua Eminência o inspirador da construção das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém, à margem das quais vão nascendo os núcleos demográficos para o desbravamento daquela rica e importante região do Brasil.

Em 1961, empreendeu o Senhor Cardeal intensa campanha pela construção do Auditório da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tido como um dos recintos de melhor acústica em todo o país.

Após haver participado das duas primeiras sessões do Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano (1962-1963), depois de haver

estado presente a dois conclaves dos quais saíram eleitos Papas João XXIII e Paulo VI, depois de haver labutado, com tôdas as suas forças, durante vinte anos, como Arcebispo Metropolitano de São Paulo, onde criou mais de cem novas paróquias, em carta de 22 de março de 1964, com a elevada consciência de suas responsabilidades, o Senhor Cardeal Motta roga a S.S. o Papa Paulo VI, que devido a sua idade muita e saúde pouca, o exonere do Arcebispado de São Paulo, e, suposto o beneplácito da Santa Sé, o transfira para a Arquidiocese de Aparecida, já sob o seu govêrno de Administrador Apostólico. Aquiescendo aos desejos de Sua Eminência, o Santo Padre, pela bula "Apparitiopolitana Sedes" de 19 de abril de 1964, desvincula-o da Arquidiocese de São Paulo e transfere-o para o Arcebispado de Aparecida, do qual toma posse, como o seu primeiro Arcebispo Metropolitano, aos 29 de junho de 1964.

Desde que assumira o govêrno eclesiástico de São Paulo, o Senhor Cardeal Motta havia tomado um especial interêsse pela promoção do culto de Nossa Senhora Aparecida, "Principal Padroeira de todo o Brasil, junto de Deus". Em janeiro de 1946, escolheu pessoalmente o local onde se está erguendo a nova Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida. O lançamento da pedra fundamental dos alicerces do nôvo templo foi em 10 de setembro de 1946, por moços do Senhor Cardeal Patriarca Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, que trouxera um punhado de terra de Fátima, para depositar no cofre da pedra angular. Aos 30 junho de 1949, foi em Roma a planta da nova Basílica Nacional considerada genial e aprovada com louvor pela Comissão Pontifícia de Arte Sacra. A área total coberta do nôvo santuário será de 18.000 metros quadrados, podendo abrigar 32.000 pessoas. Sob a orientação pessoal do Senhor Cardeal Motta, de 1952 até 1954, executaram-se os trabalhos de adaptação do local da nova Basílica. Em 11 de novembro de 1955, iniciou-se a construção pròpriamente dita do nôvo templo. Os respectivos trabalhos têm sido continuados, sem interrupção, até a presente data.

Por sugestão do Senhor Cardeal Arcebispo e por solicitação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a fixação da data de 12 de outubro para a festa litúrgica de Nossa Senhora Aparecida foi concedida pela Santa Sé, por decreto de 5 de setembro de 1953.

Anuindo a um pedido de Sua Eminência, o Santo Padre Pio XII, por ato da S. C. dos Ritos, em data de 21 de agosto de 1951, concedeu a faculdade de se dar bênção aos fiéis com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, sob especial fórmula litúrgica aprovada pela Santa Sé.

Em 7 de setembro de 1954, por ocasião do término do Primeiro Congresso Nacional da Padroeira do Brasil, S. S. o Papa Pio

XII enviou especial rádio-emnsagem sôbre o culto de Nossa Senhora Aparecida, que foi ouvida por mais de um milhão de fiéis, reunidos em São Paulo, na colina histórica do Ipiranga, bêrço da Independência do Brasil.

A história religiosa do Santuário Nacional da Celestial Padroeira do Brasil atingiu o seu zênite, na gloriosa data de 18 de abril de 1958, quando S. S. o Papa Pio XII, atendendo o pedido do Senhor Cardeal Motta, criou a Arquidiocese de Aparecida, pela bula "Sacrorum Antistitum". No pontificado de S. S. Papa João XXIII, deu-se a instalação da novel Arquidiocese, aos 8 de dezembro de 1958. Sua Eminência, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, foi aos 15 de novembro do mesmo ano nomeado pelo Santo Padre Administrador Apostólico de Aparecida, com plenos poderes de Bispo Residencial.

O Senhor Cardeal Motta tem se dedicado totalmente à propagação do conhecimento teológico perfeito e do culto autêntico, relativos à verdadeira devoção para com Nossa Senhora da Conceição Aparecida, dentro das normas e do espírito da Constituição Dogmática "Lumen Gentium" do Segundo Concílio Ecumênico do Vaticano. Sua Eminência, em recente artigo, sôbre o culto mariano assim se expressou: "A Basílica de Aparecida é e será sempre uma fortaleza da devoção mariana e um monumento da piedade popular da nossa boa gente. Para nós, pessoalmente, é motivo do maior conforto espiritual a incumbência, que nos prescreveu S. S. o Papa Paulo VI, de aqui cuidarmos "do culto mariano nesta ilustre Nação, a qual venera, no Santuário de Aparecida, o símbolo e a garantia de sua gloriosa tradição católica, a fim de que se sustente e aumente a fidelíssima confiança do povo para com a Beatíssima Virgem Maria" (Da carta de S. S. a nós dirigida, aos 4 de maio de 1964)".

É deveras impressionante constar, dia a dia, o aumento do número dos sinceros e fiéis devotos, que acorrem ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. O número de fiéis, que peregrinam até Aparecida, é de cêrca de quatro milhões por ano. Cêrca de um milhão de comunhões são distribuídas anualmente no Santuário Nacional.

Anuindo a um instante pedido do povo brasileiro e das mais altas autoridades civis do país, a começar pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente da República, o Senhor Cardeal Motta houve por bem permitir que a imagem autêntica de Nossa Senhora Aparecida percorresse o imenso território brasileiro, para receber as homenagens de fé de seus filhos. A Rainha e Padroeira do Brasil peregrinou 50.000 (cinquenta mil) quilômetros, em tôdas as direções, visitando mais de 2.000 (duas mil) cidades e localidades, com verdadeira renovação da vida cristã dos fiéis e profundo contentamento da população católica do país inteiro.

Sua Eminência dotou o Arcebispado de Aparecida com poderosa rádio-emissora, a Rádio Aparecida, ouvida em todo o território do Brasil. Por meio da Rádio Aparecida, de grande receptividade entre o povo, propaga-se intensa e profunda catequese dos fiéis, sobre as verdades fundamentais da nossa fé, além de difundir a verdadeira devoção para com a Beatíssima Virgem Maria. Por motivo do 250.º aniversário do início do culto a Nossa Senhora Aparecida, em 1967, S. S. o Papa Paulo VI, anuindo à exposição do Senhor Cardeal Arcebispo, se dignou conceder Indulgência Plenária, em forma de Jubileu, da forma de costume, a todos fiéis que peregrinassem ao Santuário Nacional, em visita à autêntica imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Saudando o Senhor Cardeal Legado “a latere” de S. S. o Papa Pio XII, Cardeal Piazza, em 1954, assim se expressou o Senhor Cardeal Motta: “Tem a Nação Brasileira zelosamente conservado as suas notas características de catolicidade: fervorosíssimo culto à Divina Eucaristia, terníssima devoção à Imaculada Virgem Mãe de Deus, Maria Santíssima, e a mais filial adesão e obediência à Santa Sé Apostólica e ao Sumo Pontífice. Corroborando estas afirmativas, temos um recente e muito autorizado testemunho nas palavras formais com que se despedia do Brasil o Exmo. Senhor Nuncio Apostólico, Monsenhor Carlos Chiarlo: “Durante êstes oito anos, — dizia êle —, verifiquei quanto estas três devoções: à Eucaristia, à Nossa Senhora e ao Papa, marcam profundamente a alma católica do Brasil. Por isso, amo a Terra da Santa Cruz”.

Em sinal de sua particular estima, S. S. o Papa Paulo VI enviou o sacramental da Rosa de Ouro ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, em 1967. Esta prova de especial benevolência de S. S. vinculou, permanentemente e de uma forma visível, o culto de Nossa Senhora Aparecida à Santa Sé Apostólica e à pessoa do Sumo Pontífice. É o perene testemunho, o mais autorizado, o mais autêntico, o mais apologético, da ortodoxia da devoção popular à Nossa Senhora Aparecida.

Quando, por sua própria iniciativa, o Senhor Cardeal Motta deixou o Arcebispado de São Paulo, expressou-se o Santo Padre Paulo VI nestes termos: “Prefere Sua Eminência recolher-se à sombra do Santuário Nacional de N. Sra. Aparecida, ao qual êle sempre dedicou coração e atividades, com o propósito de levar adiante a sua grandiosa construção e com o desejo de infundir ao culto mariano um novo impulso, que mantenha viva e acesa no povo brasileiro a devoção à Maria Santíssima e obtenha para o Brasil uma especial proteção da Rainha do Céu”.

Discorrendo sobre o sacerdócio, Sua Eminência compendia assim a teologia: “O sacerdote cristão é um homem de Deus e para Deus. É um outro Cristo, no dizer de São Bernardo. Ao sacerdote cristão e só a êle delegou Jesus Cristo o poder supremo

de oferecer o divino sacrifício e o sacramento da Eucaristia, e de, pelo sacramento da Penitência, perdoar os pecados. Ademais, o sacerdote cristão é o doutor das verdades eternas e o reitor do Povo de Deus. A própria palavra "sacerdote" significa aquele que dá o sagrado dom da graça de Deus. Outrossim, o vocábulo "pontífice" significa aquele que constitui uma ponte entre o céu e a terra, entre Deus e os homens" (19 de março de 1970).

Dentro destas coordenadas, viveu intensamente o Senhor Cardeal Motta o seu sacerdócio e o seu episcopado. Esta é a definição de sua vida de catorze anos de sacerdote e trinta e oito de bispo. Sucintamente, é, desta forma, delineado o perfil ascético de Sua Eminência: vida sacerdotal pura, piedosa, austera, laboriosa, muitas vezes sofredora, toda voltada para o estudo, para a oração, para o serviço da Igreja; homem de costumes simples e trato afável, dotado de um talento privilegiado, ornado com uma cultura viva e completa, com um verbo corrente e arrebatador, com um invejável e escorreito estilo; espírito sempre jovem e otimista, agudo e penetrante, inflamado pelo zelo de Deus, preocupado com os transcendentais problemas da Igreja e da Pátria; alma acolhedora, emoldurada com o precioso dom de fazer amigos.

Em rápidos traços, aqui fica assinalada a luminosa trajetória dos oitenta anos do Senhor Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, um homem segundo o coração de Deus: "In sinu Iesu".

ORAÇÕES E PALESTRAS

ORAÇÕES OFICIAIS

I — Necrologia dos sócios falecidos em 1969

II — Luís Tenório de Brito

ALFREDO GOMES

I — Necrologia dos sócios falecidos em 1969

I — INTRODUÇÃO

Disse José Bonifácio, o Patriarca da Independência, no elogio fúnebre que fez de D. Maria I, a Piedosa, Rainha de Portugal e do Brasil, falecida no Rio de Janeiro aos 20 de março de 1816:

“Só morre quem leva para o túmulo o corpo e a memória”.

Memória é idéia e ação. O homem vive e cresce pelo que pensa e faz. Luta pela idéia que impulsiona a ação. Impõe-se pelo pensamento, agindo. Realça-se. Exalta-se e glorifica-se pela idéia e ação. Idéia é ideal, e éste, motor da ação. Por isso, o homem afirma-se na grandeza dos seus ideais e dimensiona-se na totalidade das suas realizações. O homem que pensa e age torna digno seu povo e enriquece o patrimônio de sua Pátria e da própria Humanidade porque se faz exemplo e se torna lição.

O acidente biológico que põe termo à presença física do homem na comunhão de seus semelhantes enseja o inventário do que pensou e realizou. Se a morte oculta o corpo no túmulo, exhibe-o, paradoxalmente, vivo através da memória que não é sepultada.

Assim se apresentam ante nós e ante a História aquêles cujo processo de créditos se abriu neste Sodalício para que perdurasse a memória de cada um dêles pela significação da idéia e pela magnificência da obra.

Não haverá, pois, nesta oração, o sombrio estilo do epitáfio emoldurando genuflexões humildes e lamentosas, frente a sombras de corpos ainda tépidos, amortalhados em meio a preces dos que, atônitamente, surpreendidos com o desfazimento da vida terrena, externaram, e externam, com mágoa e dor, o imprevisto do fatídico

desenlace. Não haverá, também, o cunho elegíaco em que se paralelizam desesperança e tristeza nem o pranto acomodado ao entendimento de que um jazigo, ao ar livre, sob copas frondosas, se representa o remate da existência, tem a compensação de ficar para sempre iluminado pelo estelífero fulgor.

Outro será o rumo para lhe assegurar brevidade e objetividade, vendo em cada um dos nossos mortos o valor dos que surgiram com a vida, projetaram-se através da vida e continuam presentes depois da morte.

Ter-se-á em vista, precisamente, a realidade do infinito num mundo de indiscutível relatividade: o homem-imagem, o homem-imagem de Deus, o homem perene que se despe da carne e permanece porque, como Deus, pensou e criou.

Não se tracejará biografia dos que dignificaram Crença honraram Pátria, prezaram Cultura, amaram o Sodalício e serviram a Humanidade.

Apenas perfis, simples perfis instantâneos, rápidos, brevíssimos nos contornos salientes. As fotografias de corpo inteiro hão de vir mediante técnicas mais cuidadas e composições bem delineadas. É tarefa entregue ao tempo. A desta hora, tem a facilitá-la o calor ainda não diminuído da fonte propagadora e a luz ainda não amortecida do foco gerador, pois as fisionomias augustas e insinuantes destacam-se vivazmente nas mentes dos que participam desta assembléia a ponto de ressurgirem, entre nós, ressaíndo e movimentando-se por si.

O lugar dêles, porém, não será na platéia porque ai estarão os que, sentindo-lhes a presença, hão de os buscar diante dos olhos prescrutadores para reverenciá-los e agradecer-lhes as tradições deixadas, os feitos honrados e gloriosos, os exemplos de caráter, as lições de cultura, os padrões de virtudes morais e os testemunhos de bondade. Enfim, o que representam em princípios e ações.

O lugar dêles está à frente da assembléia, presidindo-a e sendo admirados, mercê de seus serviços e méritos. Reaparecem do descanso de seus trabalhos com a luz de suas obras porque estas são as suas verdades, a fim de que todos se cheguem para esta mesma luz.

Praticaram o bem, aborreceram o mal. Por isso, a virtude triunfa da morte. Por isso, os princípios vencem a matéria. Por isso, idéias e ações se eternizarão, sobrevivendo às cinzas. Por isso, suas obras seguem-nos e sua luz permanece no mundo terreno.

O Evangelho, segundo João, guarda o ensinamento de Jesus a Nicodemos:

“aquêlê que pratica a verdade, chega-se para a luz, a fim de que suas obras sejam manifestas”;

“aquêlê que faz o mal aborrece a luz, e não se chega para a luz, a fim de que não sejam arguidas as suas obras”.

Eis porque êles, neste recinto, ocupam o lugar de honra: podem ser arguidos para que suas obras sejam manifestas.

Em todos, o estema da vitória sôbre o túmulo que não os aniquilou, a síntese do tudo da vida triunfando sôbre o nada da morte, o microcosmo que não some na terra nem se oculta no abismo da natureza.

Ouçã-se o Vate da Língua:

*“Há depois desta vida inda outra vida.
Não se reduz a nada um grão de areia,
E havia de a nossa alma, a nossa idéia
Nas ruínas do pó ficar perdida?”*

Assiste-lhe razão, e muita. Como hão de estar ocultos aos olhos e ao sentimento mortos de tão vera e magnífica estatura os terrenamente, foram luta, valor, honra, glória. Aqui estão presentes na substância do espírito e na grandeza da lição moral! Aqui estão na transcendência da personalidade humana, na imortalidade com que a morte coroou a vida de cada um dêles, uma vida exemplar pela retidão, pela prestimosidade, uma vida edificante que é consôlo e confôrto dos que os relembram na intimidade do lar e os veneram no altar da Pátria!

II — CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Três dezenas de homens representativos da gente ilustre do Sodalício avultam nêste remêmore com suas imagens, seus perfís, suas virtudes, seus trabalhos, seus pensamentos e suas ações, transfigurando-se no essencial que a morte adensou para edificação da posteridade, transluzindo-se na dignidade com que marcaram a contingencial existência terrena e refulgindo redivivos para a imortalidade à semelhança de Deus eterno, nimbados da glória de suas obras, da apoteose de seus nomes tutelares e da rutilância da inteligência, cultura e nobreza chamejante nas honradas existências, nas valiosas obras e nos saudosos nomes.

De plagas distantes, porém próximos, muito próximos de nós, atenderam à convocação para esta assemblêia de homenagem e reverência:

*William Brooks Greenlee,
Felix di Carli,
Francisco Pettinatti e
Manuel de Mello Pimenta.*

o primeiro, de Illinois, Chicago, Estados Unidos da América, que cresceu à qualificação de sócio correspondente estrangeiro a de membro honorário do Instituto, nos anos de 1946 a 1947, pelo merecimento de suas atividades inspiradas pela musa Clio;

o segundo, também sócio correspondente estrangeiro, autor de vários livros versando assuntos históricos, sobretudo peninsulares, e outros de sua especialidade profissional, engenharia, que um dia, precisamente na data oficial do aniversário de São Paulo, no distante ano de 1930, deixou a “piú bella, santissima terra, cara a Dio” e veio trazer-nos seu “saluto” de amigo e companheiro;

Pettinatti, o terceiro, — quem não conheceu, em São Paulo, o peninsular devotado à cultura, talentoso, amigo da luta em defesa do talento e da própria personalidade vocacionalmente libertária, um dos que faziam da “*Comédia*” de Dante a Bíblia da sua sensibilidade de intelectual?

A Cultura era para êle o que Beatriz significou na vida de Dante:

*Ogne dolcezza, ogne pensiero umile
Nasce nel core a chi parlar la sente,
ond'è laudato che prima la vide.*

Manuel de Mello Pimenta, sócio benfeitor desta Casa que lhe recorda a presença na doação de placas de bronze colocadas neste Auditório: a evocadora da fundação de São Paulo e a que põe em relêvo os escudos luso-brasileiros em que se insculpem significações de sublime, valoroso e cívico alcance e cinco magníficos volumes da “*Portugalia Monumenta Cartográfica*”. Manuel de Melo Pimenta, nascido precisamente em Luso, podia dizer, na evocação do aprumo de São Paulo Apóstolo, ao proferir a expressão “*Civis romanus sum*”, podia parafrasear: “*Civis lusitanus sum*”, partilhando o coração entre o orgulho de ser português e a vaidade de amar o Brasil, na paulopolitana urbe, no campo da indústria.

Todos êstes viveram como lutadores, triunfando porque acreditavam, com acentuada fé, na vitória do espírito impulsionando o processo das realizações, entalhando-as na dinâmica cultural.

*Militia est vita hominis super terram
Et hoc est victoria, quase vincit mundum, fides nostra.*

III — CORRESPONDENTES NACIONAIS

Estatutariamente considerados, ilustres brasileiros, com exceção de um que se fixou na Paulicéia agradecida, repousando em sua amorosa terra, num recanto de Santo Amaro, o segundo

grupo reúne membros do Sodalício da categoria correspondentes nacionais, adiante relacionados segundo a meridiana coordenada geográfica de latitude:

um da Paraíba:

Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega;

três de Pernambuco:

Carlos Xavier Pais Barreto,

Estêvão Pinto e

José Duarte Gonsalves da Rocha;

um da Bahia:

Francisco Peixoto de Magalhães Neto;

dois de Minas Gerais:

José Ribeiro de Sá Carvalho e

Rodrigo Melo Franco de Andrade;

e, um da Guanabara, a exceção:

José Vicente de Faria Lima.

Cunha Nóbrega: homem de muita e verdadeira fé, historiógrafo de alto merecimento, pesquisador incansável que repartiu o exercício de vários cargos, lastreados pela formação jurídica oriunda da Faculdade de Direito do Recife, com incursões pelos domínios da investigação nos arquivos, da perquirição documental e da consulta bibliográfica, a que somou o grande zelo pelas coisas da Fé, legando às letras pátrias obras como "História Republicana" (1950), "Pioneiros do Café na Paraíba e no Ceará" (1946), "Dioceses de Bispos do Brasil" (1954), "Chefes do Executivo da Paraíba" (1962), "Bacharéis Paraibanos de Olinda e Recife", que lhe valeram a consagração de membro da Academia Paraibana de Letras, da Federação das Academias de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e honrarias numerosas.

Pais Barreto: guardo de Carlos Xavier Pais Barreto impressão pessoal muito agradável decorrente do generoso parecer, firmado como relator, em companhia de Carvalho Mourão, apreciando a tese "Entradas, Bandeiras e Monções: Característicos", por mim apresentada ao IV Congresso de História Nacional (21-28 de abril de 1949), certame a que, igualmente concorreu, com superior brilho e inteligência, oferecendo ao conclave o trabalho "A Terra e a Gente do Espírito Santo", em dois volumes ilustrados, exaltado pelo relator Luís Felipe Vieira Souto, pondo o autor em relação ao Espírito Santo no mesmo plano de Virgílio Correia Filho no tocante a Mato Grosso e Afonso de Escragolle Taunay, no concernente a São Paulo. Registrando-lhe o desaparecimento, escreveu Almeida Cousin no "Jornal do Comércio" de 31 de julho do ano em curso:

“Foi o semeador de gesto amplo e desinteressado. Nascido em Rio Formoso (Pernambuco, radicou-se em Vitória, no Espírito Santo, e, depois, no Rio de Janeiro, onde faleceu. Professor, jurista e historiador, teve a honra de ver seu nome proposto para todos os Sodalícios nacionais, desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deixando diversas obras nas áreas de sua eleição que lhe valeram a fôlha de louro para invejável coroa conquistada pelo trabalho e pelo estudo.

Estêvão Pinto, sem dúvida uma das grandes expressões da cultura pernambucana e brasileira. Pontificou na Universidade Federal de seu Estado natal, legando à cultura histórica obras notáveis como a “Etnologia Brasileira”, os basilares estudos sôbre “Indígenas do Nordeste”, assunto que versava com excepcional proficiência, e as obras de divulgação “História Antiga”, “História Medieval”, “História Moderna” e “História Contemporânea”. Um semeador lucipotente.

Gonsalves da Rocha: médico, bacharel em ciências jurídicas, magistrado, diplomata, estudioso de assuntos educacionais, autor de diversos trabalhos versando questões de direito constitucional e penal, problemas sociais, etc. Radicou-se no Estado do Rio de Janeiro, onde foi diretor da Instrução Pública e Desembargador, culminando com a elevada posição de Embaixador do Brasil na República do Equador. Transluziu, a um tempo, cultura e atividade.

Peixoto de Magalhães: médico, catedrático das Faculdades de Medicina e de Filosofia da Universidade da Bahia, teve o nome exaltado em sessão de 7 de junho de 1952 quando se salientaram os trabalhos que marcaram valiosa contribuição científica e histórica, projetando-o como uma de nossas mais credenciadas expressões de intelectual, benemérito da Pátria e benfeitor da Humanidade.

Sá Carvalho: infatigável pesquisador, freqüentador assíduo da Revista do Sodalício que lhe guarda magníficos trabalhos, dentre os quais podem ser mencionados “O Rio Sucuriú, afluente do rio Paraná”, “O varadouro do Camapuã na rota das bandeiras e monções para Cuiabá”, “O desbravamento dos sertões de Araxatuba”, “Os Primitivos Barbosas de Mato Grosso e a Guerra do Paraguai — A Grande Influência da Vila Franca do Imperador, no Desbravamento dos Sertões dos Caiapós”. Muitas vezes, o culto homem de letras, nascido em Araxá, ocupou a tribuna do Instituto para ler seus esplêndidos estudos, como notória e proveitosa foi sua freqüência nas colunas d’“O Estado de São Paulo” e n’“O Diário do Sul”, nelas colaborando para deleite dos que se interessam pelas tradições pátrias e assuntos ligados à nossa Terra e à nossa gente. Dentre

seus livros, refira-se a edição inglesa de "Brazilian-el dorado". Extraordinário, em sua operosidade e em seu talento.

Rodrigo de Andrade: reconhecido e proclamado como o mineiro que escrevia bem e falava como escrevia, Rodrigo Melo Franco de Andrade, agigantou-se, sobretudo, com a extraordinária dedicação votada ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tornado famoso pela sigla SPHAN. Diziam os amigos próximos que nunca o País tivera casal tão bem combinado como "Rodrigo e Sphan". Mais de trinta anos de devoção, pois Diretor do Patrimônio Histórico foi desde 1936, embora acumulando transitóriamente algumas comissões de magna importância, tôdas relacionadas com o culto à História e às Artes, principalmente a Arte antiga, a sua estremecida Roxana, por êle amada com muita humildade e inexcedível fidelidade. Quando morreu, alguém escreveu com propriedade que não se assinalava, no evento, o ponto terminal de uma trajetória humana, acrescentando que, ao contrário, na obra Rodriguiana, a morte podia servir para o despontar de novas e ricas situações criadas pela vida.

Faria Lima: mencionei-o pelo nascimento entre os ilustres brasileiros que, pelo domicílio no Estado de São Paulo, honraram o quadro social na categoria correspondentes nacionais. mas o grande, o maior, o mais completo prefeito que a nossa querida São Paulo, teve, até agora, incorporou-se ao patrimônio dos nomes do Instituto, pelo preito de gratidão imperecível, merecido por quem, com descortino e perfeita compreensão das iniciativas culturais do Instituto, para elas concorreu ou prestigiou-as. Deve-se a Faria Lima a publicação de poliantéias comemorativas. Ao seu espírito público e à preocupação de ser justo e imparcial na escolha de servidores credenciados para setores especializados, deve-se, igualmente o haver solicitado ao Sodalício que se encarregasse de concursos para provimento de cargos vinculados a áreas de cultura histórica. Mas, além disso, o título de Sócio Benfeitor que lhe foi outorgado a 16 de agosto deste ano, traduziu simbolicamente o reconhecimento de toda a população paulistana pelo imensurável amor revelado no ardor com que Faria Lima serviu São Paulo. São Paulo e Faria Lima uniram-se pelo coração e pela alma: *Cor unum et anima una*. A nova São Paulo vem desabrochando cheia de encanto como a rosa tomada pelo administrador sensível como expressão de sua própria ação: aformosear São Paulo com encanto e cuidados que ignoram espinhos.

Foi o ilustre morto, benfeitor do Sodalício e de São Paulo, com os demais beneméritos pelo pensamento e pelos atos, da bem-aventurança eterna:

"Beati eritis, quoniam quod est honoris, gloriae et virtutis Dei, super vos requiescit." (Pedro, I, IV, 14).

IV — TITULARES

Dos sócios radicados ou domiciliados no Estado de São Paulo ou em sua Capital, por isso integrando a categoria de titulares, quase todos de longa data, estão presentes a esta assembléia de evocativa homenagem:

Vicente Melilo, admitido em 28 de agosto de 1910;
Antônio Paulino de Almeida, em 20 de junho de 1928;
Teodomiro Dias, em 5 de outubro de 1931;
Domingos Laurito, em 20 de maio de 1932;
Martinho da Silva Prado Júnior, em 5 de outubro de 1936;
Coriolano Roberto Alves, em 6 de julho de 1942;
Luís da Câmara Lopes dos Anjos, em 6 de março de 1944;
Francisco de Assis Iglesias, em 5 de junho de 1944;
Luís Correia de Melo, em 5 de setembro de 1947;
Vera de Ataíde Pereira, em 1º de março de 1952;
Luís Washington Vitta, em 9 de junho de 1956, e
Guelfo Oscar Campiglia, em 19 de outubro de 1957.

Vicente Melilo: cinco anos após a eleição, Vicente Melilo compareceu ao Instituto para sua posse que, de certa forma teve caráter acadêmico, em sessão presidida pelo Coronel Pedro Dias de Campos. Introduzido no recinto pela comissão composta dos srs. Drs. Domingos Jaguaribe e Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura, o Dr. Vicente Melilo, aos 20 de fevereiro de 1915, proferiu substancioso discurso de agradecimento, a que se seguiu a palavra do orador oficial do Instituto Dr. Pedro Rodrigues de Almeida repassando todos os tópicos da oração do novo societário. Na notável peça oratória o recipiendário exaltou a importância do Instituto Histórico representando o “paládio de nossas tradições e o fogo sacrossanto e místico da nossa fé nos dias de porvir”. As páginas da Revista testemunham sua atividade de homem culto, salientando-se o estudo sobre D. Nery. Mas, desde tão distantes dias, a religiosidade de Vicente Melilo, levá-lo-ia a professar, como ocorreu, abraçando o sacerdócio. Melilo foi exemplo de amor ao estudo, de contínuo labor e de paladino da Verdade e do Bem.

Paulino de Almeida: multiplicou-se em seus misteres de advogado, jornalista e servidor público, e sacrificou no tríplice altar da prosa, da poesia e da arte, pondo, todavia, a maior força do seu talento à disposição da pesquisa histórica, sendo marcante o entusiasmo com que tratou de assuntos da história paulista, enriquecendo-os, ainda com fidedignas ilustrações. Mereceu mesmo voto de louvor do Instituto pelo interêsse pôsto nas comemorações vicentinas, devendo-se-lhe o memorial descritivo das festas comemorativas do apartamento da frota de Martim

Afonso de Sousa ao Pôrto de Cananéia e da partida da expedição de Pero Lobo.

Teodomiro Dias: filhos de educador cujo nome honra, em nossos dias, a portada de estabelecimento de ensino público do Estado, Teodomiro Dias após a láurea de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais consagrou-se à advocacia e, na magistratura, alcançou as culminâncias do Tribunal de Justiça com o cargo de Desembargador. A vocação paterna, entretanto, não o abandonou, pois, tornou-se mestre nos seus pareceres jurídicos, sendo respeitado nos domínios do Direito. Ensinou como jurista conquistando elevado conceito na sua especialidade patenteado, sobretudo, pela excelente cultura a que não foram estranhas as ciências históricas e sociais.

Domíngos Laurito: um confrade sociável, dotado de alto espírito de relações públicas, primando no trato com as pessoas de que se acercava, um homem bom, dedicado ao Instituto a cujas sessões comparecia com acentuada assiduidade, tendo sempre um voto ou uma sugestão a propor e a justificar. Pronunciou-se no Sodalício sôbre numerosas personalidades, dentre as quais, a título de exemplificação, citam-se o Duque dos Abruzzos (Luís Amadeu José Maria Fernando Francisco), Martins Fontes e Pedro Vicente de Azevedo.

Martinho da Silva Prado: de progênie ilustre, representou-a no Sodalício com os traços de inteligência e dedicação aos estudos nas áreas mais diversas, tornando seu nome tão estimado quanto já vinha aureolado do passado. Igual vocação para as lides da lavoura impulsionou-o em suas atividades aplicadas à exploração da terra sob o signo de alto espírito progressista. Honrou a família em que se contaram avô e pai do mesmo nome, a avó D. Veridiana Valéria da Silva Prado e a mãe D. Albertina Pinto, irmã do Dr. Firmiano Pinto. Honrou São Paulo pelos relevantes serviços prestados como agricultor, político e estudos econômicos e históricos, projetando-se no cenário nacional.

Coriolano Alves: cientista renomado, ingressou no Instituto por iniciativa de Edmundo Krug, contando-se entre os signatários da proposta: Afonso de Taunay, Pedro Dias de Campos, Plínio Airoso, Aureliano Leite e Tito Lívio Ferreira. Foi antropologista e biotipologista, exercendo o magistério como professor de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, onde clinicou e publicou artigos na imprensa local. Legou à literatura especializada diversos trabalhos importantes dos quais destacam-se: “Estudo Biotipológico de um grupo de índios Guaranis”, em colaboração com os Professores Leonídio Ribeiro e Berardinelli; “Estudos Biotipológicos em Esquizofrênicos”, em colaboração com o Dr. Aníbal Silveira”; “Estudo

Biotipológico dos Homo-Sexuais”, em colaboração com o Dr. Leonídio Ribeiro, etc.

Câmara Lopes: egresso da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o Dr. Luís da Câmara Lopes dos Anjos ocupou vários cargos: delegado de Polícia, Promotor Público, Juiz do Tribunal Superior de Justiça Militar e Procurador da República na Secção de São Paulo. Dentre os trabalhos principais, mencionam-se: “A Ação Diplomática do Brasil no Estado Oriental do Uruguai”, “O Estado de Sítio” e “A Posição do Papa na Magna Civitas”. Tendo em vista suas obras e méritos foi incluído no quadro do Sodalício em 6 de março de 1944, honrando-o com a sua cultura.

Francisco de Assis Iglesias: foi eleito em sessão de 5 de junho de 1944 e por ser domiciliado em Campinas integrou o quadro de correspondentes nacionais, passando a frequentar, com assiduidade, o Sodalício. Tenho bem nítida em minha mente sua intervenção nos debates resultantes da conferência proferida pela ilustre, benemérita e sempre pranteada consócia d. Francisca Pereira Rodrigues — Chiquinha Rodrigues —, sobre “Missões Educativas — ruralismo”, em que historiou o movimento impulsionado pelas idéias de Raul Fonseca, Oscar Thompson, Luís Pereira Barreto e Alberto Tôres. Foi no dia 5 de junho de 1946, precisamente dois anos após o ingresso de Iglesias, no Instituto. Viera o Prof. Iglesias enriquecer o quadro social, precedido da fama decorrente de excelentes contribuições culturais, dentre as quais se destaca o volume componente de da coleção brasileira, intitulado “Caatingas e Chapadões”, repositório de notas, impressões e reminiscências do meio norte-brasileiro, no período de 1912 a 1919. E continuou a enobrecer o Instituto com sua extraordinária e proficiente atividade, legando às letras pátrias, sobretudo, às históricas e sociológicas, trabalhos de proclamado valor.

Luís Correia de Melo: bastaria uma obra para consagrar este infatigável estudioso de nossa História, o conhecido e valioso “Dicionário dos Autores Paulistas”, obra de paciente e inteligente labor consagrada à comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, fonte, hoje eleita, para pesquisas bio-bibliográficas. Nêsse trabalho, Luís Correia de Melo demonstrou invulgar e beneditina capacidade de coligir, selecionar e sintetizar dados para compô-lo com reconhecida proficiência. Mas, foi além em suas atividades de historiógrafo apaixonado e longe se haveria de ir na recensão do magnífico legado cultural. Modesta e tranquila, foi deveras exemplar a vida útil e operosa dêste piracibano que desenvolveu intensa atividade intelectual, iniciada pela carreira jornalística, desde 1908, em “O Estado de São Paulo” e testemunhada por diversos

livros de viagens e estudos publicados em revistas, como os da "Revista Investigações".

Vera de Ataíde Pereira: a única figura feminina. Licenciada em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, professora de Geografia no Instituto de Educação "Caetano de Campos", onde, também regeu aulas de História da Civilização Brasileira, cujo merecimento foi justamente realçado pelo saudoso Presidente do Instituto Dr. Carlos da Silveira quando da votação de sua proposta na sessão de 1º de março de 1952. Da lavra da ilustre consócia ficaram trabalhos dignos de louvor como "O Pan Americanismo" e "Dona Leopoldina e a Independência do Brasil".

Washington Vitta: vitimado por mal súbito tombou em seu gabinete de trabalho no Instituto "Roberto Simonsen" da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Mõço na idade e jovem no espírito. Quarenta e oito anos. Senhor de cultura geral e filosófica invejáveis. Professor nas aulas e nos livros que constituem outras tantas esplêndidas lições. Jornalista era propagador de idéias. Apreciava, sobretudo, a filosofia em seus aspectos históricos. Colaborador inteligente de Miguel Reale no Instituto Brasileiro de Filosofia. Legou às letras pátrias, obras didáticas, ensaios e apreciações críticas. Entre muitas: "Da técnica como problema filosófico"; "Encontro d'água (Apontamentos de filosofia)"; Arte e existência (Notas de estética e filosofia da arte)", Compêndio de Filosofia"; "Páginas de estética"; "Namôro com Têmis (Notas de ciência e filosofia do Direito)"; "Antero de Quental"; "Escôrço da Filosofia no Brasil"; "Introdução à Filosofia no Brasil"; "Monólogos & diálogos"; "Momentos decisivos do pensamento filosófico"; "Alberto Sales, ideólogo da república"; "Que é filosofia"; "Ciranda de idéias"; "História da Filosofia no Brasil"; "História das idéias estéticas no Brasil", "Dimensões humanas (Contribuição para uma antroposofia)" e "Tendências do Pensamento Estético Contemporâneo no Brasil" em que buscou sistematizar as reflexões e as idéias norteadoras de artistas e pensadores brasileiros num autêntico e válido exame dos respectivos ideários estéticos.

Oscar Campiglia: artista consagrado, tendo recebido numerosos prêmios em salões de Arte, Guelfo Oscar Oswaldo Campiglia, exerceu o magistério, lecionando Desenho, Pintura e Arte, além dos cargos de Chefe de Secção de Expansão Cultural do extinto Departamento Estadual de Informações e de Chefe de Secção de Arte do Setor de Cultura da Reitoria da Universidade de São Paulo. Estudioso, escreveu muito sôbre arte e as-

suntos de documentação em jornais e revistas, assim como ventilou-os em Congressos ou através de cursos e conferências. Dedicou-se particularmente às Igrejas do Brasil granjeando notória fama.

V — PROFESSÓRES EMÉRITOS

A vida uniu-os pelo ideal do magistério, pelo amor à cultura jurídica e pelo espírito público que os animava. Cândido Mota Filho quando os lembrou na sessão de 25 de março, promovida pelo PEN Clube de São Paulo, com a sensibilidade estética e afetiva de seu coração inteiro — “*Il cuor me sonna intero*”, enfatizou:

“Os três viveram o direito intensamente — o direito no plano profissional, o direito como paz social, o direito como garantia do homem livre e como o caminho mais seguro para Justiça”.

E realçou a característica hifenizadora dos três que, no momento eram quatro, caminhando, após saírem da Faculdade de Direito rumando em direção à Praça do Patriarca comentando a obra de Georges Ripert: “A Regra Moral nas obrigações civis”:

Honório Fernandes Monteiro que veio para o nosso convívio em 12 de maio de 1956;

Jorge Americano em 5 de janeiro de 1963, e

Lino de Moraes Leme, em 18 de abril de 1964.

Convivi com Honório Monteiro no Conselho Estadual de Educação, podendo pessoalmente apreciar a beleza de seu caráter, a grandeza de sua cultura e nobreza de seu sentimento vinculado à sua Família e à sua querida Faculdade. Quantas vezes ouvindo-o em eloqüentes e calorosas exposições, empolgava-me numa homenagem ao talento de sábio companheiro que, na modéstia de sua pessoa, ocultava um dos homens de projeção no cenário nacional como professor, parlamentar, Ministro de Estado. Atuava no Conselho como sempre agira com a máxima seriedade e compenetração da tarefa a cumprir. Certa ocasião em que me opunha à criação de uma Faculdade de Direito pela qual êle se interessava, magoou-se, mimoseando-me com a qualificação de contrariedade prolixa, mas logo recuperando a tranqüilidade abalada pelo ardor da acesa divergência, excusou-se na prodigalidade de seu coração, excedida na maravilhosa peça com que em nome do Conselho traduziu o pensamento dêste ao me afastar do referido colegiado.

Pudesse eu, agora, retribuir-lhe tão belo pronunciamento. Se não encontro palavras, tenho certeza, de não exagerar ao dizer de minha veneração a Honório Monteiro, na palavra justa de Cândido Mota Filho: “um dos varões mais ilustres, um dos professores mais cultos, um dos cidadãos mais devotados à coisa Pública que a terra paulista podia oferecer.”

Lino de Moraes Leme: integrado numa família ilustre fixada em São Paulo desde o século XVI que, radicando-se em Bragança, e antes em Itu, elevou êstes burgos, sobretudo o primeiro, às culminâncias da fama, indo além das fronteiras nacionais, pois, entre seus membros e entre nós, está Ernesto de Moraes Leme, embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas.

O eminente bragantino de Pitangueiras, Lino Leme, como seus ilustres irmãos Drs. Ezequiel, Cândido e Ernesto, exerceu o magistério primário, no início de sua vida pública, competindo, logo mais, com catorze candidatos que disputavam a cadeira de Inglês do Ginásio "Culto à Ciência" de Campinas, ficando colocado em seguida à Erasmo Braga que foi nomeado, cabendo-lhe, porém, o aproveitamento como professor na Escola Complementar de Campinas, de onde se passou para a Escola Normal de Campinas, mas na cadeira de Francês, transferindo-se desta para a de Latim, o que bem indica a riqueza de sua cuidadosa formação cultural. Em 1927, tornava-se Livre-Docente de Direito Civil da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, conquistando-lhe a cátedra em 1936, prelecionando, também, Direito Civil Comparado no Curso de Doutorado, Economia Política e Direito Judiciário Penal, no de Bacharelado. Vice-Diretor da Faculdade, em 1949, Deputado à Constituinte de 1934 e Vereador à Edilidade campinense de 36 a 37. O traço dominante em Lino Leme era a devoção ao estudo. Sacerdote no magistério mantinha viva a acendrada mística da leitura. Lia refinadamente porque educara suas preferências e porque tinha consciência de que a Justiça e o Direito só podiam ser bem servidos pela boa linguagem, cujo exemplo citava no estilo cristalino e enxuto de Rui no anteprojeto da Constituição de 1891 e na feitura do Código Civil, juntando-se na mesma pessoa o escritor e o jurista. Prezou as forças morais de seu tempo, defendeu-as e pressentiu e sentiu que o processo educacional se esvaziaria em nosso tempo na incapacidade de os agentes atuarem decidida e decisamente na orientação das gerações novas. Sempre o professor, um grande mestre!

Jorge Americano: professor Emérito, como os anteriores, Reitor da Universidade de São Paulo, Juiz do Tribunal de Arbitragem de Haia, Procurador Geral do Distrito Federal, autor de numerosas obras de Direito Civil, Judiciário Civil e Internacional Público. Lembro um de seus primeiros trabalhos "Do abuso do direito no exercício da demanda" por mim lido na integralidade de sua contextura quando preparei tese na cátedra de Direito Civil Comparado, no Doutorado da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Percorri-lhe as páginas lúcidas e desanuviadas com que versou proficientemente a comum deforma-

ção intencional do direito pelo seu exercício irregular ou anormal. O grande Clóvis Bevilacqua referindo-se a essa pequena, mas valiosa obra considerou-a “excelente contribuição”, criteriosamente elaborada, um “livro particularmente recomendável”, “assente em princípios sólidos”, em que se desenvolve “análise arguta” e segura, concorrendo para desfazer obscuridades e “vacilações que ainda dificultam o passo do jurista neste campo em formação”. Jorge Americano, o memorialista de “A Lição dos Fatos” em que focalizou a revolta de 5 de julho de 1924, e da trilogia evocativa “São Paulo naquele tempo”, “São Paulo neste tempo” e “São Paulo neste tempo”. Jorge Americano, o conferencista que, vêzes várias, ocupou a tribuna do Sodalício para apresentação de notáveis trabalhos. Jorge Americano, o complexo intelectual de tantas e tão variadas facetas: jurista, professor, advogado, pintor, político, enfim um homem completo e um cidadão exemplar como acentuou Aureliano Leite em palavras proferidas junto ao esquife do ilustre morto quando aludiu à multiplicidade de seus traços. Apreciava recordar a figura de seu pai, o Coronel Luís Americano, bravo e heróico voluntário da Guerra do Paraguai, a reclamar, já ancião, um fuzil para defender o Brasil em campos europeus, por ocasião da I Guerra Mundial. Foi assim, Jorge Americano, um patriota em 1932, um político fiel aos princípios morais na Constituinte de 1934, renunciando à cadeira de deputado para não ter conflito de consciência: não podia concordar com a confirmação constitucional, no Poder, de quem, pelo passado, só poderia marginalizar o processo político da tradição republicana. Amava o passado e ressuscitava-o com a sua sensibilidade de escritor e pintor. E seu nome ganhou dimensões inusitadas como Mestre de Direito e homem dotado de extraordinário espírito público.

Cada um dos três braçou-se pelos serviços à cultura e à Pátria marcados pelas virtudes pessoais que foram, na verdade, a magna nobreza da própria existência que não é outra que a nobreza da virtude:

Nóbilitas sola atque unica, virtus.

VI SÓCIOS ACADÊMICOS

Na arte musical conhecem-se famosos quartetos, de Beethoven, Mozart, Haydn, de Mussorgsky. Na Poética, inumeráveis são os exemplos das composições de quatro versos que se sobressaem, principalmente, nos sonetos. . . A morte, contudo, reuniu, para que o céu ganhasse mais luz com o quarteto imortal que, simultaneamente, dignificava a Academia Paulista de Letras e o Instituto Histórico de São Paulo:

*Luce intelletual, piena d'amore;
amor di vero ben, pien di letizia;
letizia, che trascende ogne dolzore.*

(Com. Par. XXX, 40-42)

Os quatro resplandecendo em São Paulo para orgulho e encantamento de sua Terra e de sua Gente, somando-se na intensidade luminosa com que se sublimou sôbre a arte do espírito e a ação da inteligência:

*O somma Luce che tanto ti levi
da' concetti mortali.....*

(Com. Par. XXXIII, 67-68):

Renê de Castro Thiollier, falecido aos 24 de outubro do ano passado;

João Nepomuceno Manfredo Leite, aos 19 de março,

Guilherme de Almeida, aos 11 de julho, e

Julio de Mesquita Filho, no dia seguinte, ou seja, quando pela manhã eram levados à sepultura os restos mortais de Guilherme.

Note-se: Júlio de Mesquita Filho e Guilherme de Almeida faleceram no mesmo mês, julho, cuja significação em suas vidas possui a maior transcendência, lembrando a jornada constitucionalista de 32, um, Júlio, o chefe civil, o outro, Guilherme, o Poeta-Soldado.

Thiollier morreu no décimo mês e Guilherme entrou para o Sodalício num décimo mês, no mesmíssimo dia: 5 de outubro de 1933, assim como Manfredo Leite que, também, foi admitido, num décimo mês, em outubro de 1906, no mesmíssimo dia em que, no Instituto, ingressou Júlio de Mesquita Filho, aquêle, Manfredo, a 20 de outubro, e êste, Júlio, a 20 de setembro, todos os três, Thiollier, Guilherme e Júlio, em igual ano de 1933!

Poderei repetir as palavras do Livro de Ester:

"Isti sunt dies quos nulla unquam delet oblivio"
(Ester, IX, 28)

Êstes são dias que nunca serão esquecidos.

Renê Thiollier: paulista de pai francês e mãe de estirpe ilustre, paulistano da Travessa da Sé, nas imediações do Pátio do Colégio, onde nasceu a 29 de janeiro de 1884, formou-se em 1906 na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo se dedicado às letras desde a Academia, fundando publicações, como a revista "A Musa" juntamente com Júlio Prestes, ou colaborando em periódicos de São Paulo e do Rio de Janeiro. São de sua lavra vários livros: "Senhor Dom Tôrres" (contos),

“Homem da Galeria” (crônicas); “Antônio Bento” (biografia), “A Louca do Juqueri” (contos e novelas). A “Revista da Academia Paulista de Letras” apresenta em suas páginas frequentíssima presença de Thiollier: discursos acadêmicos, contos, novelas, crônicas e ensaios. Entrou, no silogeu paulista, na vaga de Alberto Seabra, em 1934, recebido, no ano imediato por Valdomiro Silveira em solenidade de excepcional brilho a que compareceu a nata da sociedade. Sucedeu a Artur Mota na secretaria do cenáculo literário, desempenhando-se com tal solicitude que, com o consenso unânime de seus pares, conservou-se na função permanentemente. Foi Diretor da “Revista da Academia”, membro da A. B. I., da A. P. I., do Conselho Administrativo do Liceu de Artes e Ofícios, presidente da União Internacional Protetora dos Animais e Secretário Geral do Comité France-Amérique. O govêrno português agraciou-o com a comenda da Ordem de Cristo e o de França com a de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra. Em 1932 distinguiu-se pelas suas alocações radiofônicas em prol do Movimento Constitucionalista e tendo organizado o Batalhão da Liga de Defesa Paulista, com Jacinto Peruche e Gregório Prates da Fonseca, partiu para a linha de frente como simples soldado, comportando-se galhardamente, dando provas de denodo e bravura, no setor de Cunha, dentre as quais a sua corajosa atuação no combate de 20 de agosto em que foram vitoriosas as forças constitucionalistas. Honrou também, a tribuna do Instituto versando temas históricos, dentre os quais, o Centenário da Guerra dos Farrapos. Elegante pessoalmente no porte e no espírito, Thiollier, não ocultava a delicada sensibilidade do intelectual que tanto se alcandorava em vôos de magna altitude como aristocratizava a rasância na planície do vulgar. Era universal na temática e nobre no estilo.

Manfredo Leite: foi a afirmação de uma crença que se sobrepõe à morte para conduzir à imortalidade, tornando realidade as palavras do Senhor:

Qui credit in me, etiam si mortuus fuerit, vivet. Et Omnis qui vivit, et credit in me, non morietur in aeternum.

O que crê em mim, ainda que esteja morto, viverá; e todo o que vive e crê em mim, não morrerá eternamente.

Acolheu-o Deus no seu seio com a clemência merecida pelo descanso perene e pela luz que resplandecia na Terra e passou a fulgurar perpétuamente:

“Requiem aeternam dona eis, Domine: et lux perpétua luceat eis.”

“Poucas vozes ouviu São Paulo, nos seus quatrocentos anos, brotadas dum púlpito, na altura da eloquência, da profundidade e da beleza da palavra que ora se extingue”, disse Oli-

veira Ribeiro Neto à beira do túmulo, naquele 19 de março dêste ano, em que, sob as bênção de dois santos José, guardião e protetor de Jesus, e Anchieta, guardião e protetor de nossa Terra e da nossa Gente, ocultou-se fisicamente dos que, junto ao desgastado véu da carne, oravam fervorosamente ao Padroeiro da Boa Morte, no seu dia de glorificação.

Levou para a sepultura o corpóreo “perfil de medalha” e a realza da palavra sagrada que durante meio século deteve no Brasil, como bem acentuou Monsenhor José de Castro Nery.

Monsenhor Manfredo Leite viveu num mundo de maravilhosas beleza cumprindo o “mandato divino do amor a Deus e ao próximo” com a dignidade de quem possuía o caráter forrado “de virtudes evangélicas”, na expressão feliz de César Salgado.

Em magnífico estudo, Paulo Nogueira Filho, evocou-lhe a excelsa memória, fazendo admirável escôço biográfico do “grande homem modesto” que, com incomensurável dimensão, passou à eternidade. Mais recentemente, há menos de um mês, Fernando de Azevedo, igualmente, na Academia Paulista de Letras, exaltou Manfredo Leite, “tão notavelmente dotado pela natureza e aprimorado na disciplina severa dos estudos”. “Caráter firme, disposição para luta, independência e coragem.”

Sacerdote e educador repartiu sua atividade entre o vicariato na Igreja de São José, no Estreito, em seu Estado Natal Santa Catarina, embora filho de um Guimarães de Jundiá do ramo dos Queiroz Teles, e, depois, em São Paulo, no Colégio Diocesano, o Seminário da Luz, o curato da Sé, a ordem Terceira do Carmo, o Colégio de Nossa Senhora do Carmo, o Asilo de Santa Terezinha, dirigido pela benemérita Dona Margarida Galvão e a Arquiconfraria das Mães Cristãs.

Intelectual, acima de tudo, orador, deixou pouco para quem semeou tanta bondade, tanta caridade, tanta felicidade, fecundando a paz entre os homens de boa vontade e extraindo da fé os ensinamentos que consolam, confortam e dignificam o homem, propiciando-lhe a alegria de viver e a certeza de mundo melhor. Entre os livros: “Seara”, “Duas almas”, “In memoriam”, “Ontem e hoje”, “A Educação”, tesouros de sua cultura e de seus ideais.

Político e cidadão: chegou a interessar-se pela política em Santa Catarina, mas foi em São Paulo que, sem pertencer a facção política alguma, deu expansão ao seu interesse por questões cívicas ou patrióticas. Assim, em 1917, participou do Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista. Em 1923, ao lado de Spencer Vampré e Assis Brasil, manifestou-se contra a permanência contínua de Borges de Medeiros no governo gaúcho.

Em 1930 entrou na conjura e em 1932 ligou-se ao movimento, defendendo a causa constitucionalista e em 1964 não faltou seu apóio na jornada memorável que se gravou na consciência brasileira como afirmação de fidelidade de nossa Pátria aos princípios básicos, morais e espirituais, da formação de nossa nacionalidade, de respeito às tradições maiores que impulsionam o Brasil dentro da ordem rumo ao progresso.

Morto, movimenta-se seu vulto de gigante, prodígio de influência que tendo servido a Fé dominou com sua inteligência transcendente e com sua eloquência fulgurante, sendo luz do mundo — *lux mundi* —, e rei da palavra — *dux verbo*.

Guilherme de Almeida: o príncipe, o principal na doçura, graça, brilho, na majestade e plasticidade do estilo; na magnitude astral, magnífica, alterosa, faustosa, portentosa, múltipla da poesia; nas prendas naturais, completas, alevantadas do puro e magnânimo espírito que via e sentia para conduzir o coração a transbordar-se em mimos, jóias, oferendas primaciais, delicadíssimos, fulgentíssimos, nobilíssimos; o Príncipe em que o passo na vida marcou o compasso do coração que lhe batia no peito, românticamente poético, divinamente perfeito: o Príncipe que sempre cantou no mesmo tom porque era puro, porque era bom; o Príncipe lírico de “Nós”, do “Messidor”, de “A Dança das Horas”, do “Livro de Horas de Sórora Dolorosa”, de “A Fruta que eu perdi”, de “A Flor que foi um Homem” e de tantos outros mais que formam o breviário sentimental da nossa Gente; o Príncipe trovadoresco e pré-renascentista do “Cancioneirinho” e do “Pequeno Romanceiro”; o Príncipe renovado e renovador, vanguardeiro em “Meu” e “Raça” e na ideogramação formulada dos “haikais”; o Príncipe patriota do civismo em canções de guerra, de glória, de exaltação; o Príncipe misticamente espiritual e espiritualizado da poesia propiciatória, consagratória e sacrificial.

O Príncipe, sempre o Príncipe em tôdas as suas exímias manifestações na prosa e na poesia com que sentiu, cantou e serviu São Paulo e o Brasil.

Um Príncipe para quem um simples túmulo seria pequeno a fim de lhe receber os despojos de Poeta-Soldado de 32. E São Paulo, compreendendo e retribuindo, deu-lhe por morada um templo, onde Guilherme faz-se ouvir na sonoridade bela, delicada, vibrante do pulsar estético de seu coração a comunicar aos que morreram, e ali também estão, mensagens de honra, ufania e glória, por haverem sido dignos em vida e exemplos na morte. E mensagens que ecoam fora das paredes sagradas comunicando que o amor inculcado por Deus no coração do homem é o fundamento da eternidade, é a força que produz unidade entre os homens, aquela unidade que Guilherme sem-

pre almejou para que os homens se dissessem irmãos, a humanidade fôsse feliz, o seu povo bom, e cheio de graça.

Júlio de Mesquita Filho: o mais extraordinário homem de pensamento e ação que por meio século foi ouvido e respeitado, como jornalista, ensaísta e doutrinador. Tinha vocação para o magistério. Seu jornal "O Estado de São Paulo", fiel à orientação do preclaro pai, firmou-se definitivamente como tribuna e escola e caracterizou-se como trincheira em que se travou o bravo e bom combate pela sobrevivência e aperfeiçoamento da ordem democrática, pela defesa e respeito da dignidade do homem responsávelmente livre, pela predominância e expansão da Cultura. Júlio de Mesquita Filho foi líder, campeão, mestre porque era completo moral, cultural e civicamente, e era constante, eficiente e decisivo. Foi o Acadêmico Vicente de Azevedo que, referindo-se a Júlio de Mesquita Filho, escreveu com incomum acêrto: "A sabedoria popular consagra a observação: "Deus não dá tudo à mesma criatura". Em relação a Júlio de Mesquita Filho, parece que, desde o físico, abriu uma exceção."

Caráter, formação, coragem, ação, idéia, ideal, talento, engenho, bondade, grandeza, dignidade, critério, despreendimento, pureza na consciência e nos processos da vida, cristalinidade nas tenções, nobreza e seriedade no porte, responsabilidade, afetividade, aristocracia e simplicidade, tudo ornava sua personalidade e destacava uma das maiores individualidades do nosso tempo. Trabalhador e altruista, lavrava com a melhor e maior energia o campo das idéias sem se empolgar pela glória, opondo o mérito à vaidade, sem artificialismos habilidosos. Sincero, autêntico. Aristocrata, pela realza do talento, pela nobreza do espírito e pela grandeza do coração.

Tendo um passado, enriqueceu-o com os predicados de cultura, com as qualidades de patriota e com as virtudes de cidadão. Sua vida exaltou São Paulo e o Brasil. Fiel aos princípios com aquela fortaleza de ânimo que notabilizou Catão em relação a Pompeu: "*Victrix causa diis placuit, sed victa Catoni*".

Amava a Pátria como herança material e moral, como tradição que soma crença, língua e história, e multiplica-se no sangue e no trabalho. E amava a Família como pátria a formar a Pátria com recordações e afeições. A Pátria e a Família cristãs defendidas pelo poder de Deus e pelo amor do Homem!

Aí está, Júlio de Mesquita Filho da Campanha Civilista, da Campanha pelo Serviço Militar, dos movimentos de 22, 24, 30, 32, 45 e 64, dos exílos, criador da Universidade de São Paulo, operoso membro da Mesa Administrativa da Santa

Casa de Misericórdia, Diretor d'O Estado de São Paulo, fundador da Rádio Eldorado e do "Jornal da Tarde", escritor primoroso, autor de muitos livros, conferencista, sempre em luta pela liberdade e pela democracia!

* * *

Ai estão nossos mortos.

*"Beati eritis, quoniam quod est honoris,
gloriae, et virtutis Dei, super vos requiescit."*

(Pedro, Ep. I, Iv, 14)

*"Sereis benditos; porque, quanto há de honra
e de glória ineide sôbre vós com a virtude de Deus".*

(Oração em memória dos sócios falecidos proferida em sessão magna de 18 de outubro de 1969)

II — Luís Tenório de Brito

Minha convivência com o pranteado 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo tem o comum marco cronológico da eleição para o Sodalício, a 15 de fevereiro de 1941, em sessão extraordinária (a 1.ª do ano), presidida pelo Dr. Carlos da Silveira, na ausência do presidente perpétuo Dr. José Tôrres de Oliveira, ambos os candidatos na categoria de efetivos.

Por essa ocasião, eu comparecia com alguns livros publicados, sobretudo na área didática. Tenório, porém, já Coronel, era homem realizado, e com larga fôlha de serviços prestados à Fôrça Pública, a São Paulo e ao Brasil, assinalada pelo trabalho, pela disciplina, pela fé cívica e pelo apêgo à cultura, desde a sua chegada à Paulicéia, em 1908, vindo de Pernambuco.

Quatro meses depois, Tenório foi acolhido festivamente na sessão de 5 de junho de 1941, presidida por Frederico de Barros Brotero, tendo sido a Comissão de recepção integrada pelo seu extraordinário companheiro de Corporação Cel. Pedro Dias de Campos e Drs. Marcelo de Toledo Piza e Almeida e Edmundo Krug. No mesmo milésimo, na 9.ª sessão regimental, a 9 de outubro, funcionou como 2º Secretário “ad-hoc”, o que se repetiu, ainda em outubro, na sessão extraordinária do dia 20, quando se processou a eleição para os cargos da Diretoria referente ao triênio de 1942 a 1944. Tenório, no pleito em que venceu o Dr. Carlos Alberto da Costa Nunes na 2.ª Secretaria, recebeu, o primeiro voto para igual pôsto. Prenunciava-se a vocação secretarial do Coronel Tenório. Nessas eleições, uma das mais curiosas do Instituto, o atual e eminente Presidente Dr. Aureliano Leite foi consagradoramente eleito 1º Suplente de Secretário, resignando, entretanto, à suplência. Embora acolhendo o motivo, de ordem pessoal, o Presidente Dr. Tôrres, esclareceu que em tempo oportuno marcaria eleição para substituir o “consócio que muito lhe merecia”. Entretanto, jamais tomou essa providência, numa homenagem ao merecimento do Dr. Aureliano e fiel ao seu ponto de vista de que, pelo Estatuto, “é obrigatória, a aceitação e desempenho de quaisquer cargos, comissões ou delegações da Sociedade”...

O ano de 1942, também, não se encerrou sem que Tenório fôsse convocado para ocupar “ad-hoc” a 2.ª Secretaria na Sessão Magna de 1º de novembro, o que, igualmente, ocorreu na derradeira, e de caráter solene, sessão extraordinária de 5 de novem-

bro do ano seguinte. Fica-se na dúvida, a esta altura, se Tenório namorava a Secretária do Sodalício por lhe sentir irresistível atração ou se esta, a Secretária, perseguia-o por nêle ver o grande eleito, o homem exato para o lugar exato. E Tenório acabou por chegar ao feliz enlace. Nas eleições para o triênio 1951-1953 casou-se com a Secretária, no cargo de 1º Secretário, no qual se manteve na mais perfeita lua de mel até a morte colhê-lo recentemente. Eu o precedera três anos antes, como titular da 4.ª Secretária, sendo seu companheiro de Diretoria, nesta condição e na atual de Orador, por dezesseis anos.

O primeiro trabalho apresentado em sessão do Sodalício por Tenório coincidiu, no tema, com igual participação minha na celebração do Centenário de Nascimento do Visconde de Taunay, comemorado pelo Instituto com orações de Ataliba Nogueira, Tito Lívio Ferreira e a do Coronel que focalizou a figura do autor de "A Retirada da Laguna" na feição militar. Por êsse tempo, 1943, em consequência da 2.ª Guerra Mundial eu fôra convocado para o Serviço Ativo do Exército, e classificado, como Tenente, no III 4º R. I. O Comando da 2.ª Região Militar designou-me para proferir palestra alusiva. Fôra uma aproximação mental, entre mim e Tenório, porque outra, bem anterior, datava de 1932, quando na revolução, participáramos, em situações diversas, da jornada constitucionalista, no Setor Sul. Ele, entre a tropa da Fôrça Pública, e eu, a princípio no Q. G. de Taborda, com Nestor Penha Brasil, e depois, até o final, como Tenente, na 4.ª Companhia do Btl. "Borba Gato".

Nesse ano de 1943 (sessão de 5 de julho), Tenório integrou a Comissão que introduziu o sócio 1º Tenente da Fôrça Pública, nosso ilustre companheiro, Arrison de Sousa Ferraz, a quem coube fazer minucioso e belo estudo biográfico, salientando a atuação do Cel. Luís Tenório de Brito, na gloriosa Milícia Paulista, quando da magnífica festa dos 80 anos promovida pelo Instituto, e, na hora final, do sepultamento, ungir de emoção palavras de recordação da figura exponencial do antigo e exemplar soldado. Ainda, Tenório, no ano seguinte, predestinadamente, compôs a comissão recepcionista de outro eminente consócio de quem se faria inseparável colaborador, o Dr. José Pedro Leite Cordeiro (sessão de 5 de junho). E, aquêle que, no mesmo dia 15 de fevereiro de 1941, comigo fôra eleito, vinha três anos depois, a 5 de outubro de 1944, em companhia do Desembargador Afonso José de Carvalho e Álvaro da Veiga Coimbra, convidar-me a adentrar o recinto do sóbrio, grave e solene salão de atos para tomar posse da cadeira no Instituto.

Haveria, pois, de faltar minha palavra nesta hora evocativa, tantas e tão fortes são as insistentes aproximações entre mim e o saudoso confrade, coincidentes na vida social, cultural e cívica?

Uma de suas características era o amor à verdade, à verdade histórica, que pesava, em sua personalidade singular, quanto a fidelidade às suas convicções alicerçadas no culto às tradições, aos valores morais do homem e do cidadão.

Lembro, exemplificando, a irritação que lhe causou certo livro aludindo pretensas proibições impostas por Portugal ao Brasil, cerceando à nossa Pátria, a possibilidade de desenvolvimento, sonhando, o autor, tendenciosamente, esclarecimentos que lhe contraditariam o próprio procedimento. Num rompante, como autêntico e ferido membro da galante cavalaria de antanho, Tenório, enfarpelando-se mosqueteiro, aguerrido D'Artagnan, saiu a campo, publicando, no volume LIX da Revista, sob o título "Prometi. Aqui estou" informações que puseram os verbetes suspeitos à luz da razão histórica.

Longos seriam os comentários e não menos extensa a análise da personalidade do indeslembrável companheiro, merecedora de justas referências neste Sodalício vêzes várias e lembradas emocionalmente junto ao inerte corpo no interior da Capela da Necrópole do Araçá por Aureliano Leite, Ibrahim Nobre, Leite Cordeiro e Arrisson de Sousa Ferraz.

Fique-se por aqui, em mais uma palavra de gratidão pela sua amizade, de admiração pela sua vida e obra, e de saudade pela sua ausência nesta Casa que êle tanto amou e tão dedicadamente serviu.

(Oração em sessão consagrada à memória de Luís Tenório de Brito, em 7 de março de 1970).

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE NO 270° ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO

CORONEL JOSÉ HIPÓLITO TRIGUEIRINHO

A chegada de Cabral a Pôrto Seguro, aos 22 de abril de 1500, não configurou o evento feliz da descoberta do Brasil, como se ensinou durante muitos anos, em virtude do princípio universalmente aceito, embora discutível, das “razões de Estado”, a prevalecer sôbre a regra real e positiva das “razões históricas”.

As Américas já eram conhecidas, habitadas, visitadas e exploradas desde remotas éras, embora disso se fizesse grande segredo; e duas avançadas civilizações aqui foram encontradas em 1492, por Colombo: os aztécas no México e os incas no Perú, cujas origens se emaranham nas mais variadas e sedutoras hipóteses.

Não foi sem razão que duas nações disputantes — Portugal e Espanha — levaram o Papa Alexandre VI a traçar o meridiano lindeiro de Tordesilhas, em 1494, que atribuía aos lusos as terras a leste dêle e aos espanhóis, as de oeste.

Desde então, impunha-se a demarcação da propriedade, para difusão do conhecimento de quem era seu legítimo dono.

E foi isto que veio fazer Cabral na sua histórica viagem, como missão secundária que trazia d’El Rei Venturoso, Dom Manoel, uma vez que sua principal incumbência era atingir as Indias e ali estabelecer as bases de um comércio regular e frutífero, cujos lucros faraônicos estimulavam a cobiça das nações européias mais poderosas.

Oficializada a posse portuguesa através do marco chantado em Pôrto Seguro pelo valoroso Almirante, cujas cinzas acham-se esquecidas no Mosteiro da Graça, em Santarém, urgia determinar a extensão da terra e seu valor econômico para, só então, avaliar o grau de interesse a ser-lhe dispensado.

Vieram, consecutivas, as expedições exploradoras: Gaspar de Lemos, em 1501; Gonçalo Coelho, em 1503; Cristóvão Jáques, em 1516-19 e em 1526-28.

Tôdas elas verificaram, à evidência, o ativo e rendoso comércio que os franceses entretinham com os ameríndios, oferecendo-lhes utensílios vários, em côres, muito apreciadas pelos nossos selvícolas, e recebendo dêstes principalmente troncos de ibirápitanga

— o páu brasil — cuja tintura servia de corante vermelho, muito cobiçada e valorizada na Europa da época; e ainda outros produtos tropicais.

Cristóvão Jáques, na segunda expedição de 1526, derrotou poderosa frota francesa, cujas náus foram em parte destruídas e em outra capturadas.

Este feito provocou sério revide da França, cuja fragata “Pelerine” destruiu uma feitoria portuguesa em Pernambuco, o que deu origem à perigosa complicação internacional.

Ante a crescente gravidade desses fatos, Cristóvão Jáques e o sábio lusitano Diógo de Gouveia, que residia na França e sabia da importância que ali atribuíam ao Brasil nascente, aconselharam El Rei a povoar nossa terra; ainda porque Francisco I, da França, em resposta a uma reclamação lusa, dissera: “O sol brilha para todos e desconheço a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre portugueses e espanhóis”.

Portugal sentiu o dilema: povoar o Brasil ou perdê-lo. Preferiu, é óbvio, o povoamento.

Preparou, em 1530, forte esquadra, guarneceu-a com 400 homens, aprovisionou-a com instrumentos agrícolas e mudas de plantas úteis e entregou seu comando ao Almirante Martim Afonso de Sousa.

Martim Afonso era “fidalgo notável, soldado valente e brioso, tanto quanto estadista de valor, que deu começo, pròpriamente, à “História do Brasil”; recebeu a missão “de fixar, ao longo da costa atlântica, núcleos permanentes de população, para assegurar a posse das riquezas pilhadas por vorazes piratas e a da terra ameaçada por nações européias mais fortes, em agressiva expansão colonialista”.

Ainda em viagem, Martim Afonso aprisionou três navios franceses carregados de páu brasil; perlongou o litoral de norte a sul, plantando padrões demarcatórios de posse lusitana, sendo que o do norte ultrapassava, de pouco, o limite tordesiliano; destruiu uma feitoria francesa, substituindo-a por outra nas alturas de Pernambuco, à qual deu guarnição portuguesa; na Bahia, travou proveitoso contáto com Diógo Álvares Correia, o “Caramurú”, tendo ainda deixado ali três homens com instrumentos agrícolas e sementes; na Guanabára demorou-se em observações durante três meses; velejando para o sul, atingiu a Ilha de Guayaho, hoje Santo Amáro, onde encontrou João Ramalho e alguns guaianázes e fêz erigir o Forte de Bertióga; em Cananéia entendeu-se com Francisco Chaves, que lhe acenou com caminhos para regiões riquíssimas em ouro e prata, existentes no sertão, aceno que lhe valeu o sacrifício da coluna de Pêro Lôbo e do próprio Chaves, de que se não tiveram mais notícias; infletindo mais para o sul, atingiu o Rio da Prata, onde plantou o marco lusitano mais meri-

dional, entre Buenos Aires e Santa Fé, além da demarcatória de Tordesilhas; aí sofreu violenta tempestade, quando perdeu sua nau capitânea, a “Nossa Senhora das Candeias”, e se salvou milagrosamente, agarrado a uma táboa.

Retornando para o norte, fixou-se na Ilha de Engaguassú, também chamada Morpian, hoje a nossa São Vicente, onde João Ramalho, Antonio Rodrigues e o cacique Tibiriçá, à frente de numerosos guaianazes, lhe prestaram o mais dedicado e eficiente concurso. E dá fundação à Vila de São Vicente aos 22 de agosto de 1532.

Erguem-se a igreja e a cadeia, a casa da câmara e a alfândega, a casa do Capitão General e o pelourinho; abrem-se as ruas, estreitas e tortuosas; vão surgindo as casas dos negociantes e dos homens do povo, de páu a pique e cobertas de folhagem; as roças, em derredor, vão se alteando, verdejantes, de milho, mandioca, feijão, cana de açúcar, verduras; os engenhos vão surgindo e o açúcar, sem tardança, vai sendo exportado para a metrópole; o peixe, a carne de caça e de animais domésticos vai entrando na alimentação; as frutas silvestres e as transmudadas vão aparecendo.

Em breve, São Vicente foi elevada, pelo Capitão General fundador, à categoria de Vila e teve o privilégio de haver criado e feito funcionar a primeira Câmara de Vereadores em nossa Pátria.

Para o exercício da vereança era preciso ser “Homem bom”, entendido como tal ser português, de boa instrução e gozar de prestígio entre os habitantes.

Vale observar que portugueses eram também o natural da terra e o filho de português com índia, pois que todos nasceram em território de Portugal.

Não podiam ser vereadores os estrangeiros, os não católicos e os trabalhadores braçais.

Competia à Câmara de Vereadores discutir e resolver os problemas locais referentes a arruamento, construções, limpeza, ordem pública, taxas e impostos, divisão e posse de terras, heranças.

Os Vereadores elegiam, entre seus pares, o “Juiz Ordinário”, que exercia a Presidência da Casa.

Tito Lívio Ferreira, em sua erudita “História de São Paulo”, volume 2.º, página 94, afirma com sua autoridade de honesto pesquisador: “A 22 de agosto de 1532, Martim Afonso de Sousa presidiu as primeiras eleições populares nas Américas e instalara a primeira Câmara de Vereadores em território americano. E assim São Vicente é o bêrço da democracia americana”.

Justíssimo, portanto, o honroso cognome com que batizaram a cidade de Martim Afonso: “CÉLULA MATER” e essa honraria cidade outra não poderá tirar-lhe, sob pena de mentir à verdade histórica.

Ainda como fruto da superior visão do valoroso Almirante, convém lembrar a carta levantada por Viégas, em 1534, que assinala o contorno litorâneo de nossa Pátria, bem aproximado do real.

São Vicente prosperava e chegou a contar com seis engenhos, em franca produção açucareira, a ponto de exportar tão útil alimento para a metrópole.

Em 1534, Martim Afonso regressou para Portugal, onde nova e importante missão o aguardava; e, desde então, começaram as disputas entre aqueles que ficaram com a responsabilidade de dirigir os destinos da cidade e de sua Capitania, cada qual se julgando proprietário da herança do genial Almirante.

A categoria de Vila, cabeça da Capitania, chegou a ser transferida para Itanhaem, onde permaneceu durante vários anos.

As lendas a respeito do ouro, da prata e das pedras preciosas, correntes em São Paulo, qual ímam poderoso, provocaram o êxodo da população vicentina, entrando a Vila em crescente decadência.

Seus homens, serra acima, derramaram-se em ousadas penetrações pelos sertões, guiados pelo curso predestinado do Anhemby, que banhava a São Paulo de Piratininga, que se originara do impulso vivificante dado por São Vicente.

Esse Anhemby da homérica epopéia das Bandeiras, que nasce a catorze quilômetros do mar e que do mar vai fugindo, mansamente, para ganhar o interior sertanejo; esse Anhemby que, despejando-se no Paraná, vai para o sul até o famoso Prata das riquezas; esse Anhemby que, montando os afluentes da margem direita do Paraná, vai até o Paraguai e às faldas dos Andes, no extremo oeste do continente; esse Anhemby que, subindo o Paraná, leva aos grandes cursos d'água que correm para o norte — o Araguáia, o Tocantins, o Xingú, o Madeira e o Guaporé, que vão até o lendário Amazonas; esse Anhemby que, conduzindo pelos afluentes da margem esquerda do Amazonas, atinge os contrafortes da Cordilheira do Roráima; esse Anhemby que, bem junto de sua mão d'água, mostrou o seu irmão Paraíba e, por êle, através do córte mais profundo da crista da Mantiqueira, levou ao São Francisco, que desvendou o centro-lêste e o nordeste dêste continente; esse Anhemby que permitiu o arrojo indomável dos egressos de São Vicente — os Bandeirantes — cujas glórias tiveram como núcleo original de partida, a impulsioná-los sempre e sempre, mais e mais, a pacata vila litorânea de Martim Afonso de Sousa; esse Anhemby é que levou os descendentes dos primévos vicentinos à sua glória maior de construir esse "Gigante pela própria natureza" — o BRASIL!

Nôbrega, na sua percuciente e profética visão, vaticinou acertadamente, quando disse: "Piratininga será porta e chave do sertão"; mas, forçoso e de inteira justiça é dizer-se que foi São Vicente que abriu essa porta.

Os exploradores e os primeiros povoadores, portugueses ou mamelucos, tinham receio de adentrarem o sertão desconhecido, tais os perigos que oferecia. Essa atitude levou Frei Vicente do Salvador a compará-los a “CARANGUEJOS”, pois que viviam arrastando-se ao longo das praias.

Tal conceito foi, entretanto, totalmente modificado, quando os vicentinos empolgaram a muralha de Paranápiaçaba, abriram a porta de Piratininga e viraram a chave do Anhemby, fazendo da epopéia fluvial dos Bandeirantes uma seqüência da epopéia marítima de Sagres.

Saint-Hilaire que, no primeiro quartel do século XVIII, percorreu o Brasil, assim falou no seu livro “Viagem à Província de São Paulo”: “O interior do Brasil não foi sempre cortado por estradas e semeado de habitações hospitaleiras. Tempo houve em que não havia nenhuma cabana no mesmo, nenhum vestígio de cultura, só havendo as feras que lhe disputavam o domínio. Os paulistas palmilharam-no em todos os sentidos. Êsses audaciosos aventureiros, como se verá mais para diante, pormenorizadamente, penetraram, por diversas vezes, até o Paraguáí; descobriram a Província do Piauí, as minas de Sabará e de Paracatú; entraram nas vastas solidões de Cuiabá e Goiás; percorreram a Província do Rio Grande do Sul; chegaram, em o norte do Brasil, até o Maranhão e Rio Amazonas; e, tendo transposto a Cordilheira do Perú, atacaram os espanhóis no centro de suas possessões. Quando se sabe, por experiência própria, quantas fadigas, privações e perigos ainda hoje aguardam o viandante, que se aventura nessas longínquas regiões e se toma conhecimento do itinerário das intermináveis incursões dos antigos Paulistas, sente-se uma espécie de assombro, tem-se a impressão de que êsses homens pertenciam a uma raça de gigantes”.

Oliveira Viana, mestre como os demais o sejam, cantando seus feitos, assim se expressou: “Em dois séculos, os Paulistas dispersam-se por quase todo o Brasil. É simplesmente maravilhosa a amplitude de suas zonas de fixação. Com as Bandeiras do Sul, êles povoam o litoral meridional, os campos gerais do Iguaçú e os pampas rio-grandenses. Com as Bandeiras de Mato Grosso, descobrem e exploram os vales dos Rios Cuiabá e Paraguáí, os dos afluentes do Paraná, desde o Aporé até ao Pardo, na bacia do Prata; os do Guaporé, Mamoré, Madeira, Arinos e Araguáia na bacia do Amazonas. Com as Bandeiras Goianas, devassam os vales do Rio Grande e do São Francisco, do Doce e do Jequitinhonha, e dos demais que desaguam no oceano. Por fim, com as Bandeiras do Norte, devassam e povoam os vales do São Francisco, do Paranaíba e dos afluentes do litoral, entre êsses dois cursos”.

A “CÉLULA MATER”, cumprindo sua missão biológica, multiplicou-se, cresceu, expandiu-se, agigantou-se, produzindo êste imenso corpo terrestre que é o BRASIL!

Quatro séculos de envelhecimento — êsse fenómeno do qual nada escapa — reduziram-lhe as fôrças; seu corpo territorial foi mutilado; sua pujança de outróra transmudou-se em pobreza; seu progresso estancou!

Seu passado glorioso impunha, porém, o reconhecimento e a justiça dos pósteros, que não faltaram.

Dom Pedro II, de Portugal, ao baixar a Lei de 29 de outubro de 1700, que deu nova estrutura jurídico-administrativa em nossa terra, criou duas comarcas: a de São Paulo e a de Taubaté, bem assim novos municípios, que outros não foram senão as valorosas e leais Vilas de São Vicente, Santos, Itanhaem, Cananéia, Iguapé, Paranaguá, São Francisco, Castro, Sorocaba, Itú, Jacareí e Guaratingetá, tôdas da então extensa Província de São Paulo.

Hosanas, pois, à data municipalista de 29 de outubro de 1700, do calendário de São Vicente, que hoje é festejada jubilosamente pela sua ilustre Câmara de Vereadores, sua Prefeitura e seu Povo, irmanados, já agora, como o fizeram seus antepassados há pouco lembrados, no esforço comum de lutar, com extremo denodo, pelo engrandecimento crescente da Pátria Brasileira, que aqui teve sua CÉLULA MATER”.

OBRAS CONSULTADAS

- 1 — «História da Civilização Paulista», de Aureliano Leite. Edição Saraiva. 1954.
- 2 — «História de São Paulo», de Tito Lívio Ferreira. Gráfica Biblos. 1º e 2º vols. São Paulo.
- 3 — «História do Brasil», de R. Haddock Lobo. Livraria Duas Cidades. 3ª Edição. São Paulo.
- 4 — «História do Brasil», de A. Souto Maior. Companhia Editora Nacional. 5ª Edição. São Paulo.
- 5 — «Na Capitania de São Vicente», de Washington Luís. Livraria Martins.
- 6 — «Os Municípios Paulistas», de Eugênio Égas. Publicação Oficial. 2º vol. 1925.
- 7 — «Capitanias Paulistas», de Benedito Calixto. Edição Duprat e Mayença. 2ª Edição. 1927.
- 8 — «Formação Histórica do Brasil», de J. Pandiá Calógeras. Companhia Editora Nacional. 7ª Edição. 1967.
- 9 — «Vinte e Nove de Outubro, dia de Glória para o Municipalismo Paulista», artigo de Francisco Martins dos Santos, no «São Vicente Jornal», de 29-10-1964.
- 10 — «Memórias para a História da Capitania de São Vicente», de Frei Gaspar da Madre de Deus. Weiszflog Irmãos. 3ª Edição. 1920.

(Conferência na Câmara de S. Vicente).

DISCURSOS DE POSSE E OUTROS

A. DELORENZO NETO

NOTAS SÔBRE BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS

(Lidas em sessão do Instituto Histórico e Geográfico de
São Paulo, em 6 de Junho de 1970)

I

A análise da política do 1.º Reinado e do Período Regencial nos permite analisar o esforço singular de alguns homens não só em prol da estabilidade do Governo, e, sim, da configuração das instituições em benefício da unidade da nação.

Foi uma época privilegiada em que apareceram estadistas do mais alto porte, fulgurantes de talento, inquebrantáveis pela dignidade e energia. Foram, realmente, os homens que forjaram o Estado brasileiro. E nessa forja de trabalho surge um grande artífice — **Bernardo Pereira de Vasconcelos**.

Referem os historiadores, como traços principais de sua atividade o ter sido Ministro da Fazenda em 1831 e 1832, e Ministro do Império e da Justiça de 1837 a 1839. Foi a figura predominante na Regência de Pedro de Araújo Lima, e os pontos mais retos de sua atividade criadora foram a elaboração do projeto de Código Criminal do Império, a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Público; e a criação do Conselho de Estado. Dêle afirmou Octávio Tarquínio de Souza: “O homem que seria talvez o mais lúcido doutrinador do Regime representativo no Brasil e um dos potentes construtores das instituições nacionais, encarnando do mesmo passo algumas das qualidades mais genuínas do espírito mineiro”.⁽¹⁾

Lembrar a figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos será lembrar a fase inicial da construção do Império.

Os nossos grandes historiadores já fizeram o levantamento da época imperial, e quiçá o mais arguto dêles, Octávio Tarquínio de Souza, nos traçou em painéis definitivos a “História dos Funda-

1) Cf. **História dos Fundadores do Império do Brasil**, Vol. V — **Bernardo Pereira de Vasconcelos**, Livr. José Olympio, Rio de Janeiro, 1957, pág. 9.

dores do Império do Brasil". Resta por certo melhor situar os homens em função das idéias e do meio social: esta última tarefa será objeto dos ensaístas da psicologia ou da sociologia política. Pois, através da ação dos homens, poderemos até interpretar a organização dos sistemas políticos.

II

A primeira fase da época imperial foi considerada uma das mais altas expressões do idealismo político, de acôrdo com a tese de Oliveira Viana. Ao analisar nossa evolução política, estabelece como ponto de partida duas espécies de idealismo: ⁽²⁾ a) o **idealismo utópico**, que não leva em conta os dados da experiência; b) o **idealismo orgânico**, que só se forma de realidade, que só se orienta pela observação do povo e do meio. Esta última forma de idealismo, nunca a praticamos; aquela tem sido o nosso grande pecado de cem anos. Êste apêgo ao idealismo utópico, é que explica, a seu ver, a razão única de não termos conseguido ainda, no longo espaço de mais de um século de independência, realizar a definitiva organização social e política do nosso povo. As primeiras gerações da Independência começavam a formar o seu espírito sob um sistema de educação intelectual que as afastava do conhecimento de nossa terra, da nossa gente, do nosso meio. A nossa primeira geração política, que presidiu à nossa organização constitucional e cuja influência tão considerável se estende por todo o 1.º Reinado, por tôda a Regência e vai até os primeiros decênios do 2.º Reinado — era constituída de um grupo de homens, cuja formação mental como que os condenava (na sua maioria) a serem nada mais do que idealistas utópicos; porque educados fora do país, com uma cultura tôda aprendida nas cátedras da histórica Universidade de Coimbra. Não há uma só das figuras dessa geração que não se houvesse formado nesse grande centro universitário. Ê o grupo dos Andradas. Ê Vasconcelos. Ê Monte Alegre. Ê Cayrú, é Caravelas. São Olinda, Baependy, Abrantes e tantos outros. Esta geração, assim instruída e educada à européia, mesmo mergulhada no meio de nossa rusticidade tropical, e no primitivismo de nossa vida partidária, continuava a pensar e a sentir à européia. Êsse idealismo utópico encontra, para as nossas primeiras gerações políticas, uma poderosa justificativa. Era mesmo impossível evitá-lo; tudo concorria para produzi-lo: a educação extra nacional das nossas elites, o ambiente de idealismo que então as envolvia, o estado ainda metafísico da ciência política.

2) Cf. **O Idealismo da Constituição**, Col. «Brasileira», vol. 141, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939, pág. 10 e segs.

Os nosso primeiros estadistas tinham diante de si três modelos incomparáveis, três fontes permanentes de idealismo político — a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. Cada uma dessas grandes nações oferecia-lhes um padrão sedutor de constituição política e de organização governamental.

Havia três ordens de idealistas:

a) os que ambicionavam transladar para nós o regime constitucional inglês, com o seu parlamento clássico;

b) os que desejavam estabelecer em nosso povo — as instituições políticas americanas com o seu espírito federativo e descentralizador;

c) os que pretendiam dar corpo e vida às utopias do nacionalismo dos enciclopedistas e pela imaginação sonhadora dos convencionaes franceses.

Os que seguiram a inspiração francesa eram os que se chamavam propriamente “liberais”: sua grande preocupação era o desenvolvimento do princípio democrático, por um lado, e, por outro, a organização das garantias individuais, das liberdades públicas, dos direitos do cidadão. Os que se orientavam pelo padrão inglês constituíam a falange dos “constitucionalistas” e dos “parlamentaristas” — porque pleiteavam a realização do espírito da Constituição de 1824, que era, segundo eles, o do parlamentarismo à inglesa. O grupo dos americanizantes era o dos “federalistas” — porque só compreendiam um governo federativo, para o Brasil e reagiam contra os que pleiteavam a monarquia unitária, isto é, contra os “parlamentaristas” e “constitucionalistas”.

Segundo a lição de Oliveira Viana, êsses três idealismos não eram utópicos em suas origens. Só o da França era realmente utópico, não só para os outros povos, como para si mesma — porque uma espécie de “ente da razão”, como diriam os metafísicos. Os Estados Unidos e a Inglaterra, ao contrário, eram então os centros do mais puro idealismo orgânico: seus ideais políticos provêm da intimidade de sua vida coletiva. Êsses ideais orgânicos revelados nas suas instituições políticas — **o federalismo de um; o parlamentarismo de outro; o self-government local de ambos** — só se tornaram utópicos quando transmigrados para outros povos, aplicados a outras sociedades, de estrutura e mentalidade diferentes da dos anglo-saxões.

III

A sociologia moderna esclarece que nenhuma sociedade é absolutamente criadora ou original: cada vez mais agimos sob a circulação de influências. A experiência social é irrenunciável como fonte de valores. Um grande mestre de Oxford, Gilbert Hight, insiste que a migração das idéias é que condiciona a civili-

zação. O admirável ensaísta que interpretou a evolução do processo institucional na política brasileira, parece-nos, foi severo ou injusto na apreciação da mentalidade dos estadistas do Império. Para contestá-lo dentro de um exemplo incontestável, basta verificar o ajustamento das iniciativas de Bernardo Pereira de Vasconcellos, à luz dos documentos de sua ação política. Avulta entre êles sua celebrada **Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais**, em cujos 20 capítulos se situa, em ampla perspectiva, o quadro social do Império em que as soluções propostas pelo estadistas emergiam das realidades de um rude contexto, ainda indiferente às sutilezas do formalismo político. Nesse texto ressalta ao leitor atual, uma lição de ética, pois, o Deputado da Nação engajado no compromisso da representação devia ser consciente de seu mandato. Dêsse texto secular apreciamos alguns tópicos que demonstram ser o estadista guiado pela visão do sociólogo, assentava seus projetos nas necessidades do meio, especialmente cuidando de despertar-lhe o progresso através da instrução e da indústria.

Declaro que: legislando sôbre a instrução pública, o principal cuidado foi sua vulgarização quanto fôsse possível; é deste modo que se poderão nivelar pouco mais ou menos as faculdades morais dos brasileiros e que se aniquilará essa dependência real, que as luzes de uma classe exerciam sôbre a cega ignorância da totalidade; dependência que tanto contribuía para a consolidação do cetro de ferro que por três séculos nos oprimia. Um dos mais profícuos meios de disseminar a instrução pelos membros de uma sociedade é a liberdade de imprensa; a experiência das nações cultas demonstra com evidência esta verdade. Como poderia uma nação chegar ao conhecimento do bom ou mau procedimento dos seus servidores, se não houvesse liberdade de o publicar pela imprensa? as informações raramente são exatas, quando os informantes não temem a pública censura. E como se obteria o conhecimento dos fatos de que se pede informação se a imprensa os não publicasse? de mais, é pela imprensa que se propagam os conhecimentos úteis. Ler, escrever, compor a gramática da língua pátria, deve ser o primeiro estudo de todos os membros de uma Nação; esta aplicação é a mais essencial. Para se disseminar por todo o Império tão necessária instrução, a Assembléa Geral autorizou os Conselhos dos Governos Provinciais para que com audiência das Câmaras criassem as escolas de primeiras letras, que fôsseem necessárias. E por que a educação do belo sexo contribui muito para a civilização dos Estados, devem também criar-se escolas de meninas em Cidades e Vilas mais povoadas.

Ainda com realismo advertia:

Pouco provento temos percebido das nossas escolas públicas, não tanto por serem a maior parte delas criadas em lugares pou-

co populosos, como por serem muito insignificantes os ordenados dos Mestres, o que não convidava para o magistério público os que tinham para êle necessária aptidão. Os dinheiros públicos em outro tempo eram com preferência empregados em desserviço da Nação e não sobravam para a Instrução pública... É portanto, de se esperar que o dinheiro, o favor e a intriga não distribuam mais mais tão importantes Emprêgos e que os mestres se apliquem assiduamente ao ensino da mocidade, como lhes cumpre.

Ainda em 1827, com a argúcia de um homem de 1970, se opunha à ampliação do ensino da língua latina, aos excessos do classicismo, nestes termos:

Atentem os Conselhos que o conhecimento da língua latina só conspira a fazer-nos conhecer alguns homens de gênio da anti-güidade, cujas obras se podem ler hoje nas línguas vivas, em que foram traduzidas; que o estudo desta língua é verdadeiramente de luxo; e que a principal obrigação do govêrno é ministrar com preferência aos povos os meios da instrução necessária, e êstes nos faltam.

Por ocasião da criação dos cursos jurídicos no Brasil, opôs-se à instalação da Faculdade em São Paulo, e por razões ecológicas sustenta sua preferência pela Província de Minas. Eis suas razões:

Eu digo que a Providência de Minas apresenta outras circunstâncias infinitamente mais vantajosas em muitas de suas Cidades ou Vilas respeitáveis pela sua população, riqueza, civilização, recursos, salubridade, abundância, etc. Basta saber-se que a Providência de Minas só por si contém a sexta e talvez a quinta parte da população de todo o Brasil. Ali o número de literatos é incomparavelmente maior que o da Província de São Paulo: ali há outros recursos, outra riqueza, outras circunstâncias que não podem concorrer na cidade de São Paulo, até passa como verdade incontestável que é uma das Províncias do Brasil, onde melhor se fala a língua portugüesa.

A sua percepção da atualidade econômica do século, compreendia o progresso através dos estímulos do Estado à livre iniciativa com um mínimo de regulamentação. Assim afirmava sua doutrina quanto à expansão da indústria:

É sôbre a indústria, que muito convém orientar a opinião pública... os governos não têm autoridade para se ingerirem ativa e diretamente em negócios de indústria, esta não precisa de outra direção que a do interêsse particular, sempre mais inteligente, mais ativo e vigilante que a autoridade. Quando há liberdade, a produção é sempre a mais interessante à Nação; as exigências dos compradores a determinam. O de que os povos precisam é de que se lhe guardem as garantias constitucionais; que as autoridades os não vexem, que os não espoliem, que se lhe não

arranquem seus filhos para com êles se fazerem longínquas terras: isto é, só isto reclama a indústria.

IV

Parece-nos que a explicação do mundo social não será possível sem a colaboração simultânea da história e da sociologia. A explicação sociológica tem por horizontes a integração direta em conjuntos, as correlações funcionais, as regularidades tendenciais e a causalidade singular. ⁽³⁾ Sob a perspectiva do sociólogo serão negativas as generalizações apressadas, os juízos de valor que se formulam sôbre as primeiras fases da época imperial. A sociedade colonial vivia sob padrões europeus, e seu processo de incorporação de fatores nacionais foi lento. O esforço de configurar a organização política da Nação, a partir da Independência, só foi possível graças à elite de estadistas que passou a receber o desafio do quadro social imerso na dispersão continental de nossa terra.

A obra de Bernardo Pereira de Vasconcelos, postulando reconhecer as verdadeiras circunstâncias do Brasil, demonstra em seu idealismo um esforço de organicidade. Ela permite avaliar em conjunto a obra do Primeiro Reinado.

Pôsto que num período de organização, sujeito a todos os embates provindos de uma nacionalidade que se forma, e que não estava verdadeiramente apta para o **self-government**, ao menos na totalidade dos seus elementos componentes; pôsto que, em consequência, as questões políticas e mais especialmente partidárias ocupassem em demasia o tempo e as atenções dos encarregados do Governo; pôsto que, em suma, tudo concorresse para retardar o progresso do país, êste, entretanto, se manifestou de maneira inconcussa em tôdas as atividades humanas. ⁽⁴⁾ Até à década de 40, o Brasil havia caminhado com segurança sob os diferentes pontos-de-vista econômico, social, moral, educacional, comercial, industrial, literário e científico. Foi uma época que eu denominaria de "pioneirismo institucional", cujos índices de desenvolvimento revelaram o surto da Nação brasileira. O exame atento da obra dos seus estadistas revela, provavelmente, que seu legado não foi recebido em têrmos de herança social ou de continuidade cultural. Ora, a República é que certamente extrapolara o comportamento político, desviando-se para novas formas do idealismo. O que é certo é que, a esta altura do século, renovamos a cada passo a nossa própria aventura, sem a certeza de que as novas opções sejam aquelas reclamadas pelas dimensões de nossa grandeza já vivida outrora.

4) Sôbre a colaboração entre história e ciências sociais, consultar a notável monografia de Carlos Rama — **Teoria de la História**, Editorial Tecnos, Madrid, 1968, pp. 43-58.



Ao agradecer ainda uma vez a generosa acolhida nesta Casa ilustre, desejo, em face das inspirações que pude colher na obra insigne de nosso Patrono, — afirmar o valor pragmático do passado. Afirmar que não podemos renunciar ao culto de nossos grandes homens. Eles respondem pelo valor do passado, em sua constante mensagem para educar os homens, continuar a cultura, renovar nossas crenças, ajudando a permanência da Pátria.

Em 6 de julho de 1970.

Lida em sessão do **Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, sob a presidência de Aureliano Leite.

4) Cf. O interessante estudo de Roberto Jorge Haddock Labo — «O Primeiro Reinado», in **Revista do Brasil**, 1ª fase, vol. XVII, nº 109, São Paulo, Janeiro de 1925, pg. 47-48.

APÊNDICE

Esquema da

Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais

Capítulos

- I — Das circunstâncias do Brasil
- II — Do Regimento Interno
- III — Lei que fixa os dias de festividade nacional
- IV — Leis sôbre a saúde pública
- V — Leis peculiares a algumas províncias
- VI — Leis regulando o recurso ao trono em caso de sentenças de morte
- VII — Leis sôbre a população
- VIII — Leis sôbre a indústria
- IX — Das obras públicas
- X — Dos Direitos políticos e civis
- XI — Leis sôbre o exército e artilharia da Marinha
- XII — Leis sôbre a Família Imperial
- XIII — Sôbre a Administração da Justiça
- XIV — Sôbre a Administração da Fazenda
- XV — Sôbre a Instrução Pública
- XVI — Leis sôbre Impostos
- XVII — Lei do Orçamento
- XVIII — Da lei do Crédito Público
- XIX — Sôbre a observância da Constituição e das Leis
- XX — Conclusão

DOM JOAQUIM JOSÉ VIEIRA

ANTÔNIO ANTUNES ALVES

Tendo merecido a honra insigne de ser acolhido como sócio honorário desta ilustre agremiação, que reúne em seu seio os valores exponenciais da cultura histórico-geográfica de S. Paulo, cabe-me, de início, confessar-vos a minha gratidão por haverdes premiado um modesto professor interiorano com uma das mais altas distinções a que poderia aspirar, depois de quarenta anos de magistério, dedicados quase que totalmente ao estudo e ao ensino da grande “Mestra da Vida”, paralelamente à tarefa nobilíssima da formação moral e cívica da mocidade do Brasil.

Aos amigos que me distinguiram com o seu voto para o meu ingresso nesta sociedade, aos colegas, amigos e ex-alunos que compartilharam a minha alegria, à ilustre Câmara Municipal e ao Conselho Particular Vicentino de Itapetininga que se dignaram de votar u’a moção de congratulações e de aplausos pela honrosa investidura que recebi, aqui ficam externados os meus mais sinceros agradecimentos.

Não posso, nesta hora apogística de minha carreira de professor e de cidadão brasileiro, olvidar os incentivos, o carinho e o calor da presença e da solidariedade de minha família, sobretudo de minha espôsa e de meus filhos e netos.

Caríssimos amigos!

É costume, é tradição e é regimental tenha cada sócio, nesta casa, um patrono, que será como que o seu guia, o seu inspirador, o seu nome tutelar.

Desde os primeiros passos dados por meus dignos confrades em pról de minha candidatura e para a minha escolha, tive o pensamento voltado para uma das maiores figuras da história eclesiástica do Brasil, cujo nome não só honrará a minha presença nesta casa, como ainda brilhará, qual estrêla de primeira grandeza, na esplêndida constelação dos ilustres cidadãos, que enriquecem a galeria dos eméritos patronos dos imortais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Refiro-me à figura venerável do ilustre, virtuoso e santo sacerdote itapetiningano — D. Joaquim José Vieira — o benquisto ex-Vigarinho de Campinas, o inesquecível Bispo do Ceará e Arcebispo titular de Cirro.

Poucos homens se projetaram na tela da História com brilho tão intenso e com uma bagagem de méritos incontestáveis, como o ilustre sacerdote que escolhemos para patrono.

Digníssimos confrades!

Averiguado está que tôdas as ações humanas, que todos os fatos históricos são o produto de múltiplos fatores, entre os quais se encontram os chamados fatores mesológicos.

É a História, portanto, a resultante de dois fatores — o homem e o meio, o que levou o historiador da Inglaterra Buckle a dizer: “o homem modifica a natureza e a natureza modifica o homem”, frase esta que é o lema da escola ântropo-geográfica.

Considerando o homem como um composto que é de espírito e matéria, verificamos que a alma, ao agir, tem de enfrentar não só os fatores externos, como os próprios estímulos internos do indivíduo.

Michelet, observando êste choque perene de elementos opostos, definiu a História como sendo “a narração da interminável luta do homem contra a natureza, do espírito contra a matéria, da liberdade contra a fatalidade, luta esta começada com o mundo e que só terminará com o próprio mundo”. Assim, em tôdas as ações individuais e, conseqüentemente, em tôdas as ações coletivas, chamadas fatos históricos, a vontade livre do homem é contrariada pelo meio físico, pelo clima, pela latitude, pela altitude, pela raça, pela hereditariedade, pelo temperamento, pela educação e, até, pela influência dos astros, como nos ensinavam os caldeus há muitos milênios.

Sôbre a influência de tais fatores, as opiniões são interessantes e desencontradas.

Alguns são exclusivistas: admitem que tudo no mundo, quer na vida individual, quer na vida dos povos, depende de um único fator, como quer o fatalismo geográfico de Ratzel; outros já aceitam a concorrência de várias causas, mas dão preeminência a estas em prejuízo daquelas; alguém afirma a existência de certos fatores que são negados por outrem.

Há tantas doutrinas quantas sejam as escolas filosóficas: o semi-fatalismo de Maquiavel, o providencialismo de Bossuet, o determinismo psicológico de Buckle, o fatalismo geográfico de Ratzel, o possibilismo de Vidal de La Blache, o “acaso histórico” de Henri Berr, etc.

Assim para Maquiavel, que elaborou a teoria do semi-fatalismo, baseado no movimento das esferas, tudo é pre-estabelecido e dominado pela evolução circular do Universo, estando o homem sujeito a êste princípio: o homem se multiplica, invade a terra; e, quando o mundo regorgita de habitantes, as esferas o despoçam pelas pestes, fome e inundações, para que a humanidade recomece a sua faina, num eterno esforço sisífico.

Para Bossuet que bosquejou a doutrina do providencialismo, “Deus intervém na direção das coisas humanas, obrigando constantemente a natureza a sair das leis por Ele próprio estabelecidas. É um Senhor despótico, absoluto, cuja vontade constitui o único vínculo que mantém a ordem no Universo. É este providencialismo absoluto, segundo o qual “Dieu fait tout, il voit, dès l'éternité, tout ce qu'il fait”.

Voltaire, às vêzes, atribui os fatos à providência, quando diz: “la providence fait tout, providence, tantôt terrible e tantôt favorable, devant laquelle il faut également se prosterner dans la gloire ou dans l'opprobre”.

Outras vêzes nos atribui ao acaso, quando escreve: “Une fatalité oveugle gouverne les affaires du monde”.

Montesquieu, Condorcet, Herder, Comte, Vico, Buckle e outros ainda engendraram interessantes teorias para explicar os acontecimentos humanos à luz de seus pendores filosóficos, uns por meio do livre arbítrio e outros por meio do determinismo, quer mecânico, quer fisiológico, quer psicológico.

Há, modernamente, uma tendência em atribuir importância capital aos fatores econômicos. São os adeptos da corrente marxista, do materialismo histórico, que partem do postulado de Karl Marx: “A história é uma eterna luta de classes subordinada aos fatores econômicos”.

Do estudo de tôdas estas doutrinas, do confronto de tôdas estas opiniões tão diversas e aceitando-se a máxima — **in medio virtus** — chegamos à seguinte conclusão: o espírito tem forças imanentes que lhe facultam agir livremente, dentro, porém, de certos limites, que lhe são impostos pelos demais fatores, quer internos, quer externos, incluindo-se também a Providência.

Somos, pois, partidários de um providencialismo moderado. Examinando-se a vida de certos homens, estudando-se a história da humanidade, encontram-se a cada passo, fatos que só podem ser explicados por uma intervenção providencial.

Não são só os fatos narrados pela Bíblia como o salvamento de Moisés pela princesa Thermutis, a passagem dos hebreus pelo Mar Vermelho, a pés enxutos, a sua permanência por quarenta anos no deserto, a tomada de Jericó, a vitória de Exequias sobre Senaquerib, rei da Assíria e a salvação da Betúlia, pela heroína Judith, assassinando a Holofernes.

Mas é preciso reconhecer uma intervenção sobrenatural na Batalha da Ponte Milvia, quando Constantino venceu a Maxêncio, após divisar no Céu a célebre cruz de fogo e a divisa “In hoc signo vinces”; na França do século XV, quando Joana d'Arc, levantando o moral abatido dos franceses, obrigou os ingleses a levantarem o cerco de Orleans, preparando a restauração do território francês, ocupado pelo inimigo; e, na França do século XX,

quando Joffre impõe aos alemães a retirada do Marne, no momento crítico em que tudo levava a crer na iminente queda de Paris.

Nesta ordem de idéias, consideramos D. Joaquim José Vieira, uma figura do homem providencial, que surge de tempos em tempos para o desempenho de tarefas sobrehumanas, e com o qual a Providência nos brinda para ajudar-nos a vencer os percalços da vida, para nos lenir as dores, para nos guiar no caminho certo, rumo à eternidade. Não se infira de nossa afirmativa que somos fatalistas, ou daqueles providencialistas cegos de que nos fala Bossuet. Mas cremos na existência de homens excepcionais, que Deus às vezes nos suscita para a realização de uma obra meritória em benefício da humanidade. São os heróis semi-deuses da Grécia antiga, são os varões plutarquianos ou os homens célebres de Carlyle.

A História está cheia de tais exemplos. Na luta pelas grandes causas políticas e sociais, aí estão os Cipiões e os Gracos na Roma antiga, Santa Genoveva, a salvadora de Paris, Santa Joana d'Arc, a restauradora da França, Carlos Magno e o próprio Napoleão, de quem Vitor Hugo admitiu a missão providencial de consolidar a Vitória da Revolução Francesa, dizendo ao justificar a derrota de Waterloo, que isto aconteceu, porque aprouve à Providência dizer: "Basta Napoleão, a tua missão está cumprida".

E em todos os campos das atividades humanas tem havido e haverá sempre homens providenciais, nas ciências, nas letras, nas artes, na jurisprudência, na política, na medicina, etc. Citemos alguns em abono desta tese: os cientistas Hipócrates, Pasteur, Jenner, Fleming e Sabin; os artistas Fídias, Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci, Murilo, o Aleijadinho de Vila Rica, Portinari; os musicistas Palestrina, Wagner, Verdi, Rossini, o Pe. José Maurício e Carlos Gomes; os poetas Sófocles, Ésquilo, Horácio, Virgílio, Tasso, Guerra Junqueiro, Castro Alves e Guilherme de Almeida; os grandes juristas como Ulpiano, Lombroso e Rui Barbosa. Na vida religiosa, a começar pelo eleito, por excelência — Jesus Cristo, tivemos o Apóstolo Paulo, São Francisco de Assis, Santa Teresa de Jesus e São Vicente de Paulo, o chamado apóstolo da caridade.

Digníssimos consócios.

D. Joaquim José Vieira, nascido em pequena cidade do interior paulista, embora em meio humilde, trouxera em si, apesar de seu vulto pequenino, a marca dos eleitos e, como tal, realizou obras grandiosas e imortais que muito bem podem enquadrá-lo no rôl dos homens providenciais.

Nasceu D. Joaquim em Itapetininga, a 17 de janeiro de 1836, sendo seus pais o Major Manoel José Vieira e d. Maria Theolinda de Souza. Era, pela linha paterna, descendente de Domingos José

Vieira, um dos fundadores e povoadores daquela cidade que está comemorando êste ano o seu segundo centenário de fundação.

Jovem ainda, foi encaminhado para o Seminário de S. Paulo, onde, desde logo, revelou suas excepcionais virtudes e inteligência, além de um bom começo de cultura.

Neste cenáculo, teve a felicidade de contar com mestres ilustrados como o seu Reitor, o notável orador Frei Eugênio de Rummilly, o vice-reitor Frei Firmino de Centelhas, que era profundo conhecedor da Filosofia da História e o notável astrônomo Frei Germano d'Annecy. Além destes, pertenciam àquele seminário o grande filósofo Frei Francisco de Visonatti, o notável retórico Frei João de Montefiori e o grande músico Frei Generoso.

Contando com tão bons mestres, três anos após o seu ingresso no Seminário onde fez brilhante curso de Filosofia e de Teologia, era ordenado presbítero, na cidade de Itu, pelo eminente Bispo D. Antonio Joaquim de Melo, a 25 de março de 1860.

Depois de uma curta passagem, como coadjutor e pároco de Paraibuna, foi designado em agosto de 1860 para dirigir a paróquia de Campinas, da qual tomou posse em 2 de setembro seguinte. Recebido, a princípio, com certa frieza pela população campineira, não só pela sua pouca idade, como também pela sua pequena estatura, o que lhe valeu o epíteto de — Vigarinho, foi pouco a pouco conquistando a amizade, o respeito e a consideração de seus paroquianos, pela sua simplicidade, sem afetação, pela sua austeridade sem rigorismos e, sobretudo, pela sua serenidade e pela sua bondade cativante. Dentro em breve era o Vigarinho o ídolo de seus fiéis campineiros. Três anos mais tarde, exatamente em 1863, como então estivesse a Igreja subordinada ao Estado, foi a paróquia de Campinas posta em concurso, para o qual se apresentaram 15 candidatos entre os quais o Padre Joaquim José Vieira. Terminados os exames, verificou-se que o Padre Joaquim, após brilhantíssimas provas, obteve o maior número de pontos na classificação final.

O examinador Padre Doutor Manoel Joaquim do Amaral Gurgel disse, a respeito da sua aprovação, que “em São Paulo nenhum sacerdote fez exame mais brilhante até o presente”.

Suspeitando da possibilidade de não ser, pela política dominante, respeitado o veredicto da Comissão Examinadora, a Câmara Municipal de Campinas enviou respeitosa representação ao Imperador, solicitando a nomeação do Padre Joaquim José Vieira para a paróquia de Campinas, representação esta na qual se continham palavras e expressões as mais justas e elogiosas ao sacerdote recomendado.

Infelizmente, porém, o gabinete liberal dessa época, fazendo a inescrupulosa costumária política, preteriu o digno candidato

aprovado em primeiro lugar e nomeou outro pároco para a cidade de Campinas.

O Padre Joaquim José Vieira, despojado de seus direitos, demonstrou uma grandeza d'alma inigualável; não se queixou, não acusou a quem quer que fôsse, não reclamou e, ao contrário, entregou-se ao grande sonho que de há muito acalentava, qual o de dotar Campinas de um hospital para a pobreza desválida e de um asilo para órfãos.

Durante cêrca de vinte anos trabalhou ininterruptamente e com a maior dedicação, para a realização de seus projetos, conseguindo, em 16 de agosto de 1876, entregar pronto o edifício da Santa Casa à Irmandade de Misericórdia, cujo **Compromisso** havia sido aprovado em 24 de outubro de 1873.

Pouco antes da conclusão do hospital foi eleita, em 6 de fevereiro de 1876 e empossada em 20 de fevereiro seguinte, a Primeira Missa Administrativa do novo hospital, a qual teve como primeiro provedor o Padre Joaquim José Vieira, dela participando figuras ilustres daquela época, como Bento Quirino dos Santos, Dr. Antonio Carlos de Moraes Sales, Dr. João Ataliba Nogueira (Barão de Ataliba Nogueira), Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, João Bierrembach, Tenente-Coronel José Egídio de Souza Aranha e outros.

A inauguração do Asilo de Órfãos, outra grandiosa obra do ex-Vigarinho, só se deu mais tarde, em 15 de agosto de 1889, quando o querido Padre Vieira já não mais residia em Campinas.

Antes, porém, foi S. Revdma. nomeado Cônego da Catedral de São Paulo e agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo, pelo governo imperial, que ainda lhe concedeu o título de Conselheiro, inerente ao cargo de bispo diocesano.

O Instituto Histórico Brasileiro também o homenageou, distinguindo-o com o diploma de sócio.

Os Anais da História Campineira registram um incidente ocorrido no segundo semestre de 1878 entre o então Cônego Vieira e o Imperador D. Pedro II que se achava em visita à cidade de Campinas.

Por essa época ainda sangravam os corações dos sacerdotes e dos fiéis católicos, pelo fatal desfecho da chamada questão religiosa, em 1874, a qual terminara com a condenação dos Bispos D. Vital de Oliveira e D. Antonio Macedo Costa.

Depois de vários passeios pela cidade, S. Majestade resolveu visitar a Igreja Matriz, em cuja porta se encontrava apenas um modesto sacristão, enquanto na sacristia se conservava, calmo e indiferente, o Cônego Joaquim Vieira. Um colunista da "Fôlha da Noite", relembrando êste fato em 1947, assim o descreve: "Aviado da visita imperial, limitou-se a dizer ao pobre sacristão assustado: — Receba-o, meu caro e mostre-lhe a nossa Matriz.

Eu é que não irei recebê-lo. Faça-lhe as honras se quiser, ouviu? Se quiser . . . E nada mais retrucou o impassível sacerdote.

Neste interim, uma porta se movimentou, abrindo de par em par, emoldurando a silhueta de D. Pedro, que varara Igreja a dentro, devido à demora de ser recebido e que escutara as últimas palavras do Cônego Vieira. E como se nada tivesse ouvido, adiantou-se para o Padre e estirou-lhe as mãos, com respeito. O Cônego Vieira olhou-o de alto a baixo. Houve um minuto de silêncio. Os dois se mediram sem uma contração de músculos no rosto. Impassível, calmo, modesto, porém altivo, o sacerdote falou meio trêmulo: — Perdoe-me Majestade. Mas não posso, de maneira alguma, estender a mão para apertar a sua, que assinou a condenação de dois bispos respeitáveis da nossa Igreja!

D. Pedro, nobre, circunspecto, com gestos bondosos, não proferiu uma só palavra. Parecia até que nada acontecera.

O incidente desagradável não abalou seus nervos de aço. Continuou a visita, perfeitamente sereno, percorrendo minuciosamente todos os recantos da Matriz.

À saída, parou junto ao sacristão e, em surdina, perguntou-lhe quase ao ouvido: — Qual o nome do pároco desta Igreja?

— Cônego Joaquim José Vieira, Majestade. E, a cofiar a barba cuidada, subiu à carruagem que rodou puxada pela parilha relinchante”.

Caros consócios! Cinco anos depois dêste incidente, achando-se vaga a diocese do Ceará, D. Pedro II, por decreto imperial de 3 de fevereiro de 1883, nomeava para o elevado cargo de Bispo daquela diocese, ao itapetiningano ilustre, o Cônego Joaquim José Vieira, o ex-vigarinho de Campinas, o sacerdote impávido que conhecera, de maneira tão interessante, naquela cidade paulista.

Sagrado bispo, em cerimônia pomposa, a 9 de dezembro do mesmo ano, na Igreja Matriz de Campinas, por S. Exa. Revma. o cearense D. Lino Deodato de Carvalho, bispo diocesano de S. Paulo, seguiu D. Joaquim para o Ceará, onde chegou a 24 de fevereiro de 1884, tomando posse imediata de sua circunscrição eclesiástica.

À frente de sua diocese, D. Joaquim revelou, desde logo, as suas excepcionais qualidades de chefe batalhador, honesto, altivo, sereno, enérgico e bondoso.

Percorreu o Ceará em todos os sentidos, andando mais de quinhentas léguas a cavalo, por ínvios caminhos, no desempenho de seu munus episcopal. Pregou, evangelizou, trabalhou indefessamente, sempre lutando contra crendices e superstições, combatendo os erros que infestavam os sertões cearenses, entre os quais o chamado Cisma do Joazeiro, chefiado pelo Padre Cícero Romão Batista, o qual chegou a viajar para Roma, a fim de apresentar queixas ao Papa, contra o virtuoso prelado de sua diocese.

O articulista da "Fôlha da Noite" a que já nos referimos, assim descreve o desfecho desta crise: "D. Joaquim profligou o êrro, desmascarou a farça. A vitória do intrépido defensor da fé foi completa. A Santa Sé aprovou todos os seus atos, estigmatizando os supostos milagres dos sertões cearenses. Padre Cícero foi suspenso de ordens".

A D. Joaquim se devem no Ceará: a constituição definitiva do patrimônio da diocese, a reorganização do Seminário Diocesano, a fundação do Colégio "Jesus, Maria José", em Fortaleza, o Externato S. Vicente de Paulo e a Escola dos Meninos Desvalidos, além de outras obras de menor vulto.

No terreno espiritual convocou D. Joaquim Vieira o clero cearense para reunir-se em um Sínodo diocesano em janeiro de 1888, cujos trabalhos frutíferos se encerraram com a promulgação, por S. Exa. Revma., das "Constituições Sinodais da Diocese", trabalho êste que mereceu os aplausos do Episcopado brasileiro e até de Roma. Pensando em propiciar a seu clero um futuro digno, numa velhice isenta de misérias, quando o sacerdote não pudesse mais trabalhar, D. Joaquim criou uma sociedade intitulada "União do Clero", que tinha por finalidade socorrer e amparar todos os Padres velhos ou doentes, sujeitos à indigência.

Ainda à testa de sua diocese, foi D. Joaquim convidado para dirigir a arquidiocese de S. Paulo, o que não aceitou, não somente por sua avançada idade, como ainda por sua excessiva modéstia.

Após quase trinta anos de ingentes serviços prestados à Diocese do Ceará, D. Joaquim José Vieira, já alquebrado pelos anos e pelos pesados encargos de seu episcopado e pela enfermidade, resignou o cargo em 1912, passando, mais tarde, a residir humildemente em Campinas.

S. Santidade, o Papa, querendo premiar tão virtuoso e distinto prelado, houve por bem nomeá-lo Arcebispo titular de Cirro.

Por ocasião do passamento do querido Bispo do Ceará, poucos anos mais tarde, tôda a imprensa cearense lhe dedicou sentidos necrológicos que bem retratavam os serviços prestados por S. Revma. àquele Estado, onde era êle muito benquisto e adorado.

Entre outras coisas disse a "Fôlha do Povo": "Não podemos avaliar o imenso bem prestado ao Ceará por D. Joaquim. Quando moço ainda, percorreu tôda a diocese para conhecer as suas necessidades.

Erat lucerna ardens e lucens.

Era uma luz ardente e brilhante que sempre profligava e combatia os êrros, mantendo intacta a doutrina da Igreja contra abusões e superstições.

A Casa de S. Francisco de Canindé tem em D. Joaquim o seu maior benfeitor. O Externato S. Vicente de Paulo, fundado por êle, é frequentado, na semana, por mais de quinhentas meni-

nas pobres e, aos domingos, por cêrca de trezentas môças pobres.

Como bom pastor D. Joaquim não se descuidou do Seminário, cujo patrimônio chegou a mais de cem contos e aumentou sobremaneira os bens da diocese. Fundou a Escola dos Meninos desválidos, frequentada por mais de duzentos e cinqüenta meninos.

Era um homem simples e reto, que temia a Deus e evitava o mal. Sua bolsa vivia sempre aberta para socorrer a pobreza e suas palavras enérgicas e cheias de fé, amparavam e consolavam muitas almas que se desviavam do caminho do dever”.

Caríssimos Consócios

Em Campinas passou o saudoso bispo a residir numa pequenina casa do Parque da Misericórdia, a qual possuía uma tosca e escassa mobília, de acôrdo com sua modéstia e com sua humildade.

Vítima de uma queda, levou em seus últimos anos, uma verdadeira vida de asceta, transportado em uma pequena cadeira de rodas. Apesar disto, continuou, com assiduidade, a praticar todos os exercícios religiosos, inclusive celebrando missas, frequentando retiros, comparecendo a reuniões do clero da diocese, sempre ostentando, com um sorriso nos lábios, a sua bondade inata, a sua paciência, a sua resignação cristã.

Finalmente, a 8 de julho de 1917, fechou os olhos para a luz dêste mundo, a fim de receber, no Céu, a recompensa merecida pelas suas virtudes, pelos seus trabalhos apostólicos, pela sua fé inabalável, pela sua santidade, em suma.

Sua morte, que cobriu de luto tôda a população campineira, teve larga repercussão nacional. Além das manifestações mais sinceras do povo e da imprensa, teve ainda a consagração dos poderes públicos, recebendo homenagens póstumas da Câmara Municipal de Campinas, da Câmara dos Deputados de S. Paulo e das duas casas do Congresso Nacional.

O jornal “Estado de S. Paulo”, sempre parco em elogios, dedicou-lhe sentido necrológico, do qual salientamos os seguintes trechos: “Conhecida a notícia do falecimento do Sr. D. Joaquim, ocorrido numa dependência da Santa Casa, onde êle residia, afluíram para ali inúmeras pessoas de tôdas as classes sociais. À tarde começou uma verdadeira romaria para a Capela da Boa Morte, onde o cadáver se achava exposto, e não havia ninguém que deixasse de sentir os olhos marejados de lágrimas ao contemplar a figura inerte do velhinho áustero e bondoso que foi, incontestavelmente, um dos grandes beneméritos de Campinas.

Na nave do pequeno templo, repleto de fiéis, foram iniciados os ofícios fúnebres; em tórno à essa, havia uma indizível mágoa. Fora, no espaçoso átrio, comprimia-se a multidão que extravasava do templo; mais abaixo, envolto na tristeza do dia, o busto em

mármore do venerando fundador da Santa Casa dominava o quadro, no atestado belo do poder da caridade, que foi sempre o farol que guiou os oitenta e dois anos de uma vida que se extinguiu, para deixar em nossas almas a expressão esmagadora da saudade. Uma das provas do muito afeto que a nossa população votava ao saudoso bispo, foram as lágrimas que se viam brotar em todos os olhos, durante os officios fúnebres”.

O testamento do saudoso ex-Bispo do Ceará é uma página admirável de fé e de bondade, refletindo nitidamente a sua alma cândida e santa. Nêle há trechos dignos de serem conhecidos por todos e que merecem ser transcritos.

Depois do introito em que revela sua inabalável crença nos dogmas da Igreja Católica e de declarar haver nascido em Itapetininga, sendo filho de Manoel José Vieira e de D.^a Maria Theolinda de Sousa, revela êle, em poucas linhas, a sua humildade e as virtudes que exornam seu coração boníssimo, quando diz: “Quis a divina providência elevar-me ao episcopado, que muito hesitei em aceitar, não só por minha insuficiência para o bom desempenho de tão alta quão espinhosa missão, como também, porque no seu exercício seria obrigado a contrariar alguém, o que era sempre penoso ao meu coração.

Nunca nutri ódio a quem quer que fôsse; nunca exerci vingança contra pessoa alguma, não só porque isto repugna ao meu caráter e porque tenho sempre em lembrança as memoráveis palavras do Divino Mestre, pronunciadas no alto da cruz — “Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que fazem”. Se, no entanto, alguém tiver motivo razoável de queixa de minha pessoa, peço me perdoe, por amor de Deus, assim como eu, de coração, perdôo a todos os que possam ter-me feito ofensas e injustiças.

Não possuo bens de fortuna: os que tive, dei-os todos em vida.

A minha cruz peitoral deixo à Santa Casa de Campinas. Deixo o meu báculo ao Exmo. Sr. D. Lúcio Antunes de Souza, bispo de Botucatu, a cuja diocese pertence a terra de meu nascimento — Itapetininga.

À Sociedade “União do Clero” doe a minha biblioteca e a pequena mobília de minha casa.

Os meus anéis, que todos me foram dados em S. Paulo, deixo-os, em lembrança: 1.º) o pontifical ao Exmo. Sr. D. Nery, bispo de Campinas; 2.º) o anel com a effigie de Nossa Senhora das Dores deixo-o a Monsenhor Liberato Dionísio da Costa, da diocese do Ceará; 3.º) o de ametista clara deixo-o a Monsenhor Vicente Godofredo Macahyba. A minha cruz de ouro com cadeia do mesmo metal, que me foi dada pelos devotos de Nossa Senhora das Dores, da paróquia de Santa Cruz, de Campinas, deixo-a ao Revmo. Vigá-

rio desta freguesia, para ser aplicada na devoção da mesma Senhora das Dores, da referida freguesia”.

A parentes deixou D. Joaquim apenas uma pequena cruz de ouro e corrente à sua sobrinha D. Ana Genoveva, espôsa do Dr. Leonce Pinheiro, ex-juiz de direito de Sarapuí e um relógio e corrente a seu sobrinho Eulálio de Souza Vieira”.

Ao finalizar o seu testamento, acrescentou o piedoso arcebispo de Cirro: “Se, ao tempo de minha morte, alguma coisa restar de meu funeral, que desejo se faça com tôda a modéstia, deverá tal sobra ser dividida entre as Conferências de S. Vicente de Paulo e a Associação das Damas de Caridade, de Campinas”.

Este testamento é uma página edificante que bem demonstra as altas qualidades morais e as excepcionais virtudes de seu autor.

Caros Consócios!

Por ocasião das homenagens póstumas prestadas a D. Joaquim no trigésimo dia de seu falecimento, foi publicada em Campinas uma Poliantéia, que é um verdadeiro florilégio, onde resplandecem as manifestações de amizade e de admiração ao morto querido. É um verdadeiro jardim florido, onde se encontram as mais belas flôres de eloquência, das quais se evolvem os olores suaves, da amizade, da justiça e do reconhecimento, incensando a memória veneranda do santo sacerdote. Não podemos fugir à tentação de transcrever algumas passagens dessas orações, dêsses artigos, para encerrar condignamente este modesto trabalho biográfico.

A primeira flor nos é oferecida por um dos mais eminentes beletristas patricios, natural do Ceará — Gustavo Barroso, que, menino ainda, conheceu D. Joaquim durante uma “procissão de entêrro”, que se realizava em Fortaleza, em fins do século passado. Recordava-se, em 1917, de sua apresentação àquele prelado, por seu pai, que lhe dizia: “Venha cá. D. Joaquim quer conhecê-lo. “Beije-lhe a ametista facetada. Uma de suas mãos anediu-me os cabelos e sua doce voz perguntou-me se era estudioso e obediente. Ouvi meu pai dizer: — Deves querer bem a D. Joaquim. É meu compadre e meu amigo, padrinho de tua irmã. É um santo, deves querer-lhe bem.

Fui despedir-me dêle quando deixei o Ceará, em 1910. Abraçou-me e falou desta sorte: — Seja feliz, meu filho.

Mais tarde os jornais anunciaram que resignara o bispado. Estive a bôrdo do paquete que o trouxe ao Sul. O seu olhar era cada vez mais cheio de bondade, os seus traços cada vez mais impregnados de humildade cristã e sua voz mais lhana, mais doce, mais amiga, espalhava sôbre a alma o bálsamo de uma ilimitada tolerância. D. Joaquim tinha a insatisfação natural das almas caridosas e sem orgulho.

Achava que fizera pouco, quando tinha feito muito e muito, quando havia dado, à sua paróquia e à sua diocese, bens, estudos,

vigílias, energias, o melhor de sua vida laboriosa e pura, devotamento sem reservas, perseverança, paciência, doçura inalterável, finura diplomática, amor do heroísmo obscuro, sendo o mediador das sizânias, o pacificador das lutas, o construtor das escolas e hospitais, ponderado e justo, clemente e tolerante, reto e delicado.

Na Câmara Federal disse ainda Gustavo Barroso: "A ação de D. Joaquim José Vieira no Ceará — social, religiosa, caritativa foi imensa. Basta lembrar que êle, atravessando períodos difíceis, superando todos os obstáculos, conseguiu fundar o patrimônio do bispado, que nada possuía, conseguiu fundar uma escola, conseguiu manter o Seminário, dirigindo, sempre de modo benévolo e digno, todos os negócios da Igreja cearense.

Era estimado, amado, venerado, pode-se dizer mesmo — adorado no Ceará. Sua caridade nunca se esgotou; seu palácio, sem alfaias, sem mobiliário, sem tapetes, sem riquezas de espécie alguma, era aberto a todos os necessitados e tudo quanto êle recebia dos seus emolumentos religiosos dava aos pobres.

D. Joaquim morreu na maior pobreza; as únicas coisas que deixou no seu testamento foram as insígnias de bispo — o báculo, o anel, o vestuário. Nada mais possuía, porque tudo quanto lhe pertencia dera aos pobres. Na época atual, D. Joaquim ressuscitou o tipo dos antigos bispos cristãos, verdadeiro pastor das suas Voragine na sua obra "Legende Dorée".

Que as bênçãos de sua nobre terra e da minha terra infeliz cubram o seu nome: "ad multos anos".

D. Otávio, bispo de Pouso Alegre, assim se referiu ao nosso patrono: "D. Vieira exerceu, no mais intenso grau, a supremacia do amor. O seu coração estava sempre aberto, estendendo a todos o amplexo da amizade, da bondade ou da caridade. Da mesma fonte partia o afeto que distribuía aos amigos, a afabilidade que dispensava a quem quer que fôsse, a abnegação com que procura amenizar os sofrimentos humanos. Abrigou enfermos e órfãos. Consolou muitas dores. Encanecou na prática do bem, espargindo os tesouros de sua alma generosa e santa. Soube amar e foi amado. Morreu. Mas é um morto que vive no coração de todos".

Exaltando a bondade do saudoso D. Joaquim Vieira, Antão de Moraes escreveu: "Por entre os vários aspectos que se pode encarar a vida de D. Joaquim José Vieira, compraz-me o espírito em deter por alguns instantes ante a bondade — virtude de que jamais se divorciou e que lhe constituiu o fundo mesmo da organização moral. Na gratidão de todos os coetâneos, na justiça de todos os pósteros, a veneração de seu nome esplenderá irradiando um halo aureolar de luz fulgente e bela. A bondade lhe assegurará êsse triunfo. Como é bom ser bom".

Monsenhor Camilo Passalacqua, em suas Reminiscências, conta-nos que, quando seminarista, foi muitas vezes hóspede do então

cônego Vieira, de quem se tornara amigo íntimo. Quando indigitado para dirigir a diocese do Ceará, D. Vieira chegou a dirigir ao jovem Padre Passalacqua uma carta na qual pedia, humildemente, a sua opinião sobre se deveria ou não aceitar aquela alta investidura. Em resposta o consultado respondeu mais ou menos o seguinte: — “O meu humilde parecer é que requisito algum canônico lhe falta, para ser um grande bispo”.

“O que foi o episcopado de D. Vieira, escreveu Monsenhor Passalacqua, todos o sabemos. Uma página ou muitas páginas que fulgurarão nos anais de nossa história eclesiástica, qual Hino a cantar no tempo a sua fé robusta, a sua caridade ardente, a sua edificantíssima abnegação evangélica e, na eternidade, a merecida glorificação”.

D. Epaminondas, bispo de Taubaté, assim se referiu ao nosso biografado: “D. Joaquim José Vieira foi realmente um bom: por isso, a exemplo d’Aquele que é a bondade por essência, passou a sua longa e preciosa vida beneficiando, espargindo bênçãos e difundindo benefícios. É a razão pela qual a sua memória bendita será eterna. Bom cidadão, bom cristão, bom pastor, D. Joaquim José Vieira, bom vigário de Campinas, benfazejo fundador de sua importante casa de caridade, bondoso Bispo do Ceará, bondosíssimo Arcebispo de Cirro, boníssimo amigo de Deus e do próximo, soube cumprir, digna, fiel e proveitosamente, a sua nobre missão.

Eu, pois, me curvo reverente, eu me prostro, cheio de admiração diante de sua abençoada memória”.

Ouçamos agora a palavra, não de um sacerdote, mas de um eminente homem público, que foi Carlos de Campos.

“Celebrar a magnífica apoteose à memória do Santo prelado que foi D. Joaquim Vieira é, por sem dúvida, cultivar a própria virtude, a mesma bondade, a nímia candura, que, na sua vida, formaram ininterrupta cadeia de edificantes ensinamentos. Assim, Campinas, que éle na sua inexcedível piedade cristã, tanto quis, serviu e glorificou, irá antecipando, por êsses antecipados votos, uma canonização, que a sagrada história da Igreja há-de, justiceira, registrar. E, então, a serena figura do nôvo padroeiro desta terra ressurgirá ainda mais viva, na fé de seus filhos, para a reconfortante intermediação das graças celestiais que bem mereceram”.

Leopoldo Amaral, que conheceu bem de perto o saudoso D. Vieira e que com o mesmo conviveu até a sua morte, depois de tecer o mais belo panegírico do sacerdote amigo, nos narra episódio edificante, que bem reflete a grandeza d’alma, a modéstia, a santidade do amigo ilustre.

“D. Joaquim nunca teve desafetos, quer como simples sacerdote, quer como suprema autoridade diocesana. Sempre aquêle

coração de ouro, admirável escrínio de sentimentos bons! Sempre aquela grandeza e legítima acepção, teve em D. Joaquim um verdadeiro apóstolo.

Aí estão, como verdadeiro e santo atestado da ternura imensa e do zêlo ardente que êle dedicava aos desprotegidos da sorte — a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo de Órfãos desta terra (Campinas).

Poucos dias antes de seu falecimento, estávamos vários amigos em seu aposento, como de costume, tôdas as tardes. Falava-se em recolhimento de notas do tesouro. Então êle, já muito fraco, pediu-nos que víssemos se em sua escrivinha havia algumas dessas notas, para que lh'as trocássemos por outros. Procuramos ali o que havia e encontramos apenas uma cédula de cinco mil réis. Era o único dinheiro que êle possuía. A sua única fortuna.

Bem haja a santa memória do humilde e grande prelado”.

O Sr. Antonio Alves da Costa Carvalho foi quem proferiu, à beira do túmulo de D. Joaquim, a oração fúnebre que causou profunda e inapagável impressão no espirito de todos os presentes.

Entre outras palavras e conceitos, disse S. Exa.: “Morreu o velhinho querido! Morreu? Se se entende por morte a extinção das fôrças físicas e a transformação do corpo em outra espécie — sim; mas se a morte quer dizer apagamento do nome, da lembrança, dos atos, do valor — não, porque, na frase do épico, êle pertence à falange “daqueles que, por obras valorosas, se vão da lei da morte libertando”.

Aquêle, a cuja inunção ora se procede, leu e aprendeu o evangelho da igualdade e do amor com os olhos da alma e, no seu coração, gravou, como Moisés nas Tábuas, os ensinamentos de Cristo.

Despido de tôda vaidade, sua vida correu entre os aplausos que a reconhecida virtude despertava.

Aquêle a quem êle falava, sentia por uma palavra de agrado, reflorir o coração. Aquêle a quem êle exortava, mudava de proceder. proceder.

Caridoso por piedade e piedoso por caridade, amou o próximo por amor a Deus e êste amor era tão grande que, por êle, esperava remir os pecados alheios, que dêle, êle os não tinha.

Assim como o reconhecimento dos grandes deu-lhe no Ceará, sólio episcopal, a gratidão de Campinas dá-lhe a Santa Casa e o Asilo de Órfãos por túmulo imperecível.

E, enquanto baixa à terra, de lágrimas coberto, o corpo que vestiu aquela alma, esta voa ao Céu por entre hosanas e Deus lhe dá um outro trono — a glória! — Chorai amigos, chorai! é a alma que vai partindo. Cantai, oh anjos, cantai, é o santo que vai chegando”.

Caríssimos Consócios.

Também os poderes públicos se associaram às manifestações de pesar pelo falecimento do nosso distinto patrono.

A Câmara Municipal de Campinas, a Câmara dos Deputados de S. Paulo, o Senado e a Câmara dos Deputados Federais prestaram ao ilustre morto, por ocasião de seu passamento, as mais sentidas e expressivas homenagens, realizando sessões dedicadas à sua memória, cujos trabalhos terminavam com a inserção, nas respectivas atas, de votos de pesar pelo doloroso golpe sofrido pelos campineiros, pelos paulistas, pelos cearenses, pelos brasileiros, em suma, com o desaparecimento de tão conspícuo sacerdote, cheio de serviços prestados à religião, à sociedade e à Pátria.

Discursaram por essa ocasião, na Câmara Municipal de Campinas, o vereador Omar Simões Magro; na Câmara dos Deputados de S. Paulo, o deputado Gabriel Rocha; na Câmara Federal, os deputados Gustavo Barroso e José Lobo. No Senado Federal, o senador Adolfo Gordo.

Todos foram unânimes em realçar as excelsas virtudes de D. Joaquim José Vieira e a grande perda nacional que representava seu desaparecimento.

Que Deus o tenha na excelsa Glória a que fêz jus êste virtuoso sacerdote, com a sua vida tôda dedicada à seara do Senhor, trabalhando indefesamente, sobretudo pelos pobres, a quem muito amou, por amor a Deus. Foi aos pobres que D. Joaquim dedicou o seu melhor, o seu maior sermão — “O Sermão de Pedra”, como o Monsenhor Antonio Pereira Reimão intitulou a Santa Casa e o Asilo de Órfãos de Campinas, parafraseando artigo do Dr. F. Quirino dos Santos, publicado na “Gazeta de Campinas”, a 19 de novembro de 1871, por ocasião do lançamento da pedra fundamental daquela Santa Casa.

No referido artigo, dizia o Dr. Quirino dos Santos: “Os homens, um dia, compulsando as prédicas do Padre Vieira, talvez apontassem para o edifício da Santa Casa de Campinas, dizendo: — ali está o seu melhor sermão”.

Antes de encerrar nosso trabalho, temos o prazer de afirmar que em S. Paulo, Itapetininga e Sarapuí viveram e vivem ainda outros parentes colaterais do Revmo. Bispo do Ceará, muitos dos quais se salientaram ou se salientam no meio em que viveram ou vivem, bastando citar o Exmo. Sr. Dr. Antonio do Amaral Vieira, que foi Juiz de Direito e Desembargador, além de músico exímio.

Um traço característico de quase todos êles: mereceram as graças da Musa Euterpe: os sobrinhos Lúcio e Joaquim do Amaral Vieira, como o Dr. Antonino, foram também grandes músicos. Entre os sobrinhos netos e sobrinhos bisnetos há varios jovens cantores muito aplaudidos, além do famoso pianista José Carlos

do Amaral Vieira Filho, que, muito moço ainda, já tem o seu nome projetado internacionalmente.

Finalmente devemos citar o último sobrinho vivo de S. Exa. Revma., que é o nosso amigo José do Amaral Vieira, alto funcionário do Consulado Geral do Japão, em São Paulo, a quem devemos preciosos subsídios para a confecção dêste modesto trabalho biográfico.

Aproveitamos o ensejo para testemunhar a êstes amigos, a nossa estima, a nossa amizade e a nossa admiração, fazendo votos para que seu ilustre e saudoso antepassado, hoje nosso excelso patrono, que ainda em vida foi considerado um verdadeiro santo, possa um dia merecer da Igreja as honras da canonização, a qual foi profetizada, em momento oportuno, pelo grande estadista Carlos de Campos, bem como por J. Villagelin, em brilhante página dedicada à memória de D. Joaquim José Vieira.

Eis aí, Senhores Confrades do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, a vida do grande sacerdote itapetiningano que tive a honra e a feliz inspiração de escolher para meu patrono nesta casa, em cuja galeria de patronos ilustres, brilhará, por certo, como um dos cidadãos mais prestantes à sociedade de seu tempo, uma das figuras mais virtuosas, beneméritas e santas do Clero Brasileiro.

JOSÉ ADORNO

FUNDADOR DE SANTOS E SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO. HERÓI DE IPEROÍG E CABO FRIO

FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS

José, Francisco, Antônio, Rafael e Paulo Adorno, além de um tio, também Francisco e que se fêz jesuíta (citado por Simão de Vasconcelos), figuras profundamente integradas à história brasileira, principalmente o primeiro e o quinto (José e Paulo), pertenciam àquela célebre família genovesa, cuja primeira participação na vida pública de sua Pátria, se dera em 1321, por Janfranco Adorno, eleito ancião, marcando o início das conquistas populares que fariam a derrocada do velho sistema feudal, em 1339, com o governo de Simão Bocanegra, seguido por Gabriel Adorno, primeiro doge da família, em sucessão a Bocanegra; de Georgio Adorno, elevado ao trono ducal em 1413, e assim por diante, a terminar em Antônio Adorno, o doge apeado do poder em 1528 pelos Dória (Andréa, seus irmãos e parentes).

Segundo refere Petinatti em "O Elemento Italiano na Formação do Brasil", aquêle que mais nos interessa, José Adorno, o santista honorário "par droit de conquête", "tornando-se amigo dos filhos de Bartolomeu Marchioni, foi empregado pelos célebres armadores, a princípio como inspetor dos seus navios e depois, como diretor de uma grande feitoria que os mesmos possuíam na Ilha da Madeira, onde, continuando as tradições de Malfante e Centurone, haviam iniciado, em vasta escala, a cultura da cana de açúcar, seguida depois, pela instalação de numerosos engenhos".

Aí está como se instalaram (ao que parece desde 1520) em terras portuguesas, os primeiros Adornos, antes mesmo daquele ano de 1528, em que se daria o apeamento da importantíssima família em Gênova. A Ilha da Madeira seria assim, a plataforma atlântica, de onde aquêles Adornos se transportariam para o Brasil. Ao passar por alí a Armada Colonizadora de Martim Afonso, naturalmente por consentimento ou mesmo por indicação dos Marchioni e declarado interêsse do rei D. João III, embarcaram os irmãos genovêses em seus navios, já como reconhecidos técnicos da cultura da cana e da indústria do açúcar, já como escolhi-

dos para realizá-las nas terras vicentinas, trazendo, subentendidamente, e para isso, todo o aparelhamento julgado necessário.



Atravessava Portugal, àquela altura, uma fase aguda de perseguições, expulsões e degredos, por motivos políticos, econômicos e religiosos, agravados com a instalação do Santo Ofício no país, e isso explicaria a facilidade com que os portugueses encontraram técnicos e colonos ou simples marinheiros, judeus, árabes e luso-árabes, cristãos-novos ou velhos, para compor o “voluntariado” colonial, em cujo cômputo, numerosos seriam os membros da “Maçonaria Judáica” de Portugal, que se reconheceriam mutuamente por sinais e pequenos símbolos incluídos em suas assinaturas. (Ramalho, por exemplo, usou o BETH (e não o CAF como ainda afirmam) que lhe dava o grau “21” — “Patriarca Noaquita” — grau máximo na escala maçônica de então. Esse BETH, significando “casa; sede da família; chefia civil ou religioso; patriarca”, foi que lhe deu a classificação ou título social, até hoje citado).

Os próprios Adornos, digamos de passagem, eram tidos como grande família judáica, razão talvez das suas ligações com Armadores e banqueiros judáicos, razão decerto, das ligações de Antônio Adorno com João Ramalho, em Santo André, para ser com êle um de seus fundadores, vereador à sua primeira Câmara.

Um fato inicial, vinha desde logo, demonstrar a preponderância da ação social e econômica de José Adorno, na terra vicentina, sobre a ação do português Brás Cubas, o mais falado deles. Cubas, ao chegar a São Vicente (região), ainda não completara 25 anos, era um plebeu, e só conhecia o ofício quase doméstico de servir cegamente a seu amo, o futuro Donatário, cuja família o criara, recebendo-o da mãe semita, de acôrdo com a lei real de 1506. (Brás Cubas só seria **fidalgo**, por serviços prestados à família do amo, em 1551). José Adorno, então com mais de 30 anos, nobre e fidalgo, já trazia a prosápia de uma Casa de Doges (Ducal) de duzentos anos de tradição, e uma atuação pessoal de dez anos, na terra e no mar, a serviço de grandes armadores, banqueiros, industriais e negociantes judáicos de Gênova, chegando a técnico na fabricação do açúcar. Adorno vinha para fundar um Engenho, trazendo da Madeira as máquinas e peças desse Engenho; vinha para instalar a vida econômica, que seria, em primeira análise, a razão do aparecimento e desenvolvimento de um povoado (Enguaguaçu, depois Santos) no local da sua indústria, a mais importante na época. Adorno recebeu terras para isso, logo após a chegada de Martim Afonso (“Diário da Navegação” de Pero Lopes), como vários outros, que seriam plantadores de

canas para êle. Brás Cubas não recebeu terras, não se estabeleceria em Enguaguaçu, seria durante anos apenas um olheiro, um vigia ou capataz do amo, após seu retôrno a Portugal. Sòmente em fins de 1535, com a morte do judío Henrique Montes, teria a oportunidade de possuir alguma terra, fóra de Enguaguaçu ou da Ilha de São Vicente e do núcleo sócio-econômico da futura Santos, isto é, na Ilha Pequena (hoje Barnabé) e em Jurubatuba. Brás Cubas embarcou-se para Portugal, e lá obteria, a 25 de setembro de 1536, aquelas terras mencionadas, além do estuário, **mas só retornaria ao Brasil, para cultivá-las**, em fins de 1540.

Assim, de 1532 a 1540, durante oito anos, enquanto José Adorno fundava e desenvolvia o seu Engenho de São João, desenvolvendo a vida econômica e o progresso de Enguaguaçu, fundando a futura Santos, Brás Cubas havia sido apenas um olheiro e vigia de Martin Afonso (3 anos) e um grande ausente do Brasil, (5 anos) dado na Escritura como “morador em Lisboa” e como “môço da Comarca de El-Rei”, o que não comporta interpretações. Esta é a grande diferença, inicial, da atuação dos dois homens, dando a José Adorno característica muito mais profunda de fundador de Santos, cidade cuja primeira fase fóra exatamente aquele primeiro período (de oito anos) — a fase de Enguaguaçu, a povoação desenvolvida em tôrno de um Engenho, satélite essencial e necessário da Vila de São Vicente, desprovida de economia, e de pôrto franco.



Já vimos que Antônio Adorno foi para o planalto, associado a João Ramalho. Rafael, não se sabe se tornou à Europa ou se passou também ao planalto, despido de projeção. Paulo praticou um assassinio em 1533, julgando-se que tenha sido na pessoa de Henrique Montes, o ambicioso e irrequieto judeu-português, ex-prático ou piloto do Donatário; após êsse crime fugiu pela costa, fixando-se na Bahia, onde se uniu a uma filha de Diogo Álvares (O Caramuru), iniciando a primeira nobreza baiana e tornando-se avô de Antônio Dias Adorno, o famoso sertanista que Diogo de Vasconcelos aponta como principal e mais recuado fundador de Minas Gerais. Paulo Adorno, a última vez que aparece citado na História, é em 1565-1566, na fundação do Rio de Janeiro, ao lado dos reforços baianos enviados a Estácio de Sá, e como um dos legítimos fundadores da cidade. Francisco Adorno teria sido o único a ficar ao lado de seu irmão, na direção do Engenho, pelo menos durante 30 anos.

Carvalho Franco, o paciente pesquisador de São Paulo, disse que o Engenho de São João foi fundado no lugar de Santos, em 1535, mas há dados positivos, e também lógicos, de sua fundação

em 1532, no próprio ano da chegada, com o material técnico trazido na Armada de Martim Afonso, para funcionar plenamente em 1533, na primeira safra de canas locais e das redondezas.

As terras de José Adorno, citado como “o Genovês”, ao lado de Domingos Pires e Pascoal Fernandes, seus primeiros partidistas (fornecedores de canas e sócios no lucro líquido), eram em continuação às terras dêsses dois sócios, começando junto ao môro do Desterro (hoje S. Bento) e atingindo o mar interior, hoje região do Valongo.

O crescimento do povoado de Enguaguaçu teve em José Adorno e em seu Engenho, a sua grande e imediata fôrça propulsora, e, nada ali deveria ser feito (ainda logicamente) sem que êle fôsse ouvido e consultado. O próprio pôrto oficial da Capitania, situado na atual Ponta da Praia, em frente aos rios Icanhema e “do Meio”, por influência de Adorno e seus partidistas, mais do que de Brás Cubas, que não era agricultor nem industrial e permanecera muitos anos fóra do Brasil; mais por uma questão de conveniência do Engenho de São João (movimento de exportação do seu produto), seria transferido para Enguaguaçu, entre o outeiro de Santa Catarina e o Valongo, em 1541, partindo dêsse detalhe histórico, o progresso mais rápido do povoado satélite de S. Vicente, e o aparecimento do seu nôvo nome: POVOAÇÃO DE SANTOS, já em 1542.

Note-se de passagem, que, êsse nôvo nome não proviria de nenhum Hospital, da Misericórdia ou outro, do Brasil ou de fora, e sim do próprio PÔRTO e DOCAS DE SANTOS, da cidade de Lisboa, no Tejo, ao lado do Distrito de SANTOS, depois chamado SANTOS O VELHO, de tão velho que era, pelas semelhanças topográficas e pela influência sentimental dos bons reinóis de Enguaguaçu.



Em 1543, ao fundar-se a “Casa de Saúde”, “Casa Santa” ou “Casa de Misericórdia”, quando Enguaguaçu já era POVOAÇÃO DE SANTOS, pela mão do nôvo Capitão-Mór ou Governador Cristóvão Aguiar de Altero, José e Francisco Adorno, Luiz de Góis e sua mulher Dona Catarina, Domingos Pires e Pascoal Fernandes, Jorge Ferreira e outros residentes da povoação, apareceriam como principais sustentáculos do pequeno hospital e da Irmandade, que se alojavam numa casa de Luiz de Góis, como a própria Capela da Irmandade se instalaria na Capela de Santa Catarina, do mesmo Luís Góis. Nada de Brás Cubas. Não há mesmo um só documento que relate ou se refira sequer, à participação de Cubas nesses fatos. O próprio Compromisso português o impediria... Quanto a José Adorno, em 1560 ainda era o Provedor, a primeira

pessoa da Misericórdia. No Processo histórico de Jean de Bolès (Biblioteca Nacional), pode-se ler o depoimento de José Adorno, em que êle declara aquela sua qualidade, naquele ano.

Casara-se José Adorno na terra santista, com a nobre Catarina Monteiro, filha de Cristóvão Monteiro, fidalgo português e Marquesa Ferreira, sua mulher. Em 1562, tornava-se com sua companheira, fundador da Igreja de Nossa Senhora da Graça, que, vinte e sete anos depois, em 1589, doaria aos padres do Carmo, para seu primeiro estabelecimento em Santos, secundado aí, por Brás Cubas, que lhes doaria o terreno vizinho.

Segundo um cronista do tempo, como cita Petinatti, José Adorno, ao contrário dos irmãos, era de estatura alta, olhar penetrante, palavra fácil e atividade incessante. Conhecia os clássicos e era muito versado na língua latina, razão por que, depois de alguns anos de vida irregular, ou repreensível (ainda solteiro), tornou-se amigo e companheiro dos jesuítas, principalmente de Nóbrega e Anchieta, com êles convivendo dias inteiros, lendo os poetas imortais da latinidade, os escritos de Santo Tomás de Aquino e os poemas de Dante.

Financista, negociante, industrial, intelectual, filantropo e guerreiro, tudo isso era o genovês ilustre, que, sendo o principal dos "santistas", o único cidadão da colônia que tinha crédito franco na praça de Amsterdam, naquela altura o maior pôrto comercial do mundo, nunca pediu nada para si, nem cargo público pleiteou ou aceitou, que lhe aumentasse as rendas ou o nome, a evidência, demonstrando repulsa às vaidades humanas, e, ao contrário, a todo instante arriscava seus bens e sua vida em favor da terra e do povo, que, em paga, tudo fariam por esquecê-lo.

Uma das grandes páginas da sua vida, pouco comum até mesmo nas grandes vidas, escreveu-a êle em 1563, ao levantar-se para a obra da Colonização Brasileira, o fantasma da Confederação dos Tamoios, consequência da irritação das tribos tupinambás do litoral vicentino contra o domínio crescente dos portugueses e contra os raptos de suas mulheres (que os franceses atribuíam aos lusitanos e insinuavam aos indígenas). José Adorno, amigo sincero dos padres da Companhia de Jesus, pôs à disposição de Nóbrega e Anchieta, recursos e embarcações de alto-mar, para que êles fôsem a Ubatuba (Iperoí), parlamentar com os chefes tamoios e conseguir pazes definitivas entre êles e os portugueses. Fêz mais; faltando quem os levasse até lá, pelos riscos imensos que correriam (sendo mais certo perecer do que voltar vivo), êle mesmo se ofereceu para acompanhá-los, chefiando em pessoa, a pequena Expedição marítima, que, após mil perigos e peripécias, terminaria com o esplêndido triunfo conhecido na História como "o Armistício de Iperoí".

Anchieta, que tantas referências faz ao grande fundador de Santos e do Rio de Janeiro, descreve-o então “vestido com o saiote negro dos cavaleiros cruzados, a espada descansando sobre os joelhos, sereno e altivo em meio do gentio feroz”. E quantas vezes, de fato, o nobre Adorno, esteve frente a frente com a morte, naqueles dias de pavor, por simples amor ao próximo, por simples idealismo, deixando o seu conforto de milionário.

Graças ao seu destemor e ao seu espírito de sacrifício e solidariedade humana, pôde toda a obra da Colonização Portuguesa, onde floriaram Santos, São Vicente e São Paulo de Piratininga, escapar à sanha de 10.000 tamoios, e de um total destruição.

Em 1565, já saturado talvez da própria fortuna e cansado da atividade direta em sua indústria açucareira, Adorno tinha em seu Engenho, além de um extraordinário gerente-administrador, que era Heleodoro Eobano, três sócios partidistas, com 70 escravos e mais agregados. Nessa altura ele daria sua filha em casamento ao inglês John Withall, conhecido como João Leitão, e este acrescentaria ao Engenho, como organização mercantil, uma grande loja, talvez o primeiro magazine documentado e digno do título, em todo o sul do Brasil, cujas importações (da Europa) eram e seriam feitas, em grande parte, à base de pagamento em açúcar.

Naquele mesmo ano, quando Estácio de Sá refugiava-se em Santos, desesperado por não ter podido expulsar do Rio de Janeiro os franceses e seus aliados os Tamoios, e mais ainda por não ter podido fundar a cidade de São Sebastião, segundo a vontade do rei, foi José Adorno, a pedido de Manoel da Nóbrega, quem resolveu o impasse, reunindo um grande corpo de combatentes brasileiros e portugueses — 300 homens de Santos, índios e camaradas, vestidos, armados e aparelhados por ele, que, unidos aos homens de São Vicente e de São Paulo, segundo Simão de Vasconcelos, em bergantins e outros barcos ligeiros de sua propriedade, peças de artilharia, mantimentos, dinheiro, e tudo quanto foi julgado necessário para uma longa expedição, de seu fornecimento, partiram para o grande feito. Fêz mais, muito mais. Fechou temporariamente o seu Engenho, destacou seu notável administrador Heleodoro Eobano, para chefe da tropa, e seguiu ele mesmo, como um general, à frente de todos.

Já anteriormente, em 1560, estivera ele nos primeiros combates de Mem de Sá contra os homens de Villegagnon, levando apenas alguns agregados e voluntários. Agora, em 1565, quase deixava Santos vazia dos seus melhores valores humanos: levava gente, que, vendendo suas propriedades santistas, não ia apenas para combater, mas para povoar, para ficar para sempre no Rio de Janeiro, construindo casas, formando sítios, levantando Engenhos, criando a vida social na nova cidade. Exemplo disso é aquê-

le Francisco Velho, que montaria o primeiro Engenho de açúcar na futura Capital Brasileira, na enseada que tomaria o seu nome, e, mais tarde, seria chamada "de Botafogo". Outros exemplos seriam: seu sogro, o nobre Cristóvão Monteiro, que tantos cargos importantes exerceria na nova cidade; Pedro Martins Namorado, primeiro juiz pedâneo de Santos, que seria também o primeiro juiz do Rio de Janeiro; Heleodoro Eobano, o gerente do Engenho de São João, que ocuparia diversos cargos; Francisco e Diogo de Braga, dois dos cinco irmãos, fundadores da Bertioga, principalmente Diogo, que seria o primeiro vereador da Câmara da cidade; João Carrasco, André da Lage, João de Andrade, Antonio de Mariz (em verdade, Antonio de Marins Coutinho, que José de Alencar imortalizaria em seu romance "O Guarani", e que seria Provedor da Fazenda, Mamposteiro dos Índios, dono de terras em Niterói e senhor do curral junto ao môro do Castelo, para sustento do povo, e assim tantos outros.

José Adorno, galardoado com inúmeros presentes em terras, permaneceu durante alguns anos na cidade que fundara com Estácio de Sá, mas nunca aceitou postos políticos ou administrativos, mais tarde voltaria à sua Santos, onde passaria algum tempo, porque, já em 1575 e 1578, seguiria com seu amigo e ex-governador Jerônimo Leitão, a combater os últimos Tamoios, concentrados em Cabo Frio. Ali, nos combates da região, e já com setenta e muitos anos, o que é admirável, êle se encontraria com o seu antigo gerente Heleodoro Eobano. Combateram lado a lado, ombro a ombro. Heleodoro ficaria para sempre naquele chão, mas José Adorno retornaria, cheio de glória, à cidadezinha que fundara na sua ilha de São Vicente.

José Adorno fundou na ilha de Guaíbe, a cavaleiro do antigo Pôrto de São Vicente, uma Capela de Santo Amaro, que doou ao povo. Dessa capela é que saíria o nome português daquela ilha, que é hoje o Município de Guarujá. Este fato, teria ocorrido pouco além do ano de 1540, marcando talvez a transferência do pôrto oficial da Capitania para o lagamar de Enguaguaçu. Outra grande capela fundaria Adorno na mesma ilha, em 1557. Desta vez era a Capela de Santo Antônio de Guaíbe (que mais tarde seria chamada de Santo Antônio da Armação), no extremo norte dessa ilha. A primeira, era, de fato, uma Capela, que, com a construção da Fortaleza de Santo Amaro ou da Barra Grande, seria como um dependência desta; a segunda, sim, era uma verdadeira Igreja, toda em alvenaria, monumental para o lugar. A ambas alcançou a nossa pesquisa, em regular estado de conservação, e, numa escavação que realizamos no interior desta segunda, descobrimos uma bela peça de ferro fundido, reconhecidamente multi-secular, ornato provável de portão interno, representando o emblema heráldico de José Adorno, ou melhor dizendo, dos Adornos, a flor de

Liz, parte principal do seu escudo, reconstituído e desenhado, a nosso pedido, pelo grande heraldista José Heitgen.

Além dessas igrejas, fundou êle, ainda, e como já vimos anteriormente, a importante Capela de Nossa Senhora da Graça, antes de 1560, relíquia santista que a picareta municipal destruiu pela altura de 1903, sem necessidade ou justificativa.

Era isso a manifestação viva do seu espírito religioso, coroando os seus primeiros 30 anos de irreligiosidade.



Afirma Azevedo Marques, que José Adorno teve as maiores datas de terras de que há notícia. De fato, além das terras que possuía em Santos, foram-lhe feitas outras muitas doações na ilha de Santo Amaro, na Enseada da Bertioga, na ilha de Toque-Toque, e em São Sebastião, na costa, das quais mandou tomar posse um Jerônimo Ortega, por estar muito velho e doente.

Já por sua mulher, Dona Catarina, houvera êle de heranças, várias terras na Bertioga e nos arredores de Santos, e assim, somado tudo isso com o que recebera no Rio de Janeiro e em Niterói, José Adorno podia ser apresentado como um dos maiores proprietários de glebas no Brasil.

A vitalidade e varonilidade dêste Adorno, realçadas em tantos fatos do século XVI, quando êle já passava dos 70 anos, se confirmam nos fatos de 1583, quando ultrapassara os 80. A Biblioteca Nacional possui uma cópia da carta de André Higino ou Equino, capitão da Armada do Almirante Valdez, em que êle narra a ação de José Adorno e seus companheiros, por ocasião da invasão do pôrto de Santos por Edward Fenton, comandante inglês, a 19 de janeiro de 1583.

Esse documento é digno de ser compulsado por aquêles que, de fato, se interessam pela história de Santos e de suas grandes figuras, pois não só revela o papel de José Adorno naqueles fatos, como ilumina uma série de nomes ignorados, inclusive personalidades inglesas, holandesas e italianas, residentes em Santos ou na Capitania, além da citação que faz, de gregos, espanhóis e franceses, que vinham na Armada do Almirante espanhol, em vigilância ao estreito de Magalhães e à defesa do Brasil, então recente colônia castelhana.

É nessa carta de André Higino, de 16 de fevereiro de 1583, que se lê o pedido feito por Jerônimo Leitão, Capitão-Mór e industrial vicentino, amigo de Adorno, ao almirante Diogo Flôres de Valdez, para que não se fôsse de Santos, sem construir um forte para defesa da barra, aproveitando a presença ali, do engenheiro João Batista Antonelli (italiano), forte êsse, aliás, que foi realmente construído em pouco tempo, a ponto de ser entregue ao

governador a 14 de abril do mesmo ano, com cinquenta soldados e várias peças de artilharia aproveitadas dos navios ingleses, e que é o mesmo que ainda hoje se vê, em regular estado de conservação, elevado a monumento histórico nacional, junto à saída do porto de Santos — a Fortaleza da Barra Grande, outrora “de Santo Amaro”.

Lucas Warde, vice-almirante da esquadra inglesa de Fenton também historiou a passagem naval de Santos, fazendo uma negra descrição da mortandade havida, referindo-se à salvação de um marselhês e de um grego, natural de Zante, içados para bordo bastante feridos. Conta êle que, chegando ao porto como amigos, os ingleses entraram a parlamentar com os grandes da terra, convidando-os para uma reunião a bordo, aparecendo no dia seguinte José Adorno, Estêvão Raposo, Paulo de Veras, todos senhores de Engenhos locais, e mais alguns importantes, que foram banqueteados pelo almirante. Em sua retirada de bordo foram-lhes prestadas continências militares, com salvas de artilharia, e, no dia seguinte, o mesmo almirante lhes remetia ricos presentes de sedas e veludos, como ao capitão-mór Jerônimo Leitão, presentes que lhe foram devolvidos intactos por José Adorno, com a informação de que a gente de Santos não se corrompia com presentes e não se entendia com reconhecidos piratas. O velho Adorno percebera a trama e assumia a única atitude compatível com o seu caráter incorruptível.

Não contente com isso, reza a descrição de Ward, mandou Adorno que seu genro inglês, John Withall (o João Leitão), fôsse a bordo, para informar aos seus patrícios, que deviam retirar-se do porto, pois a cidade estava em preparativos militares para expulsá-los em caso de negativa.

Revela por fim o documento, que apareceram de novo a bordo, José Adorno, Paulo de Veras e Estêvão Raposo, declarando ao almirante que partisse, porque o Capitão-Mór não permitiria o seu desembarque e já se aprestava para combatê-lo.

Coroando a passagem heróica daqueles homens, que faziam as vezes do Governador, estranhamente ausente, desprezando os seus próprios interesses de comerciantes (Adorno era dono do maior magazine ou loja de toda a Capitania), providencialmente, surgiram no porto santista (24 de janeiro de 1583) três navios de guerra de André Higino, parte da esquadra do almirante Valdez, e aí se verificaram os acontecimentos anteriormente descritos (contidos no documento de Lucas Ward) — o combate entre ingleses e forças de terra, que abrangiam Adorno e sua gente.

É esta uma boa página da Santos heróica, ligada aos últimos fatos da vida de José Adorno, um dos seus melhores e mais legítimos fundadores, como se vê, e apenas por estranha e reprovável teimosia, pouco incluído ou citado nos textos históricos nacionais

e portugueses, enquanto outros vultos secundários ou de menor porte, são, com insistência, apontados como figuras máximas, aumentados os respectivos merecimentos, tantas vêzes inventados, com uma espécie de privilégio de autoria, absolutamente sem base, em fatos e realizações que nem lhes pertenceram ou lhes tocaram em pequenas proporções.

O grande colonizador genovês morreu com mais de cem anos, pela altura de 1605, no coração da terra santista, que era sua terra, sabendo-se que, em 1603, ainda confirmou a doação da Capela da Graça aos religiosos do Carmo, cuja primeira escritura fôra queimada ou atirada ao mar pela gente de Cavendish, em 1591.

Conta Simão de Vasconcelos, o grande jesuíta, contemporâneo de Adorno, que êle morreu com sinais evidentes de predestinação, e Frei Gaspar, repetindo as palavras de Vasconcelos, conta que, por ocasião da morte do venerando fidalgo "pedindo-se emprestada a certa Confraria a cêra necessária para o seu funeral, com obrigação de se pagar a que se gastasse, pondo-a na balança, depois de concluído o entêrro e as exéquias, acharam-na com o mesmo pêso que antes tinha, não obstante haver estado acesa muito tempo". Nem mesmo depois da morte, Adorno consentiu em sacrifícios de alguém por si ou por sua memória, êle que sempre dera, e nunca pedira.

José Adorno, fundador incomparável de Santos, jamais aceitou cargos e honrarias, em Santos, no Rio de Janeiro, e em outros lugares, e talvez deva a isso, demonstração viva da sua modéstia e despreendimento pessoal, o esquecimento da posteridade, preocupada mais com o exame dos títulos e cargos do que com os atos e os feitos dos cidadãos.

TRANSCRIÇÕES

Circunavegação da Terra pela Fragata Austríaca NOVARA nos anos de 1857, 1858, 1859, sob o comando do Comodoro B. Von Wullerstorf-Ubrair

De autoria do Dr. Karl Von Scherzer — Tradução de trêcho relativo ao Brasil do volume n.º 1, editado por Carl Gerold's Sohn, Viena, 1864. Tradutor — **Rudolf Robert Hinner.**

APRESENTAÇÃO

O Sr. Rudolf Hinner figura entre os componentes de nosso Instituto na categoria de sócio honorário.

Portador do cavalheirismo e da educação proverbiais entre os austríacos, seus patrícios, vem distinguindo o nosso Sodalício com atenções repetidas, quer representando-o junto a diversas entidades congêneres do país e até do estrangeiro, quer estudando alguns de nossos varões históricos, como o Almirante H. Boiteux.

Sempre entusiasta das relações culturais de sua terra com o Brasil, acaba de ofertar-nos um interessante extrato do livro de viagens de comissão austríaca, do qual acima se dá conta, relativo ao Brasil.

Trata-se de matéria jamais publicada no vernáculo. Só isso autorizaria a sua reprodução, traduzido como foi pelo Sr. Hinner.

Na verdade, a obra do Dr. Karl Von Scherzer interessará mais ao Rio de Janeiro, pois que dele se ocupa pormenorizadamente. Sua natureza maravilhosa, seu excelente pôrto, sua cidade, seus homens, suas mulheres, seus hábitos, suas diversões, seu comércio, sua cultura, sua instrução, seus subsídios para as ciências naturais, suas residências, o tratamento dos escravos, suas nódoas, seus defeitos, suas moléstias, suas superstições . . . tudo é tratado numa linguagem franca e, muitas vêzes, exagerada.

Dá-nos a obra retratos fiéis da família imperial de D. Pedro II, de Dona Maria Cristina e de seus ministros.

Num certo tópico, ao elogiar D. Pedro e o seu Ministro José Clemente Pereira, louvou a maneira como conseguiram dinheiro para a edificação do “grandioso Asilo dos Alienados”, na Praia do Botafogo, explorando a vaidade dos contemporâneos ao conceder-lhes condecorações e títulos nobiliárquicos em troca de um pouco de suas bolsas. Isso faz-nos lembrar aquela passagem do

Imperador com o Senador Vergueiro, que, consultado sôbre o melhor modo de alcançar o financiamento da grandiosa construção, sugeriu a Sua Majestade o processo adotado com pleno êxito. Acrescenta-se que o Imperador, agradecendo-lhe mais tarde o conselho seguido lembrou ao velho político que chegara a ocasião de escolher o seu título, ao que Vergueiro teria retrucado:

— Perdão, Majestade. Aconselhei V. M. a tirar dinheiro dos bobos para os loucos. Em qual das classes deseja colocar-me?

Voltemos à obra do Dr. Karl.

Conviveu o autor no Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro com seus mais ilustres vultos. Tratou com os nossos naturalistas assuntos dessa especialidade.

Mas focaliza também assuntos bem brasileiros, como o café, já o nosso primeiro produto agrícola, assim como da escravidão, imigração, sobretudo alemã, nossas finanças e nossa economia.

Tudo isso é para nós de São Paulo também bastante agradável de se saber. Narra haver sido informado da existência de um sábio austríaco, falecido em Itú, antes de 1857, o Dr. Engler. Conseguimos apurar tratar-se do Dr. Carlos Engler, que clininou na “fidelíssima” e ali deixou descendentes.

Creemos pois que a contribuição aqui apresentada vai satisfazer os leitores de nossa **Revista**.

As nossas desculpas ao Sr. Hinner por havermos revisto a sua valiosa tradução, a fim de torná-la mais de acôrdo com a nossa língua.

Aureliano Leite



“Já em Funchal, entre muitas outras observações interessantes, o Dr. Karl Scherzer anota:

“Como um monumento maravilhoso do amor d’uma mãe e da filantropia, está sendo erigido a mando da viuva da segunda Imperatriz do Brasil ⁽¹⁾, em Funchal, para a memória de sua filha, a quarta irmã do atual Imperador do Brasil, a qual faleceu a 4 de fevereiro de 1853 de tuberculose. É o Hospício da Princesa Dona Maria Amália, para tísicos, cuja construção foi inaugurada em 4 de fevereiro de 1853, pelo Bispo de Funchal. A execução dessa instituição filantrópica deve custar aproximadamente cem mil réis e ser concluída em dois anos, conforme o projeto premiado de um arquiteto inglês. Por enquanto, foi construído um hospital provisório, por conta da Imperatriz enviuvada, para o mesmo fim, onde se encontram doze pacientes masculinos e o mesmo número de femininos, que recebem tratamento e comida de graça. O Doutor

1) Dona Amélia de Leuchtemberg, ou Dona Amélia Augusta Eugenia Napoleona.

Barral, um famoso médico de Lisboa, que acompanhou a Princesa Maria Amália para Madeira e que aí esteve durante o período inteiro da doença, publicou um tratado volumoso em língua portuguesa sôbre o clima de Madeira e sua influência sôbre os tísicos, que é considerado pelos especialistas como um dos melhores trabalhos acêrca dêsse assunto.

“Depois de uma noite fria e tormentosa, chegámos, finalmente, com vento favorável, ao amanhecer do dia 5 de agôsto, à vista das muitas ilhazinhas situadas em frente ao pôrto do Rio. Surgiu o Pão de Açúcar, aquela famosa rocha preta na entrada do pôrto e entrámos na bacia calma. Infelizmente o tempo ofuscado e chuvoso impediu-nos de admirar a vista dêste mais belo pôrto do mundo, tantas vêzes descrito. Cêrca de três horas da tarde, perto da fragta francesa “Poursuivante”, que içava o estandarte de contra-almirante, uma fragata inglêsa também mostrou a bandeira de contra-almirante, enquanto uma fragata dos Estados Unidos e uma velha corveta brasileira arvoravam o estandarte de Comodoro. Saudamos a Bandeira Brasileira com 21 tiros de canhão e as outras bandeiras de comando, conforme seu grau. Essa manifestação marítima foi retribuída com igual número de tiros, de maneira que o canhoneiro custou a chegar ao fim. Além das belonaves mencionadas, também o comandante da fragata espanhola “Villa de Bilbao” enviou um bote a bordo para nos saudar. Essa fragata e outro navio, sob a mesma bandeira, que encontrámos atracados no pôrto comercial para reparos, tinham perdido os mastros antes de sua chegada, no caminho do Rio para o Rio de La Plata, num Pampeiro, cujas características eram as de um furacão ou orção. A fragata conseguiu se levantar com dificuldade do mar, sôbre o qual ela se tinha adernado. A existência de orção no oceano sul-atlântico foi negada tantas vêzes, que também velhos marujos só com dificuldades podem ser convencidos a considerar como ciclones os ventos fortes que sopram ali. Também a “Villa de Bilbao” velejava despreocupada com a tempestade. Sômente tomava as precauções referentes às velas e aos mastros e continuava a manter despreocupada o percurso já iniciado. Desta maneira, a fragta chegou, sem pressentir, até o centro do orção e escapou por coincidências felizes ao naufrágio. Se o comandante tivesse reconhecido o Pampeiro, teria seguido um outro percurso e provavelmente chegado sem dificuldade e perigo ao pôrto desejado. Porém, como já dissemos, costuma-se afirmar com tanta certeza que não existem orçãos nestas águas não sendo assim de se admirar que o comandante da fragata espanhola, um cavalheiro rico de conhecimentos, se deixasse enganar pela opinião prevalectente.

O Brasil, situado na rota mundial para o Pacífico e as águas indicas, doado pela natureza a sua maior parte com um clima sau-

dável e solo de fertilizante tropical, cobrindo dois quintos do continente sul-americano, quase tão grande como a Europa e dez vezes maior do que a França, porém habitado por menos de oito milhões, tem atraído por mais de meio século o interesse do naturalista e do economista, bem como do imigrante, entre todos os Estados sul-americanos. Parece que há poucos países europeus que foram mais investigados em suas partes pelas ciências naturais do que o Império Brasileiro, de cuja história, desde o descobrimento pelo Almirante ⁽²⁾ português Pedro Álvares Cabral, aos 22 de abril de 1500, existe rica literatura.

Numa visita ao Rio de Janeiro, tão curta como a nossa, não podemos fazer mais do que esboçar as nossas aventuras ligeiras e traçar a fisionomia da cidade e de seus arredores, bem como as mudanças em suas condições sociais e políticas, desde aqueles tempos em que Martius e Spix, Rugendas, o Príncipe de Neuwied, Helmreich, Natterer, Pohl, D'Orbigny, Wilkes, Castelnau, Burmeister e outros pesquisadores visitaram o Brasil e o descreveram com pena e pincel. (Fomos convidados para investigar durante a nossa estada no Rio, os destinos dos trabalhos científicos e coleções de vários naturalistas alemães, os quais tinham recentemente falecido no Brasil, como Friedrich Sello, Dr. Müller, o companheiro de Castelnau, Dr. Engler ⁽³⁾ e outros. Recebemos porém de todos a resposta pouco confortante que, com exceção da herança científica do Dr. Engler, em Itu, na Província de São Paulo, somente pouco foi conservado. As coleções pereceram por falta de cuidado e os manuscritos foram espalhados ou destruídos, muitas vezes por ignorância). A beleza natural da baía do Rio de Janeiro recebe o recém-chegado sempre com o mesmo efeito tocante, apesar de que o alargamento da cidade e o machado do colono causem alguns prejuízos. Pouco pode ser acrescido ou alterado nesse quadro, que os viajantes tocados pelos encantos da natureza vêm esboçando, há meio século, do pôrto maravilhoso da capital brasileira. Tudo porém torna-se diferente, se o forasteiro passa do navio ao nôvo mundo e anda pelas ruas estreitas, apertadas e sujas. Dentro da multidão apressada e barulhenta, prêtos e brancos, pobres escravos e ricos fazendeiros, a caminho para o centro da cidade portuária. Observa-se ao lado de grande penúria, também muitas instituições, que não se encontram em nenhuma outra província da América Latina com a mesma excelência. Mas, como se sabe, o Brasil é o país dos contrastes! Indo-se ao bairro do ancoradouro naval, situado um pouco ao sul do pôrto mercantil e acotovelando-se através das massas humanas, no cais e em frente do "Hotel Pharoux", chega-se ao Largo do Paço (ou Praça

2) Era apenas Capitão-Mór.

3) Dr. Carlos Engler, naturalista, falecido em Itu, antes de 1857, onde clinicou e deixou descendentes.

do Palácio). À direita, na praia, o mercado público. Uma multidão colorida dá vida às ruas, numerosos veículos, puchados por cavalos ou por mulas, bem como ônibus, ocupados por fora e por dentro, correndo barulhentos ruas afora, nos lembram a vida agitada das grandes cidades da Europa. Penetrando-se a Rua Direita e, de lá, a Rua do Ouvidor, as duas vias mais elegantes, apesar de pouco cuidadas, encontrámos nas brilhantes e ricamente adornadas lojas e nas vitrines o mesmo luxo esplendido de uma Regent Street, em Londres, das Boulevards de Paris ou do Graben de Viena. Porém, lúgubre o contraste do luxo com as poças de água estagnada, que nem faltam nas ruas mais populosas, ainda que se diga que foram gastos, de 1856 até meados de 1857, mais de 1.000 contos, ou mais de um milhão de florins, para o lageamento! Como deveriam ter sido antes! A cidade, prôpriamente dita, apresenta entre a praia e o campo de Santa Ana uma grande área, de cêrca de légua em quadra, regularmente cortada por ruas estreitas e retangulares. Ao lado dos edifícios públicos mais importantes, como o Museu Nacional, o Museu das Belas Artes, a Academia Militar, o Arsenal da Marinha, a Alfândega, o Mercado, o Paço Imperial, a Câmara dos Deputados e várias igrejas, observam-se quase só armazéns e escritórios dos comerciantes. Da cidade, esticam-se os braços longos dos subúrbios para tôdas as direções. Pela práia de um lado, para São Cristóvão, o Palácio de Inverno do Imperador, de outro lado, para a baía encantadora de Botafogo e, para trás, nos vales que levam ao Corvocado, os subúrbios Larangeiras, Catumbí Grande e, na direção das montanhas da Tijuca, ainda Engenho Velho e Andaraí. Nestes subúrbios, lindos palacetes, às vêzes num estilo colorido e bizarro, ou simples moradias com bonitos jardins. Na cidade, o comerciante, o fabricante, bem como cada pessoa abastada, sômente vivem tanto quanto fazem necessários seus negócios diários, profissionais. No subúrbio ou no interior, êle possui sua residência, aqui, vive sua família, para onde volta à tarde. Entre êsses subúrbios são especialmente aquêles que se encontram situados no caminho para a encantadora baía de Botafogo, caminho nôvo e Catete, o bairro elegante da diplomacia e da aristocracia peculiar.

Apesar dos fatores negativos no sentido estético que chamam a atenção de um observador numa travessia rápida da cidade, há duas instituições que merecem os maiores elogios: A iluminação da cidade com gás produzido por meio de carvão inglês e a magnífica adutora d'água que abastece tôdas as partes do Rio, com real abundância, de excelente água potável. Durante o dia o Rio não é muito bonito, porém à noite, devido à iluminação a gás, êle fica maravilhoso e radiante, especialmente quando visto do pôrto. Quando enxergamos a cidade tão cintilante e clara à noite depois de nossa chegada, acreditámos que havia uma iluminação especial

por qualquer acontecimento festivo. Sòmente mais tarde, notávamos que o Rio parece cada noite tão feérico como é descuidado de dia. Não nos surpreendeu menos os outros contrastes com certas instalações deficientes. Por exemplo, os chafarizes grandes e impressionantes que adornam as praças públicas. Quase em cada esquina jorra de graciosas torneiras metálicas a água fresca trazida de grandiosos aquedutos da distância de 10 até 12 milhas nas montanhas de gneiss e granito da cadeia da Tijuca. O próprio aqueduto deve existir há 120 anos, sòmente os grandes reservatórios e certos melhoramentos foram executados recentemente pelo govêrno brasileiro. Com exceção da adutora de água de Croton em Nova Iorque, que é capaz de abastecer essa cidade maravilhosa com 40 milhões de galões de água por dia, não nos lembramos de ter visto em parte alguma da terra tal sistema de extensão ainda maior. A impressão lúgubre e depressiva da cidade cede lugar a sentimentos agradáveis tão logo se vire as costas ao Rio de Janeiro e busque compensação e indenização pelas privações da vida cultural européia nos encantos constantes da natureza. Passeios e excursões oferecem-se em plenitude e querendo-se montar um cavalo ou uma mula, pode-se alcançar em poucas horas as mais grandiosas paisagens tropicais. Neste sentido, o mais gostoso é um passeio a cavalo até o cone rochoso do Corcovado, numa altura de 2.300 pés, para onde o caminho conduz, quase sempre através das florestas mais maravilhosas. No ponto mais alto da rocha granítica, que se alonga com seu lado mais estreito nos vales de Clemente e da Broca, foi construído, há anos, um peitoril de tal maneira que o turista pode observar o panorama encantador que se estende ao seu redor, com grande confôrto e mais agradávelmente do que no Rigi ou o grande "winterberg" da Suíça saxônica. Assim, enxergamos, no sul e sul-leste, a serena Gávea e os Dois Irmãos, cujo pé se banha na Lagoa Rodrigo de Freitas. Mais à direita, aparece, num verde opulento, um pedaço do Jardim Botânico, depois os vales de S. Clemente e Broca com o grandioso hospital dos alienados e a Fonte da Praia Vermelha, seguida pela aprazível baía de Botafogo e o Pão de Açúcar, que tão abruptamente se levanta das ondas do mar, tão marcante da entrada do Rio. Logo, ao lado, o Forte de Santa Cruz, que é considerado a fortificação maior do Império. A nossos pés se estende a própria cidade do Rio, com os maravilhosos vales de Laranjeiras, Engenho Velho e Catumbi Grande. No lado além da Baía, oposta ao Rio, enxergamos Praia Grande, a Capital da Província e assombrosamente se elevando à Serra dos Órgãos, facilmente reconhecível pelas rochas bicerdas em forma de tubos d'órgão. Que vista mais bela! Nem parece imaginável que os olhos, de um ponto só, possam alcançar um quadro mais magnífico e mais detalhado! Permanecemos muitas horas no cume do Corcovado sem conseguir-

mos nos saturar com tôdas as maravilhas que a natureza derramou com tanta profusão sôbre êsses lugar. Um dos nossos acompanhantes era o veterano naturalista brasileiro, Doutor Antonio Ildefonso Gomes, que, apesar de sua idade avançada, ainda era bastante forte e nos agradou com sua alegria quase juvenil. Quando jovem, tinha vivido vários anos na Europa, assistira com Humboldt as aulas de Cuvier, em Paris. Em sua casa hospitaleira, no Rio, morou durante algum tempo o Senhor Augusto de St. Hilaire. O Doutor Ildefonso (que infelizmente morreu) tinha trazido uma quantia de laranjas grandes e gostosas, queijo, pão e uma garrafa de excelente vinho do Pôrto, não faltando assim refôrço para o estômago. Levantamos então os nossos cálices, no cume do Corcovado, abraçando com olhos e coração o panorama gigantesco a nossos pés e brindamos ao bem do Brasil! O ancião venerável, um caloroso amigo dos alemães, expressava sua opinião que dentro de quarenta anos o Brasil seria mais alemão do que brasileiro ou português e êle desejava que isto acontecesse porque, conforme sua opinião, a sua pátria assim alcançaria um futuro mais feliz!

A volta foi feita via Laranjeiras e Andaraí, num trecho através das florestas que era indescritivelmente encantador. Sempre cavalgamos, dentre as mais magnificas formas da flora tropical, entre palmeiras, baunilhas, begônias, bananeiras, mangueiras, mamoeiros e jacas, misturados com plantas das mais diversas do hemisfério nórdico e mesmo forasteiras da China, do Japão e da Austrália, transplantadas pela mão cultivadora do imigrante. Outra excursão não menos proveitosa foi a efetuada para as cascatas da Tijuca. Numa distância bastante grande movimentamo-nos entre os jardins floridos e casas de campo muito graciosas, que se estendem para cima das montanhas. Suas cercânias são cobertas por bosques de begônias e as fôlhas flamejantes da gigantesca Bougainville são como uma parede natural. A árvore coral (*Erythrina coralliflora*), a magnólia doméstica, a urania em forma de leque, uma multidão de palmeiras e pandanus altos e bem cuidados, bananeiras com seus cachos gigantescos, jacas, engonias, casuarinas e "árvores de melão" (mamoeiros), são as maravilhas floridas e aromáticas, das quais os jardins e florestas nos cercam aqui. Sempre andando entre essas lindas figuras da flora, chegamos à estrada que — apertada entre duas serras baixas — nos levou à Tijuca e desviando para a direita, ao caminho estreito para um môrro em frente da cascata pequena. Os elementos trópicos têm juntado em cada braça quadrada da terra muitas centenas de espécies de planta. Elas se arraigam no humos, lançam raízes nos troncos e nos galhos, baixam até à terra, cercando e emaranhando-se de tal maneira que muitas vêzes descobrimos as corôas da fôlha sem poder descobrir seu tronco, passifloras sem poder notar seus caules, que devem ligar êsses buquês de flôres

lindas. Pouco distante dêste panorama, que oferece uma sensação da natureza muito engraçada, encontra-se a segunda cascata, a chamada Cascata Grande, também mais encantadora pelo caráter de sua vegetação do que pelo elemento líquido. As plantas crescem em forma anfiteatral nos blocos das rochas. Árvores colossais das formas mais diferentes, em caso algum se acham duas espécies lado a lado, seus troncos e galhos são ornamentados com lindas parasitas e as flôres de diversas trepadeiras, as quais se penduram abundantemente como guirlandas, ligando árvore com árvore, ou se mostram verticalmente estendidas como cabos verdes do cume mais alto até a terra. A água jorrando do granito se joga em cascatas sobre uma parede de rochas, numa largura de aproximadamente 20 braças. Seu caminho é marcado por aquêles blocos irregularmente distribuídos, alguns dos quais servem, mais abaixo, para secar ao sol as frutas do bosque de café, o qual forma aqui, em vários lugares, uma selva quase impenetrável. Continuando-se o passeio, advêm finalmente as montanhas da vizinhança e permitem uma vista alegre pelo mar. Chegamos ao rosto gigantesco da Gávea e em nossa frente jaz aquela massa de água salgada, que é chamado o "Lago da Tijuca", em cujo centro se levanta uma ilha, densamente coberta com os "mangues", aquelas árvores de suas centenas de pés raquíticos, símbolos tristes do descuido e falta de ação das autoridades brasileiras que deixam existir tão perto da cidade tais brejos miasmáticos e permitem a êstes grupos de plantas concluir seus processos de vida que envenenam os ares. Quando o estrangeiro volta de tais excursões para o Rio, êle se sente duplamente incômodo e abandonado nesta cidade úmida e sombria. Os brasileiros em geral são pouco sociáveis e, somente depois de muitos anos de convívio, êles trocam mais confidências com os estrangeiros. Neste sentido êles têm muita semelhança com os Hispano-Americanos, a cujos hábitos de vida êles se assemelham. Porém, os estrangeiros residentes no Rio, em geral, passam as noites em seus sítios, espalhados por todos os lados, assim como também fica eliminado êsse elemento, mais acessível a comunicação social, para o visitante ocasional. Os integrantes da expedição da Novara, porém, foram recebidos da maneira mais cordial e amável na casa hospitaleira do Ministro Residente von Sonnleithner e do Cônsul Geral austriaco, bem como nas de algumas famílias alemãs, assim também na Sociedade Germânica, fundada em 1821 por 12 alemães, na Rua Direita. A "Germânia" é a associação mais velha do Rio e conta atualmente com cerca de 200 sócios. Possui sala de leitura com grande número de jornais, especialmente alemães e uma biblioteca bem escolhida com alguns milhares de volumes. Ligados à sala de leitura estão o restante e as salas de fumar, bilhares e jogos. Em geral, gozam os alemães, dentre tôdas as outras nações que moram no

Rio, o maior prestígio. Seu número total é de aproximadamente 3.000. Uma vez que a grande parte segue a fé protestante, possuem eles sua própria igreja, fundada por 3 alemães, no ano de 1827, e atualmente conta com 600 membros e recebe uma renda anual de 5.000 réis. A igreja se encontra sob a proteção do conselho supremo da igreja em Berlim. Por esta razão se reza em cada missa pelo Rei da Prússia, como supremo protetor da igreja. Apesar de sua existência, há 30 anos, a situação da igreja evangélica perante os poderes públicos ainda não se acha regularizada, o que muitas vezes leva a desinteligências. Ligadas à comunidade há uma escola e uma associação alemã de assistência que conta com 200 sócios e arrecada 6/7.000 réis por ano. A assistência consiste em adiantamentos, pensões, pagamento de passagens para viagens, ajudas temporárias para operários alemães desempregados ou doentes, alimentos para órfãos, etc. Mas não são apenas comerciantes, engenheiros e industriais entre os alemães que se encontram em posições de destaque no Rio. Alguns contribuem também para o desenvolvimento das ciências e artes. Assim, por exemplo, achamos o maior empreendimento literário-artístico em todo o Império — a Imprensa e Livraria Editôra dos Irmãos Laemmert, em mãos alemãs. As numerosas obras dessa Editôra, em sua maior parte obras ou traduções de autores portugueses (não brasileiros), tratam da legislação brasileira, história, medicina, abrangem livros escolares, poemas, literatura popular, religiosa, novelas, romances, calendários e peças teatrais. O fundador da firma, o Sr. E. Laemmert, nascido na Baviera, auferiu méritos consideráveis pela edição do “Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial”, redigido por êle mesmo, cujo primeiro anuário foi publicado no ano de 1843. Inicialmente, apenas um caderno bem desprezível, esta obra periódica cresceu, no decorrer do tempo, para um volume grosso, elegantemente encadernado em formato oitavo, de 1.400 páginas e oferece — devido à diligência e constância na qual foi escrito — informações interessantes no organismo interno do Império, bem como a produção científica, comercial e industrial da cidade e província do Rio de Janeiro. Aparecem só poucas obras por ano, de autores locais. Em geral a vida literária do Brasil se limitava até agora ao jornalismo. Existem jornais e revistas mensais em abundância no Rio e nas Províncias, dos quais, porém, a maior parte só tem uma vida curta e logo deixam de existir, a fim de ceder lugar a empreendimentos similares. A imprensa no Brasil goza da mais ilimitada liberdade e se as tendências seguidas por certos jornais no Brasil ficam sem influência sobre a sociedade, é a consequência das circunstâncias especiais do país, onde mais do que quatro quintos da população total não sabe ler, nem escrever, de modo que os jornais só se encontram nas mãos da classe educada. O jornal mais estimado e espa-

lhado do Rio de Janeiro é o conservador “Jornal do Commércio”, seguido pelos “Correio Mercantil”, “Correio da Tarde” e “Diário do Rio de Janeiro”.

Apesar de que tivemos poucas oportunidades de comunicar-nos com famílias brasileiras, fomos tratados da maneira mais cortês pelas autoridades estaduais e cientistas amigos das ciências brasileiras. Somos obrigados a agradecer aos Senhores Dr. Manoel Ferreira Lagos, Dr. Guilherme Schüch de Capanema (filho de um vienense). Filho do Dr. Rockus Schüch, o qual acompanhou, em 1819, a Arquiduquesa Leopoldina d’Austria — posteriormente Imperatriz do Brasil — como bibliotecário. Mais tarde, casou com uma colona suíça no Rio de Janeiro e morreu inteiramente empobrecido. O atual Imperador deixou, por sua conta, o jovem Schüch estudar na Europa, durante quatro anos e desde então está protegendo-o de maneira magnânima. O nome Capanema advém de uma gleba que pertenceu a seu pai. Além destes, os Srs. Dr. Francisco de Paulo Cândido e Manoel de Pôrto Alegre merecem menção. Estes cavalheiros se emulavam verdadeiramente para nos proporcionar uma estada no Rio tão instrutiva e útil, oferecendo-nos os meios para ver tanto em tão pouco tempo e nos deram informações preciosas e instruções sobre algumas perguntas científicas. Por exemplo, originaram do Dr. Lagos as nossas notícias sobre a seiva leitosa da árvore de Assacu (*Hura brasiliensis*), a mordida da cascavel como suposto remédio da Elephantiasis, bem como sobre o famoso veneno das flechas dos índios. O assacu está sendo usado, há muito tempo, contra a horrível doença da “Elephantiasis graecorum” e muitas vezes com excelente sucesso, sem que as propriedades dessa planta fôsem investigadas mais detalhadamente e mais profundamente, apesar de que esta, como outras plantas brasileiras, tivesse contribuído com uma análise científica e exata para aumentar as armas da terapêutica para o combate às doenças crônicas. O Assacu é uma árvore da Província do Pará, da qual se obtém, por meio de incisão, uma seiva resinosa, de côr marrom ou avermelhada, leitosa, que se engrossa, e aos poucos, não sem dificuldades, endurece. Esse concentrado é de côr marrom escura, de aparência mais borrachosa do que resinosa e facilmente solúvel em água. A solução tem a mesma côr da seiva exsudada da árvore e o mesmo cheiro. Uma comissão de médicos do Pará tentava, há considerável tempo, provar num relatório a eficiência e excelência do Assacu contra Elefantíase. O mesmo mostra que a melhora dos doentes surpreende já nos primeiros dias do remédio; a doença parece parar, ou, pelo menos, fazer somente lento progresso. Os doentes tomam a seiva do Assacu por via oral, em forma de pílulas, e um chá da casca como bebida; externamente uma infusão da casca nos banhos. Alguns pacientes disseram que sentiram, no dia em que

tomavam êste remédio, uma sensação como “correria de formigas” ou vibrações como as da eletrização, porém mais fracas e mais uniformes. É conhecida a crença, em muitas partes da América do Sul, de que a mordida da perigosa cobra cascavel curasse a Elefantíase ou os tumores que cobrem as pernas e os pés do doente como uma pele da grossura do couro do elefante. Porém os casos da utilização prática dessa cura são raros, mas de dupla importância contra outra doença não menos horrível, especialmente se é feita perante um homem das ciências e são narrados por êste mesmo observador. Um indígena, de nome Marianno José Machado, de Rio Pardo, da Província do Rio Grande do Sul, de 50 anos de idade, sofria há vários anos da Morphea (*Elephantiasis graecorum*) e já passava quatro anos no Hospital dos Lazaristas no Rio de Janeiro, quando êle, cansado da vida, tomou a decisão firme de tentar, como último meio contra sua doença horrível, a mordida da cascavel. Tôdas as admoestações e os conselhos dos médicos, que duvidaram do efeito saudável dêste remédio perigoso, foram desconsiderados. Mariano se dirige a uma casa na Rua da Imperatriz, cujos moradores possuíam uma cascavel viva e declarou aqui, na presença de algumas pessoas, assinando também um documento neste respeito, que agia de sua livre e espontânea vontade, sem influência alheia e se responsabilizava por tôdas as consequências advindas de seu feito. Marianno era de estatura média, de constituição atlética e tôda a pele de seu corpo era coberta com tubérculos não ulcerosos, o rosto horrorosamente desfeito. As pontas dos dedos já tinham perdido a sua forma, a pele se descascava dêles com muita facilidade. O paciente corajoso abriu a gaiola onde se encontrava o réptil venenoso e agarrou enêrgicamente a cascavel que, inicialmente, tentou fugir, como que sentisse nojo do deformado. Mas, como êle a tinha apertado, ela o mordeu nos dedos, em sua resistência. Marianno não sentiu as picadas dos dentes, nem o efeito imediato do veneno entrando na ferida. Êle só sentiu pelo fluxo do sangue e uma leve inchação da mão que a cobra o tinha mordido. Vários médicos rodeavam o leito do paciente; quase cada meia hora observam os fenômenos, minuciosamente anotados. Mesmo quando a condição piorou, não faltou a aplicação de anti-tóxicos. Porém, o processo se desenvolveu como imaginado: “24 horas após a mordida da cascavel, o Marianno era morto”.

Alguns membros da Associação dos Médicos em Viena desejavam que adquirissemos uma quantidade considerável do veneno usado, na América do Sul, nas flechas, o curare, a fim de fazer com êle mais profundos ensaios químicos e fisiológicos do que antes. Como o curare não se encontra no Rio, mas no Norte, na Província do Pará, onde os indígenas o extraíam da seiva de uma *Stryclinia* (*Stryclinus toxifera*), o Dr. Lagos nos prometeu enviar para os cien-

tistas, na Áustria, a respectiva quantidade. Êle chamou a nossa atenção para os últimos ensaios com o mesmo, cujas propriedades especiais foram comentadas por Alexandre von Humboldt, há mais de meio século, em sua obra clássica sobre as viagens nas regiões equinociais do nôvo continente. A propriedade especial do curare é repartida por outros venenos de origem orgânica. Êle é somente tóxico se chega na circulação sangüínea, porém fica inócuo e em casos especiais — serve como remédio, se êle fôr introduzido sob outra forma no corpo. Quanto mais se descobria os efeitos fulminantes e a infalibilidade dêste veneno, tanto mais àgilmente a ciência tentava descobrir anti-toxinas para paralisar a atividade do curare. Ultimamente foi reconhecida uma solução dos preparados de iôdo e sódio, dentro de certos limites, como antidoto seguro. Misturado ao curare em solução idêntica, elimina os efeitos tóxicos. Os estudos e os conhecimentos progressivos das propriedades do curare levaram-no a experimentar o mesmo também como remédio, e êle foi usado em animais contra o tétano, com grande sucesso. Esperamos que a ciência encontre resultados positivos dêste veneno interessante, cujas forças até agora somente serviram para a aniquilação do organismo, a fim de transformá-lo em benefício para a humanidade sofredora. Em companhia dos mencionados pesquisadores brasileiros, visitamos também algumas das mais interessantes instituições públicas humanitárias e escolares do Rio de Janeiro. Durante uma visita à — parcialmente renovada — Cassa de Correção, organizada pelo sistema AUBURN, nos foram mostrados três negros de Moçambique, os quais, em 1852, foram contrabandeados num navio de escravos da costa leste da África para o Brasil, a fim de serem vendidos aqui como escravos, apesar da proibição existente. Êste navio, porém, foi capturado por cruzadores brasileiros e os negros imediatamente libertados. Em seu próprio interêsse, para evitar que fôsem vendidos pela segunda vez como escravos, foram internados em uma parte separada da casa de prisão, especialmente destinada para os assim chamados “africanos livres” e aí mesmo alimentados e instruídos em vários ofícios manuais, por conta do govêrno.

Uma vez que a seção filosófica-histórica da Imperial Academia de Ciências expressava o desejo de receber um glossário do idioma falado pelos negros de Moçambique, e como a possibilidade de que a expedição tocasse na costa leste da África era remota, aproveitamo-nos da circunstância feliz dêste encontro, a fim de conhecer o referido vernáculo. Nesta tarefa nos ajudou o Sr. Pôrto Alegre, Diretor da Academia das Belas Artes. Dois dêsses negros, Camille e Ventura, eram nascidos em Quillimani e pertenceram à tribo dos Mananpi; o terceiro, Jeremias, era proveniente de mais longe, da tribo dos Macuá e falava um dialeto do idioma de Moçambique. Ventura, um rapaz de no máximo 17 anos, conta como êle foi roubado de seus pais durante uma noite em

Quilimani e foi levado a um traficante de escravos, cujo nome era Jones e depois transportado em um navio miserável, que fêz água durante a viagem, até a costa do Brasil. Os três companheiros prêtos, que eram nitidamente vestidos e limpos e que foram bem nutridos nesta instituição, ganharam — um dêles como carpinteiro, os outros dois como pedreiros — 30 mil réis por mês. Quando perguntamos se gostaram mais do Rio do que de sua pátria, responderam em unísono que tinham saudades de Quilimani, onde não foi preciso trabalhar mais do que 6 meses e todo o tempo restante se entregar a um descanso agradável, enquanto no Rio são obrigados a trabalhar o ano inteiro, 8 horas por dia. Apesar dos nossos intensos esforços durante várias horas, o resultado era bem deficiente, em consequência da baixa inteligência dos negros. Não nos contentamos com a anotação das palavras que nos deram em resposta às nossas perguntas. Também tentamos confirmar a exatidão de cada uma pela repetição de cada uma na língua de Moçambique e pela tradução para o português. Êste método parecia nos dar a maior certeza da pronúncia e da ortografia. Servimo-nos, na redação dêste glossário, do conhecido esquema de Gallatin, que nos pareceu mais completo do que o vocabulário de palavras latinas que nos tinha enviado o Conselheiro Martins de Munique, do qual o conhecido pesquisador e viajante desejava a tradução para línguas desconhecidas e semi-desconhecidas. As tribus, às quais pertenceram êstes negros, parecem ser convertidas para a fé cristã. Pelo menos todos os três tiveram nomes cristãos, mas não eram capazes de dar informações sôbre certos costumes pagãos de sua pátria, nem sôbre a significação de um ídolo esculpido em marfim de origem da costa leste africana.

Duas das mais vistosas edificações do Rio de Janeiro — que merecem ser consideradas iguais às maiores Beneficências da Europa, são o imenso hospital da Santa Casa de Misericórdia, que parece um palácio, no qual anualmente são recebidos e tratados de 8 até 9.000 doentes, e o grandioso “Asilo dos Alienados”, na Baía de Botafogo. Esta última instituição, que não tem igual no mundo inteiro, em sua construção e equipamento externo, foi fundada em 1841. Sua fundação deve ser agradecida a um dos homens mais nobres e maiores benfeitores de seu país. José Clamente Pereira, então Ministro de Assuntos Interiores. Como nos contaram repetidas vêzes, êsse Ministro genial, um profundo conhecedor do coração humano e de suas fraquezas, conseguiu juntar os meios financeiros pela seguinte maneira, que consideramos altamente original. Tôdas as espécies de condecorações brasileiras, bem como os títulos de Conde, Barão e Marquês, podiam ser comprados por adequada importância. E com o dinheiro assim arrecadado foi construído aquêle instituto. Levanta-se assim no lado sul da magnífica Baía de Botafogo êsse palácio esplêndido, menos como teste-

munho da Humanidade e Filantropia do que da vaidade humana, cuja cooperação ajudou a construí-lo. Infelizmente também nesta instituição a aparência externa significa mais do que o interior. O tratamento médico dos doentes fica aquém de sua pompa externa. É mais um asilo do que um hospital para curar os alienados. Um dos mais claros exemplos de quão pouco se pretende beneficiar das favoráveis condições que a natureza oferece no Rio, é demonstrado por um terreno nas imediações do asilo dos alienados, denominado "Jardim Botânico". Com exceção de uma imponente e magnífica alameda de cem esbeltas palmeiras reais (oreodoxa regia), as quais oferecem, com sua regularidade excessiva, um aspecto incomparavelmente majestoso, e alguns exemplares de plantas exóticas, os olhos só encontram campos vazios onde crescem ervas daninhas, viveiros negligenciados, apesar de que o clima e solo oferecem todos os meios para se criar aqui uma verdadeira casa dos representantes da flora de tôdas as zonas do mundo. Mesmo uma grande plantação de chá, para cujo cultivo foram importados alguns milhares de chineses, está sendo negligenciada e deixada sem desenvolvimento, apesar do fato de que o sucesso teria trazido grandes estímulos. Ela agora é uma testemunha da maneira como as coisas no Brasil são começadas e abandonadas. Quando perguntamos desde quando a organização do Jardim Botânico foi iniciada, o nosso guia, um português nato, disse-nos com um riso sarcástico: "Desde a criação do mundo". Naquela parte do Jardim, que atinge a Lagôa Rodrigo de Freitas, se encontra uma casa térrea, meio desabada, com janelas quebradas e portas desajustadas. Um capataz indicou-a como o local onde o Imperador costuma parar e descansar quando visita o Jardim Botânico. De uma maneira estranha, o Brasil não possui nenhuma Universidade propriamente dita. Uma certa inveja, com que esta cidade está olhando os privilégios e prerrogativas das outras, era a razão porque o governo separava os cursos médicos e jurídicos. Desta maneira, ofereceu para cada uma das quatro capitais do Império, as vantagens da presença estudantil. Assim, encontram-se, no Rio de Janeiro e na Bahia, as cátedras das ciências médicas; e, em Pernambuco e São Paulo, aquelas das ciências jurídicas. O número de estudantes nestas instituições aumentou, em média, mais de mil, nos últimos anos. Recentemente, o governo dedica grande atenção ao ensino público. Em março de 1857, houve em todo o Brasil 2.452 escolas (765 particulares e 1.687 públicas), frequentadas por 82.243 crianças (entre as instituições de ensino médio, o Colégio Dom Pedro II toma o primeiro lugar. Atualmente — 1857 — é frequentado por 3.000 alunos). Em 1856, foi inaugurada uma escola comercial, com o objetivo de formar comerciantes eficientes. Além disto, são planejadas cátedras para as ciências naturais e ciências próprias da administração.

A mais importante de tôdas as instituições científicas do país é o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, cujas sessões são regularmente atendidas pelo Imperador do Brasil, como Presidente de Honra. Este Instituto, que no Brasil tem a mesma importância como em nosso país a Academia de Ciências, se dedica principalmente à publicação de documentos e manuscritos antigos, que tratam da História do Brasil e sua população indígena, bem como inclui as pesquisas das ciências naturais em suas atividades. As sessões são realizadas cada segunda sexta-feira. Os naturalistas da expedição da "Novara" participaram de uma das sessões. As cinco e meia da tarde, Dom Pedro II entrou na sala das sessões, acompanhado por dois gentis-homens da Câmara, numa ala do Palácio Imperial. Todos os membros do Instituto se aproximaram, um depois do outro, do Imperador e o beijam na mão. Sabíamos, nesta ocasião, que mesmo as mulheres apresentadas ao Chefe do Estado, costumavam beijar-lhe a mão, como demanda o costume do país. O Imperial Presidente de Honra, vestindo simples terno burguês e no peito uma condecoração em forma de estrela, tomou seu lugar ao lado superior de uma mesa comprida e larga. Com exceção do Vice-Presidente e do Secretário, os demais membros parecem não ter lugar fixo. A sessão procedeu sem formalidades. As conferências tratavam de assuntos generalizados. A leitura da ata da última sessão levou muito tempo, bem como a resposta a certas observações feitas sobre a falta de capacidade dos agrimensores brasileiros. Sir Richard Schomburgh, em seu livro, publicado em 1843, sobre Nova Guiné, expressava críticas sobre a agrimensura praticada no Brasil. Um sócio, Sr. Schüch de Capanema, como engenheiro e brasileiro, sentiu-se obrigado a protestar contra essa reprimenda injusta (aliás um pouco tarde). Depois disto foi apresentado um manuscrito, pelo qual o autor tentava provar a autochtonia dos indígenas pardos. O Imperador mandou fazer a leitura do trabalho. O Secretário começou imediatamente, porém a letra era tão ilegível que a leitura teve que ser interrompida logo após. Depois da sessão, que durou mais de três horas, Dom Pedro II conversou ainda algum tempo com os pesquisadores austríacos e mandou-lhes entregar alguns exemplares de um épico, em língua portuguesa, que recentemente tinha sido impresso por conta do Imperador. O mesmo tem o título "Confederação dos Tamoios", de autoria do poeta brasileiro Gonçalves de Magalhães e trata das guerras dos Tamoios com os povoadores portugueses, em São Vicente. Finalmente, a derrota daquela tribo heróica, a fundação do Rio de Janeiro e a ocupação da região de Niterói pelos portugueses. Em 1862, o mesmo autor, que é acreditado Embaixador na Córte Austríaca, publicaria um livrinho de poesias "Urania", que seria impresso pela Imprensa do Estado, em Viena. Como

se torna evidente da capa, o editor é um francês, Sr. B. L. Garnier, no Rio de Janeiro. Um ramo do Instituto Histórico e Geográfico é a "Palaestra Scientifica", cujos membros são, na sua maioria, os naturalistas. Os viajantes da "Novara" foram convidados a participar de uma sessão dessa sociedade. O Secretário apresentou alguns manuscritos velhos sobre as condições da natureza de diferentes províncias do Brasil, as quais foram investigadas no ano de 1798, por ordem e custas do governo português daquele tempo. Também, foi lido um memorial sobre a cultura da linhaça na Província de Santa Catarina. O Dr. Schüch ofereceu à Sociedade os vocabulários das línguas dos Coroados e Puris, de autoria de um ex-capitão da Marinha, Sr. R. F. de Senester, que agora mora em Minas e tinha tido contatos com as tribus dos Puris e Coroados. O Dr. Schüch também mostrou uma matéria corante, derivada da madeira do Ipê, uma Bignoniacéia, que também é usada como madeira de utilidades práticas, por exemplo, para eixos de carros. O Conselheiro do Estado e Senador Cândido Baptista de Oliveira (ex-Ministro e Enviado em São Petersburgo, atualmente Editor e Redator da Revista Brasileira), entregou tabelas meteorológicas e discursos sobre medição da altitude. De regra, as conferências foram proferidas em português, porém, por cortesia aos hóspedes estrangeiros, a maioria dos sócios falou em francês e o Presidente até solicitou que o Dr. Schüch de Capanema, um grande conhecedor da língua alemã, traduzisse os discursos do português para o alemão, o que êle fez de uma maneira muito amável. No fim da sessão, o Chefe da Expedição e os integrantes da comissão científica foram nomeados membros da **Palaestra Scientifica**. Daquela sociedade também originava o projeto de um levantamento das condições naturais das Províncias no Oeste do Império. Ela era ao mesmo tempo encarregada da elaboração das instruções para os participantes. Êste empreendimento foi organizado nas mais magnânimas proporções. Uma biblioteca escolhida e numerosos instrumentos físico-astronômicos foram encomendados em Londres, Paris, Berlim, Munique, Göttingen e Viena. Um astrônomo, um botânico, um zoólogo, um geólogo, um etnólogo e um estatístico, deviam acompanhar a expedição. Cada uma dessas seções dispôs de um número de assistentes; a astronomia contava até com nove. Quando os viajantes da "Novara" chegaram ao Rio de Janeiro, foi distribuída uma instrução impressa, em português, dos integrantes da expedição brasileira. Como ouvimos, ela somente aguardava a chegada dos instrumentos da Europa para partir logo depois. As caixas para o transporte dos objetos a serem levados já estavam preparadas. Sua execução elegante fez toda a honra aos marceneiros brasileiros. Era com orgulho que um membro da expedição nos mostrou um cofre gracioso, no qual deveria ser acondicionado um estojo não menos

elegante, para medicamentos. Enfim, os preparativos realizados no verão do ano de 1857, no Rio de Janeiro, para o levantamento científico das Províncias do Oeste do Império, eram inteiramente apropriados para contar-se com o mais belo sucesso, considerados os investimentos financeiros e a organização. Assim, sentimos que até hoje — mais de 6 anos passados — não houvessem sido publicados os resultados dessa expedição. As valiosas coleções botânicas e geológicas do Dr. Schüch sofreram um naufrágio no transporte e pereceram. Encontra-se no Brasil e em tôdas as partes da América do Sul povoadas pela raça românica, muita boa vontade e ambição para manter contacto com os povos da civilização nórdica, em seus progressos e suas pesquisas científicas, porém, muitas vêzes faltam a fôrça e constância, tão próprias à raça anglo-saxônica, as quais são condições principais para levar a efeito o assunto começado com tanto zêlo. Observamos haverem começadas no Brasil tantas coisas da vida científica, econômica e social, mas nunca terminadas. Em nenhuma parte do mundo se ouve falar tanto no que deve ser feito, como no Rio de Janeiro. Por exemplo, o Museu de História Natural, no Campo de Sant'Ana, instalado em edifício esplêndido, com salas magníficas e vitrinas altamente elegantes, mas carecem de objetos científicos e mesmo os poucos existentes ainda não são cientificamente organizados. Um outro instituto de ensino, a Academia Militar, fundada em 1810 por Dom João VI, com o fim de formar engenheiros e oficiais para tôdas as armas, foi até agora reformado nove vêzes e está sendo reformado pela décima vez. Nesta instituição ainda existe o sistema prejudicial de indicar ao aluno, 24 horas antes do exame, aquêle capítulo em que êle será examinado. Êste sistema elimina o estímulo para os talentosos, enquanto permite a alunos de qualidades médias a passarem com facilidade. A biblioteca pública encontrava-se, durante a nossa visita, em mudança. Assim, soubemos apenas que abrange atualmente 86.000 volumes, cujo acêrvo fica aumentado anualmente com 500/600 volumes adquiridos com subvenção do Estado. De acôrdo com uma informação do Ministério, êste instituto tão importante para a educação, foi visitado no ano de 1856 por 3.407 pessoas, que consultaram 7.317 volumes de obras diversas, a maioria em português e francês. Como a espécie de literatura permite tirar conclusões sôbre o grau de educação dos leitores, queremos ainda mencionar que 238 volumes eram de matéria teológica, 1.046 de ciências políticas, 2.879 de ciências naturais, 153 de Belas Artes, 1.083 de História e 2.318 de beletrística.

Outra instituição que prova a ambição cultural dos brasileiros é o Conservatório de Música, do qual deve provir a "Ópera Lírica Nacional". O número dos estudantes de ambos os sexos aumenta cem por cento ao ano. Nos últimos anos costumou-se mandar um

ou dois alunos mais dotados para o exterior, onde recebem instrução completa. Durante uma estada de quatro anos na Europa tais alunos recebem, além das despesas de viagem, uma boa bolsa do Imperador no valor de 3.000 francos por ano. Caso os mesmos cheguem a ser premiados pelo Conservatório de Paris, ainda ganham um presente em forma de 1.000 francos; seus trabalhos e composições porém permanecem propriedade do Instituto. Assim, os brasileiros esperam poder passar sem os músicos e cantores estrangeiros dentro em breve. Dentre as instituições mais novas, que merecem ser especialmente mencionadas, devido à sua boa influência no bem físico da população, toma sem dúvida o primeiro lugar a "Junta Central de Higiene Pública", fundada há poucos anos, no Rio de Janeiro. As razões da fundação dessa repartição tão importante eram as epidemias de febre amarela e de cólera, bem como o pânico que essas epidemias causavam. A febre amarela irrompeu no Rio de Janeiro, pela primeira vez, em 29 de dezembro de 1850, ntroduzida pelos navios vindos da Bahia, onde a epidemia já grassava durante algumas semanas. Só poucas Províncias do Império foram poupadas daquela horrível prova. No Rio de Janeiro, foram atingidas 120.000 pessoas de uma população de 250.000 habitantes, dos quais morreram 5.000.

Poucos anos depois, em 15 de julho de 1855 aconteceu no Rio de Janeiro o primeiro caso de cólera asiática. Faleceram de cólera asiática, 4.826 habitantes da Capital, durante um período de quase 10 meses. Em tôdas as Províncias do Brasil o número de mortos da terrível peste, entre os meados de maio de 1856 e fim de dezembro de 1856, aumentou para 107.093 pessoas. Um dos mais eminentes médicos do Rio de Janeiro, que era dos mais destacados membros da nova repartição sanitária, Dr. Francisco de Paulo Cândido, emitiu um relatório oficial sôbre as condições sanitárias, dirigido ao Governo Brasileiro, com informações altamente interessantes sôbre a história do "Cholera Morbus", no Império. Diz que havia notado três sintomas que coincidiam com a erupção, o aumento e o fim da mesma e que tinham relações proporcionadas entre si. Assim, notou que o ozônio quase desapareceu inteiramente em julho e nos meses seguintes, o vagaroso aumento do oxigênio na atmosfera, na mesma proporção em que o número de casos de cólera diminuiu e, finalmente, a influência que a umidade e as flutuações rápidas da temperatura exerceram sôbre a doença. O aparecimento das duas epidemias provocaram, além da fundação da Polícia Sanitária, ainda outras medidas benéficas no sentido da saúde pública. Assim, foi construído na linda Baía do Rio de Janeiro um hospital para a internação de doentes da cólera e da febre amarela. Diariamente, pela manhã, durante os meses menos saudáveis, várias vezes, zarpa um pequeno vapor do Governo e faz a volta no pôrto, a fim de retirar maru-

jos doentes de seus navios e levá-los de graça ao hospital, na Baía de Jurujuba. No vapor, encontram-se um médico e um farmacêutico, podendo o tratamento médico ser imediatamente iniciado, ainda no trajeto. Como sinal de que a bordo de um navio se encontre um doente de febre, cuja internação urge, foi concluído um entendimento — o içamento de uma bandeira no mastro principal. Assim avisados, o barco da polícia sanitária se dirige ao respectivo navio, no pôrto, e retira o doente para o tratamento. Também foi, recentemente instalado na Ilha Marica, fora da barra, um hospital para poder tratar os doentes epidêmicos, em isolamento completo do resto da população. Também a limpeza da Capital do Império Brasileiro foi, em consequência dos desastres epidêmicos, sujeita a maiores cuidados, apesar de que ainda deixa a desejar.

Sem dúvida, o Rio de Janeiro é, até agora, a cidade mais suja do mundo. Como não há cloacas e canais de esgôto, toda a matéria fecal que se acumula durante o dia é, pela noite, carregada na cabeça pelos negros, em baldes e barris para a baía e esvaziados na praia, estranhamente perto do Palácio Imperial. Assim, vários bairros são imprestáveis para se morar nêles, especialmente nos meses quentes. Por outro lado, é caríssima a construção de canais de esgôto numa cidade como o Rio de Janeiro, que está situada tão pouco acima e perto da água. Porém, quem avalia a altura da soma disponível para melhorar o bem estar físico dos atuais habitantes, e das gerações futuras? No ano de 1857, o governo fechou um contrato com os Srs. Joaquim Pereira de Lima e I. F. Russell, conforme o qual êstes dois empresários se comprometeram a introduzir na Capital do Brasil semelhante sistema de limpeza do pôrto e das ruas como existe, há alguns anos, na Inglaterra. A licença exclusiva abrange 90 anos e é feita contra pagamento de um determinado impôsto. Também foi formada uma Companhia Reformadora com o fim de alargar e embelezar certas ruas, melhorar o calçamento, etc. More-se no Rio de Janeiro, onde toda rua, cada praça aberta representam um foco de epidemias e doenças, para poder avaliar-se a importância de tais empreendimentos. Que pena que os resultados práticos deixem esperar tanto.

Por ordem de Sua Majestade, o Imperador do Brasil, foi pôsto à disposição dos membros da expedição um navio a vapor, a fim de poder visitar os pontos mais bonitos da magnífica Baía do Rio de Janeiro. A bordo do mesmo, encontravam-se o Almirante do Pôto, bem como os comandantes dos vasos de guerra brasileiro aí ancorados e alguns membros do Instituto Histórico-Geográfico. Uma banda de música tocou números nacionais, quase sem interrupção. Primeiramente, a viagem nos levou à parte sul-leste da Baía, passando as vilas de San Domingo e

Ponta da Armação para a Ponta da Área, onde se encontram os estaleiros navais de uma companhia inglesa, cujo objetivo principal é a construção de vapores pequenos para a navegação na Baía e nos pontos da costa. Possui ela um capital de 1.252,000 réis e ocupa 667 operários (entre eles 298 estrangeiros, 207 operários locais e 162 escravos negros). Além dos fundos fornecidos por capitalistas locais, a empresa se baseia em capitais estrangeiros. Até a madeira de construção para os navios vem da Noruega e América do Norte. A Inglaterra fornece os engenheiros e máquinas. Passando as Ilhas Salinas e Honório e entre as Ilhas Barelo e a praia leste da Baía, fomos até a encantadora e formosa Ilha de Paquetá, onde desembarcamos. A mesma tem uma circunferência de cinco milhas inglesas e é habitada por aproximadamente 1.600 pessoas, que aproveitam a cal das conchas encontradas na praia. Quase todas as construções perto da costa são dessas caieiras. Durante a temporada seca, Paquetá é o alvo predileto dos fluminenses — como são denominados os habitantes da baixada do Rio — para suas excursões de domingo. Dessa ilha magnífica o vapor nos levou até o lado norte da Baía. Agora se tornaram visíveis as importantes montanhas da Serra dos Órgãos, com sua semelhança de bastidores, enquanto os olhos podem descansar com agrado num dos morros mais próximos, onde emergiu a Matriz San Francisco de Coroara. Quanto mais nos aproximamos da parte norte da Baía, tanto mais romântico se tornou o panorama das montanhas: a Serra da Estrêla, a Serra de Tinguá (que não somente é o ponto mais alto da Baía mas se diz ser o mais alto do Brasil) e o Vale de Santa Cruz, o qual é seguido pela corrente montanhosa de Guaratiba e a Serra de Iguaçú. Finalmente, aparecem as montanhas da linda Tijuca, a Gávea e o mundialmente famoso Corcovado, ao qual se liga o guardião da entrada do porto: o Pão de Açúcar. Não foi visitada a maravilha da Baía, que é a Ilha do Governador, que tem uma circunferência de mais de sete milhas inglesas, e é habitada por mais de cem almas, onde se encontram algumas caieiras e olarias, uma fábrica de lonas par velas e uma fábrica de sabão. No outro lado, atracamos em várias ilhas pequenas, onde os zoólogos e botânicos colheram interessantes resultados. Às vezes emergiram do fundo do mar ilhas de vegetação densa, verdadeiros idílios tropicais de pedra e floresta, os quais o olho humano só pode ver e admirar, mas a pena não consegue descrever. Jamais esqueceremos a lindíssima ilhota de Cataláu, com seus enfeites de flores e a maravilhosa alameda de palmeiras. Quando nos aproximamos do porto, pelo lado Este da Baía, perto da Ilha do Bom Jesus e da Ponta do Caju, com suas residências graciosas, logo notamos uma floresta de mastros, atrás dos quais, a Leste, o Pão de Açúcar, o Mórro da Viração, com o Forte Pico a Oeste, para poder cobrir os fundos de Santa Cruz.

Que pena que estávamos sentados à mesa do almoço e a boa educação não nos permitiu trocar o salão pelo convés. Também, no Brasil, os banquetes e brindes têm muita importância nestas ocasiões. Ainda não chegamos ao nosso destino. Fizemos outra volta, afastando-nos da Capital e passamos pela bonita Baía de Jurujuba. Na costa achamos casinhas graciosas, cercadas de rica flora e, através de um vale profundo, enxergamos até os mastros altos de navios que ainda se encontravam em pleno mar e se dirigiam à entrada da Barra, no mesmo passo. Como o nosso vapor navegava em alta velocidade, mudaram cada instante as impressões; um caleidoscópio das vistas mais alegres e amáveis. Descemos para a terra em Jurujuba, a fim de visitar o Hospital Marítimo de Santa Isabel, fundado em 1853, aquêlo asilo humano para marinheiros de tôdas as nações e confissões. O mesmo está sendo utilizado principalmente por ocasião de epidemias. Durante sua existência de 5 anos, foram tratados aproximadamente 6.000 casos de febre amarela. No ano de 1856 foram admitidos 2.452 doentes, dos quais faleceram 175, 2.195 foram curados e 82 permaneceram sob tratamento. Os médicos, Dr. Bento Maria da Costa e Dr. José Teixeira de Souza, que dirigem êste hospital, merecem o mais alto elogio. Sômente as cercânias mais próximas do Hospital foram transformadas em jardins pequenos pela mão cultivadora do homem. Foram isolados com a **machete**, a sombria **Aleurites triloba**, a **Anda Gomesii**, em fileiras para formar alamedas entre as plantas selvagens. Porém, já adiante, o pé do visitante novamente tropessa nos laços da vegetação da selva nativa. **Casuarinas Anacardium Occidentale**, com suas comestíveis frutas carnosas em forma de pera, a Mangueira da Índia, as espécies da *Eugenia*, tão ricas em óleos etéricos, a Figueira branca (**Ficus doliaria**), a Árvore das Canoas, uma forma gigantesca de **Bombacéia**, armadas de espinhos e outras altas espécies florestais se encontram perto das edificações novas e mesmo na densa e escura floresta, imperturbada pelo homem. Também cobras venenosas e perigosas em seus ninhos seguros, a só alguns passos das habitações humanas. Nós mesmos observamos um botânico da expedição, que ao encostar uma escada numa árvore velha, no mato, onde habitavam inúmeras espécies de plantas, foi agredido por uma Jararaca, que defendia sua toca.

Na saída da Baía de Jurujuba, a Noroeste, se eleva uma ilha formosa com o nome agradável de "Boa Viagem" e a igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem no seu cume, 400 pés acima do nível do mar. Tendo ficado bastante escuro durante a nossa visita ao Hospital, voltamos sem demora ao Rio de Janeiro, até a ponte do desembarque no Arsenal, onde os participantes da viagem despediram-se com as impressões mais agradáveis e os sentimentos de nossos agradecimentos profundos pela hospitalidade da qual

fomos o alvo. Outra atenção estendida à expedição pelos Doutores Lagos e Schüch, foi uma excursão com os pescadores na Baía de Jurujuba. A mesma foi preparada de um modo excelente e satisfizes todos os participantes, embora os resultados dos naturalistas se tornassem mais satisfatórios do que os dos pescadores. Uma vez que os dias de nossa estada no Rio estavam a terminar, fomos obrigados a nos apressar a ver tanto em tão pouco tempo.

Na manhã depois da nossa excursão no vapor do Governo, visitamos a Câmara dos Deputados, onde houve uma sessão. O salão oval é decorado com simplicidade e bom gosto. Os Deputados estão assentados em bancos arranjados num semi-círculo. No lado oposto do Presidente e do Secretário, acham-se algumas mesas para os Ministros. Nas terminais, em ambos os lados do salão, encontram-se galerias para o público e o camarote dos Diplomatas. Não há tribuna propriamente dita. Cada Deputado fala de seu lugar. A linguagem é muito livre, bem como o comportamento de certos Deputados, que às vezes, nem deixa mum orador usar da palavra. O barulho, gritaria e a confusão ainda supera o Capitólio em Washington. Há oradores excelentes entre os brasileiros. A ordem do dia era uma acusação contra o antigo Ministro de Justiça Nabuco, por causa de deposição ilegal de um funcionário do Governo, na Província do Maranhão. O público numeroso acompanhou as discussões com grande interesse. Os escândalos encontram seus admiradores em todos os países. Nós não aguardamos o fim dos debates. Ouvimos, porém, mais tarde que o antigo Ministro da Justiça justificou seu procedimento e provou a corrupção do funcionário deposto.

Ainda no mesmo dia fizemos uma excursão à Serra da Estrêla e Petrópolis, uma cidade que foi várias vezes mencionada na imprensa desde que a emigração alemã para o Brasil atraiu a opinião pública, em consequência da agitação feita por agências brasileiras na Alemanha. Embora se possa ir do Rio a Petrópolis em quatro horas, o viajante tem que servir-se de três diferentes veículos para alcançar alvo tão próximo. Primeiramente, com um vaporzinho do Rio até a costa oposta da Baía, onde se encontra uma estação ferroviária. Depois, por via férrea, até Frágoso, e, finalmente, de calçada, numa estrada muito boa, até Petrópolis. Esta magnífica estrada artificial, que foi iniciada em 1848 é, até agora, a única, em seu gênero, no Brasil. Também a via férrea de Mauá até Frágosa, numa extensão de 5 milhas inglesas, é a única acabada em todo o Império. A estrada vai ser continuada de Petrópolis até Paraíba. Também em outras direções as estradas vão ser desenvolvidas. Ouvimos que o governo brasileiro tem a intenção de aumentar os meios de transporte com a introdução do Dromedário. O Dromedário é acostumado a temperaturas variadas, áustero e acostumado a qualquer alimento. Parece que êle se adaptará nas

largas planícies das Províncias do Norte e oferecerá para os habitantes grande vantagem no transporte de seus produtos. O clima quente e grandes sécas, tão comuns no Maranhão, Piauí, Mato Grosso e em outros lugares serão aturados pelo Dromedário, enquanto temperaturas altas, combinadas com humidade o prejudicam. Calculava-se que um Dromedário, que na média é capaz de transportar uma carga de 700 libras, i.e., tanto como 6 cavalos ou 4 mulas, custa em sua terra de origem 300 até 400 francos e com o transporte ao Brasil acarretará despesas de aproximadamente 1.200 francos. Com a introdução “dêste animal do deserto”, devia ser combinado o plantio da Tâmara, cujos frutos são o alimento principal do Dromedário. A tâmara também aumentaria com vantagem os alimentos de tôdas as classes populares.

Seria também de alta importância a ligação do interior do país com os diversos portos oceânicos por meio de vias férreas, assim reduzindo os custos altos do transporte dos produtos naturais por meio de mulas. Isto serviria aos interesses do produtor agrícola e do comerciante. Como exemplo mencionamos que o frete de uma Arroba Brasileira ou 32 libras de café sôbre uma distância de 12 milhas alemãs, do distrito do café de Vassouras para o Rio de Janeiro, custa 7 até 800 réis. Essa dificuldade e a despesa alta com o transporte encarecem muitos produtos agrícolas de tal maneira que nem vale a pena levá-los ao mercado da cidade portuária. A despeito de formadas várias Sociedades Anônimas e feito substanciais investimentos para a construção de ferrovias em algumas províncias do Império, como a Sociedade da Linha Ferroviária Dom Pedro II, que ligará as províncias mais frutíferas do Império com Rio, faltam, como em outras emprêsas, a constância, a energia e a cooperação estrangeiras. Neste sentido é de grande importância a imigração estrangeira, da qual ainda vamos tratar.

A viagem de caleça, de Fragoso até Petrópolis, pela Serra, é muito agradável. Quem não tem a felicidade de poder entrar mais no interior, recebe aqui, pelo menos, uma boa idéia de uma floresta nativa brasileira. As maravilhosas formas de vegetação tropical, não se manifestam sômente pela magnitude, mas também pela luxúria que cobre tudo. Isto afeta a visão como uma música visual. É necessário um certo tempo para poder apreciar tôdas as belezas que os olhos podem captar.

Depois que os olhos se costumam com esta primeira surpresa dessas belezas, o observador fica atraído por uma trepadeira que é um dos vegetais mais surpreendentes do mato brasileiro. Esta planta é o cipó matador, o mais forte e mais cruel de todos os cipós. Ao longo de um tronco forte o cipó sobe e envolve as mais colossais árvores da mata. Em certos intervalos, estende suas raízes aéreas que agarram o tronco, formando anéis e finalmente

integrando-se com eles. Por fim, a árvore assim afogada, morre aos poucos. O matador, porém, cresce fortemente sobre o cadáver de sua presa e espalha neste lugar sua copa frondosa, até que ela cai com o suporte apodrecido e perece. Que sentido profundo tem este quadro da vegetação tropical para observador! O nosso pensamento foge do mato brasileiro para a civilização, na sociedade moderna, onde também amigos nobres foram destruídos por infíéis "cipós matadores" de carne e osso. Petrópolis, devido a seu clima moderado e saudável, é o repouso predileto dos ricos Fluminenses. Durante a temporada quente, quando o ar é abafante e faz a vida na capital insuportável para viver, Petrópolis toma o aspecto de um balneário europeu. É também a residência de verão do Imperador e a única cidade do Brasil que, até agora, foi ligada pelo telégrafo eletromagnético ao Rio. A pequena urbe conta com aproximadamente 7.000 habitantes. As ruas são largas e bem planejadas; só uma única é acabada e, entre as limpas e bonitas casas espalhadamente construídas ainda se encontram muitos espaços vazios. A colônia alemã, cujo plano foi esboçado por um engenheiro alemão de nome Julius Friedrich Köhler, se encontra há alguma distância de Petrópolis. Os primeiros colonos chegaram em 30 de julho de 1845, na sua maioria Badenses e das províncias do Rheno. Cada família recebeu do governo uma casinha pequena com um lote de mata virgem, depois uma vaca, uma dúzia de galinhas e 48 mil-réis. Köhler encontrou logo depois um fim trágico no nôvo stand de tiro ao alvo. Algumas famílias de imigrantes pereceram miseravelmente em desolação e pobreza. Outras, porém, se desenvolveram depois de um começo difícil e atraíram outros imigrantes. Agora se pode ver em um dia, as regiões do Rheno, da Mosela, Nassau, Darmstadt, Ingelheim, Bingen, a "Pfalz" e a "Suíça", como foram denominados estes pequenos povoamentos que se estendem através dos vales nas montanhas. Impressionaram-nos a limpeza e nitidez dessas simples cabanas de madeira, a amabilidade da gente, seu costume cortês de saudar os que encontravam, as cabecinhas loiras e os olhos azuis bonitos das crianças, a língua e a música que deliciavam o nosso ouvido. Tudo isso lembra as origens germânicas do povoado.

Petrópolis, porém, não é meramente uma colônia agrícola, apesar de que este era seu destino no início. Na sua maioria, os 2.500 alemães radicados ali mesmo são artesãos ou operários na construção da estrada. O governo tem feito bastante e contribuiu com somas elevadas para o desenvolvimento da colônia, bem como para a construção de estradas e escolas. Devido ao solo arenoso e à inclinação do terreno, a agricultura vai ser difícil para os alemães e não poderá ser praticada em grande escala.

A cidadezinha, porém, tem importância como ponto de passagem para a Província de Minas Gerais. Petrópolis é a última estação para o trânsito de café que é transportado do interior do Império para o pórtio. Nota-se em todos os lugares armazéns para a estocagem de sacos de café e lugares onde são amarrados os muares. Devido aos altos custos, ainda vai demorar o acabamento da ferrovia do Rio para Petrópolis. Não foram limitados a Petrópolis os esforços de trazer imigrantes alemães para o Brasil. Foram feitas tentativas semelhantes em várias Províncias do Império, infelizmente com menos sorte do que na Serra da Estrêla. Especialmente nos últimos anos, os agentes de recrutamento pagos pelo governo brasileiro aumentaram suas atividades, não somente nos diversos portos marítimos, mas também no interior. As importantes palavras do Imperador do Brasil, com as quais o mesmo abriu em 1854 a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, têm agora maior importância do que antes: "A necessidade uma população radicada e industrial se torna cada vez mais urgente". O resultado do desejo do governo brasileiro de aumentar as forças trabalhadoras do país de uma maneira artificial, por afluxo do exterior, tornou-se um problema contínuo para esse Império sul-americano. Cada pessoa sente que não há aumento das atividades produtivas do país sem aumento das forças de trabalho. As circunstâncias criadas pela futura abolição da escravidão, sob influência da política inglesa, podem ter como sequência um passo para trás na força de produção do país. Apesar do tratado fechado com a Inglaterra, em 23 de novembro de 1826 (como condição para o reconhecimento do Trono Imperial Brasileiro) a importação de escravos negros durou até 1851, sem restrições. Conforme um documento publicado pelo "Foreign Office", em Londres, foram vendidos como escravos no Brasil, entre 1842 e 1851, apesar do tratado diplomático mencionado, ainda 325.615 negros africanos. Assim, a atual população de escravos no Brasil aumenta de mais de 2 milhões de almas.

As condições da população prêta do Brasil são porém bem diferentes das que encontramos nos Estados Unidos da América do Norte e observamos nas Antilhas, em Jamaica, Cuba, Pôrto Rico e São Thomé. A diferença de côr de pele, que tanto dificulta a vida mesmo de negros livres e abastados na União Americana e que é a razão de muitas humilhações, não existe no Brasil. Aqui o problema não é ser branco ou prêto, mas se o indivíduo é livre ou escravo. Negros livres podem manter altas posições no Estado e mesmo exercer influência profunda nos destinos da população branca. Mesmo os escravos são tratados aqui com mais humanidade, maior cuidado e sem preconceito do que em qualquer outro país que conhecemos e que ainda pratique a escravidão. Confessamos, sem reservas, que a escravidão no Brasil, a

qual ficamos conhecendo ainda que durante uma estada muito breve, parece ser mais um infortúnio para a população branca do que para a raça prêta. Num país, onde o trabalho é considerado vergonhoso, porque o mesmo é executado por escravos, e não honorífico, como em outros países, êste fato impediu o desenvolvimento da agricultura e indústria. Não sômente os escravos não tinham interesse de se esforçar, também os senhores eram preguiçosos e a decadência econômica se tornava cada vez mais evidente. Esta situação indigna só pode ser superada pelo trabalho livre, se o mesmo se tornar frequente no país. O trabalho de escravos não pôde concorrer com êle durante um longo período. A inteligência, atividade e perseverança de 100.000 operários brancos e livres proporcionarão ao Brasil maior riqueza e felicidade mais perpétua do que o trabalho forçado de dois milhões de escravos pretos.

Graças à intervenção enérgica e repetida do govêrno britânico, o comércio de escravos no Brasil cessou em tempos recentes, e “um dos mais belos monumentos de nosso século”, como a famosa declaração do Congresso de Viena denomina, é a supressão total do tráfico de escravos.

O govêrno promoveu desde aquêle tempo a imigração livre e está incentivando-a de todos os meios, quanto mais se tornou evidente que a civilização das tribos indianas não proporcionará nenhuma vantagem para a elevação da cultura do país. Merece ser mencionado aqui que o govêrno brasileiro se esforçou bastante para trazer essa raça infeliz para uma vida civilizada. Uma lei de 15 de setembro de 1855 determinou uma soma anual de 60.200 réis para o alcance dêste objetivo humanitário. Para sanar a falta lamentável de missionários apropriados, o govêrno brasileiro, por intermédio de seu embaixador em Paris, convidou um número de sacerdotes católicos da França, cuja dedicação e ardor espiritual alcançaram tão comovente sucesso entre os índios do Canadá. Porém os brasileiros parecem ser condenados a perecer, para ceder lugar a uma raça mais dotada e enérgica.

Foram feitas experiências para a substituição do negro por trabalhadores chineses, especialmente nas províncias mais quentes do norte. Êstes foram importados para o Brasil de vários lugares na costa do império chinês. Porém êles não aguentaram o clima e sua constituição magra e pouco musculosa não era apropriada para substituir com vantagem o negro em seus trabalhos múltiplos e muitas vêzes pesados. Também não foi feita seleção escrupulosa dos indivíduos importados. Quando não se acharam elementos mais fortes e capazes, completou-se o número faltante com os indivíduos mais estragadas e miseráveis que se podia encontrar no proletariado chinês.

O govêrno, porém, dirige sua maior atenção para a imigração européia. Ela tem agentes em Portugal, França, Itália, Bélgica e,

especialmente, na Alemanha, procurando organizar sociedades por meio de contratos vantajosos, com o objetivo de povoar o país com operários. Além disso subvenciona as colônias existentes até que elas se possam sustentar por força própria. Nos círculos governamentais prevalece a opinião que somente uma imigração ampla e branca pode salvar este país magnífico da decadência, apesar de que alguns brasileiros a encarem com medo e falta de confiança. Talvez eles tenham razão, considerando a inaptabilidade do colono nórdico.

Os governantes brasileiros tomam muito a sério a promoção e subvenção da imigração estrangeira. Prova disto é o Relatório da comissão sobre a introdução de nova tarifa alfandegária, que faz menção das vantagens que o Brasil terá de uma imigração estrangeira em massa. (“Os trabalhadores estrangeiros chegam pobres e partem carregados com nosso ouro e a nossa prata, chupando as nossas riquezas naturais como sangue” — isto dizem aquêles que desconhecem os verdadeiros interesses brasileiros). Para quem, porém, o Brasil tem que agradecer pelos capitais, pela indústria e pelo comércio que possui? A quem pertence a maioria das fábricas que devem ser protegidas e defendidas?

(Das 64 fábricas na Província do Rio de Janeiro 28 são de propriedade de estrangeiros, ao mesmo tempo que não existe nenhum estabelecimento industrial onde não haja estrangeiros como chefes de fabricação, operários, maquinistas, etc.)

Mãos estrangeiras, lembra o Relatório, capitais estrangeiros cultivam o nosso solo, alargam o nosso comércio e patrocinam as artes e ofícios. Os resultados ficam mesmo quando os homens abandonam o país. Estrangeiros tripulam os nossos navios, constróem e povoam as nossas fábricas, compram os nossos produtos e os levam para os mercados mundiais. Estrangeiros exploram as nossas florestas e os nossos rios, cultivam as plantações, entram nas minas, descobrem as riquezas do nosso país e ensinam os nossos filhos. O capital, ciências práticas, instrumentos, máquinas e forças vivas, com os quais promovemos os nossos trabalhos pertencem em sua maior parte a estrangeiros, e assim são justamente aquêles “parasitas” que sustentam o nosso país, em vez de, como se acredita erradamente, roubar sua força vital. O dinheiro que eles retiram para a sua pátria, fica mais que retribuído pelos tesouros que eles deixam aqui, pelos frutos de seu suor, pelas indústrias novas introduzidas ou melhoradas.

Graças à propaganda entusiasta, aos grandes meios monetários e à atividade das Agências, em várias cidades portuárias, a imigração para o Brasil, no ano de 1856, de tôdas as partes da

Europa, aumentou em 13.800 almas (9.619 portugueses, 1.822 alemães e 2.819 de nacionalidades diversas). Sòmente 628 eram lavradores, todos os outros vieram com a intenção de aceitar emprêgos na capital, como operários ou artesãos, para um tempo indeterminado e contra ordenado tão alto quanto possível. Em geral, pode-se dizer com certeza que tôdas as colônias agrícolas do Brasil abrangem 60.000 imigrantes, isto é, tantos quantos imigraram para os Estados Unidos durante o decorrer de alguns meses.

Chama a atenção o número relativamente baixo de alemães que tomam seu caminho para o Brasil, medido na imigração total. De 61.413 imigrantes embarcados em Hamburgo e Bremen, para buscar em países ultramarinos trabalho e a fortuna da independência que a pátria negou para êles, sòmente 1.822 foram para o Brasil. A razão deve ser que não faltam, contra a propaganda em prol do Eldorado Brasileiro, as vozes admoestantes que pintam as atuais condições de vida no Brasil com côres bastante escuras. Enquanto as atuais circunstâncias políticas, religiosas e sociais continuam no Brasil; enquanto o imigrante não possa, como nos Estados Norte-Americanos, cultivar seu próprio lote e tenha que ficar lavrador para um senhor proprietário, caso que se dá no infeliz sistema de parceria; enquanto a passagem tiver que ser paga posteriormente com trabalho pessoal, e tão tardiamente que o colono estrangeiro carece de proteção jurídica; enquanto as promessas feitas no exterior não forem garantidas pela administração do Estado; enquanto as terras do govêrno não forem corretamente medidas e estradas aproveitáveis não forem feitas no interior do país; enquanto matrimônios protestantes e mistos forem considerados como concubinatos pela Igreja do Estado; então, cada alemão honesto deve desaconselhar seus patrícios da imigração para o Império brasileiro.

Só há uma alternativa para o Brasil, êste país lindo, fértil e rico em tesouros nacionais ainda não explorados; ou encarar a ruína econômica por falta de trabalho braçal ou abrir o país para uma imigração estrangeira sob melhores concessões. Quanto mais demora e quanto mais cresça a falta de braços, mais desvantagens ela oferece.

Uma vez que estas condições tão importantes sejam garantidas, a imigração poderá tomar sua direção para as costas brasileiras sem temer nada e ela encontrará a alvorada de um futuro maravilhoso.

O Brasil oferece para a Alemanha ainda outros aspectos de interesse, além da questão da imigração. Um mercado que fornece os mais importantes produtos coloniais, com uma área de 3.956.800 milhas inglesas quadradas (conforme a estimativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e um consumo anual de 100 milhões de florins, deve atrair no mais alto grau a aten-

ção de um país cujas fontes econômicas principais consistem na fabricação.

O produto principal do Brasil é o café e aumentou esta cultura de tal maneira, devido aos lucros radiantes, que desalojou quase tôdas as outras plantações e criou o fenômeno de um país excedente em solo fértil, onde crescem todos os produtos das zonas quentes e subtropicais com a mesma excelência, ver-se obrigado a importar produtos de primeira iminência, como por exemplo: batatas. A maioria dos agricultores trabalha para a exportação, enquanto só poucos trabalham para as necessidades domésticas. Esta é a razão porque o custo dos objetos indispensáveis para a vida subiu tanto. O Brasil produz anualmente cerca de 5.190.000 quintais de café, isto é, aproximadamente $\frac{3}{5}$ da produção mundial de café. Na mesma participam especialmente as Províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina. $\frac{2}{3}$ estão sendo produzidos e despachados pelo Rio. Os outros produtos de exportação, além do café, são: açúcar, arroz, algodão, peles de animais, carne seca, bem como madeiras corantes e decorativas. Note-se porém uma diminuição anual na exportação, o que é atribuído à falta de trabalho braçal e à falta de interesse para a lavoura, com exceção do café.

Uma vez que o comércio do Brasil e sua importância para a Alemanha e Áustria vão ser tratados numa obra separada, desejamos mencionar o fenômeno interessante da farinha de trigo que representa um papel bem importante entre as mercadorias importadas. Estão sendo importados anualmente mais de 300.000 barris de 200 libras cada um. Nesta importação participam os Estados Unidos da América do Norte com $\frac{17}{20}$, Trieste e Fiume com $\frac{2}{20}$ e Lisboa e Valparaíso com $\frac{1}{20}$. Especialmente a farinha de Trieste parece ser muito popular no Rio de Janeiro, devido à sua qualidade fina e excelente. Os padeiros a misturam com a farinha de Baltimore. Fomos informados de que há momentos em que a farinha de Trieste, a assim chamada farinha Fontana, encontra tão alta procura no mercado, que a melhor qualidade alcança o alto preço de 32 até 33 mil-réis, que nem os Estados Unidos da América do Norte pagam.

Sabendo-se que se consome no interior do país a farinha de mandioca, preparada da raiz do *Jatropha Manihot*, pode se acreditar que a cidade do Rio de Janeiro representa o consumidor principal de farinha de trigo e usa aproximadamente 200.000 barris por ano ou 16.000 barris mensalmente.

A razão das vendas baixas de manufaturados austríacos nos mercados brasileiros não provém da falta de artigos apropriados, mas da falta de interesse com que os fabricantes austríacos estudam o mercado brasileiro e na desatenção da produção e adaptação dos produtos às preferências da praça. Os poucos produtos

austriacos que parecem próprios para a venda no Brasil tomam frequentemente o caminho por Hamburgo ou Bremen, ao invés de Trieste e chegam como produtos norte-alemães aos portos do Império brasileiro.

Durante a estada da Expedição Imperial no Rio de Janeiro, o comandante da mesma foi alvo da honra altíssima de ser apresentado pelo Ministro Residente d'Áustria a Suas Majestades, o Imperador e a Imperatriz, em audiência especial. Eu gozei, com o comandante da fragta, a distinção de poder acompanhar o Comodoro von Wüllerstorff nesta ocasião. A recepção se deu na residência de inverno em São Cristóvão. O castelo não é belo, é velho, porém ainda inacabado. Especialmente a parte central do mesmo se encontra há anos em reforma. Dom Pedro II, para si mesmo, parece não gostar muito do esplendor externo. Certa vez, quando um dos seus ministros disse durante uma visita aos salões elegantes do magnífico Asilo dos Alienados, em Botafogo, que os alienados moravam mais confortável e elegantemente do que Sua Majestade, respondeu êle com verdadeira bondade imperial: "Será para mim sempre um grande prazer saber que estão sendo melhor cuidados êsses infelizes do que eu".

Na entrada do Palácio Imperial, em São Cristóvão, fomos recebidos por um sacerdote que nos levou para um salão de espera, cujas paredes foram pintadas em branco e cujo mobiliário parece pertencer a séculos passados. Depois de algum tempo, vieram vários ministros, seguidos por serventes, carregando grandes pastas. Êles trocaram cortesias com o Ministro Residente d'Áustria e sumiram nos recintos adjacentes. Também passaram alguns gentis-homens da câmara e lacaios, cochicharam palavras nos ouvidos, olharam rapidamente os visitantes e desapareceram tão rapidamente como tinham chegado. Tinham os ares de que tais visitas não fôsem nenhum acontecimento comum, embora ninguém soubesse o que fazer com os estrangeiros. Finalmente, cerca de 6-1/2 horas da tarde, abriu-se uma porta e o Imperador apareceu e, através da sala de espera, passou para a sala das audiências, seguido por seus ministros. Logo depois, os membros da expedição austriaca foram solicitados a acompanhar um camarista. O Ministro Residente austriaco apresentou-os, um a um, ao Imperador. Dom Pedro II, filho de uma arquiduquesa da Casa Imperial Austríaca, recebeu os viajantes da "Novara" em uniforme de Almirante, cercado por todos os Ministros. Êle é um homem impressionante de 30 e alguns anos, de aparência forte e seria ainda mais imponente se o volume de sua voz estivesse em proporção com o seu físico. A sua imagem nas moedas brasileiras é muito parecida. A conversação foi feita em francês, mas sabe-se que o Imperador fala o alemão fluentemente. Dom Pedro soube dizer a cada um dos apresentados alguma coisa agradável e expressou

grande interesse pela expedição da "Novara". Após ter dirigido algumas perguntas às pessoas apresentadas, o Imperador desejou-lhes uma feliz continuação de sua viagem e retirou-se. A audiência estava terminada. Após os membros da Expedição terem permanecido ainda um instante num canto da sala de audiências, foram conduzidos por um corredor de conexão estreita, feito de madeira, para os apartamentos da Imperatriz. Na ante-sala, encontraram mais uma vez o Imperador, que já tinha trocado o uniforme de Almirante pelas vestes civis e se apresentava num simples fraque. O Comandante da expedição e seus acompanhantes foram levados ao pequeno salão de recepção da Imperatriz, no qual alguns belos retratos atraíram a nossa atenção. A Imperatriz, uma irmã de Fernando II de Nápoles e da Rainha Cristina d'Espanha, estava de luto por causa de um óbito em sua família. Somente acompanhada de uma dama da corte, ela recebeu os participantes da expedição com grande benevolência e condescendência. Ela é pequena, forte e parece prematuramente envelhecida, mas na conversa sua aparência ganha simpatia e graça. Seu tema predileto era sua pátria, à qual ela parecia estimar com amor infantil. Quando ela ouviu falar-se de Nápoles, do lindo golfo, do Vesúvio e dos passeios encantadores de Santa Lucia, o tom de sua voz ficou mais vivo. A despeito do esplendor tropical e do trono imperial, a Dama Altíssima parecia sentir saudades dos campos da Sicília. Nem uma corôa imperial evita as saudades! No tempo de nossa estada no Rio de Janeiro ocorreu o aniversário do nosso Imperador. O mesmo foi celebrado de um modo muito festivo. Já na alvorada, a fragata era decorada com suas bandeiras mais bonitas. Também os navios de guerra da Inglaterra e França, que se encontravam no pôrto, apresentavam-se em gala. Às oito horas da manhã, ao içar do pendão, foram descarregados 21 tiros de canhão e, ao meio dia e ao pôr do sol, o mesmo número de salvas. Às onze horas era a parada da guarda e a missa de bordo, na qual também participaram o Ministro Residente e sua família e ainda outros austríacos que se encontravam, por coincidência, no Rio de Janeiro. Depois da missa, os visitantes e um número de oficiais foram convidados para o almôço com o Comodoro. À noite, foi servido no Hotel do Ministro Residente austríaco um banquete, do qual participaram alguns dignatários do Império Brasileiro, entre outros, o Ministro das Relações Exteriores, Visconde de Maranguape e o Senador Visconde de Uruguay. No jardim do hotel da Embaixada, a banda de música da fragata tocou pela maior parte músicas alemãs e austríacas, que acordaram caras reminiscências na maioria dos presentes.

Considerando-se a grande movimentação no pôrto do Rio de Janeiro, não somente de navios mercantes, mas também de vasos de guerra de tôdas as nações, as salvas de honra, às vêzes, tornam-

se verdadeiro bombardeio. Cada navio de guerra entrando no pôrto saúda o forte com 21 tiros de canhão e, fazem o mesmo os navios de guerra ancorados, conforme o grau do comandante. A primeira visita mútua a bordo também é honrada com um número de tiros, adequado ao grau do visitante. Dêste modo, a "Novara" deu, no pôrto do Rio de Janeiro, 432 salvas de honra. Os demais navios deram, durante nossa estada, perto de 1.500 salvas de canhão para demonstrar sua cortesia. Calculando-se o tiro na média em 3-1/2 libras, foram gastas no decorrer de três semanas 5.250 lbs. de pólvora para salvas de etiquêta.

O dia 31 de agôsto era previsto para outra vez içar as velas. Nos últimos dias de nossa estada foram oferecidos a bordo da fragata vários jantares, para mais uma vez reunir as diversas personagens que tinham prestado atenções à nossa expedição. Fomos obrigados a deixar vários doentes, um cadete e dois marujos no hospital, onde foram tratados de um modo excelente, pelo Dr. Avé Robert Lallemant, que tinha recebido permissão de Sua Alteza Imperial, através de recomendação calorosa de Humboldt, a acompanhar a expedição com o grau de "Médico de Corveta", a fim de ampliar seus estudos sôbre a febre amarela. Pediu para ser desembarcado da fragata no Rio e fêz, mais tarde, uma viagem através do Sul do Brasil. Pela noite, antes de zarpar, três marujos conseguiram fugir num bote, que foi enviado ao cais para apañhar alguns oficiais que ainda se encontravam em terra. A "caçada aos marujos" é muito comum aqui no Rio de Janeiro. Ouvimos que alguns navios já perderam 30/40 dos seus marujos. Agentes falsos costumam, sob várias alegações e promessas, induzir marujos jovens e fortes à deserção, dando adiantamente dinheiro que lhes proporciona uma vida fácil, a fim de vendê-los mais tarde, quando se achem desprotegidos e abandonados em condições desesperadas, como marinheiros para um navio mercante ou, pior ainda, a fazendeiros no interior, como escravos brancos. Um tráfego grande com séres humanos parece ser feito por um italiano em Catumbi Grande. Ainda que a polícia brasileira conheça o seu refúgio, não tem poderes suficientes para pôr ponto final a êstes crimes. Êsse incidente não impediu que nós partíssemos do pôrto do Rio de Janeiro no dia e hora antes marcados, manobrados pelo vapor Perseverança, alugado para êste fim por 250 mil-réis. Quase todos os navios grandes deixam-se rebocar no pôrto do Rio de Janeiro, para evitar manobras e a necessidade de ancorar entre as ilhas. O reboque que pertence a um particular, que deve fazer bons negócios com êle, levou-nos até um ponto no leste da Ilha Raza.

Em 31 de agôsto, às 6 horas da manhã, dissemos "adeus" a êste pôrto maravilhoso do Rio. Infelizmente o tempo era, em pequenos intervalos, desfavorável e chuvoso durante a nossa estada

e nos estragou muitas possibilidades de apreciar a natureza e pesquisar e estudar as vizinhanças do Rio de Janeiro. Apesar de que fomos recebidos e suportados com benevolência pelo govêrno do Imperador do Brasil e pudemos ver, admirar e ouvir tanto em tão pouco tempo, não conseguimos nos sentir em casa, no Rio. Para isto faltam os estímulos sociais e a verdadeira participação científica, que geralmente não se encontra entre os brasileiros, embora haja exceções. Porém, a multidão composta de raças e misturas, a escravidão com más conseqüências tão amorais e prejudiciais para a vida da família e tão favorável ao ambiente das classes abastecidas, são as razões pelas quais o europeu recém-chegado não pode se sentir bem nesta cidade portuária.

Às nove horas da manhã, o rebocador nos deixou perto da pequena Ilha Raza, a qual é provida de um farol. Agora, içamos as velas e viajamos com o vento que, soprando do Noroeste, não favoreceu muito a nossa viagem. Ganhamos porém distância e, seguindo nossa intenção, tomamos um curso ao Sul do Rio, a fim de rumar para o Cabo de Boa Esperança, num círculo grande, paralelo aos limites polares do passato Sul-Leste.

REPERCUSSÃO DO MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870 ENTRE OS PAULISTAS

AURELIANO LEITE

O papel dos Paulistas na manifestação do ideal republicano remonta às priscas eras de 1788, à Inconfidência Mineira, com a participação nesse acontecimento de dois filhos da velha Taubaté, o Padre Carlos Corrêa de Toledo Piza e seu irmão, o Sargento Mór Luís Vaz de Tolêdo Piza.

Todos sabem qual foi o objetivo desses denodados visionários entre os quais se distinguiram intelectuais do alto coturno de Tomás Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, de sangue paulista, e Alvarenga Peixoto e sua mulher Bárbara Eliodora, neta de Paulistas, senhores que já eram dos conceitos inglêses e francêses acêrca da democracia e república liberal. Queriam um regime igual ao dos Estados Unidos da América, com a abolição da escravatura negra e uma universidade.

Após muitas décadas, já na tradicional Academia de Direito do Largo de São Francisco, vez por outra, surgia uma voz lembrando que o Brasil constituia em tôda a América a única monarquia.

Antes de 1863, Paulo Eiró compunha o seu *Sangue Limpo*, publicado nesse ano pela Tipografia Literária da Paulicéia, onde se entrevê a idéia republicana. Mas onde ela aparece de corpo inteiro é no poema *Verdades e Mentiras*:

*“Morrer pudera, então em terra livre,
Sob um poder que só do povo emana,
Santo desígnio que as nações meditam,
Elo final da liberdade Humana!
Porém, passam-se dias, volvem anos,
E sempre tronos, sempre soberanos!”*

Narra Almeida Nogueira (vol. II de Trads. e Reminiscências) aquêlê caso do estudante Martinico Prado, irmão do futuro Conselheiro Antônio Prado, que quase arrebentou com certa *Sociedade Secreta Brasileira*, destinada a apoiar a Monarquia. Aconteceu

que, sendo êsse estudante incumbido da redação de um memorial histórico e crítico sôbre o movimento político nacional, apresentou um trabalho ardentemente republicano.

Manifestações dêsse tipo ocorreram várias em São Paulo, antes de 1870.

A célebre recepção, pelos jovens da Academia e o povo, em agôsto de 1868, a José Bonifácio, preclaro senador imperial, ao regressar da Côrte, vitoriosa a sua moção contra o nôvo ministério presidido pelo Visconde de Itaboraí, prova o estado de espírito da Província, a sua inclinação para outro regime.

O neto do Patriarca, ao mesmo tempo seu sobrinho, concluíra a sua Moção de 17 de julho com o candente período:

“Amiga sincera do sistema representativo e da Monarquia Constitucional, a Câmara lamenta êste fato singular, não tem e não pôde ter confiança no govêrno.”

Entre os estudantes que apoiaram a promoção do senador de São Paulo, figuram Castro Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e outros.

Mas o Manifesto Republicano de 1870, cuja redação se atribui a Quintino Bocaiuva, foi sem dúvida o acontecimento político que provocou entre os Paulistas um movimento contínuo, efetivo e conclusivo, pelo ideal republicano.

Em longo artigo estampado em *O Estado de São Paulo*, o jornalista Paulo Pestana, da família ilustre de Francisco Rangel Pestana, evocando o primeiro cinqüentenário do histórico manifesto, quando ainda existia um único de seus subscritores — o tribuno Lopes Trovão, reproduz pormenores que rodearam o lançamento dêsse documento, talvez pouco conhecidos, embora devam constar de publicação de autoria do engenheiro militar Capitão Miguel Vieira Ferreira.

Reproduzamos alguns dêsses interessantes pormenores:

“Em fins do ano de 1870, partia do Maranhão, sua terra natal, o engenheiro militar Dr. Miguel Vieira Ferreira, com a disposição de iniciar no Rio de Janeiro a propaganda das idéias republicanas. Ao passar por Pernambuco, lembrou-se de pedir a opinião de Borges da Fonseca, antigo revolucionário de 1848 e célebre redator do “Repúblico”, a respeito dos projetos que trazia. Foi vê-lo e ouvi-lo. O velho democrata lhe falou com esta rude franqueza, que o mesmo engenheiro consignou num pequeno folheto publicado em 1889:

“Não se fie em quem já estiver com a cabeça branca como eu: é gente tôda estragada pela monarquia, é gente pôdre. Mesmo na mocidade a corrupção é grande. No entanto, há na Côrte dois moços, Francisco Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu, redatores do “Correio Nacional”. Êsses dois moços eu os tenho por sinceros; são republicanos e não me parecem corrompidos; procure-os”.

“Parti para o Rio de Janeiro — narra ainda o Dr. Miguel Vieira Ferreira — e aí chegando, logo o “Correio Nacional” deu uma notícia honrosa da minha chegada. Soube que êste artigo fôra oferecido à redação por um colaborador, caráter muito nobre e elevado da nossa sociedade. O artigo e o ardente desejo que eu tinha de conhecer pessoalmente êsses dois moços, únicos em quem Borges da Fonseca confiava, e de quem muito esperava, fêz-me logo procurá-los em seu escritório de advocacia e redação. Em companhia de seu irmão Dr. Luiz Vieira Ferreira, fiz-lhe conhecer o fim da minha visita e o conceito em que os tinha Borges da Fonseca. Apresentei-lhes a idéia de formar-se um “Clube Republicano” e de criar-se o partido com uma fôlha que se chamasse “República”, e tudo feito ostensivamente, quaisquer que fôsem as consequências. Êles asseguraram-me ser êsse o seu modo de pensar e o de alguns outros radicais, mas que eram tão poucos e que tudo se achava tão corrompido, que não pensavam ser possível encontrar mesmo um pequeno número de individuos que tivesse a coragem de congregar-se e trabalhar às claras. Disse-lhes ser conveniente experimentar e que por nosso lado, com êsse projeto eu tinha vindo e estávamos ambos dispostos a correr todos os perigos; que nós correríamos de bom grado o risco de “cabeça”. Êles ficaram de pensar sôbre o assunto e separamo-nos.

Poucos dias depois, em nosso escritório, à rua da Alfândega, esquina da Rua dos Ourives, recebemos, de um desconhecido nosso um cartão convidando para uma reunião republicana que, em dia ali fixado, ia celebrar-se ao anoitecer, em uma sala à Rua do Ouvidor. O cartão dizia: “Club Republicano”. Ficamos muito satisfeitos, e perguntamos ao portador o seu nome e de quem partiu aquêle convite. Respondeu-nos: “Chamo-me João de Almeida e o convite vem do escritório de Limpo de Abreu e Rangel Pestana. Peço-lhe discreção, porque êles não querem que se saiba quem fêz o convite”. Guardamos êste sêgrêdo até agora, tempo em que é honroso dizê-lo.”

Acrescenta Paulo Pestana ao relato de Miguel Ferreira:

“Ao que ouvimos de Rangel Pestana, que confirmava a narrativa, êle e seu estimado amigo Limpo de Abreu, ambos unidos por sólida amizade desde os bancos acadêmicos, aventurando-se a essa emprêsa, receavam não fôsse o convite bem aceito pela maioria dos convidados. Iludiram-se. O ideal republicano, avivado pela queda de Napoleão III, em França, a 15 de julho de 1869, já havia conquistado adeptos numerosos e suficientes para formar-se um partido vigoroso.”

“A 3 de novembro de 1870, à hora marcada, compareceram ao local designado à Rua do Ouvidor n° 29, cêrca de trinta pessoas, entre as quais algumas de real prestígio político, quase tôdas figuras do liberalismo extremado. O Dr. Pedro Ferreira Vianna foi o primeiro a falar, expondo o fim da reunião. Organizou-se a

mesa, em seguida, cabendo a presidência ao Dr. Christiano Benedito Otoni e ficando como um dos secretários o Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, conforme consta da ata. Levantou-se logo a questão preliminar da denominação de “Republicano” para o clube e de “República” para a fôlha. Opinando a respeito, o Conselheiro Lafayette, jornalista liberal e posteriormente ministro do Imperador, pronunciou-se contra essas denominações, preferindo outros nomes que não despertassem a atenção da Polícia; mas entendia que à sorrelfa, se devia trabalhar pela República. Arduo, Miguel Vieira Ferreira combateu com veemência semelhante sugestão, reputando-a menos digna e abaixo de um partido reformador.”

“Se não houvesse coragem para dizer a palavra “República”, muito menos haveria para proclamá-la.”

Diversos assistentes, como Bittencourt Sampaio, Aristides Lôbo e Bandeira Gouvêa, aplaudem tais considerações e, por votação, foram adotadas aquelas denominações. Vendo na assistência militares — o Capitão Dr. Luiz Vieira Ferreira, o Capitão de Fragata Costa Azevedo e o Major Floriano Peixoto —, o Dr. Rangel Pestana levantou-se e lembrou que em vista da resolução anterior, êles iriam cortar sua carreira e talvez sofrer perseguições. Propunha portanto, se lhes concedesse liberdade para se retirarem, embora continuassem fiéis às suas convicções.

Num belo impulso de civismo o Dr. Luiz Vieira Ferreira, Capitão de Estado Maior de Classe, declarou pôr a Pátria acima de seus próprios interesses e dos da monarquia; e por êsse motivo, assinaria o manifesto republicano que ia ser elaborado e acompanhava o partido nascente em todos os seus movimentos. Acrescentou que, no dia que assinasse o manifesto, com a mesma pena assinaria o seu pedido de demissão do serviço do exército, o que fez.

Intervindo no debate, o Capitão de Fragata Costa Azevedo, depois Almirante Barão do Ladário e último ministro da Marinha da Monarquia, exprimiu-se com extrema animação: “Vim a esta reunião — disse — para julgar do que se tratava e ao que se chegaria. Os meus sentimentos de liberdade e patriotismo são muito conhecidos, e em tempo serão comprovados: mas eu tenho esta farda que não estou disposto a deixar e entendo que, trazendo-a nem devo subscrever o manifesto, nem frequentar estas reuniões. Peço pois, permissão para retirar-me desde já”.

Entre os que também se retiraram, estavam o Dr. Tavares Bastos, o extremado liberal de “A Província, e o Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello, um dos “praieiros” de Pernambuco, em 1848. Riscando suas assinaturas das listas dos fundadores do clube, declararam que “eram radicais, mas não republicanos, por ora”.

“Realizadas outras reuniões, efetuou-se a 30 de novembro aquela em que se aprovou e assinou o manifesto do nôvo partido. Para elaborá-lo, foi escolhida uma comissão de quatro membros:

Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva e Flávio Farnese. Redigiu-o no escritório do primeiro a pena elegante e primorosa de Quintino, recém-chegado do Rio da Prata, donde voltava entusiasmado com os incipientes progressos argentinos. Alguns tópicos, foram evidentemente inspirados por Saldanha, pois repetem argumentos dêste na brochura "A Política do Rei", publicada anos antes".

Parece-nos curioso lembrar que nenhum paulista, a não serem dois estudantes de medicina, na Côrte, Antônio de Souza Campos, de Campinas, e Augusto César de Miranda Azevedo, de Sorocaba, assinaram o manifesto. F. Rangel Pestana e seu irmão Emílio, também subscritor do histórico documento, não eram paulistas e então residiam no Rio de Janeiro.

Afinal, o lançamento aos 3 de dezembro de 1870. Pregava a República e a Federação. Já em começos de novembro abria-se ali o primeiro Clube Republicano presidido pelo mineiro Christiano Otoni. O diário "A República", dado então à luz da publicidade, estampou-o na íntegra com tôdas as suas 58 assinaturas. Tudo às barbas venerandas do Imperador.

O órgão "A República" resultou da fusão de três fôlhas que sustentavam a propaganda radical: O *Correio Nacional*, redigido por Limpo de Abreu e F. Rangel Pestana; *A Opinião Liberal*, fundada por êstes dois jornalistas e transferida a Godoy de Vasconcelos; e o *Radical Acadêmico*, redigido por estudantes de medicina, entre êles, Miranda Azevedo, Ramiro Barcelos e Lopes Trovão.

A imperial São Paulo começou a agitar-se. O Interior, também, não tardou. Fundam-se jornais republicanos, aqui, acolá. Os Clubes Radicais transformam-se em Clubes Republicanos. Cabe à cidade de Amparo a fundação do primeiro, dezessete dias depois do Manifesto. É que ali agia um grupo de figuras dinâmicas chefiadas pelo mineiro Bernardino de Campos, que, no regime de 89, apenas não alcançaria o seu maior pôsto.

Mas cabe a Piracicaba, ainda Cidade da Constituição, o primeiro apoio ostensivo àquela memorável proclamação do irmão mais velho de Prudente, o futuro Senador Manuel de Moraes Barros, e outras figuras importantes da chamada "Noiva da Colina". Prudente, só aos 1876, aderiria ao movimento pela República.

O professor Américo Brasiliense, Campos Sales, Bernardino, seu irmão Américo e outros tomam a frente dos trabalhos de propaganda.

Contudo, só um ano e quarenta e cinco dias depois da histórica iniciativa carioca, realiza-se, na casa de Américo Brasiliense, na Capital, uma importante reunião para deliberar sôbre as atividades em preparo, inclusive sôbre o primeiro conclave a reunir-se na "fidélissima" Itu.

Brasiliense era o mais categorizado da equipe paulista, pela idade e pelas altas funções desempenhadas dentro da comunhão

liberal — deputado provincial e geral e presidente de duas províncias: Rio de Janeiro e Paraíba, além de Professor de Direito.

Teve-se o cuidado, nessa primeira convocação dos correligionários, assinada em primeiro lugar por Américo Brasiliense, de declarar que os republicanos não pensavam, por enquanto, em pleitear a abolição da escravatura.

Finalmente, aos 18 de abril de 1873, inaugura-se a Convenção projetada, que seria presidida por João Tibiriçá Piratinin-ga, das mais idosas figuras da falange e que não chegaria a ver a República, pois faleceria em 1888.

Da localização do conclave em Itu, que nada mais representa na propaganda do novo regime, procede o equívoco de alguns escritores, como Afonso Taunay e José Maria dos Santos, chamarem a velha cidade — *Méca da República*. Ora, não existe razão para tal. Itu foi escolhida principalmente para aproveitar os festejos da inauguração da Linha Férrea Ituana e por ser mais acessível aos convencionais, em maior número, daquela zona.

Quem pela primeira vez usou do apelido parece que foi o médico baiano Manuel Vitorino, futuro companheiro na chefia do governo de Prudente de Moraes. E êle aplicou-o com toda razão a Campinas. Pertence à culta cidade êsse título, pois ela foi por muito tempo o maior centro republicano da Província, excedendo a própria capital. Ali se reuniam, freqüentemente, em torno de Campos Sales, Bernardino, o rábula Francisco Glicério, Américo de Campos, Alberto Sales e até Prudente de Moraes, depois de 1876, sem faltar, uma ou outra vez, o chefe Américo Brasiliense. Dali saía de fato o pensamento e as ordens para as atividades.

Ali, José Maria Lisboa editou, durante cerca de dez anos, até 1887, famosos Almanques Literários, nos quais estampava colaboração de assuntos democráticos assinada por Alberto Sales, Américo de Campos, Rangel Pestana, Campos Sales, Prudente, Miranda Azevedo, Quirino dos Santos, Brasiliense, Bernardino, Lúcio de Mendonça, Carlos Ferreira, enfim, os maiores da propaganda.

Itu que se contente com os títulos de "Fidelíssima" e "Roma Brasileira", que há muito lhe foram dados.

Uma célebre carta política, datada de 15 de setembro de 1881, do Visconde de Indaítuba (J. Bonifácio do Amaral) ao ex-ministro liberal e senador João da Silva Carrão, narra alarmado o republicanismo de Campinas, onde a moda era ser republicano. Acaba implorando faça chegar ao Imperador essa dolorosa informação, sugerindo a Sua Majestade a concessão de títulos nobiliárquicos a vários de seus conterrâneos, a fim de contê-los nas suas "convicções monárquicas"... Disso a chusma de baronatos criados, então, em Campinas e arredores.

Mas a Convenção de Itu, excluído Taubaté, não compareceu nenhum representante do chamado Norte de São Paulo. O pró-

prio delegado de Taubaté foi um cidadão residente na Capital — Joaquim Taques Alvim.

A explicação para o caso reside na circunstância dessa zona da Província estar muito ligada material e moralmente à Côrte, adorando o Imperador e, sobretudo, a Princesa Isabel.

Pensamos não ficar mal lembrar que a Itu deixou de comparecer Prudente de Moraes. Quem representou Piracicaba foi o seu irmão Manuel de Moraes Barros. Houve, todavia, um fanático que, tempo depois, não admitindo a ausência do futuro Presidente da República, teve a audácia de colocar na ata da reunião, que ainda existe, uma entrelinha com o nome do grande vulto. Por sinal que, com o Manifesto de 1870 passaram-se fatos semelhantes. Lemos em certa publicação — o *Dicionário Internacional*, como tendo-a subscrito, o que não se deu, o Dr. Silviano Brandão, que viria a ser Presidente do Estado de Minas.

A Convenção de Itu funcionou sob a presidência do já referido João Tibiriçá Piratininga, que, em seguida, expediu a convocação para o I Congresso do Partido, a realizar-se na Capital. Destacamos dessa convocação o seguinte tópico:

“Constituído aquêlê sob as condições adotadas, terá a precisa fôrça e autoridade para estudando a situação em que nos achamos e considerando devidamente as aspirações democráticas da Província, resolver as questões de detalhes e adotar providências e meios eficazes no sentido de satisfazer as vistas do Partido”.

Realizou-se êsse Congresso de 1º a 3 de julho de 1873. Presidiu-lhe Américo Brasiliense. O Norte de São Paulo continuou aferado à Monarquia, mas desta vez além de Taubaté, fizeram-se representar, apesar de por gente estranha, Paraibuna, pelo Dr. João Manuel de Lima e Silva, advogado, no fôro de Rio Claro, e São José dos Campos, pelo tribuno famoso Luiz Gama, homem da Capital.

Para estudar projeto de organização política com base na federação e plena autonomia dos municípios designou-se uma Comissão Permanente, então escolhida, presidida por Piratininga e secretariada pelo futuro Cônsul em Nápoles, Américo de Campos.

Quanto à abolição da escravatura, continua no mesmo tom o manifesto publicado em seguida:

“Fique portanto bem firmado que o Partido Republicano, capaz de fazer a felicidade do Brasil quanto à questão do estado servil, fita desassombrado o futuro, confiado na índole do povo e nos meios de educação, os quais unidos ao todo harmônico de suas reformas e do seu modo de ser hão de facilitar-lhe a solução mais justa, mais prática e moderada, selada com o cunho da vontade nacional”.

Por fim, da cidade de Campinas, a verdadeira Meca da República, lança a Comissão Permanente um projeto contendo as

bases da Constituição do futuro Estado de São Paulo, projeto da autoria de Américo Brasiliense, que seria estampado em seu livro *Os Programas dos Partidos*, lançado em 1878.

O segundo Congresso reunir-se-ia, ainda na Capital, em abril de 1874. Agitava-se em todo o Império a questão religiosa. O Congresso toma parte no entrevero. Corre em auxílio dos que, na Côrte — Saldanha Marinho, Quintino, Tavares Bastos, se manifestam contra a cleresia — solidariza-se com o governo defendendo o princípio fundamental da distinção entre o Estado e a Igreja. No manifesto lançado a público, prega-se a liberdade de cultos, separação da Igreja do Estado, ensino secular separado do religioso, casamento civil, registro civil e secularização dos cemitérios.

Nos anos de 1875 a 1877, não se reúne o Congresso, ficando assentado uma nova convocação quando os interesses partidários o exigissem. Em compensação, os republicanos comparecem aos pleitos para as câmaras municipais, juizes de paz e eleitores gerais. Alcançam algumas vitórias.

Nas eleições para a Assembléa Provincial, já sob a lei de 1875, o Partido pleiteia uma cadeira. É candidato Américo Brasiliense, guerreado pela imprensa liberal, que acusa o representante de seu partido nas Assembléas passadas de traição a seu credo. Não consegue eleger-se. A Província tinha direito a nove cadeiras. Brasiliense alcançou na votação o décimo primeiro lugar.

Concomitantemente, funda-se "*A Província de São Paulo*", diário que vem prestar à campanha grande estímulo. Francisco Rangel Pestana que, com seu irmão Emílio, segundo já referimos, subscreveu o Manifesto de 1870, muda-se para São Paulo, sendo entregue a êle e a Américo de Campos, a direção do prestigioso órgão, administrado por José Maria Lisboa.

A mocidade acadêmica de quem Olavo Bilac, num de seus arroubos oratórios, disse não ter passado, nem presente, nem futuro, porque era eterna, a mocidade acadêmica não ficou estranha ao comportamento dos Paulistas. Agora, não são mais manifestações esporádicas como as de Paulo Eiró e Martinho Prado. Segue de perto a voz de comando do velho líder Professor Américo Brasiliense. Durante todo o longo espaço de tempo que vai do Manifesto de 1870 à Proclamação de 1889, as gerações se substituem mas o ideal permanece e se transmite às novas. Os rapazes entregam-se à luta, organizando clubes e mantendo jornais que circulam dentro e fora do velho Convento das Arcadas. Já em 1871, imprimem o semanário *A Propaganda*, seguido de *O Rebate*, em 1874. Em 1876, criam a *República*, redigida por, entre outros, o futuro Senador Federal Pinheiro Machado e Brasília Rodrigues dos Santos. Depois, *O Federalista*, sob a redação de Pedro Lessa, Alberto Sales e Alcides Lima. De nôvo, *A República*, em 1881, re-

digido pelos mesmos Pedro Lessa e Alberto Sales, além de Ubalino Amaral, Aristides Maia e Antônio Mercado. Finalmente, um segundo *O Rebate*, fundado pelo gramático Júlio Ribeiro, autor da Bandeira Paulista e também do romance que, ao tempo, ofendeu a pudicícia de nossa sociedade — *Carne*.

Ao aproximarem-se, em 1877, as novas eleições para a Assembléia Provincial, a Comissão Permanente, após consulta aos cor-religionários, indica para ela seis candidatos: Campos Sales, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Martinho Prado, F. Quirino dos Santos e Luís Pereira Barreto. O nome de Américo Brasiliense não alcançou o quorum necessário.

Pestana e Barreto, alegando como principal motivo não serem paulistas, recusaram a indicação. Em nova prévia, manteve-se o nome de Pestana. Do pleito saíram vitoriosos apenas Prudente, Cesário Mota, que entrou no lugar de Barreto, e Martinho Prado. Foram os primeiros deputados republicanos da Província.

Mudando-se a situação política do Império com a subida, em 5 de janeiro de 1878, ao poder do Gabinete dirigido pelo Visconde de Sinimbu, de que veio a fazer parte o antigo subscritor do Manifesto de 1870, Lafayette Rodrigues Pereira, inúmeras consultas chegaram à Comissão Permanente a respeito da atitude que os republicanos deviam adotar. Pensaram alguns que esse gabinete, diante do gesto de Lafayette, de Cristiano Ottoni e outros, voltando ao ninho antigo, fôsse digno de apoio. Refira-se de passagem que Prudente de Moraes, segundo Silveira Peixoto, foi convidado pelo Visconde de Sinimbu para integrá-lo, repelindo o convite.

Não querendo a Comissão tomar a responsabilidade de um conselho, pareceu-lhe de melhor política convocar um Congresso para deliberar a respeito.

A 10 de março de 1878, celebrou a sua primeira sessão plenária. O Norte de São Paulo não mandou representantes. Em manifesto lançado a 11 de março do mesmo ano, ainda que sem mencionar o nome do grande jurista mineiro, os seus lançadores condenam-lhe o gesto incompreendido.

“Fortalecidos pelo nosso direito e pela nossa consciência apresentamo-nos perante os nossos concidadãos *arvorando* resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo”. Américo Brasiliense é o último a assiná-lo.

Mas assina ainda, e pela última vez o faz em documento político durante a propaganda, a publicação inserida em *A Província de São Paulo*, contra a *Tribuna Liberal*, redigida por Bento F. de Paula Sousa, em íntimas relações com o Presidente João Batista Pereira, por sinal, obrigado a demitir-se daí a pouco, por motivo de morticínio em São João Batista do Rio Verde e agitação na Capital, com repercussão em Mococa, Franca, Botucatu e Avaré.

Com intuito de apaziguar os ânimos, D. Pedro II visita a Capital, onde é recebido sob o dobre dos sinos para a missa das vítimas dos conflitos. O *Correio Paulistano*, órgão dos conservadores ligados a Antônio Prado, que nesse momento tem o apoio dos republicanos, amanhece tarjado de luto.

Nas eleições gerais de 1878, para a Câmara e Senado, nas vagas do Marquês de São Vicente e Visconde de Caravelas, nas primeiras, os republicanos são derrotados, e nas segundas, não comparecem às urnas.

Nesse ano, Américo Brasiliense, que vem visivelmente perdendo o seu prestígio de chefe do Partido, sendo substituído na direção pelo grupo de Campinas — Campos Sales, Prudente, Bernardino, Glicério, Cerqueira Cesar e outros, lança o seu livro *Os Programas de Partido e o Segundo Império* (diria melhor Segundo Reinado), no qual prega, concluindo a primeira parte do volume:

“Os país já não tem fé e confiança nos homens de estado de ambos os partidos (Liberal e Conservador), nos seus programas, e derramadas nas populações de Minas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e como que paralizadas nesses pontos com a ascensão da política liberal, se agitem e os homens que aí as professam, se organizem em partido, em período bem próximo, tomando por exemplo a Província de São Paulo”.

O velho chefe perdia o prestígio mas conservava a fé republicana.

Com exceção da legislatura de 1800 a 1881, em tôdas as mais, até a de 1888 a 1889, os Republicanos mantêm seus representantes na Assembléia Provincial, mas, só em 1884, logram eleger os primeiros deputados gerais. São êles: Prudente de Moraes e Campos Sales.

Afonso Celso, em *Oito anos de Parlamento*, editado em 1901 e reeditado em São Paulo em 1928, teceria conceitos desprimorosos contra os dois deputados paulistas, concluindo que ninguém poderia acreditar estivessem ali dois futuros presidentes de República. Tivemos em mãos um exemplar da 1.^a edição que pertenceu a Prudente, no derradeiro ano de sua preciosa existência na amada Piracicaba. Aquêlê que José do Patrocínio qualificou de *Santo Varão da República* comentou-o de comêço ao fim, mostrando as injustiças do autor.

Após lapso de nove anos, aos 1887, de 30 de maio a 1.^o de junho, os republicanos promovem na Capital o derradeiro de seus Congressos partidários, que é presidido por Prudente de Moraes.

De par com a ideologia republicana a federativa, assim como da abolição, debate-se audaciosa tese separatista, manifestando-se a favor, entre outros, Campos Sales, seu irmão Alberto Sales, Martim Francisco (3.^o), o mineiro Horácio de Carvalho. Contra, figuram, entre outros, o jovem Julio Mesquita e F. Rangel Pestana.

Tácito de Almeida, irmão do poeta Guilherme de Almeida, logo após a Revolução de 1932, em seu livrinho — *O Movimento de 1887*, exploraria em termos candentes a tese debatida. Augmentaria até com o fato de não paulistas, como o grande Saldanha Marinho e Ubaldino do Amaral, se mostrarem separatistas.

Cresem daí em diante o ânimo e a esperança dos partidários do novo regime.

As Câmaras Municipais de Campinas, São João da Boa Vista, São Simão, São Vicente e Itatiba, manifestam-se contra a Monarquia, principalmente contra a possibilidade de um terceiro reinado, sob a direção da Princesa Isabel, casada com um estrangeiro.

Rodrigues Alves, na presidência da Província, manda processá-las.

A Assembléia Legislativa, sob a chefia do Conselheiro Antônio Prado, ex-Ministro dos Estrangeiros, que já andava de namoro com os republicanos, apoia o requerimento dos deputados Bernardino de Campos, Prudente e Campos Sales, que Lúcio de Mendonça apelidaria de “Gambeta do Brasil”, contendo censura contra o Presidente Rodrigues Alves. Adiante-se que dois dias após o 15 de novembro, Prado e seus amigos adeririam espetacularmente o novo regime em sessão magna no velho Teatro São José.

Atingimos 1888. O grupo de chefes, um tanto à margem Brasileira, espalha-se por toda a Província, promovendo comícios em teatros e praças públicas. Francisco Glicério sofre, em São José do Rio Pardo, um atentado de que escapa incólume. Silva Jardim adere ao grupo, fazendo ouvir em várias cidades a sua voz de excelente tribuno. Ano e pouco depois de 15 de novembro de 1889, seria trágico pelo Vesúvio, deixando como legado político a célebre declaração de que “não era esta a República que sonhei”.

Aproveitando-se da exaltação entre os abolicionistas pela Lei Áurea, é lançado manifesto em que se declara: “Queremos a República, como solução mais pronta à crise social”.

O órgão “*A Província de São Paulo*” já não está só na defesa do credo. Surgem *A Platéia*, de Araújo Guerra, *A Cidade de Santos*, de Martim Francisco, “*O Rebate*”, de Júlio Ribeiro, e, antes deles, *O Diário Popular*, fundado pelo português José Maria Lisboa.

Levanta-se na Capital o 17º Batalhão de Linha. É o calor do novo regime que se aproxima. Seguem-se manifestações de rua nas quais a Monarquia é apupada e a República vivada.

Finalmente, 1889.

Saldanha Marinho, lá da Côrte, como Presidente do Partido Nacional, convoca congresso a realizar-se em São Paulo, o qual não chega a reunir-se.

Quintino Bocaiuva recebe merecidas homenagens dos Paulistas.

A Polícia inicia violências. O gaúcho Diana Terra é impedido de promover comício no Largo da Sé.

A 31 de agosto, fere-se a derradeira eleição da Monarquia para a renovação da Câmara Baixa, dissolvida pouco antes.

Os republicanos, que cuidam mais da *conspiração* que do pleito, acabam totalmente derrotados.

Aos 6 de novembro, Campos Sales, segundo êle próprio narra, recebe a primeira comunicação, feita por Aristides Lobo, de que se acha próximo o estouro na Côrte. Francisco Glicério é enviado ao Rio como delegado dos correligionários paulistas. Daí a pouco, Medeiros e Albuquerque chega à Capital, trazendo a confirmação da marcha dos acontecimentos, mandada por Aristides e Quintino Bocaiuva. Apesar de que Aristides fôsse tido como um grande visionário por Brasiliense e Pestana, nessa mesma noite reuniram-se os republicanos na casa de L. Pereira Barreto, à rua Visconde do Rio Branco. São êstes: Barreto, Campos Sales, Rangel Pestana, Melo Oliveira, Vitorino Carmilo, Francisco Lobo, Miranda Azevedo, Adolfo Gordo e M. Lopes de Oliveira. Segunda reunião realiza-se na casa de Lopes de Oliveira, na rua do Ipiranga, 31. Brasiliense sempre ausente.

Campos Sales recebe aviso de que até nove ou dez do mês, dia do embarque do Batalhão 22 de Infantaria para o Norte, "alguma coisa sumamente grave se passará".

Mas a 9 e 10 nada acontece. Ansiosos, aguardam mais cinco dias.

Afinal, aos 15 de novembro, após os primeiros avisos do que ocorre na Côrte, já Prudente de Moraes, que se achava em Piracicaba, convocado por telegrama, não se conseguindo a coadjuvação de Brasiliense, os chefes republicanos adotam medidas que a grave e magna situação exige.

Assim, couberam ao Presidente Brigadeiro Couto de Magalhães os dias de agonia do segundo reinado, os quais se findaram na Capital pela tarde alvorotada de 16 de novembro.

E é aclamado para dirigir a Província, transformada em Estado, nos seus primeiros dias, um triunvirato de que fazem parte Prudente, como Presidente, e como membros o jornalista F. Rangel Pestana e o Coronel Joaquim de Souza Mursa, diretor da Fábrica de Ferro do Ipanema. E a República nasceu para seguir o destino a que os brasileiros haviam de levá-la.

David Hume, autor de admirada obra sôbre a Inglaterra, ensina que a História é o esforço disciplinado para dissecar o passado cientificamente, ou seja, criticamente.

Não foi o que tivemos o propósito de fazer. Limitamo-nos a voltar para o passado da propaganda republicana na Província de São Paulo, não armados de um bisturi, mas com os olhos abertos e a sinceridade recomendada por Langrois et Seighobos, na *Introduction aux Etudes Historiques*.

SOMBRAS DO PASSADO

ALOYSIO DE CARVALHO FILHO

As solenidades comemorativas do centenário de nascimento de Washington Luís trouxeram-me à lembrança a tarde do debate provocado no Senado pelo seu retorno do exílio, em 1947, ao termo de vinte anos quase de ininterrupta ausência.

O homem forte em cujas mãos inábeis pereceu a República Velha continuador dos estilos de energia dos dois antecessores imediatos. Artur Bernardes e Epitácio Pessoa — os três por seu turno, repetindo tantos anos depois, senão crescendo, o exemplo dos grandes Presidentes civis dos primórdios da República. Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves — recebera, então da Capital do País uma manifestação popular, que, pela espontaneidade e pela grandiosidade, contrastava singularmente, com o dramático momento da sua queda política, em 1930. Nessa emergência escapara-lhe de tal modo o comando dos acontecimentos que o automóvel onde era conduzido à prisão, somente transpôs, sem embaraços, a pequena multidão hostil defronte do palácio Guanabara, porque o General Tasso Fragoso, um dos oficiais superiores responsáveis pela sua deposição, advertiu severamente, que ia passar o Presidente da República... Um Presidente, como é fácil sentir, sem qualquer poder, sem mais garantias nem honras, sem a mínima parcela, em suma de autoridade oficial que a autoridade moral esta, não a perdera êle, assim possuído, na sua integridade física, por um gesto de nobreza que transfigurava, por instantes, numa frágil realidade, uma situação irremediavelmente extinta.

A observação, na maior parte inexata sobre a volubilidade dos sentimentos populares, não explicava, só por si a surpreendente diferença de 1930 para 1947. Havia, ao contrário, o indício certo de que as paixões amainavam e começava para o ex-Presidente o vigoroso processo de revisão da história de que participavam os seus próprios contemporâneos.

Mas em verdade, outros fatores profundos e completos, estavam na recôndita origem do fenômeno. Tomei a meu cargo inventariá-los, através de discurso que levei, escrito, ao Senado, precisamente para que as interferências discordantes a meu juízo inevitáveis, não perturbassem a fria exposição do tema.

O tema era o de que nos regimes democráticos (e acabáramos de conquistar uma constituição liberal, encerrando longa fase de poderes discricionários), os cidadãos que acorrem à praça pública para um ato de caráter cívico ou de sentido político não são movidos, nunca por idênticos propósitos, nem conduzidos pelo mesmo ímpeto, antes obedecem a motivações variadas e, acaso, opostas. Dêsse amalgama é que se constitui nas suas manifestações insopitáveis, a alma do povo, que pode errar, mas não o faz nunca, por interesse ou por conveniência.

Do estranho composto era prova frisante a festa com que a Cidade acolhera, de volta, o insigne desterrado. Uma gente dominada por sentimentos vários, num contexto dos mais dispareos elementos oferecia, como uma síntese, o côro uníssono de aplauso. E nisso é que estava tôda a grandeza do espetáculo.

Eram, primeiramente, os que, lançados, em 1930 ao ostracismo político, não haviam aderido à nova ordem instaurada e de tôdas as ocasiões se aproveitavam para a efusão do seu descontentamento. Dir-se-á que os animava o ressentimento mas não seria isso bastante para impurificar o seu sentimento. Figuravam depois, os que nada possuindo para entregar aos vencedores, mantinham-se, contudo, inconformados por intimamente convencidos de que os graves erros pretéritos tinham, pelo menos, uma compensação na prática de algumas grandes virtudes pessoais que recomendavam êsse passado em face do presente de crassos erros e virtudes menos exemplares. A uns e outros juntavam-se os que foram à recepção por dever de penitência, isto é, a legião dos que, triunfadores em 1930, logo se arrependeram da jornada a que dedicaram o seu idealismo, vistos os caminhos nunca desejados por onde o movimento enveredara. Era esta uma posição parecida com a de muitos propagandistas da República que sonharam com um regime sem defeitos e por tôda parte só enxergavam, talvez exageradamente, imperfeições. A êstes reuniam-se outros idealistas, os que, acreditando na prometida renovação dos costumes políticos, haviam saído à rua em burburinho, vaiando os vencidos e aclamando os vencedores de 30.

Aos decaídos, aos arrependidos, aos desiludidos, assim identificados, assim irmanados, associavam-se, por último, os oposicionistas natos, aquêles que, sistematicamente combatem o que está, e até por antecipação, e que pode vir. São homens que nada constroem nem construíram, se algum dia, o Governo lhes viesse às mãos. Estiveram na despedida ao Sr. *Washington Luís*, apupando-o, como a encarnação, em hora já esbatida, do Poder. Vinham recebê-lo com as suas palmas, agora que êle bem representava o oposto do Poder.

Isto pôsto, devia contar, *et pour cause*, com o infalível desapoio do General *Goes Monteiro*, a quem a província das Alagoas sua terra natal, havia elegido Senador. Militar de proclamados e invejáveis merecimentos profissionais, inteligência excepcional de estrategista,

que a Missão Francesa distinguira como capaz de brilhar nos mais aperfeiçoados exércitos do Mundo, vencedor, com *Getúlio Vargas*, em 1930 e em 1937; outra vez vencedor, e, desta feita contra *Getúlio*, em 1945, faltou-lhe, naquele instante, a acuidade para perceber que o orador não estava endeusando acintosamente, o passado, ou os seus homens, pelo mero prazer de depreciar o presente mas extraindo do episódio a preciosa lição que êle oferecia aos políticos, de qualquer Partido ou tendência.

Aos seus apartes, insistentes, algo virulentos, todos gratuitamente emprestando-me idéias reacionárias e propósitos saudosistas, respondi como pude, precavido, sobretudo, para que se não perdesse o fio escrito das considerações, cujo remate, por sinal, anulava os impertinentes reproches. Eis que a sessão prosseguia, com outro Senador na tribuna quando tive a atenção despertada para alguém que ocupava, a meu lado, a cadeira vazia. Para minha surpresa, era o aparteante de pouco antes, restituído agora, a uma placidez absoluta. Vinha para dizer que lamentava o ocorrido, e tanto mais quanto amigos comuns lhe transmitiam a meu respeito informação laudatória.

Nenhum momento mais adequado para a exaltação do sistema representaivo de Governo. Foi o que fiz, argüindo que a cena que acabáramos de presenciar era normal na vida das assembléias legislativas. E que tais assembléias eram úteis, exatamente, pelo largo debate que nelas se pratica, cada qual exprimindo sem temor e sem freios, o seu livre pensar.

Aliás, em tôda a duração do seu mandato, deu provas o Senador *Goes Monteiro* de assiduidade nos trabalhos, compartilhando as discussões em Plenário e freqüentando, não raro, a tribuna. Aparentava ser um homem perfeitamente reconciliado com o Poder Legislativo, dado que lhe ficara conhecendo, na intimidade os inegáveis préstimos. Andavam distanciados evidentemente, os tempos em que ameaçava dia e noite, a Constituinte de 1934 com a força arrasadora dos seus "granadeiros".

Washington Luís e *Goes Monteiro*, tão diversos no temperamento e na ação, são figuras de um passado que começa a revestir a perspectiva essencial à interpretação histórica. Quanto ao primeiro, já o centenário de seu nascimento ensejou alguns conceitos que são definitivos sôbre o seu admirável perfil de estadista.

(Transcrição de *A TARDE*)

JOSÉ BONIFÁCIO

PAULO DA SILVEIRA SANTOS

A historia é caprichosa, e é pena que certas injustiças somente muito tarde sejam reparadas. Veja-se o caso de José Bonifácio. Que vida tumultuada, que sorte adversa teve o Patriarca! Primeiro, uma carreira brilhante nos estudos, o largo renome de cientista, a cathedra que lecionou na Universidade de Coimbra; identico brilho na politica, na qual liderou o movimento que nos deu a emancipação, tendo sido então nomeado ministro do Imperio.

Parecia achar-se no apogeu da gloria, mas logo viu apagar-se sua boa estrela: por força de intrigas palacianas deixa o ministerio, é processado, preso e desterrado... Anos depois, num gesto de arrependimento, D. Pedro concedeu-lhe o perdão, nomeou-o tutor de seus filhos principes, quis agraciá-lo com a comenda da Ordem do Cruzeiro, a que José Bonifácio dignamente recusou, como também recusou o titulo de marquês.

Porém, novas provações devia sofrer o velho Andrada: opinião do ministro da Justiça, padre Feijó, destituiu-o da tutoria dos principes, mandou prendê-lo, exilou-o em Niteroi. Desiludido e amargurado, ali faleceu José Bonifácio em 1838, em extrema pobreza, sob a indiferença geral do grande publico.

Sem duvida, tal esquecimento, que perdurou por longo tempo, deve-se à perfidia dos poderosos da epoca, mas, além disso, teve José Bonifácio contra si a do historiador Varnhagen, o qual, em seus escritos, dá ao Andrada papel secundario nos acontecimentos ligados à Independência, ao mesmo tempo que enaltece umas quantas figuras mediocres.⁽¹⁾

Contudo, decorridos menos de cinquenta anos do desaparecimento do Patriarca, a reparação veio. Em 1880 Miguel Lemos e Teixeira Mendes, diretores do Apostolado Positivista, no Rio, encetaram a revisão do processo historico, examinaram minuciosamente a biografia e a ação do Andrada, e o recolocaram no devido lugar, como elemento principal da Independência, preclaro estadista, digno do reconhecimento e da gratidão do País.

De modo que — como escreveu o professor José Feliciano — os que hoje respeitam os Andradas não devem esquecer o trabalho

1) José Feliciano de Oliveira — «José Bonifácio e a Independência», ed. Martins, 1955.

historico dos positivistas. Foram estes que celebraram o culto civico da Patria, com todos os seus herois, sem distincção de credo ou de condições sociais. O papel historico de José Bonifacio foi então delineado com particular realce. ⁽²⁾

Dali para cá, e sobretudo a partir do primeiro centenario da Independencia, mais se intensificaram os estudos em torno da irmandade — José Bonifacio, Martim Francisco, Antonio Carlos e foi nesse ano (1922) que apareceu a obra em três volumes, “Os Andradas” de Alberto de Souza.

Em 1963, no transcurso do bicentenario de nascimento de José Bonifacio, entre varias solenidades que marcaram a efemeride, o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo editou alentada Poliantéia comemorativa. Neste volume, o dr. Aureliano Leite, presidente do sodalicio, em artigo intitulado “Bibliografia sobre José Bonifacio de Andrada e Silva” registra a relação de cerca de 250 autores que se referem a José Bonifacio. Verdadeira biblioteca andradina!

Ora, depois de tantos trabalhos surgidos acerca da vida e da obra do Patriarca, dir-se-ia que nada mais ficara para apresentar de novo, em torno do assunto. Entretanto, a nobre figura do Andrada ressurgue agora com suas admiraveis qualidades de caracter e inteligencia, numa excelente publicação postuma.

Refiro-me a “José Bonifacio” de autoria do escritor e poligrafo Brenno Ferraz do Amaral, falecido em 1961. A obra veio a lume recentemente, editada pela Martins, por iniciativa do escritor e jornalista Pedro Ferraz do Amaral, irmão de Brenno, e coordenador do trabalho. É mais um volume util, que em boa hora se incorpora à extensa bibliografia sobre o Patriarca, completando-a em muitos e curiosos aspectos.

Deixando de lado o estudo da atividade partidaria de seu biografado, procurou Brenno Ferraz pesquisar cuidadosamente os episodios ocorridos na infancia e na mocidade daquele que se notabilizou como cientista e foi, também, um dos maiores estadistas da America Latina.

Nesse particular, revela-nos o autor varias facetas inteiramente desconhecidas de José Bonifacio. Entre os pormenores dignos de nota, ressalta Brenno Ferraz a influencia decisiva que recebeu o Andrada de seu preceptor, frei Dom Manuel da Ressurreição, outro espírito brilhante, dotado de cultura muito avançada para seu tempo. A proposito, dá-nos à pag. 50 e seguintes, interessantissima relação das obras que formavam a seleta biblioteca de frei Dom Manuel.

Fica documentadamente provado que o mestre particular ministrou a José Bonifacio um aprendizado superior, e foi esse o ponto de partida, a base solida que permitiu ao ilustre santista

2) Idem, op. cit. pág. 216.

aprofundar-se com exito nos estudos universitarios, que mais tarde realizou em Coimbra.

Com efeito, depois do ensinamento aqui recebido, e já com um cabedal seguro de conhecimentos, fez o Andrada, ainda adolescente, longas viagens através do País, esteve em Ouro Preto e Diamantina, onde seu espirito investigador e sagaz foi inteirar-se dos problemas da mineração do ouro e da extração dos diamantes.

Entrementes, estudou José Bonifacio a questão das reservas florestais, a defesa de nossa riqueza vegetal, tendo sempre em vista a proteção do solo e, consequentemente, a expansão da incipiente agricultura nacional. Muito elucidativa, a este respeito, a memoria que escreveu sobre "A Plantação dos Pinhais".

E assim aprofundando-se no estudo da vida e da produção científica do futuro Patriarca, verificou Brenno Ferraz do Amaral a curiosidade que levou seu biografado a encarar a serio o problema importante da pesca da baleia e do aproveitamento do azeite do cetaceo, pois, ainda adolescente, viajou José Bonifácio para Santa Catarina, a fim de conhecer lá a questão da pesca e das quatro armações baleeiras existentes naquele grande centro pesqueiro.

Por conseguinte, quando em Lisboa e Paris, entre 1790 e 1791, escreveu José Bonifacio as memorias sobre diamantes do Brasil, ouro de desmonte e de lavagem, e ainda sobre pesca da baleia e armações baleeiras, o fez com absoluto conhecimento de causa, porque havia estado em Minas Gerais e em Santa Catarina, onde realizou aquilo a que hoje chamamos de pesquisa de campo.

Outro capitulo sobremodo curioso do livro de Brenno Ferraz do Amaral é o que diz respeito à extensa viagem de estudos mineralogicos, que o futuro Patriarca empreendeu, em 1820, através da Provincia, em companhia de seu irmão Martim Francisco, após o regresso de Portugal, já com o renome internacional de cientista. Percorreram então Santo André, o morro do Jaraguá, Parnaíba, Pirapora, Itu, São Roque, Sorocaba e Ipanema, onde visitaram demoradamente a fabrica imperial da industria do ferro.

Foi justamente nessa ocasião que José Bonifacio, tendo feito em seu relatório graves restrições à contraproducente administração de Varnhagen, diretor da fabrica, veio a provocar as iras do futuro historiógrafo, Francisco Adolfo, filho do diretor, incidente a que há pouco me referi.

De pesquisa em pesquisa, e ao examinar o testamento de José Bonifacio, verificou Brenno Ferraz do Amaral que o illustre Andrada foi proprietario de um engenho, "com suas terras e benfeitorias", no distrito de Piracicaba, fato que não vem mencionado nas biografias do Patriarca. Com grata satisfação fêz Brenno esse achado, e conseguiu localizar no municipio de Piracicaba, nas proximidades da cidade, a antiga fazenda das "Palmeiras", satis-

fação tanto maior porque, piracicabano de velha estirpe, sempre se orgulhou de sua terra natal.

Em suma, vê-se neste excelente volume, o quanto, desde sua mocidade, se interessou José Bonifacio pelas coisas humanas, procurando resolver os problemas brasileiros através das formas economicas da produção, de modo a favorecer a alimentação do povo, quer pela melhora dos metodos de pesca, quer pelo incremento da produção agricola. E também que, quando aos 20 anos de idade partiu para Coimbra, era José Bonifacio um homem feito, suficientemente preparado para o curso superior. Brilhou em Portugal e a seguir percorreu os centros universitarios mais cultos da Europa, e lá conquistou renome de projeção.

Mas o que fica documentadamente provado neste livro é a formação brasileira de José Bonifacio, bem como o reflexo desse nacionalismo na obra admiravel que nos legou, quer como precursor da ciencia moderna, quer como estadista que ele o foi, entre os maiores da America Latina.

O mais importante, porém, deste volume, está na parte final: é a monografia em que, revelando sua cultura filosofica, Brenno Ferraz do Amaral tem algo a dizer, de verdadeiro e de novo. O autor focaliza, então, em bellissimo ensaio, a questão do desenho da Bandeira do Imperio, cuja concepção mostra ser inteiramente de José Bonifacio, dissipando quaisquer duvidas a respeito. A proposito, apresenta uma hipotese interessante, perfeitamente aceitavel, acêrca do desenho geometrico do losango central, desenho que foi depois aproveitado por Teixeira Mendes, idealizador da Bandeira Nacional republicana, inspirada no Pavilhão da monarchia. E muito acertadamente, Brenno transcreve a justificativa, escrita pelo filosofo Teixeira Mendes, descrevendo o auriverde pendão.

Os estudos aqui reunidos se achavam ineditos por ocasião do falecimento de Brenno. Coligidos, revistos e anotados por seu irmão, tais trabalhos mereceram a atenção de José de Barros Martins, que os colocou em volume, através de sua editora.

Além das notas elucidativas do coordenador, jornalista Pedro Ferraz do Amaral, a quem se deve a louvavel iniciativa desta publicação póstuma, o livro tem ainda a valorizá-lo o prefacio escrito por Léo Vaz, outro illustre intelectual, nome consagrado no mundo das letras.

(Transcrito de O Estado de S. Paulo)

O MESTRE DAS AMÉRICAS

LOURENÇO FILHO (1897-1970)

ANTONIO D'ÁVILA

O menino de Pôrto Ferreira. — Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu em Pôrto Ferreira, à beira do Moji-Guaçu, a 10 de março de 1897. Filho de Manuel Lourenço, português, e de D.^a Ida Bergström, sueca, era o primeiro, na comunidade, homem prestante e providencial. Aí inaugurou o comércio de livros e a arte fotográfica, instalou uma tipografia, montou um cinema e durante trinta anos publicou um semanário — “A Fôlha”. Era, como se vê, homem de vistas largas, amigo do progresso e de seu povo.

Dêsse modesto burgo do nascimento, o menino de Pôrto Ferreira cresceria para o mundo, através de livros e de realizações outras.

O grande leitor. — Do exemplo de operosidade e descortino paterno, madrugou Lourenço Filho para as lides intelectuais. Foi ledor assíduo desde os verdes anos, como êle mesmo nô-lo recorda. Em conferência, em Montevidéu, 1950, refere-se êle à fase de bulimia e indiscriminação nas suas leituras. Lia muito e de tudo. Assim, relembra.

“Comecei a ler na idade normal, aos sete anos. Acrescentarei como informação absolutamente confidencial, que a minha experiência pessoal com a leitura data já de quarenta anos”. E adiante: “Houve fases de minha vida em que li por cinco ou mais horas em cada dia; noutras um pouco menos; talvez mais, em outras, como estudante e professor. Revendo-as, chego a concluir, modestamente, que tenho lido, desde os oito anos, na escola ou fora dela, três horas por dia, em média”. E acrescentando lembranças, dizia. “Criança um pouco enfermiça, distraia-me lendo. Estudante de poucos recursos, lia apressadamente, em livros de empréstimo, ou em livros que tomava à casa de livros usados, por poucos dias, para revendê-los, logo a seguir, com algum prejuízo monetário, é certo, mas de forma a variar com pouco dinheiro o material de leitura. Professor, mais tarde, cabia-me ler e fazer ler, por dever profissional. Leio em casa, a qualquer hora, mas sobretudo à noite. Leio no meu escritório, ouvindo rádio ou deitado. Leio no bonde. Não raro, andando na rua, o que às vêzes, tenho obser-

vado, perturba um pouco o tráfego e a leitura. Mas leio sempre. Dado que a média tenha sido realmente a dessas horas diárias, ao cabo de quarenta anos, tem-se mais ou menos 43 mil horas”.

Leituras e jornalismo. — Tão extensa cópia de leituras provocaria em nós, certamente, a curiosidade de saber o que lia e o que leu o insaciável leitor. Que teria lido, nos primeiros tempos, o menino de Pôrto Ferreira?

O estoque de livros do pai oferecia pasto à curiosa leitura, que andou prêsá, inicialmente, à História de Carlos Magno, Júlio Verne, às Aventuras de João Brandão, às Viagens de Guliver e, diversificada, nos Sonetos de Camões, saboreados aos nove anos!

Do livro ao jornal foi um passo. Atento aos trabalhos do pai, na tipografia, nasceu-lhe o gôsto de imprimir também o seu jornal.

A “Fôlha”, jornal paterno, incentivou-o a escrever e publicar, aos dez anos, “O Pião”, de que era, ao mesmo tempo, diretor, redator e tipógrafo.

Mais tarde, mal saído da escola normal, em 1917, Lourenço Filho escreveria para diversos jornais e revistas, expondo, esclarecendo e defendendo as suas idéias, voltadas tôdas para o problema da educação.

Juazeiro do Padre Cícero, obra de valor social e literário, constituiria, em 1926, a coletânea de artigos que, a respeito, escrevera e publicara em “O Estado de São Paulo”.

O estudante de escola normal. — Após breve estágio no Ginásio de Campinas, inscreveu-se o adolescente de Pôrto Ferreira para o exame de admissão ao 1.º ano da Escola Normal Primária de Piraçununga. Na inauguração do edifício dessa escola, em 1911, disse o orador do ato que ela seria o celeiro de futuros operários da instrução popular. Assim aconteceu com um de seus alunos. Lourenço Filho, nessa escola, iniciou os primeiros passos de sua luminosa carreira. E Almeida Júnior, um de seus mestres de então, predizia os passos dessa luminosa trajetória. Em carta de 1915, a Rui de Paula Souza, referindo-se ao jovem normalista, formado de 1914, dizia: “Meu jovem discípulo Lourenço Filho — um nome que vai ser honrado”.

Mais tarde, Almeida Júnior, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo constituiriam as três mais avançadas figuras da educação no Brasil.

O exame de admissão, nessa Escola, deu a Lourenço Filho o primeiro lugar, pôsto que manteve, depois, do primeiro ao último ano do curso.

Respeitado pelos colegas, os professôres o tinham na conta de excepcional. Na prática de ensino, então, ocasionalmente sob a direção de Almeida Júnior, a primeira aula do adolescente de Pôrto Ferreira versou sôbre os indígenas brasileiros. Depõe o

regente da cadeira de prática: “Vejo ainda agora (1957) diante de mim, aquela figura esguia de adolescente, em pé junto aos meninos, levemente emocionado, a dialogar, a explicar a desenhar em côres no quadro-negro, provocando entre as crianças o mais genuíno interesse. “Uma aula diferente”, sentenciou o professor Almeida Júnior.

Os primeiros anos da carreira. — Em Pôrto Ferreira, diplomado, Lourenço Filho é substituto de seu grupo escolar, abril de 1915. Um de seus alunos, dêsse tempo, após suas lições, comentava, a respeito do ensino do jovem mestre: “Uma outra coisa, eram aulas diferentes”. A vocação do educador matizava a personalidade do simples mestre-escola.

A Escola Normal Secundária: — A lei daquele tempo permitia que o formado por Escola Normal Primária pudesse cursar os dois últimos anos da Normal Secundária, para melhorar a cultura geral e os conhecimentos pedagógicos.

Eis Lourenço Filho na Capital, em 1916, onde por essa Escola se diplomaria, em 1917, integrando-se no grupo de educadores de então.

Foi o seu primeiro contato com Sampaio Dória que, em 1914 após memorável concurso, lecionava Psicologia e Pedagogia na tradicional Escola. Foram seus colegas, entre outros, Alfredo Stávale, Israel Alves dos Santos, José Scarameli, Luiz Galhanone, Murilo Mendes e Olavo de Carvalho.

A difícil subsistência. — Operário de si mesmo, devia o novel professor, na Capital, bastar-se e subsistir, buscando meios de manutenção própria.

Redator do “Jornal do Comércio”, edição de São Paulo, encontra, depois, Monteiro Lobato que o leva, como auxiliar, na “Revista do Brasil”.

Trabalha na redação de “O Estado de São Paulo” e com êsses subsídios vai conseguindo manter-se na grande cidade.

Em 1921, visitâmo-lo em tradicional pensão, à Praça da República, esquina da rua do Arouche.

O professor de Escola Normal. — A Reforma do ensino, no govêrno Washington Luís, alterou os quadros da docência nas escolas normais com a unificação das escolas primárias e secundárias, transformadas em um só tipo, em 1920.

Substituto de Roldão Lopes de Barros, na Escola Normal Primária, na cadeira de Psicologia, Pedagogia e Prática de Ensino, ingressa Lourenço Filho, aos 23 anos, no magistério dessa Escola.

Nossa turma que, neste ano, festeja o seu **Jubileu de Ouro**, teve a glória de contá-lo como seu mestre, nesse primeiro passo da carreira, que se estenderia depois por cinquenta anos de fecundas atividades no campo da educação brasileira.

Neste ponto, pouco diremos do amigo, do incentivador de leituras, do orientador de estudos.

Nesse caráter revolucionou as nossas idéias indecisas, mandou-nos à procura de mestres de psicologia, a educadores, para conhecer-lhes livros e concepções.

— Procurem o Dr. Henrique Geenen, conversem com êle, leiam os seus livros.

Ou então: “Leiam tais e tais livros para orientação de vida e de estudos. Conheçam **L'éducation de soi-même**, de Paul Dubois. Não se esqueçam dêste ou daquêle autor”.

A grande expectativa. — Pela primeira vez, como vimos, julho de 1920, Lourenço Filho — o Lourencinho, como era conhecido, enfrentava uma turma de normalistas, como professor que, havia três anos, recebera o diploma normal.

Geral a expectativa em nossa classe, numerosa de 45 formandos, à vista do renome de que vinha cercado, colaborador de jornais sérios, de revistas, citado aqui e ali como um moço de talento excepcional.

Pelas 13 horas, o curso normal que era noturno, passara a diurno, à tarde, entrou em nossa classe o nôvo professor, com naturalidade e pleno domínio da situação. Para nos deixar à vontade começou, feita a chamada, a conversar, informando-nos de como fôra escolhido pelo Govêrno, na pessoa do Dr. Alarico Silveira, Secretário do Interior.

Não pedira o cargo, não buscara influências, fôra chamado para ocupar a cadeira, em substituição ao professor Roldão Lopes de Barros.

Dêsse primeiro contato, estabeleceu-se entre êle e a classe um estreito laço de camaradagem e compreensão. Era acessível, conversável, simples, interessando-se pelas nossas estudantadas, no tempo simples reboliços de recreio, lendo com bonomia e agrado o jornal manuscrito que então editávamos, sob a direção de Walter Barioni, que também o ilustrara, sob o nome de Banírio. O primeiro número dêsse jornal trazia na capa curioso desenho caricatural: o perfil de Lourenço apenas traçado das sombrancelhas para cima, a testa ampla, e à frente uma interrogação provocadora.

O alto nível de suas aulas. — Foi a primeira que deu, em curso normal, repetimos, uma “aula diferente” a sua, sobretudo pelo tom de relações espirituais que, de pronto, estabeleceu entre a cátedra e os alunos.

Linguagem didática precisa, clara, apurada no gôsto de encontrar a palavra e a expressão justa, fixava o pensamento, à proporção que o desenvolvia, em esquemas no quadro-negro, gráficos e chaves e o expunha com indicações de livros e de autores, leves anedotas, aqui e ali uma anedota. Tudo, porém, ordenado, natural, seguro, sem o auxílio de notas ou de fichas, que em outros professores, embaraçam o curso da exposição e o encobrem sob a espessa

camada de citações bibliográficas. Eram aulas agradáveis, insinuantes, que perduraram até o final do curso. Foi um acontecimento, para nós, a primeira prova escrita que com êle fizemos, cujas fôlhas nos retornaram às mãos, uma por uma, lidas e anotadas a tinta vermelha, indicando omissões, apontando dúvidas, analisando acertos, estimulando idéias e louvando o pensamento: “Exato”, “Certo”, “Possivelmente”, “Leia a propósito o autor X”, “Amplie as suas idéias a respeito”, eram notas escritas à margem, com zelo e gôsto.

Note-se, para louvor, que eram 108 os professorandos de ambas as secções da Normal, nesse longínquo ano de 1920.

Uma lição de ontem para muitos professôres de hoje, que pedem monografias, pesquisas e consultas a seus alunos, sem, entretanto, se darem ao trabalho da leitura.

O professor de Piracicaba. — A 31 de janeiro de 1921, Lourenço Filho é nomeado professor de Psicologia e Pedagogia da tradicional Escola Normal de Piracicaba. Mas já então não era o mesmo espírito de 1920. Evoluira, crescera em contato com livros de Durkheim, Ferrière, Watson, Thorndike, Kilpatrick, Decroly e Dewey. A velha psicologia dos estados de consciência e os padrões tradicionais da escola primária ficaram para trás.

“A Revista de Educação” editada pela Escola Normal dessa cidade, está enriquecida de artigos que para ela escreveu o mestre, inclusive um sôbre idéias gerais e normas sôbre a prática do ensino no curso normal, trabalho de valor depois inserto nos Arquivos do Instituto de Educação do Distrito Federal, em 1945, n.º 4.

O Reformador do Ensino no Ceará. — Em seu discurso na Escola Normal da Praça, em 1917, na campanha cívica que então conduzia, Olavo Bilac relembra, para nosso orgulho, o papel dessa Escola na vida do ensino no amplo território nacional, afirmando: “Dêste horto de energias e estudos, têm saído centenas de mudas viçosas, que transplantadas do viveiro natal, foram florescer e frutificar nas cidades e povoações, que esmaltam a forte e bela terra de São Paulo; e, honra mais alta para vós, os governos de outros Estados vêm procurar aqui educadores para a sua gente, tão clara é a fama que rodeia esta **alma parens**”.

Realmente assim era a Escola Normal de São Paulo — um celeiro de professôres para o Brasil. Rara a unidade da Federação que não pediu e não recebeu o auxílio de São Paulo, através de seus mestres, isoladamente ou em missões pedagógicas.

A respeito dêsse bandeirantismo no setor da pedagogia pátria, ouçamos parte do testemunho do ilustre professor Joaquim Moreira de Souza, sôbre o que realizou, em 1922, o professor Lourenço Filho como encarregado pelo presidente Justiniano de Serpa da reforma do ensino na Terra da Luz, o Ceará.

As lições do professor Lourenço Filho, apaixonaram os espíritos. Assistiram-nas diariamente, assim os alunos da Escola Normal, como professores públicos e particulares e jornalistas.

O próprio Presidente do Estado, talvez o mais entusiasta, costumava distinguir as aulas com a sua presença. O recinto já tinha o aspecto de uma sala de conferências, ou melhor, de um cenáculo, porque nunca as aulas eram exaustivas, mas animadas das mais interessantes discussões.

Foi preciso estabelecer-se um curso especial, além do da Escola, onde se ouviram aulas memoráveis, que muito elevaram o nível intelectual do professorado, ao mesmo tempo que acendia no espírito o amor pelas coisas da educação”.

O caminho da Academia. — Com a coletânea de doze artigos que enviou do Ceará para o jornal “O Estado de São Paulo”, Lourenço Filho escreveu uma obra de notável valor sociológico e literário — Juazeiro do Padre Cícero, editada pela Companhia Melhoramentos, análise lúcida do problema nordestino, em face da adversidade climática periódica e da sofrida população desse pedaço do Brasil, livro-abertura para outros que se escreveram depois sobre o Nordeste brasileiro e louvado por um Calógeras, Taunay, Rocha Pombo, Plínio Barreto, Gustavo Barroso, entre muitos.

Com esse livro realmente valioso, quer do ponto de vista da pesquisa social, quer do aspecto literário, abriram-se a Lourenço Filho as portas da Academia Paulista de Letras, eleito que foi para a cadeira n.º 32, cujo patrono, Ezequiel Ramos, teve como fundador Ezequiel Ramos Júnior.

Na Revista da Academia temos, a partir de então, Lourenço Filho assinando colaborações de excelente estilo e valiosa substância como Biblioteca e ensino, Vicente Licínio e Estudos Sociais, Rui e as Lições de Coisas, A Educação como Problema Nacional, Educação e Educação Física, A Criança na Literatura Brasileira.

O prêmio Ensaio, da Academia, em 1927, lhe foi atribuído com o Juazeiro do Padre Cícero.

Por uma escola melhor. — A vaga, em 1925, de Sampaio Dória, na Escola Normal da Praça, é preenchida por Lourenço Filho, na cadeira de Psicologia e Pedagogia. Já então, graças à larga experiência de Piracicaba e Ceará, à variada leitura e funda reflexão, adentrara êle no campo da Psicologia Experimental e da educação sob o espírito social. Abeberara-se de Claparède, Piéron, Dewey, Decroly, Montessori e outros. A escola nova, lá fora, que conhecia na filosofia e na prática, ampliara-lhe os horizontes de ideais e de idéias, ensejando-lhe o privilégio de ser em nosso Estado e no País o pregoeiro, o pioneiro, o criador de um novo espírito a favor da educação renovada.

Vinha de 1926 amplo movimento no Estado, com reflexos no Brasil, traduzido no choque entre o tradicionalismo educacional

e a renovação social e didática da escola, em todos os seus níveis e modalidades.

“O Estado de São Paulo”, acolhendo pareceres de professores, educadores e administradores escolares, focalizara o retrato de uma educação no Estado e no País tocada de rotina ou impulsionada pelo mote de “volta ao passado”.

Chamado a depor, Lourenço Filho disse, entre outras coisas: “Depois da renovação do ensino em São Paulo, nos primeiros anos da República, os nossos professores têm dormido sobre os louros de então. Consagrou-se aquêlê avanço (cujo valor ninguém lealmente porá em dúvida, em relação ao seu tempo), como triunfo inexcédível, absoluto e eterno”. E mais. “Assim passamos a viver entre os conselhos da excelente “Miss Browne” e o hieratismo, ainda hoje comovedor, da maioria de seus discípulos. . . .”

Contra as falhas mais sérias do ensino primário e normal de então, aponta “a ausência de um claro espírito de finalidade social o divórcio do que na escola se pensa e se fêz, e a vida do menino que a frequenta”.

Para êle “O verdadeiro papel da escola primária é o de adaptar os futuros cidadãos material e moralmente, às necessidades sociais presentes, e tanto que seja possível, às necessidades vindouras”. Por último, afirmava: “O tirocínio escolar não pode ser mais a simples aquisição de fórmulas verbais e pequenas habilidades para serem demonstradas por ocasião dos exames. A escola deve preparar para a vida real, pela própria vida”.

Introdução ao Estudo da Escola Nova. — Anos depois, em 1929, publicou Lourenço Filho o livro-abertura do movimento de renovação escolar, no Estado, que a seguir se expandiria por várias unidades da Federação, provocando entusiasmos, adesões e interêsse nos meios pedagógicos e sociais, ansiosos por uma escola melhor. Dêsse livro disse Paul Fauconnet, professor de Pedagogia da Sorbone. “Não se pode desejar senão uma coisa: que muitos pais leiam êste livro, que muitas escolas particulares nêle se inspirem, e que a opinião pública imponha, pouco a pouco, aos poderes governamentais, o plano de reformas razoáveis e sem dúvida alguma fecundas, com que o Sr. Lourenço Filho fecha o seu livro”.

Inspecionávamos, nesse tempo, uma escola normal da Capital e nela lecionávamos a cadeira de Educação; podemos, assim, testemunhar quanto de entusiasmo, experiências, pesquisas revolucionou a nossa escola elementar e de professores: projetos, centros de interêsse, programas experimentais, classes seletivas, cinema e biblioteca infantil, orientação profissional apareceram em nossas aulas primárias e normais, demonstrando um surto vibrante de entusiasmo no professorado. Queremos crer, à vista do que testemunhámos e sabíamos, que o traço marcante da personalidade de Lourenço Filho, como educador, era êsse: incentivar, provocar

experiências, despertar o gôsto de leituras e pesquisas, agremiar professôres em tôrno de idéias e de ideais.

Fale por nós ainda, dêsse sôpro renovador, a ação que desenvolveu ali, no Liceu Nacional "Rio Branco", na Capital, foco de vibração pedagógica em favor de uma escola melhor, mais adequada a nosso tempo e a nossas necessidades.

Testes A B C. — O angustioso problema do analfabetismo no Estado, fôra, havia oito anos, focalizado pelo educador Oscar Thompson, em famosa **Carta Aberta**, mostrando a situação precária de nossa escola primária, incapaz de acolher a grande massa de iletrados de nossa população.

Foi um brado de alerta, a que atenderam eminentes figuras de nosso meio pedagógico, políticos e sociólogos.

De par com êsse problema, outro havia a desafiar a argúcia de nossos técnicos de ensino e administradores escolares — a grande e crescente massa de repetentes que nas escolas primárias, vinha roendo os orçamentos anuais, sem proveito e com graves danos para a economia do Estado.

Atento ao problema, que envolvia aspecto psico-pedagógico, Lourenço Filho idealiza, organiza, experimenta e refunde os Testes A B C para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita.

Classes seletivas. — Pesquisando a propósito da verificação acima, convergiram as pesquisas na bateria conhecida dos Testes A B C, que escalonada, inspiraram o movimento das classes seletivas em nossas escolas e em muitas das escolas do Brasil, testes depois citados, referidos, experimentados e traduzidos em vários países do mundo.

Percorrendo revistas de educação de nosso e de outros Estados do Brasil e do exterior, podemos arrolar o elevado número de estudos, de práticas, de experiências que êsses testes provocaram, na organização de classes primárias fracas, médias e fortes, em consonância com a maturidade dos alunos de 1.º grau.

O Diretor do Ensino em São Paulo. — Encerrada a Revolução de 1930, com a deposição de Washington Luís, da Presidência da República, Lourenço Filho, que havia um ano antes concluído o seu curso jurídico, é chamado a dirigir a instrução pública de nosso Estado, nomeado a 27 de outubro dêsse ano.

De sua passagem por êsse alto pôsto somos testemunhas, porque então iniciávamos o nosso magistério na Capital, após dez anos de trabalho no Interior. Seria, porém, longo, enumerar os serviços que prestou ao ensino o mestre de Pôrto Ferreira, como se arrola em publicações oficiais: regularização completa do funcionamento das escolas em todos os municípios, cuja vida fôra alterada pelo movimento revolucionário; dispensa de 1.044 professôres leigos, que ocupavam cadeiras primárias oficiais; restaura-

ção de critérios objetivos para nomeações e remoções de professores; reorganização da Revista de Educação, que passou a chamar-se Escola Nova, cada número monográfico dedicado a assunto especial como Programas, Pais e Mestres, Orientação Profissional, Bibliotecas, Medida Objetiva do Trabalho Escolar, Cinema Educativo.

Acrescente-se ao enumerado: renovação de programas, reorganização de serviços técnicos, restauração das Delegacias Regionais, criação da Biblioteca Central Pedagógica; reorganização do ensino profissional, reforma do ensino normal e criação do Serviço de Psicologia Aplicada bem como a criação do Instituto Pedagógico.

De São Paulo para o Brasil e para o Mundo. — O renome do educador paulista alcançara as fronteiras do Brasil. Convidado em 1932, pelo Ministro da Educação, Francisco de Campos, para chefiar seu gabinete e organizar os planos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, logo a seguir, sob o apêlo de Anísio Teixeira, dirige o Instituto de Educação do Distrito Federal.

A administração da escola, porém, não fêz esquecido nêle o gôsto e a paixão da cátedra. Daí a nomeação para professor de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo, cargo que não exerceu, porém, permanecendo no Rio de Janeiro, lecionando a mesma matéria na Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal.

Vai num crescendo o prestígio de seu nome e de sua obra.

Realiza cursos (1936), como professor visitante na Universidade de Buenos Aires e na de La Plata, ao mesmo tempo que dirige o Instituto de Pesquisas Educacionais do mesmo Distrito Federal.

Em 1937 levam-no como membro do Conselho Nacional de Educação, quando é, também, Diretor Geral do Departamento de Educação.

O ano de 1938 assinala um grande passo na política educacional do Ministro Capanema: a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para o qual foi escolhido diretor o professor Lourenço Filho.

Seis anos depois, nesse Instituto, funda a notável Revista de Estudos Pedagógicos, publicação que alcança hoje sua centena de números, todos êles cheios de excelente matéria de seu programa.

Arrolam-se, a seguir, copiosas atividades do mestre, em publicações, conferências, cursos e aulas. É de 1940 seu livro Tendências da Educação Brasileira, matéria de cursos de Administração do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, para o qual deu, também, um curso de Relações Humanas.

Três anos depois é Delegado do Brasil à 1.ª Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas

(Panamá), época em que ministrou cursos nas Universidades de Lima, Peru e Santiago do Chile.

Em 1946, é Delegado do Brasil à 111.^a Conferência Geral da UNESCO, no México e no ano seguinte o Ministro Clemente Mariani o encarrega de notável e patriótico trabalho.

A Campanha Nacional de Educação de Adultos. — Movimento cívico que teve o primeiro passo na Escola Normal “Caetano de Campos”, em São Paulo, em 1946, ampliou-se como Campanha Nacional, sob a inspiração desse Ministro, organização e direção de Lourenço Filho.

Quem compulsar os documentos relativos a essa Campanha redentora, iniciada em 1947, no País, há-de sentir o ardor e o brilho com que foi conduzida, com definições de propósitos e objetivos, instalação de cursos por todos os quadrantes da Pátria, com resultados verdadeiramente surpreendentes. Educação de Base, com normas e práticas de vida social, higiene, manualismo e lazeres, criaram no Brasil uma nova consciência patriótica mais que o simples domínio do A B C.

Dois anos depois, organiza e dirige o Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, promovido pela UNESCO, data em que recebe o título honroso e consagrador de **Maestro de las Américas** expressão que encabeça este trabalho.

Encargos e honrarias pelo mundo. — Convidado pela UNESCO, em 1950, participa do Seminário de Sistemas de Ensino e Tecnologia Moderna, em Paris, e representa ainda a sua Pátria na VII Conferência Geral da mesma UNESCO, em Florença.

Um ano depois é Presidente da Comissão Executiva do Centro de Formação do Pessoal para a Educação Fundamental na América Latina, no México, viajando, a seguir, para os Estados Unidos, onde realiza estudos e faz conferências na Georgetown University, de Washington. No ano seguinte, (1952) é Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e, em 1955, é Membro da “American Educational Reserch Association”, de Washington.

Mais títulos acrescentaria à copiosa fôlha de serviços à educação: Professor Honorário da Universidade Mayor de São Marcos de Lima, Peru, 1956, Membro da “Association Statistical e da Adult Education Association of the United States”.

Aposentadoria e consagração. — Por ocasião de sua aposentadoria, em 1957, como Professor de Psicologia Educacional da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, recebe o título de **Professor Emérito** da Universidade do Brasil.

O Livro Jubilar da consagração. — É desse ano que a Associação Brasileira de Educação, de que Lourenço Filho fôra presidente e era Membro Honorário, organizou o Livro Jubilar desse acontecimento, compendiando o juízo de amigos, colegas, ex-alunos e

colaboradores de sua vida e de sua obra, juízos e opiniões que arrolamos a seguir.

“Nunca perdeu o seu ar simplório de mestre-escola. Ar simplório que atrai aluno, família, toda gente. Nem a Universidade, com a pompa de seus títulos e a hierarquia de sua situação, conseguiu afetar-lhe a personalidade”.

Celso Kelly

Lourenço Filho exprime em sua vida, de maneira exemplar, essa reação pendular entre o passado e o futuro, o morto e o vivo, o velho e o novo a que a sua fidelidade gostaria de servir, adivinhando o verdadeiro caminho do equilíbrio e da marcha estável...

Anísio Teixeira

... a sua lealdade aos ensinamentos da evidência o levaram, tanto a manter a proeminência de suas preocupações morais na educação, como a ver na pessoa humana um universo autônomo...

Alceu Amoroso Lima

Ninguém de mais ampla influência sobre as aplicações da psicologia aos problemas da educação...

Iva Waisberg Bonow

O afetivo não turba, não conturba nem desvia a sua visão...

Abgar Renault

Essas virtuosidades é que fazem dele o mais renaniano de nossos escritores pedagógicos...

Marcos A. Madeira

Certa vez, a respeito da capacidade de trabalho do nosso diretor, ouvimos alguém, sem pretensão a fazer **blague**: “Este homem estraga todos os cargos públicos, por onde passa. Quando recebe do governo, cinco mil cruzeiros, trabalha como se estivesse recebendo dez ou vinte mil”.

Juraci Silveira

De sua ação se beneficiaram, direta ou indiretamente, numerosas gerações de brasileiros de todas as categorias sociais...

Clemente Mariani

A escola pública do Ceará tomou com Lourenço Filho, a partir de 1923, um sentido novo. Tudo nela ficou impregnado dessa aura de entusiasmo, de progresso, e de amor pela profissão do mestre... Implantou-se um novo espírito de ação social pela escola...

J. Moreira de Souza

A sua arte de escrever é sutil, isenta e preclara. Sabe escrever com fluência, elegância e correção, escrevendo muito bem, exatamente porque dá a ilusão de estar escrevendo sem a preocupação de escrever bem . . .

Peregrino Júnior

Literatura Didática e Literatura Infantil. — Abrangendo no mesmo interesse os altos problemas da educação superior, no Brasil e no Mundo, porque dera, desde 1917, estudos, pesquisas, cursos e administração, sobrou ainda, a Lourenço Filho vagar e gosto pelos assuntos de ambas as literaturas. Recolhendo experiências da vida escolar primária, recordações da infância e reflexões sobre a criança e seu mundo, criaria a série de leituras Pedrinho, para os cinco graus primários, livros primorosamente editados pela Melhoramentos e que tiveram ampla acolhida no Brasil.

Com vistas à alfabetização rápida e fácil publicou também a Cartilha do Povo que, aparecida em 1929, contava em 1943 com 276 edições e quase dois milhões de exemplares, em 1950, 666 edições, em 1957, 1.416 edições com mais de sete milhões de exemplares!

Também voltaria suas vistas para os problemas gerais da literatura infantil, quando elaborou um trabalho para subsidiar a reforma do ensino normal, em 1957, em São Paulo que, sob a direção do professor Solon Borges dos Reis, em boa hora, introduzira no currículo escolar normalista a cadeira de Português e, dentro dela, um programa dessa literatura. Anos depois prefaciaria o livro de Leonardo Arroyo — Literatura Infantil — Melhoramentos, onde fixou com clareza a sua inteira concepção sobre o assunto.

Amplia-se a obra do mestre. — Produzido incansavelmente, mesmo aposentado, duas obras de sua pena estão a merecer o nosso comentário: A Arte de Ensinar, de Gilbert Highet, Melhoramentos, que traduziu e prefaciou. Livro ímpar na literatura pedagógica, deveria ser o livro de cabeceira de todos os professores pela soma de referências, aconselhamentos e estímulos que empresta à ação docente e educativa dos mestres.

Por ocasião do II Congresso de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, sob a condução de Armando Hildebrand, visitando Lourenço Filho em sua residência, à Rua Senador Vergueiro, um grupo de seus amigos recebeu de suas mãos um exemplar autografado desse livro admirável.

Inspirados pelo que vimos e sentimos, nessa visita, escrevemos assim num jornal paulistano: "Ali, do 8º andar do edifício em que mora, abriu-se para nossos olhos uma paisagem privilegiada, colhendo a vista todo o conjunto do famoso Colégio Benet, na totalidade de seus prédios, arvoredos e recreios. Assim, o famoso pedagogo e mestre de psicologia no Brasil, que nasceu

com a rara predestinação de fazer educação, de nela crer ardentemente e de por ela trabalhar com persistente convicção colhe, a todo o instante, o espetáculo de massas estudantinas, no bulício dos recreios e dos folguedos, podendo, dessa forma, prolongar, no estágio repousante de sua vida, a vibração da alma da criança e do adolescente, por quem deu êle, desde verdes anos, entusiasmos, estudos, pesquisas e cuidados”.

Outro livro de grande valor, publicado em 1960 é *Educação Comparada — Edições Melhoramentos*, destinado especialmente a estudantes dos cursos de pedagogia, didática, ciências sociais e jornalistas, nas faculdades de filosofia, com interesse também para os cursos de administração escolar, dos institutos de educação.

Rui Barbosa e Lourenço Filho. — A monumental mas esquecida obra de Rui Barbosa, no terreno da Educação, encontrou em Lourenço Filho um apaixonado cultor e analista. Tudo quanto escreveu, nesse campo, o mestre baiano, foi coordenado, analisado e comentado, inclusive a tradução das Lições de Coisas, de Calkins, tão divulgado no Brasil.

Na Pedagogia de Rui Barbosa — Melhoramentos — Lourenço Filho realiza um trabalho de minucioso comentário das idéias de Rui, nos famosos Pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário, Médio e Superior, sopesando o pensamento, examinando fontes e valores das idéias e valorizando os conhecimentos de educação do eminente brasileiro.

Roberto Mange e Lourenço Filho. — Roberto Mange, cuja vida e obra no campo da educação brasileira têm lugar de proeminência assinalada, especialmente no setor do ensino industrial e cuja lembrança está perpetuada no carinho e zelo no “Centro de Estudos”, do SENAI, que o tem como patrono, esteve ligado intimamente a Lourenço Filho, de quem, repetidas vezes, louvou a inteligência e a capacidade criadora. Por seu lado, também Lourenço Filho, nos confiou a admirada expressão por Roberto Mange, a quem tinha na mais alta conta.

Foi na criação do Instituto de Organização Regional do Trabalho — IDORT — que ambos estiveram unidos, com outras destacadas figuras de nosso mundo cultural.

Biblioteca da Educação. — Alunos que fomos da velha Escola Normal de São Paulo (1917-1920), pobre era, no tempo, o rol de livros a que recorriamos para os nossos estudos na cadeira de Educação. Então andávamos por velhos tratados de Psicologia, Pedagogia e Metodologia, com vistas a Ribot, Compayré, Felisberto de Carvalho, Carré et Liquer e outros.

A velha escola de estudos educacionais em que pontificavam Paul Bert, Postalozzi, Herbart e William James.

A Biblioteca da Educação, da Melhoramentos, criada por Lourenço Filho, abriu novos caminhos para esses estudos. Já no memorável concurso para professores-fiscais das escolas normais equiparadas do Estado, concurso que atraiu cerca de oitenta candidatos, se podia sopesar a massa das idéias modernas no campo da educação, graças aos novos livros, originais ou traduzidos que a Biblioteca da Educação publicara e indicara.

As provas escritas, orais e práticas, então realizadas (1931) iam os candidatos enfronhados em coisas novas, alcançando os seus conhecimentos dimensões mais amplas, quanto a técnicas de ensino, concepções filosóficas e psicológicas, com Decroly, Dewey, Claparède, Watson, Piéron, reflexos condicionados, formas de comportamento lúdico, dados de psicologia experimental e de didática renovada, com referências a centros de interesse, projetos, tudo à luz e sob a inspiração de um livro que se tornou clássico em nossa estante pedagógica e de muitos países — A Introdução ao Estudo da Escola Nova. Livro polêmico, que despertou estudos, críticas e debates, assinala um marco na evolução da educação brasileira.

Sobre êle, contra êle, a seu favor há hoje copiosa bibliografia.

Lourenço Filho, o homem. — A grande massa de dados, referências e informes sobre a vida e a obra de Lourenço Filho, aqui divulgada, a que faltam ainda outras e valiosas informações como livros traduzidos lá fora, pesquisas sobre testes, estudos e cursos sobre Orientação Educacional, e outros pode ocultar e obscurecer a figura do homem sensível, bom e simples que êle foi. Realmente. O modesto menino de Pôrto Ferreira, que surgiu no magistério como obscuro substituto de primeiras letras e alcançou o fastígio do título de **Mestre das Américas**, ombreado com Sarmiento, Varela e Horace Mann, mereceu ainda do Governo Brasileiro o de **Professor Emérito**, o mesmo Governo inaugurou o seu nome a **Ordem Nacional de Mérito Educacional** no grau de Egregius.

Professor, educador, jornalista, ensaísta social, técnico de educação, administrador de escolas, conferencista e publicista, ouvido e respeitado no mundo, carregado de títulos e de homenagens, não chegou a esas culminâncias senão como era, simples, humano, acolhedor, afetivo.

Alunos que dêle fomos, repetimos, em 1920, amigo que nos honrou com sua amizade no longo decurso de cinquenta anos, visitando-o e dêle recebendo afetuosas cartas, podemos reconhecer nesse longo itinerário o mesmo homem afável, simples, excelente memorialista, carregado de lembranças dos homens e das coisas.

Não aceitava, nem poderia aceitar, nem compreendia a corrente de modernismo escolar de nossos tempos, que vinha que-

brando os padrões de disciplina e da hierarquia de valores nas relações entre mestres e discípulos. Ao contrário, recordava-nos em uma das últimas visitas que lhe fizemos, o respeito e a veneração que alunos de seu tempo tributavam a figuras eminentes de nossa cultura e educação. Assim, entre outras lembranças, nos dizia da admiração e da emoção com que, certa vez, ainda normalista, vira numa de nossas ruas a veneranda figura de Luís Pereira Barreto e o alvoroço com que, depois, levara a colegas a notícia desse encontro, como acontecimento empolgante de sua vida de moço.

Em carta de 15 de março deste, referindo-se a um pedido nosso para que nos enviassem mensagem a ser lida na comemoração de nosso **Jubileu de Ouro**, na sessão comemorativa de 15 de outubro próximo, agradecendo nosso gesto, escrevia: “Estamos vivendo dias cada vez mais rudes, plenos de violência, “de atos gratuitos de maldade”, como os chamava André Gide...” E em carta de 15 de julho de 1967, reportando-se a uma que lhe escreveramos, dizia: ...“relembrei os velhos tempos em que estudamos juntos na Escola Normal. Recorda você que isso foi para que a desperdicemos em coisas menos valiosas... “E adiante: “Por mais sofrida que seja a nossa vida, **helas!** a ela nos apegamos e, com maior razão de apêgo quando lhe tenhamos procurado dar alguma contribuição em favor do que julgamos o bem comum”. E em outro passo: “Na idade avançada a que cheguei, recordar é realmente viver outra vez, consôlo natural dos velhos...”

Uma visão do futuro. — Ao inaugurar-se, em 1911, o edifício da Escola Normal de Piraçununga, a que já nos referimos, escola por que se fez mestre primário o Professor Lourenço Filho, o orador do ato, traduzindo emoções e inspirações do momento, perorava incisivo: “Veremos a vultosa messe de benefícios, a avultada soma de vantagens que há de auferir esta população, adquirindo um estabelecimento desta ordem, talhado nos moldes mais aperfeiçoados da pedagogia hodierna, dotado de escolhido corpo docente e, portanto, perfeitamente aparelhado para o preenchimento de seus elevados fins, que se resumem no preparo daqueles que, de futuro, por sua vez, terão a árdua e nobre missão de instruir as gerações vindouras”.

Feliz antecipação do futuro! Foi dessa escola, tão cheia de tradições, que alçou vôo para luminosos caminhos da educação o professor Lourenço Filho!

As primeiras consagrações. — Por ocasião de sua morte, ocorrida a 3 de agosto último, no Rio de Janeiro, exaltou “O Estado de São Paulo”, em belas palavras a figura do grande educador desaparecido.

Já o Governo do Estado apressara-se em levá-lo como Patrono de um dos nossos estabelecimentos de ensino.

Colhemos aqui e ali, no círculo de amigos e colegas, as primeiras impressões do que representava para nós, ex-alunos, admiradores e amigos de Lourenço Filho, a sua perda.

Professôres, soubemos, que haviam já nas classes instituído concursos e pesquisas de alunos normalistas, dentro do programa de educação moral e cívica, recordando a figura do grande mestre.

De outros colegas ouvimos, emocionados, outras e tocantes iniciativas, para perpetuar a sua lembrança, recordando-lhe a vida e a obra.

A essas tocantes homenagens se filia hoje, o Centro de Estudos "Roberto Mange" do SENAI, pedindo à nossa pobre pena o presente trabalho.

Fizémo-lo com verdade e com sentimento.

(Transcrição)

CENTENÁRIO DE MANOEL DA NÓBREGA

BARROS FERREIRA

Este foi o ano de Manuel da Nóbrega, cujo transcurso o Instituto Histórico e Geográfico vem comemorando. Seu presidente, historiador Aureliano Leite, desde o ano passado que chamou a atenção do governo e instituições culturais para a data, promovendo a comemoração.

Transcorrem agora, em 1970, quatro séculos que o estupendo jesuíta morreu. O falecimento ocorreu a 18 de outubro de 1570. E nunca é demais lembrar a atuação decisiva de Nóbrega na fundação de São Paulo.

O padre Serafim Leite, na sua monumental "História da Companhia de Jesus no Brasil", informa, baseado em documentos, que Manuel da Nóbrega esteve no planalto em 1553, onde, no dia 29 de agosto desse ano, batizou cinquenta catecúmenos. Fêz grande excursão em companhia de um filho de Ramalho, tendo chegado até à atual região de Itu.

Provavelmente desceu de canoa, tendo contornado, por varação, as cachoeiras de Parnaíba e Pirapora, que eram conhecidos obstáculos à navegação. Em Salto, provavelmente foi detido, porque naquele trecho o desnível das águas era muito grande.

Nóbrega, então, estava obcecado pelo Paraguai e sabia que o Tietê constituía rota mais segura para lá chegar, pois desaguava no Paraná, tornando possível atingir por via fluvial o coração do continente.

Na ocasião a área central do Brasil era ocupada por índios Guaianases. A leste, estavam os Tamoios que se estendiam por cinquenta léguas do litoral. Os Tupis ocupavam a região de Itanhaem e Cananéia. Os carijós, vizinhos dos Tupis, estavam espalhados pelo litoral desde Cananéia até à região da Lagoa dos Patos e em frente da ilha de Santa Catarina — informa o brigadeiro Oliveira Machado em "Quadro Histórico".

SÃO PAULO

É, assim, fora de dúvida que Nóbrega esteve no planalto antes da fundação do Colégio e Martim Afonso de Sousa também.

A carta de Manuel da Nóbrega, datada de 30 de agosto de 1553, não deixa dúvidas. Escreveu: "Ontem, que foi dia da Degolação de

S. João Batista, vindo a uma aldeia onde se ajuntam novamente e se apartam os que se convertem, e pôs dois irmãos para os doutrinar, fiz solemente uns cinqüenta catecúmenos, dos quais tenho boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o batismo e será mostrada por obras a fé que recebem agora”.

Nóbrega sonhava em penetrar nos sertões até ao Paraguai. Nisso foi impedido por Tomé de Sousa, mandando fechar os caminhos para aquelas regiões.

Esse o objetivo: demonstrar a penetração que fez em companhia de um filho de João Ramalho e do irmão Antônio Rodrigues até à aldeia de Japiuba ou Maniçoba, quarenta léguas além de São Paulo, onde hoje se encontra Itu. Ali ficaram temporariamente Pedro Correia, Gregório Serrão e mais um irmão — Regista Silveira Camargo, baseado em Serafim Leite.

SANTO ANDRÉ

Uma povoação anterior a S. Paulo é mencionada, também, por Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, no “Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530”. Encontrado por Varnhagem e publicado pela primeira vez em 1839. Nesse diário está escrito que Martim Afonso de Sousa fez uma vila na ilha de S. Vicente e outra nove léguas pelo sertão adentro, à beira de um rio que se chama Piratininga e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais e pôs tudo em boa ordem e justiça”. Essa referência ficou registrada na data de 22 de janeiro de 1532.

Essa povoação situava-se no atual bairro da Luz. Nesse mesmo ano de 1553, em 8 de abril, Antônio de Oliveira, capitão-mor e lugar tenente do donatário, acompanhado de Brás Cubas, provedor da Fazenda Real, a mandado de Tomé de Sousa fez levantar o pelourinho, que era o símbolo do poder municipal, na vila de Santo André da Borda do Campo. João Ramalho fôra nomeado alcaide-mor e capitão da vila. Fez construir à sua custa uma cêrca e dentro dela quatro baluartes em que cavalgaram peças de artilharia “para varejar os assaltos com que o gentio Tamoio da ribeira do rio Paraíba costuma invadir aos moradores de Santo André”.

MUNICÍPIO DE S. PAULO

Com o correr dos ancs cresceu a insegurança, fato que determinou que os moradores de Santo André fôssem transferidos para o núcleo do colégio.

O pelourinho de Santo André foi transferido para S. Paulo no dia 5 de setembro de 1558, sendo por isso essa data considerada de elevação de S. Paulo a vila, por ser o pelourinho símbolo da autonomia municipal.

Conferia extraordinários poderes, pois os edis tinham função mais ampla do que hoje. Senado da Câmara era denominada a Edilidade.

Para Guilherme de Almeida essa foi de fato a data da fundação da vila de S. Paulo pelo que o pelourinho significava. Quer dizer: 5 de setembro de 1558. Para o padre Serafim Leite a carta de Nóbrega, de 29 de agosto de 1553 constitui a verdadeira certidão de idade de S. Paulo.

A sesmaria de Pero Gois da Silveira, lavrada pelo escrivão Pedro Capico, em Piratininga, a 10 de outubro de 1532, mostra que Martim Afonso estava no planalto nessa ocasião e confirma, por sua vez, a existência de uma Vila de Piratininga, anterior ao colégio. Foi nessa ocasião que nomeou Ramalho fronteiro-mor para repelir as invasões dos selvagens no local Borda do Campo.

É êsse período meio nublado, equivalendo a uma espécie de tomada de posição para as soluções que perduraram através do tempo e dos terríveis e constantes perigos dos primeiros dias de Cristo no planalto.

OS FUNDADORES

No dia 25 de janeiro de 1554, chegou o grupo de jesuitas incumbidos por Nóbrega de fundar o colégio. Construção rudimentar, feita de troncos e coberta de folhas de palma que ia servir para escola, enfermaria e até igreja.

Eram treze os jesuitas. Entre êles Anchieta, então adolescente. Muito inteligente e culto. Passou a ensinar latim aos irmãos, inclusive ao padre Manuel de Paiva, o chefe de todos e que se caracterizava pelo temperamento impetuoso. Conta-se que, certa vez, Manuel da Nóbrega o mandou preparar-se para se atirar num abismo, possivelmente do antigo Caminho do Mar. Quando já havia terminado as suas orações Nóbrega ordenou-lhe: "Levante-se! Fiz isso para experimentar a sua obediência!". Porque o princípio máximo era da disciplina total, na Companhia de Jesus.

Os índios ajudaram a erguer o templo rústico, logo aumentado e melhorado.

Anchieta tornou-se pupilo de Nóbrega. Foi seu companheiro na paz difícil de Iperoig, quando ficou como refém entre os índios. E vivendo entre jovens silvícolas que andavam como Eva no paraíso perdido, fêz a ansiosa prece:

— Vem, Senhor, a mim, que já sinto a noite da tentação baixar.

Escreveu então, na areia, o célebre poema à Virgem, que Calixto immortalizou numa tela famosa.

ÍNDICE ALFABÉTICO

COLABORAÇÕES

- ALMEIDA, Antônio Rocha — *O Pôsto de Marechal no Exército Brasileiro* — 221
- AMARAL, Antônio Barreto — *O romance histórico de Paulo Setúbal no contexto histórico Brasileiro* — 255
- BANDECCHI, Pedro Brasil — *Notas sobre a vida do Dr. Cortines Laxe e alguns dados genealógicos* — 191
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira — *Os Gusmões* — 5
- CAMPOS, Vinício Stein — *Achegas para a história de São Paulo* — 151
- CIDADE, Paula F. de — *O Marechal José de Abreu* — 87
- DAUNT, Ricardo Gumbleton — *Devaneios de uma época imperial* — 103
- DEBES, Célio Salomão — *“A imprensa periódica de São Paulo”, de Afonso A. de Freitas, posta em ordem alfabética* — 161
- FERREIRA, Tito Livio — *Padre Manoel da Nóbrega* — 141
- FINA, Wilson Maia — *São Paulo, em 1869* — 229
- GIFFONI, Maria Amália Corrêa — *Tradições Brasileiras* — 31
- JORDÃO, Moacyr de Faria — *Salvador Corrêa de Sá e Benevides* — 9
- LEITE, Aureliano — *Duas cartas notáveis e inéditas* — 45
- LEITE, Roberto de Paula — *Alberto Salles: Filósofo e Historiador* — 53
- LIBERALLI — Carlos Henrique Robertson — *O corpo de saúde Brasileiro na Guerra do Paraguai* — 121
- MELLO — Nilva Rogick — *Onde se dá conta de mensagem inédita de Campanha da Princesa a Pedro I pleiteando a criação de uma Universidade em Minas Gerais* — 125
- MOTTA FILHO, José Alves — *Dom Carmelo de Vasconcelos Motta* — 277
- OLIVEIRA, João Gualberto de — *55 anos de fundação do Instituto dos Advogados de São Paulo* — 247
- PAGANO, Sebastião — *Meditações à margem do Manifesto Republicano de 1870* — 199
- PENTEADO, Jacob — *Rio, 1935* — 241
- PEREIRA JUNIOR, José Anthero — *Em tórno da velha questão que é a de terem estado os Fenícios no Brasil e outros reparos* — 183
- STELLA, Jorge Bertolaso — *A origem da Fábula* — 271
- SYLOS, Honorio de — *Tenório, meu amigo, meu comandante* — 215

ORAÇÕES E PALESTRAS

GOMES, Alfredo I — *Necrologia dos sócios falecidos em 1969* — 289

II — *Luis Tenório da Brito* — 309

TRIGUEIRINHO, José Hipolito — *O Município de São Vicente no 270 aniversário de sua criação* — 313

DISCURSOS DE POSSE E OUTROS

ALVES, Antonio Antunes — *Dom Joaquim José Vieira* — 329

DELORENZO NETO, Antonio — *Notas sobre Bernardo Pereira de Vasconcelos* — 321

SANTOS, Francisco Martins dos — *José Adorno* — 345

TRANSCRIÇÕES

AVILA, Antonio D' — *O mestre das Américas* — 411

CARVALHO FILHO, Aloysio de — *Sombras do Passado* — 403

FERREIRA, Barros — *Centenário de Manoel da Nóbrega* — 427

LEITE, Aureliano — *Repercussão do Manifesto Republicano de 1870 entre os Paulistas* — 391

HINNER, Rudolf Robert — *Transcrição de capítulo da obra do Dr. Karl Von Scherzer sobre "Circunavegação da Terra pela Fragata Austriaca "Novara" — 357*

SANTOS, Paulo da Silveira — *José Bonifácio* — 407